SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE
FEMURN
FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RN

Rio Grande do Norte , 08 de Outubro de 2019 • Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte • ANO XI | Nº 2121

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
RESOLUÇÃO Nº 020, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO

A **COMISSÃO ORGANIZADORA,** no uso das suas atribuições legais, concedidas pela Resolução CMDCA nº 007/2019, de 27 de março de 2019, que normatiza o processo de seleção dos candidatos que concorrerão às eleições para Conselheiros Tutelares do município de Acari/RN, gestão 2020/2023, com fulcro no EDITAL Nº 003/2019/CMDCA, torna público o resultado da eleição dos membros do Conselho Tutelar do município de Acari/RN, realizada no dia 06 de outubro de 2019.

Classificação Titulares	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
1º	Vicente Cassiano Lucena Silva	575
2º	José Estevam dos Santos Silva	423
3º	Thiago Fernandes de Brito	417
4º	Fabiana Azevedo da Costa	411
5º	Andréa Claudia da Silva Araújo	404
Classificação Suplentes	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
6º	Miriam Alves da Silva	336
7º	Francisco Canindé da Silva	318
8º	Margarida Aparecida Santos da Silva	282
9º	Maria Da Guia dos Santos	226
10º	Maria da Guia da Silva Araújo	203

Acari-RN, 07 de outubro de 2019.

CONSELHEIRA ALBERTINA DA GUIA LOPES DE ARAÚJO
Presidente da Comissão Organizadora

Publicado por:
Matheus Italo Batista Gomes de Araujo
Código Identificador:7791F611

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.133/2019

Denomina Logradouro Público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – Fica denominada de **AVENIDA CÍCERA BEZERRA DE MEDEIROS**, a avenida sem denominação localizada na "Chácaras Macambira II', no Bairro Senador Dinarte Mariz, que se inicia no prolongamento (190 metros) da Travessa Raimundo Lucas de Medeiros, com extensão de 790 metros, fazendo fronteira com a avenida a ser denominada de Nelça Nerci de Araújo (Nelça de Justino Soldado).

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Acari/RN, 07 de outubro de 2019.

ISAÍAS DE MEDEIROS CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Italo Batista Gomes de Araujo
Código Identificador:301B731B

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.134

Denomina Logradouro Público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:
Art. 1º – Fica denominada de **AVENIDA NELÇA NERCI DE ARAÚJO (NELÇA DE JUSTINO SOLDADO)** a avenida sem denominação localizada na 'Chácaras Macambira I', no Bairro Senador Dinarte Mariz, cujo acesso se dará pela Avenida Cícera Bezerra de Medeiros, com extensão de 655 metros.

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Acari/RN, 07 de outubro de 2019.

ISAÍAS DE MEDEIROS CABRAL
Prefeito Municipal

Expediente:
Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte - FEMURN

DIRETORIA
BIÊNIO 15/01/2019 – 15/01/2021

Presidente: Prefeito José Leonardo Cassimiro de Araújo

1º Vice-Presidente: Prefeita Mara Lourdes Cavalcanti

2º Vice-Presidente: Prefeito Luiz Eduardo Bento da Silva

3º Vice-Presidente: Prefeita Maria Bernadete Nunes Rego Gomes

4º Vice-Presidente: Prefeito Thales André Fernandes

5º Vice-Presidente: Prefeito Odon Oliveira de Souza Junior

1º Secretário: Prefeito Dagoberto Bessa Cavalcante

2º Secretário: Prefeito José Edvaldo Guimarães Júnior

1º Tesoureiro: Prefeito Laerte Ney de Paiva Fagundes

2º Tesoureiro: Prefeita Marina Dias Marinho

CONSELHO FISCAL

1 - Prefeita Jeane Carlina Saraiva Ferreira de Souza

2 - Prefeito Chilon Batista de Araújo Neto

3 - Prefeito José Arnor da Silva

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1 - Prefeito José Marques Fernandes

2 - Deusdete Gomes de Barros

3 - Prefeito Anteomar Pereira da Silva

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

Publicado por:
Matheus Italo Batista Gomes de Araujo
Código Identificador:FFB40724

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.135

Denomina Logradouro Público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – Fica denominada de **TRAVESSA ARMANDO PEREIRA DE ARAÚJO (ARMANDO DO TRATOR)** a travessa sem denominação localizada no Conjunto dos Trabalhadores, Bairro Senador Dinarte Mariz, com extensão de 45 metros, ligando a Rua João Benedito da Silva à rua a ser denominada de Maria Adélia Bezerra (Maria de Pedro Lúcio).

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Acari/RN, 07 de outubro de 2019.

ISAÍAS DE MEDEIROS CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Italo Batista Gomes de Araujo
Código Identificador:51B74ED4

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.136

Denomina Logradouro Público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – Fica denominada de **TRAVESSA JOSEFA GIORGINA DA SILVA (ZEFINHA DA DIFUSORA)** a travessa sem denominação localizada no Conjunto dos Trabalhadores, Bairro Senador Dinarte Mariz, com extensão de 45 metros, ligando a Rua João Benedito da Silva à rua a ser denominada de Maria Adélia Bezerra (Maria de Pedro Lúcio).
Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Acari/RN, 07 de outubro de 2019.

ISAÍAS DE MEDEIROS CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Italo Batista Gomes de Araujo
Código Identificador:EFB380F3

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.137

Denomina Logradouro Público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – Fica denominada de **TRAVESSA MANOEL PEREIRA DE ARAÚJO (SEU BEÊ)** a travessa sem denominação localizada no Conjunto dos Trabalhadores, Bairro Senador Dinarte Mariz, com extensão de 35 metros, ligando a Rua João Benedito da Silva à rua a ser denominada de Maria Adélia Bezerra (Maria de Pedro Lúcio).

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Acari/RN, 07 de outubro de 2019.

ISAÍAS DE MEDEIROS CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Italo Batista Gomes de Araujo
Código Identificador:F37BD356

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.138

Denomina Logradouro Público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – Fica denominada de **RUA MARIA ADÉLIA BEZERRA (MARIA DE PEDRO LÚCIO)**, a rua sem denominação localizada no Conjunto dos Trabalhadores, Bairro Senador Dinarte Mariz, com extensão de 180 metros, ligando a Travessa Josefa Giorgina da Silva (Zefinha da Difusora) à Travessa Armando Pereira de Araújo (Armando do Trator).

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Acari/RN, 07 de outubro de 2019.

ISAIAS DE MEDEIROS CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Italo Batista Gomes de Araujo
Código Identificador:6ED965ED

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.139

Denomina Logradouro Público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – Fica denominada de **TRAVESSA LEOCÁDIO LEANDRO DANTAS (INÁCIO LUCAS)** a travessa sem denominação localizada no Conjunto dos Trabalhadores, Bairro Senador Dinarte Mariz, com extensão de 25 metros, ligando a Rua João Benedito da Silva ao Complexo Fazendinha Eldorado.

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Acari/RN, 07 de outubro de 2019.

ISAIAS DE MEDEIROS CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Italo Batista Gomes de Araujo
Código Identificador:300522DC

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.140

Denomina Logradouro Público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – Fica denominada de **RUA JOSEFA JULIETA DE MEDEIROS (DONA PEPITA)** a rua sem denominação localizada no Bairro Padre José Dantas Cortez, paralela à BR-427, com extensão de 210 metros, ligando o Posto das Cordilheiras à Granja Raimundo de Zuza.

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Acari/RN, 07 de outubro de 2019.

ISAIAS DE MEDEIROS CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Italo Batista Gomes de Araujo
Código Identificador:DA70CAFA

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.141

Denomina Logradouro Público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – Fica denominada de **RUA VALDEMAR DE SOUZA (VALDEMAR DO TRATOR)**, a rua sem denominação localizada no Bairro Padre José Dantas Cortez, paralela à Rua Josefa Julieta de Medeiros (Dona Pepita), com extensão de 185 metros, ligando a Travessa a ser denominada Antônio José da Silva (Antônio de Bigodinho) à rua a ser denominada de Adonias Gomes Crisanto.

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Acari/RN, 07 de outubro de 2019.

ISAIAS DE MEDEIROS CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Italo Batista Gomes de Araujo
Código Identificador:FB642084

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.142

Denomina Logradouro Público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – Fica denominada de **RUA FRANCISCO PEREIRA DE ARAÚJO (BOMBOM)** a rua sem denominação localizada no Bairro Padre José Dantas Cortez, paralela à Rua Valdemar de Souza (Valdemar do Trator), com extensão de 185 metros, ligando o Espólio de João Solon à rua a ser denominada de Adonias Gomes Crisanto.

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Acari/RN, 07 de outubro de 2019.

ISAIAS DE MEDEIROS CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Italo Batista Gomes de Araujo
Código Identificador:7CAE1A4D

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.143

Denomina Logradouro Público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – Fica denominada de **RUA PEDRO PAULO DA SILVA (PEDRO DE MARIA TEREZA)** a rua sem denominação localizada no Bairro Padre José Dantas Cortez, paralela à Rua Francisco Pereira de Araújo (Bombom), com extensão de 140 metros, ligando o Espólio de João Solon às terras de Gilson Bezerra de Medeiros.

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Acari/RN, 07 de outubro de 2019.

ISAIAS DE MEDEIROS CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Italo Batista Gomes de Araujo
Código Identificador:08986267

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.144

Denomina Logradouro Público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – Fica denominada de **TRAVESSA ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA (ANTÔNIO DE BIGODINHO)**, a travessa sem denominação localizada no Bairro Padre José Dantas Cortez, com extensão de 35 metros, ligando a rua a ser denominada de Josefa Julieta de Medeiros (Dona Pepita) à Rua Valdemar de Souza (Valdemar do Trator).

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Acari/RN, 07 de outubro de 2019.

ISAIAS DE MEDEIROS CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Italo Batista Gomes de Araujo
Código Identificador:CB23E7CF

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.145

Denomina Logradouro Público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – Fica denominada de **RUA CLÉSIO DE SOUZA CAMPOS (CLÉSIO MACHADO)** a rua sem denominação localizada no Bairro Padre José Dantas Cortez, com extensão de 155 metros, ligando a Rua Josefa Julieta de Medeiros (Dona Pepita) à Rua Pedro Paulo da Silva (Pedro de Maria Tereza).

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Acari/RN, 07 de outubro de 2019.

ISAIAS DE MEDEIROS CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Italo Batista Gomes de Araujo
Código Identificador:E2639F50

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.146

Denomina Logradouro Público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – Fica denominada de **RUA ADONIAS GOMES CRISANTO** a rua sem denominação localizada no Bairro Padre José Dantas Cortez, com extensão de 105 metros, paralela à Rua Clésio de Souza Campos (Clésio Machado), ligando a Rua Josefa Julieta de Medeiros (Dona Pepita) à Rua Francisco Pereira de Araújo (Bombom).

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Acari/RN, 07 de outubro de 2019.

ISAIAS DE MEDEIROS CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Italo Batista Gomes de Araujo
Código Identificador:7198DF0C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA

GABINETE DO PREFEITO
***REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO - GABINETE DO PREFEITO - EXTRATO DE CONVÊNIO 03/2019.**

CONCEDENTE: Banco do Brasil S. A., inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91, representado por seu Gerente, José Marcos da Costa de Souza, portador da carteira de identidade nº 827694 SESPDS/RN e do CPF 510.552.364-49. CONVENENTE: Municipio de Afonso Bezerra/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.294.688.0001/71, representado por seu Prefeito, o Sr. Francisco das Chagas Félix Bertuleza, portador da carteira de identidade nº 608438681 DETRAN/RN e do CPF 392.181.124-49. INSTRUMENTO: Convênio. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS A EMISSÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CARTÃO DE PAGAMENTO PARA UTILIZAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTÁRQUICA DO MUNICÍPIO DE AFONSO BEZERRA/RN, EM SAQUES E COMO MEIO DE PAGAMENTO NAS SUAS AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso VIII da Lei 8.666/93. Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, correrá à conta 02.002.14.442.0002.2.107.3390.48. PRAZO: O prazo de vigência e de execução do presente Convênio é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. EFICÁCIA: Este Termo terá eficácia a partir da publicação, em extrato. DATA DA ASSINATURA: 01/09/2019.

*MATÉRIA PUBLICADA NA FEMURN, NO DIA 30/09/2019, NÚMERO DE EDIÇÃO: 2115, COM CÓDIGO IDENTIFICADOR: 5E0BB597.
NA MATÉRIA ANTERIOR NÃO CONSTAVA O NÚMERO DO CONVÊNIO.

Publicado por:
Felipe Henrique de Morais Avelino Bezerra
Código Identificador:0E078CE7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0111, DE 19 DE OUTUBRO DE 2019.

O Prefeito constitucional do Município de Afonso Bezerra/RN, por seu representante, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista os dispositivos legais da Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a (s) diária (s) abaixo discriminada (s), destinada (s) a cobertura de despesas de alimentação e/ou hospedagem dos agentes políticos/servidores (as), durante o desenvolvimento a serviço desta entidade, a saber.

Agente Político/Servidor (a): Joceitala de Oliveira Bento
Cargo/Função: Bioquímica
Quantidade: 2 diária 180,00
Destino: NATAL /RN
Data: 07/10/2019 a 08/10/2019
Valor Unitário: R$ 180,00
Valor Total: R$ 360,00

Descrição do objetivo/serviço do deslocamento: Curso de Cuidados Farmacêuticos no SUS.

FRANCISCO DAS CHAGAS FELIX BERTULEZA
Prefeito

Publicado por:
Felipe Henrique de Morais Avelino Bezerra
Código Identificador:DC8575CC

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 013/2019 – CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
EDITAL Nº 013/2019 – CMDCA

Torna público o Resultado Final da Eleição para Escolha dos Membros do CONSELHO TUTELAR do Município de Afonso Bezerra/RN, conforme especifica e dá outras providências.

O **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,** através da **COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL**, constituída na forma da Resolução Nº 001/2019 – CMDCA para conduzir o Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar do Município de Afonso Bezerra/RN,

RESOLVE:

Art. 1º – Torna público o Resultado Final da Eleição para Escolha dos Membros do CONSELHO TUTELAR do Município de Afonso Bezerra/RN, realizada no último Dia 06 de Outubro de 2019, conforme se demonstra abaixo:

TITULARES	NOME DO CANDIDATO	VOTOS
1º	OSIEL FELIPE MARTINS FAUSTINO	698
2º	JOANA DARC XAVIER DA SILVA	627
3º	JOSÉ LUIZ LEANDRO DA SILVA	604
4º	NICANOR XAVIER DE SOUZA NETO	593

5º	GEOVANA GLÉCIA DO NASCIMENTO SOUZA	570
SUPLENTES	**NOME DO CANDIDATO**	**VOTOS**
6º	ROSILENE GOMES DA SILVA	515
7º	MARIA DO CARMO GRILO NETA	514
8º	ANTÔNIA FLAVIANE ALBANO DE ARAÚJO	507
9º	FILOMENA FABRÍCIA AVELINO DE SOUZA	450
10º	JOSÉ ANCHIETA DE AZEVEDO	437
11º	MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA MACÊDO	417
12º	FRANCISCA VILMA DA SILVA COSTA XAVIER	396
13º	SANDRIANA KELLY BEZERRA AVELINO	395
14º	MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES NUNES	330
15º	WERVERSON DOS SANTOS FÉLIX	311
16º	LILLYAN STEFANY MENDES BERTULEZA	308
17º	ROBERTA JOSEANE SILVA NUNES	301
18º	HALICENE FERREIRA DANTAS	288
19º	HAGNO QUITELIANO DE SOUZA	273
20º	ANDRÉIA CARLA PADILHA DE ARAÚJO	246
21º	ÍTALO SAMUEL COSTA RÉGIS	229
22º	JACINTA LÚCIA MARIANO BEZERRA	228
23º	LÍGIA REGINA BEZERRA	216
24º	HINDERBURGUE SOLINO DA ROCHA	198
25º	MARIA DE FÁTIMA BEZERRA DE LIMA SILVA	189
26º	SEBASTIÃO ANTÃO DA SILVA SOUZA	177
27º	FRANCINAIDE CARDOSO LEITE DE MEDEIROS	171
28º	JANDERSON HIAGO ALVES BARACHO	145
29º	EVANDRO FERREIRA DA SILVA	100
30º	FRANCIÉLIO BEZERRA DE MEDEIROS	48
31º	MARIA APARECIDA DE BARROS M. MORAIS	9

Art. 2º – Fica aberto o prazo do Dia 08/10/2019 a 14/10/2019 para interposição de Recursos, conforme previsto no item 5.23 do Edital Nº 001/2019 – CMDCA, a contar da publicação do presente Edital.

Art. 3º – Os interessados em impetrar algum Recurso contra o Resultado da Eleição ora publicado, deverão dirigir-se a sede do CMDCA, localizada no Núcleo Administrativo, situado à Praça José Varela, 78 – Centro, neste Município de Afonso Bezerra/RN das 8:00h às 16:00h, devidamente documentados com provas.

Art. 4º – A Homologação Final do Resultado da supracitada Eleição, dar-se-á no Dia 23/10/2019, conforme o item 5.25 do Edital Nº 001/2019 – CMDCA, após a análise e julgamento dos possíveis recursos a serem apresentados à Comissão Especial Eleitoral, no prazo legal estabelecido no art. 2º deste Edital.

Art. 5º – Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Afonso Bezerra/RN, 07 de Outubro de 2019.

Comissão Especial Eleitoral

MARIA VERÔNICA AVELINO
Presidente

FRANCISCO ANÍSIO DA COSTA FILHO
Vice-Presidente

KÉSYA SYNARA SILVA CÂMARA
Secretária

Publicado por:
Felipe Henrique de Morais Avelino Bezerra
Código Identificador:E0A699CB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 609, DE 26 DE SETEMBRO DE 2019.

PORTARIA Nº 609, DE 26 DE SETEMBRO DE 2019.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder ao Servidor **FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Assessor de Transportes Especiais Nível A, Matrícula nº 1.454, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada a cidade de Natal/RN, a importância de R$ 181,00 (cento e oitenta e um reais), a ser creditada no Banco 001, Agência 1013-8, Conta Corrente nº 22.885-0, referente a diária no período do dia 27 de setembro de 2019, quando irá tratar de assuntos de interesse desta municipalidade, ficando-lhe atribuído 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 181,00 (cento e oitenta e um reais).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 26 de setembro de 2019.

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:E4371FD1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 623, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

PORTARIA Nº 623, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder a Servidora **FRANCISCA TELES DOS SANTOS,** Matrícula nº 1.441-1, ocupante do cargo de Coordenadora do CADUNICO e Bolsa Família, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada à cidade de Natal/RN, a importância de R$ 362,00 (trezentos e sessenta e dois reais), a ser creditada no Banco 001, Agência 1013-8, Conta Corrente 5.497-6, referente à diária no período dos dias 02 e 03 de outubro de 2019, quando irá tratar de assuntos de interesse desta municipalidade, ficando-lhe atribuída 02 (duas) diárias, no valor unitário de R$ 181,00 (cento e oitenta e um reais).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 01 de outubro de 2019.

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:981D9756

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

GABINETE CIVIL
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PREGAO PRESENCIAL Nº 063/2019

PROCESSO Nº. **11090001/2019** - PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2019. Fica HOMOLOGADA a decisão prolatada pelo Pregoeiro Oficial da Comissão Permanente de Licitação desta Prefeitura Municipal, nos termos do art. 38, inciso VII e art. 43, inciso VI da Lei 8.666/93 e Lei Federal n° 10.520, de 17 de julho de 2002, à (s) empresa (s) vencedora (s): **Empresas vencedoras: CKS**

COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ: 30.330.883/0001-69, foi vencedora dos itens: 01 e 02, com o valor global de **R$ 163.750,00 (cento e sessenta e três mil setecentos e cinquenta reais)**. Conforme Ata de Julgamento anexa aos autos do processo. Objeto: Contratação de Empresa especializada na aquisição de veículo (tipo Ambulância tipo A e Pickup de pequeno porte) para os atendimentos das necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Apodi/RN. Conforme especificações e quantidades estabelecidas no Anexo I (Termo de Referência).

Apodi/RN, 07 de outubro de 2019.

ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:8FCB5AAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 1535/2019 07 DE OUTUBRO DE 2019

PLL nº. 0478/2019 Autor: João Evangelista de Menezes Filho, Francisco Antônio Gama

Dá denominação de rua FRANCISCO DAS CHAGAS GAMA a rua existente no Loteamento Verde Ville - Zona Urbana no Município de Apodi-RN, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Apodi – **Alan Jefferson da Silveira Pinto**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art.1º - Fica denominada de rua **FRANCISCO DAS CHAGAS GAMA a rua existente no Loteamento Verde Ville - Zona Urbana no Município de Apodi** – Rio Grande do Norte, cujo logradouro e arruamento é nominado com a seguinte característica de identificação:
I - Rua **FRANCISCO DAS CHAGAS GAMA** - iniciando-se no **Poente** na Rua Luiz Edson de Oliveira; ao **Sul** com a Rua **JOANA DARC DA CRUZ SILVA (Joana de Baralho)**; ao **Nascente** com a Rua Luzinete Canela; e ao **Norte** com a Rua Projetada na cidade de Apodi-RN.
Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a mandar confeccionar a placa relativa à denominação de que trata o artigo anterior.
Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Palácio Francisco Pinto.

Apodi/RN, em 07 de outubro de 2019.

ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito Municipal

ARIANA CINTHIA DANTAS DE PAIVA
Secretária de Administração e Planejamento Portaria nº 0430/2017

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:FC9CEB66

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 1536/2019 07 DE OUTUBRO DE 2019

PLL nº. 0479/2019 Autor: João Evangelista de Menezes Filho, Francisco Antônio Gama

Dá denominação de Rua LUIZ EDSON DE OLIVEIRA a rua existente no Loteamento Verde Ville - Zona Urbana no Município de Apodi-RN, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Apodi – **Alan Jefferson da Silveira Pinto**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º - Fica denominada de rua **LUIZ EDSON DE OLIVEIRA a rua existente no Loteamento Verde Ville - Zona Urbana no Município de Apodi** – Rio Grande do Norte, cujo logradouro e arruamento é nominado com a seguinte característica de identificação:
I - Rua **LUIZ EDSON DE OLIVEIRA** - iniciando-se no **Norte** na Rua Projetada; ao **Sul** com a Rua Francisco das Chagas Gama; ao **Nascente** com a Rua Luzinete Canela; e ao **Poente** com o terreno de Dalton Filho na cidade de Apodi-RN.
Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a mandar confeccionar a placa relativa à denominação de que trata o artigo anterior.
Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Palácio Francisco Pinto.

Apodi/RN, em 07 de outubro de 2019.

ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito Municipal

ARIANA CINTHIA DANTAS DE PAIVA
Secretária de Administração e Planejamento Portaria nº 0430/2017

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:023E2898

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 1537/2019 07 DE OUTUBRO DE 2019

PLL nº. 0463/2019 Autor: *Charton Heston Rêgo Noronha*

Dispõe sobre a instituição do "Dia Municipal dos Embaixadores do Rei", da Igreja Batista, no âmbito do Município de Apodi-RN, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Apodi – **Alan Jefferson da Silveira Pinto**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído no âmbito do Município de Apodi-RN, o "Dia Municipal dos Embaixadores do Rei", da Igreja Batista, a ser comemorado, anualmente, no dia no dia 25 de agosto a cada ano, a incluir no Calendário Oficial de Eventos do Município de Apodi-RN.

Parágrafo Único. O "Dia Municipal dos Embaixadores do Rei" tem por objetivo sensibilizar a comunidade Apodiense, sobre o trabalho realizado pelos Embaixadores do Rei através de procedimentos informativos, educativos e organizativos, contribuindo assim, com a formação do caráter do cidadão de hoje e de amanhã junto à sociedade.

Art. 2º - Uma Medalha intitulada por*: "Medalha Pr° William Alvin Hatton"* - de caráter condecorativo premial, será entregue pela Câmara Municipal de Apodi.

Parágrafo Único – A descrição e a semiologia da honraria, em forma de medalha deverão ser indicada pela diretoria dos Embaixadores do Rei no município de Apodi, diretoria (s) esta (s) que terá a incumbência de enviar – na semana que antecede o dia alusivo - ao Legislativo apodiense, 2 (dois) nomes para receber a honraria em programa especial organizado e realizado pela Igreja Batista, em datas de sua (s) escolha (s) ou ainda na plenária da Câmara Municipal de Apodi, com direito ao uso - dos agraciados - à Tribuna por tempo determinado pela presidência da casa, na sessão que compreenda a semana de cada dia 25 de Agosto de cada ano.

Art. 3º Fica o poder público municipal, através de suas secretarias, autorizado a realizar, organizar e patrocinar – em comemoração ao

Dia Municipal dos Embaixadores do Rei – a I Edição e sequencias, da "Taça Integração de Futsal", o torneio mais tradicional de futsal da organização Embaixadores do Rei realizado em todo o país e doravante no município de Apodi-RN.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Palácio Francisco Pinto.

Apodi/RN, em 07 de outubro de 2019.

ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito Municipal

ARIANA CINTHIA DANTAS DE PAIVA
Secretária de Administração e Planejamento
Portaria nº 0430/2017

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:9DEF140B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 1538/2019 07 DE OUTUBRO DE 2019

PLL nº. 0464/2019 Autor: *Charton Heston Rêgo Noronha*

Dispõe sobre a instituição do "Dia Municipal dos Cadetes a Jato", no âmbito do Município de Apodi-RN, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Apodi – **Alan Jefferson da Silveira Pinto**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído no âmbito do Município de Apodi-RN, o "Dia Municipal dos Cadetes a Jato" a ser comemorado, anualmente, no dia no dia 26 de abril a cada ano, a incluir no Calendário Oficial de Eventos do Município de Apodi-RN.

Parágrafo Único. O "Dia Municipal dos Cadetes a Jato" tem por objetivo sensibilizar a comunidade Apodiense, sobre o trabalho realizado pelos Cadetes a Jato através de procedimentos informativos, educativos e organizativos, contribuindo assim, com a formação do caráter do cidadão de hoje e de amanhã junto à sociedade.

Art. 2º - Uma Medalha intitulada por*: "Medalha Joan Hunberger e Jine Samuels "* - de caráter condecorativo premial, será entregue pela Câmara Municipal de Apodi.
Parágrafo Único – A descrição e a semiologia da honraria, em forma de medalha deverão ser indicada pela diretoria de cada programa em cada igreja onde o mesmo funcione no município de Apodi, diretoria (s) esta (s) que terá a incumbência de enviar – na semana que antecede o dia alusivo - ao Legislativo apodiense, 2 (dois) nomes para receber a honraria em programa especial organizado e realizado por suas respectivas igrejas em datas de sua (s) escolha (s) ou ainda na plenária da Câmara Municipal de Apodi, com direito ao uso - dos agraciados - à Tribuna por tempo determinado pela presidência da casa, na sessão que compreenda a semana de cada dia 26 de Abril de cada ano.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Palácio Francisco Pinto.

Apodi/RN, em 07 de outubro de 2019.

ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito Municipal

ARIANA CINTHIA DANTAS DE PAIVA
Secretária de Administração e Planejamento
Portaria nº 0430/2017

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:38507823

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1355/2019 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66 IV e VIII da Lei Orgânica do Município e demais legislação pertinente.

CONSIDERANDO: o Edital de Convocação nº 002/2019, do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Apodi, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, Código de identificação nº 946E65F5, no dia 19 / 09 / 2019;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **Dario Felipe Pereira De Oliveira,** para exercer o Cargo efetivo de **Operador de Máquinas**, no nível GNM na Secretaria Municipal de Urbanismo e Transporte, na Estrutura Básica da Administração Pública Municipal de Apodi-RN.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 01 de outubro de 2019.

ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

ARIANA CINTHIA DANTAS DE PAIVA
Secretária de Administração e Planejamento
Portaria nº 0430/2017

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:EDA783D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL SRP N°. 064/2019.

A Prefeitura Municipal de Apodi RN, através do Pregoeiro Oficial, torna público o **RESULTADO do PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 064/201**9, cujo objeto registro de preços para eventual **contratação de empresa especializada em prestação dos serviços no preparo de solo (corte de Terra), na modalidade de diárias para atender o Programa "Valorizando o Campo", para o ano de 2020, através da Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Recursos Hídricos, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Apodi-RN,** onde consagraram-se vencedora a empresa: **A C L CONSTRUÇÕES EIRELI, CNPJ: 20.625.410/0001-35,** foi vencedora do único item da licitação com o valor global de **R$ 171.000,00 (cento e setenta e um mil reais).**

Apodi/RN, 07 de Outubro de 2019.

LÁZARO BANDEIRA E SOUSA
Pregoeiro

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:D39BFBAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EDITAL Nº 005/2019

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução 003/2019- CMDCA, torna público o resultado da eleição

dos membros do Conselho Tutelar do município de Apodi/RN, realizada no dia 06 de outubro de 2019.

Classificação Titulares	Nome do Candidato	Quantidade de Votos
1º	TIAGO DE LIMA FERNANDES	401
2º	ANA IZABELA TÔRRES DA SILVA	371
3º	WALEF DE OLIVEIRA LIMA	329
4º	GÊSSICA PAULA LEITE DOS SANTOS	285
5º	MATEUS DE LIMA OLIVEIRA	273
Classificação Suplentes	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
6º	THIAGO SOARES DE SOUSA	265
7º	EDYNAEL DÁKSON MENDES DE FREITAS	250
8º	CRISTIANO MARCOS MARCOLINO	230
9º	EVERTON DA SILVA OLIVEIRA	227
10º	OSENAIDE DANTAS DE OLIVEIRA CARVALHO	223

Fica aberto o prazo de 08/10 a 14/10, a contar da publicação do presente Edital, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista no item 5.25 do Edital nº 001/2019-CMDCA.
A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

APODI/RN, 07 de Outubro de 2019.

FRANCISCO EMERSON DE MEDEIROS
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:8A9A5E02

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 16040001/2018

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 16040001/2018

EXTRATO DOTERCEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 16040001/2018
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI/RN
CNPJ/MF Nº: 08.349.011/0001-93
CONTRATADO:WB EMPREENDIMENTOS, SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI-ME CNPJ N.º28.240.229/0001-12
OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO FINALIDADE A PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, DE 08/07/2019, PARA 08/12/2019.
FUNDAMENTO LEGAL: CLÁUSULA PRIMEIRO E SEGUNDA DO CONTRATO, E DA LEI N.º 8.666/93. DATA: 08/07/2019.

Publicado por:
Maria Stela Pereira
Código Identificador:33F64DED

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 47/2019

A Comissão Permanente de Licitação de Arez/RN, com autorização do Sr. Antônio Bráulio da Cunha, Prefeito Municipal, vem abrir o presente Processo Administrativo para Confecção de Materiais Gráficos para a Secretaria Municipal de Assistência Social, junto a GRÁFICA E EDITORA F&F LTDA - ME, CNPJ/CPF: 27.029.053.0001-91, com valor global de R$ 930,00 (Novecentos e Trinta Reais), onde fica DISPENSADO O PROCESSO LICITATÓRIO DESTA DESPESA, de acordo com o Art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.
Maiores informações, na sala da Comissão Permanente de Licitação situada à Praça Getúlio Vargas, nº 270, Centro, Arez/RN, no horário das 08h00min (Oito horas) às 14h00min (Quatorze horas).

Arez/RN, 16 de Setembro de 2019.

ANTÔNIO BRÁULIO DA CUNHA
Prefeito Municipal

JANE KELLY DA SILVA VIANA
Presidente da CPL

Publicado por:
Jane Kelly da Silva Viana
Código Identificador:532D2FEB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 48/2019

A Comissão Permanente de Licitação de Arez/RN, com autorização do Sr. Antônio Bráulio da Cunha, Prefeito Municipal, vem abrir o presente Processo Administrativo para Prestação de Serviços de Cópias Xerográficas para a Secretaria Municipal de Educação, junto a GRÁFICA E EDITORA F&F LTDA - ME, CNPJ/CPF: 27.029.053.0001-91, com valor global de R$ 4.500,00 (Quatro Mil e Quinhentos Reais), onde fica DISPENSADO O PROCESSO LICITATÓRIO DESTA DESPESA, de acordo com o Art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.
Maiores informações, na sala da Comissão Permanente de Licitação situada à Praça Getúlio Vargas, nº 270, Centro, Arez/RN, no horário das 08h00min (Oito horas) às 14h00min (Quatorze horas).

Arez/RN, 01 de Outubro de 2019.

ANTÔNIO BRÁULIO DA CUNHA
Prefeito Municipal

JANE KELLY DA SILVA VIANA
Presidente da CPL

Publicado por:
Jane Kelly da Silva Viana
Código Identificador:80AFC4D1

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL Nº 005/2019

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EDITAL Nº 005/2019

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma daResolução 003/2019- CMDCA, torna público o resultado da eleição dos membros do Conselho Tutelar do município de Arez/RN, realizada no dia 06 de outubro de 2019.

Classificação Titulares	Nome do Candidato	Quantidade de Votos
1º	JOÃO MARIA DE FARIAS	321
2º	JESSICAR ELOI DOS SANTOS NOBRE	257
3º	WILKSON SILVA CHACON	225
4º	MARAIZA LEANDRO DO NASCIMENTO SIMÃO	197
5º	NORMA LÚCIA MEIRELES MENEZES DA ROCHA	196
Classificação Suplentes	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
6º	DAVID MACIEL DA SILVA PEREIRA	188
7º	JOSÉ CARLOS FERNANDES DE LIMA	187
8º	ARAÚJO DE SOUZA	171
9º	MARIA DAS DORES TEIXEIRA DE FREITAS	170
10º	RÉGIA CRISTINA ALVES PEREIRA CHACON	166

Fica aberto o prazo de 06 dias, de 08/10/19 à 14/10/19, a contar da publicação do presente Edital, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista no item 5.21 do Edital nº 001/2019-CMDCA.

A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

Arez/RN, 07 de outubro de 2019.

VALÉRIO DIAS DE LIMA
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Thays Oliveira da Silva
Código Identificador:C3DECEAC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

UNIDADE SETORIAL DE PREGÕES
RESULTADO DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 031/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO: 182/2019.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 182/2019.

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 031/2019.

RECORRENTE: JOSÉ AVAILTON DA CUNHA-ME "IMPACTO SAÚDE AMBIENTAL", CNPJ: 06.248.164/0001-19.

RECORRIDO: ROBERTO MARTINS JÚNIOR-ME "IMUNIZADORA BARÃO", CNPJ: 10.172,710/0001-52.

Em 02 de outubro de 2019, na cidade de Baraúna, o Pregoeiro Municipal realizou análise do recurso ao processo em referência, oportunidade em que foi proferida a seguinte decisão:

RELATÓRIO

JOSÉ AVAILTON DA CUNHA-ME "IMPACTO SAÚDE AMBIENTAL", CNPJ: 06.248.164/0001-19 interpôs em 25 de setembro de 2019, tempestivamente, conforme XVIII do art 4 da Lei Federal nº 10.520/02, recurso administrativo contra decisão deste Pregoeiro proferida na sessão pública do dia 23 de setembro de 2019, em que após a fase de lances/negociação e análise dos requisitos habilitatórios declarou vencedor o licitante **ROBERTO MARTINS JÚNIOR-ME "IMUNIZADORA BARÃO", CNPJ: 10.172,710/0001-52** por ter atendido integralmente os requisitos constantes do Edital do Pregão em epígrafe.

Em breve síntese alega o licitante JOSÉ AVAILTON DA CUNHA-ME "IMPACTO SAÚDE AMBIENTAL", CNPJ: 06.248.164/0001-19:

***Que**, a comissão de licitação após análise das propostas de preços e fase de lances/negociação, julgou procedente de aceitação a referida proposta apresentada pela proponente **ROBERTO MARTINS JUNIOR – ME "IMUNIZADORA BARÃO"**, após passou-se para a fase de recebimento e avaliação dos documentos de habilitação, onde declarou vencedora deste certame a referida empresa, disponibilizando os devidos documentos para que fossem analisados pelos participantes.*

***Que**, fora observado que a proponente ROBERTO MARTINS JUNIOR – ME "IMUNIZADORA BARÃO, "NÃO APRESENTOU" durante a sessão do Pregão Presencial – SRP no 031/2019, Processo Administrativo no 182/2019, dentro do envelope de HABILITAÇÃO conforme determina a RDC 052/2009 – ANVISA os seguintes documentos:*
a) A Licença Ambiental; e,
b) A Certidão do Registro da Empresa – PJ, e do seu Responsável Técnico**, no seu respectivo conselho de classe, a **Certidão de Regularidade e o Termo de responsabilidade Técnica – RT** conforme determina a **RDC 052/2009 – ANVISA.

***Que** estes documentos são de extrema importância, pois estão relacionados a Habilitação no que se refere a "Qualificação Técnica" da empresa, para que possa prestar os serviços de controle de pragas. Pois as empresas só podem funcionar após estarem regularmente licenciadas junto a autoridade sanitária e ambiental competente e possuir registro da empresa e do seu responsável técnico no conselho de classe.*

***Que** esta exigência na qualificação técnica, não restringe em nenhum momento a competitividade entre os licitantes, ao contrário, proporciona o PRINCÍPIO DA IGUALDADE E DA ISONOMIA entre os mesmos, sem prejudicar o erário público.*

***Que** antes da abertura deste pregão, a nossa empresa enviou o PEDIDO DE ESCLARECIMENTO (anexo), justamente solicitando que fosse acrescentado ao edital ITEM 59.3 e seus subitens RELATIVO Á QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OUTRAS DOCUMENTAÇÕES, os requisitos acima mencionados pois não constava conforme pode-se ver abaixo:*
a. A empresa licitante deverá possuir Licença Sanitária de Funcionamento e Licença Ambiental, documento que licencia a empresa especializada a exercer atividade de prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, que é concedida pelo órgão sanitário e ambiental competente. Conforme RDC 052/2009 – ANVISA.
b. A empresa licitante deverá ter um Responsável Técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, devendo apresentar o registro deste profissional junto ao respectivo conselho. Conforme RDC 052/2009 – ANVISA;
c. A empresa licitante deve possuir registro junto ao conselho profissional do seu responsável técnico, devendo apresentar a Certidão de Registro da PJ e Certidão de Regularidade e/ou quitação do Conselho de Classe habilitado em fiscalizar a atividade que compõe o objeto desta licitação, conforme RDC 052/2009 – ANVISA. (grifo nosso);

***Que**, em resposta ao PEDIDO DE ESCLARECIMENTO fora publicado no Diário Oficial do Município (anexa) o seguinte:*

***Resposta:** Em consulta realizada junto ao Sr Jadson Bezerra da Silva, Chefe do Setor de Compras de Baraúna/RN fora informado que:*
A documentação exigida para a realização do registro de preços já está contida no edital.
O preço médio constante do orçamento é de R$ 3,30 (três reais e trinta centavos) por metro quadrado.

Considerando** os questionamentos solicitados pela empresa José Availton da Cunha – ME "IMPACTO SAÚDE AMBIENTAL", CNPJ: CNPJ: 06.248.164/0001-19 e as respostas apresentadas pelo Sr Jadson Bezerra da Silva, Chefe do Setor de Compras de Baraúna/RN, **informo que as regras editalícias contidas no Pregão Presencial SRP nº 031/2019 – Processo Administrativo nº 182/2019 permanecem inalteradas.

Baraúna/RN, 12 de setembro de 2019.

MADSON FERREIRA DE MELO
Pregoeiro do Município de Baraúna/RN

Publicado por:
Madson Ferreira de Melo
Código Identificador:0558AA63

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 13/09/2019. Edição 2104
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:http://www.diariomunicipal.com.br/femurn/

Que *considerando o constante no Termo de Referência Anexo I "JUSTIFICATIVA":*
2.2. Por recomendação da Vigilância Sanitária, tais serviços deverão ser contratados por empresas especializadas, devidamente licenciadas pela Autoridade Sanitária do Estado ou do Município para atender as necessidades de ação preventiva evitando a proliferação de pragas, eliminando as existentes.

Que *também, consta o Termo de Referência Anexo I - OBRIGAÇÕES DA CONTRADA subitem:*
11.18. Observar as normas previstas na Resolução ANVISA Nº 52, de 22 de outubro de 2009.

Que diante dos fatos elencados acima, a empresa JOSÉ AVAILTON DA CUNHA – ME ressalta que, embora não tenha sido exigido EXPRESSAMENTE no EDITAL toda a QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGÍVEL em LEI, isto não quer dizer que foi ferido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pois existem legislações especificas a ser acatada e cumprida, principalmente no ramo de empresa especializada em controle de pragas. Segundo Marçal Justen Filho, em comentários a Lei de Licitações e Contratos Públicos, página 459, 15° edição "Existe precedente do STJ no sentido de que requisito de participação prevista em lei, não precisa constar no edital".

Que *a QUALIFICAÇÃO TÉCNICA exigível para a execução dos serviços de controle de pragas, não se restringe apenas a Capacitação Técnico Operacional de aptidão, demonstrada através de ATESTADO(S). Mas sim, de todas as LICENÇAS previstas em lei devido á característica dos serviços, o qual deve ser executado apenas por empresa especializada no caso Pessoa Jurídica, devidamente constituída, licenciada pelos órgãos competentes da Saúde e do Meio Ambiente, para prestar serviços de controle de vetores e pragas urbanas, conforme determina a RDC 052/2009 – ANVISA, de 22 de outubro de 2009, que dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de Serviço de Controle de Vetores e Pragas Urbanas e dá outras providências. Destacamos alguns trechos da RDC 052/2009 – ANVISA, pertinentes aos fatos elencados acima.*

Segue trecho da lei destacada pelo RECORRENTE:

Art. 50 A empresa especializada somente pode funcionar depois de ***devidamente licenciada junto à autoridade sanitária e ambiental competente.*** *(grifo nosso)*
§1° A empresa instalada em cidade que não possua autoridade sanitária e ambiental competente municipal está obrigada a solicitar licença junto à autoridade sanitária e ambiental competente regional, estadual ou distrital a que o município pertença.
Art. 6o A contratação de prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente pode ser efetuada com empresa especializada.
Art. 7o Para a prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente podem ser utilizados os produtos saneantes desinfestantes de venda restrita a empresas especializadas, ou de venda livre, devidamente registrados na Anvisa.
Art. 8o A empresa especializada deve ter um responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, devendo apresentar o registro deste profissional junto ao respectivo conselho.
§1° Considera-se habilitado para a atividade de responsabilidade técnica, o profissional que possua comprovação oficial da competência para exercer tal função, emitida pelo seu conselho profissional.
§2° A empresa especializada deve possuir registro junto ao conselho profissional do seu responsável técnico.

Que *fica claro que a empresa ROBERTO MARTINS JUNIOR – ME "IMUNIZADORA BARÃO, deve ser INABILITADA, em virtude de não dispor da Licença de Operação Ambiental, do Registro da PJ e do registro do seu Responsável Técnico no Conselho de Classe pertinente.*

Que *considerando ainda a gravidade da situação dos serviços em tela, em virtude do uso de produtos saneantes, tóxicos, destaca-se mais uma vez a necessidade da exigência da LICENÇA DE OPERAÇÃO AMBIENTAL, para o funcionamento de empresas de controle de pragas, a fim de garantir-se a saúde pública, a salubridade ambiental e evitar-se acidentes que possam vir a causar agravos a funcionários e usuários.*

Que *diante do exposto, a empresa JOSÉ AVAITON DA CUNHA – ME por respeito aos princípios constitucionais da LEGALIDADE, VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, ISONOMIA e da ausência de dano ao interesse público vem REQUERER a esta comissão que aceite este RECURSO ADMINISTRATIVO, reconsidere a decisão de habilitação da empresa ROBERTO MARTINS JUNIOR – ME "IMUNIZADORA BARÃO", CNPJ: 10.172.710/0001-52 declarando-a INABILITADA.*

Por fim solicita o RECORRENTE que não sendo reconsiderada a decisão, solicita ainda que se remeta o presente recurso à autoridade que lhe for imediatamente superior, a fim de que a mesma o aprecie.

Em 26 de setembro de 2019 fora publicada ata referente à interposição de recurso e concessão de contrarrazões, conforme publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição nº 2.113.
Aberto prazo para oferecimento de contrarrazões conforme publicação em Diário Oficial, o licitante **ROBERTO MARTINS JÚNIOR-ME "IMUNIZADORA BARÃO", CNPJ: 10.172,710/0001-52**, apresentou tempestivamente as contrarrazões de acordo com inciso XVIII do art 4 da Lei Federal nº 10.520/02.

Em contrarrazão alega o licitante **ROBERTO MARTINS JÚNIOR-ME "IMUNIZADORA BARÃO"** empresa RECORRIDA:

Que *na sessão pública, fora verificado que o RECORRIDO apresentou documentação em estrita observância com os itens 58 ao 65.4. Sendo devidamente declarado vencedor, haja vista o atendimento in totum as exigências consignadas no edital, bem como por ter apresentado proposta mais vantajosa para a administração pública.*
RESULTADO DA SESSÃO PÚBLICA

Após a fase de análise de propostas e fase de lances/negociação passou-se a abertura do envelope contendo os documentos de habilitação do ***licitante: ROBERTO MARTINS JÚNIOR-ME "IMUNIZADORA BARÃO", CNPJ: 10.172,710/0001-52*** *e* ***CLASSIFICADO E VENCEDOR conforme MAPA DE FASE DE LANCES/NEGOCIAÇÃO.***
Diante da aceitabilidade da proposta/lances/negociação e regularidade frente às exigências de habilitação contidas no instrumento convocatório, fora declarado pelo Pregoeiro, vencedora do certame, conforme mapa de apuração, a empresa: ***ROBERTO MARTINS JÚNIOR-ME "IMUNIZADORA BARÃO", CNPJ: 10.172,710/0001-52.***

Que *em que pese a devida análise de conformidade do documentação realizada pela comissão de licitação, que acertadamente decidiu por declarar vencedora o RECORRIDO, por esta ter atendido plenamente todas as exigências do edital. Que insurgindo-se da decisão, a RECORRENTE apresentou recurso por discordar do ato administrativo praticado pela comissão de licitação, alegando as seguintes razões:*
O licitante ***JOSÉ AVAILTON DA CUNHA-ME "IMPACTO SAÚDE AMBIENTAL", CNPJ: 06.248.164/0001-19****, informou que tem interesse de interpor recurso conforme item 69 do edital de Pregão Presencial SRP n° 031/2019****. Em breve síntese alega que: o licitante vencedor deixou de apresentar licença ambiental e documentação do ART junto ao conselho veterinário.***
Que *não obstante o pedido de esclarecimento feito pelo RECORRENTE em 11 de setembro de 2019, ter sido devidamente respondido, conforme publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte em 13 de setembro de 2019, orientado que as regras expressas no edital permaneceriam inalteradas, é cristalino que a esta se aventura em suas razões*

recursais, tentando forçar a qualquer custo a inabilitação da licitante vencedora, ora requerida, haja vista que a questão já ter sido resolvida.
***Que** nesse sentido, o melhor juízo é de que afastar a licitante que ofereceu menor preço, decorrente de exigências, **não dispostas no edital** não seria o melhor par o interesse do Poder Público.*

***Que** as alegações presentes no recurso, ora contrarrazoado, não merecem prosperar, eis que é desarrazoada e eivada de mero inconformismo, pois o RECORRIDO atendeu, de forma tempestiva, toda documentação contida no edital do procedimento licitatório em comento.*

***Que** a desclassificação da licitação vencedora, que apresentou proposta mais vantajosa para a administração, seguiu à risca toda a documentação, de forma tempestiva e atendendo o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, resultaria em prejuízo para administração pública.*
***Que** caso haja descumprimento ou influência, por parte da contratada, n na execução do serviço, a administração pública aplicará as sanções previstas em lei para sanar possíveis descumprimentos contratuais.*

***Que** "Alvarás e licenças" são documentos necessários para a prestação de serviços de controle de pragas, contudo a obrigatoriedade da apresentação de tais documentos, como requisito de habilitação, não encontra amparo na legislação vigente, doutrina e nem na jurisprudência, por não estar contido na relação de documentos exigidos.*

***Que** o princípio da vinculação ao instrumento convocatório tem extrema importância e que por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque a violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa e que a Lei nº 8666/93 veda qualquer cláusula ou condição que fruste o caráter competitivo das Licitações, uma vez que o rol dos art 27 a 31 é taxativo, ou seja, não admite que a autoridade amplie suas exigências , não seria razoável desabilitar a licitante Roberto Martins Junior - ME.*

Por fim requer o RECORRIDO:

O indeferimento total do recurso apresentado pela RECORRENTE, negando-lhe o provimento, consoante a fundamentação elencada, e, em ato contínuo, que sejam encaminhados os autos para que a autoridade faça a deliberação, com o prosseguimento do feito, para que seja devidamente adjudicada e homologada a empresa Roberto Martins Junior – ME, eis que foram atendidas as exigências consignadas no instrumento convocatório e demais legislações pertinentes.

MÉRITO

Da atuação do Pregoeiro.

a) A Lei nº 8.666/93, que regulamenta as licitações, estabelece:

*Art. 3 o A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos**.(grifo meu)*
(...)
Art.41.A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.
§1oQualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco)dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três)dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no §1odo art. 113.
§2oDecairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

b) A Lei nº 10.520/02, que regulamenta a modalidade Pregão, estabelece:
Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:
(...)
*IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, **o pregoeiro e respectiva equipe de apoio**, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.*
(...)
*§ 2º No âmbito do Ministério da Defesa, as funções de **pregoeiro** e de membro da equipe de apoio poderão ser desempenhadas por militares.*
*Art. 9º Aplicam-se subsidiariamente, **para a modalidade de pregão, as normas daLei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.***

Com relação ao procedimento formal adotado pelo Pregoeiro, ensinou o doutrinador Hely Lopes Meirelles:

"Procedimento formal significa que a licitação está vinculada às prescrições legais que a regem em todos os seus atos e fases. Não só a lei, mas o regulamento, as instruções complementares e o edital pautam o procedimento da licitação, vinculando a Administração e os licitantes a todas as exigências, desde a convocação dos interessados até a homologação do julgamento".

Vale trazer a lume o que preceitua a própria Lei de Licitações em seu artigo 43, **In Ver bis**:
Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos: (...) § 1 o A abertura dos envelopes contendo a documentação para habilitação e as propostas será realizada sempre em ato público previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pela Comissão. § 2 o Todos os documentos e propostas serão rubricados pelos licitantes presentes e pela Comissão.
§ 3 o É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Como visto nos artigos acima elencados e na doutrina, a atuação do Pregoeiro atendeu estritamente ao estabelecido na Lei, em especial aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos e com observância expressa ao princípio constitucional da isonomia entre os licitantes.

De início será analisado os argumentos exposto pela RECORRENTE, posteriormente será feito analise das contrarrazões do recorrido, sendo ao final realizada uma conclusão e decisão.

Das alegações do RECORRENTE JOSÉ AVAILTON DA CUNHA-ME "IMPACTO SAÚDE AMBIENTAL", CNPJ: 06.248.164/0001-19 de que a empresa ROBERTO MARTINS JUNIOR – ME "IMUNIZADORA BARÃO" vencedora do pregão supra, **DEVE SER INABILITADA**, ***conforme vários argumentos expostos no recurso administrativo em virtude de não dispor da Licença de Operação Ambiental, do Registro da PJ e do registro do seu Responsável Técnico no Conselho de Classe pertinente***. (grifo e negrito meu)

Reexaminando o decidido, fora verificado que são improcedentes os argumentos do RECORRENTE, não há nenhuma exigência editalícia referente à licenças e registros, conforme se observa nos requisitos de habilitação constantes do item 58 e subitens nº 59.3.1, nº 59.3.1.1, nº 59.3.2, nº 59.3.4, nº 59.3.5 e nº 59.3.6 do item 59.3. **In Verbis**:

DA DOCUMENTAÇÃO
58. As licitantes terão suas condições de habilitação verificadas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio e deverão apresentar em envelope fechado os documentos relacionados a seguir:
(...)
59.3. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OUTROS DOCUMENTOS:
59.3.1. Apresentar, no mínimo, 01(um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado atestando a execução do serviço objeto deste edital.
59.3.1.1. O Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito privado deverá(ão) vir com firma reconhecida.
59.3.2. Apresentar declaração do licitante de que recebeu todos os documentos necessários à sua participação no certame e de que tomou conhecimento de todas as informações técnicas e das condições para o cumprimento das obrigações objeto do futuro contrato;
59.3.4. Apresentar declaração de que o licitante não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou de sociedade mista, deste órgão celebrante;
59.3.5. Apresentar declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
59.3.6. É facultado ao Pregoeiro e a Equipe Técnica de Apoio, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência nas dependências do local de fabricação e/ou armazenamento dos produtos cotados, destinada a esclarecer ou complementar as informações.

Em seus argumentos o RECORRENTE tenta de todas as formas induzir *EM ERRO* a Administração Pública Municipal, insurge-se o recorrente contra a habilitação do recorrido ROBERTO MARTINS JÚNIOR-ME "IMUNIZADORA BARÃO", CNPJ: 10.172,710/0001-52,utilizando de semelhante argumentação proposta quando de seu questionamento/impugnação em data anterior a sessão publica, tendo sido na ocasião prestadas as devidas informações e inclusive com a manutenção das cláusulas editalícias, em que foram negadas inclusão da solicitação, das seguintes cláusulas as quais constavam no questionamento/impugnação do agora recorrente (doc nº 158 a 175). **In Verbis:**

Considerando que a QUALIFICAÇÃO TÉCNICA exigível para a execução dos serviços de controle de pragas, não se restringe apenas a Capacitação Técnica Operacional de aptidão, demonstrada através de ATESTADO(S), mas sim, de todas as LICENÇAS previstas em lei devido á característica dos serviços, o qual deve ser executado apenas por empresa especializada no caso pessoa jurídica/PJ, devidamente constituída, licenciada pelos órgãos competentes da Saúde e do Meio Ambiente, para prestar serviços de controle de vetores e pragas urbanas, conforme determina a RDC 052/2009 – ANVISA, ***solicitamos que seja acrescentada e/ou complementada a QUALIFICAÇÃO TECNICA que a RDC 052/2009 – ANVISA determina: (grifo meu)***
a. A empresa licitante ***deverá possuir Licença Sanitária de Funcionamento e Licença Ambiental****, documento que licencia a empresa especializada a exercer atividade de prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, que é concedida pelo órgão sanitário e ambiental competente. Conforme RDC 052/2009 – ANVISA.* ***(grifo meu)***
b. A empresa licitante ***deverá ter um Responsável Técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas,*** *devendo apresentar o registro deste profissional junto ao respectivo conselho. Conforme RDC 052/2009 – ANVISA;* ***(grifo meu)***
c. ***A empresa licitante deve possuir registro junto ao conselho profissional do seu responsável técnico, devendo apresentar a Certidão de Registro da PJ e Certidão de Regularidade e/ou quitação do Conselho de Classe habilitado*** *em fiscalizar a atividade que compõe o objeto desta licitação, conforme RDC 052/2009 – ANVISA.* ***(grifo meu)***
d. ***Apresentar Alvará de Funcionamento da empresa, emitido pelo órgão competente do município em que esteja sediada. (grifo meu)***

Há que se reforçar mais uma vez que edital, tão somente, elencou a metodologia, obrigações da futura contratada na execução dos serviços e que as demais deverão estar licenciadas junto a autoridade sanitária quando da execução dos serviços que constam no Termo de Referência (TR) elaborado pelo Setor Técnico, ***portanto, não existe a exigência de apresentação de licenças e alvarás no edital, nem poderia existir, haja vista que não constavam como exigência constante do TR, conforme se observa abaixo:***

2. JUSTIFICATIVA
(...)
2.2. Por recomendação da Vigilância Sanitária, tais serviços deverão ser contratados por empresas especializadas, devidamente licenciadas pela Autoridade Sanitária do Estado ou do Município para atender as necessidades de ação preventiva evitando a proliferação de pragas, eliminando as existentes.

8. DO LOCAL DO SERVIÇO PRESTADO
(...)
8.3.7. O cronograma de serviço e as prioridades serão identificados pela CONTRATANTE, por meio do fiscal de contrato. ***Somente podem ser utilizados os produtos saneantes desinfestantes devidamente registrados na ANVISA.(grifo meu)***

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
Retornar as embalagens vazias ao seu estabelecimento operacional logo após o seu uso, para inutilização e descarte, conforme Art. 15, da Resolução ANVISA nº 52, de 22 de outubro de 2009.
Observar as normas previstas na Resolução ANVISA Nº 52, de 22 de outubro de 2009.

Dos dispositivos constantes dos itens 2.2, 8.3.7, 11.17 e 11.18 do Termo de Referência observa-se claramente que a futura contrata deverá ser empresa especializada pela Autoridade Sanitária do Estado ou do Município, que somente podem utilizar produtos saneantes desinfestantes registrados na ANVISA, bem como o manuseio, inutilização e descarte das embalagens vazias, observando as normas previstas na Art. 15, da Resolução ANVISA nº 52, de 22 de outubro de 2009. Sendo assim cabe à futura contratada, conforme serviços a serem prestados, o registro e licenciamento nos órgãos de controle e fiscalização.

O licitante ROBERTO MARTINS JÚNIOR-ME "IMUNIZADORA BARÃO", CNPJ: 10.172,710/0001-52 apresentou a proposta mais vantajosa, tendo ao final de cinco rodadas de lances, sagrado vencedor, reduzindo o valor final conforme negociação constante da ata (folha nº 247) e após análise detalhada dos documentos de habilitação sido declarada vencedora do certame por atendimento integral dos requisitos do Edital.

É mister que se teça algumas observações. Embora o edital não tenha exigido, como documento de habilitação, o licitante ROBERTO MARTINS JÚNIOR-ME "IMUNIZADORA BARÃO apresentou o Alvará Sanitário emitido pela Secretaria Municipal de Saúde de Mossoró/RN vigente até 25 de março de 2019 (folha nº 225). Conforme exigência editalícia o licitante apresentou Atestados de Capacidade Técnica emitidos pelo Gabinete do Vice-Governador do Estado do Rio Grande do Norte, Companhia de Águas e Esgoto do Rio Grande do Norte, Farmácia Pague Menos e CACIM - Centro de Análises Clínicas e Imunológicas de Mossoró, corroborando que a empresa já atuou em órgãos públicos e empresas, em serviços compatíveis e pertinentes ao objeto desta licitação, demonstrando sua capacidade técnica (folhas nº 212 a 215).
Observa-se, portanto, que ***não assiste razão ao RECORRENTE JOSÉ AVAILTON DA CUNHA-ME "IMPACTO SAÚDE AMBIENTAL", CNPJ: 06.248.164/0001-19*** quando sustenta em seus argumentos que o licitante ROBERTO MARTINS JÚNIOR-ME "IMUNIZADORA BARÃO", CNPJ: 10.172,710/0001-52 *DEVA SER*

INABILITADO em virtude de não dispor da Licença de Operação Ambiental, do Registro da PJ e do registro do seu Responsável Técnico no Conselho de Classe pertinente, primeiro por não constar de exigência editalícia do Pregão em tela, segundo conforme o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, não se pode exigir documentos que não estejam previsto em norma editalícia.

Das contrarrazões apresentadas pelo ***RECORRIDO ROBERTO MARTINS JÚNIOR-ME "IMUNIZADORA BARÃO", CNPJ: 10.172,710/0001-52,*** entendo serem pertinentes haja vista que não se pode exigir aquilo que não está previsto no instrumento convocatório. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório *obriga a Administração e o licitante a observarem as normas e condições estabelecidas no ato convocatório. Nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no instrumento de convocação*, segue abaixo alguns julgados do Tribunal de Contas da União:

Acórdão 536/2007 Plenário
***Atente para o princípio da vinculação ao instrumento convocatório**, **bem assim abstenha-se de efetuar exigências que comprometam o caráter competitivo do certame**, em desacordo com o art. 3º, caput e § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993 (grifo meu)*

Acórdão 2387/2007 Plenário
***Observe** os princípios da transparência, **do julgamento objetivo, da vinculação ao instrumento convocatório e da escolha da proposta mais vantajosa para a Administração**, conforme regem os arts. 3º, art. 40, VII, art. 41, caput, 43, IV, art. 44, § 1º e art. 45, da Lei nº 8.666/1993 (grifo meu)*

Acórdão 204/2008 Plenário (Relatório do Ministro Relator)
Zele para que não sejam adotados procedimentos que contrariem, direta ou indiretamente, o princípio básico da vinculação ao instrumento convocatório, de acordo com os arts. 3º e 41 da Lei nº 8.666/1993 *(grifo meu)*

Acórdão 1330/2008 Plenário
***Abstenha-se de incluir em instrumentos convocatórios exigências não justificadas que restrinjam o caráter competitivo das licitações**, em observância ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e em atendimento aos dispositivos legais que vedam cláusulas editalícias restritivas da competitividade, em especial o art. 3º, § 1º, inciso I, o art. 30, § 1º, inciso I, e § 5º, da Lei nº 8.666/1993 (grifo meu)*

Acórdão 1046/2008 Plenário
***Abstenha-se de aceitar propostas de bens com características diferentes das especificadas em edital**, em respeito ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório, consoante o art. 3º da Lei nº 8.666/1993 (grifo meu)*

Acórdão 1552/2008 Plenário (Sumário)
***As exigências editalícias devem limitar-se ao necessário para o cumprimento do objeto licitado**, de modo a evitar a restrição ao caráter competitivo do certame. (grifo meu)*

Acórdão 1729/2008 Plenário (Voto do Ministro Relator)
(...)
***A licitação destina-se a garantir a observância do princípio** constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, nos termos do art. 3º do Estatuto de Licitações e Contratos**(grifo meu)*

Acórdão 6198/2009 Primeira Câmara (Sumário)
***Observe o princípio da vinculação ao instrumento convocatório**, de acordo com as disposições exaradas especialmente no art. 3º da Lei 8.666/1993 (grifo meu)*

Sendo assim ratifica-se mais vez que o RECORRENTE insurge-se contra habilitação do RECORRIDO ROBERTO MARTINS JUNIOR – ME "IMUNIZADORA BARÃO" argumentando exigências (***Licença de Operação Ambiental, do Registro da PJ e do registro do seu Responsável Técnico no Conselho de Classe pertinente)*** não contidas no instrumento convocatório, portanto, não merece prosperar esses argumentos por estarem indo de encontro ao que determina o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Assim, a habilitação do recorrido deu-se por ter atendido ao estabelecido no Edital, de forma objetiva e dentro da estrita legalidade.

DA DECISÃO

Nos termos da fundamentação supra, este Pregoeiro, decide pela *IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO* interposto pelo RECORRENTE JOSÉ AVAILTON DA CUNHA-ME "IMPACTO SAÚDE AMBIENTAL", CNPJ: 06.248.164/0001-19 e pela ratificação dos termos constantes do julgamento do Pregão Presencial SRP nº 031/2019, do qual sagrou-se vencedor do certame o licitante ROBERTO MARTINS JÚNIOR-ME "IMUNIZADORA BARÃO", CNPJ: 10.172,710/0001-52 por ter atendido integralmente os requisitos constantes do Edital do Pregão em epígrafe, conforme às folhas nº 246 a 249, com base no edital, na legislação, na doutrina e na jurisprudência aplicáveis.

Encaminho à Procuradoria Jurídica, o processo em epígrafe, para fins de emissão de Parecer Jurídico frente à legalidade processual e análise dos atos praticados por este Pregoeiro visando balizar a posterior decisão pela Ordenadora de Despesas.

Após parecer circunstanciado da Procuradoria Jurídica os autos deverão ser encaminhados à Ordenadora de Despesas para decisão, cuja publicação deste julgamento será feita na forma da Lei e permanecem com vista franqueada aos licitantes participantes, aos Órgãos de Controle Externo/Órgãos Fiscalizadores e a sociedade.

O Pregoeiro Municipal, nada mais havendo a tratar, determina a publicação do resultado do julgamento do recurso administrativo na Imprensa Oficial.

Baraúna/RN, 02 de outubro de 2019.

MADSON FERREIRA DE MELO
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Madson Ferreira de Melo
Código Identificador:105D5E76

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/2019 SRP – PROCESSO Nº. 07100001/19

Licitação destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte
O Prefeito Municipal de Barcelona/RN, no uso de suas atribuições, através do pregoeiro nomeado pela Portaria n.º 182/2019 de 08 de janeiro de 2019 – Edição 1930 - FEMURN; torna público o Pregão nº. 025/2019, com o objetivo de Registro de preços para Aquisição de Tendas do tipo pirâmide, de tamanhos variados, a serem utilizadas nos eventos realizados pelas diversas secretarias deste município, de acordo com as informações constantes no anexo I – Termo de Referência. Os envelopes relativos à Proposta de Preços e Documentação poderão ser entregues até o dia 21 de outubro de 2019 a partir das 09h00m horas, na Sala de Licitações na sede da Prefeitura Mun. de Barcelona, sito a Rua Major Arthur, 73 – Centro – Barcelona/RN. O Edital contendo maiores informações será entregue pelo Pregoeiro, de Segunda a Sexta-Feira, das 08 às 12 horas aos interessados, na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima mencionado ou na página www.barcelona.rn.gov.br e esclarecimentos serão prestados pelo e-mail: cpl.pmbarcelona@gmail.com ou pelo telefone (84) 3259-0053.

Barcelona/RN, em 07 de outubro de 2019.

RUBENS SUASSUNA CARNEIRO
Pregoeiro.

Publicado por:
Rubens Suassuna Carneiro
Código Identificador:D328992E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2019 SRP – PROCESSO Nº. 07100002/19

Licitação destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte
O Prefeito Municipal de Barcelona/RN, no uso de suas atribuições, através do pregoeiro nomeado pela Portaria n.º 182/2019 de 08 de janeiro de 2019 – Edição 1930 - FEMURN; torna público o Pregão nº. 025/2019, com o objetivo de Registro de preços para aquisição de pneus novos diversos, protetor de pneus e câmaras de ar, baterias automotivas diversas, para atendimento da frota municipal de veículos e máquinas suprindo as necessidades da administração municipal; fundos municipais de saúde e assistência social, especificados no Anexo I Termo de Referência. Os envelopes relativos à Proposta de Preços e Documentação poderão ser entregues até o dia 21 de outubro de 2019 a partir das 14h00m horas, na Sala de Licitações na sede da Prefeitura Mun. de Barcelona, sito a Rua Major Arthur, 73 – Centro – Barcelona/RN. O Edital contendo maiores informações será entregue pelo Pregoeiro, de Segunda a Sexta-Feira, das 08 às 12 horas aos interessados, na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima mencionado ou na página www.barcelona.rn.gov.br e esclarecimentos serão prestados pelo e-mail: cpl.pmbarcelona@gmail.com ou pelo telefone (84) 3259-0053.

Barcelona/RN, em 07 de outubro de 2019.

RUBENS SUASSUNA CARNEIRO
Pregoeiro.

Publicado por:
Rubens Suassuna Carneiro
Código Identificador:9EEB7427

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 406, DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.

EMENTA: DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO CORRENTE, PARA O FIM QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VICENTE MAFRA NETO, PREFEITO MUNICIPAL DE BARCELONA-RN, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAÇO SABER QUE a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial ao Orçamento do exercício vigente, no valor de R$ 108.070,00 (cento e oito mil e setenta reais), destinado ao atendimento de ações/atividades na manutenção da educação básica municipal, com aporte de recursos oriundo de Termo de Compromisso nº 201804142-8-Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE e recursos do Programa Brasil Carinhoso-MEC/FNDE, na forma abaixo.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adicionar em seu Orçamento Programa a seguinte dotação orçamentária:

Acréscimo ao orçamento:		
Códigos	**Especificação**	**Valores**
2007	Secretaria Municipal de Educação	
12	Educação	
361	Ensino Fundamental	
1.325	PTA FNDE EDUCAÇÃO-TCOMPROMISSO 201804142	
Despesa: 339030-Material de Consumo		R$ 98.070,00
11240000 - Outras transferências do FNDE		
TOTAL DA AÇÃO		R$ 98.070,00
Códigos	**Especificação**	**Valores**
2007	Secretaria Municipal de Educação	
12	Educação	
361	Ensino Fundamental	
1.326	PROGRAMA BRASIL CARINHOSO	
Despesa: 339030-Material de Consumo		R$ 5.000,00
Despesa: 339039-Outros Serv. T. P. Jurídica		R$ 3.000,00
Despesa: 449052-Equip. e Mat. Permanente		R$ 2.000,00
11240000-Outras transferências do FNDE		
TOTAL DA AÇÃO		R$ 10.000,00
TOTAL DO ACRÉSCIMO AO ORÇAMENTO		**R$ 108.070,00**

Art. 3° - Para cobertura das despesas criadas e que serão incorporadas ao Orçamento, por Decreto do Executivo, servirão como fonte de recursos a anulação das despesas na seguinte dotação orçamentária;

Códigos	**Especificação**	**Valores**
2007	Secretaria Municipal de Educação	
8	Educação de Qualidade	
365	Educação Infantil	
2.58	Manutenção das atividades da Educação Básica-Magistério Infantil	
Despesa: 319004- Contratação por Tempo Determinado		R$ 50.000,00
319011- Vencimentos e Vantagens Fixas- Pessoal Civil.....		R$ 40.000,00
319013- Obrigações Patronais.....		R$ 18.070,00
11120000 - Transferências do fundeb 60%		
TOTAL DA AÇÃO		R$ 108.070,00
TOTAL DE REDUÇÃO AO ORÇAMENTO		**R$ 108.070,00**

Art. 4° - O presente crédito adicional, tem amparo legal no artigo 40 e 43 da Lei n° 4.320/64 de 17 de março de 1964, e os recursos financeiros são oriundos do Termo de Compromisso nº 201804142-8-Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e recursos do Programa Brasil Carinhoso - MEC/FNDE.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edificio Manoel Guedes da Fonseca em Barcelona/RN, 02 de outubro de 2019

VICENTE MAFRA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Edson de Lira
Código Identificador:54D4CD24

GABINETE DO PREFEITO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL
EDITAL Nº 005/2019

Publica o resultado da eleição do Conselho Tutelar de Barcelona/RN.

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução 001/2019 - CMDCA, torna público o resultado da eleição dos membros do Conselho Tutelar do município de Barcelona/RN, realizada no dia 06 de outubro de 2019.

Classificação **Titulares**	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
1º	CLAÚDIO MADSON DE OLIVEIRA	587
2º	JERDIANE KELES DA SILVA CRUZ	561
3º	CLARA HIROCHYMA DE ARAÚJO GOMES	496
4º	MILENA MARQUES DE SOUZA	494
5º	JOSÉ JADSON DE LIMA	472
Classificação **Suplentes**	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
6º	LUCINEIDE COSTA DA SILVA	416
7º	MARCOS FERNANDO BERNARDO DA SILVA	413
8º	MOISÉS DA SILVA COSME	410
9º	RONNIE RICARDO DA SILVA	386
10º	JOSÉ ISRAEL DA SILVA	376
11º	MANOEL ELIAS DA SILVA	342
12º	MARCELO VICTOR COSTA FIRMINO	307
13º	VANDEIRES CESAR BORGES DE LIMA	285
14º	MARIA SALETE GOMES DA CRUZ	276
15º	ERCHELLY INGRID DA SILVA	187

Fica aberto o prazo de 08 a 14/10/19, a contar da publicação do presente Edital, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista no item 5/5.21 do Edital nº 001/2019 – CMDCA.
A homologação final do resultado da eleição dar-se-á pelo CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,após a análise dos recursos apresentados no prazo legal, no dia 23 de outubro do corrente ano.

Barcelona/RN, 07 de outubro de 2019.

JAINE DE MACEDO PONTES
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
José Edson de Lira
Código Identificador:9011E433

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 034/2019 – SRP.

O MUNICÍPIO DE BOA SAÚDE/RN, através do Pregoeiro Municipal, designado através da Portaria nº. 139/2018 de 20/11/2018, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, sob o regime de Registro de preços para contratação de pessoa jurídica do ramo, visando à realização de exames laboratoriais utilizando equipamentos adequados, incluindo o fornecimento de Reagentes, bem como o fornecimento de produtos complementares pelo prazo de validade do contrato de 12 (doze) meses, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Boa Saúde – RN, com abertura marcada para o dia **22/10/2019**, **às 09h**, na sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura, situado na Rua Manoel Joaquim de Souza, nº 434, Centro, Boa Saúde/RN. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no horário das 08h às 13h, em dias úteis, no endereço supracitado. Maiores informações pelo Fone/Fax: 84 3256.2226 ou através do correio eletrônico cplboasaudern@gmail.com

Boa Saúde/RN, 07 de outubro de 2019.

GIRLANDIO DOS SANTOS NASCIMENTO
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Ana Carolina dos Santos Costa
Código Identificador:E6BB9143

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 133

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 28080002 - **PREGÃO PRESENCIAL:** 24/2018 - **CONTRATO** Nº 133
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE; CNPJ Nº 08.142.655/0001-06
CONTRATADO: CARLOS HENRIQUE NOGUEIRA DO NASCIMENTO - EPP; CNPJ: 16.874.662/0001-20
OBJETO: Contratação de saldo remanescente da Ata de registro de Preços nº 20/2018 do PP nº 24/2018 referente a aquisição de material de higiene, limpeza e descartáveis para atender as necessidades das secretarias municipais de Boa Saúde/RN.
VALOR TOTAL: R$ 102.921,22 (cento e dois mil, novecentos e vinte e um reais e vinte e dois centavos)
DATA DE ASSINATURA: 07/10/2019
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 07/10 a 31/12/2019
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8666/93
DAS ASSINATURAS: Pela Contratante: a Sr.ª Maria Edice Francisco e Félix- Prefeita. Pela Contratada: o Sr. Carlos Henrique Nogueira do Nascimento; CPF n° 030.703.894-73
Testemunhas: assinaturas no termo de contrato

Publicado por:
Ana Carolina dos Santos Costa
Código Identificador:A3B45959

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 134

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 28080002 – **PREGÃO PRESENCIAL:** 24/2018 - **CONTRATO** Nº 134
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE; CNPJ Nº 08.142.655/0001-06
CONTRATADO: CAVALCANTE & CIA LTDA ME; CNPJ: 10.655.938/0001-01
OBJETO: Contratação de saldo remanescente da Ata de registro de Preços nº 20/2018 do PP nº 24/2018 referente a aquisição de material de higiene, limpeza e descartáveis para atender as necessidades das secretarias municipais de Boa Saúde/RN
VALOR TOTAL: R$ 16.210,66 (dezesseis mil, duzentos e dez reais e sessenta e seis centavos)
DATA DE ASSINATURA: 07/10/2019
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 07/10 a 31/12/2019
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8666/93
DAS ASSINATURAS: Pela Contratante: a Sr.ª Maria Edice Francisco e Félix- Prefeita. Pela Contratada: o Sr. Fausto Cavalcante da Silva Júnior; CPF n° 671.046.224-20
Testemunhas: assinaturas no termo de contrato

Publicado por:
Ana Carolina dos Santos Costa
Código Identificador:0BB562C2

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO N° 135

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 28080002 - **PREGÃO PRESENCIAL:** 24/2018 - **CONTRATO** Nº 135
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE; CNPJ Nº 08.142.655/0001-06
CONTRATADO: K & N PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA; CNPJ: 26.393.618/0001-52
OBJETO: Contratação de saldo remanescente da Ata de registro de Preços nº 20/2018 do PP nº 24/2018 referente a aquisição de material de higiene, limpeza e descartáveis para atender as necessidades das secretarias municipais de Boa Saúde/RN
VALOR TOTAL: R$ 100.348,33 (cem mil, trezentos e quarenta e oito reais e trinta e três centavos)
DATA DE ASSINATURA: 07/10/2019
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 07/10 a 31/12/2019
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8666/93.
DAS ASSINATURAS: Pela Contratante: a Sr.ª Maria Edice Francisco e Félix- Prefeita. Pela Contratada: a Srª. Nicely Cavalcante de Souza; CPF n° 851.289.454-72
Testemunhas: assinaturas no termo de contrato

Publicado por:
Ana Carolina dos Santos Costa
Código Identificador:FC691900

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 136

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 28080002 - **PREGÃO PRESENCIAL:** 24/2018 - **CONTRATO** Nº 136
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE; CNPJ Nº 08.142.655/0001-06
CONTRATADO: SILVESTRE CHAGAS DE OLIVEIRA; CNPJ: 10.561.980/0001-55
OBJETO: Contratação de saldo remanescente da Ata de registro de Preços nº 20/2018 do PP nº 24/2018 referente a aquisição de material de higiene, limpeza e descartáveis para atender as necessidades das secretarias municipais de Boa Saúde/RN
VALOR TOTAL: R$ 3.724,55 (três mil, setecentos e vinte e quatro reais e cinquenta e cinco centavos)
DATA DE ASSINATURA: 07/10/2019

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 07/10 a 31/12/2019
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8666/93.
DAS ASSINATURAS: Pela Contratante: a Sr.ª Maria Edice Francisco e Félix- Prefeita. Pela Contratada: o Sr. Deivid Luam Matos; CPF n° 099.383.294-62
Testemunhas: assinaturas no termo de contrato

Publicado por:
Ana Carolina dos Santos Costa
Código Identificador:49783392

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 137

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 04090001 - **PREGÃO PRESENCIAL:** 27/2018 - **CONTRATO** Nº 137
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE; CNPJ Nº 08.142.655/0001-06
CONTRATADO: A M DOS SANTOS DA SILVA ME; CNPJ: 23.212.488/0001-16
OBJETO: Contrato do saldo remanescente da Ata de Registro de Preços nº 21/2018 do PP 27/2018, referente a aquisição de material de expediente a fim atender as necessidades das secretarias municipais de Boa Saúde/RN.
VALOR TOTAL: R$ 12.988,21 (doze mil, novecentos e oitenta e oito reais e vinte e um centavos)
DATA DE ASSINATURA: 07/10/2019
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 07/10 a 31/12/2019
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8666/93.
DAS ASSINATURAS: Pela Contratante: a Sr.ª Maria Edice Francisco e Félix- Prefeita. Pela Contratada: o Sr. Francisco Franciélio da Cunha Silva; CPF n° 046.357.384-69
Testemunhas: assinaturas no termo de contrato

Publicado por:
Ana Carolina dos Santos Costa
Código Identificador:752D8556

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 138

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 04090001 – **PREGÃO PRESENCIAL:** 27/2018 - **CONTRATO** Nº 138
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE; CNPJ Nº 08.142.655/0001-06
CONTRATADO: ELIAS AVELINO DOS SANTOS; CNPJ: 24.208.480/0001-49
OBJETO: Contrato do saldo remanescente da Ata de Registro de Preços nº 21/2018 do PP 27/2018, referente a aquisição de material de expediente a fim atender as necessidades das secretarias municipais de Boa Saúde/RN.
VALOR TOTAL: R$ 15.619,75 (quinze mil, seiscentos e dezenove reais e setenta e cinco centavos)
DATA DE ASSINATURA: 07/10/2019
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 07/10 a 31/12/2019
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8666/93.
DAS ASSINATURAS: Pela Contratante: a Sr.ª Maria Edice Francisco e Félix- Prefeita. Pela Contratada: o Sr. Leonardo Costa dos Santos; CPF n° 070.802.104-29
Testemunhas: assinaturas no termo de contrato

Publicado por:
Ana Carolina dos Santos Costa
Código Identificador:F25DD12D

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 139

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 04090001 - **PREGÃO PRESENCIAL:** 27/2018 - **CONTRATO** Nº 139
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE; CNPJ Nº 08.142.655/0001-06
CONTRATADO: ESCOLA & ESCRITÓRIO LIVRARIA E PAPELARIA LTDA; CNPJ: 00.800.611/0001-14
OBJETO: Contrato do saldo remanescente da Ata de Registro de Preços nº 21/2018 do PP 27/2018, referente a aquisição de material de expediente a fim atender as necessidades das secretarias municipais de Boa Saúde/RN.
VALOR TOTAL: R$ 16.784,32 (dezesseis mil, setecentos e oitenta e quatro reais e trinta e dois centavos)
DATA DE ASSINATURA: 07/10/2019
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 07/10 a 31/12/2019
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8666/93.
DAS ASSINATURAS: Pela Contratante: a Sr.ª Maria Edice Francisco e Félix- Prefeita. Pela Contratada: o Sr. Kleyber Tinoco de Andrade; CPF n° 000.647.304-09
Testemunhas: assinaturas no termo de contrato

Publicado por:
Ana Carolina dos Santos Costa
Código Identificador:7433FCCC

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 140

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 04090001 - **PREGÃO PRESENCIAL:** 27/2018 - **CONTRATO** Nº 140
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE; CNPJ Nº 08.142.655/0001-06
CONTRATADO: RADIANY F MALHEIRO - ME; CNPJ: 21.565.342/0001-29
OBJETO: Contrato do saldo remanescente da Ata de Registro de Preços nº 21/2018 do PP 27/2018, referente a aquisição de material de expediente a fim atender as necessidades das secretarias municipais de Boa Saúde/RN.
VALOR TOTAL: R$ 20.953,90 (vinte mil, novecentos e cinquenta e três reais e noventa centavos)
DATA DE ASSINATURA: 07/10/2019
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 07/10 a 31/12/2019
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8666/93.
DAS ASSINATURAS: Pela Contratante: a Sr.ª Maria Edice Francisco e Félix- Prefeita. Pela Contratada: o Sr. Ramon Coelho Miranda; CPF n° 065.160.014-64
Testemunhas: assinaturas no termo de contrato

Publicado por:
Ana Carolina dos Santos Costa
Código Identificador:DF6DA173

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BODÓ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE Nº 069 DE 07 DE OUTUBRO DE 2019-GP

PORTARIA DE Nº 069 DE 07 DE OUTUBRO DE 2019-GP

Dispõe sobre a constituição e nomeação do Comitê de Executivo do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município – PMSB/ de Bodó/RN, e da outras providências.

O prefeito Municipal de Bodó, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições constitucionais legais, que lhe são conferidas por Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007 que estabelece diretrizes para o Saneamento Básico e ainda de acordo com as Orientações Gerais da Fundação Nacional de Saúde-FUNASA.

RESOLVE:

Art. 1- Constituir e Nomear os Senhores e Senhoras abaixo relacionados para fazerem parte do **Comitê Executivo** para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Bodó-RN.

Art. 2º. A referida comissão em conformidade com as orientações será formada por uma equipe multidisciplinar na área de Saneamento Ambiental e terá a Seguinte composição:

GESTOR AMBIENTAL: Genilson Fagundes dos Santos

ENGENHEIRO CIVIL: Marcelo da Fonseca Lopes

PROFISSIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL; Rosiane Priscila Ferreira Da Silva

PROFISSIONAL DA ÁREA DE PEDAGOGIA: Raimunda Cristiane de Medeiros

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: Maria Gil Vanuza Silva

ESTAGIÁRIO EM SOCIOLOGIA: Francisco de Assis da Silva

TÉCNICO EM INFORMÁTICA: Francisco Hermeson da Silva Jesuíno

SECRETÁRIA: Rosangela Ribeiro da Silva

Art. 3º. A referida comissão executará o processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB. O comitê executivo desenvolverá todas as atividades previstas no Termo de Referência – TR da FUNASA e deverá se reunir sempre que for convocado pelos representantes do referido comitê.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo os seus eleitos.

Publica-se e Cumpra-se!

07 de outubro de 2019

MARCELO MARIO PORTO FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Isabele Souza Luiz
Código Identificador:CA5431DC

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL 007 DE 07 DE OUTUBRO DE 2019 COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DO PROCESSO DE ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

EDITAL Nº07 /2019

Divulga o resultado preliminar do processo de escolha para membro do Conselho Tutelar do município de Bodo/RN e abre prazo recursal.

O presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar de Bodo/RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução de nº01/2019 e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº045/200 e suas alterações, considerando a Resolução CONSEC nº 118/2019, torna público o **RESULTADO PRELIMINAR** do processo de escolha para membro do Conselho Tutelar do município de Bodó/RN, realizado no dia 06 de outubro de 2019.

1º Ariane Caroline da Silva, 198 votos – Eleita;
2º Elaine Elionária de Lima Bezerra, 130 votos – Eleita;
3° Lindalicy Medeiros Rodriguês, 124 votos – Eleita;
4º Ana Isaura dos Santos Paz, 122 votos – Eleita;
5º Jéssica Elaine Torquatio da Silva,114 votos - Eleita
6° Rosinaldo Adelino dos Santos, 105 votos – 1º suplente
7º Cleide Maria de Macedo Silva, 96 votos – 2ª suplente
8º José Vinicius de Carvalho Guimarães, 95 votos – 3ª suplente
9º Estella Tayná da Silva Victor, 84 votos – 4ª suplente
10º Patrícia Angélica Xavier Pereira, 67 votos – 5ª suplente

Fica aberto o prazo compreendido entre os dias 08 e 14 de outubro de 2019, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista no item 5.20 Edital nº 01/2019.

A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

Bodó/RN, 07 de outubro de 2019.

TALISSON FELIPE NUNES DA SILVA
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Camila Isabele Souza Luiz
Código Identificador:00B40E82

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003 DE 13 DE SETEMBRO DE 2019

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PARA PROVIMENTO DE CARGOS POR TEMPO DETERMINADO EDITAL 003/2019

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PARA PROVIMENTO DE CARGOS POR TEMPO DETERMINADO
EDITAL 003/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BODÓ, torna pública aretificaçãodo Anexo II do Edital 003/2019 da Prefeitura Municipal de Bodó, de 13 de setembro de 2019, conforme a seguir especificado, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido edital.
(...)

ANEXO II – CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ATIVIDADE	DATA
Publicação do Edital	16/09/2019
Período de inscrições	18/09/2019
Divulgação do resultado preliminar	01/10/2019
Entrevista Técnica	09/10/2019
Divulgação do resultado definitivo	15/10/2019

Comissão do Processo Seletivo Simplificado Município de Bodó/RN, em 07 de outubro de 2019.

Publicado por:
Camila Isabele Souza Luiz
Código Identificador:DE07DBDF

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO FINAL DA ETAPA 01 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATUAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 003/2019 DE 13 DE SETEMBRO DE 2019

RESULTADO FINAL DA ETAPA 01 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATUAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 003/2019 DE 13 DE SETEMBRO DE 2019

A Prefeitura Municipal de Bodó, Estado do Rio Grande do Norte, através da **COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO** – designado por meio da PORTARIA Nº 065/2019, DE 13 DE SETEMBRO DE 2019, no uso de suas atribuições legais, torna público Resultado Final do referido processo, referente a ETAPA 01 – ANALISE CURRICULAR, conforme item 5.2 do edital. Constando da lista de classificados para etapa subsequente, bem como relação de inscrições indeferidas.

CARGO: CUIDADOR EDUCACIONAL

CLASSIFICAÇÃO	N INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO	MOTIVO
1º	17	ANANILIA REGINA DE M FERREIRA	CLASSIFICADO	
2º	10	RITA DE CASSIA DA SILVA	CLASSIFICADO	
3º	13	MARIA NILDA PAULINA DE OLIVEIRA	CLASSIFICADO	
4º	23	CELI MARCAL DA SILVA	CLASSIFICADO	
5º	11	JULIANA DEBORA TEIXEIRA DOS SANTOS	CLASSIFICADO	
6º	22	CHEILA MAGDA DA SILVA FERREIRA	CLASSIFICADO	
7º	1	JOSEFA JAQUELINE DANTAS DE SOUZA	CLASSIFICADO	
8º	14	ANA CLAUDIA DA SILVA MACEDO BEZERRA	CLASSIFICADO	
9º	2	JOSÉ LEOMAR DA COSTA ARAUJO	CLASSIFICADO	
10º	4	ANA KELLY DA SILVA	CLASSIFICADO	
11º	9	JOSEFA JACIONEIDE DE FREITAS	CLASSIFICADO	
12º	5	JOSEFA ROSIGREDE LEONCIO DA SILVA	CLASSIFICADO	
13º	8	MILLENA SOARES DA SILVA	CLASSIFICADO	
	6	FRANCISCO VALDERI LIBERATO DA COSTA	INDEFERIDO	REQUISITOS DO CARGO
	12	LUCENILDA SOARES DE MEDEIROS	INDEFERIDO	REQUISITOS DO CARGO
	15	FABRICIA FERREIRA DA SILVA	INDEFERIDO	REQUISITOS DO CARGO
	16	ANA MARIA ARAUJO DOS SANTOS	INDEFERIDO	REQUISITOS DO CARGO
	18	ALINE REGINA DE OLIVEIRA SILVA	INDEFERIDO	REQUISITOS DO CARGO
	19	MARIA APARECIDA DOS SANTOS AUGUSTO	INDEFERIDO	REQUISITOS DO CARGO
	20	MARIA CLEONICE AUGUSTO DE ARAUJO	INDEFERIDO	REQUISITOS DO CARGO
	21	JOSÉ LEONARDO DOS SANTOS AUGUSTO	INDEFERIDO	REQUISITOS DO CARGO

CARGO: TECNICO DE ANALISES DE LABORATORIO

CLASSIFICAÇÃO	N INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO	MOTIVO
	3	MARIA OTAVIANA PEREIRA DE ARAUJO	INDEFERIDO	REQUISITOS DO CARGO
	7	MARIA GEORGIA DA SILVA DOS SANTOS	INDEFERIDO	REQUISITOS DO CARGO

CARGO: TECNICO DE NIVEL SUPERIOR DO CRAS (ADVOGADO)

CLASSIFICAÇÃO	N INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO	MOTIVO
1º	24	EVERALDO FRANCISCO DA SILVA	CLASSIFICADO	
2º	25	RENATA NATALLYA GUIMARÃES SANTOS	CLASSIFICADO	

MEDICO

CLASSIFICAÇÃO	N INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO	MOTIVO
--	--	NÃO HOUVE INSCRITO	--	--

Bodó, 07 de outubro de 2019

FRANCISCO VALDEREDO SOUZA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Francisco Hemersson da Silva Jesuíno
Código Identificador:08C7D0CB

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO SELETIVO 003/2019 - RESULTADO DOS RECURSOS

PROCESSO SELETIVO 003/2019 - RESULTADO DOS RECURSOS

A prefeitura Municipal de Bodó por meio da comissão do processo seletivo 003/2019, torna público que passado o período de pedido de esclarecimentos por parte dos candidatos, o resultado dos recursos impetrados estará disponível no site oficial dessa Prefeitura Municipal na data desta publicação.

Link para acesso: www.bodo.rn.gov.br

Bodó/RN, 07 de outubro de 2019

FRANCISCO VALDEREDO SOUZA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Francisco Hemersson da Silva Jesuíno
Código Identificador:6C054A94

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO DE CONTRATO

Prefeitura Municipal de Bom Jesus. Objeto: **Prorrogação da vigência do Contrato nº 085/2018 pelo período de 04 (quatro) meses**, cujo objeto é a Locação de um imóvel para funcionamento dos serviços da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social (SEMTHAS) de Bom Jesus/RN. Vigência do Aditivo: 09/09/2019 a 31/12/2019. Aditivo de Prazo esse fundamentado conforme disposto no Art. 57, II da Lei 8.666/93. Referente: Dispensa nº 025/2018. LICITANTE: MARIA ARLETE FERREIRA DA CUNHA, PORTADORA, CPF Nº 481.421.584-34. Assinatura do Aditivo: 09/09/2019.

Bom Jesus/RN, 09/09/2019.

CLÉCIO DA CÂMARA AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Claudio Gomes de Souza
Código Identificador:AF5E4C2B

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS - BJPREV
PORTARIA Nº 000025/2019 - CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNÁARIA

Aposentadoria Art. 3º da EC 47/2005

Ato/Portaria nº 000025/2019
Bom Jesus/RN, 07 de outubro de 2019.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Volunáaria por Idade e Tempo de Contribuição em favor da servidora MARIA JOSE NUNES VILELA.

A GERENTE DE PREVIDÊNCIA DO BJPREV - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso pleno de suas atribuições legais outorgadas nos termos do art. 70 e incisos, da Lei Municipal nº 364/2017, de 25 de maio de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o benefício de **Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição** com proventos Integrais à servidora **MARIA JOSE NUNES VILELA**, portadora do RG nº 590.628, SSP-RN, CPF nº 391.358.454-49, Efetiva, no cargo PROFESSOR P-3/G, Matrícula Funcional n.º 1881, lotada na Secretaria Municipal de Educação do Município de Bom Jesus, nos termos do art. **3º, incisos I, II, III da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005 c/c art. 35, incisos I, II e III da Lei Municipal 364/2017**, conforme processo do BJPREV nº 000012/2019, a partir desta data até a

posterior deliberação, com paridade e proventos integrais, acrescidos das seguintes vantagens:

04 (quatro) quinquênios correspondentes a 20% (vinte por cento).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

CLAUDETE GOMES DE SOUZA SILVA
Gerente de Previdência
BJPREV

Publicado por:
Hykkinen Lopes de Medeiros
Código Identificador:B078CA35

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 08/2019 - GP - RESULTADO DA ELEIÇÃO

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EDITAL Nº 08/2019

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução 01/2019- CMDCA torna público o resultado da eleição dos membros do Conselho Tutelar do município de Bom Jesus, realizada no dia 06 de outubro de 2019.

Classificação **Titulares**	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
1º	***Yara Larissa de Souza Melo***	257
2º	***Naedson Tayrone Lins da Silva***	239
3º	***Liziane Gomes Alves***	237
4º	***Claudia Rodrigues de Souza***	144
5º	***Jose Edvaldo Serafim de Farias***	115
Classificação **Suplentes**	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
6º	***Rodolfo Alexandre Fernandes Alves***	07

Fica aberto o prazo de 07 dias, a contar da publicação do presente Edital, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista no item 05 do Edital nº 01/2019- Gabinete do Prefeito.
A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

Bom Jesus, 07 de Outubro de 2019.

ANNY NAYNE FERNANDES DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Hykkinen Lopes de Medeiros
Código Identificador:DC08C732

GABINETE DO PREFEITO
PROJETO DE LEI Nº 393 DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

INSTITUI O DISTINTIVO E O UNIFORME PARA USO NAS ATIVIDADES DA DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO que a Defesa Civil trabalha na coordenação dos esforços entre governo e sociedade, objetivando a participação organizada e solidária nas emergências, sendo necessária a sua identificação;
CONSIDERANDO a importância de fomentar a cultura da solidariedade, demonstrando-se por intermédio do símbolo da família de mãos dadas protegida pelo triângulo da fraternidade, dentro de um círculo representativo do infinito;
CONSIDERANDO que a adoção de um uniforme pela Defesa Civil do Município de Bom Jesus, proporcionará melhor visibilidade às atividades desenvolvidas;
CONSIDERANDO que os Servidores da Coordenação de Defesa Civil, atuam em cenários onde o agente público deve ser facilmente reconhecido pela população atingida pelo evento adverso, assim como pelos demais agentes envolvidos;

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS/RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1ºFica instituído o distintivo da Defesa Civil do Município de Bom Jesus/RN, conforme apresentado no Anexo Único.

Art. 2º- Fica instituído o uniforme da Defesa Civil do Município de Bom Jesus, composto por:
I- camiseta, manga curta, gola redonda, em malha de verão, na cor laranja;
II- camisa social, manga longa, em tergal, na cor laranja;
III- colete, em brim, na cor laranja;
IV- calça, tipo operacional, c/bolsos nas pernas, em brim, na cor laranja;
V- capa de nylon, tipo morcego, na cor laranja;
VI- bota, meio cano, de couro, na cor preta;
VII- bota, cano longo, de borracha, na cor preta;
VIII- boné, em brim, na cor laranja;

Art. 3ºOs incisos I, II, III, e VIII, do artigo 2º, que trata do uniforme da Defesa Civil, deverão apresentar o brasão do Município de Bom Jesus e o distintivo da Defesa Civil, conforme disposto no inciso I, do art. 1º, podendo as cores serem alteradas para preto e proporcionalmente ao tamanho do uniforme, da seguinte forma:
I- os uniformes citados nos incisos I, II, III, do artigo 2º, deverão apresentar nas costas, as legendas "Defesa Civil" e logo abaixo "BOM JESUS-RN".
II – na parte superior, no lado esquerdo do peito, o distintivo da Defesa Civil de Bom Jesus, e no braço direito, na parte superior, o brasão do Município de Bom Jesus.
II- O boné citado no inciso VIII, do artigo 2º, deverá apresentar o distintivo da Defesa Civil, na parte frontal superior.
Art. 4ºTodos os uniformes arrolados no inciso I, do artigo 3º, deverão ser usados com uma tarja de identificação em velcro, na altura do peito, do lado direito, com o Tipo Sanguíneo do servidor na cor vermelha, e a expressão "Agente", na cor preta.
Art. 5ºO uso do uniforme, que trata a presente Lei, torna-se obrigatório para os integrantes da Defesa Civil do Município de Bom Jesus, no exercício de suas atividades operacionais
Parágrafo Único – Fica facultado o uso do uniforme, que trata a presente Lei, quando os integrantes da Defesa Civil do Município de Bom Jesus, forem convidados ou convocados como representantes da Defesa Civil de Bom Jesus para participar de sessões legislativas, eventos, reuniões, dentre outros.
Art. 6ºA Prefeitura Municipal de Bom Jesus disponibilizará, quando necessário, Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, aos integrantes da Defesa Civil para uso em suas atividades operacionais.
Art. 7ºEsta Lei entra em vigência na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CLÉCIO DA CÂMARA AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hykkinen Lopes de Medeiros
Código Identificador:8E4B1CB3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO PP 016/2019 SRP * REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

RESULTADO PP 016/2019 SRP
RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS- PP 016/2019.OBJETO:AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PSICOTROPICOS, TORNA PÚBLICO, QUE FOI CONSIDERADA VENCEDORAS AS SEGUINTES EMPRESAS PHOSPODONT LTDA, inscrito no CNPJ/MF, sob o nº 04.451.626/0001-75 ITENS 01 , 03, 04, 10, 14, 20, 24, 29, 32, 35, 38, 42, 47, 48, 55, 61 E 62 no VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$62.254,00 (sessenta e dois mil duzentos e cinqüenta e quatro reais); DROGAFONTE LTDA , inscrito no CNPJ/MF, sob o nº 08.778.201/0001-26 vencedora dos itens 05 ,09 ,12 ,13 ,15 ,16 ,17 ,18 ,23 ,26 ,27 ,31 ,33 ,36 ,37 ,39 ,40 ,43 ,51 ,53 ,56 ,57 ,58 ,64 e 66 no valor global de R$ 146.741,60 (cento e quarenta e seis mil setecentos e quarenta e um reais e sessenta centavos) E A A S WANDERLEY, inscrito no CNPJ/MF, sob o nº 04.279.658/0001-35 vencedora dos itens 02 ,06 ,07 ,08 ,11 ,19 ,21 ,22 ,25 ,28 ,30 ,34 ,41 ,44 ,45 ,46 ,49 ,50 ,52 ,54 ,59 ,60 ,63 e 65 no valor global de R$ 125.508,00 (cento e vinte e cinco mil quinhentos e oito reais) .

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

**republicado por incorreção.*

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:7AC99901

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PP 016/2019 SRP *
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 016/2019
##TEX Homologo pelo presente termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da comissão, referente à Licitação Pregão Presencial para registro de preço nº 016/2019.Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PSICOTROPICOS, TORNA PÚBLICO, QUE FOI CONSIDERADA VENCEDORAS AS SEGUINTES EMPRESAS PHOSPODONT LTDA, inscrito no CNPJ/MF, sob o nº 04.451.626/0001-75 ITENS 01 , 03, 04, 10, 14, 20, 24, 29, 32, 35, 38, 42, 47, 48, 55, 61 E 62 no VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$62.254,00 (sessenta e dois mil duzentos e cinqüenta e quatro reais); DROGAFONTE LTDA , inscrito no CNPJ/MF, sob o nº 08.778.201/0001-26 vencedora dos itens 05, 09, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 23, 26, 27, 31, 33, 36, 37, 39, 40, 43, 51, 53, 56, 57, 58, 64 e 66 no valor global de R$ 146.741,60 (cento e quarenta e seis mil setecentos e quarenta e um reais e sessenta centavos) E A A S WANDERLEY, inscrito no CNPJ/MF, sob o nº 04.279.658/0001-35 vencedora dos itens
02,06,07,08,11,19,21,22,25,28,30,34,41,44,45,46,49,50,52,54,59,60,63 e 65 no valor global de R$ 125.508,00 (cento e vinte e cinco mil quinhentos e oito reais). Prazo De execução:12 meses.

JOÃO BATISTA GOMES GONÇALVES
Prefeito municipal.

**republicado por incorreção.*

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:378D3F1F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO- PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 017/2019

A pregoeira do Municipal de Brejinho/RN, torna público a quem interessar que está aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial com sistema de registro de preços **Nº 017/2019**, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, OBJETO:** AQUISIÇÃO FUTURA DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme especificações contidas no Edital. Certame marcado para o dia **21 de outubro de 2019 ás 09:00h (nove horas),** no prédio sede da Prefeitura Municipal de Brejinho/RN, O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal e por e-mail: cpl.pmb@hotmail.com.

Brejinho/RN, em 02 de outubro de 2019.

ANA PAULA DA SILVA LIMA BARBOSA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Ana Paula da Silva Lima Barbosa
Código Identificador:4C42080B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DISPENSA 030-EXTRATO DE CONTRATO N°20190148

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº.....: 20190148

ORIGEM.....: SEM LICITAÇÃO Nº 030/2019

CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO

CONTRATADA(O).....: JOSE RICARDO PEREIRA DA SILVA

OBJETO.....: Contratação de tecnico capacitado para atuar junto a secretaria de agriculta assessorando a agricultura familiar do município de Brejinho-RN

PROGRAMA DE TRABALHO.....: Exercício 2019 Atividade 0209.201220073.2.063 Func.das Ativs.da Sec.Munic.de Agricultu ra e Desenvolvimento, Classificação econômica 3.3.90.36.00 Outros serv. de terceiros pessoa física, Subelemento 3.3.90.36.06, no valor de R$ 6.000,00

VIGÊNCIA.....: 20 de Setembro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

DATA DA ASSINATURA.....: 20 de Setembro de 2019

Publicado por:
Ana Paula da Silva Lima Barbosa
Código Identificador:9C515F26

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ADESÃO 006/2019-EXTRATO DE CONTRATO N° 20190149

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº.....: 20190149

ORIGEM.....: CARONA Nº ADESÃO 006/2019

CONTRATANTE.....: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

CONTRATADA(O).....: MASTERCOOP SAUDE

OBJETO.....: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL - SRP: Nº. 017/2019-PMMA-OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE SAÚDEJUNTO AO MUNICÍPIO.

VIGÊNCIA.....: 03 de Setembro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

DATA DA ASSINATURA.....: 03 de Setembro de 2019

Publicado por:
Ana Paula da Silva Lima Barbosa
Código Identificador:C66865C0

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 117/2019

DECRETO Nro 00117/19, de 02 de Agosto de 2019

Abre crédito adicional ao vigente orçamento da(o) Prefeitura Municipal de Brejinho , o crédito suplementar no valor de R$ 370.200,99 (Trezentos e Setenta Mil, Duzentos Reais e Noventa e Nove Centavos) para reforço de dotação(ões) orçamentária(s).

O(A) gestor(a) do(a) Prefeitura Municipal de Brejinho no uso de suas atribuições legais e de acordo com a autorização contida na lei nro. 713/18

D E C R E T A :

Art. 1o - Fica aberto adicional, na forma do anexo constante do presente instrumento, o crédito suplementar no valor de R$ 370.200,99 (Trezentos e Setenta Mil, Duzentos Reais e Noventa e Nove Centavos) para reforço de dotação(ões) orçamentária(s).

Art. 2o - Os recursos necessários à cobertura do crédito mencionado no artigo primeiro deste instrumento, serão obtidos na forma do Art.43 da Lei nro. 4.320, de 17 de março de 1964, sendo :

I - R$244.214,27 (Duzentos e Quarenta e Quatro Mil, Duzentos e Quatorze Reais e Vinte e Sete Centavos), através de ANULAÇÃO de dotações orçamentárias, de acordo com o inciso III, do art.43, da Lei Federal nro. 4.320/64, conforme discriminação constante no anexo II que é parte integrante do presente instrumento.

II - R$125.986,72 (Cento e Vinte e Cinco Mil, Novecentos e Oitenta e Seis Reais e Setenta e Dois Centavos), através do produto de OPERAÇÃO DE CRÉDITO realizada pelo Poder Executivo, devidamente autorizada an forma da lei, de acordo com o inciso IV, do art.43, da Lei Federal nro. 4.320/64, conforme demonstrativo anexo, que é parte integrante do presente Decreto.

Art. 3o - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brejinho, em 02 de Agosto de 2019

JOAO BATISTA GOMES GONÇALVES
Prefeito Municipal

Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Brejinho

Solicitação: CRÉDITO SUPLEMENTAR

ANEXO I a que se refere o DECRETO 00117/19 de 02 de Agosto de 2019, autorizado pela LEI 713/18.

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	FONTE	VALOR (R$)
PARA:			
02 05.	Secretaria Municipal de Infraestrutura		
15 122 0057 2.015	Func.das Ativs__da Sec.Munic.de Infraestrutura		
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
10010000	Recurso Ordinário		
		Oper.credito	300,00
3.3.90.47.00	Obrigações tributárias e contributivas		
10010000	Recurso Ordinário		
		Oper.credito	226,50
TOTAL Secretaria Municipal de Infraestrutura			526,50
PARA:			
02 06.	Sec.Munic.de Educação e Cultura		
12 361 0060 2.021	Func.do Ens.Fundam.Financ.com Rec. do FUNDEB 60%		
3.1.90.04.00	Contratação por tempo determinado		
11120000	Transferência do FUNDEB 60%		
		Anul.dotação	200.000,00
12 362 0060 2.026	Manutenção das ações do Programa de transporte Escolar/PETERN		
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
10010000	Recurso Ordinário		
		Anul.dotação	2.098,64
		Anul.dotação	950,03
		Anul.dotação	353,78
		Anul.dotação	826,80
		Anul.dotação	2.973,78
TOTAL Sec.Munic.de Educação e Cultura			207.203,03
PARA:			
02 07.	Fundo Municipal de Saude		
10 301 0004 2.044	Func.do Prog.de Atenção Basica Pab Fixo		
3.3.90.30.00	Material de consumo		
12140000	Transferência SUS Bloco de custeio		
		Oper.credito	10.433,65
		Anul.dotação	2.791,00
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
12140000	Transferência SUS Bloco de custeio		
		Oper.credito	110.025,00
10 305 0004 2.049	Func.do Prog.Vig.Epid.e Comb.a Endemias ECD		
3.1.90.04.00	Contratação por tempo determinado		
12140000	Transferência SUS Bloco de custeio		
		Anul.dotação	20.000,00
3.3.90.30.00	Material de consumo		
12140000	Transferência SUS Bloco de custeio		
		Anul.dotação	1.809,87
TOTAL Fundo Municipal de Saude			145.059,52
PARA:			
02 08.	Fundo Municipal de Assistencia Social		
08 243 0304 2.050	Func.das Ativs.do Cons.Tutelar da Criança e do Adolescente		
3.3.90.30.00	Material de consumo		
10010000	Recurso Ordinário		
		Oper.credito	2.591,20
08 244 0013 2.056	Func.do Centro de Ref.Espec.em Assit.Soc CREAS		
3.3.90.30.00	Material de consumo		
13110000	Transferência de Recurso do FNAS		
		Anul.dotação	2.410,37
08 244 0019 2.057	Man. das ações do centro de referencia de assist. social CRAS PAIF.		
3.3.90.30.00	Material de consumo		
13110000	Transferência de Recurso do FNAS		
		Oper.credito	2.410,37
TOTAL Fundo Municipal de Assistencia Social			7.411,94
PARA:			
02 10.	Sec.Munic.de Turismo e Desenvolvimento		
27 695 0079 2.064	Func.das Ativs.da Sec.Munic.de Turismo e Desenvolvimento		
3.1.90.04.00	Contratação por tempo determinado		
10010000	Recurso Ordinário		
		Anul.dotação	10.000,00
TOTAL Sec.Munic.de Turismo e Desenvolvimento			10.000,00
TOTAL GERAL			370.200,99

Brejinho, 02 de Agosto de 2019.

JOAO BATISTA GOMES GONÇALVES
Prefeito Municipal

Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Brejinho

Solicitação: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ANEXO II a que se refere o DECRETO 00117/19 de 02 de Agosto de 2019, autorizado pela LEI 713/18.

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	FONTE	VALOR (R$)
DE:			
02 03.	Sec.Munic.de Administração e Planejamento		
04 122 0034 2.007	Reforma e Manutenção do predio da Prefeitura Municipal		
4.4.90.51.00	Obras e instalações		
10010000	Recurso Ordinário		
			44.214,27
04 122 0038 2.010	Recolhimento previdenciario do INSS		
3.1.90.13.00	Obrigações patronais		
10010000	Recurso Ordinário		
			100.000,00
04 243 0044 1.006	pagamento dos compromissos pactuados com INSS e FGTS		
4.6.90.71.00	Principal da dívida contratual resgatado		
10010000	Recurso Ordinário		
			100.000,00
TOTAL Sec.Munic.de Administração e Planejam			244.214,27
TOTAL GERAL			244.214,27

Brejinho, 02 de Agosto de 2019.

JOAO BATISTA GOMES GONÇALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Paulino Alves
Código Identificador:A350E308

GABINETE DO PREFEITO
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EDITAL Nº 007/2019

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
EDITAL Nº 007/2019

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma daResolução 001/2019- CMDCA, torna público o resultado da eleição dos membros do Conselho Tutelar do município de Brejinho/RN, realizada no dia 06 de outubro de 2019.

Classificação Titulares	Nome do Candidato	Quantidade de Votos
1º	Andercléia Paulino Dantas	277
2º	Maria Eveline da Costa	255
3º	Aline Cristina da Silva Nascimento	204
4º	José Carlos Bezerra da Costa	204
5º	Marcelo da Cruz de Albuquerque	179
Classificação Suplentes	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
6º	João Paulo Franco de Oliveira	170
7º	Aleksandra Francisco da Silva	169
8º	Maria Rosangela da Silva	141
9º	Elielson Matias	117
10º	Edna Maria da Costa	106

Fica aberto o prazo de 08/10/2019 a 14/10/2019, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado. Os Julgamentos dos recursos serão de 15/10/2019 a 18/10/2019;
A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

Brejinho/RN, 07 de outubro de 2019.

MARCUS ANTÔNIO FRANÇA DE AMORIM
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Lidiane Paulino Alves
Código Identificador:09998020

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PP 019/2019

EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Pregão Presencial para Registro de Preços nº 019/2019.

Circunstanciado pelo Parecer de Julgamento apresentado pelo Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Caiçara do Rio do Vento, datado do dia 30 de setembro de 2019, indicou como vencedora da Licitação – Pregão Presencial com Registro de Preços nº 019/2019, a Empresa ***PIRES E DANTAS EMPREENDIMENTOS LTDA ME, CNPJ: 11.452.879/0001-29*** *com o valor global de* ***R$ 23.000,00 (Vinte e três mil reais),*** para *AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E GÁS DE COZINHA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS NO ÂMBITO MUNICIPAL*, conforme especificações contidas na sua proposta de preços, haja visto que foram as melhores apresentadas as Edilidades. Diante disso, autorizo a celebração dos instrumentos contratuais, tudo dentro das normas estabelecidas no referido edital.

Caiçara do Rio do Vento/RN, em 07 de outubro de 2019.

Prefeito Municipal.

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Baubino
Código Identificador:29EDDF89

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE CONVOCAÇÃO - PP 019/2019

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Processo número: 00967/2019.
Licitação: Pregão Presencial com Registro de Preços nº 019/2019.
Objeto: AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E GÁS DE COZINHA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS NO ÂMBITO MUNICIPAL.

Por este termo do Presidente da Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Caiçara do Rio do Vento/RN, fica **CONVOCADA,** para a assinatura da Ata de Registro de Preços, proveniente do referido processo, a empresa: ***PIRES E DANTAS EMPREENDIMENTOS LTDA ME, CNPJ: 11.452.879/0001-29,*** devendo comparecer junto a CPL no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da publicação deste, caso contrário, terá o instrumento contratual cancelado.

Caiçara do Rio do Vento/RN, 07 de outubro de 2019.

ANTONIO CARLOS VIANA BALBINO
Presidente da CPL/CRV

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Baubino
Código Identificador:435813B3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 047/201-GP

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO** – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o que dispõe a Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que destinada a regular a carreira doServidor públicobrasileiro, seus direitos e deveres, por analogia uma vez que não há Regime jurídico no âmbito municipal.
RESOLVE:
Art. **1°.** Defiro a licença para servidora Conceição de Maria Ribeiro da Silva, no prazo de 60 dias (28/08/2019 a 22/10/2019), por motivo de doença do seu cônjuge.
Art. **2º**. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Caiçara do Rio do Vento, 07 de outubro de 2019.

FELIPE MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhessika Thuanny Fernandes de Farias
Código Identificador:89A7BAED

GABINETE DO PREFEITO
COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DO PROCESSO DE ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR EDITAL Nº 07/2019

Divulga o resultado preliminar do processo de escolha para membro do Conselho Tutelar do município de Caiçara do Rio do Vento/RN e abre prazo recursal.

A presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar de Caiçara do Rio do Vento/RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução nº 01/2019 - CMDCA, e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 301/2005 e suas alterações, considerando a Resolução CONSEC nº 118/2019,

torna público o **RESULTADO PRELIMINAR** do processo de escolha para membro do Conselho Tutelar do município de Caiçara do Rio do Vento/RN, realizado no dia 06 de outubro de 2019.

1° Francisco Leandro da Costa – 438 votos. (Eleito)
2° Gilvanda Felipe da Silva – 373 votos. (Eleito)
3° Pedro Kácio Lisboa – 339 votos. (Eleito)
4° Antônio Costa Ribeiro – 313 votos. (Eleito)
5° Geiza Agostinho da Silva – 311 votos. (Eleito)
6° Virginia Karla do Nascimento Pereira Lisboa – 296 votos. (Suplente)
7° Marissônia Bezerra dos Santos Costa – 282 votos. (Suplente)
8° Veronica de Melo Fernandes Confessor – 278 votos. (Suplente)
9° José Dionizio da Câmara Junior – 266 votos. (Suplente)
10° Ana Raquel Faustino Pereira – 244. (Suplente)

Fica aberto o prazo compreendido entre os dias 08 e 14 de outubro de 2019, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado.
A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

Caiçara do Rio do Vento/RN, 07 de outubro de 2019.

FRANCISCA KATIANE AVELINO DA SILVA
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Jhessika Thuanny Fernandes de Farias
Código Identificador:97E889B2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 035/2019

PROCESSO CAICÓ/RN Nº 190816565 - INEXIGIBILIDADE Nº 028/2019

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 035/2019

CREDENCIANTE: Município de Caicó – RN; CREDENCIADA: **EULAMPIO DANTAS SEGUNDO EIRELI ME – CNPJ: 27.347.966/0001-56;** OBJETO: **Credenciamento de Profissionais da área de Saúde para execução dos seus respectivos processos de trabalho,** para atuar como plantonistas, de Pessoas Físicas e Jurídicas (empresas e microempresas) para prestação dos serviços profissionais ao CER – Centro Especializado em Reabilitação, Estabelecimento de Saúde para atendimento Regional, vinculado a Secretaria de Saúde do Município de Caicó/RN **do Termo de Credenciamento nº 035/2019**; VIGÊNCIA: 02 de setembro de 2019 a 02 de março de 2020; SUBSCRITORES: Robson de Araújo - pelo Credenciante e **EULAMPIO DANTAS SEGUNDO EIRELI ME – CNPJ: 27.347.966/0001-56**– pela Credenciada.

Caicó/ RN, 02 de setembro de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabrízio Dantas de Medeiros
Código Identificador:7487FC82

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 171/2019

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 171/2019
PREGÃO PRESENCIAL N° 088/2019– PROC. ADMINIST. MC/RN N° 2019.08.20.0041

PROMITENTE CONTRATANTE: Município de Caicó/RN - Prefeitura Municipal; **OBJETO: Registro de preços para possível contratação gradativa dos serviços de impressão gráfica do carnê de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana – IPTU e boleto referente a Taxa de Alvará de Localização e Funcionamento, Feira Livre e Permissionários, referente ao exercício de 2020**; **DATA DA ASSINATURA:** 07 de outubro 2019; **VIGÊNCIA**: um ano a contar da data de sua subscrição; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Pregão Presencial; **PROMITENTE CONTRATADA:** LIVIA KAROL OLIVEIRA DOS SANTOS – ME, inscrita no CNPJ nº 22.376.235/0001-15; **VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**: **R$ 86.790,00, (oitenta e seis mil setecentos e noventa reais).**

Caicó/RN, 07 de outubro de 2019.

Publicado por:
Tiago Douglas Cavalcante Carneiro
Código Identificador:C5DC9018

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1548/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1548/2019
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária(s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**PEDRO PEREIRA DE ARAÚJO**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	1.1027			
DOCUMENTOS:	CPF: 007.073.588-33	RG: 1.290.499-SSP/RN		
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância			
HORÁRIO DE SAÍDA:	16:00 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Veículo TORO QGL - 5294			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Lucas Vinícios, até a Casa de Apoio, o mesmo irá realizar tratamento de saúde durante a semana, em Natal/RN, no dia 01.10.2019.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**01/10/2019**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 01 de outubro de 2019.

LEILIANE DE ALBUQUERQUE DANTAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:CF55870A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1549/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1549/2019
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária(s), sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**ORIONNE KLEBER DOS SANTOS VALE**			
CARGO:	**Motorista**			
MATRÍCULA:	1118978-3			
DOCUMENTOS:	CPF: 082.834.164-80			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância			
HORÁRIO DE SAÍDA:	07:40 horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Veículo SIENA QGK - 9656			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Ana Patrícia Oliveira da Silva, para realizar consulta com Hematologista na Maternidade Januário Cicco, em Natal/RN no dia 02.10.2019.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**02/10/2019**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 02 de outubro de 2019.

LEILIANE DE ALBUQUERQUE DANTAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:87B57F18

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1550/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1550/2019
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	RONDINELLY SILVA VIEIRA			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	15809			
DOCUMENTOS:	CPF: 078.110.514-51	RG: 2.316.795		
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde			
HORÁRIO DE SAÍDA:	07:00 horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Veículo Ambulância QGS - 6720			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Valdemir Januário dos Santos, para realizar retorno de cirurgia no Hospital Memorial, em Natal/RN, no dia 02.10.2019.				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**02/10/2019**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 02 de outubro de 2019.

LEILIANE DE ALBUQUERQUE DANTAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:5B7F9D15

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1552/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1552/2019
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**EZEQUIEL MANUEL S. DE MEDEIROS**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	15243 - 1			
DOCUMENTOS:	CPF: 057.990.554-38			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde			
HORÁRIO DE SAÍDA:	03:00 horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	**Veículo SPIN QGQ - 8204**			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente David Alves Nogueira, para realizar consulta no CECAN, em Natal/RN, no dia 02.10.2019.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**02/10/2019**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 02 de outubro de 2019.

LEILIANE DE ALBUQUERQUE DANTAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:F656FCB4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1553/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1553/2019
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**ADELCIR AGOSTINHO DOS SANTOS**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	10002 – 1			
DOCUMENTOS:	CPF: 539.687.436-87			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde			
HORÁRIO DE SAÍDA:	17:30 horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	**Veículo Ambulância QGS - 3160**			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Buscar o (a) paciente Alberaneide Santos da Silva, por ter recebido alta medica no Hospital Ana Bezerra, em Santa Cruz/RN. No dia 02.10.2019.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Santa Cruz/RN**	**02/10/2019**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 02 de outubro de 2019.

LEILIANE DE ALBUQUERQUE DANTAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:E7BF004F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1554/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1554/2019
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária(s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**PEDRO PEREIRA DE ARAÚJO**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	1.1027			
DOCUMENTOS:	CPF: 007.073.588-33	RG: 1.290.499-SSP/RN		
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância			
HORÁRIO DE SAÍDA:	13:00 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Veículo TORO QGL - 5294			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Buscar o (a) paciente Pedro Benicio Wanderley Medeiros, que estava em tratamento intensivo de reabilitação na clínica CPRN, em Natal/RN, no dia 02.10.2019.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**02/10/2019**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 02 de outubro de 2019.

LEILIANE DE ALBUQUERQUE DANTAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:45D3B1E4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1556/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1556/2019
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01(uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**ABDÊNEGO FELIPE SILVA ANDRADE**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	1.5357			
DOCUMENTOS:	CPF: 011.945.144-13	RG: 1.825.227–SSP/RN		
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde			
HORÁRIO DE SAÍDA:	16:00 horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	**Veículo Ambulância QGS - 2150**			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Buscar o (a) paciente Raimundo Antônio da Rocha, por ter recebido alta hospitalar, o mesmo aguardava na Casa de Apoio, em Natal/RN. Dia 02.10.2019.				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**02/10/2019**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 02 de outubro de 2019.

LEILIANE DE ALBUQUERQUE DANTAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:52A839B4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1557/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1557/2019
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**EZEQUIEL MANUEL S. DE MEDEIROS**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	15243 - 1			
DOCUMENTOS:	CPF: 057.990.554-38			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde			
HORÁRIO DE SAÍDA:	05:30 horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	**Veículo GOL QGI - 9704**			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Vitoria Hellen Silva de Lucena, para Clinica INCER, em Currais Novos/RN, no dia 03.10.2019.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Currais Novos/RN**	**03/10/2019**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 02 de outubro de 2019.

LEILIANE DE ALBUQUERQUE DANTAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:822DC34E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1558/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1558/2019
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 1(uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**FRANCISCO CANINDÉ BEZERRA**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	11659			
DOCUMENTOS:	CPF: 637.393.054-87	RG: 980.520-SSP/RN		
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde			
HORÁRIO DE SAÍDA:	09:00 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Veículo SPIN QGQ - 8204			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Lauanny Ellen Costa de Araújo, até a Casa de Apoio Durval Paiva, em Natal/RN. No dia 03.10.2019.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**03/10/2019**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 02 de outubro de 2019.

LEILIANE DE ALBUQUERQUE DANTAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:603AAD74

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1559/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1559/2019
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**MARCIO GOMES CAMARA**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	8459-3			
DOCUMENTOS:	CPF: 598.019.724-91	RG: 1.444.174		
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde			
Horário de Saída:	13:40 horas			
Tipo do Transporte:	Veículo Gol QGI - 9684			
Objetivo da viagem				
Conduzir o (a) paciente Lyegia Mayara Souza dos Santos, para realizar retorno consulta na clínica Humanitare com Dr. Flaubert, em Currais Novos/RN, no dia 03.10.2019.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Currais Novos/RN**	**03/10/2019**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 02 de outubro de 2019.

LEILIANE DE ALBUQUERQUE DANTAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:0B78493D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1560/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1560/2019
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**EZEQUIEL MANUEL S. DE MEDEIROS**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	15243 - 1			
DOCUMENTOS:	CPF: 057.990.554-38			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde			
HORÁRIO DE SAÍDA:	04:00 horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	**Veículo SIENA QGK - 9656**			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Maria do Socorro Azevedo da Silveira Ferreira, para realizar tratamento no Hospital Walter Cantidio, em Fortaleza/CE, no dia 04.10.2019.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Fortaleza/CE**	**04/10/2019**	**R$ 110,00**	**R$ 110,00**

Importa a quantia de R$ 110,00 (Cento e Dez Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 02 de outubro de 2019.

LEILIANE DE ALBUQUERQUE DANTAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:CED1F307

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1561/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1561/2019
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária(s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**PEDRO PEREIRA DE ARAÚJO**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	1.1027			
DOCUMENTOS:	CPF: 007.073.588-33	RG: 1.290.499-SSP/RN		
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância			
HORÁRIO DE SAÍDA:	02:30 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Veículo GOL QGI - 9704			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Lidiane Araújo Santos, para realizar consulta no HUOL, em Natal/RN, no dia 04.10.2019.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**04/10/2019**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 02 de outubro de 2019.

LEILIANE DE ALBUQUERQUE DANTAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:1B1141EF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1562/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1562/2019
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária(s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**ELOILSON CORTEZ DE ARAÚJO**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	1.4687			
DOCUMENTOS:	CPF: 024.848.584-93	RG: 1.464.124-SSP/RN		
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde			
HORÁRIO DE SAÍDA:	02:00 horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Veículo SPIN QGQ - 8204			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) Sofia Medeiros de Souza, para realizar exames no Centro Pediátrico, em Natal/RN. No dia 04.10.2019.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**04/10/2019**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 02 de outubro de 2019.

LEILIANE DE ALBUQUERQUE DANTAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:B74AE562

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1563/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1563/2019
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**ADELCIR AGOSTINHO DOS SANTOS**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	10002 – 1			
DOCUMENTOS:	CPF: 539.687.436-87			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde			
HORÁRIO DE SAÍDA:	08:00 horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	**Veículo Ambulância QGS - 3160**			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Noêmia Terezinha de Jesus Medeiros, para realizar consulta na Clínica Humanitare, em Currais Novos/RN. No dia 04.10.2019.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Currais Novos/RN**	**04/10/2019**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 02 de outubro de 2019.

LEILIANE DE ALBUQUERQUE DANTAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:BEEC62DD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1564/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1564/2019
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	RONDINELLY SILVA VIEIRA			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	15809			
DOCUMENTOS:	CPF: 078.110.514-51	RG: 2.316.795		
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde			
HORÁRIO DE SAÍDA:	13:00 horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Veículo SPIN QGQ - 8204			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Buscar o (a) paciente Elania Araújo Vieira, por ter recebido alta hospitalar da Maternidade Januário Cicco, em Natal/RN, no dia 05.10.2019.				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**05/10/2019**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 02 de outubro de 2019.

LEILIANE DE ALBUQUERQUE DANTAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:44EAF5F4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1565/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1565/2019
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária(s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**PEDRO PEREIRA DE ARAÚJO**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	1.1027			
DOCUMENTOS:	CPF: 007.073.588-33	RG: 1.290.499-SSP/RN		
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância			
HORÁRIO DE SAÍDA:	08:00 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Veículo SPIN QGQ - 8204			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Pedro Benicio Wanderley Medeiros, para realizar tratamento intensivo de reabilitação na Clínica CPRN, em Natal/RN, no dia 06.10.2019.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**06/10/2019**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 02 de outubro de 2019.

LEILIANE DE ALBUQUERQUE DANTAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:4B5AC82C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO

COMISSÃO PERMANETE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO Pregão Presencial Nº 014/2019.
HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, balizado no julgamento do Senhor Pregoeiro Municipal, referente a licitação Pregão Presencial nº 014/2019 com início 04 de setembro de 2019, realizada em 18 de setembro de 2019 (quarta-feira), nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, alterada pela Lei nº 9.648.98, de 27 de maio de 1998, mantendo a Adjudicação exarada no processo licitatório proveniente da licitação supra mencionada, em favor das empresas relacionadas a seguir: **METAS PROPAGANDA EIRELI-ME**- CNPJ: 23.294.704/0001-10, saiu vencedora no item: 1; totalizando o valor de **R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais)**.

Campo Redondo/RN, 27 de setembro de 2019.

ALESSANDRU EMMANUEL PINHEIRO E ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elias Antonio da Silva Neto
Código Identificador:1F84DCEC

COMISSÃO PERMANETE DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO DE ADJUDICAÇÃO

LICITAÇÃO Pregão Presencial Nº 014/2019.
ADJUDICO, o vencedor d Pregão Presencial nº 014/2019, realizada em 18 de setembro de 2019, que tem por Objeto: **Contratação dos serviços de Assessoria de Comunicação, envolvendo criação de conteúdo para mídia digital, assessoria de impressa, gerenciamento e monitoramento de redes sociais e design gráfico no Município de Campo Redondo** a saber: **METAS PROPAGANDA EIRELI-ME**- CNPJ: 23.294.704/0001-10, saiu vencedora no item: 1; totalizando o valor de **R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais)**.

Campo Redondo/RN, em 27 de setembro de 2019.

JOSÉ JAILSON PEREIRA
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Elias Antonio da Silva Neto
Código Identificador:6FDCDDAA

COMISSÃO PERMANETE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 030/2019

– PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2019-SRP
OBJETO: Registro de preços para eventual contratação de serviços de Assessoria de Comunicação, envolvendo criação de conteúdo para mídia digital, assessoria de impressa, gerenciamento e monitoramento de redes sociais e design gráfico.
ADJUDICATÁRIO(S):

Empresas	**CNPJ (MF)**
METAS PROPAGANDA EIRELI-ME	CNPJ: **23.294.704/0001-10**

ITENS REGISTRADO(S):

itens	**Vencedor**	**Valor**
01	**METAS PROPAGANDA EIRELI-ME**	66.000,00
TOTAL GLOBAL		**66.000,00**

PRODUTOS, PREÇOS E VALORES REGISTRADOS: Conforme Propostas de Preços Finais apresentadas pelos ADJUDICATÁRIOS na Licitação – PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2019-SRP.
DATA: 27 de setembro de 2019
VIGENCIA. 26 de setembro de 2020
ASSINATURA: Alessandru Emmanuel Pinheiro e Alves/Prefeito Municipal

Publicado por:
Elias Antonio da Silva Neto
Código Identificador:8F37AC6D

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITACAO E ASSISTENCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE–CMDCA - - COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DO PROCESSO DE ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR - - EDITAL Nº 05/2019

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução 01/2019- CMDCA, torna público o resultado da eleição dos membros do Conselho Tutelar do município de Campo Redondo/RN, realizada no dia 06 de outubro de 2019.

Classificação Titulares	Nome do Candidato	Quantidade de Votos
1º	GILMARA BERNADO FREITAS DA SILVA	**189**
2º	MARIA DO LIVRAMENTO REINALDO DE LIMA	**182**
3º	JEFFERSON CARLOS DA CRUZ SILVA	**180**
4º	RENATO D'LAVOISIER ASSUNÇÃO CAMPELO	**178**
5º	ANDRESSA FERREIRA CELESTINO BARBOSA	**149**
Classificação Suplentes	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
6º	MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS	**146**
7º	JOANA D'ARC SOARES MAIA FERREIRA	**140**
8º	FRANCISCO ELBER DANTAS DE SOUZA	**139**
9º	AURICELIA DE PONTES SANTANA	**122**
10º	LUANA HEINNY DA SILVA ROCHA	**110**

Fica aberto o prazo do dia 8 ao dia 14 de outubro, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista no Edital 01/2019-CMDCA.
A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

Campo Redondo/RN, 07 de outubro de 2019.

JOSÉ FRANCINALDO LUCAS DA COSTA MONTEIRO
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Jose Francinaldo Lucas da Costa Monteiro
Código Identificador:327F186D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃP
SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DA SESSÃO.

SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DA SESSÃO.
Considerando pedido de esclarecimento sobre o edital do PP 31/2019, fica a sessão do mesmo suspenso temporariamente, atendada para às 10:30 horas do dia 09/10/2019.
Depois de dirimidas as dúvidas será publicada a data da próxima sessão.

Canguaretama/RN, 07 de outubro de 2019.

ABRAÃO AZEVEDO LOPES.
Pregoeiro

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:CD252009

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃP
APRAZAMENTO DE SESSÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2019.

APRAZAMENTO DE SESSÃO.

Pregão Presencial Nº 57/2019.
Considerando alteração no Edital, a sessão do Pregão Presencial nº 057/2019, fica aprazado para às 09:00 horas do dia 18/10/2019, no mesmo local.
Endereço: Sede da Prefeitura Municipal, na Praça Augusto Severo, nº 242 - 1º Andar - Centro - Canguaretama/RN.
Informações Complementares: Os interessados poderão solicitar o edital pelo e-mail: pregao@canguaretama.rn.gov.br; pelo site: http://licitafacil.tce.rn.gov.br, ou ainda na sala da CPL localizada na sede da Prefeitura Municipal.

Canguaretama/RN, 07 de outubro de 2019.

ABRAÃO AZEVEDO LOPES
Pregoeiro

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:61840931

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº 082/2019

DECRETO nº 082/2019. De 07 de Outubro de 2019.

Autorização para abertura de crédito Adicional Especial no valor de R$ 716.250,00 (setecentos e dezesseis mil duzentos e cinquenta reais), e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, em cumprimento ao que dispõe a Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei:

CONSIDERANDO, a autorização concedida pela Lei n° 1.264/2018, inciso I, art. 8º, para atender as insuficiências nas dotações orçamentárias.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, nos termos do art. 7 º, 42 º e 43, inciso III no da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, no valor de R$ R$ 716.250,00 (setecentos e dezesseis mil duzentos e cinquenta reais), destinados a inclusão de dotações orçamentárias, conforme a seguir:

UNIDADE GESTORA	2 – Poder Executivo	
ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO	10.000 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviço Públicos	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	10.001 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviço Públicos	
FUNÇÃO	15 – Urbanismo	
SUB-FUNÇÃO	451 – INFRA-ESTRUTURA URBANA	
PROGRAMA	0012 - Melhoria e Consolidação da Infraestrutura Urbana e Rural	
AÇÃO	1134 - Construção, Ampliação e Reforma de Praças Públicas.	
Elementos de despesas	4.4.90.51.00 – Obras e Instalações Fonte de recurso: 15100000 - Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União	716.250,00
Total R$		716.250,00

Art. 2º- Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, inciso III – excesso de arrecadação, através de recursos arrecadados na Fonte: :15100000 - Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União, através de convênios celebrados com o Ministério do Turismo, destinados reforma da Praça Elizabete Elita de Lima no valor de R$ 238.750,00 (duzentos e trinta e oito mil setecentos e cinquenta reais) e construção da praça da Bíblia no valor de R$ 477.500,00 (quatrocentos e setenta e sete mil e quinhentos reais).

Art. 3º - Em consonância com a abertura deste credito adicional especial, fica autorizado o Executivo Municipal, a fazer as adequações necessárias nas seguintes Leis: Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentária vigentes.
Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 07 de outubro de 2019.

ANTÔNIO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:A50B7C1E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2019

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2019

Órgão Gerenciador: Município de Carnaúba dos Dantas/RN – Prefeitura Municipal, CNPJ Nº 08.088.254/0001-15, Fornecedor: J ALVES DE MEDEIROS - ME, INSCRITO PELO CNPJ nº 09.026.674/0001-30, saiu vencedora no item 01; com valor total de R$ 29.040,00 (vinte e nove mil, quarenta reais).
OBJETO: OBJETO: **Registro de preços para aquisição futura e parcelada de cestas básicas, destinados a atender famílias inscritas junto a Secretaria de Assistência Social para recebimento de benefícios eventuais (distribuição de cestas básicas) conforme preconiza a Lei** Municipal 864/2014, por um período de 12 (doze) meses.
Da vigência: A presente ARP terá sua vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

Carnaúba dos Dantas/RN, 27 de setembro de 2019

GILSON DANTAS DE OLIVEIRA
P/ Órgão Gerenciador e a

Empresa
J ALVES DE MEDEIROS - ME
P/ Fornecedor.

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:8F38B9DA

GABINETE DO PREFEITO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 019/2018

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 019/2018
TERMO ADITIVO N° 002

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 019/2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN E FABIO LEONARDO DE MACEDO 07586109478 NA FORMA QUE SEGUE**.**

MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Juvenal Lamartine, 200, Centro Administrativo, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.088.254/0001-15, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o senhor Gilson Dantas de Oliveira, brasileiro, solteiro, portador da Carteira da Identidade n.º 1.823.615, expedida pela SSP/RN e do CPF n.º 009.745.614-44, residente e domiciliado no Sítio Tanquinhos, nº. 45, Zona Rural, Carnaúba dos Dantas/RN**, doravante denominada CONTRATANTE,** e
FABIO LEONARDO DE MACEDO 07586109478, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.015.184/0001-82, com sede a Rua Clotilde Pereira de Medeiros, 237, Centro, Santana do Seridó/RN, neste ato representada pelo seu Administrador, doravante denominada **CONTRATADA, CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei n.º 8.666/93, e suas alterações, CONSIDERANDO, ao final, autorização expressa da Autoridade Superior, DECIDIRAM AS PARTES CONTRATANTES celebrar o Termo Aditivo n° 002, ao Contrato Administrativo nº 019/2019, firmado em 09/05/2018, referente à prorrogação de prazo, mediante as cláusulas e condições seguintes:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto o aditivo de prazo ao Contrato Administrativo n° 019/2018, referente a serviço de assistência técnica aos programas do Ministério da Saúde, contratado através da Dispensa de Licitação n° 033/2018, na forma da Lei 10.520/2002.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO DE PRAZO
2.1. Por força do presente instrumento, fica o contrato em epígrafe prorrogado e vigente pelo período de 9 de setembro de 2019 a 9 de maio de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
3.1. Para custear as despesas com o presente termo aditivo, o Município utilizará recursos alocados na Dotação Orçamentária prevista para o ano de 2019:
FUNCIONAL/PROGRAMÁTICA: 563– 03.001.10.301.0007
PROJ/ATIV: 2034 - MANUTENCAO DAS ATIV. DO FUNDO MUNICPAL SAUDE
Natureza da despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros PJ
Fonte de Recursos: 1002 – Receita de Impostos e de Transferencias de Impostos - Saude
Previstos no Orçamento Geral do Município de Carnaúba dos Dantas/RN – Prefeitura Municipal, para o exercício de 2019.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
4.1. São mantidas as demais Cláusulas do Contrato Nº 019/2018, desde que não contrariadas pelo presente Termo.
4.2. Estando justos e acordados, assinam o presente termo os representantes legais das partes contratantes, em três (02) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO
5.1. O Contratante providenciará a publicação na Imprensa Oficial do extrato deste Termo Aditivo, de acordo com o parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, com vistas a conferir eficácia ao presente ato.

Carnaúba dos Dantas, 9 de setembro de 2019.

GILSON DANTAS DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

FABIO LEONARDO DE MACEDO
Fabio Leonardo de Macedo 07586109478

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:E24F51BF

GABINETE DO PREFEITO
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 044/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 044/2016
TERMO ADITIVO N° 003/2018

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 044/2016, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN E STERICYCLE GESTÃO AMBIENTAL LTDA.

Através do Contrato Administrativo Nº 044/2016, referente à Contratação de serviços de coleta**, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos hospitalares, conforme especificações acordadas, que entre si celebram:**
MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, pessoa jurídica de Direito Público, com sede à Rua Juvenal Lamartine, 200, Centro Administrativo, nesta cidade, inscrita no CPF (MF) sob n.º 08.088.254/0001-15, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **Gilson Dantas de Oliveira, brasileiro, solteiro, portador da Carteira da Identidade n.º 1.823.615, expedida pela SSP/RN e do CPF n.º 009.745.614-44, residente e domiciliado no Sítio Tanquinhos, nº 45, Zona Rural, Carnaúba dos Dantas/RN, e;**
STERICYCLE GESTÃO AMBIENTAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o nº 01.568.077/0019-54, com filial à rodovia RN 160, s/n, Loteamento Jardim, Quadra 21, Distrito Industrial, São Gonçalo do Amarante/RN, representada pelo seu responsável legal, o

senhor **Carlos Henrique Moreira Dantas**, brasileiro, executivo, CPF n° 042.153.264-51, residente e domiciliado na Rua João Clementino Montarroyos, 211, apt 101, Casa Caiada, Olinda/RN, **CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, CONSIDERANDO, ao final, autorização expressa da Autoridade Superior, DECIDEM AS PARTES CONTRATANTES celebrar o Termo Aditivo N.º 003, referente ao Contrato Administrativo Nº 044/2016, celebrado em 08 de agosto de 2016, mediante as cláusulas e condições seguintes:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

O presente instrumento tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato Nº 044/2016, que tem como objeto a Contratação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos hospitalares, conforme especificações acordadas, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, **a serem executadas no período de 2019-2020, devendo o presente termo ter sua vigência a partir da data de 01 de agosto de 2019 a 01 de agosto de 2020.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

São mantidas as demais Cláusulas do Contrato Administrativo Nº 044/2016, desde que não contrariadas pelo presente Termo.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo os representantes legais das partes contratantes, em duas (02) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas abaixo arroladas.

Carnaúba dos Dantas/RN, 31 de julho de 2019.

GILSON DANTAS DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

Stericycle Gestão Ambiental LTDA
CARLOS HENRIQUE MOREIRA DANTAS
Contratada

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:BC519F92

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATO Nº 036/2019

EXTRATO CONTRATO Nº 036/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2018
Contratante: Município de Carnaúba dos Dantas/RN, inscrita no CNPJ n.º 08.088.254/0001-15 e a Empresa FERNANDES & MEDEIROS VAREJISTA LTDA - ME**, INSCRITO PELO CNPJ nº** 08.883.446/0001-13.
Do objeto: aquisição de material esportivo, destinados a atender necessidade da Secretaria Municipal de Educação, **do saldo remasnecente do registro de preços 029/2018.**
Do preço total: R$ 12.034,00 (doze mil, trinta e quatro reais).
Dos recursos financeiros: da seguinte dotação orçamentária:
FUNCIONAL/PROGRAMÁTICA: 115 – 02.009.12.122.0025
PROJ/ATIV: 2081 - MANUTENCAO FUNCIONAMENTO DA SEC MUNICIPAL
Natureza da despesa: 339030 - Material de consumo
Fonte de Recursos: 1001 – Receita de impostos e de transferência de impostos - Educação

FUNCIONAL/PROGRAMÁTICA: 125 – 02.009.12.361.0024
PROJ/ATIV: 1064 - IMPLANTACAO DE ESCOLA DE MUSICA NAS ESCOLAS
Natureza da despesa: 339030 - Material de consumo
Fonte de Recursos: 1001 – Receita de impostos e de transferência de impostos – Educação

FUNCIONAL/PROGRAMÁTICA: 130 – 02.009.12.361.0024
PROJ/ATIV: 2046 - MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR - PNAE
FUNDAMENTAL
Natureza da despesa: 339030 - Material de consumo
Fonte de Recursos: 1001 – Receita de impostos e de transferência de impostos – Educação
Fonte de Recursos: 1060 – Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

FUNCIONAL/PROGRAMÁTICA: 132 – 02.009.12.361.0024
PROJ/ATIV: 2047 - MANUTENCAO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO DA
ESCOLA
Natureza da despesa: 339030 - Material de consumo
Fonte de Recursos: 1001 – Receita de impostos e de transferência de impostos – Educação
Fonte de Recursos: 1059 – Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE

FUNCIONAL/PROGRAMÁTICA: 144 – 02.009.12.361.0024
PROJ/ATIV: 2048 - MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Natureza da despesa: 339030 - Material de consumo
Fonte de Recursos: 1001 – Receita de impostos e de transferência de impostos – Educação
Fonte de Recursos: 1025 – Demais Recursos Vinculados Destinados a Educacao

FUNCIONAL/PROGRAMÁTICA: 164 – 02.009.12.361.0024
PROJ/ATIV: 2049 - MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%
Natureza da despesa: 339030 - Material de consumo
Fonte de Recursos: 1001 – Receita de impostos e de transferência de impostos – Educação
Fonte de Recursos: 1019 – Transferencias do FUNDEB 40%
FUNCIONAL/PROGRAMÁTICA: 177 – 02.009.12.361.0024
PROJ/ATIV: 2051 - GESTAO DOS RECURSOS PROGRAMA SALARIO EDUCACAO
Natureza da despesa: 339030 - Material de consumo
Fonte de Recursos: 1058 – Transferencia do Salario – Educacao

FUNCIONAL/PROGRAMÁTICA: 183 – 02.009.12.361.0024
PROJ/ATIV: 2052 - MANUTECAO DO TRANSPORTE ESCOLAR
Natureza da despesa: 339030 – Material de consumo
Fonte de Recursos: 1001 – Receita de impostos e de transferência de impostos - Educação
Fonte de Recursos: 1061 – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE
Fonte de Recursos: 1022 – Transferências de Convênios - Educação
Fonte de Recursos: 1079 – Royalties De Petróleo – Educação

FUNCIONAL/PROGRAMÁTICA: 188 – 02.009.12.361.0024
PROJ/ATIV: 2053 - CAPACITACAO DE GESTORES E PROFISSIONAIS DA
EDUCACAO
Natureza da despesa: 339030 - Material de consumo
Fonte de Recursos: 1058 – Transferência do Salario – Educação
Fonte de Recursos: 1015 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE

FUNCIONAL/PROGRAMÁTICA: 193 – 02.009.12.361.0024
PROJ/ATIV: 2054 - DESENVOLVIMENTO DE ACOES DE INCENTIVO A LEITURA
Natureza da despesa: 339030 - Material de consumo
Fonte de Recursos: 1001 – Receita de impostos e de transferência de impostos - Educação

FUNCIONAL/PROGRAMÁTICA: 193 – 02.009.12.361.0024
PROJ/ATIV: 2084 - IMPLANTACAO DE PROJETOS DE ESPORTE EDUCACIONAL
Natureza da despesa: 339030 - Material de consumo
Fonte de Recursos: 1001 – Receita de impostos e de transferência de impostos – Educação

FUNCIONAL/PROGRAMÁTICA: 204 – 02.009.12.361.0024
PROJ/ATIV: 2090 - MANUTENCAO DO ENSINO DE INFORMATICA
Natureza da despesa: 339030 - Material de consumo
Fonte de Recursos: 1001 – Receita de impostos e de transferência de impostos - Educação

FUNCIONAL/PROGRAMÁTICA: 213 – 02.009.12.365.0008
PROJ/ATIV: 1055 - MANUTENCAO DE VEICULOS DA EDUCACAO
Natureza da despesa: 339030 – Material de consumo
Fonte de Recursos: 1001 – Receita de impostos e de transferência de impostos – Educação

FUNCIONAL/PROGRAMÁTICA: 218 – 02.009.12.365.0008
PROJ/ATIV: 1063 - REALIZACAO DE PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS
Natureza da despesa: 339030 – Material de consumo
Fonte de Recursos: 1001 – Receita de impostos e de transferência de impostos - Educação

FUNCIONAL/PROGRAMÁTICA: 228 – 02.009.12.365.0008
PROJ/ATIV: 2058 - MANUTENCAO DO ENSINO INFANTIL FUNDEB 40%
Natureza da despesa: 339030 – Material de consumo
Fonte de Recursos: 1001 – Receita de impostos e de transferência de impostos - Educação
Fonte de Recursos: 1019 – Transferencias do FUNDEB 40%

FUNCIONAL/PROGRAMÁTICA: 248 – 02.009.12.365.0008
PROJ/ATIV: 2082 - MANUTENCAO DO ENSINO INFANTIL
Natureza da despesa: 339030 – Material de consumo
Fonte de Recursos: 1001 – Receita de impostos e de transferência de impostos – Educação

FUNCIONAL/PROGRAMÁTICA: 258 – 02.009.12.365.0008
PROJ/ATIV: 2087 - MANUT ALIMENTA ESCOLAR PNAE - CRECHE E PRE ESCOLA
Natureza da despesa: 339030 – Material de consumo
Fonte de Recursos: 1001 – Receita de impostos e de transferência de impostos – Educação
Fonte de Recursos: 1060 – Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

FUNCIONAL/PROGRAMÁTICA: 260 – 02.009.12.367.0025
PROJ/ATIV: 2063 - REALIZACAO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO
Natureza da despesa: 339030 – Material de consumo
Fonte de Recursos: 1001 – Receita de impostos e de transferência de impostos – Educação

Da vigência: a partir da data de assinatura e se estende até 29 de novembro de 2019.

Carnaúba dos Dantas/RN 19 de setembro de 2019.

GILSON DANTAS DE OLIVEIRA
P/ Prefeito

LUIZ JURANDIR DE MEDEIROS
P/ Contratado

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:BE8BADBB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 1.133 DE 27 DE SETEMBRO DE 2019. REPUBLICADA POR INCORREÇÃO.

PORTARIA n.º 1.133 de 27 de setembro de 2019.

O Prefeito Municipal Interino de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei 1.639/2013.

RESOLVE:

Nomear **Antônio de Oliveira Fernandes,** para ocupar o cargo comissionado de **Gestor do Departamento Profilático e Terapêutico**, junto à **Secretaria Municipal de Saúde.**

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de setembro de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palácio Municipal Antunes Pereira em Ceará-Mirim/RN, 27 de setembro de 2019.

RONALDO MARQUES RODRIGUES
Prefeito Interino

Publicado por:
Neilson Franklin de Oliveira Silva
Código Identificador:E8107ED3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 1.224 DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.

PORTARIA n.º 1.224 de 02 de outubro de 2019.

O Prefeito Municipal de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei 1.639/2013.

RESOLVE:

Nomear **Marcos Augusto da Silva**, para ocupar o cargo comissionado de **Encarregado do Setor da Gestão do Mercado Produtor,** junto à **Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.**

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de setembro de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palácio Municipal Antunes Pereira em Ceará-Mirim/RN, 02 de outubro de 2019.

RONALDO MARQUES RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Neilson Franklin de Oliveira Silva
Código Identificador:008E320D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 1.225 DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.

PORTARIA n.º 1.225 de 02 de outubro de 2019.

O Prefeito Municipal de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei 1.639/2013.

RESOLVE:

Nomear **Francisco Coelho Cardoso**, para ocupar o cargo comissionado de **Encarregado do Setor de Inspeção Municipal (SIM),** junto à **Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.**

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de setembro de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palácio Municipal Antunes Pereira em Ceará-Mirim/RN, 02 de outubro de 2019.

RONALDO MARQUES RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Neilson Franklin de Oliveira Silva
Código Identificador:C8D8ED65

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 1.226 DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.

PORTARIA n.º 1.226 de 02 de outubro de 2019.

O Prefeito Municipal de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei 1.639/2013.

RESOLVE:

Nomear **Raimundo da Silva Brito**, para ocupar o cargo comissionado de **Encarregado do Setor das Feiras Livres,** junto à **Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.**

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de setembro de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palácio Municipal Antunes Pereira em Ceará-Mirim/RN, 02 de outubro de 2019.

RONALDO MARQUES RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Neilson Franklin de Oliveira Silva
Código Identificador:723685C7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 1.227 DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.

PORTARIA n.º 1.227 de 02 de outubro de 2019.

O Prefeito Municipal de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei 1.639/2013.

RESOLVE:

Nomear **Wanessa Freitas de Souza**, para ocupar o cargo comissionado de **Encarregado do Setor de Assistência Técnica e Economia Solidária,** junto à **Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.**

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de setembro de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palácio Municipal Antunes Pereira em Ceará-Mirim/RN, 02 de outubro de 2019.

RONALDO MARQUES RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Neilson Franklin de Oliveira Silva
Código Identificador:FF701146

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 1.228 DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.

PORTARIA n.º 1.228 de 02 de outubro de 2019.

O Prefeito Municipal de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei 1.639/2013.

RESOLVE:

Nomear **Raniery Gomes da Silva**, para ocupar o cargo comissionado de **Encarregado da Seção de Limpeza,** junto à **Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.**

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de setembro de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palácio Municipal Antunes Pereira em Ceará-Mirim/RN, 02 de outubro de 2019.

RONALDO MARQUES RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Neilson Franklin de Oliveira Silva
Código Identificador:5C374976

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 1.229 DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.

PORTARIA n.º 1.229 de 02 de outubro de 2019.

O Prefeito Municipal de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei 1.639/2013.

RESOLVE:

Nomear **Eriberto Ananias dos Santos**, para ocupar o cargo comissionado de **Encarregado da Seção de Limpeza,** junto à **Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.**

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de setembro de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palácio Municipal Antunes Pereira em Ceará-Mirim/RN, 02 de outubro de 2019.

RONALDO MARQUES RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Neilson Franklin de Oliveira Silva
Código Identificador:C3943ABA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 1.239 DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.

PORTARIA n.º 1.239 de 02 de outubro de 2019.

O Prefeito Municipal de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei 1.639/2013.

RESOLVE:

Conceder a servidora **Maria Suzete de Góis Souza** categoria funcional **Professora**, integrante do quadro de pessoal da **Secretaria Municipal de Educação Básica e Cultura**, Licença Prêmio de 03 (três) meses, referente ao **Quarto Período** aquisitivo a contar de 10/10/2019 a 07/01/2020.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palácio Municipal Antunes Pereira em Ceará-Mirim/RN, 02 de outubro de 2019.

RONALDO MARQUES RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Neilson Franklin de Oliveira Silva
Código Identificador:554E78C3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 1.242 DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.

PORTARIA n.º 1.242 de 02 de outubro de 2019.

O Prefeito Municipal de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei 1.639/2013.

RESOLVE:

Conceder a servidora **Leila Raquel Torres da Silva** categoria funcional **Professora**, integrante do quadro de pessoal da **Secretaria Municipal de Educação Básica e Cultura**, Licença Prêmio de 03 (três) meses, referente ao **Primeiro Período** aquisitivo a contar de 10/10/2019 a 07/01/2020.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palácio Municipal Antunes Pereira em Ceará-Mirim/RN, 02 de outubro de 2019.

RONALDO MARQUES RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Neilson Franklin de Oliveira Silva
Código Identificador:6040A15E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 1.241 DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.

PORTARIA n.º 1.241 de 02 de outubro de 2019.

O Prefeito Municipal de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei 1.639/2013.

RESOLVE:

Conceder ao servidor **Eduardo Lima de Miranda Júnior** categoria funcional **Professora**, integrante do quadro de pessoal da **Secretaria Municipal de Educação Básica e Cultura**, Licença Prêmio de 03 (três) meses, referente ao **Segundo Período** aquisitivo a contar de 10/10/2019 a 07/01/2020.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palácio Municipal Antunes Pereira em Ceará-Mirim/RN, 02 de outubro de 2019.

RONALDO MARQUES RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Neilson Franklin de Oliveira Silva
Código Identificador:866C694E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 1.238 DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.

PORTARIA n.º 1.238 de 02 de outubro de 2019.

O Prefeito Municipal de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei 1.639/2013.

RESOLVE:

Conceder ao servidor **Francisco Vitorino de Andrade Júnior** categoria funcional **Professor**, integrante do quadro de pessoal da **Secretaria Municipal de Educação Básica e Cultura**, Licença Prêmio de 03 (três) meses, referente ao **Primeiro Período** aquisitivo a contar de 10/10/2019 a 07/01/2020.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palácio Municipal Antunes Pereira em Ceará-Mirim/RN, 02 de outubro de 2019.

RONALDO MARQUES RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Neilson Franklin de Oliveira Silva
Código Identificador:21AF1F06

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 1.240 DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.

PORTARIA n.º 1.240 de 02 de outubro de 2019.

O Prefeito Municipal de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei 1.639/2013.

RESOLVE:

Conceder a servidora **Ana Lúcia Moura Barbosa de Araújo** categoria funcional **Professora**, integrante do quadro de pessoal da **Secretaria Municipal de Educação Básica e Cultura**, Licença Prêmio de 03 (três) meses, referente ao **Primeiro Período** aquisitivo a contar de 10/10/2019 a 07/01/2020.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palácio Municipal Antunes Pereira em Ceará-Mirim/RN, 02 de outubro de 2019.

RONALDO MARQUES RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Neilson Franklin de Oliveira Silva
Código Identificador:A53D7ABA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 1.243 DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.

PORTARIA n.º 1.243 de 02 de outubro de 2019.

O Prefeito Municipal de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei 1.639/2013.

RESOLVE:

Conceder a servidora **Celma Barbosa dos Santos** categoria funcional **Professora**, integrante do quadro de pessoal da **Secretaria Municipal de Educação Básica e Cultura**, Licença Prêmio de 03 (três) meses, referente ao **Segundo Período** aquisitivo a contar de 10/10/2019 a 07/01/2020.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palácio Municipal Antunes Pereira em Ceará-Mirim/RN, 02 de outubro de 2019.

RONALDO MARQUES RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Neilson Franklin de Oliveira Silva
Código Identificador:F7F5E2E0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 1.220 DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.
REPUBLICADA POR INCORREÇÃO.

PORTARIA n.º 1.220 de 02 de outubro de 2019.

O Prefeito Municipal Interino de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei 1.639/2013.

RESOLVE:

Nomear **Jeane Karla de Morais Rodrigues,** para ocupar o cargo comissionado de **Encarregada do Setor de Psicologia**, junto à **Secretaria Municipal de Saúde.**

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de setembro de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palácio Municipal Antunes Pereira em Ceará-Mirim/RN, 02 de outubro de 2019.

RONALDO MARQUES RODRIGUES
Prefeito Interino

Publicado por:
Neilson Franklin de Oliveira Silva
Código Identificador:011D6DBF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 1.244 DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.

PORTARIA n.º 1.244 de 02 de outubro de 2019.

O Prefeito Municipal de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei 1.639/2013.

RESOLVE:

Nomear **Neilson Franklin de Oliveira Silva,** para exercer a função de **Fiscal de Contratos**, junto à **Secretaria Municipal do Gabinete Prefeito.**

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de setembro de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palácio Municipal Antunes Pereira em Ceará-Mirim/RN, 02 de outubro de 2019.

RONALDO MARQUES RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Neilson Franklin de Oliveira Silva
Código Identificador:4B80A8D6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 1.150 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO.

PORTARIA n.º 1.150 de 01 de outubro de 2019.

O Prefeito Municipal Interino de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei 1.639/2013.

RESOLVE:

Nomear **Lucia Maria da Silva Brito,** para ocupar o cargo comissionado de **Encarregado do Setor de Arquivo Médico**, junto à **Secretaria Municipal de Saúde.**

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palácio Municipal Antunes Pereira em Ceará-Mirim/RN, 01 de outubro de 2019.

RONALDO MARQUES RODRIGUES
Prefeito Interino

Publicado por:
Neilson Franklin de Oliveira Silva
Código Identificador:56447C28

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 1.223 DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO.

PORTARIA n.º 1.223 de 02 de outubro de 2019.

O Prefeito Municipal de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei 1.639/2013.

RESOLVE:

Nomear Francineide Fernandes de Souza, para ocupar o cargo de GV – Diretor Escolar Nível II da Escola Municipal Professora Maria de Lourdes Oliveira, junto a Secretaria Municipal de Educação Básica e Cultura.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palácio Municipal Antunes Pereira em Ceará-Mirim/RN, 02 de outubro de 2019.

RONALDO MARQUES RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Neilson Franklin de Oliveira Silva
Código Identificador:378FD4ED

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO-CORÁ

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA
EDITAL Nº 08/2019 PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma daResolução 03/2019- CMDCA, torna público o resultado da eleição dos membros do Conselho Tutelar do município de Cerro Corá/RN, realizada no dia 06 de outubro de 2019.

Classificação Titulares	Nome do Candidato	Quantidade de Votos
1º	HOGA MELO	223
2º	DAIANE MATOS	210
3º	BRENDA OLIVEIRA	150
4º	DJ AILDO	147
5º	RITA DE CÁSSIA CABOCLO	114
Classificação Suplentes	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
6º	OZANIR DE OZAEL	111
7º	IZADORA LIRA	77
8º	ROSA	77
9º	MARCIEL MIRANDA	76
10º	ANTÔNIO DA MATA	73

1. Fica aberto o prazo compreendido entre os dias **08 e 14 de outubro de 2019,** para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista no item 5.21 do Edital 02/2019 (retificado).

2. A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

Cerro Corá/RN, 07 de outubro de 2019.

ELCIONE ELICLEIDE DA SILVA
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Flaviano Elis de Matos
Código Identificador:0A98C016

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 079/2019

GABINETE DO PREFEITO

RATIFICAÇÃO REFERENTE AO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Prefeito Constitucional de Coronel Ezequiel/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e ainda, ancorada na norma inscrita no Art. 26, "caput", da Lei Regente, considerando o incomensurável interesse público; considerando também, as conclusões formalmente motivadas no Parecer Jurídico, HOMOLOGA e RATIFICA o ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**,** junto a **AVANILDO FIRMINO DA SILVA,** para a AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA PRESENTEAR AS CRIANÇAS MATRICULADAS NO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ., no valor global de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), ancorado no Art. 24, II, da Lei federal 8.666/93, da Lei federal 8.666/93.

Coronel Ezequiel/RN, 07/10/2019

DANIEL MARTINS ARAÚJO
Secretario

Publicado por:
Talita Dias da Costa
Código Identificador:830CDCC0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO RESUMIDO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS – ASSISTÊNCIA SOCIAL Nº 079/2019 - KAIO DOS SANTOS FERNANDES -

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Coronel Ezequiel/RN, através da Secretaria Municipal **de Assistência Social.**
CONTRATADO(A): **KAIO DOS SANTOS FERNANDES**
OBJETO: o aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato **nº 079/2019**
Valor Mensal: R**$ 1.006,00 (mil e seis reais)**
Vigência: iniciará na sua assinatura e encerrará em **20 de Dezembro de 2019**
Recursos Orçamentários: através do elemento orçamentário "3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado" constante no orçamento corrente.
Recursos Financeiros: **CRAS**

KAIO DOS SANTOS FERNANDES
Pelo Contratado

CLÁUDIO MARQUES DE MACÊDO
Pelo Município

Publicado por:
Talita Dias da Costa
Código Identificador:B442647D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO RESUMIDO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS – ASSISTÊNCIA SOCIAL Nº 082/2019 - JOSÉ BALBINO DA SILVA JUNIOR

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Coronel Ezequiel/RN, através da Secretaria Municipal **de Assistência Social.**
CONTRATADO(A): **JOSÉ BALBINO DA SILVA JUNIOR**
OBJETO: o aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato **nº 082/2019**
Valor Mensal: R**$ 1.006,00 (mil e seis reais)**
Vigência: iniciará na sua assinatura e encerrará em **20 de Dezembro de 2019**
Recursos Orçamentários: através do elemento orçamentário "3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado" constante no orçamento corrente.
Recursos Financeiros: **CRAS**

JOSÉ BALBINO DA SILVA JUNIOR
Pelo Contratado

CLÁUDIO MARQUES DE MACÊDO
Pelo Município

Publicado por:
Talita Dias da Costa
Código Identificador:5F9499A4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2019

A Prefeitura Municipal de Cruzeta/RN, vem tornar público o resultado do processo nº 085/2019 – Pregão Presencial 038/2019 tendo como objeto: Registro de Preço para possível aquisição de fogos de artifício, declarando como vencedor do certame a empresa N. J. AZEVEDO

ME, CNPJ: 04.587.194/0001-24,vencedor(a) no(s) item(ns): 01 ao 07, totalizando o valor de R$ 47.560,00 (quarenta e sete mil, quinhentos e sessenta reais).

Cruzeta/RN, 07 de outubro de 2019

HILKA TERESA CARDOSO DA COSTA
Pregoeira

Publicado por:
Hilka Teresa Cardoso da Costa
Código Identificador:326E5886

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2019

A Prefeitura Municipal de Cruzeta/RN, vem tornar pública a adjudicação do PROCESSO N° 085/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N° 038/2019, tendo como objeto: Registro de Preços para possível Aquisição de fogos de artifícios, em favor do licitante N. J. AZEVEDO ME, CNPJ: 04.587.194/0001-24, totalizando um valor global de R$ 47.560,00 (quarenta e sete mil, quinhentos e sessenta reais).

Cruzeta/RN, 07 de outubro de 2019

HILKA TERESA CARDOSO DA COSTA
Pregoeira.

Publicado por:
Hilka Teresa Cardoso da Costa
Código Identificador:B3A3D1AC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2019

A Prefeitura Municipal de Cruzeta/RN, vem tornar pública a homologação do PROCESSO N° 085/2017-PREGÃO PRESENCIAL N° 038/2017, tendo como objeto: em favor do licitante N. J. AZEVEDO ME, CNPJ: 04.587.194/0001-24, totalizando um valor global de R$ 47.560,00 (quarenta e sete mil, quinhentos e sessenta reais).

Cruzeta/RN, 07 de outubro de 2019

JOSÉ SALLY DE ARAÚJO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Hilka Teresa Cardoso da Costa
Código Identificador:D2EC33D7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2019

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, vem tornar público o resultado do processo nº 089/2019 – Pregão Presencial 039/2019 tendo como objeto: Aquisição de Material Permanente – aparelhos eletrônicos, eletrodomésticos, multimídias, armários, entre outros, declarando como vencedores do certame as empresas: ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAÚJO EPP- CNPJ: 70.307.939/0001-89, no(s) item(ns): 3, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, totalizando o valor de R$ 9.684,00 (nove mil, seiscentos e oitenta e quatro reais), M K DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS - CNPJ: 21.062.777/0001-50, no(s) item(ns): 1, 6, 7, 16, totalizando o valor de R$ 13.530,00 (treze mil, quinhentos e trinta reais), ZIB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 32.932.000/0001-16, no(s) item(ns): 2, 4, 5, 14, 17, 19, 20, totalizando o valor de R$ 13.620,00 (treze mil, seiscentos e vinte reais).
Total da Licitação R$ 36.834,00 (trinta e seis mil, oitocentos e trinta e quatro reais)

Cruzeta, 07 de outubro de 2019

HILKA TERESA CARDOSO DA COSTA
Pregoeira

Publicado por:
Hilka Teresa Cardoso da Costa
Código Identificador:CE6E3033

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2019

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, através da pregoeira torna público a adjudicação do Pregão Presencial nº 039/2019, referente ao PROCESSO N° 089/2019, tendo como objeto Aquisição de Material Permanente – aparelhos eletrônicos, eletrodomésticos, multimídias, armários, entre outros em conformidade com o termo de referência anexo – I, do edital, que adjudicou como vencedores do certame as empresas: ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAÚJO EPP- CNPJ: 70.307.939/0001-89, no(s) item(ns): 3, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, totalizando o valor de R$ 9.684,00 (nove mil, seiscentos e oitenta e quatro reais), M K DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS - CNPJ: 21.062.777/0001-50, no(s) item(ns): 1, 6, 7, 16, totalizando o valor de R$ 13.530,00 (treze mil, quinhentos e trinta reais), ZIB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 32.932.000/0001-16, no(s) item(ns): 2, 4, 5, 14, 17, 19, 20, totalizando o valor de R$ 13.620,00 (treze mil, seiscentos e vinte reais).
Total da Licitação R$ 36.834,00 (trinta e seis mil, oitocentos e trinta e quatro reais)

Cruzeta, 07 de outubro de 2019

HILKA TERESA CARDOSO DA COSTA
Pregoeira

Publicado por:
Hilka Teresa Cardoso da Costa
Código Identificador:1AC1F6D6

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 039/2019

Homologo o resultado do procedimento licitatório supracitado, tendo como objeto Aquisição de Material Permanente – aparelhos eletrônicos, eletrodomésticos, multimídias, armários, entre outros, em favor das empresas: ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAÚJO EPP- CNPJ: 70.307.939/0001-89, no(s) item(ns): 3, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, totalizando o valor de R$ 9.684,00 (nove mil, seiscentos e oitenta e quatro reais), M K DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS - CNPJ: 21.062.777/0001-50, no(s) item(ns): 1, 6, 7, 16, totalizando o valor de R$ 13.530,00 (treze mil, quinhentos e trinta reais), ZIB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 32.932.000/0001-16, no(s) item(ns): 2, 4, 5, 14, 17, 19, 20, totalizando o valor de R$ 13.620,00 (treze mil, seiscentos e vinte reais).
Total da Licitação R$ 36.834,00 (trinta e seis mil, oitocentos e trinta e quatro reais)

Cruzeta, 07 de outubro de 2019

ANGELYNNA LILYANNE SANTOS SILVA BOTELHO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Hilka Teresa Cardoso da Costa
Código Identificador:7A0BF844

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 198/2019-GP

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZETA**, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 65, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal, e nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal de 1988 e da Lei Municipal nº 744, de 21 de janeiro de 1999, considerando o que preconiza o edital do Processo Seletivo Simplificado n° 001/2019,
RESOLVE:

Art. 1º - Convocar o candidato abaixo relacionado, aprovado pelo Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, conforme ato homologatório publicado em 31/01/2019 no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte - Edição 1947, observada a ordem classificatória, para efeito de contratação nos termos item 13.0, do Edital nº 001/2019, de 10 de janeiro de 2019, para comparecer à Coordenadoria de Recursos Humanos, localizada na Praça João de Góes, nº 167, Centro, Cruzeta/RN, impreterivelmente no período de 08 a 11 de outubro de 2019, das 7 às 13:00 horas, para apresentar os originais e as cópias dos documentos exigidos, no anexo I desta Portaria, para o ingresso no cargo indicado no Anexo VII, do Edital supramencionado.
Professor Polivalente: Ana Késsia Dantas Bezerra (8º lugar).

Art. 2º - O candidato que, por qualquer motivo, não apresentar no prazo determinado a documentação constante no Anexo I, será desclassificado em definitivo e perderá o direito a ser contratado ao cargo.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Cruzeta(RN), em 07 de outubro de 2019.

JOSÉ SALLY DE ARAÚJO
Prefeito

ANEXO I
PORTARIA Nº 198/2019-GP

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

a) Comprovação dos pré-requisitos/escolaridade constantes do Edital nº 001/2019, e inscrição no respectivo conselho de classe, se for o caso;
b) Cópia da certidão de nascimento ou casamento (conforme o respectivo estado civil);
c) Cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
d) Cópia do Comprovante de residência com bairro e CEP;
e) Cópia do título de eleitor com o comprovante de votação da última eleição;
f) Cópia do certificado de reservista, para os candidatos do sexo masculino;
g) Cópia da Cédula de identidade;
h) Cópia da Carteira de trabalho – CTPS;
i) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
j) Cópia do documento de inscrição de PIS ou PASEP se houver;
k) Uma foto 3x4 recente com fundo branco;
l) Declaração de que não exerce cargo ou função pública não acumulável na administração pública federal, estadual ou municipal, conforme vedação constante das normas do artigo 37, incisos XVI e XVII, e § 10 da Constituição Federal.

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araujo
Código Identificador:71BB3068

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 197/2019-GP

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZETA**, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 65, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com os artigos Nº 83, 84, 85 da Lei Complementar Municipal Nº 02/92, alterada pela Lei Complementar N° 02-A de 10 de Julho 1995,

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 121/2019 e o Parecer Jurídico opinativo proferido pela Procuradoria-Geral deste Município;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER licença-prêmio à servidora **MARIA DE LOURDES DA SILVA**, matrícula nº 156-1, ocupante do cargo efetivo de Professor P3-I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Art. 2º - A licença de que trata o artigo anterior terá o gozo de 03 (três) meses, compreendendo o período de 04/09/2019 a 04/12/2019.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de setembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Cruzeta(RN), em 30 de setembro de 2019.

JOSÉ SALLY DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araujo
Código Identificador:9E75BA76

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.235, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

O Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4616, de 03 de maio de 2017,

Considerando os artigos 95 e 103 da Lei Complementar nº 007, de 15 de dezembro de 2006, e tendo em vista o que consta no requerimento protocolado sob nº 6.568/2019,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio por assiduidade, à servidora **Alexandra Telma da Silva**, matrícula nº 1934-1, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, integrante do Quadro de Pessoal do Município de Currais Novos, pelo período de 06 (seis) meses, a contar do dia 08 de outubro de 2019 a 04 de abril de 2020, referente ao decênio de 1998-2008.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria tem seus efeitos produzidos a partir de 08 de outubro de 2019.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 07 de outubro de 2019.

JONATHAS BRANDÃO MAMEDE GALVÃO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Izabelle de M. Gomes
Código Identificador:2CF1E4CA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

ORIGEM:PREGÃO REGISTRO DE PREÇO Nº013/2019.

CONTRATO N°2019.0358.

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

CONTRATADA (O):J J COMERCIO E EQUIPAMENTOS EIRELI/ CNPJ:29.007.485/0001-27

OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A FORMALIZAR PROPOSTAS MAIS VANTAJOSAS VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE EMPRESAS PARA FORNECER MATERIAIS PERMANENTE, AOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE DR. SEVERIANO/RN, E AQUISIÇÃO DE UM GABINETE ODONTOLÓGICO OBEDECENDO TERMO DE COMPROMISSO Nº 2403201712291556184.

VALOR TOTAL:R$ 4.778,00(QUATRO MIL SETECENTOS E SETENTA E OITO REAIS).

PROGRAMA DE TRABALHO:
A DESPESA COM O FORNECIMENTO DO PRODUTO DE QUE TRATA O OBJETO, ESTÁ A CARGO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO2019:

Órgão	02-GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçamentária	09-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Projeto/Atividade	2021- REPASSE DO FNAS-PBF/PISO BÁSICO FIXO
Classificação Econômica	4.4.90.52.00-Equipamentos e Material Permanente
Órgão	02-GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçamentária	09-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Projeto/Atividade	2020- MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
Classificação Econômica	4.4.90.52.00-Equipamentos e Material Permanente
Órgão	02-GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçamentária	02.004- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS
Projeto/Atividade	2.013-MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Classificação Econômica	4.4.90.52.00-Equipamentos e Material Permanente
Sub Elemento	PROCESSO 25000.126449/2019-46.
Órgão	02-GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçamentária	21-SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL
Projeto/Atividade	2014-MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Classificação Econômica	4.4.90.52.00-Equipamentos e Material Permanente
Unidade Orçamentária	03-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Projeto/Atividade	2003-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DASEC.DEAMINISTRAÇÃO
Classificação Econômica	4.4.90.52.00-Equipamentos e Material Permanente

VIGÊNCIA:07 DE OUTUBRO DE 2019A18 DE OUTUBRO DE 2019.
DATA DA ASSINATURA:07 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:462C4D54

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

ORIGEM: Pregão Registro de preço nº 017/2019

CONTRATO N° 2019.0357

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

CONTRATADA (O): FRANCISCO ALVES DA SILVA / CPF:143.018.038-23.

OBJETO: Registro de Preço para contratação de serviços de Mão de Obra diversas, pessoa física visando atender as demandas previstas das Secretarias Municipais vinculadas a Prefeitura Municipal de Doutor Severiano/RN

VALOR TOTAL: R$ 475,00 (quatrocentos e setenta e cinco reais).

PROGRAMA DE TRABALHO:
A despesa com o fornecimento do produto de que trata o objeto, está a cargo da dotação orçamentária Exercício 2019:

Órgão 02-GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçamentária 07-SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Projeto/Atividade 2012-MANUTENÇÃO DA SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANAOS
Classificação Econômica 3.3.90.36.00-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
SubElemento 3.3.33.33.33.33-PADRÃO

VIGÊNCIA: 03 DE OUTUBRO DE 2019 A 18 DE OUTUBRO DE 2019.

DATA DA ASSINATURA: 03 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:06D4FDFA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

ORIGEM: Pregão Registro de preço nº 017/2019

CONTRATO N° 2019.0354

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

CONTRATADA (O): JOSE FABIO BENTO LIMA / CPF: 009.140.764-85

OBJETO: Registro de Preço para contratação de serviços de Mão de Obra diversas, pessoa física visando atender as demandas previstas das Secretarias Municipais vinculadas a Prefeitura Municipal de Doutor Severiano/RN

VALOR TOTAL: R$ 2.025,00 (dois mil vinte e cinco reais).

PROGRAMA DE TRABALHO:
A despesa com o fornecimento do produto de que trata o objeto, está a cargo da dotação orçamentária Exercício 2019:

Unidade Orçamentária 07-SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Projeto/Atividade 2012-MANUTENÇÃO DA SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANAOS
Classificação Econômica 3.3.90.36.00-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
SubElemento 3.3.33.33.33.33-PADRÃO

VIGÊNCIA: 03 DE OUTUBRO DE 2019 A 31 DE OUTUBRO DE 2019.
DATA DA ASSINATURA: 03 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:BB120500

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

ORIGEM: Pregão Registro de preço nº 017/2019

CONTRATO N° 2019.0356

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

CONTRATADA (O): KASSIO DE OLIVEIRA LIMA / CPF: 083.259.974-35

OBJETO: Registro de Preço para contratação de serviços de Mão de Obra diversas, pessoa física visando atender as demandas previstas das Secretarias Municipais vinculadas a Prefeitura Municipal de Doutor Severiano/RN

VALOR TOTAL: R$ 2.475,00 (dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais).

PROGRAMA DE TRABALHO:
A despesa com o fornecimento do produto de que trata o objeto, está a cargo da dotação orçamentária Exercício 2019:

Unidade Orçamentária 07-SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Projeto/Atividade 2012-MANUTENÇÃO DA SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANAOS
Classificação Econômica 3.3.90.36.00-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
SubElemento 3.3.33.33.33.33-PADRÃO

VIGÊNCIA: 03 DE OUTUBRO DE 2019 A 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

DATA DA ASSINATURA: 03 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:59B2280F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

ORIGEM: Pregão Registro de preço nº 017/2019

CONTRATO N° 2019.0355

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

CONTRATADA (O): LUAN KENNEDY CASTRO E SILVA / CNPJ: 106.586.914-22

OBJETO: Registro de Preço para contratação de serviços de Mão de Obra diversas, pessoa física visando atender as demandas previstas das Secretarias Municipais vinculadas a Prefeitura Municipal de Doutor Severiano/RN

VALOR TOTAL: R$ 1.525,00 (um mil quinhentos e vinte e cinco reais).

PROGRAMA DE TRABALHO:
A despesa com o fornecimento do produto de que trata o objeto, está a cargo da dotação orçamentária Exercício 2019:

Unidade Orçamentária 07-SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Projeto/Atividade 2012-MANUTENÇÃO DA SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANAOS
Classificação Econômica 3.3.90.36.00-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
SubElemento 3.3.33.33.33.33-PADRÃO

VIGÊNCIA: 03 DE OUTUBRO DE 2019 A 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

DATA DA ASSINATURA: 03 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:395F22AD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

ORIGEM:PREGÃO REGISTRO DE PREÇO Nº**014/2019**

CONTRATO N°2019.0353.

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

CONTRATADA (O):F. A. NUNES GONDIM/ CNPJ:12.995.411/0001-43

OBJETO:REGISTRO DE PREÇO DESTINADO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NAS SOLICITAÇÕES DAS SECRETARIAS REQUISITANTES E UNIFICADAS NO ANEXO I DESTE EDITAL.

VALOR TOTAL:R$ 16.139,80(DEZESSEIS MIL CENTO E TRINTA E NOVE REAIS E OITENTA CENTAVOS).

PROGRAMA DE TRABALHO:
A DESPESA COM O FORNECIMENTO DO PRODUTO DE QUE TRATA O OBJETO, ESTÁ A CARGO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO2019:

Unidade Orçamentária	03-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Projeto/Atividade	2003-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DASEC.DEAMINISTRAÇÃO
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo,100.

Unidade Orçamentária	02.009- FMAS- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Projeto/Atividade	2.038- REPASSE FNAS- SCFV/ SERV. DE CONVIVÊNCIA E FORT. DE VINCULO.
	2.067- REPASSE DO OFNAS- MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS, FONTE 311.
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo.129.
Unidade Orçamentária	02.009- FMAS- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária	02.012- FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
Projeto/Atividade	2.020- MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
Projeto/Atividade	2.061-MANUT DO FUNDO DOS DIREITOS DA C. E ADOLESCENTE.FONTE 312.
	2.021 – REPASSE DO FNAS – BLOCO DA GESTÃO DO PROG BOLSA FAMÍLIA E DO C. ÚNICO.
	2.039- MAN FUNDO MUN DOS DIREITOS DA C. E DO ADOLESCENTE.
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo,100.
Unidade Orçamentária	02.006- FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
Projeto/Atividade	2.032- APLICAÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - QSE.
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo,155.
Unidade Orçamentária	02.004- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS
Projeto/Atividade	2.036-TETO MUNICIPAL DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMB. E HOSPITALAR.
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo, 114.
	PROCESSO 25000.126449/2019-46.

Unidade Orçamentária	02.006- FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
Projeto/Atividade	2.007- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo,100.

VIGÊNCIA:07 DE OUTUBRO DE 2019A25 DE OUTUBRO DE 2019.
DATA DA ASSINATURA:07 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:34B1ABC8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 02/2019 - CMDCA - RESULTADO PRELIMINAR

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Doutor Severiano/RN
Lei Municipal nº 213/2015
Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar

EDITAL nº 02/2019 - CMDCA

Divulga o resultado preliminar do processo de escolha para membro do Conselho Tutelar do

município de Doutor Severiano/RN e abre prazo recursal.

A presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar de Doutor Severiano/RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução nº 01/2019 - CMDCA, e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 213/2015 e suas alterações, considerando a Resolução CONSEC nº 118/2019, torna público o **RESULTADO PRELIMINAR** do processo de escolha para membro do Conselho Tutelar do município de Doutor Severiano/RN, realizado no dia 06 de outubro de 2019.

Classificação dos Titulares	Nome do Candidato	Quantidade de votos
1º	Francisca Aldeiza Vieira	354
2º	Alex Junior da Silva	328
3º	Elvis Alves Ferreira Bandeira	249
4º	Anérica Rocha da Silva	227
5º	Cornélio Antônio de Oliveira	210

Classificação dos Suplentes	Nome do Candidato	Quantidade de votos
1º	Francicleudo Nato da Silva	206
2º	Maria Joseilda da Silva Rocha	170
3º	Clécio Sueldo da Silva	138
4º	Joanna Lobo Rossi de Camargo	52
5º	Maria Anaclecia Ferreira Leite	08

Fica aberto o prazo de 08/10/19 a 14/10/2019, para que sejam apresentandos recurso contra o resultado publicado, na forma prevista no item 5.20 do edital 01/2019.

Doutor Severiano/RN, 07 de outubro de 2019.

LIDUÍNA MARIA FERNANDES NERI
Presidente do CMDCA

MARIA ADRIELE PINHEIRO DE OLIVEIRA
Presidente da CEE

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:F9D7F332

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

ORIGEM:PREGÃO REGISTRO DE PREÇO Nº**035-2018**

CONTRATO N°2019.0359.

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

CONTRATADA (O):W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME/ CNPJ:10.212.250/0001-49

OBJETO:SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP, DESTINADO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA MANUTENÇÃO NA UNIDADE JOSÉ DESILIO FERNANDES, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES QUE FICAM EM REGIME DE INTERNAÇÃO OU EM OBSERVAÇÃO DE ACORDO COM DIAGNÓSTICOS PRESCRITOS POR MÉDICOS.

VALOR TOTAL:R$1.161,40(UM MIL CENTO E SESSENTA E UM REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

PROGRAMA DE TRABALHO: A DESPESA COM O FORNECIMENTO DO PRODUTO DE QUE TRATA O OBJETO, ESTÁ A CARGO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO2019:

Unidade Orçamentária	02.004- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS
Projeto/Atividade	2.013-MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo, 211.
Sub Elemento	PROCESSO 25000.126449/2019-46.

Unidade Orçamentária	04-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
Projeto/Atividade	2013-MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo

Órgão	02-GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçamentária	04-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
Projeto/Atividade	2030-PISO DA ATENÇÃO BÁSICA- PAB FIXO
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo

Unidade Orçamentária	04-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS
Projeto/Atividade	2.065- PROGRAMA DE MELHORIA AO ACESSO E DA QUALIDADE- PMAQ.
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo
Unidade Orçamentária	04-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
Projeto/Atividade	2.036- TETO MUNICIPAL DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMB. E HOSPITALAR.
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo

VIGÊNCIA:07 DE OUTUBRO DE 2019 A29 DE NOVEMBRO DE 2019.
DATA DA ASSINATURA:07 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:57B5EA04

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

ORIGEM:PREGÃO REGISTRO DE PREÇO Nº**035-2018**

CONTRATO N°2019.0360.

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

CONTRATADA (O):REABILITAR COM E REPRES DE AP MED HOSP EIRELI - ME/ CNPJ:22.007.302/0001-24.

OBJETO:SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP, DESTINADO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA MANUTENÇÃO NA UNIDADE JOSÉ DESILIO FERNANDES, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES QUE FICAM EM REGIME DE INTERNAÇÃO OU EM OBSERVAÇÃO DE ACORDO COM DIAGNÓSTICOS PRESCRITOS POR MÉDICOS.

VALOR TOTAL:R$ 14.503,03(QUATORZE MIL QUINHENTOS E TRÊS REAIS E TRÊS CENTAVOS).

PROGRAMA DE TRABALHO:
DESPESA COM O FORNECIMENTO DO PRODUTO DE QUE TRATA O OBJETO, ESTÁ A CARGO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO2019:

Unidade Orçamentária	02.004- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS
Projeto/Atividade	2.013-MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo, 211.
Sub Elemento	PROCESSO 25000.126449/2019-46.

Unidade Orçamentária	04-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
Projeto/Atividade	2013-MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo

Órgão	02-GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçamentária	04-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
Projeto/Atividade	2030-PISO DA ATENÇÃO BÁSICA- PAB FIXO
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo

Unidade Orçamentária	04-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
Projeto/Atividade	2.065- PROGRAMA DE MELHORIA AO ACESSO E DA QUALIDADE- PMAQ.
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo
Unidade Orçamentária	04-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
Projeto/Atividade	2.036- TETO MUNICIPAL DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMB. E HOSPITALAR.
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo

VIGÊNCIA:07 DE OUTUBRO DE 2019 A29 DE NOVEMBRO DE 2019.
DATA DA ASSINATURA:07 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:008DAD60

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

ORIGEM:PREGÃO REGISTRO DE PREÇO Nº**035-2018**

CONTRATO N°2019.0361.

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

CONTRATADA (O):MARCOS A. FERNANDES ANDRE - ME/ CNPJ:18.010.260/0001-03

OBJETO:SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP, DESTINADO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA MANUTENÇÃO NA UNIDADE JOSÉ DESILIO FERNANDES, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES QUE FICAM EM REGIME DE INTERNAÇÃO OU EM OBSERVAÇÃO DE ACORDO COM DIAGNÓSTICOS PRESCRITOS POR MÉDICOS.

VALOR TOTAL:R$ 2.447,00(DOIS MIL QUATROCENTOS E QUARENTA E SETE REAIS).

PROGRAMA DE TRABALHO:
DESPESA COM O FORNECIMENTO DO PRODUTO DE QUE TRATA O OBJETO, ESTÁ A CARGO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO2019:

Unidade Orçamentária	02.004- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS
Projeto/Atividade	2.013-MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo, 211.
Sub Elemento	PROCESSO 25000.126449/2019-46.

Unidade Orçamentária	04-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
Projeto/Atividade	2013-MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo
Órgão	02-GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçamentária	04-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
Projeto/Atividade	2030-PISO DA ATENÇÃO BÁSICA- PAB FIXO
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo

Unidade Orçamentária	04-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
Projeto/Atividade	2.065- PROGRAMA DE MELHORIA AO ACESSO E DA QUALIDADE- PMAQ.
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo
Unidade Orçamentária	04-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
Projeto/Atividade	2.036- TETO MUNICIPAL DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMB. E HOSPITALAR.
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo

VIGÊNCIA:07 DE OUTUBRO DE 2019 A29 DE NOVEMBRO DE 2019.
DATA DA ASSINATURA:07 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:6FBE34AF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

ORIGEM:PREGÃOREGISTRO DE PREÇO Nº**035-2018**

CONTRATO N°2019.0362.

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

CONTRATADA (O):F WILTON CAVALCANTE MONTEIRO EIRELI/ CNPJ:07.055.280/0001-84

OBJETO:SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP, DESTINADO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA MANUTENÇÃO NA UNIDADE JOSÉ DESILIO FERNANDES, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES QUE FICAM EM REGIME DE INTERNAÇÃO OU EM OBSERVAÇÃO DE ACORDO COM DIAGNÓSTICOS PRESCRITOS POR MÉDICOS.

VALOR TOTAL:R$ 895,20(OITOCENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E VINTE CENTAVOS).

PROGRAMA DE TRABALHO:
DESPESA COM O FORNECIMENTO DO PRODUTO DE QUE TRATA O OBJETO, ESTÁ A CARGO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO2019:

Unidade Orçamentária	02.004- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS
Projeto/Atividade	2.013-MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo, 211.
Sub Elemento	PROCESSO 25000.126449/2019-46.

Unidade Orçamentária	04-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
Projeto/Atividade	2013-MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo
Órgão	02-GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçamentária	04-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
Projeto/Atividade	2030-PISO DA ATENÇÃO BÁSICA- PAB FIXO
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo

Unidade Orçamentária	04-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
Projeto/Atividade	2.065- PROGRAMA DE MELHORIA AO ACESSO E DA QUALIDADE- PMAQ.
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo
Unidade Orçamentária	04-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
Projeto/Atividade	2.036- TETO MUNICIPAL DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMB. E HOSPITALAR.
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo

VIGÊNCIA:07 DE OUTUBRO DE 2019 A29 DE NOVEMBRO DE 2019.
DATA DA ASSINATURA:07 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:4BE5DAA2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE FERIAS Nº 99

Portaria Nº 99 / 2019 / GP / PME Encanto – RN, 01 de outubro de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENCANTO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, de acordo com o Art. 28 da Lei Nº. 202 / 2002, Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais, **FERIAS** de 3**0 (Trinta) dias**, correspondente ao período de **01 / 08 / 2018** a **01/ 08 / 2019,** ao servidor **JOSE MARIA DE BRITO,** Matrícula Nº 162404-0, ocupante do Cargo de Agente Administrativo lotado na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura- SMEC,**

tendo o requerente o direito de gozo das requeridas férias a partir do dia **07 / 10 / 2019.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se e

Cumpra-se.

ATEVALDO NAZARIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Adriane dos Santos
Código Identificador:EBA4DA94

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE LICENÇA PREMIO Nº 98

Portaria Nº 98/2019 / GP / PME Encanto/RN, 01 de outubro de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENCANTO/RN, NO USO DE SUAS PRERROGATIVAS LEGAIS E CONSIDERANDO-SE O QUANTO DISPOSTO NO ART. 102 DA LEI MUNICIPAL Nº 202/2002 - REGIME JURIDICO ÚNICO DO MUNICIPIO DE ENCANT/RN; CONSIDERANDO-SE O CONTEÚDO DA PORTARIA N° 112/2015/GP/PME ATRAVÉS DA QUAL FOI CONCEDIDA A SERVIDORA PÚBLICA ANA DE FATIMA CHAVES MAIA A CONCESSÃO DA LICENÇA PRÊMIO FRACIONADA EM TRÊS PERÍODOS, RESTANDO GOZAR O TERCEIRO PERÍODO DE 30 (TRINTA DIAS), RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida a **LICENÇA PREMIO POR ASSIDUIDADE** a Servidora Pública Municipal **ANA DE FATIMA CHAVES MAIA,** Matrícula Nº 162215-7, relativo ao período aquisitivo compreendido entre 31/03/2008 a 31/03/2013.

Art. 2º - A licença prêmio de que trata esta Portaria será dos 30 (Trinta) dias remanescentes, a começar de 01/10/2019 e conforme a necessidade e mediante acordo com a administração, será concedida o restante que corresponde a 30(trinta) dias.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se e

Cumpra-se.

ATEVALDO NAZARIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Adriane dos Santos
Código Identificador:C0BA0367

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 051/2019

A Prefeita Constitucional do Município de Equador, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais estabelecidas nos incisos III e VIII do art. 64º da Lei Orgânica do Município, e,
Considerandoo Convênio 16/2016 celebrado entre o município de Equador/RN e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte para cessão de servidor(a) para prestar serviços junto a Comarca de Parelhas/RN;
Considerando a solicitação da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, expressa no Ofício nº 0100003-86.2019.8.20.0123-030, recebida nesta municipalidade em de 07de outubro de 2019;
Resolve:
Art. 1º - Ceder por Tempo Determinado, a servidora **KERGILMA MARIA DINIZ**, Matrícula: 213-5, CPF nº 538.984.604-44, do quadro Permanente do Município de Equador/RN, sem ônus ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, para que possa continuar prestando seus serviços no Fórum "Valentim Nóbrega", da Comarca de Parelhas – RN.
Parágrafo 1º - A cessão se dará, com efeitos a contar de 31 de outubro de 2019 até 01º de novembro de 2020, podendo ser prorrogada caso haja necessidade e solicitação formal por parte do Juízo da Comarca e/ou do Tribunal de Justiça do Estado - TJRN.
Parágrafo 2º - Findo o prazo da cessão, a servidora deverá se apresentar ao Departamento de Recursos Humanos do Município, até 05 (cinco) dias úteis.
Art. 2º - A freqüência da servidora deverá ser acompanhada pela Secretaria Judiciária do Fórum da Comarca de Parelhas – RN, devendo a mesma ser enviada mensalmente ao departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura, para fins de controle.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Fica revogada as disposições em contrário.

Publique-se;Cumpra-se;Dê-se Ciência.

Equador/RN, 07 de outubro de 2019.

CERTIDÃO
CERTIFICO a publicação da presente Portaria no quadro de publicação da sede da Prefeitura Municipal de Equador-RN.

Em 07/10/2019

NOEIDE CLÉMENS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jeferson dos Santos Morais
Código Identificador:74F8C7AF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 428/2019

Rua Empresário Manoel Theodoro Freire, 166 – Centro.
CNPJ: 08.362.287/0001-01

Lei Nº 428/2019

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Especial a Lei Orçamentária vigente e dá outras providências.

FERNANDO LUIZ TEIXEIRA DE CARVALHO, Prefeito Constitucional do Município de Espírito Santo, Estado do Rio Grande do Norte, faz saber que a Câmara Municipal, aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito especial ao orçamento vigente, no valor de R$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), para criar as seguintes dotações orçamentárias:

02 – PODER EXECUTIVO
Órgão 11.002 – SEC/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 **– saúde**
Projeto Atividade – 1050 – Construção de Academia da Saúde.

44.90.39 00 – Outros Servs. T. P. Jurídica.....R$ 4.000,00
44.90.51 00 – Obras e Instalações.....R$ 121.000,00
Subtotal..R$ 125.000,00

Art. 2º - Os recursos financeiros para custear as despesas acima criadas, serão provenientes do PAB, será anulada dotação Orçamentária do Projeto Atividade 2094, conforme o abaixo exposto:

02 – PODER EXECUTIVO
Órgão 11.002 – SEC/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 **– saúde**
Projeto Atividade – 2094 – PAB INVESTIMENTO

44.90.52 00 – Obras e Instalações..... R$ 125.000,00
Subtotal..R$ 125.000,00

Art. 3º - Fica autorizado, a inclusão no PPA (Plano Plurianual 2019/2021) o Projeto Atividade ora proposto, bem como, na LDO em vigor.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Espírito Santo/RN, 01 de outubro de 2019.

FERNANDO LUIZ TEIXEIRA DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Artur Felipe de Araújo Silva
Código Identificador:DCD1060E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

CONSIDERANDO o que prevê os termos da Lei Federal n° 8.666/93 e suas posteriores alterações, especificamente o art. 5°, o qual ressalva a possibilidade de quebra da ordem cronológica quando presentes relevantes razões de interesse público, mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

CONSIDERANDO o que prevê a Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e a Instrução Normativa da Controladoria Geral do Município nº 01/2017,no tocante à ordem cronológica de pagamento;

CONSIDERANDO que o pagamento a ser efetuado se trata de despesas inadiáveis, relevante interesse público, imprescindíveis ao prosseguimento das ações aos munícipes;

Sendo assim, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos, para a empresa VITA CONSTRUÇÕES, SERVIÇOS E LIMPEZA EIRELLI inscrita no CNPJ/CNPF sob o nº07.605.255/0001-27 no valor de R$ 10.312,80 (Dez Mil Trezentos e Doze Reais e Oitenta Centavos) , referente a nota fiscal nº 840 empenho 02050006 para suprir as necessidades da Secretaria de Obras, motivo pelo qual justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supra identificado.

Felipe Guerra - RN, em 24 de Setembro de 2019.

HAROLDO FERREIRA DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisca Pereira da Silva Neta
Código Identificador:2EDE09D0

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

CONSIDERANDO o que prevê os termos da Lei Federal n° 8.666/93 e suas posteriores alterações, especificamente o art. 5°, o qual ressalva a possibilidade de quebra da ordem cronológica quando presentes relevantes razões de interesse público, mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

CONSIDERANDO o que prevê a Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e a Instrução Normativa da Controladoria Geral do Município nº 01/2017,no tocante à ordem cronológica de pagamento;

CONSIDERANDO que o pagamento a ser efetuado se trata de despesas inadiáveis, relevante interesse público, imprescindíveis ao prosseguimento das ações aos munícipes;

Sendo assim, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos, para a empresa VITA CONSTRUÇÕES, SERVIÇOS E LIMPEZA EIRELLI inscrita no CNPJ/CNPF sob o nº07.605.255/0001-27 no valor de R$ 10.312,80 (Dez Mil Trezentos e Doze Reais e Oitenta Centavos) , referente a nota fiscal nº 840 empenho 02050006 para suprir as necessidades da Secretaria de Obras, motivo pelo qual justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supra identificado.

Felipe Guerra - RN, em 24 de Setembro de 2019.

HAROLDO FERREIRA DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisca Pereira da Silva Neta
Código Identificador:63A413B6

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

CONSIDERANDO o que prevê os termos da Lei Federal n° 8.666/93 e suas posteriores alterações, especificamente o art. 5°, o qual ressalva a possibilidade de quebra da ordem cronológica quando presentes relevantes razões de interesse público, mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

CONSIDERANDO o que prevê a Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e a Instrução Normativa da Controladoria Geral do Município nº 01/2017,no tocante à ordem cronológica de pagamento;

CONSIDERANDO que o pagamento a ser efetuado se trata de despesas inadiáveis, relevante interesse público, imprescindíveis ao prosseguimento das ações aos munícipes;

Sendo assim, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos, para a empresa Auto Posto Amorim Ltda- EPP inscrita no CNPJ/CNPF sob o nº 09.501.742/0001-75 no valor de R$ 43.363,07 (Quarenta e Três Mil Trezentos e Sessenta e Três Reais e Sete Centavos) , referente a nota fiscal nº 1780;1774;1781 empenho18070007;18070002;18070009 para suprir as necessidades da Secretarias , motivo pelo qual justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supra identificado.

Felipe Guerra - RN, em 24 de Setembro de 2019.

HAROLDO FERREIRA DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisca Pereira da Silva Neta
Código Identificador:59D7F452

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

CONSIDERANDO o que prevê os termos da Lei Federal n° 8.666/93 e suas posteriores alterações, especificamente o art. 5°, o qual ressalva a possibilidade de quebra da ordem cronológica quando presentes relevantes razões de interesse público, mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

CONSIDERANDO o que prevê a Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e a Instrução Normativa da Controladoria Geral do Município nº 01/2017,no tocante à ordem cronológica de pagamento;

CONSIDERANDO que o pagamento a ser efetuado se trata de despesas inadiáveis, relevante interesse público, imprescindíveis ao prosseguimento das ações aos munícipes;

Sendo assim, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos, para a empresa Auto Posto Amorim Ltda- EPP inscrita no CNPJ/CNPF sob o nº 09.501.742/0001-75 no valor de R$ 5.607,80 (Cinco Mil Seiscentos e Sete Reais e Oitenta Centavos) , referente a nota fiscal nº 1777 empenho 18070004 para suprir as necessidade do Gabinete do Prefeito , motivo pelo qual justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supra identificado.

Felipe Guerra - RN, em 13 de Setembro de 2019.

HAROLDO FERREIRA DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisca Pereira da Silva Neta
Código Identificador:8509F59F

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

CONSIDERANDO o que prevê os termos da Lei Federal n° 8.666/93 e suas posteriores alterações, especificamente o art. 5°, o qual ressalva a possibilidade de quebra da ordem cronológica quando presentes relevantes razões de interesse público, mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

CONSIDERANDO o que prevê a Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e a Instrução Normativa da Controladoria Geral do Município nº 01/2017,no tocante à ordem cronológica de pagamento;

CONSIDERANDO que o pagamento a ser efetuado se trata de despesas inadiáveis, relevante interesse público, imprescindíveis ao prosseguimento das ações aos munícipes;

Sendo assim, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos, para a empresa M B COM E DER DE PET LTDA inscrita no CNPJ/CNPF sob o nº 08.345.698/0001-99 no valor de R$ 355,71 (Trezentos e Cinquenta e Cinco Reais e Setenta e um Centavos) , referente a nota fiscal nº 14209 empenho 30050002 para suprir as necessidade do Gabinete do Prefeito , motivo pelo qual justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supra identificado.

Felipe Guerra - RN, em 24 de Setembro de 2019.

HAROLDO FERREIRA DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisca Pereira da Silva Neta
Código Identificador:EEFEB28C

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

CONSIDERANDO o que prevê os termos da Lei Federal n° 8.666/93 e suas posteriores alterações, especificamente o art. 5°, o qual ressalva a possibilidade de quebra da ordem cronológica quando presentes relevantes razões de interesse público, mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;
CONSIDERANDO o que prevê a Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e a Instrução Normativa da Controladoria Geral do Município nº 01/2017,no tocante à ordem cronológica de pagamento;
CONSIDERANDO que o pagamento a ser efetuado se trata de despesas inadiáveis, relevante interesse público, imprescindíveis ao prosseguimento das ações aos munícipes;

Sendo assim, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos, para o pagamento da empresa KAIO VICTOR B DE MORAIS - ME, inscrita no CNPJ sob o n° 24.291.386/0001-04, no valor de R$ 66,50 (SESSENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS); 52,50 (CINQUENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), 903,00 (NOVECENTOS E TRÊS REAIS), 45,50 (QUARENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), 14,00 (QUATORZE REAIS). respectivamente as notas números: 153; 154; 155; 156; e 152; empenhos: 25030005; 25030007; 25030008; 25030009; 25030004; . O referido pagamento refere-se à Registro de preços para eventuais aquisições de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrafão de 20 litros, para atender a demanda das unidades administrativas da prefeitura municipal de Felipe Guerra/RN. Portanto imprescindível para o andamento dos serviços prestados, motivo pelo qual justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supra identificado.

Felipe Guerra - RN, em 25 de Setembro de 2019.

HAROLDO FERREIRA DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisca Pereira da Silva Neta
Código Identificador:63E7E466

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

CONSIDERANDO o que prevê os termos da Lei Federal n° 8.666/93 e suas posteriores alterações, especificamente o art. 5°, o qual ressalva a possibilidade de quebra da ordem cronológica quando presentes relevantes razões de interesse público, mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;
CONSIDERANDO o que prevê a Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e a Instrução Normativa da Controladoria Geral do Município nº 01/2017,no tocante à ordem cronológica de pagamento;
CONSIDERANDO que o pagamento a ser efetuado se trata de despesas inadiáveis, relevante interesse público, imprescindíveis ao prosseguimento das ações aos munícipes;

Sendo assim, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos, para o pagamento da empresa KAIO VICTOR B DE MORAIS - ME, inscrita no CNPJ sob o n° 24.291.386/0001-04, no valor de R$ 77,00 (SETENTA E SETE REAIS). respectivamente a nota número: 157; empenho: 25030006. O referido pagamento refere-

se à Registro de preços para eventuais aquisições de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrafão de 20 litros, para atender a demanda das unidades administrativas da prefeitura municipal de Felipe Guerra/RN. Portanto imprescindível para o andamento dos serviços prestados, motivo pelo qual justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supra identificado.

Felipe Guerra - RN, em 25 de Setembro de 2019.

MARIA DE FÁTIMA MAXIMINA MOTA MAIA
Secretaria Municipal

Publicado por:
Francisca Pereira da Silva Neta
Código Identificador:594194C8

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

CONSIDERANDO o que prevê os termos da Lei Federal n° 8.666/93 e suas posteriores alterações, especificamente o art. 5°, o qual ressalva a possibilidade de quebra da ordem cronológica quando presentes relevantes razões de interesse público, mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;
CONSIDERANDO o que prevê a Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e a Instrução Normativa da Controladoria Geral do Município nº 01/2017,no tocante à ordem cronológica de pagamento;
CONSIDERANDO que o pagamento a ser efetuado se trata de despesas inadiáveis, relevante interesse público, imprescindíveis ao prosseguimento das ações aos munícipes;

Sendo assim, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos, para o pagamento da empresa KAIO VICTOR B DE MORAIS - ME, inscrita no CNPJ sob o n° 24.291.386/0001-04, no valor de R$ 388,50 (TREZENTOS E OITENTA REAIS E CINQUENTA CENTAVOS). respectivamente a nota número: 151; empenho: 25030003. O referido pagamento refere-se à Registro de preços para eventuais aquisições de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrafão de 20 litros, para atender a demanda das unidades administrativas da prefeitura municipal de Felipe Guerra/RN. Portanto imprescindível para o andamento dos serviços prestados, motivo pelo qual justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supra identificado.

Felipe Guerra - RN, em 25 de Setembro de 2019.

JOSEFA GIRLENE FERREIRA DE MORAIS
Secretaria Municipal

Publicado por:
Francisca Pereira da Silva Neta
Código Identificador:DA8C6BBF

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

CONSIDERANDO o que prevê os termos da Lei Federal n° 8.666/93 e suas posteriores alterações, especificamente o art. 5°, o qual ressalva a possibilidade de quebra da ordem cronológica quando presentes relevantes razões de interesse público, mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

CONSIDERANDO o que prevê a Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e a Instrução Normativa da Controladoria Geral do Município nº 01/2017,no tocante à ordem cronológica de pagamento;
CONSIDERANDO que o pagamento a ser efetuado se trata de despesas inadiáveis, relevante interesse público, imprescindíveis ao prosseguimento das ações aos munícipes;

Sendo assim, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos, para a empresa J.P MATERIAL ELETRICO R DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP inscrita no CNPJ/CNPF sob o nº 18.334.420/0001-70 no valor de R$ 1.520,00 (Hum Mil Quinhentos e Vinte Reais) , referente a nota fiscal nº 949 empenho 03060004;25030011 para suprir as necessidades da Secretaria de Obras, motivo pelo qual justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supra identificado.

Felipe Guerra - RN, em 24 de Setembro de 2019.

HAROLDO FERREIRA DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisca Pereira da Silva Neta
Código Identificador:069C6D49

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
AVISO CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2019-SRP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2019.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27080001/19.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de consumo hospitalar, para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde da Prefeitura Municipal de Felipe Guerra-RN.

A Prefeitura Municipal de Felipe Guerra do Estado do Rio Grande do Norte, inscrita no CNPJ/MF nº 08.349.086/0001-74, através da secretaria municipal de Administração e Recursos Humanos torna público que, **CONVOCA** os representantes das empresas: **WS COMERCIO E SERVICOS EIRELI-EPP, CNPJ: 10.212.250/0001-49, CRM COMERCIAL LTDA ME, CNPJ: 04.679.119/0001-93 e DISMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ: 10.538.476/0001-34**, classificados no certame, que, compareçam a prefeitura municipal de Felipe Guerra-RN no **prazo de cinco dias úteis** contados da data da convocação, para proceder à assinatura da Ata de registro de preços, o prazo previsto poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador. No caso o licitante vencedor, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações previstas no Edital e seus Anexos, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada à ordem de classificação, para, depois de feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, assinar a Ata.

Felipe Guerra/RN, 07 de outubro de 2019.

ELIZANGELA PINHEIRO DA SILVA
Subsecretária Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:EA24B5AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 321/2019-SMARH EM, 08 DE OUTUBRO DE 2019.

Concede férias ao servidor SR. WILEANO LEITE DE GÓIS, digitador e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações legais e conforme o Inciso XI do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1990.

RESOLVE:
Art. 1º Concede férias ao servidor **SR. WILEANO LEITE DE GÓIS**, **digitador,** pertencente ao Quadro de Pessoal da Estrutura Administrativa Básica da Prefeitura Municipal no decorrer do mês de Outubro referente ao período aquisitivo de 2018.
Art. 2°- Fica autorizada a conversão em pecúnia de 10(dez) dias referente ao seu período de férias.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE.

Felipe Guerra - RN, 08 de Outubro de 2019.

HAROLDO FERREIRA DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:61BABCD9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDO PEDROZA

CONSELHO MUNICIPAL DA INFÂNCIA, CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA
EDITAL Nº 007/2019

Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar

Divulga o resultado preliminar do processo de escolha para membro do Conselho Tutelar do município de Fernando Pedroza/RN e abre prazo recursal.

A presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar de Fernando Pedroza/RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução nº 02/2019 - CMDCA, e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 059/2000 e suas alterações, considerando a Resolução CONSEC nº 118/2019, torna público o **RESULTADO PRELIMINAR** do processo de escolha para membro do Conselho Tutelar do município de Fernando Pedroza/RN, realizado no dia 06 de outubro de 2019.

1º. Alires Mariano França Silva, 165 votos - eleita;
2º. José Danúbio da Silva, 131 votos - eleito;
3º. Gilvaneide Araújo Justino, 124 votos - eleita;
4º. Suelia Cardoso dos Santos, 105 votos – eleita;
5º. Francisca Francidalva Tavares da Costa, 83 votos - eleita;
6º. Josiane Silva Bezerra de Araújo, 77 votos – 1º suplente;
7º. Elizete Adelino dos Santos Dantas, 69 votos – 2º suplente;
8º. Márcio Roseno da Silva, 62 votos – 3º suplente;
9º. Ana Keila da Silva, 57 votos – 4º suplente;
10º. Janiele Rosi Minervino da Costa Chagas, 47 votos – 5º suplente;

Fica aberto o prazo compreendido entre os dias 08 e 14 de outubro de 2019, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista no item 5.20 do Edital nº 01/2019, retificado em 05 de abril de 2019.
A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

Fernando Pedroza/RN, 07 de outubro de 2019.

MARIA APARECIDA SALUSTINO
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Anuzia Batista Gonçalves
Código Identificador:94E14562

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 115/2019 – GP/PMFP

A PREFEITA MUNICIPAL DE FERNANDO PEDROZA/RN, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º– Conceder, nos termos do Decreto Municipal nº 012/2017, a Sra.**EDIVANIA CARDOSO MACEDO,**CPF nº 029.639.164-69, matricula nº 006843, **NUTRICIONISTA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2 e ½ (duas e meia) diárias, no valor unitário de R$385,45 (trezentos e oitenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos), totalizando R$963,62 (novecentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos), para custear despesas com transporte, hospedagem e alimentação, para participar do **ENCONTRO TÉCNICO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS**, a ser realizado nos dias 08, 09 e 10 de outubro de 2019, no Auditório da Assembleia Legislativa da Bahia, na 1ª Avenida Centro Administrativo da Bahia, 130 – Salvador/BA.

Art. 2º– Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E PAGUE-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Fernando Pedroza/RN, 07 de outubro de 2019

SANDRA JAQUELINE JOTA RIBEIRO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Alyssandro Henrique Quirino da Silveira
Código Identificador:57CD51F4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 116/2019 – GP/PMFP

A PREFEITA MUNICIPAL DE FERNANDO PEDROZA/RN, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º– Conceder, nos termos do Decreto Municipal nº 012/2017, ao Sr.**ERISON AUGUSTO DE SOUZA MEDEIROS,**CPF nº 097.240.724-36, matricula nº 006574, **COORDENADOR DE TRIBUTOS E CADASTROS**, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, 1 e ½ (uma e meia) diárias, no valor unitário de R$231,27 (duzentos e trinta e um reais e vinte e sete centavos), totalizando R$346,90 (trezentos e quarenta e seis reais e noventa centavos), para custear despesas com transporte, hospedagem e alimentação, para participar do **ENCONTRO DOS AGENTES DE DESENVOLVIMENTO**, a ser realizado nos dias 16 e 17 de outubro de 2019, no prédio o SEBRAE RN, localizado na Avenida Lima e Silva, 76 – Lagoa Nova – Natal/RN.

Art. 2º– Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E PAGUE-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Fernando Pedroza/RN, 07 de outubro de 2019

SANDRA JAQUELINE JOTA RIBEIRO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Alyssandro Henrique Quirino da Silveira
Código Identificador:132E4016

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº 009, DE 01 DE AGOSTO DE 2017

RETIFICAÇÃO

No Decreto nº 009/2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios do estado do Rio Grande do Norte no dia 02 de agosto de 2017, edição 1571,

ONDE SE LÊ: A Prefeita Municipal de Fernando Pedroza, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 74, XII, da Lei nº 008/1997.

LEIA-SE: A Prefeita Municipal de Fernando Pedroza, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 74, XII, da Lei nº 001/1997 – Lei Orgânica do Município.

ONDE SE LÊ: III – A Comissão, na condução dos seus trabalhos, observará rigorosa e fielmente as normas previstas no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do município de Fernando Pedroza, Lei Complementar nº 001, de 1998, como também na Lei Orgânica Municipal, Lei nº 008/1997, na Constituição do Estado do Rio Grande do Norte e na Constituição Federal.

LEIA-SE: III – A Comissão, na condução dos seus trabalhos, observará rigorosa e fielmente as normas previstas no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do município de Fernando Pedroza, Lei Complementar nº 001, de 1998, como também na Lei Orgânica Municipal, Lei nº 001/1997, na Constituição do Estado do Rio Grande do Norte e na Constituição Federal.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Gabinete da Prefeita de Fernando Pedroza/RN, 07 de outubro de 2019

SANDRA JAQUELINE JOTA RIBEIRO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Alyssandro Henrique Quirino da Silveira
Código Identificador:DA98B6D5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTUOSO GOMES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0108048/2019

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0108048/2019
Objeto:. Serviço de Lavagens e Lubrificação de Carros Pertencentes a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
Contratado: RUAN ALEF DOS SANTOS SILVA (119.881.904-95)
Valor Total Julgado: R$ 710,52
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:74D7D983

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0109049/2019

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0109049/2019
Objeto:. Serviços de fornecimento de pães para o hospital maternidade Severina Carlos de Andrade.
Contratado: HOMERO LEITE DA SILVA (036.452.634-38)
Valor Total Julgado: R$ 847,36
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:89E423AE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0109051/2019

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0109051/2019
Objeto:. Serviço de Retoque e Pintura da Unidade Basica de Saúde do Sitio Candeia.
Contratado: Lairton Câmara de Oliveira (593.287.544-53)
Valor Total Julgado: R$ 2.056,42
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:BE5CC1AF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0109050/2019

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0109050/2019
Objeto:. Contratação de Serviços de Manutenção e Troca de Óleo dos Onibus Escolares Pertencentes a Secretaria Municipal de Educação.
Contratado: Francisco Carlos de Oliveira (138.685.274-00)
Valor Total Julgado: R$ 4.210,52
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:BA89E4BC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0109052/2019

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0109052/2019
Objeto:. Serviço Prestado de Transporte de Estudantes da Rede Estadual de Ensino Básico das Comunidades de Pé de Serra com Destino as Escolas Estaduais localizada no município de Frutuoso Gomes.
Contratado: Francisco Holanda da Silva (807.392.454-49)
Valor Total Julgado: R$ 3.157,89
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:FBDD807B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0109053/2019

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0109053/2019
Objeto:. Aquisição de medicamentos.
Contratado: LIOSWALD JACOME FERREIRA DE ARAUJO - ME (12.741.443/0001-12)
Valor Total Julgado: R$ 7.892,57
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:5C674854

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
DECISÃO ADMINISTRATIVA DA AUTORIDADE SUPERIOR - PP 020

REFERÊNCIA: PREGÃO PRESENCIAL N° 020/2019 – PP-SRP
OBJETO: OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE ASSESSORIA DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE.

RECORRENTE: SODIC-SOCIEDADE PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO NAS CIDADES LTDA – **CNPJ n°** 29.483.800/0001-92
RECORRIDA: ADRIANO MENDES DE SOUSA ARRAES - ME – CNPJ n° 30.975.474/0001-10

Vistos.

Tendo em vista o conteúdo da Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial n° 020/2019, Recurso, Contrarrazões e a Decisão Pregoeiro sobre a celeuma recursal, a qual adoto e passa a integrar esta decisão, **ratifico** o entendimento do Pregoeiro do Município, pelo qual **DECIDO** pela manutenção da habilitação da empresa **ADRIANO MENDES DE SOUSA ARRAES – ME, mantendo-a como vencedora do certame.**
Desde logo, Adjudico e Homologo o resultado do Pregão Presencial nº 020/2019, nos termos do disposto nas Leis n° 8.666/1993 e 10.520/2002.
Retornem-se os autos ao Setor de Licitações e Contratos para as providências que lhe são afetas.

Galinhos/RN, 07 de outubro de 2019.

FRANCINALDO SILVA DA CRUZ
Prefeito

Publicado por:
Gildazio de Oliveira Vidal
Código Identificador:4E4E1A76

SECRETARIA
MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL Nº 02/2019 - RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO DE ESCOLHA PARA MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE GALINHOS/RN E ABRE PRAZO RECURSAL.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Galinhos/RN

Lei Municipal nº 383/2015

Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar

EDITAL Nº 02/2019

Divulga o resultado preliminar do processo de escolha para membro do Conselho Tutelar do município de Galinhos/RN e abre prazo recursal.

A presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar de Galinhos/RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução nº 01/2019 - CMDCA, e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 383/2015, considerando a Resolução CONSEC nº 118/2019, torna público o **RESULTADO PRELIMINAR** do processo de escolha para membro do Conselho Tutelar do município de Galinhos/RN, realizado no dia 06 de outubro de 2019.

TITULARES:
1° Adriana Lourenço = 128 votos
2° Andreza Maciel = 102 votos
3° Suely Raimundo = 90 votos
4° Dinara Silva = 73 votos
5° Lizandra Correia = 70 votos

SUPLENTES:
6° Natália Ferreira = 65 votos
7° Kaline Siqueira = 64 votos
8° Lucenir Caetano = 59 votos
9° Kadja Karoline = 52 votos
10° Luciclaudia Souza = 51 votos

NÃO ELEITOS:
11° Alan Kleberson = 50 votos
12° Israele Lima = 45 votos

VOTOS BRANCOS E NULOS: 13 nulos.

TOTAL DE VOTOS APURADOS: 862 votos.

Fica aberto o prazo compreendido entre os dias 08 e 14 de Outubro de 2019, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista no item 9.21 do Edital nº 01/2019, retificado em 13 de Maio de 2019.
A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

Galinhos/RN, 07 de outubro de 2019.

ANA GUILHERMINA GALVÃO DE ASSUNÇÃO
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Ana Guilhermina Galvão de Assunção
Código Identificador:E5F13EA4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
MUNICIPIO DE GOIANINHA-RN AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 037/2019

O Município de Goianinha, por intermédio de seu Pregoeiro Municipal, torna público que a sessão da licitação ocorrida às 09h00min do dia 20 de Setembro de 2019, na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, sob o número 037/2019, tipo menor preço por item, objetivando a futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de 01 (um) veículo 0Km, tipo utilitário, com capacidade para 07 passageiros, em atendimento a Secretaria Municipal de Assistência Social. Por não haver interessado, foi considerada DESERTA. Comunica ainda que a nova sessão fica remarcada para o dia **18 de Outubro de 2019 ás 09h00mim**. Devido ao atraso na publicação que comprometeu o prazo legal previsto em Lei. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados, na sala da Comissão de Licitação situada na Rodovia RN 003, km 053, nº 96, Centro Administrativo Prefeito Rubens Lisboa, Centro, Goianinha/RN – CEP: 59.173-000 Fone: (84) 3243-3926, a partir da publicação deste aviso, no horário de expediente de 08h:00min às 14h:00min, exceto feriados e ponto facultativo ou pelo email: pregoeiro.pmg@hotmail.com ou ainda pelo Site do Município: www.goianinha.rn.gov.br.

Goianinha/RN, 07 de outubro de 2019.

MIZAEL GALVÃO DA COSTA JÚNIOR.
Pregoeiro Municipal.

Publicado por:
Mizael Galvão da Costa Júnior
Código Identificador:897A83B6

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP 31/2019

O Município de Goianinha/RN, através de sua Comissão oficial, torna público o resultado da licitação acima epigrafada – Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E INSUMOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES BÁSICAS E DO HOSPITAL MUNICIPAL. Empresas Vencedoras: **ARTMED COMERCIAL EIRELI**- CNPJ: 04.361.467/0001-18, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 10, 11, 12, 23, 32, 35, 36, 48, 49, 51, 55, 74, 104, 105, 106, 107, 111, 142, 145, 153, 156, 157, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 196, 200, 218, 220, 227, 236, 242, 246; **CRM COMERCIAL LTDA**- CNPJ: 04.679.119/0001-93 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 40, 54, 56, 57, 58, 66, 70, 133, 134, 135, 137, 151, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 221, 224, 225, 226, 231, 232, 233, 234, 235, 238, 239, 243, 244; **DENTALMED COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**- CNPJ: 16.826.043/0001-60 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 59, 60, 61, 114, 116, 143, 237; **NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI**- CNPJ: 18.588.224/0001-21 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 14, 16, 17, 18, 19, 25, 26, 28, 29, 33, 37, 41, 42, 43, 50, 52, 53, 62, 63, 64, 65, 67, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 90, 91, 92, 98, 99, 100, 102, 103, 108, 109, 113, 115, 117, 118, 119, 127, 129, 130, 132, 136, 139, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 188, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 217, 219, 245, 247; **PHOSPODONT LTDA**- CNPJ: 04.451.626/0001-75 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 13, 15, 21, 30, 31, 39, 141, 148, 149, 155, 173, 174, 195, 229; **RDF DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA**- CNPJ: 12.305.387/0001-73 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 7, 24, 27, 38, 44, 45, 46, 47, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 93, 94, 95, 96, 101, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 131, 138, 140, 144, 150, 152, 154, 171, 172, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 207, 208, 213, 214, 222, 223, 228, 230, 240, 241, 248; **RN HOSPITALAR ATACADISTA LTDA**- CNPJ: 27.320.140/0001-01 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 20, 22, 34, 71, 72, 73, 75, 77, 97, 110, 146, 147, 158, 206, 209, 210, 211, 212, 215, 216.

Goianinha/RN, em 24 de setembro de 2019.

MIZAEL GALVÃO DA COSTA JÚNIOR
Pregoeiro Municipal.

Publicado por:
Mizael Galvão da Costa Júnior
Código Identificador:4A4CB79F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP 31/2019

O Município de Goianinha/RN, através de sua Comissão oficial, torna público o Ato de Adjudicação da licitação acima epigrafada – Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E INSUMOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES BÁSICAS E DO HOSPITAL MUNICIPAL. Empresas Vencedoras: **ARTMED COMERCIAL EIRELI** - CNPJ: 04.361.467/0001-18 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 10, 11, 12, 23, 32, 35, 36, 48, 49, 51, 55, 74, 104, 105, 106, 107, 111, 142, 145, 153, 156, 157, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 196, 200, 218, 220, 227, 236, 242, 246; **CRM COMERCIAL LTDA** - CNPJ: 04.679.119/0001-93 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 40, 54, 56, 57, 58, 66, 70, 133, 134, 135, 137, 151, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 221, 224, 225, 226, 231, 232, 233, 234, 235, 238, 239, 243, 244; **DENTALMED COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA** - CNPJ: 16.826.043/0001-60 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 59, 60, 61, 114, 116, 143, 237; **NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI** - CNPJ: 18.588.224/0001-21 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 14, 16, 17, 18, 19, 25, 26, 28, 29, 33, 37, 41, 42, 43, 50, 52, 53, 62, 63, 64, 65, 67, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 90, 91, 92, 98, 99, 100, 102, 103, 108, 109, 113, 115, 117, 118, 119, 127, 129, 130, 132, 136, 139, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 188, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 217, 219, 245, 247; **PHOSPODONT LTDA** - CNPJ: 04.451.626/0001-75 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 13, 15, 21, 30, 31, 39, 141, 148, 149, 155, 173, 174, 195, 229; **RDF DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA** - CNPJ: 12.305.387/0001-73 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 7, 24, 27, 38, 44, 45, 46, 47, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 93, 94, 95, 96, 101, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 131, 138, 140, 144, 150, 152, 154, 171, 172, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 207, 208, 213, 214, 222, 223, 228, 230, 240, 241, 248; **RN HOSPITALAR ATACADISTA LTDA**- CNPJ: 27.320.140/0001-01 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 20, 22, 34, 71, 72, 73, 75, 77, 97, 110, 146, 147, 158, 206, 209, 210, 211, 212, 215, 216..Fica assim a presente licitação ADJUDICADA.

Goianinha/RN, em 24 de setembro de 2019.

MIZAEL GALVÃO DA COSTA JÚNIOR
Pregoeiro Municipal.

Publicado por:
Mizael Galvão da Costa Júnior
Código Identificador:4C73CB12

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP 31/2019

O Município de Goianinha/RN, através de sua Comissão oficial, torna público o Ato de Homologação da licitação acima epigrafada – REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E INSUMOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES BÁSICAS E DO HOSPITAL MUNICIPAL. Empresas Vencedoras: **ARTMED COMERCIAL EIRELI** - CNPJ: 04.361.467/0001-18 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 10, 11, 12, 23, 32, 35, 36, 48, 49, 51, 55, 74, 104, 105, 106, 107, 111, 142, 145, 153, 156, 157, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 196, 200, 218, 220, 227, 236, 242, 246; **CRM COMERCIAL LTDA** - CNPJ: 04.679.119/0001-93 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 40, 54, 56, 57, 58, 66, 70, 133, 134, 135, 137, 151, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 221, 224, 225, 226, 231, 232, 233, 234, 235, 238, 239, 243, 244; **DENTALMED COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA** - CNPJ: 16.826.043/0001-60 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 59, 60, 61, 114, 116, 143, 237; **NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI** - CNPJ: 18.588.224/0001-21 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 14, 16, 17, 18, 19, 25, 26, 28, 29, 33, 37, 41, 42, 43, 50, 52, 53, 62, 63, 64, 65, 67, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 90, 91, 92, 98, 99, 100, 102, 103, 108, 109, 113, 115, 117, 118, 119, 127, 129, 130, 132, 136, 139, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 188, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 217, 219, 245, 247; **PHOSPODONT LTDA** - CNPJ: 04.451.626/0001-75 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 13, 15, 21, 30, 31, 39, 141, 148, 149, 155, 173, 174, 195, 229; **RDF DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA** - CNPJ: 12.305.387/0001-73 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 7, 24, 27, 38, 44, 45, 46, 47, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 93, 94, 95, 96, 101, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 131, 138, 140, 144, 150, 152, 154, 171, 172, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 207, 208, 213, 214, 222, 223, 228, 230, 240, 241, 248; **RN HOSPITALAR ATACADISTA LTDA**- CNPJ: 27.320.140/0001-01 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 20, 22, 34, 71, 72, 73, 75, 77, 97, 110, 146, 147, 158, 206, 209, 210, 211, 212, 215, 216.Fica assim a presente licitação HOMOLOGADA.

Goianinha/RN, em 24 de setembro de 2019.

RUDEMBERG HONÓRIO LISBOA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mizael Galvão da Costa Júnior
Código Identificador:7A2C03CB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE GOIANINHA/RN AVISO DE LICITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2019

O Município de Goianinha/RN, através da Secretaria Municipal de Saúde, comunica a todos os interessados que está realizando o procedimento de CHAMAMENTO PÚBLICO, no período de 10 a 25 de outubro de 2019, das 8h:00min às 13h:00min de segunda à sexta-feira, no Setor de licitações, situado à Rodovia RN 003,KM 053, nº 96, Centro Administrativo Prefeito Rubens Lisboa, Centro, Goianinha/RN, para o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES ESPECIALIZADOS EM ULTRASSONOGRAFIAS, PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DOS SUS DO MUNICÍPIO.

Goianinha/RN, 07 de outubro de 2019.

RUSIVETE CRISTINA HONÓRIO LISBOA.
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Mizael Galvão da Costa Júnior
Código Identificador:E59547DA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
PORTARIA 310/2019-GP

Goianinha/RN, 07 de Outubro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANINHA – RN, no uso de suas atribuições legais, e como lhe faculta o inciso II, do Artigo 48 da Lei Orgânica Municipal de 03 de abril de 1990.

R E S O L V E:

Art.1º - Nomear, o Sr. JOÃO VIANEI TENÓRIO, sob a portaria nº 310/2019, para o cargo de Assessor (a) Técnico II, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, da Prefeitura Municipal de Goianinha/RN.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 01 de Outubro de 2019.

Art.3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Goianinha/RN, em 07 de Outubro de 2019.

RUDEMBERG HONÓRIO LISBOA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denisabeth Coelho Galvão de Souza
Código Identificador:AD44007F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO 34/2019

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo nº 1ao Contrato nº 34/2019.
Contratante: Município de Gov. Dix-sept Rosado/RN – CNPJ: 08.349.094/0001-10
Contratada:W C PINTO COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES - CNPJ 24.587.883/0002-27
Objeto: Reajuste do valor original do Contrato nº 34/2019.
Data de Assinatura:01 de outubro de 2019
Prazo de Vigência: 01 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019
Valor do Aditivo: R$ 99.677,23 (noventa e nove mil, seiscentos e setenta e sete reais e vinte e três centavos)
Dotação Orçamentaria:
Unidade Orçamentária:02.001 - GABINETE DO PREFEITO Ação: 2002 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito. Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL Programa: 2002 - Gestão Administrativa do Gabinete do Prefeito Natureza: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO Fonte de Recurso: 0000 - Recursos Ordinários Região: 0001 - GOV. DIX SEPT ROSADO Unidade Orçamentária:02.001 - GABINETE DO PREFEITO Ação: 2002 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito. Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL Programa: 2002 - Gestão Administrativa do Gabinete do Prefeito Natureza: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO Fonte de Recurso: 0000 - Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo Região: 0001 - GOV. DIX SEPT ROSADO Unidade Orçamentária:02.001 - GABINETE DO PREFEITO Ação: 2005 - Manutenção das Atividades da Guarda Civil Municipal. Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL Programa: 2002 - Gestão Administrativa do Gabinete do Prefeito Natureza: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO Fonte de Recurso: 0000 - Recursos Ordinários Região: 0001 - GOV. DIX SEPT ROSADO Unidade Orçamentária:02.003 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO Ação: 2007 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração. Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL Programa: 2004 - Gestão Administrativa da Secretaria de Administração Natureza: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO Fonte de Recurso: 0000 - Recursos Ordinários Região: 0001 - GOV. DIX SEPT ROSADO Unidade Orçamentária:02.003 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO Ação: 2007 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração. Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL Programa: 2004 - Gestão Administrativa da Secretaria de Administração Natureza: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO Fonte de Recurso: 0000 - Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo Região: 0001 - GOV. DIX SEPT ROSADO Unidade Orçamentária:02.004 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS Ação: 2010 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças. Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO Sub-Função: 123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA Programa: 2005 - Gestão Administrativa da Secretaria de Finanças Natureza: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO Fonte de Recurso: 0000 - Recursos Ordinários Região: 0001 - GOV. DIX SEPT ROSADO Unidade Orçamentária:02.004 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS Ação: 2010 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças. Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO Sub-Função: 123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA Programa: 2005 - Gestão Administrativa da Secretaria de Finanças Natureza: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO Fonte de Recurso: 0000 - Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo Região: 0001 - GOV. DIX SEPT ROSADO Unidade Orçamentária:02.005 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Ação: 2011 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação. Função: 12 - EDUCAÇÃO Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL Programa: 2006 - Gestão Administrativa da Secretaria de Educação Natureza: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO Fonte de Recurso: 0000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação Região: 0001 - GOV. DIX SEPT ROSADO Unidade Orçamentária:02.005 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Ação: 2011 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação. Função: 12 - EDUCAÇÃO Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL Programa: 2006 - Gestão Administrativa da Secretaria de Educação Natureza: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO Fonte de Recurso: 0000 - Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo Região: 0001 - GOV. DIX SEPT ROSADO Unidade Orçamentária:02.006 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME Ação: 2012 - Manutenção das Atividades do Desenvolvimento do Ensino / MDE. Função: 12 - EDUCAÇÃO Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL Programa: 2007 - Gestão Administrativa do Fundo Municipal de Educação Natureza: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO Fonte de Recurso: 0000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação Região: 0001 - GOV. DIX SEPT ROSADO Unidade Orçamentária:02.006 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME Ação: 2012 - Manutenção das Atividades do Desenvolvimento do Ensino / MDE. Função: 12 -

EDUCAÇÃO Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL Programa: 2007 - Gestão Administrativa do Fundo Municipal de Educação Natureza: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO Fonte de Recurso: 0000 - Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo Região: 0001 - GOV. DIX SEPT ROSADO Unidade Orçamentária:02.006 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME Ação: 1022 - Transporte do Escolar / Educação Fundamental. Função: 12 - EDUCAÇÃO Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL Programa: 1005 - Educação de Qualidade Natureza: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO Fonte de Recurso: 0000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação Região: 0001 - GOV. DIX SEPT ROSADO Unidade Orçamentária:02.006 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME Ação: 1022 - Transporte do Escolar / Educação Fundamental. Função: 12 - EDUCAÇÃO Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL Programa: 1005 - Educação de Qualidade Natureza: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO Fonte de Recurso: 0000 - Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo Região: 0001 - GOV. DIX SEPT ROSADO Unidade Orçamentária:02.008 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO Ação: 2019 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde e Saneamento. Função: 10 - SAÚDE Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA Programa: 2009 - Gestão Administrativa da Secretaria de Saúde e Saneamento Natureza: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO Fonte de Recurso: 0000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde Região: 0001 - GOV. DIX SEPT ROSADO Unidade Orçamentária:02.009 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Ação: 2020 - Manutenção das Ações do PAB/FIXO. Função: 10 - SAÚDE Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA Programa: 1008 - Fortalecimento do Sistema Único de Saúde Natureza: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO Fonte de Recurso: 0000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Região: 0001 - GOV. DIX SEPT ROSADO Unidade Orçamentária:02.009 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Ação: 2034 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde. Função: 10 - SAÚDE Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA Programa: 2010 - Gestão Administrativa do Fundo Municipal de Saúde Natureza: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO Fonte de Recurso: 0000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde Região: 0001 - GOV. DIX SEPT ROSADO Unidade Orçamentária:02.009 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Ação: 2034 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde. Função: 10 - SAÚDE Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA Programa: 2010 - Gestão Administrativa do Fundo Municipal de Saúde Natureza: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO Fonte de Recurso: 0000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Região: 0001 - GOV. DIX SEPT ROSADO Unidade Orçamentária:02.009 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Ação: 2034 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde. Função: 10 - SAÚDE Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA Programa: 2010 - Gestão Administrativa do Fundo Municipal de Saúde Natureza: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO Fonte de Recurso: 0000 - Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo Região: 0001 - GOV. DIX SEPT ROSADO Unidade Orçamentária:02.010 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Ação: 2035 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar da Criança e Adolescente. Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL Sub-Função: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE Programa: 2011 - Gestão Administrativa da Secretaria de Assistência Social Natureza: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO Fonte de Recurso: 0000 - Recursos Ordinários Região: 0001 - GOV. DIX SEPT ROSADO Unidade Orçamentária:02.010 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Ação: 2035 - Manute

Amparo Legal: art. 65, da Lei 8.666/93, conforme Pregão Presencial nº 24/2019

ANTONIO FREIRE DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

WELLINGTON CAVALCANTE PINTO
Contratado

Publicado por:
Eliane Silvestre Silva
Código Identificador:AFC1CF0F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GROSSOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITÇÃO
PUBLICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 20/2019

O Pregoeiro, no uso das atribuições legais, faz saber a todos interessados que realizar-se-á o Processo Licitatório nº 82/2019, na modalidade Pregão Presencial SRP Nº 20/2019, cujo objeto é Registro de preços para futura aquisição de equipamentos e manutenção preventiva e corretiva em materiais eletrônicos para a segurança das Secretarias Municipal, com abertura marcada para o dia 18 de outubro de 2019 (sexta-feira) às 07:30 h na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Grossos, com sede na Travessa João de Souza Machado, 146, Centro. Maiores informações de 08:00 às 13:00h pelo Fone: (84) 3327-2418.

Grossos 04 de outubro de 2019.

JOSÉ EDUARDO MARQUES REBOUÇAS
Pregoeiro

Publicado por:
Lucas de Oliveira Silva
Código Identificador:B944C71F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITÇÃO
PUBLICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 24/2019

O Pregoeiro, no uso das atribuições legais, faz saber a todos interessados que realizar-se-á o Processo Licitatório nº 88/2019, na modalidade Pregão Presencial SRP Nº 24/2019, cujo objeto é Registro de Preços para futura aquisição de Material odontológico para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Grossos/RN., com abertura marcada para o dia 18 de outubro de 2019 (sexta-feira) às 10:15 h na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Grossos, com sede na Travessa João de Souza Machado, 146, Centro. Maiores informações de 08:00 às 13:00h pelo Fone: (84) 3327-2418.

Grossos 04 de outubro de 2019.

JOSÉ EDUARDO MARQUES REBOUÇAS
Pregoeiro

Publicado por:
Lucas de Oliveira Silva
Código Identificador:5F3049E6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 212/2019,

DE 30 DE SETEMBRO DE 2019

Dispõe Sobre a Exoneração do Cargo Comissionado de Gerente de Meio Ambiente, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente, e dá Outras Providencias.

O Prefeito Constitucional do Município de Grossos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de atribuições lhe conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto nas Leis Municipais 449 de 04 de setembro de 2009, 558 de 02 de janeiro de 2014, e 622 de 17 de março de 2017,

R E S O L V E:
Art. 1º - Exonerar do Cargo Comissionado de Gerente do Meio Ambiente, vinculada a Secretaria Municipal Desenvolvimento e Meio Ambiente, a pessoa de LAISA DANIELY FERREIRA DE MENDONÇA, CPF nº 049.262.724-07.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Grossos/RN, 30 de setembro de 2019.

JOSÉ MAURÍCIO FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Simone Fátima da Silva
Código Identificador:419846DE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 213/2019,

DE 30 DE SETEMBRO DE 2019

Dispõe Sobre a Exoneração do Cargo Comissionado de Diretor Geral de UBS da Zona Rural, da Secretaria Municipal de Saúde, e dá Outras Providências.

O Prefeito Constitucional do Município de Grossos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de atribuições lhe conferidas pela Lei Orgânica do Município, e Considerando o disposto nas Leis Municipais 449 de 04 de setembro de 2009, 558 de 02 de janeiro de 2014, e 622 de 17 de março de 2017,

R E S O L V E:
Art. 1º - Exonerar do Cargo Comissionado de Diretor Geral de UBS da Zona Rural**, da Secretaria Municipal de Saúde, a pessoa de JOAQUIM SUELDO FERNANDES DE SOUZA, CPF Nº 466.797.074-04.**
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Grossos/RN, 30 de setembro de 2019.

JOSÉ MAURÍCIO FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Simone Fátima da Silva
Código Identificador:8370ED38

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 214/2019,

DE 30 DE SETEMBRO DE 2019.

Dispõe Sobre a Exoneração do Cargo Comissionado de Diretor da Unidade Básica de Saúde Ana Maria Gonçalves e dá Outras Providencias.

O Prefeito Constitucional do Município de Grossos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de atribuições lhe conferidas pela Lei Orgânica do Município, e Considerando o disposto nas Leis Municipais 449, de 04 de setembro de 2009, e 558 de 02 de janeiro de 2014,

R E S O L V E:
Art. 1º - Exonerar do cargo comissionado de Diretor da Unidade Básica de Saúde, Ana Maria Gonçalves, a pessoa de FRANCISCO CÉZAR DE SOUZA, CPF nº 673.685.224-20.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as nomeações de outrora para o aludido servidor.

Publique-se e Cumpra-se.

Grossos/RN, 30 de setembro de 2019.

JOSÉ MAURÍCIO FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Simone Fátima da Silva
Código Identificador:08ED700D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 215/2019,

DE 1° DE OUTUBRO DE 2019.

Dispõe Sobre a Nomeação para o Cargo Comissionado de Gerente Executivo de Programas da Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e dá Outras Providências.

O Prefeito Constitucional do Município de Grossos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de atribuições lhe conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto nas Leis Municipais 449 de 04 de setembro de 2009, 558 de 02 de janeiro de 2014, e 622 de 17 de março de 2017,

R E S O L V E:
Art. 1º - Nomear para o Cargo Comissionado Gerente Executivo de Programas da Saúde, vinculada a Secretaria Municipal de saúde, a pessoa de LAISA DANIELY FERREIRA DE MENDONÇA, CPF nº 049.262.724-07.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Grossos/RN, 1º de outubro de 2019.

JOSÉ MAURÍCIO FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Simone Fátima da Silva
Código Identificador:8CBD1C4B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 216/2019,

DE 1º DE OUTUBRO DE 2019.

Dispõe Sobre a Nomeação Para o Cargo Comissionado de Gerente de Meio Ambiente, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente, e dá Outras Providências.

O Prefeito Constitucional do Município de Grossos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de atribuições lhe conferidas pela Lei Orgânica do Município, e Considerando o disposto nas Leis Municipais 449, de 04 de setembro de 2009, e 558 de 02 de janeiro de 2014,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear para o Cargo Comissionado de Gerente do Meio Ambiente**, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente, a pessoa de JOAQUIM SUELDO FERNANDES DE SOUZA, CPF Nº 466.797.074-04.**
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Grossos/RN, 1º de outubro de 2019.

JOSÉ MAURÍCIO FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Simone Fátima da Silva
Código Identificador:18F60CFF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 217/2019,

DE 1º DE OUTUBRO DE 2019.

Dispõe Sobre a Nomeação Para o Cargo Comissionado de Gerente da Atenção Básica, da Secretaria Municipal de Saúde e dá Outras Providencias.

O Prefeito Constitucional do Município de Grossos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de atribuições lhe conferidas pela Lei Orgânica do Município, e Considerando o disposto nas Leis Municipais 449 de 04 de setembro de 2009, 558 de 02 de janeiro de 2014, e 622 de 17 de março de 2017,

R E S O L V E:
Art. 1º - Nomear para exercer o cargo comissionado de Gerente da Atenção Básica, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde, a pessoa de SINARA DANIELA DE OLIVEIRA, CPF nº 036.770.384-05.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as nomeações de outrora para o aludido servidor.

Publique-se e Cumpra-se.

Grossos/RN, 1º de outubro de 2019.

JOSÉ MAURÍCIO FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Simone Fátima da Silva
Código Identificador:95B08140

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 218/2019,

DE 1º DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe Sobre a Nomeação Para o Cargo Comissionado de Gerente da Atenção Básica, da Secretaria Municipal de Saúde e dá Outras Providências.

O Prefeito Constitucional do Município de Grossos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de atribuições lhe conferidas pela Lei Orgânica do Município, e Considerando o disposto nas Leis Municipais 449 de 04 de setembro de 2009, 558 de 02 de janeiro de 2014, e 622 de 17 de março de 2017,

R E S O L V E:
Art. 1º - Nomear para exercer o cargo comissionado de Gerente da Atenção Básica, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde, a pessoa de RISSIA KELLY FERREIRA MACEDO DE OLIVEIRA, CPF nº 086.349.314-98. .
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as nomeações de outrora para o aludido servidor.

Publique-se e Cumpra-se.

Grossos/RN, 1º de outubro de 2019.

JOSÉ MAURÍCIO FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Simone Fátima da Silva
Código Identificador:11CBFBBA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 219/2019,

DE 01 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe Sobre o Convite para Audiência Pública.

O Prefeito Constitucional do Município de Grossos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de atribuições lhe conferidas pela Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:
Art. 1º - Convidar a sociedade civil, a sociedade civil organizada e demais interessados para participar de Audiência Pública de Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Saúde referente ao 3º Quadrimestre de 2018 e 1º Quadrimestre de 2019, no dia 14/10/2019, às 09h, na Câmara Municipal de Vereadores de Grossos/RN.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Grossos/RN, 1º de outubro de 2019.

JOSÉ MAURÍCIO FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Simone Fátima da Silva
Código Identificador:A7902B74

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 220/2019,

DE 1º DE OUTUBRO DE 2019.

Dispõe Sobre a Nomeação Para o Cargo Comissionado de Chefe de Setor de Eventos, da Secretaria Municipal de Cultura e dá Outras Providências.

O Prefeito Constitucional do Município de Grossos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de atribuições lhe conferidas pela Lei Orgânica do Município, e Considerando o disposto nas Leis Municipais 449, de 04 de setembro de 2009, e 558 de 02 de janeiro de 2014,

R E S O L V E:
Art. 1º - Nomear para o Cargo Comissionado de Chefe do setor de eventos**, vinculado a Secretaria Municipal de Cultura, a pessoa de TACIANA DE ANGELIS SOUZA, CPF Nº 014.332.474-88.**
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Grossos/RN, 1º de outubro de 2019.

JOSÉ MAURÍCIO FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Simone Fátima da Silva
Código Identificador:1CD67DA8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1.793/2019

Promove a Cessão/Permuta de servidores públicos ocupantes de cargos oriundos de concurso público, pertencente ao quadro de servidores públicos municipais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Francisco Adriano Holanda Diógenes, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo Art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** a cessão do servidor **FRANCISCO DE PAULA BARBOSA NETO,** matricula 3081, CPF: 642.545.504-72, Professor Especialista N-III, dispondo o mesmo ao Município de Macau/RN, recebendo a servidora **RANIELE MOURA ALVES DE OLIVEIRA**, CPF: 011.702.204-79, proveniente do Município de Macau/RN.

Art. 2º- A presente cessão encontra-se fundamentada no Termo de Cooperação n.º 002.2019, com data de início em 07/10/2019 a 06/10/2020, presente no Processo Administrativo n.º 7548/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito.
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 07 de outubro de 2019.

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:6F938BD5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DO CONSELHO TUTELAR DE GUAMARÉ/RN

CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Comissão Especial Organizadora do Processo de Escolha Unificado do Conselho Tutelar

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DO CONSELHO TUTELAR DE GUAMARÉ/RN

Divulga o resultado preliminar do Processo de Escolha Unificado para membros do Conselho Tutelar do município de Guamaré/RN e abre prazo recursal.

A Presidente da Comissão Especial Organizadora do Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar de Guamaré/RN, no uso das atribuições que lhe confere a Resolução Nº 001/2019 do CMDCA, e considerando o que dispõe a Lei Municipal Nº 454/2010 e suas alterações, considerando a Resolução CONSEC Nº 118/2019, torna público o **RESULTADO PRELIMINAR** do Processo de Escolha para membro do Conselho Tutelar do município de Guamaré/RN, realizado no dia 06 de outubro de 2019.

I - Resultado preliminar do Processo de Escolha Unificado do Conselho Tutelar de Guamaré/RN

NOME	TOTAL GERAL DE VOTOS	CLASSIFICAÇÃO
ADEILSON DA SILVA	673	1º ELEITO
ANA MARIA MODESTO	556	2ª ELEITA
ARYSON DA SILA	552	3º ELEITO
RICARDO MENDES	502	4º ELEITO
WENDELL VITAL	481	5º ELEITO
MARIA DAS DORES SIMÕES	470	1ª SUPLENTE
FÁBIO MYCHEL SIMÃO	435	2º SUPLENTE
EDMARA SILVA FREIRE	404	3ª SUPLENTE
JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA	403	4º SUPLENTE
MOZANIEL DO NASCIMENTO	361	5º SUPLENTE
DEMAIS CANDIDATOS		
AURINEIDE PIMENTEL	348	--
RITA DE CÁSSIA DO SANTOS	330	--
MARIA APARECIDA BEZERRA	307	--
MARIA JANIELLE BEZERRA	242	--

II - Fica aberto o prazo compreendido entre os dias 08 e 14 de outubro de 2019 para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista no *item 13* do Edital Nº 001/2019, retificado em 22 de abril de 2019. A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após análise dos recursos apresentados no prazo legal compreendido entre o dia 15 a 18 de outubro de 2019, e publicado no dia 23 de outubro de 2019.

III - Os recursos deverão ser apresentados por escrito e protocolados na sede do CMDCA, situada na Rua Monsenhor José Tibúrcio, nº. 221, Centros – Guamaré, no horário das 08h às 12h e das 14h às 17h.

Guamaré/RN, 07 de outubro de 2019.

GABRIELA BESERRA SOLANO
Coordenadora da Comissão Especial Organizadora

FRANCISCO CAIO FARIAS DA SILVA
Relator da Comissão Especial Organizadora

JACQUELINE FONSECA DE QUEIROZ

LUZIMAR TEIXEIRA DA SILVA FILHO

NEUMA SILVEIRA DE LIMA MELO

MANOELA GALVÃO DE MIRANDA ANDRADE

Publicado por:
Ingrid Vasconcelos Farias
Código Identificador:7C9BDDB3

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVISO DE CONVOCAÇÃO DE PROFESSORES CLASSIFICADOS NO CADASTRO RESERVA

Considerando o encerramento do período de apresentação dos professores classificados nas vagas expostas no edital n° 001/2019;
Considerando o não comparecimento de professores classificados nas vagas no prazo estabelecido no item 11.11 deste edital;
Considerando as desclassificações em decorrência de irregularidades na documentação dos professores que se apresentaram;
Considerando a necessidade de vagas decorrente do aumento do número de matrículas e turmas; Considerando o disposto no item 11.12 do edital do processo seletivo simplificado n° 001/2019;
Diante da necessidade de afastamento de servidor efetivo, A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado resolve convocar pelo período de 3 (três) meses os professores abaixo relacionados para comparecer a Secretaria Municipal de Educação, localizada a Rua Sete de Setembro, n° 116, Centro, Guamaré/RN, munidos da documentação relacionada no item 11.6 deste edital, devendo os mesmos se apresentar no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir desta publicação:

Cód.	Inscrição	Candidato
28	136126-9	LÍVIA BRENDA DA SILVA BARBOSA

Secretaria Municipal de Educação
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN 07 de outubro de 2019

Publicado por:
Taiane Miranda dos Santos Morais
Código Identificador:7716AA94

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 019/2019

O Pregoeiro do Município de Ielmo Marinho/RN, torna público o resultado de julgamento do certame licitatório PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS de Nº 019/2019, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, SEM MOTORISTA, POR QUILOMETRAGEM LIVRE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**

CONSECUTIVOS, VISANDO ATENDER TODA A DEMANDA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, BEM COMO SERVIÇOS ESSENCIAIS PRESTADOS À POPULAÇÃO DESTE MUNICÍPIO DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA, diante as diligências constadas em Atas de Sessões Públicas, considerando o princípio da competitividade, o menor preço ofertado, atendimento as exigências do instrumento convocatório, a Empresa vencedora **ROD MAIS LOCACOES E SERVICOS EIRELI,** inscrita no CNPJ sob nº **32.397.512/0001-20**, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 1 no valor unitário de R$ 1.460,00 (um mil, quatrocentos e sessenta reais), no item 2 no valor unitário de R$ 1.990,00 (um mil, novecentos e noventa reais), no item 3 no valor unitário de R$ 4.340,00 (quatro mil, trezentos e quarenta reais), no item 6 no valor unitário de R$ 4.495,00 (quatro mil, quatrocentos e noventa e cinco reais) e no item 7 no valor unitário de R$ 6.480,00 (seis mil, quatrocentos e oitenta reais); totalizando o valor de R$ 686.100,00 (seiscentos e oitenta e seis mil e cem reais), em seguida, o Pregoeiro procedeu à análise das documentações exigidas no Edital. Após o julgamento, a empresa vencedora foi declarada **HABILITADA**, por ter atendido o Edital. E a empresa **B K SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI**, inscrita no CNPJ: **24.201.524/0001-09**, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 4 no valor unitário de R$ 3.605,00 (três mil, seiscentos e cinco reais) e no item 5 no valor unitário de R$ 5.985,00 (cinco mil, novecentos e oitenta e cinco reais); totalizando o valor de R$ 273.420,00 (duzentos e setenta e três mil, quatrocentos e vinte reais). Fica declarada VENCEDORA, com a ressalva de regularização da comprovação fiscal a ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, de acordo com Art. 43, inciso 1º da Lei Complementar 123/2006. Fica aberto o prazo de 03 (três) dias para apresentação de recurso administrativo de acordo com inciso XVIII, do Artigo 4º, da Lei 10.520/02, devidamente protocolado no Setor de Licitações no endereço à Rua José Camilo Bezerra, nº 69 – Sede do Município de Ielmo Marinho/RN, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

Ielmo Marinho/RN, 07 de Outubro de 2019.

RUDSON PEREIRA DA SILVA
Pregoeiro da PMIM.

Publicado por:
Aécio Varela da Silva
Código Identificador:DA56B737

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 381/2019

De 07 de Outubro de 2019.

Exoneração do(a) Senhor(a) KARLA MONALIZA CAVALCANTE A DE SOUSA

O PREFEITO MUNICIPAL DE IELMO MARINHO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais, de conformidade com a lei Orgânica do Município datada de 23.03.1990 e o inciso I do art. 18 da Lei Complementar n. 002/2008 de 15.04.2008;

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar o(a) Senhor(a), **KARLA MONALIZA CAVALCANTE A DE SOUSA,** inscrito no CPF sob o nº **031.419.764-81,** ocupante do cargo comissionado de **COORDENADOOR DE PROGRAMAS** lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA,** deste município.

Art. 2°- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

CASSIO CAVALCANTE DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aécio Varela da Silva
Código Identificador:263E108B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 382/2019

De 07 de Outubro de 2019.

Exoneração do(a) Senhor(a) GRANVILE VALCACIO JUVITA

O PREFEITO MUNICIPAL DE IELMO MARINHO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais, de conformidade com a lei Orgânica do Município datada de 23.03.1990 e o inciso I do art. 18 da Lei Complementar n. 002/2008 de 15.04.2008;

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar o(a) Senhor(a), **GRANVILE VALCACIO JUVITA,** inscrito no CPF sob o nº **052.158.284-90,** ocupante do cargo comissionado de **COORDENADOR,** lotado no **GABINETE DO PREFEITO,** deste município.

Art. 2°- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

CASSIO CAVALCANTE DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aécio Varela da Silva
Código Identificador:1E7F7512

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 383/2019

De 07 de Outubro de 2019.

Exoneração do(a) Senhor(a) FRANCISCA MARTINS DA SILVA LIMA

O PREFEITO MUNICIPAL DE IELMO MARINHO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais, de conformidade com a lei Orgânica do Município datada de 23.03.1990 e o inciso I do art. 18 da Lei Complementar n. 002/2008 de 15.04.2008;

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar o(a) Senhor(a), **FRANCISCA MARTINS DA SILVA LIMA,** inscrito no CPF sob o nº **089.306.074-70,** ocupante do cargo comissionado de **ASSISTENTE TÉCNICO,** lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** deste município.

Art. 2°- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

CASSIO CAVALCANTE DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aécio Varela da Silva
Código Identificador:57545F74

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 384/2019

De 07 de Outubro de 2019.

Nomeação da Senhora CINTHIA RALYNE FEITOSA DE SOUZA

O PREFEITO MUNICIPAL DE IELMO MARINHO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais, de conformidade com a lei Orgânica do Município datada de 23.03.1990 e o inciso I do art. 18 da Lei Complementar n. 002/2008 de 15.04.2008;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Senhora, **CINTHIA RALYNE FEITOSA DE SOUZA,** inscrito no CPF sob o nº **054.286.794-09,** para ocupar o cargo comissionado de **ASSESSOR ESPECIAL DE SECRETARIA DE GOVERNO,** lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER,** deste município.

Art. 2°- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

CASSIO CAVALCANTE DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aécio Varela da Silva
Código Identificador:DF892712

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS
TOMADA DE PREÇO Nº 004/2019

Às 09h00min, do dia sete de outubro de dois mil e dezenove, na Sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL, situada na Avenida Luiz Gonzaga, 800, centro, Ipanguaçu-RN, reuniu-se a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO da PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU, designada pela Portaria nº 030/2019 – GP de 15 de janeiro de 2019, composta pela Presidente, a Senhora Ana Paula da Costa Pereira – Matrícula 5140, e pelos Membros: Gicely Assunção de Oliveira – matrícula: 2559 e Martins Nobre de Souza Neto – matrícula: 5927, para o abertura dos envelopes de propostas de preços apresentados na Tomada de Preços nº 004/2019, tendo como **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇAO PELO MÉTODO CONVENCIONAL, COM DRENAGEM SUPERFICIAL, EM DIVERSAS RUAS DA COMUNIDADE DE ARAPUÁ NO MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU/RN**. Aberta à sessão, verificou-se a presença do representante legal da licitante T S SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA ME, o Sr. Thallis Thauan Azevedo de Souza, portador do RG nº 28.27.997. Em continuidade a Presidente realizou a abertura do pacote no qual estava acondicionado os envelopes de propostas de preços,seguido da abertura dos respectivos envelopes das empresas anteriormente Habilitadas as quais apresentaram as seguintes propostas de preços:

Nº	Razão Social	CNPJ	Valor Global R$
01	T S SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA ME	27.623.174/0001-67	595.431,39
02	RENASCENÇA EMPREENDIMENTOS EIRELI EPP	08.487.196/0001-00	626.433,37
03	S B DA SILVA COMERCIO E SERVIÇOS EPP	13.408.429/0001-64	522.092,48
04	CONSTRUMAIS – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI ME	22.924.281/0001-01	712.622,75
05	CONSTRUTORA RS SERVIÇOS EIRELI	26.094.503/0001-67	587.423,12
06	A D EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES EIRELI	23.466.869/0001-21	594.475,19
07	CONSTRUTORA OLIVEIRA E MELO LTDA	14.022.963/0001-09	492.444,03
08	J H CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI	20.306.839/0001-60	573.048,98
09	J FF EMPREENDIMENTOS EIRELI ME	09.195.778/0001-78	770.398,39
10	ALVES E AQUINO SERVIÇOS ESPECIALIZA DOS LTDA	16.882.115/0001-97	663.655,88

Ato contínuo os envelopes foram entregues ao representante legal da empresa T S SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA ME, CNPJ nº 27.623.174/0001-67, para análise e rubrica dos documentos constantes nas propostas de preços. Solicitando que registrássemos em ata os seguintes questionamentos:

As empresas CONSTRUTORA OLIVEIRA E MELO LTDA, CONSTRUTORA RS SERVIÇOS EIRELI, S B DA SILVA COMERCIO E SERVIÇOS EPP e J H CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, apresentaram em suas composições preços distintos para o mesmo serviço (mão de obra – servente). Ainda, a empresa CONSTRUTORA OLIVEIRA E MELO LTDA, CONSTRUTORA RS SERVIÇOS EIRELI e J H CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, apresentaram encargos sociais abaixo do estabelecido em Convenção Coletiva do Trabalho. A empresa S B DA SILVA COMERCIO E SERVIÇOS EPP não apresentou composição de encargos sociais. As empresas CONSTRUTORA OLIVEIRA E MELO LTDA, J H CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI e CONSTRUTORA RS SERVIÇOS EIRELI apresentaram carga tributária incoerente com o estabelecido legalmente em suas composições de BDI (PIS e COFINS). Observando ainda que a empresa A D EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES EIRELI apresentou em sua composição paralelepípedo calcário, sendo este, diferente do constante no projeto, que exigia paralelepípedo granítico.

Após análise das supracitadas propostas e apontamentospelo único licitante presente a sessão, e tendo em vista a quantidade de documentos a serem analisados, esta Comissão Permanente de Licitação decide encaminhar ao Setor de Engenharia e Setor Contábil do Município de Ipanguaçu para emissão de parecer técnico acerca dos questionamentos apontados pelo Sr. Thallis Thauan Azevedo de Souza. Bem como, para analise minuciosa das planilhas orçamentária, composição, além dos anexos pertinentes pelo Setor de Engenharia do Município de Ipanguaçu. Ficando assim, a divulgação final de classificação das propostas de preços objeto desta Tomada de Preços nº 004/2019 – Processo Administrativo nº 1.580/2019, aguardando este pareceres para julgamento do resultado final por esta Comissão Permanente de Licitação. Determinando ainda, que esta ata seja publicada no Diário do Município do Estado do Rio Grande do Norte - FEMURN, para conhecimento dos interessados e para que surta os efeitos de publicação conforme determina a lei.Não havendo mais nada a ser tratado, a Senhora Presidente determinou que fosse encerrada a reunião da qual mandou que fosse lavrada a presente ATA que segue assinada pela mesma e pelos demais membros da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e empresa participante.

ANA PAULA DA COSTA PEREIRA	*GICELY ASSUNÇÃO DE OLIVEIRA*	*MARTINS NOBRE DE SOUZA NETO*
Presidente	Membro	Membro

THALLIS THAUAN AZEVEDO DE SOUZA
T S Serviços De Engenharia LTDA ME
CNPJ nº 27.623.174/0001-67

Publicado por:
José Alipio Lopes Neto
Código Identificador:FC54D2A1

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATODE ADITIVODO CONTRATO Nº 87/2017 - ADITIVO Nº 2 - DISPENSA Nº 87/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU – 08.085.318/00001-24
Contratada: VERIDIANO DE MELO MENDES - 779.408.574-87.
Objeto: ADITIVO DE PRAZO PARA LOCAÇÃO DE IMOVEL ONDE FUNCIONA O CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU/RN.
Vigência: 01/06/2019 À 31/12/2019

VALDEREDO BERTOLDO DO NASCIMENTO
Contratante

VERIDIANO DE MELO MENDES
Contratada

Ipanguaçu/RN, 31 de maio de 2019

Publicado por:
José Alipio Lopes Neto
Código Identificador:9E5DA605

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1007001/2019 – PROCESSO 2.234/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU/RN.
CONTRATADO (A): VALDECIA DA SILVA COSTA 59584076434
CNPJ: 13.901.564/0001-47.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÕES DE DOCUMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU-RN.
VALOR GLOBAL.30.000,00(Trinta Mil Reais).
VIGÊNCIA:07/10/2019 à 06/10/2020.

VALDEREDO BERTOLDO DO NASCIMENTO
Pelo Órgão Gerenciador

JAILSON FLORIANO DO NASCIMENTO
Pelo (a) Fornecedor (a)

IPANGUAÇU/RN, 07/10/ 2019.

Publicado por:
José Alipio Lopes Neto
Código Identificador:D871FCFF

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1007001/2019 – PROCESSO 876/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU/RN.
CONTRATADO (A): ALPHA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.
CNPJ: 14.104.393/0001-98.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE RESIDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE IPANGUAÇU-RN.
VALOR GLOBAL14.800,00(Quatorze Mil Oitocentos Reais).
VIGÊNCIA:02/10/2019 à 0110/2020.

VALDEREDO BERTOLDO DO NASCIMENTO
Pelo Órgão Gerenciador

JOÃO VICTOR DE SOUZA REIS ALVES
Pelo (a) Fornecedor (a)

IPANGUAÇU/RN, 02/10/ 2019.

Publicado por:
José Alipio Lopes Neto
Código Identificador:2D5E3C90

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 239/2019-GP, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPANGUAÇU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Decreto nº 031, De 23 de junho de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º **- CONCEDER** – 03 (três) meses de Licença Prêmio por assiduidade, nos termos de outorga n° 9891/2019, **Gisely Maria Assunção de Oliveira Riberio**, Mat.: 3180, da Secretaria Municipal de Educação, correspondente ao período aquisitivo de 07 de dezembro de 2011 a 06 de dezembro de 2015.

Art. 2º - O período da licença será de 03(três) meses, a partir do dia 30 de setembro de 2019 a 30 de dezembro de 2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
REGISTRE-SE E
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipanguaçu/RN, em 30 de setembro de 2019.

VALDEREDO BERTOLDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

FRANCISCO RAYRON RIBEIRO BARRETO
Secretário Municipal de Planejamento e Administração

Publicado por:
José Alipio Lopes Neto
Código Identificador:90D4A8FC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 241/2019-GP, DE 08 DE OUTUBRO DE 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPANGUAÇU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Complementar Municipal nº 18, de 21 de março de 2013, publicada no Jornal Oficial do Município, edição de 22/03/2013.

RESOLVE:

Art. 1º **- EXONERAR,** a Sr.ª, **MARIA FRANCISCA DE SOUZA GONZAGA**, CPF:660.369.141-04, do cargo de provimento em comissão de Coordenadora do Centro de Convivência de Idosos, da Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social, criado pelo artigo 30º, parágrafo único, alínea ¨j¨, da Lei Complementar Municipal nº 18/2013, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Administração Municipal.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
REGISTRE-SE E
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipanguaçu/RN, em 08 de outubro de 2019.

VALDEREDO BERTOLDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

FRANCISCO RAYRON RIBEIRO BARRETO
Secretário Municipal de Planejamento e Administração

Publicado por:
José Alipio Lopes Neto
Código Identificador:1AEFC341

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 240/2019-GP, DE 08 DE OUTUBRO DE 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPANGUAÇU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Complementar Municipal nº 18, de 21 de março de 2013, publicada no Jornal Oficial do Município, edição de 22/03/2013.

RESOLVE:

Art. 1º **- EXONERAR,** a Sra. **MARIA DORALICE DE MELO GONZAGA**, do cargo de provimento em comissão de Coordenadora do Centro de Convivência de Idosos, da Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social, criado pelo artigo 30º,

parágrafo único, alínea ¨j¨, da Lei Complementar Municipal nº 18/2013, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Administração Municipal.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
REGISTRE-SE E
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipanguaçu/RN, em 08 de outubro de 2019.

VALDEREDO BERTOLDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

FRANCISCO RAYRON RIBEIRO BARRETO
Secretário Municipal de Planejamento e Administração

Publicado por:
José Alipio Lopes Neto
Código Identificador:C700F915

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RECISÃO DE CONTRATO Nº 3.221/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU E O SR. ALUISIO MANAIA DE SOUZA

O MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, com sede na Av. Luiz Gonzaga, nº 800, Centro, Ipanguaçu/RN, inscrito no CGC/MF sob o nº 08.085.318/0001-24, por meio de seu representante legal, doravante denominado simplesmente DISTRATANTE, **resolve rescindir administrativamente e unilateralmente** o CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº 3.221/2019, firmado com o Sr. **ALUISIO MANAIA DE SOUZA**, brasileiro, CPF nº 307.684.204-82, RG. 562.176– SSP/RN, residente e domiciliado na Rua Cleonice da Fonseca, nº 115, Bairro Ilha Grande, Ipanguaçu/RN, neste ato denominado DISTRATADO, conforme as Cláusulas e Condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: Fica rescindido administrativamente de forma unilateral o contrato de Pessoa Física para prestação de serviços de nº 3.221/2019, firmado no dia 01 de outubro de 2019, a partir desta data.

CLÁUSULA SEGUNDA:A presente rescisão se por convenção das partes e de modo a assegurar o melhor interesse público. A presente rescisão fundamenta-se nos termos da cláusula VII e condição 7.1 do contrato em referência e no art. 79 da Lei Federal nº 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: A presente rescisão é firmada em caráter irrevogável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

CLÁUSULA QUARTA: Fica eleito o foro da comarca de Ipanguaçu/RN para dirimir dúvida que porventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

CLÁUSULA QUINTA: Firma-se a presente rescisão de forma unilateral, em 02 (duas) vias de igual valor e teor, para todo os fins legais e de direito na presença de 02 (duas) testemunhas, idôneas e civilmente capazes.

Ipanguaçu/RN, 01 de outubro de 2019.

VALDEREDO BERTOLDO DO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
José Alipio Lopes Neto
Código Identificador:CED8806A

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RECISÃO DE CONTRATO Nº 334/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU E O SR. ANTONIO ALVES LIRA NETO

O MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, com sede na Av. Luiz Gonzaga, nº 800, Centro, Ipanguaçu/RN, inscrito no CGC/MF sob o nº 08.085.318/0001-24, por meio de seu representante legal, doravante denominado simplesmente DISTRATANTE, **resolve rescindir administrativamente e unilateralmente** o CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº 334/2019, firmado com o Sr. **ANTONIO ALVES LIRA NETO**, brasileiro, CPF nº 009.939.704-86, RG. 001.835.275 - ITEP/RN, residente e domiciliado na Rua Manoel Batista Neto, nº 1175, Mossoró/RN, neste ato denominado DISTRATADO, conforme as Cláusulas e Condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: Fica rescindido administrativamente de forma unilateral o contrato de Pessoa Física para prestação de serviços de nº 334/2019, firmado no dia 01 de outubro de 2019, a partir desta data.

CLÁUSULA SEGUNDA:A presente rescisão se por convenção das partes e de modo a assegurar o melhor interesse público. A presente rescisão fundamenta-se nos termos da cláusula VII e condição 7.1 do contrato em referência e no art. 79 da Lei Federal nº 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: A presente rescisão é firmada em caráter irrevogável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

CLÁUSULA QUARTA: Fica eleito o foro da comarca de Ipanguaçu/RN para dirimir dúvida que porventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

CLÁUSULA QUINTA: Firma-se a presente rescisão de forma unilateral, em 02 (duas) vias de igual valor e teor, para todo os fins legais e de direito na presença de 02 (duas) testemunhas, idôneas e civilmente capazes.

Ipanguaçu/RN, 01 de outubro de 2019.

VALDEREDO BERTOLDO DO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
José Alipio Lopes Neto
Código Identificador:C70AAA14

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RECISÃO DE CONTRATO Nº 336/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU E O SR. MARCELA NAIARA SANTOS DA CUNHA SOUSA

O MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, com sede na Av. Luiz Gonzaga, nº 800, Centro, Ipanguaçu/RN, inscrito no CGC/MF sob o nº 08.085.318/0001-24, por meio de seu representante legal, doravante denominado simplesmente DISTRATANTE, **resolve rescindir administrativamente e unilateralmente** o CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº 336/2019, firmado com a Sra. **MARCELA NAIARA SANTOS DA CUNHA SOUSA**, brasileira, CPF nº 051.582.204-33, RG. 1.990.182 - ITEP/RN, residente e domiciliado na Rua Antônio de Azevedo , nº 1985, Lagoa Nova, NATAL/RN, neste ato denominado DISTRATADO, conforme as Cláusulas e Condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: Fica rescindido administrativamente de forma unilateral o contrato de Pessoa Física para prestação de serviços de nº 336/2019, firmado no dia 01 de outubro de 2019, a partir desta data.

CLÁUSULA SEGUNDA:A presente rescisão se por convenção das partes e de modo a assegurar o melhor interesse público. A presente rescisão fundamenta-se nos termos da cláusula VII e condição 7.1 do contrato em referência e no art. 79 da Lei Federal nº 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: A presente rescisão é firmada em caráter irrevogável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

CLÁUSULA QUARTA: Fica eleito o foro da comarca de Ipanguaçu/RN para dirimir dúvida que porventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

CLÁUSULA QUINTA: Firma-se a presente rescisão de forma unilateral, em 02 (duas) vias de igual valor e teor, para todo os fins legais e de direito na presença de 02 (duas) testemunhas, idôneas e civilmente capazes.

Ipanguaçu/RN, 01 de outubro de 2019.

VALDEREDO BERTOLDO DO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
José Alipio Lopes Neto
Código Identificador:F613D2D4

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RECISÃO DE CONTRATO Nº 252/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU E A SRA. MARIA LETUZIA DO NASCIMENTO

O MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, com sede na Av. Luiz Gonzaga, nº 800, Centro, Ipanguaçu/RN, inscrito no CGC/MF sob o nº 08.085.318/0001-24, por meio de seu representante legal, doravante denominado simplesmente DISTRATANTE, **resolve rescindir administrativamente e unilateralmente** o CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº 252/2019, firmado com a Srª. **MARIA LETUZIA DO NASCIMENTO**, brasileira, solteira, CPF nº 011.179.844-27, RG. 2.137.412 – ITEP/RN, residente e domiciliada Av João Paulo II, nº 136 A Bairro Veneza, Ipanguaçu/RN, neste ato denominado DISTRATADO, conforme as Cláusulas e Condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: Fica rescindido administrativamente de forma unilateral o contrato de Pessoa Física para prestação de serviços de nº 252/2019, firmado no dia 08 de outubro 2019, a partir desta data.

CLÁUSULA SEGUNDA:A presente rescisão se por convenção das partes e de modo a assegurar o melhor interesse público. A presente rescisão fundamenta-se nos termos da cláusula VII e condição 7.1 do contrato em referência e no art. 79 da Lei Federal nº 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: A presente rescisão é firmada em caráter irrevogável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

CLÁUSULA QUARTA: Fica eleito o foro da comarca de Ipanguaçu/RN para dirimir dúvida que porventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

CLÁUSULA QUINTA: Firma-se a presente rescisão de forma unilateral, em 02 (duas) vias de igual valor e teor, para todo os fins legais e de direito na presença de 02 (duas) testemunhas, idôneas e civilmente capazes.

Ipanguaçu/RN, 08 de outubro de 2019.

VALDEREDO BERTOLDO DO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
José Alipio Lopes Neto
Código Identificador:C33D1F78

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RECISÃO DE CONTRATO Nº 149/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU E O SR. RENATO ALISON DA COSTA

O MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, com sede na Av. Luiz Gonzaga, nº 800, Centro, Ipanguaçu/RN, inscrito no CGC/MF sob o nº 08.085.318/0001-24, por meio de seu representante legal, doravante denominado simplesmente DISTRATANTE, **resolve rescindir administrativamente e unilateralmente** o CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº 149/2019, firmado com o Sr. **RENATO ALISON DA COSTA**, brasileiro, solteiro, engenheiro, CPF nº 078.874.794-01, RG. 002.585.044 – ITEP/RN, residente e domiciliado na Rua Leonarda Gonzaga de Alcântara, Bairro Pinheirão, nº 27, Ipanguaçu/RN, neste ato denominado DISTRATADO, conforme as Cláusulas e Condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: Fica rescindido administrativamente de forma unilateral o contrato de Pessoa Física para prestação de serviços de nº 149/2019, firmado no dia 01 de outubro de 2019, a partir desta data.

CLÁUSULA SEGUNDA:A presente rescisão se por convenção das partes e de modo a assegurar o melhor interesse público. A presente rescisão fundamenta-se nos termos da cláusula VII e condição 7.1 do contrato em referência e no art. 79 da Lei Federal nº 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: A presente rescisão é firmada em caráter irrevogável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

CLÁUSULA QUARTA: Fica eleito o foro da comarca de Ipanguaçu/RN para dirimir dúvida que porventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

CLÁUSULA QUINTA: Firma-se a presente rescisão de forma unilateral, em 02 (duas) vias de igual valor e teor, para todo os fins legais e de direito na presença de 02 (duas) testemunhas, idôneas e civilmente capazes.

Ipanguaçu/RN, 01 de outubro de 2019.

VALDEREDO BERTOLDO DO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
José Alipio Lopes Neto
Código Identificador:04589589

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RECISÃO DE CONTRATO Nº 248/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU E A SRA. CONCEIÇÃO CRISTINA DA SILVA

O MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, com sede na Av. Luiz Gonzaga, nº 800, Centro, Ipanguaçu/RN, inscrito no CGC/MF sob o nº 08.085.318/0001-24, por meio de seu representante legal, doravante denominado simplesmente DISTRATANTE, **resolve rescindir administrativamente e unilateralmente** o CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº 248/2019, firmado com a Srª. **CONCEIÇÃO CRISTINA DA SILVA**, brasileira, solteira, CPF nº 028.904.844-32, RG. 001.659.519 – ITEP/RN, residente e domiciliada no Po de Pedrinhas, nº 101, Ipanguaçu/RN, neste ato denominado DISTRATADO, conforme as Cláusulas e Condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: Fica rescindido administrativamente de forma unilateral o contrato de Pessoa Física para prestação de serviços de nº 248/2019, firmado no dia 08 de outubro 2019, a partir desta data.

CLÁUSULA SEGUNDA:A presente rescisão se por convenção das partes e de modo a assegurar o melhor interesse público. A presente rescisão fundamenta-se nos termos da cláusula VII e condição 7.1 do contrato em referência e no art. 79 da Lei Federal nº 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: A presente rescisão é firmada em caráter irrevogável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

CLÁUSULA QUARTA: Fica eleito o foro da comarca de Ipanguaçu/RN para dirimir dúvida que porventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

CLÁUSULA QUINTA: Firma-se a presente rescisão de forma unilateral, em 02 (duas) vias de igual valor e teor, para todo os fins legais e de direito na presença de 02 (duas) testemunhas, idôneas e civilmente capazes.

Ipanguaçu/RN, 08 de outubro de 2019.

VALDEREDO BERTOLDO DO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
José Alipio Lopes Neto
Código Identificador:27979048

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RECISÃO DE CONTRATO Nº 253/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU E A SRA. EDILEUZA ESEQUIEL DA SILVA

O MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, com sede na Av. Luiz Gonzaga, nº 800, Centro, Ipanguaçu/RN, inscrito no CGC/MF sob o nº 08.085.318/0001-24, por meio de seu representante legal, doravante denominado simplesmente DISTRATANTE, **resolve rescindir administrativamente e unilateralmente** o CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº 253/2019, firmado com a Sra. **EDILEUZA ESEQUIEL DA SILVA**, brasileiro, solteiro, CPF nº 941.745.124-34, RG. 001.871.770 – ITEP/RN, residente e domiciliado Rua Francisco Raimundo da Cunha, nº 35 Bairro Presidente Lula, Ipanguaçu/RN, neste ato denominado DISTRATADO, conforme as Cláusulas e Condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: Fica rescindido administrativamente de forma unilateral o contrato de Pessoa Física para prestação de serviços de nº 253/2019, firmado no dia 08 de outubro 2019, a partir desta data.

CLÁUSULA SEGUNDA:A presente rescisão se por convenção das partes e de modo a assegurar o melhor interesse público. A presente rescisão fundamenta-se nos termos da cláusula VII e condição 7.1 do contrato em referência e no art. 79 da Lei Federal nº 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: A presente rescisão é firmada em caráter irrevogável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

CLÁUSULA QUARTA: Fica eleito o foro da comarca de Ipanguaçu/RN para dirimir dúvida que porventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

CLÁUSULA QUINTA: Firma-se a presente rescisão de forma unilateral, em 02 (duas) vias de igual valor e teor, para todo os fins legais e de direito na presença de 02 (duas) testemunhas, idôneas e civilmente capazes.

Ipanguaçu/RN, 08 de outubro de 2019.

VALDEREDO BERTOLDO DO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
José Alipio Lopes Neto
Código Identificador:6E620508

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RECISÃO DE CONTRATO Nº 258/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU E O SR. KAIQUE SOUZA DA FONSECA

O MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, com sede na Av. Luiz Gonzaga, nº 800, Centro, Ipanguaçu/RN, inscrito no CGC/MF sob o nº 08.085.318/0001-24, por meio de seu representante legal, doravante denominado simplesmente DISTRATANTE, **resolve rescindir administrativamente e unilateralmente** o CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº 258/2019, firmado com o Sr. **KAIQUE SOUZA DA FONSECA**, brasileiro, solteiro, CPF nº 086.951.874-70, RG. 2898598 – ITEP/RN, residente e domiciliado no sitio Arapuá, nº 322 Bairro Zona Rural de Ipanguaçu/RN, neste ato denominado DISTRATADO, conforme as Cláusulas e Condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: Fica rescindido administrativamente de forma unilateral o contrato de Pessoa Física para prestação de serviços de nº 258/2019, firmado no dia 08 de outubro 2019, a partir desta data.

CLÁUSULA SEGUNDA:A presente rescisão se por convenção das partes e de modo a assegurar o melhor interesse público. A presente rescisão fundamenta-se nos termos da cláusula VII e condição 7.1 do contrato em referência e no art. 79 da Lei Federal nº 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: A presente rescisão é firmada em caráter irrevogável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

CLÁUSULA QUARTA: Fica eleito o foro da comarca de Ipanguaçu/RN para dirimir dúvida que porventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

CLÁUSULA QUINTA: Firma-se a presente rescisão de forma unilateral, em 02 (duas) vias de igual valor e teor, para todo os fins legais e de direito na presença de 02 (duas) testemunhas, idôneas e civilmente capazes.

Ipanguaçu/RN, 08 de outubro de 2019.

VALDEREDO BERTOLDO DO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
José Alipio Lopes Neto
Código Identificador:03DC0F45

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RECISÃO DE CONTRATO Nº 337/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU E ELDER FREIRE DA SILVA BEZERRA

O MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, com sede na Av. Luiz Gonzaga, nº 800, Centro, Ipanguaçu/RN, inscrito no CGC/MF sob o nº 08.085.318/0001-24, por meio de seu representante legal, doravante denominado simplesmente DISTRATANTE, **resolve rescindir administrativamente e unilateralmente** o CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº 337/2019, firmado com e do outro o Sr. **ELDER FREIRE DA SILVA BEZERRA**, brasileiro, CPF nº 050.156.054-80, RG. 002.216.431 - ITEP/RN, residente e domiciliado na Rua Santo Apolo, nº 075, Dix Sept Rosado, NATAL/RN, neste ato denominado DISTRATADO, conforme as Cláusulas e Condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: Fica rescindido administrativamente de forma unilateral o contrato de Pessoa Física para prestação de serviços de nº 337/2019, firmado no dia 01 de outubro de 2019, a partir desta data.

CLÁUSULA SEGUNDA:A presente rescisão se por convenção das partes e de modo a assegurar o melhor interesse público. A presente rescisão fundamenta-se nos termos da cláusula VII e condição 7.1 do contrato em referência e no art. 79 da Lei Federal nº 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: A presente rescisão é firmada em caráter irrevogável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.
CLÁUSULA QUARTA: Fica eleito o foro da comarca de Ipanguaçu/RN para dirimir dúvida que porventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

CLÁUSULA QUINTA: Firma-se a presente rescisão de forma unilateral, em 02 (duas) vias de igual valor e teor, para todo os fins legais e de direito na presença de 02 (duas) testemunhas, idôneas e civilmente capazes.

Ipanguaçu/RN, 01 de outubro de 2019.

WANDERLY BERTOLDO NUNES
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
José Alipio Lopes Neto
Código Identificador:96B4144F

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RECISÃO DE CONTRATO Nº 315/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU E HELDER MIKAEL PEREIRA DA SILVA COSTA

O MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, com sede na Av. Luiz Gonzaga, nº 800, Centro, Ipanguaçu/RN, inscrito no CGC/MF sob o nº 08.085.318/0001-24, por meio de seu representante legal, doravante denominado simplesmente DISTRATANTE, **resolve rescindir administrativamente e unilateralmente** o CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº 315/2019, firmado com e do outro o Sr. **HELDER MIKAEL PEREIRA DA SILVA COSTA**, brasileiro, solteiro, CPF nº 021.660.733-79, RG. 2.646.138 - ITEP/RN, residente e domiciliado na Rua Manoel Rocha de Oliveira, nº 64, Bairro Veneza, Ipanguaçu/RN, neste ato denominado DISTRATADO, conforme as Cláusulas e Condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: Fica rescindido administrativamente de forma unilateral o contrato de Pessoa Física para prestação de serviços de nº 315/2019, firmado no dia 01 de outubro de 2019, a partir desta data.

CLÁUSULA SEGUNDA:A presente rescisão se por convenção das partes e de modo a assegurar o melhor interesse público. A presente rescisão fundamenta-se nos termos da cláusula VII e condição 7.1 do contrato em referência e no art. 79 da Lei Federal nº 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: A presente rescisão é firmada em caráter irrevogável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

CLÁUSULA QUARTA: Fica eleito o foro da comarca de Ipanguaçu/RN para dirimir dúvida que porventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

CLÁUSULA QUINTA: Firma-se a presente rescisão de forma unilateral, em 02 (duas) vias de igual valor e teor, para todo os fins legais e de direito na presença de 02 (duas) testemunhas, idôneas e civilmente capazes.

Ipanguaçu/RN, 01 de outubro de 2019.

WANDERLY BERTOLDO NUNES
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
José Alipio Lopes Neto
Código Identificador:1523553F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EDITAL Nº 003/2019

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma daResolução 01/2019- CMDCA, torna público o resultado da eleição dos membros do Conselho Tutelar do município de Ipueira-RN, realizada no dia 06 de outubro de 2019.

Classificação Titulares	Nome do Candidato	Quantidade de Votos
1º	Maria Leda de Medeiros e Medeiros	422
2º	Veronilda Morais de Medeiros	348
3º	Ligiane Ferreira de Oliveira	333
4º	Maria Auriana de Medeiros	267
5º	Raniere de Souza Medeiros	265
Classificação Suplentes	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
6º	Luiza Cristina de Souza Dantas	262
7º	Viniz Vitorino Pedro de Medeiros	255
8º	Fernando Medeiros	208
9º	Ruth Medeiros da Silva	185
10º	Anne Caroline de Medeiros	119

Fica aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis, de 08/10/2019 a 14/10/2019, a contar da publicação do presente Edital, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista nos itens 5.21 e 13 do Edital nº 001/2019-CMDCA.
A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

Ipueira-RN,07 de Outubro de 2019.

JEANDERSON LIMA DA SILVA
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Alisson Kêmis Araújo
Código Identificador:C3FB670B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
ATA GERAL DA VOTAÇÃO E APURAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

ATA GERAL DA VOTAÇÃO E APURAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR
Aosseisdias do mês de outubro de 2019, na Escola Municipal José Porto de Queiroz, no município de Itaú/RN, sob a responsabilidade da Comissão Especial Eleitoral, foram realizadas a votação e a apuração do processo de escolha dos membros do CONSELHO TUTELAR DEITAÚ/RN, sendo instaladas 04 seções para recepção dos votos, TODAS NA MESMA Escola Municipal. A votação teve início às 08:00 horas, encerrando-se às 16:00 horas, conforme Atas de Votação e Apuração de cada seção. Às 16:00 horas iniciaram-se os trabalhos de apuração dos votos, atuando como escrutinadores os Srs. **JANSEN DA SILVA LEITE, MARCOS ANTÔNIO MOREIRA DE MORAIS, MARIA JOSERLANE SOUZA ALVES, DEUSALUCIA DE FREITAS LOPES, MARIA NEORIVÂNIA BEZERRA BRASIL**, na presença dos fiscais dos candidatos interessados. Depois de constatada a inexistência de quaisquer indícios de fraude e irregularidades nos Boletins de Urna passou-se à totalização dos votos, chegando-se ao seguinte resultado: votos válidos: 1459; votos brancos: 000; votos nulos: 081; votação dos candidatos: ANICE DANIELLI DE OLIVEIRA, 158 votos; DIEGO KELLYSON CUSTÓDIO DE SENA, 033 votos, EMERSON ANAUEL LEITE BRASIL, 128 votos, FRANCISCA MICAELY SOUZA SILVA, 063 votos; JADSON FERNANDES DE LIMA, 136 votos, JEISON KELLY SILVA DO NASCIMENTO, 203 votos; LUANA VANESSA ANDRADE SILVA, 198 votos, MARIA DE FÁTIMA RÊGO SOARES BRASIL, 107 votos; MARIA LENICE DE OLIVEIRA, 159 votos, MARIA SONARIA ALMEIDA DE FREITAS, 99 votos; MATEUS ALMEIDA FILGUEIRA, 92 votos, ROSÂNGELA MARIA DE OLIVEIRA SILVA, 83 votos. Não havendo outras impugnações ou incidentes que pudessem comprometer a validade da totalização dos votos, o Presidente da Comissão Especial Eleitoral, diante de todos os presentes, parabenizou e agradeceu a todos os que trabalharam no processo de escolha, salientando que, nos termos da Lei Municipal nº 437/2015, os candidatos terão prazo de 07 (sete) dias para eventual interposição de recursos contra a apuração, os quais deverão ser julgados em 03 dias e, dentro dos 05 dias seguintes será oficializada a proclamação dos eleitos com a respectiva homologação. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que após lida e achada conforme segue assinada por mim, **MAGNÓLIA ALMEIDA DE FREITAS OLIVEIRA**, Presidente da Comissão Especial, pelos demais membros presentes da Comissão Especial Eleitoral, com encaminhamento de cópia desta ata à Promotoria de Justiça da Comarca.

Itaú/RN, 06 de outubro de 2019.

MAGNÓLIA ALMEIDA DE FREITAS OLIVEIRA
Presidente da Comissão Especial

MARIA JOSERLANE SOUZA ALVES
Vice Presidente da Comissão Especial

DEUSALUCIA DE FREITAS LOPES
Membro da Comissão Especial

MARIA NEORIVÂNIA BEZERRA BRASIL
Membro da Comissão Especial

JANSEN DA SILVA LEITE
Membro da Comissão Especial

MARCOS ANTÔNIO MOREIRA DE MORAIS
Membro da Comissão Especial

Publicado por:
Marcos Antonio Moreira de Morais
Código Identificador:17C89421

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EDITAL Nº 002/2019

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução 001/2019- CMDCA, torna público o resultado da eleição dos membros do Conselho Tutelar do Município de Itaú/RN, realizada no dia 06 de outubro de 2019.

Classificação **Titulares**	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
1º	JEISON KELLY SILVA DO NASCIMENTO	203
2º	LUANA VANESSA ANDRADE SILVA	198
3º	MARIA LENICE DE OLIVEIRA	159
4º	ANICE DANIELLI DE OLIVEIRA	158
5º	JADSON FERNANDES DE LIMA	136
Classificação **Suplentes**	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
6º	EMERSON ANAUEL LEITE BRASIL	128
7º	MARIA DE FÁTIMA RÊGO SOARES BRASIL	107
8º	MARIA SONARIA ALMEIDA DE FREITAS	099
9º	MATEUS ALMEIDA FILGUEIRA	092
10º	ROSÂNGELA MARIA DE OLIVEIRA SILVA	083

Fica aberto o prazo de 07 (SETE) dias, a contar da publicação do presente Edital, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista no item 5.21 do Edital nº 001/2019-CMDCA.
A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

Itaú/RN, 06 de outubro de 2019.

MAGNÓLIA ALMEIDA DE FREITAS OLIVEIRA
Presidente da Comissão Especial

Publicado por:
Marcos Antonio Moreira de Morais
Código Identificador:52CABE75

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
PORTARIA N ° 536/2019

PORTARIA Nº 536/2019

EXONERA À PEDIDO A SRA. ANA PAULA TAVARES CAETANO DO CARGO EFETIVO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Itaú/RN, **CIRO GUSTAVO ALVES BEZERRA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal e ainda,

CONSIDERANDO a solicitação realizada pela Servidora Efetiva **ANA PAULA TAVARES CAETANO** requisitando a sua exoneração;

CONSIDERANDO a previsão legal contida na Lei 202/1992;

CONSIDERANDO a necessidade premente da exoneração e da urgência da solicitação da Servidora em virtude de aprovação em concurso público em outra cidade;

CONSIDERANDO ainda a impossibilidade de acumulação de cargos fora do previsto na Constituição Federal;

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR à pedido a Senhora **ANA PAULA TAVARES CAETANO**, RG nº 2.095.721 – SSP/RN, CPF: 050.986.174-13, do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde deste Município de Itaú/RN.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se,

Itaú/RN, 07 de Outubro de 2019.

CIRO GUSTAVO ALVES BEZERRA
Prefeito Municipal

MARCOS ANTONIO MOREIRA DE MORAIS
Séc.de Adm., Finanças, Planejamento, Orçamento e Tributos

Publicado por:
Marcos Antonio Moreira de Morais
Código Identificador:EBFB2A79

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 501/2019/GP, DE 02 DE OUTUBRO DE 2019

O prefeito Municipal de Jaçanã/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas peal Lei Orgânica do Município e de acordo o Art. 33, parágrafo I da Lei Municipal nº 048/2007 de 20 de julho de 1997;

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar a pedido, o servidor MARCIO LUIZ GURGEL, Médico, Matrícula n° 3514, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme requerimento em anexo.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se e Cumpra-se

Jaçanã - RN, 02 de outubro de 2019.

Atenciosamente

OTON MÁRIO DE ARAÚJO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Damiana Kaline do Nascimento Santos
Código Identificador:269915DE

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 00120/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ. CNPJ: 08.158.800/0001-47. CONTRATADO: GEANE ANGÉLICA SANTOS CRUZ, CPF Nº 107.082.134-99. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PRÓPRIOS DA FUNÇÃO DE TÉCNICA DE ENFERMAGEM. SUBSTITUINDO A SERVIDORA EFETIVA, MARIA BETANIA DOS SANTOS SILVA, NO GOZO DE SUAS FÉRIAS. FUNDAMENTAÇÃO: LEI MUNICIPAL Nº 197/2013. VIGÊNCIA: 01 DE OUTUBRO DE 2019 A 30 DE OUTUBRO DE 2019. DATA DE ASSINATURA: 01 DE OUTUBRO DE 2019.

OTON MÁRIO DE ARAÚJO COSTA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Damiana Kaline do Nascimento Santos
Código Identificador:BE7C3F40

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍRA

GABINETE DO PREFEITO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 000006/2019 – PMJ/RN AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 000006/2019 – PMJ/RN
AVISO DE LICITAÇÃO
O **MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN**, por intermédio da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público que realizará licitação, na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo **"MENOR PREÇO GLOBAL"**, por **"EXECUÇÃO INDIRETA"**, sob regime de **"EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL"**, destinado a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUTAR A OBRA DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES NO MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN, CONFORME CONVÊNIO Nº. 01388/2017 - FUNASA.** A sessão pública, para recebimento dos envelopes de propostas de preços e de documentação de habilitação, será realizada às **09:00h** do dia **25 DE OUTUBRO DE 2019.** O Edital poderá ser adquirido na sede da Prefeitura Municipal de Jandaíra/RN, situada na Av. Aristófanes Fernandes, s/n, Centro, Jandaíra/RN, CEP: 59.594-000, no horário de 07:00h às 13:00h (de segunda à sexta-feira), em dias úteis. Qualquer informação poderá ser obtida no endereço e horário supracitados.

Jandaíra/RN, 02 de outubro de 2019

ALCINDA UBERACYRA DE MESQUITA CAVALCANTE
Presidente da CPL

Publicado por:
Alcinda Uberacyra de Mesquita Cavalcante
Código Identificador:FE953130

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA 306/2019

PORTARIA GP Nº 306/2019-GAB

Dispõe sobre a relação dos beneficiados do programa emergencial Bolsa Auxilio Desemprego-frente de trabalho do município de Jardim de Angicos/RN

A PREFEITA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS/RN, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica deste Município,

RESOLVE:

Art. 1º -Publicar lista dos beneficiados do Programa Bolsa Auxílio Desemprego- Frente ao Trabalho. A saber

ANA LUCIA MONTEIRO AGUIAR

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, Publicação esta com efeitos retroativos a 02 de setembro de 2019

Jardim de Angicos/RN, 07 de dezembro de 2019.

SUELY FONSECA BEZERRA DE LIMA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Francisco Leonardo da Silva
Código Identificador:577CEEF9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL Nº 06/2019 - RESULTADO DO PROCESSO DE ESCOLHA PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DO PROCESSO DE ESCOLHA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EDITAL Nº 06/2019

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução 06/2019, torna público o resultado da eleição dos membros do Conselho Tutelar do município de Jardim de Angicos, realizada no dia 06 de outubro de 2019, ressalva para a candidata JULIANA APARECIDA DA SILVA que obteve 387 votos, ficará na suplência exclusiva do candidato MOIZES LUCARELLE BENEDITO DE LIMA que obteve 430 votos, pelo fato dos dois ter registrados suas respectivas candidaturas, sendo ambos cunhados impedidos de servir no mesmo conselho, conforme artigo 140 da Lei 8069/90.

Classificação Titulares	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
1º	Theogenes Jefferson Jacinto de Souza	555
2º	Moizés Lucarelle Benedito de Lima	430
3º	Maria Vanda dos Santos de Lima	414
4º	Andrea Mauricio de Lima	382
5º	Erivandro André de Aguiar	369
Classificação Suplentes	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
6º	Jose Yure Morais dos Santos	365
7º	Maria Eduarda de Lima Morais	319
8º	Denilson da Silva	304
9º	Luiz Eduardo Silva	299
10º	Cristiane Felix Caetano	263
11º	Jucielle de Moura Barbosa	234
12º	João Maria Paulino Martins	189
13º	Maciel Braz de Lima	133
14º	Juliana Aparecida da Silva	387

Fica aberto o prazo de 05 dias, a contar da publicação do presente Edital, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma da lei.
A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

Jardim de Angicos/RN, 07 de outubro de 2019

JOSE ILTON FELIPE
Presidente
Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Jose Ilton Felipe
Código Identificador:78EA683D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 669/2019 - GP

Dispõe sobre a lotação de servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS-RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento basilar nos artigos 65, Capítulo III, da Lei Orgânica Municipal, e;
Considerando o interesse público e a conveniência administrativa;
Considerando a efetiva necessidade as unidades administrativas municipais;

RESOLVE:

Art. 1º - LOTAR e mandar servir, **NAIR GARCIA DA SILVA**, Auxiliar de Serviços Gerais, no Centro de Referência e Assistência Social – CRAS da Secretaria Municipal do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social do Município de Jardim de Piranhas/RN.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tornando revogadas as disposições em contrário.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 01 de outubro de 2019.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ardenes Rodrigues Gomes da Silva
Código Identificador:2BD4995A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 671/2019 - GP

Dispões obre a vantagem pecuniária individual e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS-RN, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que dispõe a Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar nº 001/1997,
Considerando o Processo Administrativo nº 018/2019;
Considerando o Parecer Jurídico emitido pela Procuradoria Geral do Município de Jardim de Piranhas/RN;

RESOLVE:

Art. 1º - INCORPORAR, aos vencimentos do servidor **Francisco das Chagas Dutra**, Técnico Agrícola do Quadro Único dos Servidores do Município de Jardim de Piranhas/RN, a título de vantagem pecuniária individual, o percentual de 1/5 (um quinto), a razão de 01 (um) ano, até o limite de 5/5 (cinco quintos), referente à gratificação da função desempenhada na função de Diretor de Serviços, junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento de Jardim de Piranhas/RN.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anote-se, Publique-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, em 07 de outubro de 2019.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ardenes Rodrigues Gomes da Silva
Código Identificador:E6956FAF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 670/2019 - GP

Dispõe sobre Licença Maternidade de Servidor Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS-RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento basilar no artigo 65, II, VII e X da Lei Orgânica Municipal e em observância a Lei Complementar nº 001, de 19.12.1997, Capítulo V, Seção X, Art. 105,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, a YASMIM CRISTINE DE MEDEIROS, Médica Veterinária do Quadro Único de Servidores deste Município, Licença Maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias, de acordo com o atestado, em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30.09.2019, revogadas as disposições em contrário.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 02 de outubro de 2019.

ELIDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ardenes Rodrigues Gomes da Silva
Código Identificador:A3341039

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS
RESOLUÇÃO Nº. 005/2019/CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, constituído na forma da Lei 631/2008,
Considerando o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, instituída pela Lei nº 8.069/90 e o teor da Resolução n° 170/2014 do CONANDA relativamente às providências necessárias para a realização do processo de escolha unificado do Conselheiros Tutelares;
Considerando a eleição para escolha dos membros do Conselho Tutelar realizada no dia 06 de outubro de 2019

RESOLVE:

Art. 1º Torna público o resultado da apuração dos votos na eleição dos membros do Conselho Tutelar do município de Jardim de Piranhas/RN,

Classificação **Titulares**	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
1º	Danilo Dantas de Oliveira	343
2º	Francisco Cosme Alves	293
3º	Antônio Silva Neto	251
4º	Haroldo Araújo dos Santos	227
5º	Ana Santana da S. Dutra	206
Classificação **Suplentes**	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
6º	Francilene da Silva	132
7º	Carliana D. da Silva	130

Art. 2º Fica aberto o prazo de 02 dias, a contar da apuração, para que sejam apresentados recursos contra o resultado, na forma prevista no Artigo 49, § 3 da Lei 631/2008.
Art. 3º A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.
Artigo 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jardim de Piranhas/RN, 07 de Outubro de 2019.

JOSICLEIDE PEREIRA DE LIMA
Presidente CMDCA

Publicado por:
Ardenes Rodrigues Gomes da Silva
Código Identificador:ED90E1A5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 005/2019 - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 050/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO MJS/RN – 704.166/2017

CONTRATANTE: Município de Jardim do Seridó/RN - Prefeitura Municipal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **CONTRATADA**: STERICYCLE GESTÃO AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.568.077/0019-54; **OBJETO:** Renovação, por mais 12 (doze) meses, do Contrato Administrativo de nº 050/2017, cujo objeto se refere a execução de serviços de coleta, gerenciamento, transporte e tratamento de resíduos sólidos perigosos, por destruição térmica (incineração) e destinação final das cinzas dos resíduos sólidos provenientes dos serviços de saúde municipal (Lixo Hospitalar)**; DATA DA ASSINATURA:** 29 de Agosto de 2019; **VIGÊNCIA**: 31 de Agosto de 2019 e termo final em 31 de Agosto de 2020; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Pregão Presencial; **VALOR DO TERMO ADITIVO:** R$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais); **SUBSCRITORES:** José Amazan Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 357.721.584-49 – pelo Contratante e Carlos Henrique Moreira Dantas, inscrito no CPF/MF sob o nº 920.196.259-20 – pela Contratada.

Jardim do Seridó/RN, 29 de Agosto de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:B2724D6B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 223, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo art. 65, V, da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó e com base no art. 6º, VII, "e", da Lei Municipal nº 742/2005, resolve:

Art. 1º Exonerar o Senhor **HIGOR NASCIMENTO DE AZEVEDO,** inscrito no CPF/MF sob o nº 105.923.654-09, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Serviço – CC-4 da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social - SEMTHAS**.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de outubro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE, E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 07 de outubro de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fágner Silva de Azevedo
Código Identificador:0524378C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 224, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo art. 65, V, da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó e com base na Lei 767/2006, art. 3º, p. único, "c", resolve:

Art. 1º. Nomear o Senhor **HIGOR NASCIMENTO DE AZEVEDO,** inscrito no CPF/MF sob o nº 105.923.654-09, para ocupar o cargo em comissão de Coordenador de Esportes – CC-2, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo do Município de Jardim do Seridó/RN.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de outubro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE, E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 07 de outubro de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fágner Silva de Azevedo
Código Identificador:A38420B3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 225, DE 7 DE OUTUBRO DE 2019.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 65, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Decreto nº 1.293, de 02 de maio de 2017, que regulamentam a concessão de diárias ao Prefeito e Servidores do Poder Executivo Local,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a **REJANE MARIA DE AZEVEDO MEDEIROS**, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Administração, 2 diárias integrais e 1 diária parcial na importância de R$ 600,00 (seiscentos reais), ficando a mesma autorizada a se deslocar à cidade de Natal/RN nos dias 09, 10 e 11 de outubro de 2019 para participação no PROJETO I - "APOIO AO PLANEJAMENTO E A GESTÃO ESTRATÉGICA", pertencente ao PROGRAMA "REDESENHANDO A GESTÃO PÚBLICA: DO PLANEJAMENTO AO CONTROLE", sob a coordenação da Escola de Contas / TCERN.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 7 de outubro de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fágner Silva de Azevedo
Código Identificador:C52C7F66

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 226, DE 7 DE OUTUBRO DE 2019.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 65, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Decreto nº 1.293, de 02 de maio de 2017, que regulamentam a concessão de diárias ao Prefeito e Servidores do Poder Executivo Local,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a **FÁGNER SILVA DE AZEVEDO**, ocupante do cargo de Secretário Municipal Chefe do Gabinete do Prefeito, 2 diárias integrais e 1 diária parcial na importância de R$ 600,00 (seiscentos reais), ficando o mesmo autorizado a se deslocar à cidade de Natal/RN nos dias 09, 10 e 11 de outubro de 2019 para participação no PROJETO I - "APOIO AO PLANEJAMENTO E A GESTÃO ESTRATÉGICA", pertencente ao PROGRAMA "REDESENHANDO A GESTÃO PÚBLICA: DO PLANEJAMENTO AO CONTROLE", sob a coordenação da Escola de Contas / TCERN.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 7 de outubro de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fágner Silva de Azevedo
Código Identificador:60220901

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 227, DE 7 DE OUTUBRO DE 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DO GABINETE DO PREFEITO,

CONSIDERANDO o artigo 55 e seguintes da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;

CONSIDERANDO o Decreto nº 1.293, de 02 de maio de 2017, que regulamentam a concessão de diárias ao Prefeito e Servidores do Poder Executivo Local;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a **JOSÉ AMAZAN SILVA**, ocupante do cargo de Prefeito Municipal, 2 diárias integrais e 1 diária parcial na importância de R$ 1.000,00 (mil reais), ficando o mesmo autorizado a se deslocar à cidade de Natal/RN nos dias 09, 10 e 11 de outubro de 2019 para participação no PROJETO I - "APOIO AO PLANEJAMENTO E A GESTÃO ESTRATÉGICA", pertencente ao PROGRAMA "REDESENHANDO A GESTÃO PÚBLICA: DO PLANEJAMENTO AO CONTROLE", sob a coordenação da Escola de Contas / TCERN.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 7 de outubro de 2019.

FÁGNER SILVA DE AZEVEDO
Chefe do Gabinete do Prefeito

Publicado por:
Fágner Silva de Azevedo
Código Identificador:970DC8EF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 228, DE 7 DE OUTUBRO DE 2019.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 65, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Decreto nº 1.293, de 02 de maio de 2017, que regulamentam a concessão de diárias ao Prefeito e Servidores do Poder Executivo Local,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a **JOSÉ AILSON DANTAS**, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Pesca, 2 diárias integrais e 1 diária parcial na importância de R$ 600,00 (seiscentos reais), ficando o mesmo autorizado a se deslocar à cidade de Natal/RN nos dias 09, 10 e 11 de outubro de 2019 para participação no PROJETO I - "APOIO AO PLANEJAMENTO E A GESTÃO ESTRATÉGICA", pertencente ao PROGRAMA "REDESENHANDO A GESTÃO PÚBLICA: DO PLANEJAMENTO AO CONTROLE", sob a coordenação da Escola de Contas / TCERN.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 7 de outubro de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fágner Silva de Azevedo
Código Identificador:3D36CF32

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 229, DE 7 DE OUTUBRO DE 2019.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 65, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Decreto nº 1.293, de 02 de maio de 2017, que regulamentam a concessão de diárias ao Prefeito e Servidores do Poder Executivo Local,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a **MANOEL LÚCIO DE MEDEIROS FILHO**, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, 2 diárias integrais e 1 diária parcial na importância de R$ 600,00 (seiscentos reais), ficando o mesmo autorizado a se deslocar à cidade de Natal/RN nos dias 09, 10 e 11 de outubro de 2019 para participação no PROJETO I - "APOIO AO PLANEJAMENTO E A GESTÃO ESTRATÉGICA", pertencente ao PROGRAMA "REDESENHANDO A GESTÃO PÚBLICA: DO PLANEJAMENTO AO CONTROLE", sob a coordenação da Escola de Contas / TCERN.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 7 de outubro de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fágner Silva de Azevedo
Código Identificador:4A80A935

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 230, DE 7 DE OUTUBRO DE 2019.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas

atribuições legais que lhe confere o Art. 65, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Decreto nº 1.293, de 02 de maio de 2017, que regulamentam a concessão de diárias ao Prefeito e Servidores do Poder Executivo Local,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a **ADRIANA MARIA DE MEDEIROS**, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Finanças e Planejamento, 2 diárias integrais e 1 diária parcial na importância de R$ 600,00 (seiscentos reais), ficando a mesma autorizada a se deslocar à cidade de Natal/RN nos dias 09, 10 e 11 de outubro de 2019 para participação no PROJETO I - "APOIO AO PLANEJAMENTO E A GESTÃO ESTRATÉGICA", pertencente ao PROGRAMA "REDESENHANDO A GESTÃO PÚBLICA: DO PLANEJAMENTO AO CONTROLE", sob a coordenação da Escola de Contas / TCERN.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 7 de outubro de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fágner Silva de Azevedo
Código Identificador:63ADF126

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 231, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo art. 77, IV, da Lei nº 593, de 22 de junho de 1994 – Regime Jurídico único dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó, Estado do Rio Grande do Norte, regulamentado pelo Decreto 1.010, de 04 de outubro de 2011,

Considerando ainda o teor do Processo Administrativo nº 119/2019, da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE

Art. 1º. Conceder a Servidora **INÁCIA MARIA DE AZEVEDO MEDEIROS**, matrícula nº 0122, ocupante do cargo de Professora P.D.III, Licença – Prêmio por Assiduidade por 03 (três) meses – período de 01/10/2019 a 29/12/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos ao dia 1 de outubro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 07 de outubro de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fágner Silva de Azevedo
Código Identificador:B959CD24

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 232, DE 7 DE OUTUBRO DE 2019

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo art. 65, V, da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó:

Considerando o que preceitua a Lei Municipal n° 593, de 22 de junho de 1994 – **REGIME JURÍDICO E LTCAT MUNICIPAL.**

Considerando ainda o teor do Processo Administrativo n° 123/2019.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder adicional de insalubridade em grau médio de 20% (vinte por cento) sobre salário-base, ao Servidor **TIAGO ELIAS XIMENES**, matrícula 1741, ocupante do cargo de Coveiro PA-I, de provimento efetivo, da Secretaria Municipal Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 01 de outubro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 7 de outubro de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fágner Silva de Azevedo
Código Identificador:1F605090

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 233, DE 7 DE OUTUBRO DE 2019.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 65, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Decreto nº 1.293, de 02 de maio de 2017, que regulamentam a concessão de diárias ao Prefeito e Servidores do Poder Executivo Local,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a **WALTER DE MEDEIROS AZEVEDO**, ocupante do cargo de Procurador Jurídico Administrativo, 2 diárias integrais e 1 diária parcial na importância de R$ 600,00 (seiscentos reais), ficando o mesmo autorizado a se deslocar à cidade de Natal/RN nos dias 09, 10 e 11 de outubro de 2019 para participação no PROJETO I - "APOIO AO PLANEJAMENTO E A GESTÃO ESTRATÉGICA", pertencente ao PROGRAMA "REDESENHANDO A GESTÃO PÚBLICA: DO PLANEJAMENTO AO CONTROLE", sob a coordenação da Escola de Contas / TCE- RN.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 7 de outubro de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fágner Silva de Azevedo
Código Identificador:54D40DCF

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL N.º 1.462 DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE MOVIMENTAÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ - JARDIMPREV BEM COMO LIBERAÇÃO DE LIMITES E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO BANCO DO BRASIL ATRAVÉS DO GERENCIADOR FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ AMAZAN SILVA, prefeito constitucional do município de Jardim do Seridó, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, por força do art. 65, V;
CONSIDERANDO, as atribuições inerentes ao Cargo de Diretor Presidente e Assistente Previdenciário do Instituto de Previdência do Município de Jardim do Seridó - JARDIMPREV, atribuídas pela Lei Complementar Municipal n.º 1.144 de 10 de setembro de 2019;
CONSIDERANDO, que dentre as atribuições de contabilizar as contas do Instituto de Previdência do Município de Jardim do Seridó - JARDIMPREV, arrecadar, guardar e aplicar os recursos financeiros, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas;
CONSIDERANDO, que tais serviços são contínuos e de relevância para a administração financeira das contas do Instituto de Previdência do Município de Jardim do Seridó - JARDIMPREV;
CONSIDERANDO que há uma necessidade de se definir as funções específicas de cada membro da Gerência de Previdência; e
CONSIDERANDO, portanto, todo o exposto o Excelentíssimo Senhor Prefeito Constitucional do Município de Jardim do Seridó, José Amazan Silva, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:
Art. 1º Fica a agência do Banco do Brasil S.A. da cidade de Jardim do Seridó (2210-1), **AUTORIZADA** a providenciar a abertura do processo de CREDENCIAMENTO e HABILITAÇÃO com amplos poderes para executar atos de liberação de limites e movimentação financeira de todas as contas públicas do Instituto de Previdência do Município de Jardim do Seridó - JARDIMPREV, Estado do Rio Grande do Norte, inscrita no CNPJ/MF n.º 35.001.011/0001-70.
Art. 2º Fica a mesma Agência Bancária determinada a proceder a habilitação da Servidora **MICAELA JORDÂNIA AZEVEDO DOS SANTOS** – Assistente Previdenciária inscrita no CPF/MF n.º 121.451.504-55, e **ANDREZA SILVA DOS SANTOS** – Diretora Presidente, inscrita no CPF/MF n.º 041.836.884-85**,** para que possam juntas a referida agência realizar movimentações financeiras nas contas bancárias do Instituto de Previdência do Município de Jardim do Seridó, assinando de forma conjunta, autorizando assim que as transações ocorram.
Art. 3º Em consonância com os termos e acordos contratuais já pactuados ficam as servidoras condicionados aos poderes a seguir delimitados: **emitir cheques, abrir contas de depósitos, utilizar crédito aberto, receber, emitir recibo, solicitar saldos e extratos, requisitar talonário de cheques devolvidos, endossar cheques, requisitar cartão eletrônico, movimentar conta corrente, efetuar transferências e pagamentos, sustar conta, ordenar, cancelar ou baixar cheques, efetuar resgate e aplicações, cadastrar, alterar e desbloquear, efetuar saques, transferências e pagamentos, fazer investimentos, ou liberação de arquivos por meio eletrônico através do gerenciador financeiro da conta bancária em processo de abertura.**
Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com vigência por tempo indeterminado ou até que sejam revogadas as disposições em contrário.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 07 de outubro de 2019. 131º ano da República.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fágner Silva de Azevedo
Código Identificador:E7E40C6D

GABINETE DO PREFEITO
2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 054/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ sob o nº 08.086.662/0001-38, neste ato representado pelo Sr. **JOSÉ AMAZAN SILVA**, Prefeito Constitucional, inscrito no CPF sob o nº 357.721.584-49 e o **FUNDO MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL**, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ sob o número 14.247.147/0001-95, neste ato representado pela Srª **HIÁSKARA MIKAELLY FERNANDES DE AZEVEDO SILVA** , gestora do Fundo Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, inscrita no CPF sob o nº 095 264864 - 47.
CONTRATADA: MARIA JOSÉ DOS SANTOS NASCIMENTO , Brasileira, com RG nº **002.509.168** SSP/RN, inscrito no CPF sob o nº **014 513 764 – 30** , residente e domiciliado à **Rua Homero João de Azevedo , Nº 123 - São João , Jardim do Seridó /RN.**
Os contratantes têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao contrato por tempo determinado nº **054/2018**, celebrado em **08/10/2018**, com fulcro no inciso VI do artigo 2° e § 1° do Artigo 4° da Lei Municipal nº 743 de 22 de abril de 2005 e 1.105/2018, , sujeitando-se as partes às seguintes Cláusulas:
CLÁUSULA PRIMEIRA: : Fica prorrogado por mais **seis (06) meses** no período de **05/10/2019** à **01/04/2020.**
Parágrafo Único: As demais cláusulas do referido contrato permanecem inalteradas.

Jardim do Seridó/RN, 05 de outubro de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

HIÁSKARA MIKAELLY FERNANDES DE AZEVEDO SILVA
Gestora do Fundo Munic. de Trabalho, Habitação e Assistência Social.

MARIA JOSÉ DOS SANTOS NASCIMENTO
Contratada

TESTEMUNHAS:

1 - _____
CPF: _____

2 - _____
CPF: _____

Publicado por:
Fágner Silva de Azevedo
Código Identificador:71B40C4F

GABINETE DO PREFEITO
2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 056/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ sob o nº 08.086.662/0001-38, neste ato representado pelo Sr. **JOSÉ AMAZAN SILVA**, Prefeito Constitucional, inscrito no CPF sob o nº 357.721.584-49 e o **FUNDO MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL**, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ sob o número 14.247.147/0001-95, neste ato representado pela Srª **HIÁSKARA MIKAELLY FERNANDES DE AZEVEDO SILVA** , gestora do Fundo Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, inscrita no CPF sob o nº 095 264864 - 47.
CONTRATADA: HADES BETÂNIA MELO DE LIMA , Brasileira, com RG nº **1.296.848** SSP/RN, inscrito no CPF sob o nº **839 002 254 - 00**, residente e domiciliado à **Rua Manoel Paulino dos Santos , Nº 144 - Centro, Jardim do Seridó /RN.**

Os contratantes têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao contrato por tempo determinado nº **056/2018**, celebrado em **08/10/2018**, com fulcro no inciso VI do artigo 2° e § 1° do Artigo 4° da Lei Municipal nº 743 de 22 de abril de 2005 e 1.105/2018, , sujeitando-se as partes às seguintes Cláusulas:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado por mais seis **(06) meses** no período de **05/10/2019 á 01/04/2020.**
Parágrafo Único: As demais cláusulas do referido contrato permanecem inalteradas.

Jardim do Seridó/RN, 05 de outubro de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

HIÁSKARA MIKAELLY FERNANDES DE AZEVEDO SILVA
Gestora do Fundo Munic. de Trabalho, Habitação e Assistência Social.

HADES BETÂNIA MELO DE LIMA
Contratada

TESTEMUNHAS:
1 - _____
CPF: _____

2 - _____
CPF: _____

Publicado por:
Fágner Silva de Azevedo
Código Identificador:E3F3C390

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 040/2019

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 040/2019 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ – RN, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL E MARIA SELMA DE AZEVEDO SILVA DOS SANTOS .

O **MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ – RN**, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38, representada neste ato por seu Prefeito Constitucional Sr. **JOSÉ AMAZAN SILVA**, inscrito no CPF sob o nº 357.721.584-49, residente e domiciliado a Rua Antônio Gregório de Azevedo, 23, Comissão, nesta cidade de Jardim do Seridó/RN, e resolve rescindir unilateralmente o Termo de Contrato em referência, fundamentado na Cláusula Sétima, do Termo de Contrato de nº 040/2019 , firmado com **, em** 02/05/2019.
1 – CLÁUSULA PRIMERA – DO OBJETO
1 **–** Constitui objeto do presente Termo, a Rescisão Unilateral do Contrato celebrado em 02 de maio de 2019 , entre contratante e contratado supramencionados;
2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA RESCISÃO
2.1 – Fica rescindido a partir do dia 07 de outubro de 2019, por força da notícia de fato nº 099.2019.000398-MP/RN (Ofício nº 2019/0000432685) , de forma unilateral o Termo de Contrato , fundamentado sobre interesse da administração. O Termo de Contrato ora rescindido, que nos remete ao artigo 78 da Lei 8.666/93, cujo inciso XII, serve como base para nortear a presente decisão amparada no Juízo de Conveniência, norteador da Administração Pública.
2.2 - Que se proceda com a publicação necessária.

Jardim do Seridó (RN), 07 de outubro de 2019

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

MARIA SELMA DEAZEVEDO SILVA DOS SANTOS
Zeladora

Publicado por:
Fágner Silva de Azevedo
Código Identificador:35C964D8

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 048/2019

Contrato por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, em conformidade com a homologação do Processo Seletivo simplificado/2018, que entre si celebram o Município de Jardim do Seridó/RN e AMANDA KARINE CASTRO DE AZEVEDO.

BASE LEGAL: ART 2º, INSCISO VI, DA LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 743, DE 22 DE ABRIL DE 2005
Pelo presente instrumento de contrato por tempo determinado que fazem, o **Município de Jardim do Seridó,** Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ sob o nº 08.086.662/0001-38, neste ato representado pelo Sr. **JOSÉ AMAZAN SILVA**, Prefeito Constitucional, inscrito no CPF sob o nº 357.721.584-49, residente e domiciliado a Rua Antônio Gregório de Azevedo, 23, Comissão, nesta cidade de Jardim do Seridó/RN, Estado do Rio Grande do Norte, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a prestadora de serviços adiante identificada, doravante denominada CONTRATADA, de acordo com as cláusulas e condições seguintes, reciprocamente aceitas pelas partes.

PARTE I – DADOS PESSOAIS DA CONTRATADA

Nome: Amanda Karine Castro de Azevedo
Nacionalidade: Brasileira
Endereço: Rua Cândido Dantas, Nº 74 – Bairro Manoel Salustino
Cidade: Currais Novos/RN
Identidade: 003.021.218 **Expedição:** 20/11/2007 SSP/RN
CPF: 104.502.874-67
PIS/PASEP/NIT: 201.80663.23-7

PARTE II – CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETIVO E DA BASE LEGAL

O objetivo do presente contrato é a prestação de serviços no **Cargo de Nutricionista**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atender as demandas do Programa de Alimentação Escolar (PNAE) que receberá brevemente fiscalização do CECANE/UFPA , face que os candidatos aprovados no concurso público/2018 e convocados pelos **Editais: nº 004/2018** (publicado em 27/06/2019) , **nº 006/2018** (publicado em 22/07/2019), **nº 010/2018** (publicado em 21/08/2019 **nº 011/2018**, (publicado em 13/09/2019), solicitaram reclassificação na ordem de chamada do Concurso Público Municipal e que a Candidata classificada no 5º lugar , convocada pelo Edital nº 013/2018 , ainda não se apresentou para ser empossada e que a mesma encontra-se dentro do prazo limite estipulado pelo presente Edital. A não contratação do presente profissional acarretará perda de recursos oriundos do MEC.
O presente contrato tem por base legal o inciso VI, do artigo 2º, da Lei Ordinária Municipal nº 743/2005 e a Lei Ordinária Municipal de nº 1.106/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR

A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** mensalmente o valor de **R$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais)**, mediante efetiva comprovação da prestação do serviço, ficando o mesmo submetido a uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais, e incidindo sobre este montante o desconto de **8% (oito por cento) de INSS.**

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

O prazo ora acordado para o presente instrumento de contrato será de **03 (três) meses**, tendo início em **01/10/2019** e término em **29/12/2019 ,** podendo ser rescindido a qualquer momento salvo posse de

candidato do concurso público municipal/2018, ou por interesse da administração pública.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Para garantir o fiel cumprimento do objetivo do presente contrato, a **CONTRATANTE**, se obriga a:
Efetuar o pagamento na forma convencionada na cláusula segunda do presente instrumento, desde que atendidas às formalidades avençadas;
Oferecer todas as condições indispensáveis para que a **CONTRATADA** possa desempenhar as atribuições para as quais está sendo convocada;
Designar uma autoridade, no âmbito da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, a quem deva se dirigir a **CONTRATADA**, quando se fizer necessário;
Aferir se a **CONTRATADA** cumprirá durante a vigência do presente termo as obrigações avençadas na presente peça;
Descontar, por ocasião dos pagamentos habituais, os encargos previdenciários e legais, sobre os referidos dispêndios.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Para execução dos serviços objeto deste contrato, a **CONTRATADA** se obriga a:
Executar fielmente o objeto **CONTRATADO,** exercendo suas funções conforme as necessidades fixadas pela **CONTRATANTE**;
Prestar, sempre que indagada, as informações acerca da execução de suas atribuições, no âmbito do que ora está sendo avençado;
Atender às determinações regulares do representante designado pela **CONTRATANTE,** bem assim as da entidade do Governo Federal convenente, se for o caso;
Aceitar a(s) renovação(ões) do contrato, desde que necessária ao interesse público, na forma prevista no § 1º , do art. 4º, da Lei Ordinária Municipal nº 743/2005;
Cumprir rigorosamente os horários fixados para plena execução do objeto avençado;
Responder por prováveis danos causados diretamente à uma imagem da **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução das atribuições constantes do presente contrato;
Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, na parte que lhe toca, resultantes da execução deste instrumento;

CLÁUSULA SEXTA: DO REGIME JURÍDICO

O Regime que se estabelece é o jurídico-administrativo (especial) não se estabelecendo, em razão do presente instrumento, qualquer outra espécie de regime jurídico entre as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESCISÃO (EXTINÇÃO) DO CONTRATO

Operar-se-á a rescisão (extinção) do presente contrato nas hipóteses previstas no art. 9º da Lei Ordinária Municipal nº 743/2005.
§ 1º- A qualquer tempo, de pleno direito, por questões de interesse público, poderá o Município, por decisão unilateral, rescindir o contrato.
§ 2º - Além das situações previstas no parágrafo anterior, poderá o Município rescindir o contrato, por descumprimento a qualquer norma federal, estadual e municipal vigentes, ou por inadimplemento de qualquer das cláusulas e condições presentes neste instrumento, independentemente de interpolação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA OITAVA: DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

As despesas referentes ao objeto do presente contrato, correrão à conta dos recursos do Orçamento Geral do Município, EXERCÍCIO 2019, na (s) seguintes (s) dotação (ões**): PROJETO/ATIVIDADE: 06.06001.12.361.0006.2012 – FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB 40%, ELEMENTO DE DESPESA 31.90.04** - Contratação por tempo determinado.
Fonte de Destinação de Recursos: **1113000**

CLÁUSULA NONA: DAS ALTERAÇÕES

Este Contrato poderá ser alterado, mediante Termo Aditivo e com as devidas justificativas, na forma prevista no § 1º, do art. 4º, da Lei Ordinária Municipal nº 743/2005.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA PUBLICAÇÃO

O presente instrumento será publicado, no quadro de aviso da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó, nas secretarias municipais e no Diário Oficial do Município do Estado do Rio Grande do Norte.
Parágrafo único: Uma cópia do presente instrumento contratual deverá ser encaminhada à Câmara Municipal de Jardim do Seridó/RN.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Jardim do Seridó/RN, para dirimir dúvidas para litígios decorrentes da execução do presente instrumento.
E por estarem assim justos e pactuados firmam o presente contrato em (03) três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para que produza todos os efeitos legais.

Jardim do Seridó/RN, 01 de outubro de 2019.

AMANDA KARINE CASTRO DE AZEVEDO
Contratada

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF: ___.___.___-___

2. _____
CPF: __

Publicado por:
Fágner Silva de Azevedo
Código Identificador:BDE3F912

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 234, DE 7 DE OUTUBRO DE 2019.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 65, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Decreto nº 1.293, de 02 de maio de 2017, que regulamentam a concessão de diárias ao Prefeito e Servidores do Poder Executivo Local,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a **OZIRES BORGES VILAR NETO**, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, 2 diárias integrais e 1 diária parcial na importância de R$ 600,00 (seiscentos reais), ficando o mesmo autorizado a se deslocar à cidade de Natal/RN nos dias 09, 10 e 11 de outubro de 2019 para participação no PROJETO I - "APOIO AO PLANEJAMENTO E A GESTÃO ESTRATÉGICA", pertencente ao PROGRAMA "REDESENHANDO A GESTÃO PÚBLICA: DO PLANEJAMENTO AO CONTROLE", sob a coordenação da Escola de Contas / TCERN.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 7 de outubro de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fágner Silva de Azevedo
Código Identificador:ED8B2BBE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 008, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO,

CONSIDERANDO o artigo 55 e seguintes da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;

CONSIDERANDO o Decreto nº 1.293/2017, que dispõe sobre a concessão de diárias na administração direta;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a **ARTUR MARTINS DE AZEVEDO**, matrícula 1402, ocupante do cargo de Contador Municipal – Nível II na Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, 2 e 1/2 (meia) diárias no valor total de **R$ 600,00 (seiscentos reais),** ficando o mesmo autorizado a se deslocar à cidade de Natal (RN) durante o período de 09 a 11/10/2019.

Art. 2º. O objetivo do deslocamento do servidor acima citado se dá para participar do workshop "Apoio ao Planejamento e à Gestão Estratégica", a ser realizado na Escola de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, na cidade de Natal (RN), durante o período de 09 a 11/10/2019.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de sua assinatura.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro Administrativo Municipal, em Jardim do Seridó (RN), 07 de Outubro de 2019, 129º da República.

ADRIANA MARIA DE MEDEIROS
Secretária Municipal de Finanças e Planejamento
Matrícula: 00433

Publicado por:
Fágner Silva de Azevedo
Código Identificador:4B54E4DA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 009, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO,

CONSIDERANDO o artigo 55 e seguintes da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;

CONSIDERANDO o Decreto nº 1.293/2017, que dispõe sobre a concessão de diárias na administração direta;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a **ANDREZA SILVA DOS SANTOS**, matrícula 1038, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos – Nível III na Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, 2 e 1/2 (meia) diárias no valor total de **R$ 325,00 (trezentos e vinte e cinco reais),** ficando a mesma autorizada a se deslocar à cidade de Natal (RN) durante o período de 09 a 11/10/2019.

Art. 2º. O objetivo do deslocamento da servidora acima citada se dá para participar do workshop "Apoio ao Planejamento e à Gestão Estratégica", a ser realizado na Escola de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, na cidade de Natal (RN), durante o período de 09 a 11/10/2019.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de sua assinatura.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro Administrativo Municipal, em Jardim do Seridó (RN), 07 de Outubro de 2019, 129º da República.

ADRIANA MARIA DE MEDEIROS
Secretária Municipal de Finanças e Planejamento
Matrícula: 00433

Publicado por:
Fágner Silva de Azevedo
Código Identificador:28481E20

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 235, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo art. 65, V, da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó e com base na Lei 742/2005, art. 6º, III, "c", resolve:

Art. 1º. Nomear a Senhora **LIZANDRA COSTA DE AZEVEDO,** inscrita no CPF/MF sob o nº 062.320.794-00, para ocupar o cargo em comissão de Diretor de Projetos – CC- 2, da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento do Município de Jardim do Seridó/RN.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE, E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 07 de outubro de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fágner Silva de Azevedo
Código Identificador:3DC6B2DF

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 006 DE 12 DE SETEMBRO DE 2019.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, de Jardim do Seridó– RN, em sua 243ª Reunião Ordinária, realizada no dia 12 de setembro de 2019, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Federal Nº 8080, de 19 de setembro de 1990 e, pela Lei Federal Nº 8142, de 28 de dezembro de 1990, considerando**:**
a) O artigo 7º da Lei Nº 729, de 02 de Julho de 2004 que dá nova redação à Lei Nº 613, de 05 de fevereiro de 1997, que sofreu alterações pela Lei Nº 636, de 27 de maio de 1998 e pela Lei Nº 727, de 03 de maio de 2004
b) E, as discussões e o resultado da plenária do dia:

RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas do 1° Quadrimestre de 2019 do Municipio de Jardim do Serido - RN.
Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor a partir do dia 12 de Setembro de 2019.

JOÃO BATISTA DE BRITO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução CMS Nº 006 de 12 de Setembro de 2019, nos termos do Art. 7° da Lei Nº 729, de 02 de julho de 2004, do Conselho Municipal de Saúde de Jardim do Seridó- RN.

Jardim do Seridó, 12 de Setembro de 2019.

MARIA DAS GRAÇAS CIRNE
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Fágner Silva de Azevedo
Código Identificador:A0767E9B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 661/2019-GP

"Redenomina o prédio do Ginásio Poliesportivo situado na Comunidade de Queimadas, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA/RN, no uso das suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O prédio Poliesportivo Francisco Soares Figueira situado na Comunidade de Queimadas passa a ter nova denominação de "Edmilson Fonseca Roque dos Santos".

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a mandar confeccionar a placa contendo o nome do homenageado que trata o artigo anterior.
Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dependências do Palácio do Torreão, Gabinete do Prefeito Municipal de João Câmara-RN, em 07 de outubro de 2019.

MANOEL DOS SANTOS BERNARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
George Samy Claudino da Silva
Código Identificador:9F99E4DA

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 15º da Resolução 032/2016-TCE-RN, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor O REI DO CAMINHÃO EIRELI - ME. Refere-se a nota de liquidação nº 191/2019, datada 10/09/2019, do empenho 906001/2019, no valor de R$ 28.114,24, (vinte oito mil cento e quatorze reais e vinte quatro centavos) referente a nota fiscal nº 0004482, o referido pagamento referem-se a aquisição de peças automotivas para os veículos da frota municipal.
O pagamento da referida nota fiscal foi feito antecipadamente pela necessidade de aquisição de peças para manutenção corretiva e preventiva de veículos da frota municipal, em especial os da secretaria municipal de Agricultura , motivo pelo qual justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supra identificado.
Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

João Câmara-RN, em 7 de outubro de 2019.

MANOEL DOS SANTOS BERNARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Lúcia de Lima Bilro
Código Identificador:468016C2

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 15º da Resolução 032/2016-TCE-RN, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor JOSE MARQUES QUIRINO referente à nota de liquidação n.º709/2019, datada de 12/08/2019, do empenho nº. 802008/2019, no valor de R$ 2.832,00 (dois mil oitocentos trinta dois reais), referente nota fiscal nº. 000.005. O referido pagamento refere-se a aquisição de playground médio para centro municipal de educação infantil.
O pagamento da referida nota fiscal foi feito antecipadamente pela necessidade de aquisição de equipamentos, de playground médio para centro municipal de educação infantil.
Motivo pelo qual justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supra identificado.
Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

João Câmara-RN, em 07 de outubro de 2019.

MANOEL DOS SANTOS BERNARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Lúcia de Lima Bilro
Código Identificador:01E16DB6

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 15º da Resolução 032/2016-TCE-RN, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor ANA PAULA ALEXANDRE DA SILVA, conforme abaixo:

Nº da Liquidação	Nº do Empenho	Valor R$	Nº da Nota Fiscal
733/2019	722011/2019	3.766,60	00090
441/2019	806001/2019	2.424,00	00094
763/2019	806006/2019	1.366,60	00095

Os referidos pagamentos referem-se a aquisição de refeições prontas para suprir as necessidades das secretarias municipais.
O pagamento da (s) referida (s) nota (s) fiscal (s) foi feito antecipadamente pela necessidade de entrega de refeições prontas para suprir as necessidades das secretarias municipais.
, para o correto e imediato funcionamento das atividades das secretarias municipais, motivo pelo qual justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supra identificado.
Tendo em vista o acima justificado, assinamos o presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

João Câmara-RN, em 07 de outubro de 2019.

MANOEL DOS SANTOS BERNARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Lúcia de Lima Bilro
Código Identificador:E21C3A81

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 15º da Resolução 032/2016-TCE-RN, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor PNEUTEX LTDA referente a nota de liquidação n.º 348/2019, datada de 13/08/2019, do empenho nº. 710003/2019, no valor de R$ 2.960,00 (dois mil novecentos sessenta reais), referente nota fiscal nº. 002.578. O referido pagamento refere-se a aquisição de pneus para veículos da secretaria municipal de obras transporte e urbanismo.
O pagamento da referida nota fiscal foi feito antecipadamente pela necessidade de substituição dos pneus dos veículos próprios do município,, haja vista a eminente realização de vistoria nos mesmos, para liberação regular para o transporte, motivo pelo qual justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supra identificado.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

João Câmara-RN, em 07 de outubro de 2019.

MANOEL DOS SANTOS BERNARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Lúcia de Lima Bilro
Código Identificador:A878F7EA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N° 408 DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.

LEI MUNICIPAL N° 408 DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL – ALTERAÇÃO NA LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento geral, do corrente exercício, no valor de R$ 600.000, 00 (seiscentos mil reais), adicionando recursos ao orçamento do Município, provenientes de arrecadação de receitas oriundas do Governo Federal – FUNASA.

Art. 2º O Crédito referente ao artigo anterior será utilizado para custeio da seguinte despesa:

Órgão:	**2000 - Poder Executivo**
Unidade:	**2008 - Secretaria Municipal de Saúde**
Função:	**10 - Saúde**
Subfunção:	**511 - Saneamento Básico Rural**
Programa:	**10 - SAUDE**
Ação:	**1.12 AÇÕES VOLTADAS PARA IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES**
Fonte de recurso:	**591 Recursos Convênio P/Saúde - 0.1.33**
Despesa LOA:	**970 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações**
Despesa LDO:	**1419 Despesa PPA: 638**

Art. 3º Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de setembro de 2019, revogando as disposições em contrário.

Ato Administrativo de Sanção.

Satisfeitos os requisitos legais, obedecida a técnica legislativa e respeitados os ditames da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica do município, sanciono a presente **Lei Municipal n° 408 de 02 de outubro de 2019** que, "**dispõe sobre a abertura de crédito especial – alteração na loa – lei orçamentária anual para o exercício de 2019**".

Prefeitura Municipal de José da Penha – RN, 02 de outubro de 2019.

RAIMUNDO NONATO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:2C426414

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N° 409 DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.

LEI MUNICIPAL N° 409 DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL – ALTERAÇÃO NA LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento geral, do corrente exercício, no valor de R$ 260.000, 00 (duzentos e sessenta mil reais), adicionando recursos ao orçamento do Município, provenientes de arrecadação de receitas oriundas do Governo Federal – Ministério do Esporte.

Art. 2º O Crédito referente ao artigo anterior será utilizado para custeio da seguinte despesa:

Órgão:	**2000 - Poder Executivo**
Unidade:	**2007 Secretaria Mul de Obras e Serviços Urbanos**
Função:	**15 Urbanismo**
Subfunção:	**451 Infra-Estrutura Urbana**
Programa:	**27 DESPORTO E LAZER**
Ação:	**1.13 CONTRUÇÃO DE COBERTURA METÁLICA PARA QUADRA POLIESPORTIVA**
Fonte de recurso:	**593 Recursos Convênio União - 0.1.34**
Despesa LOA:	**971 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações**
Despesa LDO:	**1420 Despesa PPA: 639**

Art. 3º Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de setembro de 2019, revogando as disposições em contrário.

Ato Administrativo de Sanção.

Satisfeitos os requisitos legais, obedecida a técnica legislativa e respeitados os ditames da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica do município, sanciono a presente Lei Municipal n° 409 de 02 de outubro de 2019 que, "dispõe sobre a abertura de crédito especial – alteração na loa – lei orçamentária anual para o exercício de 2019".

Prefeitura Municipal de José da Penha – RN, 02 de outubro de 2019.

RAIMUNDO NONATO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:52F114E4

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N° 410 DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.

LEI MUNICIPAL N° 410 DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.

ALTERA A LEI MUNICIPAL N° 351/2017 NO QUE PERTINE AO QUADRO PERMANENTE DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art.1º. São acrescidas ao quadro permanente de servidores da Prefeitura Municipal de José da penha - RN, previstos na Lei Municipal nº 351/2017, as seguintes vagas para os respectivos cargos, a saber:

Cargo	Vagas	Carga horária semanal
Assistente Social	01 Vaga	30 horas
Professor de Educação Física	01 Vaga	30 horas

Art. 2º - As atribuições de cada cargo e remunerações serão de acordo com as já existentes nos quadros de servidores deste município.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ato Administrativo de Sanção.

Satisfeitos os requisitos legais, obedecida a técnica legislativa e respeitados os ditames da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica do município, sanciono a presente Lei Municipal n° 410 de 02 de outubro de 2019 que, "altera a lei municipal n° 351/2017 no que pertine ao quadro permanente de servidores públicos do município de José da Penha e dá outras providências".

Prefeitura Municipal de José da Penha – RN, 02 de outubro de 2019.

RAIMUNDO NONATO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:4073CDE9

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 472/2019 - DIÁRIA

Portaria nº472/2019 – Gabinete do Prefeito Em, 01 de Outubro de 2019.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º. – Conceder ao Sr. **João Borges dos Santos Neto**, Motorista de Ônibus Escolar – do quadro efetivo do município, portador de Cédula de Identidade n° 746432 - CTPS/RN, inscrito no CPF n° 413.151.034-00, residente na Rua 07 de setembro, S/N°, Na Vila Major Felipe, município de José da Penha/RN a importância de R$ 75,00 (Setenta e cinco reais), a concessão de 01(uma) ½ meia diária no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando assim de R$ 75,00 (Setenta e cinco reais), destinadas às despesas decorrentes da viagem para conduzir os alunos que irão realizar a prova do PROITEC/IFRN, na cidade de Pau dos Ferros – RN no dia 06 de Outubro de 2019.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

RAIMUNDO NONATO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:ADE28CF5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES
PROPOSTA TP 003/2019

PROC. ADMINIST. MJ/RN N° 13080001/2019 - TOMADA DE PREÇOS N° 003/2019
ATA DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA

No dia 07 de Outubro de 2019, às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, devidamente autorizada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, **Valdir de Medeiros Azevedo**, para dar continuidade à apuração da Licitação acima epigrafada, cujo objeto é a **Contratação de pessoa jurídica para Recapeamento asfáltico do trecho urbano da RN-118,** visando a abertura das propostas de preços das empresas licitantes habilitadas: **ASFALTO CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI (CNPJ Nº 10.710.366/0001-08), OESTE CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI CNPJ N°: 17.039.881/0001-57), CONSTRUTOR LUIZ COSTA LTDA (CNPJ N°: 00.779.059/0001-20), CONSTRUTORA GURGEL SOARES LTDA (CNPJ N°: 05.052.764/0001-44)**, **TCPAV - TECNOLOGIA EM CONSTRUCAO E PAVIMENTACAO EIRELI(CNPJ N°: 12.924.624/0001-84)**, **CLPT CONSTRUTORA EIRELI EPP (CNPJ N°: 25.165.699/0001-70) e EMPROTEC - EMPRESA DE PROJETOS TECNICOS E CONSTRUCAO CIVIL LTDA (CNPJ N°: 10.465.480/0001-10).** Em consonância com a análise da Carta Proposta e das Planilhas Orçamentárias, foram apresentados os seguintes valores globais pelas empresas licitantes: **ASFALTO CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI** (CNPJ Nº 10.710.366/0001-08) com **R$ 1.365.769,98** (um milhão trezentos e sessenta e cinco mil setecentos e sessenta e nove reais e noventa e oito centavos)**, OESTE CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI** (CNPJ N°: 17.039.881/0001-57) **com R$ 1.608.055,11** (um milhão seiscentos e oito mil cinquenta e cinco reais e onze centavos)**, CONSTRUTOR LUIZ COSTA LTDA** (CNPJ N°: 00.779.059/0001-20) com **R$ 1.733.272,06** (um milhão setecentos e trinta e três mil duzentos e setenta e dois reais e seis centavos), **CONSTRUTORA GURGEL SOARES LTDA** (CNPJ N°: 05.052.764/0001-44) com **R$ 1.620.551,54** (um milhão seiscentos e vinte mil quinhentos e cinquenta e um reais e cinquenta e quatro centavos), **TCPAV - TECNOLOGIA EM CONSTRUCAO E PAVIMENTACAO EIRELI**(CNPJ N°: 12.924.624/0001-84) com **R$ 1.433.657,30** (um milhão quatrocentos e trinta e três mil seiscentos e cinquenta e sete mil e trinta centavos), **CLPT CONSTRUTORA EIRELI EPP** (CNPJ N°: 25.165.699/0001-70) com **R$ 1.440.573,94** (um milhão quatrocentos e quarenta mil quinhentos e setenta e três reais e noventa e quatro centavos), **EMPROTEC - EMPRESA DE PROJETOS TECNICOS E CONSTRUCAO CIVIL LTDA** (CNPJ N°: 10.465.480/0001-10) com **R$ 1.733.681,53** (um milhão setecentos e trinta e três mil seiscentos oitenta e um reais e cinquenta e três centavos). Serão analisados os documentos constantes dos Envelopes Proposta e a decisão do julgamento quanto à CLASSIFICAÇÃO e DESCLASSIFICAÇÃO das propostas e a EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME, bem como a presente ata serão publicadas na imprensa oficial do Município (Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte – FEMURN).
E nada mais havendo a ser dito ou questionado, a Presidente da CPL deu por encerrado os presentes trabalhos, os quais foram paralisados por tempo suficiente para a lavratura da presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes.

Jucurutu/ RN, 07 de Outubro de 2019.

GEÍSA DA SILVA FELICIANO DE LIMA	
Presidente	
JÂNAT ÉRIKA FERNANDES DE MEDEIROS	***VALCÁCIA BATISTA DE SOUZA***
Membro	Membro

Publicado por:
Jucimar Pereira Dantas
Código Identificador:6CD1A78E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 277/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 277/2019

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas pelo artigo 49, V da Lei Orgânica do Município; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, bem como no Decreto Municipal nº 1.210/2019; considerando o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito, RESOLVE:

Art. 1º Conceder diária(s) ao(à) servidor(a) a seguir discriminado:

NOME: **JORGE LUIZ GURGEL GUERRA JUNIOR**
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: **MOTORISTA**
CPF: **089.398.234-27**
MATRÍCULA: **2744**
DESTINO: **CAICÓ-RN**
JUSTIFICATIVA: **Realizar o translado de alunos da rede Municipal de Ensino de Jucurutu para realizarem a prova do IFRN no dia 06 de outubro.**
PERÍODO DE AFASTAMENTO: **06 de outubro 2019.**
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: **½ (meia) diária**
VALOR DA DIÁRIA PARA O CARGO: **R$ 100,00 (cem reais)**
VALOR TOTAL A SER PAGO: **R$ 50,00 (Cinquenta reais)**

Art. 2º O(A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jucurutu-RN, 07 de outubro de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helimário Moreira Pereira
Código Identificador:FD39124B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 278/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 278/2019

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas pelo artigo 49, V da Lei Orgânica do Município; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, bem como no Decreto Municipal nº 1.210/2019; considerando o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito, RESOLVE:

Art. 1º Conceder diária(s) ao(à) servidor(a) a seguir discriminado:
NOME: **KEYWERTON DE VASCONCELOS BRITO**
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: **MOTORISTA**
CPF: **095.545.234-16**
MATRÍCULA: **2886**
DESTINO: **CAICÓ-RN**
JUSTIFICATIVA: **Realizar o translado de alunos da rede Municipal de Ensino de Jucurutu para realizarem a prova do IFRN no dia 06 de outubro.**
PERÍODO DE AFASTAMENTO: **06 de outubro 2019.**
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: **½ (meia)**
VALOR DA DIÁRIA PARA O CARGO: **R$ 100,00 (cem reais)**
VALOR TOTAL A SER PAGO: **50,00 (Cinquenta reais)**

Art. 2º O(A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jucurutu, 07 de outubro de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helimário Moreira Pereira
Código Identificador:95450AB6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 279/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 279/2019

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas pelo artigo 49, V da Lei Orgânica do Município; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, bem como no Decreto Municipal nº 1.210/2019; considerando o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito, RESOLVE:

Art. 1º Conceder diária(s) ao(à) servidor(a) a seguir discriminado:
NOME: **RAQUEL ARÁUJO NÓBREGA**
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: **ENFERMEIRA**
CPF: **042.615.734-66**
MATRÍCULA: **2921**
DESTINO: **CAICÓ-RN**
JUSTIFICATIVA: **Acompanhando paciente L.R.S.S 19 anos, vitima de atropelamento com EGG. demais técnicos com outros pacientes.**
PERÍODO DE AFASTAMENTO: **30 de setembro 2019.**
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: **½ (meia)**
VALOR DA DIÁRIA PARA O CARGO: **R$ 100,00 (cem reais)**
VALOR TOTAL A SER PAGO: **50,00 (Cinquenta reais)**

Art. 2º O(A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jucurutu, 07 de outubro de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helimário Moreira Pereira
Código Identificador:72C87671

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 280/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 280/2019

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas pelo artigo 49, V da Lei Orgânica do Município; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, bem como no Decreto Municipal nº 1.210/2019; considerando o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito, RESOLVE:

Art. 1º Conceder diária(s) ao(à) servidor(a) a seguir discriminado:
NOME: **IARA KALIANE PINHEIRO DOS SANTOS**
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: **TÉCNICA DE ENFERMAGEM**
CPF: **067.400.714-03**
MATRÍCULA: **2891**
DESTINO: **CAICÓ-RN**
JUSTIFICATIVA: **Acompanhando paciente L.R.S.S 19 anos, vítima de atropelamento com EGG. demais técnicos com outros paciente.**
PERÍODO DE AFASTAMENTO: **30 de setembro de 2019.**
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: **½ (meia) Diária**
VALOR DA DIÁRIA PARA O CARGO: **R$ 100,00 (cem reais)**
VALOR TOTAL A SER PAGO: **50,00 (Cinquenta reais)**

Art. 2º O(A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da

data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jucurutu-RN, 07 de outubro de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helimário Moreira Pereira
Código Identificador:92DE70CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 281/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 281/2019

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas pelo artigo 49, V da Lei Orgânica do Município; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, bem como no Decreto Municipal nº 1.210/2019; considerando o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito, RESOLVE:

Art. 1º Conceder diária(s) ao(à) servidor(a) a seguir discriminado:
NOME: **MÉRCIA AMARAL DE MENEZES**
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: **TÉCNICA DE ENFERMAGEM**
CPF: **565.987.854-72**
MATRÍCULA: **1658-6**
DESTINO: **CAICÓ-RN**
JUSTIFICATIVA: **Acompanhando paciente de quadro derrame pleural o técnico da transferência já encontrava indo para natal paciente G.L.S 56 anos, em 02 máscara venturi.**
PERÍODO DE AFASTAMENTO: **30 de setembro de 2019.**
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: **½ (meia) diária**
VALOR DA DIÁRIA PARA O CARGO: **R$ 100,00 (Cem reais)**
VALOR TOTAL A SER PAGO: **R$ 50,00 (Cinquenta reais)**

Art. 2º O(A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jucurutu, 07 de outubro de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helimário Moreira Pereira
Código Identificador:D32111E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 282/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 282/2019

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas pelo artigo 49, V da Lei Orgânica do Município; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, bem como no Decreto Municipal nº 1.210/2019; considerando o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito, RESOLVE:

Art. 1º Conceder diária(s) ao(à) servidor(a) a seguir discriminado:
NOME: **SAMUEL MARQUES FIGUEIREDO**
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: **Secretário Municipal de Agricultura e**
Meio Ambiente
CPF: **076.240.814-66**
MATRÍCULA: **26.606**
DESTINO: **NATAL-RN**
JUSTIFICATIVA: **participar da Festa do Boi 2019.**
PERÍODO DE AFASTAMENTO: **17 a 20 de outubro de 2019.**
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: **03 (Três) diárias**
VALOR DA DIÁRIA PARA O CARGO: **R$ 200,00 (Duzentos reais)**
VALOR TOTAL A SER PAGO: **R$ 600,00 (Seiscentos reais)**
Art. 2º O(A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jucurutu-RN, 07 de outubro de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helimário Moreira Pereira
Código Identificador:4162F224

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 283/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 283/2019

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas pelo artigo 49, V da Lei Orgânica do Município; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, bem como no Decreto Municipal nº 1.210/2019; considerando o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito, RESOLVE:
Art. 1º Conceder diária(s) ao(à) servidor(a) a seguir discriminado:
NOME: **ALEXANDRE MAGNO CARVALHO DE OLIVEIRA**
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: **Procurador**
CPF: **067.937.194-08**
MATRÍCULA: **4013**
DESTINO: **NATAL-RN**
JUSTIFICATIVA: **Comparecer ao 2º Encontro Potiguar de Procuradores e Advogados do Legislativo Potiguar na Assembleia Legislativa do RN em Natal-RN, para a realização de curso/palestras/simpósio ofertada pela FECAM. .**
PERÍODO DE AFASTAMENTO: **10 a 12 de outubro de 2019.**
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: **02 (duas) diárias**
VALOR DA DIÁRIA PARA O CARGO: **R$ 200,00 (Duzentos reais)**
VALOR TOTAL A SER PAGO: **R$ 400,00 (Quatrocentos reais)**

Art. 2º O(A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jucurutu-RN, 07 de Outubro de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helimário Moreira Pereira
Código Identificador:D6C14584

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 07/2019

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Lei Municipal nº 533/2005
Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar
EDITAL Nº 07/2019

Divulga o resultado preliminar do processo de escolha para membro do Conselho Tutelar do município de Jucurutu/RN e abre prazo recursal.

A presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar de Jucurutu/RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução nº 02/2019 - CMDCA, e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 533/2005 e suas alterações, considerando a Resolução CONSEC nº 118/2019, torna público o **RESULTADO PRELIMINAR** do processo de escolha para membro do Conselho Tutelar do município de Jucurutu/RN, realizado no dia 06 de outubro de 2019.

1º. Francisco Lourenço Silva de Arruda, 381 votos - eleito;
2º. Josiane Amaro da Silva, 368 votos - eleita;
3º. Fabiana Medeiros da Silva, 281 votos - eleita;
4º. Aline Batista dos Santos Alves, 271 votos – eleita;
5º. João Paulo da Silva, 266 votos - eleito;
6º. Josué João Alexandre da Silva, 254 votos – 1º suplente;
7º. Eva Francisca da Silva, 248 votos – 2º suplente;
8º. Vanessa Bezerra Firmino, 240 votos – 3º suplente;
9º. Everton Cleiton de Araújo da Silva, 190 votos – 4º suplente;
10º. Franciélia Guedes da Silva, 143 votos – 5º suplente;
11º. Franciélia Jéssica de Oliveira, 114 votos – 6º suplente;

Fica aberto o prazo compreendido entre os dias 08 e 14 de outubro de 2019, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista no item 5.20 do Edital nº 01/2019, retificado em 05 de abril de 2019.
A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

Jucurutu/RN, 07 de outubro de 2019.

MARIA ALVES BATISTA
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Helimário Moreira Pereira
Código Identificador:B8E4170B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 238, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

PORTARIA Nº 238, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

Designar membros para integrarem as comissões coordenadora e executiva da elaboração do Plano de Saneamento Básico do Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 49 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO as diretrizes da Lei Federal nº 11.445, de 05/01/2007, do Decreto Federal nº 7.217, de 21/06/2010, que, ao estabelecerem a necessidade do Plano Municipal de Saneamento Básico, também o colocam como principal instrumento para o planejamento e a gestão do saneamento básico em âmbito municipal; e
CONSIDERANDO a necessidade de incumbir a determinados colaboradores a direção e execução das etapas necessárias à elaboração participativa do Plano de Saneamento Básico do Município de Jucurutu,

RESOLVE:
Art. 1º - Ficam designados para integrarem a COMISSÃO DE COORDENAÇÃO da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico os seguintes membros:

I – Representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos:
Fylippe Fernandes de Mello Costa – Secretário Municipal e presidente da comissão.

II – Representante do Gabinete do Prefeito:
Hermínio Pereira de Lucena Neto – Controlador

III – Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente:
Samuel Marques de Figueiredo – Secretário Municipal

IV – Representante da Secretaria Municipal de Saúde:
Elma Gabriella Bezerra de Oliveira Costa – Secretária Municipal

V – Representante da Secretaria Municipal de Planejamento:
Wendel Felipe de Oliveira – Auxiliar Administrativo

***Parágrafo único*.** A presidência da comissão de coordenação será exercida pelo Sr. Fylippe Fernandes de Mello Costa.

Art. 2º – Ficam designados para integrarem a COMISSÃO EXECUTORA da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico os seguintes membros:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente:
Rafael Guimarães de Azevedo – Técnico Agrícola
Mateus Medeiros do Nascimento – Engenheiro Agrônomo

II – Representantes da Secretaria Municipal de Saúde
Emanuella Soares Galvão – Chefe do Setor Administrativo do ESF/ASF/NASF
Ilany Kelle Gomes de Araújo – Diretora do Departamento de Atenção Básica

III – Representante do Gabinete do Prefeito:
Ednilson dos Santos Silva - Assessor Especial de Gabinete

IV – Apoio técnico especializado
Amanda Bezerra de Sousa – Mestre em Engenharia Sanitária – CREA 2116324165

***Parágrafo único*.** A presidência da comissão executora será exercida pela Sr.ª Ilany Kelle Gomes de Araújo.

Art. 3º - Os trabalhos dos integrantes das comissões serão prestados sem contraprestação pecuniária outra além dos vencimentos por eles recebidos enquanto servidores públicos, por serem considerados de relevante interesse público e por serem compatíveis com algumas de suas atribuições, conforme o caso.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Prefeitura Municipal de Jucurutu-RN, 07 de outubro de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Helimário Moreira Pereira
Código Identificador:AEA3ABAF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2019

O MUNICÍPIO DE JUNDIÁ – PREFEITURA MUNICIPAL, através da CPL no uso de suas atribuições legais, vem tornar público o resultado do julgamento quanto à fase de **ABERTURA DE ENVELOPES DE HABILITAÇÃO** do Processo Licitatório nº 0000000158/2019, **TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2019**, objetivando a Contratação de empresa especializada para executar todas as atividades inerentes à construção de 01 (uma) praça e instalação de academia da saúde na Comunidade de Lajedo Grande, Zona Rural – Jundiá/RN, em conformidade com o Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilhas e demais anexos deste Edital.

Da análise dos documentos apresentados, a CPL considerou **INABILITADAS** as empresas: NASCIMENTO & SILVA CONSTRUTORA LTDA ME – CNPJ: 18.538.688/0001-23 e MEGACONSTRUCOES LTDA – CNPJ: 07.773.067/0001-08. E foram consideradas **HABILITADAS** as empresas: GM CONSTRUÇÃO LTDA – ME – CNPJ: 07.303.933/0001-05; G S C CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA – CNPJ: 14.055.950/0001-28; H & M CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ: 01.233.506/0001-03; CONSTRUSERV LOCAÇÕES EIRELI – CNPJ: 34.250.064/0001-62; ED CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ: 11.002.910/0001-20; CONSTRUPAV EMPREENDIMENTOS LTDA – CNPJ: 30.251.160/0001-74; JANINNI COUTO PESSOA EIRELI – ME – CNPJ: 29.288.569/0001-86; LISBOA ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – CNPJ: 29.769.351/0001-43 e AGRESTE CONSTRUTORA E COMÉRCIO LTDA – CNPJ: 12.072.392/0001-83. A CPL comunica, ainda, que a Ata da Sessão do Julgamento dos documentos de HABILITAÇÃO encontra-se disponíveis a quem interessar, bem como, que está aberto prazo para interposição de recursos conforme previsto na Lei 8.666/93.

Jundiá/RN, 07 de outubro de 2019.

LUIZ EDUARDO FERNANDES
Presidente da CPL – PMJ/RN
Portaria 085/2018

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:F65AEB86

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 097/2018

OBJETO: Acréscimo correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) ao valor do Contrato nº 097/2018, o qual tem como objeto a Locação de imóvel, localizado na Rua da Matriz, nº 15, centro – Jundiá/RN, onde o mesmo será utilizado para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – SCFV.
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ: 15.033.017/0001-12
CONTRATADO: JOSEMARA PATRÍCIA MOREIRA DE SOUSA
CPF: 119.863.274-77
ORIGEM: Dispensa de Licitação Nº 000090/2018
VALOR ACRESCIDO: R$ 300,00 (Trezentos reais).
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.002 – Fundo Municipal de Assistência Social; **FUNÇÃO:** 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL; **SUB-FUNÇÃO:** 244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA; **AÇÃO:** 2077 – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculo - SCFV; **NATUREZA:** 3.3.90.36 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA; **FONTE DE RECURSO:** 10010000 – Recursos Ordinários; **REGIÃO:** 0001 – Jundiá.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 65, alínea "b" do Inciso I, combinado com o § 1º, da Lei nº 8.666/93.
DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e Condições do Contrato Administrativo inicial, ora aditado, não expressamente modificadas ou alteradas pelo presente Termo Aditivo.

Jundiá/RN, 01 de outubro de 2019.

Assinam pelas partes:

LOCATÁRIO: Lucivaldo Nascimento de Lima
LOCADOR: Josemara Patrícia Moreira de Souza

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:DB07FCE9

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 061/2019

OBJETO: O presente termo tem por objeto a rescisão de contrato de comum acordo e, na forma do Processo Administrativo que culminou na Contratação de profissional para realização de serviço como digitador para o Cadastro Único e o Programa Bolsa Família.
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ: 15.033.017/0001-12
CONTRATADO: GABRIEL DE CASTRO CARVALHO
CPF: 013.651.824-95
ORIGEM: Dispensa nº 088/2019
BASE LEGAL: Art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93.
DATA DA RESCISÃO DO CONTRATO: 07 de outubro de 2019.

Jundiá/RN, 07 de outubro de 2019.

Assinam pelas partes:

PELA CONTRATANTE: Lucivaldo Nascimento de Lima
PELA CONTRATADA: Gabriel de Castro Carvalho

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:9886528D

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 068/2019

OBJETO: Prestação de serviço de fornecimento de água potável retirada diretamente da fonte.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ
CNPJ: 04.214.217/0001-55
CONTRATADO: WEVERTON HUMBERTO DA SILVA
CPF: 093.083.334-10
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 26.908,00 (Vinte e seis mil novecentos e oito reais).
BASE LEGAL: Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e Pregão Presencial nº 030/2018.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01 de outubro de 2019 à 30 de setembro de 2020.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 10.001 – Sec. Mun. De Meio Ambiente; **FUNÇÃO:** 18 – GENTÃO AMBIENTAL; **SUB-FUNÇÃO:** 542 – CONTROLE AMBIENTAL; **AÇÃO:** 2094 – Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; **NATUREZA:** 3.3.90.36 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA; **FONTE DE RECURSO:** 10010000 – Recursos Ordinários; **REGIÃO:** 0001 – Jundiá.

Jundiá/RN, 01 de outubro de 2019.

Assinam pelas partes:

PELA CONTRATANTE: Jose Arnor da Silva
PELA CONTRATADA: Weverton Humberto da Silva

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:40EFE0AF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA D´ANTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 019/2019 - PROCESSO Nº 826001/2019

O Pregoeiro do Município de Lagoa d'Anta/RN, torna público a quem interessar que realizará no dia 24 de outubro de 2019 às 10:00 horas (horário local) a licitação na modalidade Pregão Presencial SRP nº 019/2019, cujo objeto é o Registro de Preços visando à AQUISIÇÃO DE KITS DE AUTOCOLETA E GENOTIPAGEM DE 200 TIPOS DO VÍRUS HPV E DA CLAMÍDIA E GONOCOCOS POR DNA, NA PREVENSÃO DO CÂNCER DO COLO DO ÚTERO, CONDILOMAS, INFECÇÕES SEXUAIS, ABORTO EXPONTÂNEO E PARTO PREMATURO NA POPULAÇÃO FEMININA, conforme especificações constantes no Anexo I (Termo de Referência), destinados a atender as necessidades do Município de Lagoa d'Anta/RN, tudo em conformidade com a legislação vigente**.** O edital encontra-se disponível no site: www.lagoadanta.rn.gov.br. Informações 84 3287-0115 ou E-mail: cpllagoadanta@hotmail.com.

Lagoa d'Anta/RN, 07 de outubro de 2019.

WAGNER FREITAS DA SILVA
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Wagner Freitas da Silva
Código Identificador:DFED3FDF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3125/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 106/2019

CONTRATANTE: **O MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN,** COM SEDE NA AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363 – CENTRO – LAGOA NOVA/RN - CEP: 59.390-000**.**

CONTRATADA: ARTHUR DE MELO FERNANDES**,** COM SEDE NA RUA PROFESSOR ANTÔNIO CAMPOS, N° 144 – COSTA E SILVA – MOSSORÓ/RN – CEP: 59.625-620, **CPF: 034.740.854-09.**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO CIRCENSE EM PROL DAS CRIANÇAS ATENDIDAS PELA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

VALOR: R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS).
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 09.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; **AÇÃO:** 2043 – MANUTENÇÃO DO ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA – BOLSA FAMÍLIA - IGDBF; **NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.36 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA; **FONTE DE RECURSOS:** 13110000 – TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS; **REGIÃO:** 0001 – LAGOA NOVA.

BASE LEGAL: ART. 24, II, DA LEI FEDERAL 8.666/93.

Lagoa Nova/RN, 07 de Outubro de 2019.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
José Flávio Cardoso da Silva
Código Identificador:05D2FCF8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DA SESSÃO "DESERTA" DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2019 – SRP.

ÀS 09H:00 DO DIA 07 DE OUTUBRO DE 2019, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA, SITUADA NA AV. DRº. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363 – CENTRO – LAGOA NOVA/RN, REALIZOU-SE A SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO AS PROPOSTAS DE PREÇOS E AS DOCUMENTAÇÕES DE HABILITAÇÃO, APRESENTADOS EM RAZÃO DO CERTAME LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2019 - SRP, CUJO OBJETO É CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAIS E FUTUROS SERVIÇOS DE REFEIÇÃO E HOSPEDAGEM, DESTINADOS A SUPRIR AS DEMANDAS EVENTUAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA/RN, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.PRESENTES O PREGOEIRO, ALDRIN MACEDO DE MEDEIROS, BEM COMO A EQUIPE DE APOIO PARA PRESTAR APOIO TÉCNICO E OPERACIONAL NO PROCESSO LICITATÓRIO: JAYZON INÁCIO DO NASCIMENTO E MARIA EDILENE DE MEDEIROS, SOLICITADOS PELO PREGOEIRO, NOMEADOS PELA PORTARIA Nº 180/2019. ABERTA A SESSÃO FOI CONSTATADO QUE NÃO HAVIA NENHUM LICITANTE PRESENTE INTERESSADO A PARTICIPAR DO PRESENTE CERTAME, NEM TÃO POUCO ENVELOPE CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO PROTOCOLADO NA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DESTE MUNICÍPIO. ASSIM SENDO, O PREGOEIRO DECLAROU A SESSÃO DESERTA.

ALDRIN MACEDO DE MEDEIROS
Pregoeiro

JAYZON INÁCIO DO NASCIMENTO
Equipe de Apoio

MARIA EDILENE DE MEDEIROS
Equipe de Apoio

Publicado por:
Aldrin Macedo de Medeiros
Código Identificador:B0D2F0EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2019 - SRP - MATERIAL PARA PRIMEIROS CUIDADOS COM O BEBÊ EM PROL DE BENEFICIÁRIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN

O PREGOEIRO DA PREFEITURA DE LAGOA NOVA/RN, TORNA PÚBLICO QUE REALIZARÁ O PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2019 - SRP, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PRIMEIROS CUIDADOS COM O BEBÊ EM PROL DE BENEFICIÁRIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS DESCRITOS NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA. O EDITAL E SEUS ANEXOS ENCONTRAM-SE A DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NA SALA DA CPL LOCALIZADA NA AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363 – CENTRO – LAGOA NOVA/RN, SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL, NO HORÁRIO DAS 08H00: ÀS 12H:00 HORAS DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA. A SESSÃO SERÁ REALIZADA AS 08H:30M HORÁRIO LOCAL NO DIA 21/10/2019. OS ESCLARECIMENTOS SOBRE O CERTAME PODERÃO SER REALIZADOS PELO TELEFONE: (84) 3437-2305 OU ATRAVÉS DO EMAIL: PREGAO@LAGOANOVA.RN.GOV.BR.

LAGOA NOVA/RN, 07 DE OUTUBRO DE 2019.

ALDRIN MACEDO DE MEDEIROS
CPF: 020.954.934-35
Pregoeiro

Publicado por:
Aldrin Macedo de Medeiros
Código Identificador:0393CDE5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO VIGÉSIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO - TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2013-PMLN - CONTRATO Nº 20130113 - PROCESSO Nº 232/2013

Contrato nº 20130113, firmado em 04/11/2013, com a empresa **CONSTRUTORA NOVO LAR MT. LTDA ME**; objeto: alterar o cronograma de execução, de desembolso e prorrogar a vigência do **Contrato nº 20130113**, decorrente da **Tomada de Preços 004/2013-PMLN**, por mais **90 (noventa)** dias, **a contar do dia 09/09/2019, encerrando-se no dia 09/12/2019**. Objeto: execução das obras de **ampliação das Escolas Municipais Adalgiza Amorim Bezerra e Cícero Romão de Souza - TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 10614, no Município de Lagoa Nova/RN**. Fundamento legal: art. 57, inc I, da lei nº 8.666/1993. Signatários: pelo Contratante, Luciano Silva Santos e, pelo Contratado, Antônio Felipe da Costa.

Publicado por:
Aldrin Macedo de Medeiros
Código Identificador:E9F0B54D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL N.º 0576 /2019

DECRETO MUNICIPAL N.º 0576 /2019 Lagoa Nova/RN, 02 de outubro de 2019.

"DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DA FEIRA-LIVRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUCIANO SILVA SANTOS, Prefeito do Município de **LAGOA NOVA,** Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO que aos sábados ocorre no município a tradicional "FEIRA- LIVRE**"**;

CONSIDERANDO os feriados do dia 12 de outubro, (Nossa Senhora Aparecida-Padroeira do Brasil) e dia 02 de novembro de 2019 (Dia de Finados) ocorrerão nos sábados.

DECRETA:

Art. 1º - Fica antecipada a realização da **FEIRA-LIVRE** do município de Lagoa Nova/RN, que, excepcionalmente, ocorrerá nas sextas-feiras, dia 11 de outubro e dia 01 de novembro de 2019.

Art. 2º - A antecipação da Feira-livre se dá pela ocasião dos respectivos sábados serem feriados nacionais, dia 12 de outubro dedicado a Nossa Senhora Aparecida "Padroeira do Brasil", dia 02 de novembro celebração do "Dia de Finados".

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Registre-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

LUCIANO SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:2FDA398F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019 - AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE MEDICAMENTOS CONTROLADOS

EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019

Circunstanciado pelo Parecer de Julgamento apresentado pela Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Lajes, datado do dia 07 de Outubro de 2019, venho **ADJUDICAR** o resultado da Licitação - Pregão Presencial Nº 023/2019, as empresas: **01)DROGAFONTE LTDA - CNPJ: 08.778.201/0001-26**, com valor total para o Lote I R$: 67.850,00 (Sessenta e sete mil oitocentos e cinquenta reais) e Lote II com valor de R$: 24.810,00 (Vinte e quatro mil oitocentos e dez reais); **02)CIRUFARMA COMERCIAL LTDA - CNPJ: 40.787.152/0001-09**, com valor total para o Lote I R$: 22.353,00 (Vinte e dois mil trezentos e cinquenta e três reais) e Lote II com valor de R$: 16.528,00 (Dezesseis mil quinhentos e vinte e oito reais); **03)RDF - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA - CNPJ: 12.305.387/0001-73**, com valor total para o Lote I R$: 18.638,00 (Dezoito mil seiscentos e trinta e oito reais) e Lote II com valor de R$ 18.638,00 (Dezoito mil seiscentos e trinta e oito reais); **04)PHOSPODONT PRODUTOS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS - CNPJ: 04.451.626/0001-75**, com valor total para o Lote I R$ 1.300,00 (Mil e trezentos reais) e Lote II com o valor de R$ 32.100,00 (Trinta e dois mil e cem reais); **05)MSHS MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR - CNPJ: 40.782.468/0001-08**, com valor Total para o Lote I R$: 2.250,00 (Dois mil duzentos e cinquenta reais) e Lote II com valor de R$ 10.950,00 (Dez mil novecentos e cinquenta reais). **Totalizando um montante geral de R$ 207.290,40 (Duzentos e sete mil duzentos e noventa reais e quarenta centavos).** Para Aquisição Futura e Parcelada de Medicamentos Controlados para a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Lajes/RN. Tudo conforme o mapa de apuração final incerto aos autos e conforme especificações contidas na sua proposta de preço, haja vista que foi a melhor apresentada à Edilidade.

Lajes/RN, em 07 de Outubro de 2019.

PAULO RICARDO TAVARES
Pregoeiro

Publicado por:
Paulo Ricardo Tavares
Código Identificador:DB914AF7

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019 - AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE MEDICAMENTOS CONTROLADOS

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019

Circunstanciado pelo Parecer de Julgamento apresentado pela Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Lajes, datado do dia 07 de Outubro de 2019, venho **HOMOLOGAR** o resultado da Licitação - Pregão Presencial Nº 023/2019, as Empresas: **01)DROGAFONTE LTDA - CNPJ: 08.778.201/0001-26**, com valor total para o Lote I R$: 67.850,00 (Sessenta e sete mil oitocentos e cinquenta reais) e Lote II com valor de R$: 24.810,00 (Vinte e quatro mil oitocentos e dez reais); **02)CIRUFARMA COMERCIAL LTDA - CNPJ: 40.787.152/0001-09**, com valor total para o Lote I R$: 22.353,00 (Vinte e dois mil trezentos e cinquenta e três reais) e Lote II com valor de R$: 16.528,00 (Dezesseis mil quinhentos e vinte e oito reais); **03)RDF - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA - CNPJ: 12.305.387/0001-73**, com valor total para o Lote I R$: 18.638,00 (Dezoito mil seiscentos e trinta e oito reais) e Lote II com valor de R$ 18.638,00 (Dezoito mil seiscentos e trinta e oito reais); **04)PHOSPODONT PRODUTOS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS - CNPJ: 04.451.626/0001-75**, com valor total para o Lote I R$ 1.300,00 (Mil e trezentos reais) e Lote II com o valor de R$ 32.100,00 (Trinta e dois mil e cem reais); **05)MSHS MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR - CNPJ: 40.782.468/0001-08**, com valor Total para o Lote I R$: 2.250,00 (Dois mil duzentos e cinquenta reais) e Lote II com valor de R$ 10.950,00 (Dez mil novecentos e cinquenta reais). **Totalizando um montante geral de R$ 207.290,40 (Duzentos e sete mil duzentos e noventa reais e quarenta centavos).** Para Aquisição Futura e Parcelada de

Medicamentos Controlados para a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Lajes/RN, Autorizando a celebração do instrumento contratual, tudo dentro das normas definidas no referido edital.

Lajes/RN, em 07 de Outubro de 2019.

JOSE MARQUES FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Tavares
Código Identificador:BCAECEB2

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 100/2019 - GP

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais) para os fins que especifica e da outras providencias.

O prefeito do Município de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida na Lei Municipal nº 797/2018, bem como solicitação constante no Processo de nº 3778/2019, da Secretaria Municipal de Saúde.

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais), a Dotação Especificada no Anexo I, deste Decreto.
Art. 2º - Constituir Fonte de Recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, as anulações em igual valor das Dotações Orçamentárias discriminadas no Anexo II, deste Decreto, conforme dispõe a Lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1964, no seu Artigo 43 §1º, inciso III.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ANEXO I
CRÉDITO

UG PROGRAMA	PROJETO ATIVIDADE	DESPESA	FONTE	VALOR
03.001.10.301.0109.2023	**Programa de Atenção Básica**	**4490.52**	**0012140000**	**45.000,00**
03.001.10.303.0109.2022	SERVIÇO DE A. MÓVEL DE URGÊNCIA	3390.32	0012140000	110.000,00
TOTAL				**155.000,00**

ANEXO II
DÉBITO

UG PROGRAMA	PROJETO ATIVIDADE	DESPESA	VALOR
03.001.10.301.0109.2021	PROGRAMA DE A. C. DE SAÚDE	3191.13	20.000,00
		3190.30	25.000,00
03.001.10.301.0109.2081	PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA	3390.30	4.000,00
		3390.32	4.000,00
		3390.36	4.000,00
		3390.39	4.000,00
		4490.52	4.000,00
03.001.10.301.0112.2113	PROGRAMA SAÚDE BUCAL	3190.94	10.000,00
03.001.10.301.0112.2156	ATUAÇÃO DAS EQUIPES DE SAÚDE BUCAL	3390.30	2.000,00
		3390.32	2.000,00
		3390.36	3.000,00
		3390.39	3.000,00
03.001.10.302.0109.2077	PROGRAMA DE SAÚDE EM A. E M. COMPLEXIDADE	3390.39	40.000,00
03.001.10.302.0109.2082	SERVIÇO DE ATENDIMENTO M. DE URGÊNCIA	3390.14	10.000,00
03.001.10.303.0109.2111	PROGRAMA DE MELHORIA DA ASSIST. FARMACÊUTICA	3190.30	10.000,00
		3190.36	5.000,00
		3390.39	5.000,00
TOTAL			155.000,00

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 07 de Outubro de 2019.

JOSÉ MARQUES FERNANDES
Prefeito Municipal

SÂMARA BRIDGET M. DE FIGUEIREDO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:04E371F8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 299/2019 – GP

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte,** no uso das atribuições legais e de conformidade com o Decreto nº. 034 de 26 de Abril de 2017,

R e s o l v e :

1 – Conceder a Servidora **Maria Bernadete Morais de Souza**, ocupante do cargo de Agente Administrativo, matrícula 1450, **½ (meia) diária**, no valor de R$ 70,00 (setenta reais), com o objetivo de tratar de assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde, em Natal/RN, no dia 30 de Setembro de 2019.
2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Pague-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 07 de Outubro de 2019.

JOSÉ MARQUES FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:34ABF792

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 115/2019 - GP

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE LAJES/RN, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO a Homologação dos aprovados do Concurso Público, Edital n° 001/2019, realizado por esta Prefeitura Municipal em 23 de Agosto de 2019, e;

CONSIDERANDO o Edital de Convocação n° 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR – YASMIM BEZERRA DE MOURA FARIAS, brasileira, solteira, Inscrita no CPF de Nº 102.008.314-02, para ocupar o cargo efetivo de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para uma carga horária de 40 Horas semanais.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre. Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 07 de Outubro de 2019.

JOSÉ MARQUES FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:CA1A0664

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA

FUNDO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL E APOIO COMUNITÁRIO
EDITAL Nº 03/2019

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LUCRÉCIA/ RN
EDITAL Nº 03/2019

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução 01/2019- CMDCA, torna público o resultado da eleição dos membros do Conselho Tutelar do município de Lucrécia, realizada no dia 06 de outubro de 2019.

Classificação Titulares	Nome do Candidato	Quantidade de Votos
1º	JUSCELINO EDUARDO DE CARVALHO E SILVA	708
2º	THAISA GABRIELLA QUEIROZ DA COSTA	678
3º	MARTA SAMARA PAULO DIAS	575
4º	MISLENE ALVES DA COSTA	540
5º	MÁRCIA MARIA LEITE	525
Classificação Suplentes	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
6º	CLEBERSON DANTAS DE BRITO	507
7º	MARIA DE FÁTIMA CÂNDIDO DA SILVA	472
8º	VANDERLÚCIA DA COSTA SILVA	359
9º	MARIA DE FÁTIMA LIMA DE MORAIS,	355
10º	ELISANGELA FERREIRA DA SILVA	353
11º	WALLACE DA SILVA SOARES	335
12º	NOÊMIA PATRÍCIA DE OLIVEIRA	316
13º	RACHEL AMARAL DA SILVA	289
14º	JÉSSICA MORAIS DA SILVA	284
15º	ALINE PEREIRA DA SILVA	255
16º	MICHAEL BENTO DE ALENCAR	225
17º	JESSILMA MARIA SILVA	147

Fica aberto o prazo de 07 dias, a contar da publicação do presente Edital, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista no item III da Resolução nº 02/2019-CMDCA.
A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

Lucrécia, 07 de outubro de 2019.

MARGARIDA MARIA DE QUEIROZ ALVES
Coordenadora da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Maria Amelia do Amaral
Código Identificador:84FCC8C9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 38-DL/2019

O Município de Marcelino Vieira/RN, através da Secretaria Municipal de Administração, representada pelo Gestor Municipal, tornam público a Ratificação do Processo de Dispensa de Licitação nº 38-DL/2019, iniciado através do Processo Administrativo nº 2019.09.27-0001, cujo objeto é a contratação de empresa aquisições de vidros com instalação e acessórios, para atender os prédios públicos pertencentes a Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira-RN., conforme Termo de Referencia. O Gestor Municipal acatando o parecer favorável a Dispensa supracitada, RATIFICADA em favor da empresa denominada juridicamente de Cleneide Eugenia da Costa Queiroz - ME (VIDRAÇARIA SOUZA), inscrita no CNPJ nº 04.861.899/0001-98, por apresentar a menor proposta no valor de R$ 16.438,75 (dezesseis mil quatrocentos e trinta e oito reais e setenta e cinco centavos), e estar Habilitado, conforme anexos, com fulcro no Art. 24 inciso II, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, e nos artigos que lhe forem necessários consulta e aplicação ao caso. Processo Ratificado por

KERLES JÁCOME SARMENTO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Franck Jackson de Araújo
Código Identificador:8D65DCCC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 2019.10.07-0001

O Município de Marcelino Vieira/RN, através do Gestor Municipal, tornam público à assinatura do contrato Nº 2019.10.07-0001, cujo objeto é a contratação de empresa aquisições de vidros com instalação e acessórios, para atender os prédios públicos pertencentes a Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira-RN, conforme Termo de Referencia. Valor global do contrato no valor de R$ 16.438,75 (dezesseis mil quatrocentos e trinta e oito reais e setenta e cinco centavos), com fulcro no Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, e nos artigos que lhe forem necessários consulta e aplicação ao caso. Kerles Jácome Sarmento – CONTRATANTE e a empresa denominada juridicamente de Cleneide Eugenia da Costa Queiroz - ME (VIDRAÇARIA SOUZA), inscrita no CNPJ nº 04.861.899/0001-98 – CONTRATADA. Assinados por seus representantes.

Publicado por:
Franck Jackson de Araújo
Código Identificador:316E5F78

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO Nº 2018.08.21-0001

O Município de Marcelino Vieira/RN, através do Gestor Municipal, tornam público à assinatura do Segundo Aditivo do Contrato Nº 2018.08.21-0001, assinado em 21/08/2019, conforme justificativa das partes, o presente Aditivo tem como objeto prorrogar o prazo de vigência do contrato nº. 2018.08.21-0001, até 20/02/2020, para continuação da prestação de serviço de engenharia na obra de ampliação da unidade de saúde Dona Laura, neste município de Marcelino Vieira-RN. As demais Clausulas contratuais permanecem inalteráveis. Kerles Jácome Sarmento – CONTRATANTE e a empresa denominada juridicamente de S & L Empreendimentos EIRELI LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.624.502/0001-96, com sede fixada na Rua Lauro Linhares, nº 32, bairro Estação, Patu-RN – CONTRATADA. Assinado por seus representantes.

Publicado por:
Franck Jackson de Araújo
Código Identificador:0B6C6553

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MESSIAS TARGINO

FUNDO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MESSIAS TARGINORN
PORTARIA N° 011 /2019

FUNDO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MESSIAS TARGINO/RN
PORTARIA Nº 011/2019
Messias Targino/RN, 07 de setembro de 2019

CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

O PRESIDENTE DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MESSIAS TARGINO/RN, órgão gestor do regime de Previdência Própria dos Servidores municipais, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos arts. 65, 86 e 90 da Lei Municipal n° 591/2017, e;
RESOLVE:
Art.1° CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO a servidora **MARIA DA SILVA BORGES**, inscrita sob a matrícula nº 74, ocupante do cargo de PROFESSORA PERM NII/B, lotada na Secretaria de Educação deste Município, com PROVENTOS INTEGRAIS, além de PARIDADE nos reajustes do benefício, nos termos do **Art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a" da CF/88, EC 20/1998, Arts. 6º e 7º da EC 41/2003, Art. 3º da EC**

47/2005, bem como os Artigos 63, 86 e 90 da Lei Municipal nº 591/2017, de 26 de dezembro de 2017, a partir do dia em que implementou os requisitos em 06/04/2017, resultando no valor de R$ 3.142,01 (três mil, cento e quarenta e dois reais e um centavo), assim discriminados:

Descrição	Valor
Vencimento Base	2.416,93
Ad. Tempo de Serviço (Quinquênio 30%) – Art. 75 da Lei Municipal 248/98	725,08
Valor do Benefício de Aposentadoria	**3.142,01**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

AUDERI FERNANDES DE SOUZA
Presidente do Fundo de Previdência dos Servidores do Município de Messias Targino

Publicado por:
Wigno de Begno Olimpio de Freitas
Código Identificador:E9F935F6

FUNDO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MESSIAS TARGINORN
PORTARIA N° 012 /2019

FUNDO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MESSIAS TARGINO/RN
PORTARIA Nº 012/2019
Messias Targino/RN, 07 de setembro de 2019

CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

O PRESIDENTE DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MESSIAS TARGINO/RN, órgão gestor do regime de Previdência Própria dos Servidores municipais, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos arts. 65, 86 e 90 da Lei Municipal n° 591/2017, e;

RESOLVE:
Art.1° CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO a servidora MARIA MARLUCE RIBEIRO DE BRITO ALVES, inscrita sob a matrícula nº 101, ocupante do cargo de PROFESSORA PNM, lotada na Secretaria de Educação deste Município, com PROVENTOS INTEGRAIS, além de PARIDADE nos reajustes do benefício, nos termos do Art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a" da CF/88, EC 20/1998, EC 41/2003, EC 47/2005, Arts. 6º e 7º da EC 41/2003, bem como os Artigos 63, 86 e 90 da Lei Municipal nº 591/2017, de 26 de dezembro de 2017, a partir da publicação do ato aposentador, resultando no valor de R$ 1.297,40 (um mil, duzentos e noventa e sete reais e quarenta centavos), assim discriminados:

Descrição	Valor
Vencimento Base	998,00
Ad. Tempo de Serviço (Quinquênio 30%) – Art. 75 da Lei Municipal 248/98	299,40
Valor do Benefício de Aposentadoria	1.297,40

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

AUDERI FERNANDES DE SOUZA
Presidente do Fundo de Previdência dos Servidores do Município de Messias Targino

Publicado por:
Wigno de Begno Olimpio de Freitas
Código Identificador:5F661459

FUNDO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MESSIAS TARGINORN
PORTARIA N° 013 /2019

FUNDO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MESSIAS TARGINO/RN
PORTARIA Nº 013/2019
Messias Targino/RN, 07 de setembro de 2019

CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

O PRESIDENTE DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MESSIAS TARGINO/RN, órgão gestor do regime de Previdência Própria dos Servidores municipais, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos arts. 65, 86 e 90 da Lei Municipal n° 591/2017, e;
RESOLVE:
Art.1° CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO a servidora **JULIA FERNANDES DA CUNHA**, inscrita sob a matrícula nº 099, ocupante do cargo de PROFESSORA PERM PNM, lotada na Secretaria de Educação deste Município, com PROVENTOS INTEGRAIS, além de PARIDADE nos reajustes do benefício, nos termos do **Art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a" da CF/88, EC 20/1998, Arts. 6º e 7º da EC 41/2003, bem como os Artigos 63, 86 e 90 da Lei Municipal nº 591/2017,** de 26 de dezembro de 2017, a partir do dia em que foi requerida a aposentadoria (31/05/2017), resultando no valor de R$ 1.347,30 (um mil, trezentos e quarenta e sete reais e trinta centavos), assim discriminados:

Descrição	Valor
Vencimento Base	998,00
Ad. Tempo de Serviço (Quinquênio 35%) – Art. 75 da Lei Municipal 248/98	349,30
Valor do Benefício de Aposentadoria	**1.347,30**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

AUDERI FERNANDES DE SOUZA
Presidente do Fundo de Previdência dos Servidores do Município de Messias Targino

Publicado por:
Wigno de Begno Olimpio de Freitas
Código Identificador:B97852EC

GERENCIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E COMPRAS
REPUBLICAÇÃO CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001

Avenida Miguel Arcanjo de Almeida n° 468 – Centro – Messias Targino/RN
CNPJ: 08.349.060/0001-26 – CEP: 59.775-000 – Fone: (84) 3365-0157
SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019

REPUBLICAÇÃO
A Prefeita Municipal de Messias, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 607/2019, de 09 de agosto de 2019, e Considerando a homologação do resultado do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019, para contratação de profissionais, por tempo determinado, PARA EXERCEREM FUNÇÕES CONFORME RESULTADO FINAL DO PSS Nº 01/2019, **CONVOCA:**

CARGO: PROFESSOR – ENSINO SUPRERIOR COMPLETO EM PEDAGOGIA - 30H ÁREA DE ATUAÇÃO: PEDAGOGIA	
Colocação	**Nome**
1º	**REGIANA MARIA DA SILVA**
2º	**JANIELLY PERREIRA DE MOURA MENDES**
CARGO: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE - 40H ÁREA DE ATUAÇÃO: CONJUNTO NOVA MESSIAS E PARTE DA ZONA RURAL JUNCO DE CIMA MUNICÍPIO/REGIÃO: MESSIAS TARGINO - RN	
COLOCAÇÃO	**Nome**
1	**ANAK MARIA FERNANDES DA SILVA**
CARGO: TECNICO ENFERMANGEM - 30H ÁREA DE ATUAÇÃO: SERVIÇOS DE ENFERMAGEM ENSINO MEDIO COMPLETO CURSO	
TÉCNICO	**DE ENFERMAGEM**
Colocação	**Nome**
1º	**TATIFANIA CORTEZ DE ALMEIDA**

Para comparecerem na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos – Setor de RH, sede da Prefeitura Municipal de Messias Targino – RN, munidos copia de documentos pessoais (Copia CPF, RG, Comprovante Residência, Diplomas), e de acordo clausula 7 – DA CLASSIFICAÇÃO E CONTRATAÇÃO DOS APROVADOS – item 7.3.3 Estar em dia com as obrigações eleitorais; 7.3.4 Ter, no mínimo, 18 (dezoito) anos completos, na data da contratação; 7.3.5 Comprovar, mediante atestado médico, que goza de boa saúde física e mental; 7.3.6 Estar quite com as obrigações do serviço militar, para candidato do sexo masculino, no período de 05 (cinco) dias uteis a contar da data da publicação, no horário de 09:00 as 12:00.(meio dia)

Messias Targino, 07 de outubro de 2019.

CAIO CESAR FERREIRA TARGINO
Secretário Municipal De Administração E Recursos Humanos

FRANCISCA SHIRLEY FERREIRA TARGINO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Wigno de Begno Olimpio de Freitas
Código Identificador:39DEA698

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 454/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

Art. 1º- Conceder ao servidor abaixo indicado a (as) diária (as) correspondente ao pagamento de despesas com estadia e alimentação quando no deslocamento do mesmo a serviço desta prefeitura, a saber:

Beneficiário..... :Manuel Gustavo de Araújo Moreira
CPF..... :829.208.004-00
Matrícula..... :202261
Quantidade..... :03 (Três Diárias)
Valor R$..... : 2.400,00 (Dois mil e Quatrocentos Reais)
Destino..... :Brasília/DF.
Assunto.....: Participar de mobilização convocada pela CNM, contra propostas de mudanças na divisão de recursos da Cessão Onerosa, e, visitar parlamentares para viabilização de recursos para melhoria do município.
Período..... : 07 a 10/10/2019.
Lotação..... :Gabinete do Prefeito
Função..... :Prefeito Municipal.

ART. 2º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

ART. 3º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.

Montanhas/RN, em 04 de outubro de 2019.

MANUEL GUSTAVO DE ARAÚJO MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Domingos José de Araújo Neto
Código Identificador:AEDFD4ED

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO

EDITAL Nº 10/2019

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução 03/2019 - CMDCA, torna público o resultado da eleição dos membros do Conselho Tutelar do município de Monte das Gameleiras/RN, realizada no dia 06 de outubro de 2019.

Classificação Titulares	Nome do Candidato	Quantidade de Votos
1º	Joab Rodrigues de Pontes	180
2º	José Roberto Pontes Viana	170
3º	Josevania do Nascimento Pontes	168
4º	Maria Eponina Crizanto Pinheiro de Lima	151
5º	José Erivaldo Leonardo	145
Classificação Suplentes	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
6º	Elizabete Maria Rodrigues de Figueredo	135
7º	Manoel Ferreira da Silva Neto	117
8º	Cícera Pinheiro Felix do Nascimento	111
9º	Flávia Medeiros de Lima	73
10º	Helmisson de Souza	55

Fica aberto o prazo entre os dias 08 e 14 de outubro de 2019, a contar da publicação do presente Edital, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista no item 5.20 da Resolução nº 03/2019-CMDCA.

A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

Monte das Gameleiras/, 07 de outubro de 2019.

HILÁRIO JOSÉ MOREIRA
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Josivaldo Rodrigues Felix
Código Identificador:C2B0C06C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE Nº 002/2019 – SME/PMNF

Dispõe sobre a reorganização dos Ciclos de Alfabetização e de Complementação na Rede Municipal de Ensino do Município de Nísia Floresta/RN.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o despacho do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO deste município.
CONSIDERANDO o disposto no art. 24 da Lei nº 9.394/96, no art. 30 da Resolução nº 7/2010, Lei nº 13.005/2014, no Plano Nacional de Educação na Meta 5 e a Lei Ordinária nº 806/2015, no Plano Municipal de Educação Meta 2;
CONSIDERANDO o disposto no art. 12 da Resolução nº 2/2019 – CNE, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC; e
CONSIDERANDO a necessidade de implementar os Ciclos e definir normas, a fim de assegurar a efetivação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

RESOLVE:

Art. 1º. Reorganizar o Ensino Fundamental – Anos Iniciais, em Ciclo de Alfabetização – 1º e 2º anos e o Ciclo de Complementação – 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental,
Art. 2º. O Ciclo de Alfabetização será organizado em Regime de Progressão Continuada, com o funcionamento regido nos termos da presente Portaria.
Art. 3º. Os Ciclos de Alfabetização e de Complementação, compreendidos como espaços temporais interdependentes e articulados entre si, definem-se ao longo dos cinco anos iniciais do Ensino Fundamental, na seguinte forma:
· I - Ciclo de Alfabetização, 1º e 2º ano;
· II - Ciclo de Complementação, do 3º ao 5º ano.

Art.4º. O Ciclo de Alfabetização - 1º e 2º ano tem como finalidade propiciar ao estudante a alfabetização, o letramento das diversas formas de expressão, de modo a assegurar o aprender a fazer uso da leitura, da escrita e das diversas linguagens.
Art. 5º. O Ciclo Complementação - 3º ao 5º ano tem como finalidade assegurar ao estudante a continuidade e o aprofundamento das competências leitora e escritora, de forma interdisciplinar nas diferentes áreas de conhecimento.
Art. 6º. As Orientações Didáticas para a Organização do Trabalho Pedagógico dos Ciclos deverão constar no Projeto Político Pedagógico.
Art. 7º. Os professores do Ciclo de Alfabetização deverão:
· Permanecer no Ciclo durante os 02 (dois) anos consecutivos - 1º e 2º anos;
· Ter prioridade nos cursos de Formação Continuada;
· Ter como perfil formação profissional, de preferência ter experiência como alfabetizador e interesse para trabalhar com estudantes na faixa etária correspondente;
Art. 8º. Compete à equipe gestora da escola orientar, acompanhar e avaliar a execução do planejamento, assegurando o cumprimento dos dispositivos estabelecidos nesta Portaria.
Art. 9º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Nísia Floresta/RN, 25 de setembro de 2019.

VALÉRIA LOPES DE AQUINO
Secretária Municipal de Educação

MÁRCIA REJANE DA SILVA NASCIMENTO
Presidente do Conselho Municipal de Educação

APROVAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Severino Ramos dos Santos Maia – Vice-Presidente
Maria José dos Santos – Secretária Executiva
Wilson de Oliveira Neto
Aniere de França Cândido
Edileide Oliveira da Silva

Publicado por:
Wilson de Oliveira Neto
Código Identificador:EDF2AC40

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 37/2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA/RN, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 016 de 28 de agosto de 2019.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder 2 diárias (duas diárias), no valor unitário de R$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais) totalizando R$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) ao:

SERVIDOR: Daniel Gurgel Marinho Fernandes

MATRÍCULA: 33596

CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: Prefeito Municipal.
LOTAÇÃO: Gabinete do Prefeito.
OBJETIVO: Deslocar-se a cidade de Brasilia/DF, para visita aos gabinetes dos Deputados e Senadores da bancada do Rio Grande do Norte em busca de benéficos para o Municipio.
.DESTINO: Brasilia-DF

PERÍODO DO AFASTAMENTO: 08 à 10 de outubro de 2019.

JUSTIFICATIVA: Deslocar-se à cidade de Brasilia/DF no período de 08 à 10 de outubro de 2019, para visita aos gabinetes dos Deputados e Senadores da bancada do Rio Grande do Norte, em busca de benefícios, emendas parlamentares e projetos para o Municipio. Tendo em vista, que o prazo para os mencionados parlamentares apresentarem as emendas as propostas orçamentárias de 2019, foi iniciada em 01/10/2019 e tem seu prazo final 20/10/2019.

Publique-se e cumpra-se.

Nísia Floresta/RN,07 de outubro de 2019.

CASSIA MARIA GURGEL MARINHO FERNANDES
Mat: 2895
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Wilson de Oliveira Neto
Código Identificador:E07A80B7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 38/2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA/RN, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 016 de 28 de agosto de 2019.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder 2 diárias (duas diárias), no valor unitário de R$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais) totalizando R$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) ao:

SERVIDOR: Ricardo Marinho Nogueira Fernandes

MATRÍCULA: 28169

CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: Secretário Municipal de Articulação Institucional.
LOTAÇÃO: Gabinete do Prefeito.
OBJETIVO: Deslocar-se a cidade de Brasilia/DF acompanhando o Prefeito Municipal, para visita aos gabinetes dos Deputados e Senadores da bancada do Rio Grande do Norte em busca de benéficos para o Municipio.
.DESTINO: Brasilia-DF

PERÍODO DO AFASTAMENTO: 08 à 10 de outubro de 2019.

JUSTIFICATIVA: Deslocar-se à cidade de Brasilia/DF acompanhando o Prefeito Municipal no período de 08 à 10 de outubro de 2019, para visita aos gabinetes dos Deputados e Senadores da bancada do Rio Grande do Norte, em busca de benefícios, emendas parlamentares e projetos para o Municipio. Tendo em vista, que o prazo para os mencionados parlamentares apresentarem as emendas as propostas orçamentárias de 2019, foi iniciada em 01/10/2019 e tem seu prazo final 20/10/2019.

Publique-se e cumpra-se.

Nísia Floresta/RN,07 de outubro de 2019.

CASSIA MARIA GURGEL MARINHO FERNANDES
Mat: 2895
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Wilson de Oliveira Neto
Código Identificador:8844BE15

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 227/2019

A PREFEITA MUNICIPAL DE OLHO D`ÁGUA DO BORGES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso da atribuição legal que lhe confere o art. 71 da Lei Orgânica Municipal e Decreto nº 010/2017, de 18 de janeiro de 2017, considerando disposto no art. 16, § 6º, I, e art. 22, da Resolução nº 011/2016, de 09 de junho de 2016, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte e considerando o Memorando nº 026/2019, de 07 de outubro de 2019.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder 1 (Uma) diária, no valor unitário de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), totalizando R$ 450,00 (Quatrocentos e cinquenta reais), a Servidora MARIA HELENA LEITE DE QUEIROGA, ocupante do cargo de Prefeita, matricula 639, para fazer face as despesas com locomoção e permanecia na cidade de Natal/RN, conforme a seguir:

Objeto do Deslocamento: Resolver assuntos de interesse do município na FUNASA, Av. Almirante Alexandrino de Alencar, 1402 - Tirol –Natal, e no Escritório de R.J Assessoria a Municípios LTDA

Local de destino: FUNASA, Av. Alexandrino de Alencar, 1402, Tirol, Natal-RN, e Escritório de R.J Assessoria a Municípios LTDA Rua Jose Freire de Souza nº 13 Lagoa Nova.

Período do Afastamento: Saída dia 07 de outubro de 2019 e retorno dia 08 de outubro de 2019, às 16hs.

Art. 2º - A servidora beneficiária de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigada à prestação de contas nos termos do art. 22, III, IV e V, da Resolução nº 011/2016, de 09 de junho de 2016, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Olho D'Água do Borges/RN, em 07 de outubro de 2019.

MARIA HELENA LEITE DE QUEIROGA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Vinicius Eduardo de Morais Leite Dias
Código Identificador:0B97F85D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 228/2019

A PREFEITA MUNICIPAL DE OLHO D' ÁGUA DO BORGES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso da atribuição legal que lhe confere o art. 71 da Lei Orgânica Municipal e Decreto nº 010/2017, de 18 de janeiro de 2017, considerando disposto no art. 16, § 6º, I, e art. 22, da Resolução nº 011/2016, de 09 de junho de 2016, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte e considerando o Memorando nº 038/2019, de 07 de outubro de 2019.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder ½ (meia) diária, no valor unitário de R$ 150.00 (Setenta e Cinco reais), totalizando R$ 75.000 (Setenta e Cinco reais), ao Servidor FRANCISCO HEGUEBERTO BARROS SOLANO, ocupante do cargo de MOTORISTA, matricula 001, para fazer face a despesas com deslocamento à cidade de Patu-RN, conforme a seguir:

Objeto do Deslocamento: Viagem à cidade de Apodi, com Alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino, para fazerem a prova do IFRN.

Local de destino: RN 233, Km 02, nº 999, Bairro Chapada do Apodi, Apodi-RN.

Período do Afastamento: Saída dia 06 de outubro de 2019 e retorno dia 06 de outubro de 2019 às 14:00hs.

Art. 2º - O servidor beneficiário de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos do art. 22, III, IV e V, da Resolução nº 011/2016, de 09 de junho de 2016, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Olho D'Água do Borges/RN, em 07 de outubro de 2019.

MARIA HELENA LEITE DE QUEIROGA
Prefeita Municipal
CPF: 465.240.614-20

Publicado por:
Vinicius Eduardo de Morais Leite Dias
Código Identificador:D6F0AD6B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 229/2019.

"Dispõe sobre a Convalidação do Ato de Nomeação e de Posse da Servidora Rudes Maria dos Santos e dá outras providências"

A Prefeita Municipal de Olho D'Água do Borges, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e em especial a Lei Orgânica deste Município, bem como seguindo o fora determinado no despacho de lavra do Conselheiro Relator Renato Costa Dias, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, nos autos do processo nº. 016595/2012 – TC:

CONSIDERANDO que a Servidora Rudes Maria dos Santos, foi devidamente aprovada para o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no âmbito do Concurso Público regularmente realizado por este Município;
CONSIDERANDO que a referida servidora tomou posse no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais em 05 de abril de 1998, conforme termo de posse anexo à sua pasta funcional;
CONSIDERANDO que o gestor responsável pela Prefeitura Municipal não observou o dispositivo legal, deixando de publicar o ato de nomeação, ocasionando irregularidade na referida nomeação;
CONSIDERANDO que após sua posse, a referida Servidora exerce regularmente suas atividades como Auxiliar de Serviços Gerais deste Município;
CONSIDERANDO que a não publicação de ato de nomeação da referida Servidora decorre de mero vício de formalidade, que não se observa a figura do dolo ou má fé, elementos estes que poderiam tornar insanável o vício apresentado;
CONSIDERANDO, que à luz do que dispõe o Art. 55, da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, desde que não importem em lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos administrativos que apresentem vícios sanáveis são passíveis de convalidação;
CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de regularizar a nomeação da Servidora Rudes Maria dos Santos, que desde 06 de abril de 1998 vem prestando serviços em prol município de Olho D'Água do Borges,

RESOLVE:

I – Fica convalidada a nomeação da Servidora **Rudes Maria dos Santos**, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a qual tinha sido nomeada através da Portaria nº. 113/98.

II – Ficam convalidados todos os atos por ela praticados desde 06 de abril de 1998, data em que a aludida servidora tomou posse e deu início ao cumprimento das atribuições inerentes ao cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

III – Tendo em vista que a posse da referida servidora foi efetivada por pessoa diferente do(a) responsável pelo seu provimento, por razões de estrito interesse público, fica convidado de Termo de Posse da Servidora Rudes Maria dos Santos.

IV – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos à data da Portaria nº. 113/1998, de 06 de abril de 1998.

Publique-se e Cumpra-se.

Palácio Mário Solano de Moura, em Olho D'Água do Borges/RN, 08 de outubro de 2019.

MARIA HELENA LEITE DE QUEIROGA
Prefeita
CPF: 465.240.614-20

Publicado por:
Vinicius Eduardo de Morais Leite Dias
Código Identificador:7211183B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS RECURSO INTERPOSTO NA FASE DE HABILITAÇÃO

I. DO PREÂMBULO

Observado os prazos previstos no artigo art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002, o Pregoeiro e Equipe de Apoio, recebe as razões do recurso e as contrarrazões interpostos pelas empresas participantes do Pregão nº 049/2019, dada a sua tempestividade e admissibilidade, conforme fundamentos abaixo delineados.

II. DOS FATOS EFUNDAMENTOS DEDIREITO

Preliminarmente urge a necessidade de trazer a baila que de acordo com o art. 4º, XVIII, da Lei nº 10.520/2002, a pretensão de recorrer deve ser manifestada de forma imediata e motivada ao final da sessão que declarou o vencedor do certame, sendo-lhe concedido o prazo de três dias para a apresentação das razões do recurso, o que em nosso entender foi oportunizado aos licitantes, bem como foi verificado o referido direito, ademais, não se pode obstar o direito de qualquer licitante sob a pecha do achismo como quis direcionar a empresa EUNICE DE CASTRO REBOLÇAS-ME, vejamos:

"**É estranho ao rito normal do procedimento licitatório admitir que uma empresa licitante aluda questionamentos sobre outras licitantes e ordene à comissão de licitações a tarefa de averiguar se o que foi questionado é verdadeiro.** No entanto, por amor ao debate, apresentamos os devidos questionamentos".

Oportuno mencionar que apresentada a intenção de recorrer, cabe ao pregoeiro tão-somente avaliar a existência dos pressupostos recursais, o que se restringe à aferição de tempestividade, legitimidade, interesse e motivação.

Não se admite ao pregoeiro afastar de plano o cabimento do recurso sob o fundamento de que os motivos indicados pelos licitantes não merecem provimento.

Em outras palavras, não compete ao pregoeiro decidir o mérito do recurso em vista das razões sucintamente apontadas pelos licitantes na sessão pública. **A análise a ser feita pelo pregoeiro deve visar a afastar apenas os recursos manifestamente protelatórios, que não detêm qualquer fundamentação para a sua interposição.**

A respeito do assunto, o Tribunal de Contas da União exarou recente Acórdão, em que ficou bastante clara a restrição do exercício dessa atividade pelo pregoeiro.

Vejamos os trechos do relatório e do voto do Ministro Relator, bem como da parte dispositiva do Acórdão nº 339/2010 – Plenário:

"Relatório
(…)

10.4. Isto posto, tem-se, portanto, que **o juízo de admissibilidade da intenção de recorrer, na modalidade pregão – tanto eletrônico como presencial -, levado a efeito pelo Pregoeiro, deve se limitar à análise acerca da presença dos pressupostos recursais** (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação), **sendo vedado a este agente analisar, de antemão, o próprio mérito recursal**, em que pese lhe ser lícito examinar se os motivos apresentados na intenção de recorrer possuem, em tese, um mínimo de plausibilidade para seu seguimento.

Ressalto que, quanto ao mérito, de possíveis documentos fraudulentos esta Administração em nenhum momento se furtou a observar qualquer informação ao respeito, inclusive, no âmbito desta Municipalidade já atestamos, através de Sindicância documento falsificado juntado à certame e que por intermédio de diligência verificamos juntamente ao CREA o teor fraudulento e que após verificado foi remetido ao representante do Ministério Público.

Passada a preliminar suscitada em sede de contrarrazões adentraremos especificamente quanto ao mérito dos recursos e respectivas contrarrazões.

1. A empresa **M. H. CHIANCA DE ARAÚJO COMÉRCIO & SERVIÇOS**, CNPJ nº 20.953.509/0001-66 requer a inabilitação da empresa **EUNICE DE CASTRO REBOLÇAS – ME**, CNPJ nº 12.931.455/0001-00 pelos motivos abaixo:

Apresentou inscrição estadual com data de 31 de maio de 2019, e ainda deixou de apresentar alvará da empresa, estando desta forma em desacordo com o item 10.2.1, III letra "a";
Apresentou atestado de capacidade técnica de serviços prestados no município de Janduis/RN, sendo os serviços foram realizados no ano de 2013;
Apresentou certidão simplificada "vencida" datada de 03/06/2019, ou seja, a mais de 60 (sessenta) dias da data de abertura do certame, sendo considerada sem validade, infringindo assim o item 10.2.1, II letra "c" do edital.

Ao final requer a inabilitação da empresa EUNICE DE CASTRO REBOLÇAS ou que se digne em realizar diligências acerca das alegações acima mencionadas.

Quanto a inscrição estadual datada de 31 de maio de 2019 e a falta de alvará da empresa, estando desta forma em desacordo com o item 10.2.1, III letra "a", temos que refutar de imediato tais ilações, posto que o item 10.3 dispensa a exigência de prazo de vigência para os referidos documentos.

Quanto a apresentação de atestado de capacidade técnica de serviços prestados no município de Janduis/RN, sendo os serviços foram realizados no ano de 2013, temos que considerar que o § 5º, do art. 30, da Lei nº 8.666/93, veda a exigência de comprovação de aptidão da prestação de serviço limitada pelo tempo, ou seja, não merece prosperar a arguição que o documento fora expedido à 6 (seis) anos.

Em sede de contrarrazões a empresa recorrida assim pontuou:

Em relação a diligência, em momento algum a recorrida omitiu qualquer tipo de informação onde colocasse em dúvida a veracidade do atesado apresentado. Reforce-se que além do atestado, encaminhamos, ainda que inexigível pelo edital, minuta do extrato de contrato devidamente publicado pela Prefeitura de Janduís, onde está a inteira disposição tanto da Administração Pública, quanto de qualquer outro interessado para fins de contato com o emissor do atestado, onde atestará a veracidade das informações apresentadas.

O que pesa quanto ao atestado não redunda tão somente quanto a sua veracidade como quer acreditar o recorrido, mas **verificamos que o referido documento foi expedido pelo Sr. Elvécio Gurgel de Sales, Secretário Municipal do Município de Janduís/RN (fl. 193),** o qual sequer temos a noção se este tem capacidade para expedir o referido documento, ou mesmo juntou qualquer documento hábil a demonstrar que o serviço foi efetivamente realizado. A empresa se reservou, mesmo tendo oportunidade, em demonstrar que houve a publicação da

contratação da referida empresa para prestação dos serviços de apresentação de artistas musicais.

Assim sendo é prudente a necessidade de diligenciar no intuito de verificar a capacidade do referido Secretário, posto que em tese, só quem detém a prerrogativa de expedir documentos externos seria tão somente o Prefeito Municipal.

De certo a municipalidade pode e deve se valer do § 3º, do art. 43 da Lei n° 8.666/93, no intuito de sanar óbices enfrentados no seio do certamente licitatório, a exemplo da redação do Acórdão 3615/2013 – Plenário, entre outros, assim determina a boa técnica que obriga o administrador a se utilizar de ferramentas que lhe possibilite a evitar a macular o ato administrativo, vejamos:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:
(...)
§ 3° É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Importante ressaltar que não há qualquer inclusão documental tardia, mas sim um esclarecimento que poderia e deveria ter sido realizado pela empresa, o que não o fez no momento oportuno.

Quanto a presentou certidão simplificada "vencida" datada de 03/06/2019, ou seja, a mais de 60 (sessenta) dias da data de abertura do certame, sendo considerada sem validade, infringindo assim o item 10.2.1, II letra "c" do edital. Entendemos que a apresentação do Balanço Patrimonial supra a necessidade da certidão simplificada, o que não pode prosperar as alegações da recorrente.

Ademais, quanto a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial vencida, temos que consignar que em nenhum momento o edital prevê como critério de inabilitação, neste sentido, não prosperar a alegação suscitada, mesmo que pudéssemos considerar sua insubsistência, o referido documento só se presta para verificar o regime tributário, mormente quanto a situação de microempresa ou empresa de pequeno porte.

2. A empresa **T. D. DE L. MEDEIROS EVENTOS - EPP**, CNPJ nº 03.767.112/0001-60 requer a inabilitação da empresa **EUNICE DE CASTRO REBOLÇAS – ME**, CNPJ nº 12.931.455/0001-00 pelos motivos abaixo:

A empresa Eunice de Castro Rebolças - ME, CNPJ 12.931.455/0001-00, apresentou certidão simplificada vencida, datada de 03.06.2019. A empresa T. D. de L. Medeiros eventos, fez diligencia junto a Jucern de Caicó-RN, onde foi atendida e informada, que a certidão simplificada da Jucern de Caicó-RN, onde foi atendida e informada, que a certidão simplificada da Jucern tem validade de 30 dias, conforme a portaria nº 00086/2016, que até esta data ainda não foi revogada (segue anexo xerox da portaria).

Ao final requer a inabilitação da empresa EUNICE DE CASTRO REBOLÇAS ou que se digne em realizar diligências acerca das alegações acima mencionadas.

Entendemos que a apresentação do Balanço Patrimonial supra a necessidade da certidão simplificada, o que não pode prosperar as alegações da recorrente.

Por derradeiro, temos que o dever de ser diligente e de bem executar as atribuições de sua competência é inerente à condição de quem quer que preste serviços a outrem.

O compromisso de bem atuar e de cumprir o encargo confiado gera responsabilidades que implicam em ter que assumir as consequências de atos que resultem da inobservância de deveres descumpridos ou atendidos de forma insatisfatória.

Ao pregoeiro se comete o encargo de voltar toda a sua atividade para o alcance de resultados positivos na contratação de bens e serviços comuns. Exige-se dele, portanto, atenção aos princípios básicos que orientam toda a atividade estatal, dentre estes aqueles inscritos no art. 37 da Constituição Federal: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Atuar com diligência, competência e eficiência é dever inafastável dessa condição que lhe foi por lei atribuída. Atos que importem em lesão ao interesse público não se compatibilizam com o encargo que a ele se imputa.

III. DA DECISÃO

Por todo o exposto o Pregoeiro e Equipe de Apoio **DECIDE** receber os recursos dada a tempestividade, no entanto quanto ao **mérito,** este deve ser suspenso, posto que diante da ocorrência de dúvidas a respeito da documentação, mormente quanto a competência de quem assinou o Atestado, ora sob análise, apresentado pela empresa EUNICE DE CASTRO REBOLÇAS-ME, a Administração deve realizar a diligência prevista no art. 43, §3º da Lei 8.666/93.

Logo, julgo pertinente, pelos fatos e motivos elencados, contudo, decidi-se remeter ao Ordenador de Despesa, desta Municipalidade, para atendimento do parágrafo 4º, artigo 109, da Lei nº 8.666/93.

Ouro Branco/RN, 02 de outubro de 2019.

WELLINGTON BATISTA DOS SANTOS	***MARIA CRISTINA DA NÓBREGA A. ARAÚJO***
Pregoeiro	Equipe de Apoio
RAY RAMOS DE ARAÚJO	
Equipe de Apoio	

Publicado por:
Wellington Batista dos Santos
Código Identificador:936A3F5A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL N° 055/2019 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP – PROCESSO MOB/RN Nº 130/2019

O Município de Ouro Branco/RN torna público para conhecimento dos interessados, que no dia 18 de outubro de 2019, às 08:00mim, realizará licitação na modalidade Pregão Presencial para Contratação de empresa para Registro de Preços de serviços radiofônicos, com abrangência comprovada na região de Ouro Branco/RN e cidades do Seridó, visando à veiculação do Programa Institucional da Prefeitura Municipal de Ouro Branco/RN, **com participação exclusiva de Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte–EPP e Micro Empreendedores Individuais – MEI.** Os interessados em adquirir os respectivos Edital e anexos dirigirem-se a sede da Prefeitura Municipal, localizada à Rua Manoel Correia, Centro, Ouro Branco/RN, no horário de expediente e/ou informações pelo Telefone: (0xx84) 3477-0053 e/ou pelo e-mail: licitaçõesobrn@gmail.com

Ouro Branco/RN, 07 de outubro de 2019

WELLINGTON BATISTA DOS SANTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Wellington Batista dos Santos
Código Identificador:3D0A9D9E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
ATA DA REUNIÃO DE ABERTURA E JULGAMENTO DE PROPOSTA

PROCESSO LICITATÓRIO 077/2019
TOMADA DE PREÇO 004/2019

ATA DA REUNIÃO DE ABERTURA E JULGAMENTO DE PROPOSTA

Aos sete dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, reuniu-se a Comissão de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ, estando presentes os membros: Fabiola de Araújo Morais, Presidente, Antonio Leodécio Batista da Silva e Susy Meirelly da Silva Nunes, membros da CPL, para proceder à abertura das propostas de preços das seguintes empresas: **1 - CONSTRUTORA OLIVEIRA E MELO LTDA – ME, CNPJ Nº 14.022.963/0001-09; 2 - CONSTRUMAIS – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – ME, CNPJ Nº 22.924.281/0001-01; 3 - SINAI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ Nº 30.610.555/0001-16; 4 - DANTAS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS, CNPJ Nº 30.706.798/0001-52; 5 - JM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-ME, CNPJ Nº 31.890.755/0001-32; 6 - NUNS CONSTRUÇÕES DE EDIFÍCIOS E OBRAS URBANÍSTICAS EIRELI, CNPJ Nº 09.181.832/0001-26; 7 - ARCO EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ Nº 16.917.533/0001-72; 8 - SERRA DO LIMA EMPREENDIMENTOS LTDA-ME, CNPJ Nº 13.721.826/0001-91; 9 - SETE CONSTRUÇÕES EIRELI, CNPJ Nº 24.372.340/0001-26; 10 - RN CONSTRUÇÕES E LOCAÇÕES EIRELI, CNPJ Nº 17.955.102/0001-63; 11 - ASFALTO CPONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-ME, CNPJ Nº 10.710.366/0001-08; 12 - RENASCENÇA EMPREENDIMENTOS EIRELI-EPP, CNPJ Nº 08.487.196/0001-00; 13 - PROEL ENGENHARIA, CNPJ, Nº 26.040.127/0001-28; 14 - FARIAS & FARIAS CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ Nº 23.200.679/0001-68; 15 - R & N EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E SERVIÇOS LTDA – ME, CNPJ Nº 17.604.005/0001-26**, habilitadas no **TOMADA DE PREÇOS nº TP 004/2019**, que tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO A PARALELEPÍPEDOS E MEIO FIO NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE PARAÚ/RN.** A Presidente da CPL iniciou a sessão esclarecendo que a mesma estava com inicio previsto para as 09:00 horas, conforme publicação, não comparecendo nenhum representante. Em seguida a Presidente adiou em 30 (trinta) minutos a abertura dos envelopes de Propostas de Preços. Passado o período concedido pela Presidente da Comissão nenhum representante compareceu na sessão. Ato continuo foram abertos os envelopes contendo as propostas de preços que estavam sob a guarda da comissão em uma caixa lacrada, em seguida a comissão rubricou as propostas apresentadas. Na sequência foram apurados os seguintes valores, conforme planilha a seguir:

ORDEM	EMPRESA	VALOR
01	RN CONSTRUÇÕES E LOCAÇÕES EIRELI	75.388,83
02	CONSTRUTORA OLIVEIRA E MELO LTDA – ME	84.005,74
03	SETE CONSTRUÇÕES EIRELI	86.606,75
04	CONSTRUMAIS – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – ME	88.849,08
05	R & N EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E SERVIÇOS LTDA – ME	88.856,58
06	FARIAS & FARIAS CONSTRUÇÕES LTDA	92.226,48
07	DANTAS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS	92.273,53
08	SERRA DO LIMA EMPREENDIMENTOS LTDA-ME	92.976,50
09	ASFALTO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-ME	94.372,49
10	ARCO EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI	97.169,46
11	SINAI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI	100.416,54
12	PROEL ENGENHARIA	114.717,56
13	NUNES CONSTRUÇÕES DE EDIFÍCIOS E OBRAS URBANÍSTICAS EIRELI	114.986,16
14	JM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-ME	128.412,60
15	RENASCENÇA EMPREENDIMENTOS EIRELI-EPP	134.291,70

Ato continuo a Comissão de Licitação passou a analisar a regularidade das propostas de acordo com o edital e as planilhas Orçamentária, BDI, Cronograma e Composição, após analisar a regularidade das propostas apresentadas a Comissão desclassificou as propostas das empresas JM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - ME e RENASCENÇA EMPREENDIMENTOS EIRELI – EPP, as mesmas apresentaram suas propostas com preço global superior ao valor do orçamento, descumprindo o item 9.3.2 do Edital. Vejamos: item 9.3.2. As "Propostas de Preço" apresentadas em desacordo com o estabelecido neste Edital, bem como as que apresentarem preço global superior ao máximo estabelecido neste Edital, conforme item 7 deste Edital, ou manifestamente inexequível, serão desclassificadas, não se admitindo complementação posterior. Em seguida a CPL por unanimidade decidiu declarar vencedora do certame a empresa **RN CONSTRUÇÕES E LOCAÇÃOE EIRELI,** inscrita no **CNPJ sob o nº 17.955.102/0001-63,** com o valor global de **R$ 75.388,83** (setenta e cinco mil trezentos e oitenta e oito reais e oitenta e três centavos) por apresentar a melhor proposta e a mesma atender as exigências do edital. Em seguida a Presidente da CPL comunicou que a Ata de julgamento das propostas será publicado no Diário Oficial do Município – FEMURN e que será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da publicação, para interposição de recurso, conforme Art. 109, I, letra "b", decorrido o prazo recursal, não havendo nenhuma interposição de recurso, encaminhará o Processo para a autoridade competente proceder com a Adjudicação e Homologação do certame. Nada mais havendo a ser tratado, a Presidente da Comissão de Licitação suspendeu os trabalhos para lavratura da ATA, que lida e estando todos de acordo, pede o Presidente que todos assinem.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

FABIOLA DE ARAÚJO MORAIS
Presidente da CPL

SUSY MEIRELLY DA SILVA NUNES
Membro da CPL

ANTONIO LEODÉCIO BATISTA DA SILVA
Membro da CPL

Publicado por:
Fabíola de Araujo Morais
Código Identificador:9AB361FB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DO RESULTADO DE JULGAMENTO DE PROPOSTA

PROCESSO LICITATÓRIO 077/2019
TOMADA DE PREÇO 004/2019

AVISO DO RESULTADO DE JULGAMENTO DE PROPOSTA

A Comissão Permanente de Licitações - CPL da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ, através da sua Presidente, declara vencedora da **TOMADA DE PREÇOS nº TP 004/2019**, que tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO A PARALELEPÍPEDOS E MEIO FIO NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE PARAÚ/RN, para o período de 12 (doze) meses,** a empresa **RN CONSTRUÇÕES E LOCAÇÃO EIRELI,** inscrita no **CNPJ sob o nº 17.955.102/0001-63,** com o valor global de **R$ 75.388,83** (setenta e cinco mil trezentos e oitenta e oito reais e oitenta e três centavos) por apresentar a melhor proposta e a mesma atender as exigências do edital. Abre-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da publicação, para interposição de recurso, conforme Art. 109, I, letra "b". Os autos do processo estão com vista franqueada aos interessados na sala da Comissão de Licitação, situada a Rua Padre Amaro, 111, Centro, Paraú/RN.

Paraú/RN, em 07 de outubro de 2019

FABIOLA DE ARAÚJO MORAIS
Presidente da CPL

Publicado por:
Fabíola de Araujo Morais
Código Identificador:6150E86D

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 057/2019

EXTRATO DE CONTRATO Nº 057/2019

ORIGEM.....: Tomada de Preço nº 003/2019
CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ/RN, CNPJ nº 08.084.691/0001-60.

CONTRATADA(O).....: RN CONSTRUÇÕES E LOCAÇÃOE EIRELI,CNPJ nº 17.955.102/0001-63.
OBJETO.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CERCAMENTO DO TERRENO, ESCAVAÇÃO DE VALAS, TRANSPORTE DE MATERIAL, COMPACTAÇÃO DE MATERIAL E RECOBRIMENTO DE VALAS DO LIXÃO PARA TRANSFORMAR EM ATERRO CONTROLADO PROVISÓRIO, DO MUNICÍPIO DE PARAÚ/RN, CONFORME PROJETO BÁSICO ELABORADO PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.
VALOR TOTAL.....: R$ R$ 138.175,80 (cento e trinta e oito mil cento e setenta e cinco reais e oitenta centavos).
VIGÊNCIA.....:07 de outubro de 2019 a 30 de setembro de 2020
DATA DA ASSINATURA.....: 07 de outubro de 2019

Publicado por:
Fabíola de Araujo Morais
Código Identificador:0D56ABFC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAZINHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO DE ESCOLHA PARA MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR DE PARAZINHO/RN, E ABERTURA DO PRAZO PARA RECURSO.

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução 001/2019- COMDICA, torna público o resultado da eleição dos membros do Conselho Tutelar do município de Parazinho/RN, realizada no dia 06 de outubro de 2019.

Classificação Titulares	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
1º	RAELMA MEDEIROS DO NASCIMENTO SILVA	233
2º	ELISANGELA INÁCIO DA SILVA	196
3º	SILVÉRIO FERREIRA DA SILVA	177
4º	IRANILDA DA SILVA PALMA	167
5º	CARLOS ANTÔNIO GARCIA DE MELO	136
Classificação Suplentes	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
6º	ZÉLIA MARIA SILVA DE LIMA	105
7º	MARCIO VENISIO DA SILVA	87
8º	ALISON SANTOS DE CARVALHO	78
9º	WEVERTON FRANCISCO COSTA DE ARAÚJO	60
10º	MAILTON DE OLIVEIRA AVELINO	46

Fica aberto o prazo de 04 dias, a contar da publicação do presente resultado, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista no item 22 do Edital nº 001/2019-COMDICA.

A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

Parazinho, 07 de Outubro de 2019.

PATRÍCIA CARLA BILRO DA SILVA
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Igor Henrique Ramos dos Santos
Código Identificador:6592BEE0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

FUNDO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS PORTARIA Nº 593/2019

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.

RESOLVE:
Fazer concessão de diária conforme dados abaixo, ao(a):

SERVIDOR(A): NATÁLIA ARAUJO DE SOUZA			
MATRÍCULA: 120903-5			
DI: 025.461.261-19			
CARGO: COORDENADOR DE SAÚDE			
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
OBJETIVO DA VIAGEM: Participar de uma reunião sobre a campanha de vacina, coberturas vacinais e outros temas afins na IV URSAP em CAICÓ/RN.			
DESTINO: CAICÓ/RN.			
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 07/10/2019			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	R$ 40,00	R$ 40,00
Total a pagar			R$ 40,00

Parelhas (RN), 07 de Outubro de 2019.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

ANA OTÍLIA PEREIRA DE SOUZA DINIZ
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Bárbara Thamires Alves de Souza
Código Identificador:E5E30EAA

FUNDO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS PORTARIA Nº 594/2019

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.

RESOLVE:
Fazer concessão de diária conforme dados abaixo, ao(a):

SERVIDOR(A): PATRICIA MARIA DE ARAUJO			
MATRÍCULA: 120580-3			
DI: 1307.602 SSP RN			
CARGO: TÉCNICA DE ENFERMAGEM			
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
OBJETIVO DA VIAGEM: Participar de uma reunião sobre a campanha de vacina, coberturas vacinais e outros temas afins na IV URSAP em CAICÓ/RN.			
DESTINO: CAICÓ/RN.			
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 07/10/2019			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	R$ 35,00	R$ 35,00
Total a pagar			R$ 35,00

Parelhas (RN), 07 de Outubro de 2019.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

ANA OTÍLIA PEREIRA DE SOUZA DINIZ
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Bárbara Thamires Alves de Souza
Código Identificador:BCB9FC45

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-FMAS PORTARIA DE Nº 157/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA HABITAÇÃO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições,
Considerando as disposições contidas no Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.
RESOLVE,
Fazer concessão de diária conforme dados abaixo:

SERVIDOR (A): Nikaelle Bruna da Silva Souza
MATRÍCULA: 120929-9
DI: CPF: 102.864.764-60 / RG: 2.833.565

CARGO: Coordenadora da Assistência Social			
LOTAÇÃO: Secretaria da Assistência Social e da Habitação			
OBJETIVO DO DESLOCAMENTO: Participar da Assembléia comemorativa pelos 20 anos de lutas do COEGEMAS/RN, que será no dia 26/09/2019 com início às 14:00h e término previsto para ás 18:00h na Escola de Governo Dom Eugênio de Araújo Sales. BR 101 KM 0 Centro Administrativo Rio Grande do Norte S/N – Lagoa Nova, Natal/RN.			
DESTINO: NATAL/RN			
PERÍODO: 26/09/2019			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	125,00	125,00
Total			125,00

Parelhas (RN), 23 de setembro de 2019.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

ROGÉRIA LAYANNE CALDAS DANTAS
Secretária Municipal de Assistência Social e da Habitação
Portaria Nº 440/2019

Publicado por:
Jordânia Najara Domingos Felix
Código Identificador:F2418C2B

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-FMAS
PORTARIA DE Nº 158/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA HABITAÇÃO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições,
Considerando as disposições contidas no Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.
RESOLVE,

Fazer concessão de diária conforme dados abaixo:

SERVIDOR (A): Ivanaldo dos Santos Souto			
MATRÍCULA: 120742-3			
DI: CPF: 970.280.534-15 / RG: 1484260			
CARGO: Motorista			
LOTAÇÃO: Secretaria da Assistência Social e da Habitação			
OBJETIVO DO DESLOCAMENTO:			
Conduzir servidoras para participar da Assembléia comemorativa pelos 20 anos de lutas do COEGEMAS/RN, que será no dia 26/09/2019 com início às 14:00h e término previsto para ás 18:00h na Escola de Governo Dom Eugênio de Araújo Sales. BR 101 KM 0 Centro Administrativo Rio Grande do Norte S/N – Lagoa Nova, Natal/RN.			
DESTINO: NATAL/RN			
PERÍODO: 26/09/2019			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	75,00	75,00
Total			75,00

Parelhas (RN), 23 de setembro de 2019.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

ROGÉRIA LAYANNE CALDAS DANTAS
Secretária Municipal de Assistência Social e da Habitação
Portaria Nº 440/2019

Publicado por:
Jordânia Najara Domingos Felix
Código Identificador:8C4E1634

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EDITAL Nº 010/2019

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução 01/2019- CMDCA, torna público o resultado da eleição dos membros do Conselho Tutelar do município de Parelhas, realizada no dia 06 de outubro de 2019.

Classificação Titulares	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
1º	Valquíria Medeiros de Melo	761
2º	Maria da Conceição	760
3º	Evaneide Araújo de Souza Mendonça	724
4º	Ruzinete da Costa Silva	692
5º	Jeande de Souza Pereira Santos	634
Classificação Suplentes	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
6º	Aleksandro Beretta de Lima	610
7º	Gleibson dos Santos Nascimento	573
8º	Itamar Pereira Dantas	563
9º	Thaysa Thattyanny Dantas Diniz	453
10º	Aldo Aris Pereira de Araújo	433

Fica aberto o prazo de 08/10/2019 a 14/10/2019, a contar da publicação do presente Edital, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista no item 5.21 do Edital nº 01/2019-CMDCA. O julgamento dos recurso dar-se-á no dia 15/10/2019 a 18/10/2019, conforme descrito no item 5.22 do Edital nº 01/2019.
A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal, homologado pelo Presidente do CMDCA: 23/10/2019.

Parelhas/RN, 07 de Outubro de 2019.

MARIA DAS GRAÇAS DINIZ LIMA
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Maria Vitoria de Araujo
Código Identificador:2FAA92F9

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 660/2019

Dispõe sobre concessão de licença por motivo de doença em pessoa da família.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a ANDERSON DE MEDEIROS CÂNDIDO, ocupante do cargo de Operador de Maquinas/A-I, matrícula n° 120620-6, licença por motivo de doença em pessoa da família, a partir de 1° de outubro de 2019.

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN), 07 de outubro de 2019.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

ALEXANDRE CARLO DE MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Vitoria de Araujo
Código Identificador:FE91A325

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE N° 661/2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

CONSIDERANDO o art. 99, inciso V do Estatuto dos Servidores Públicos deste Município.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder licença prêmio a servidora MARIA DE FÁTIMA DANTAS, ocupante do cargo efetivo de Agente de Saúde A-VI, matrícula 100722-0, lotada na Secretaria Municipal de saúde, a partir de 07 de outubro de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se; e cumpra-se.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas/RN, 07 de outubro de 2019.

ALEXANDRE CARLO DE MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Vitoria de Araujo
Código Identificador:44EB85C1

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE N° 662/2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

CONSIDERANDO o art. 99, inciso V do Estatuto dos Servidores Públicos deste Município.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder licença prêmio a servidora MARINALVA GALVÃO DE MACÊDO, ocupante do cargo efetivo de Agente de Saúde A-IV, matrícula 100748-3, lotada na Secretaria Municipal de saúde, a partir de 1° de novembro de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se; e cumpra-se.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas/RN, 07 de outubro de 2019.

ALEXANDRE CARLO DE MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Vitoria de Araujo
Código Identificador:71290476

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE N° 663/2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

CONSIDERANDO o art. 99, inciso V do Estatuto dos Servidores Públicos deste Município.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder licença prêmio ao servidor GERALDO ESTEVAM DE MACÊDO, ocupante do cargo efetivo de Gari/A-V, matrícula 100412-3, lotado na Secretaria Municipal de Obras e dos Serviços Públicos, a partir de 1° de outubro de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se; e cumpra-se.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas/RN, 07 de outubro de 2019.

ALEXANDRE CARLO DE MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Vitoria de Araujo
Código Identificador:A05F716C

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE N° 664/2019

Torna sem efeito a portaria n° 524/2019.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar sem efeito a Portaria n° 524/2019, que designa o servidor **FRANCISCO EVANIO OLIVEIRA DA SILVA PAIVA**, para responder pelo cargo de Coordenador de Finanças, do quadro desta Prefeitura.

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1° de outubro de 2019, revogando - se as disposições em contrário.

Publique-se; e,
Cumpra-se.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas/RN, 07 de outubro de 2019.

ALEXANDRE CARLO DE MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Vitoria de Araujo
Código Identificador:C9156B63

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE N° 665/2019.

Designa servidor para responder pelo expediente da Coordenadoria de Finanças.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:
Art. 1º - Designar o servidor CARLOS AUGUSTO DE ARAÚJO SILVA NETO, matrícula n° 121172-2, para responder pelo expediente da Coordenadoria de Finanças deste Município de Parelhas.

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1° de outubro de 2019, revogando - se as disposições em contrário.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas/RN, 07 de outubro de 2019.

ALEXANDRE CARLO DE MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Vitoria de Araujo
Código Identificador:7C03A2FF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 002-18/09/2019 - GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR**, **EVANIA LUCIA DANTAS**, inscrita no CPF/MF sob o n.º 040.864.894-57, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Vice-Diretora** – ***Escola Municipal Ministro Jarbas Passarinho***, da Secretaria Municipal de Educação do Município de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se às disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Passagem/RN, 18 de setembro de 2019.

ANTÔNIO DE OLIVEIRA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivana Ferreira Lima
Código Identificador:D0C39E3A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
EDITAL N° 11/2019 - CMDCA

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PATU – CMDICA, através da COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução nº 06/2019- CMDCA, no uso da atribuição que lhe é conferida pelas Leis nº 127/2003; 135/2004 e 381/2015, faz publicar o Edital do **RESULTADO DA ELEIÇÃO**, do Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar, para o quadriênio 2020/2024, que aconteceu no dia 06 de outubro de 2019, no CAMPUS AVANÇADO DE PATU – CAP/UERN, localizada na Avenida Lauro Maia, 972, Estação, neste Município.

Classificação Titulares	Nome do Candidato	Quantidade de Votos
1º	LILIAM MORAIS DO NASCIMENTO	281
2º	ROBISON FÉLIX AZEVEDO DE LIRA FILHO	221
3º	FRANCISCO RANIERY DE MOURA ALVES	193
4º	CAIO RODRIGUES TEIXEIRA ALVES	190
5º	EDIVÂNIO SOARES DE LIMA	180
Classificação Suplentes	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
6º	SANDRILEUZA ETELVINA DA COSTA	162
7º	ANDRÉ GOMES DE LIMA	154
8º	FRANCISCO DAS CHAGAS GOMES OLIVEIRA	153
9º	JACKSON CUSTEAU SARAIVA CORTEZ	150
10º	FRANCISCO DE ASSIS RAMOS	130
11º	JUSSARA SOARES CORDEIRO	120
12º	FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA	116
13º	JOSÉ LEMOS ALVES	93
14º	LUIGE MAYK DE LUNA NASCIMENTO	93
15º	JANIELLY PEREIRA DE MOURA MENDES	73
16º	CARLOS ALBERTO ALVES DE OLIVEIRA	68
17º	ODENIR CALIXTA VIEIRA	65
18º	JOSÉ IVANILSON DA COSTA	32

Fica aberto o prazo de recurso dos dias 08/10/2019 a 14/10/2019 (dias úteis), a contar da publicação do presente Edital, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista da Resolução nº 08 de 24 de julho de 2019-CMDCA.
A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

PATU/RN, 06 DE OUTUBRO DE 2019.

MILENA CELÂNDIA RODRIGUES SILVA
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Francisco Edno Azevedo
Código Identificador:FF35CD41

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0032/2019
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 0008/2019
ARP Nº 0052/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU/RN**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ Nº 08.349.078/0001-28, com sede a Avenida Antonio Suassuna nº 54, Centro - Patu/RN, CEP 59.770-000, representado por **RIVELINO CÂMARA**, CPF Nº 565.187.574-34, brasileiro, convivente de união estável, residente à Rua Jovelina Ernestina, nº 75, Pe. José Kruza - Patu/RN, na qualidade de Prefeito Municipal, doravante denominado **GESTOR DA ARP**, e de outro lado a empresa **POSTO UNIÃO NUNES LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ Nº 10.013.417/0001-42, situada à AV. ANTÔNIO SUASSUNA, S/N, CENTRO, PATU-RN, CEP nº 59.770-000, fone (84)9982-6180, que tem por representante legal o Sr(a). RONNIE CEZAR FERNANDES SILVA, inscrito(a) no CPF nº 537.670.634-68, doravante denominado **BENEFICIÁRIO DA ARP** referente ao **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 0008/2019**, **RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS**, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO AO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (DERIVADOS DE PETRÓLEO) E LUBRIFICANTES DESTINADOS À ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU/RN**, cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º. Integra apresente ARP, a Prefeitura Municipal de Patu, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR.

Art. 3º - O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) Gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações do(s) produto(s) registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) Convocar o particular via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra.
c) Observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) Realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º. O **FORNECEDOR** obriga-se a:
a) Retirar a respectiva ORDEM DE COMPRA, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação;

b) O Prazo de entrega do objeto licitado para os produto(s) não perecíveis é de no máximo de 3 (três) dias corridos e para os produto(s) perecíveis é de no máximo 2 (dois) dias corridos a contar da data do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Compra. Não havendo indicação expressa será considerado como o prazo de entrega o mencionado neste subitem.
c) Os fornecimentos deverão ser iniciados a partir do recebimento da ordem de compra, obedecendo as especificações que constam no termo de referência;
d) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR e FISCAL DE CONTRATO** referentes às condições firmadas na presente ARP;
e) Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
f) Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
g) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
h) Pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos fornecimentos executados, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
i) Manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
j) Obedecer as especificações previstas no termo de referência do edital.

Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará a partir da assinatura por um período de **12 (doze) meses**, podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação de fornecer os produto(s).
Parágrafo único. Caso o prestador não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 6°. O preço, a quantidade, os produtos, o fornecedor e as especificações registradas nesta Ata, encontram-se indicados na tabela em **ANEXO** a esta **ARP**.

Art. 7º. O pagamento será efetuado através da **Tesouraria**, por meio de crédito em conta bancária do Fornecedor ou cheque nominal, após a entrega da documentação fiscal, devidamente conferida(s) e atestada(s) pelo setor responsável, desde que a contratada:
a) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do produto, a documentação fiscal equivalente. Tratando-se de nota fiscal eletrônica, o fornecedor deverá tê-la encaminhado por meio eletrônico ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Patu, responsável pela manutenção da guarda dos mesmos em arquivo específico;
b) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material/serviço, as Certidões de regularidade, junto ao, FGTS, Fazenda Federal **(DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, RECEITA FEDERAL E INSS - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS)**, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal e de regularidade junto à dívida ativa do Estado e trabalhista, essenciais a liquidação, com vigência no ato da emissão da nota fiscal;
c) indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.
d) § 1º O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.
e) § 2º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do **FORNECEDOR**, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, em imprensa oficial.
Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, na imprensa oficial do **ÓRGÃO GERENCIADOR** (www.diariomunicipal.com.br/femurn).

Art. 10. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 11. A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:
Deverão ser fornecidos os gêneros alimentícios de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados;
As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.

Art. 12. O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
a) O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
b) Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.
c) Por ocasião da entrega, o Fornecedor deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão do órgão gerenciador responsável pelo recebimento.
- Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a) A quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
b) O prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referência e a proposta;
c) A embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o adequado acondicionamento;
d) A especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
e) O objeto esteja adequado para utilização.
- O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das Certidões relacionadas no art. 7º, b. É importante, ainda:
a) observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.
- Constatada irregularidades no registro de preço, esta Seção Prefeitura poderá:
a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 13. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
Multa de:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso no fornecimento dos produto(s), limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na(o) execução/fornecimento do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 15.2.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
c2) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Patu/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
e) Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
f) Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
h) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
i) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
j) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
l) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
m) A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
n) A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
o) As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
p) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
q) As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
r) A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos;
s) Na execução do contrato, cabem recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, na forma constante do art. 109 da referida lei.

Parágrafo Primeiro - O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sucessivamente;
- Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "b" e "c".
- Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".
Parágrafo Segundo - Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro - Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto - A sanção de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto - As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

Art. 15. O Fornecedor terá seu registro cancelado: I - Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP;
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração; der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
c) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
d) não manter as condições de habilitação;
e) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
f) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II - Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro - Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo - O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.

Art. 16. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 17. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Patu/RN, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias de igual teor que lida e achada conforme vai

assinada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** e pelo particular fornecedor.

Patu/RN, em 5 de Setembro de 2019.

RIVELINO CÂMARA
Prefeito Municipal
Gestor Da ARP

POSTO UNIÃO NUNES LTDA - EPP
Beneficiário da ARP

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF Nº

2. _____
CPF Nº

Publicado por:
Francisco Edno Azevedo
Código Identificador:1BAE5DD6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 0008/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0032/2019
CONTRATO Nº: 0052/2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU
CONTRATADO: POSTO UNIÃO NUNES LTDA - EPP
CNPJ Nº: 10.013.417/0001-42
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO AO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (DERIVADOS DE PETRÓLEO) E LUBRIFICANTES DESTINADOS À ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU/RN.
VALOR: R$ 1.312.562,80 (Um Milhão, Trezentos e Doze Mil, Quinhentos e Sessenta e Dois Reais e Oitenta Centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
02.050-Secretaria Municipal da Educação e da Cultura
12 361 1002 2010-Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Educação e da Cultura
02.080-Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
15 452 2002 2042-Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
02.090-Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e do Meio Ambiente
20 122 2002 2044-Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e do Meio Ambiente
02.030-Secretaria do Gabinete Civil
04 122 2002 2004-Manutenção das Atividades da Secretaria do Gabinete Civil
3000.00-DESPESAS CORRENTES
3300.00-OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3390.00-Aplicações Diretas
3390.30-Material de Consumo
10010000-Recursos Ordinários
11230000-Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)
DATA DO CONTRATO: 05 de Setembro de 2019.
VIGÊNCIA: 04 de Setembro de 2020.

RIVELINO CÂMARA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Edno Azevedo
Código Identificador:DF28505B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RELAÇÃO DOS CANDIDATOS ELEITOS E ABERTURA DE PRAZO PARA RECURSOS

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PEDRA PRETA

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução nº 01/2019 para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Pedra Preta quadriênio 2020/2024, publica a relação dos candidatos eleitos no último dia 06/10/2019.

1º Titular – Adiliane Cavalcante Bezerra (325 votos)
2º Titular - Sandra Lopes da Silva (302 votos)
3º Titular - Danielle Maria de Lima Silva (299 votos)
4º Titular – Francisca Patrícia de M.C.Costa (243 votos)
5º Titular – Francisca Neiriane de Lima (152 votos)

1º Suplente –Glória Bianca Santos de Lima (152 votos)
* Empate na votação, resultado definido pelo item 11.1. do edital nº 1/2019, que informa "Em caso de empate, terá preferência na classificação: 1º critério: o candidato que obtiver maior nota no Exame de Conhecimento Específico".

I – Fica aberto o prazo de 08/10 a 14/10, para que seja apresentados recursos contra o resultado publicado, a homologação final do resultado da eleição dar-se-á após análise dos recursos apresentados no prazo legal.
II – Os recursos deverão ser apresentados por escrito e protocoladas por integrantes do CMDCA na sede do CRAS, situada na Rua Senador João Câmara, nº 65, no horário das 8 às 17 horas, que terá de 15/10 a 18/10 para julgamento dos recursos, sendo a divulgação do resultado homologado pelo Presidente do CMDCA até dia 23/10/2019.

Pedra Preta, 7 de outubro de 2019.

_____
COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL

Publicado por:
Rodrigo Leonardo Alves Bandeira
Código Identificador:7E628DEC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENDÊNCIAS

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 068/2019.

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 068/2019.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 136/2019.
Fica dispensada a licitação na forma do Art. 24, Inciso XIII, da Lei 8.666/93, em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pendências/RN. CNPJ nº 08.122.657/0001-33
CONTRATADO: SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO RN - SEBRAE/RN – CNPJ: 08.060.774/0001-10.
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de consultoria, através do Programa SEBRAETEC, para pequenos produtores de cordeiros assistidos pela "*Atividade RN – Atendimento Presencial – Vale do Açu"*, em ação denominada Sebraetec, no Município de Pendências.
VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 6.720,00 (seis mil, setecentos e vinte reais).
BASE LEGAL: Art. 24, inciso XIII da Lei 8.666/93.

RATIFICAÇÃO: Em 07/10/2019: Flaudivan Martins Cabral, CPF nº 498.120.094-34. Prefeito Municipal.

Pendências/RN, 07/10/2019.

FLAUDIVAN MARTINS CABRAL
CPF nº 498.120.094-34
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lorena da Rocha Nascimento
Código Identificador:0855CD8E

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 164

EXTRATO DE CONTRATO Nº 164: (Dispensa de Licitação nº 068/2019) PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 136/2019. **CONTRATANTE:** Município de Pendências/RN, CNPJ nº 08.122.657/0001-33. **CONTRATADO:** SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO RN - SEBRAE/RN – CNPJ: 08.060.774/0001-10. **OBJETO**: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de consultoria, através do Programa SEBRAETEC, para pequenos produtores de cordeiros assistidos pela "*Atividade RN – Atendimento Presencial – Vale do Açu"*, em ação denominada Sebraetec, no Município de Pendências/RN. **VALOR GLOBAL ESTIMADO**: **R$ 6.720,00** (seis mil, setecentos e vinte reais). **ELEMENTO DE DESPESA**: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA. **ASSINATURAS EM** 07/10/2019.

Pela Contratante:
FLAUDIVAN MARTINS CABRAL,
CPF nº 498.120.094-34,
Prefeito Municipal,

Pela Contratada:
JOSÉ FERREIRA DE MELO NETO,
CPF nº 405.725.607-53.

Publicado por:
Lorena da Rocha Nascimento
Código Identificador:5EB9FB98

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES
ATA DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 22/2019 - RESULTADO

Ata de Pregão Presencial SRP nº 22/2019.

Publicação - Resultado

Diante da aceitabilidade da proposta, regularidade frente às exigências de habilitação contidas no instrumento convocatório e tendo um dos licitantes mostrado o interesse em interpor recurso, o pregoeiro adjudicou o objeto deste pregão à(s) empresa(s):
ADRIANO DOS SANTOS JALES ME, CNPJ: 07.115.086/0001-47, saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, totalizando o valor de **R$ 267.843,10 (duzentos e sessenta e sete mil, oitocentos e quarenta e três reais e dez centavos)**.

O Pregoeiro, após encerramento desta fase, concedeu aos proponentes vistas ao processo e a todos os documentos. Franqueada a palavra, a Empresa Edilene dos Santos Alves, inscrita no CNPJ/MF Nº 15.199.741/0001-10, relatou que não concorda com a decisão preliminar da CPL/PREGOEIRO, tendo em vista apenas ter havido equivoco nos quantitativos dos itens de 12 a 17 da proposta, podendo, portanto, participar dos lances verbais dos itens 01 a 11 da proposta apresentada. **A Empresa Edilene dos Santos Alves, inscrita no CNPJ/MF Nº 15.199.741/0001-10 manifestou-se ao interesse de interpor recurso**. Nada mais havendo a tratar, o Pregoeiro declarou encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que vai assinadapelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e Licitantes presentes, suspendo a sessão.

Pilões/ RN, 01 de Outubro de 2019.

PAULO GUEDES DA COSTA
Pregoeiro

Publicado por:
Geraldo de Oliveira Silva
Código Identificador:C9CDFAFD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO BRANCO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO BRANCO
RESULTADO PP 019

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Poço Branco-RN, no uso de suas atribuições legais, torna público, para os interessados o resultado de análise de propostas de preços e documentos de habilitação do Processo nº 938/2019, certame licitatório Pregão Presencial nº 019/2019 Sistema de Registro de Preços. ADJUDICA o objeto a empresa habilitada e vencedora DEPOSITO DE GÁS SÃO TOMÉ LTDA - CNPJ: 03.954.830/0003-08, vencedor do ITEM 01. Objeto: Registro de preços para fornecimento de Gás GLP 13Kg, à serem adquiridos fracionados pelo período de um ano.Valor unitário do gás R$ 69,00 (sessenta e nove reais).

Publique-se, para que surta seus efeitos legais, com posterior homologação.

Poço Branco-RN, 07 de outubro de 2019

FABIO FRANCISCO VIANA
Pregoeiro

Publicado por:
Fábio Francisco Viana
Código Identificador:5DDACBD4

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO BRANCO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PP 019

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
O Prefeito Municipal de Poço Branco-RN, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no Inciso VI, do Art. 43, da Lei Federal 8.666/93 e alterações, em conformidade com o que consta no Processo nº 938/2019 - Pregão Presencial nº 019/2019-Sistema de Registro de Preços, **ADJUDICA e HOMOLOGA** o resultado à empresa: DEPOSITO DE GÁS SÃO TOMÉ LTDA - CNPJ: 03.954.830/0003-08, vencedor do ITEM 01. Registro de preços para fornecimento de Gás GLP 13Kg, à serem adquiridos fracionados pelo período de um ano, conforme proposta de preços apresentada à esta Municipalidade. Valor unitário do gás R$ 69,00 (sessenta e nove reais).

Poço Branco-RN, 07 de outubro de 2019

WALDEMAR HORÁCIO DE GÓIS NETO
Prefeito

Publicado por:
Fábio Francisco Viana
Código Identificador:B8881D4F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 2019.010.001.001 – DISPENSA 001/2019 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GAS DE COZINHA E ÁGUA MINERAL PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MATERNIDADE DR. ANTÔNIO MARTINS, que entre si faz a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E A INFÂNCIA DE PORTALEGRE – APAMIP.
De um lado, a **ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E A INFÂNCIA DE PORTALEGRE – APAMIP**, entidade filantrópica, inscrita no CNPJ: 08.515.025/0001-30, localizada a Av. Dr. Antônio Martins, 97 – Centro – 59810-000,

neste ato, representada por sua presidente a Srª **JOANA DARC CAVALCANTE**, apenas denominada de **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **Tulio de Oliveira Gomes, CNPJ Nº 04.508.969/0001-29,** sediada na **R DOUTOR ANTONIO MARTINS, Nº180, Centro, Portalegre/RN,** neste ato, representada por **Tulio de Oliveira Gomes**, apenas denominada de **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Contato, tendo em vista o resultado do processo licitatório na modalidade de dispensa de licitação, tudo de acordo com as normas gerais da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores. **DO FUNDAMENTO LEGAL**: Processo licitatório se dá na forma de dispensa de licitação, de acordo com O Art. 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93. **DO VALOR:** O objeto contratual tem o valor global de **R$2.560,00(dois mil, quinhentos e sessenta reais)**. **DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL:** O presente Contrato terá vigência a contar da data de sua assinatura, até o dia 31 de dezembro do ano vigente. **SIGNATÁRIOS**: **JOANA DARC CAVALCANTE e Tulio de Oliveira Gomes.**

Portalegre/RN, 01 de outubro de 2019.

JOANA D`ARC CAVALCANTE
Presidente

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:4F4F37DC

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 434/2019

LEI Nº 434/2019

Dispõe sobre a Política Pública de Assistência Social do Município de Portalegre e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES E DOS OBJETIVOS

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2° O Público destinatário do Sistema Único de Assistência Social de Portalegre é constituído pelas famílias, grupos ou indivíduos, cujas condições de risco e/ou vulnerabilidade social são as seguintes:
Perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, relacionais ou de pertencimento e sociabilidade;
Fragilidades próprias do ciclo de vida;
Desvantagens pessoais resultantes de deficiência sensorial, mental ou múltipla; Identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural, de gênero ou orientação sexual;
violações de direito resultando em abandono, negligência, exploração no trabalho infanto-juvenil, violência ou exploração sexual comercial, violência doméstica física e/ou psicológica, maus tratos, problemas de subsistência e situação de mendicância;
violência Social, resultando em apartação social;
trajetória de vida nas ruas ou situação de rua;
Situação de conflito com a lei, em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto;
vítimas de catástrofes ou calamidades públicas, com perda total ou parcial de bens;
situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos).

Art. 3o A Política de Assistência Social do Município de Portalegre tem por objetivos:
– a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:
a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
a promoção da integração ao mercado de trabalho;
a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.
– a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;
– a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais;
– participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle de ações em todos os níveis;
– primazia da responsabilidade do ente político na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;
– centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos, tendo como base o território.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais visando universalizar a proteção social e atender às contingências sociais.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Seção I
Dos Princípios
Art. 4º A política pública de assistência social rege-se pelos seguintes princípios:
I - universalidade: todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição;
II - gratuidade: a assistência social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida, observado o que dispõe o art. 35, da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso;
III - integralidade da proteção social: oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioas- sistenciais;
IV - intersetorialidade: integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais de defesa de direitos e Sistema de Justiça;
V - equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.
VI - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
VII - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
VIII - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
IX - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
X - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Seção II
Das Diretrizes
Art. 5º A organização da assistência social no Município observará as seguintes diretrizes:
– primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;
– descentralização político-administrativa e comando único em cada esfera de gestão;
– cofinanciamento partilhado dos entes federados;
IV – matricialidade sociofamiliar;
– territorialização;

– fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil;
– participação popular e controle social, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

CAPÍTULO III
DA GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Seção I
Da Gestão
Art. 6º A gestão das ações na área de assistência social é organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social – SUAS, conforme estabelece a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, cujas normas gerais e coordenação são de competência da União.

Parágrafo único. O SUAS é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangida pela Lei Federal nº 12. 435, de 2011.

Art.7º O Município de Portalegre atuará de forma articulada com as esferas federal e estadual, observadas as normas gerais do SUAS, cabendo-lhe coordenar e executar os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais em seu âmbito.

Art. 8º O órgão gestor da política de assistência social no Município de Portalegre é a Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social – SEMTHAS.

Seção II
Da organização

Art. 9º O Sistema Único de Assistência Social no âmbito do Município de Portalegre organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:
– proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, por meio de aquisições e do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
– proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Art. 10º A proteção social básica compõem-se precipuamente dos seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:
I – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF;
II – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV;
III – Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas;

§1º O PAIF deve ser ofertado exclusivamente no Centro de Referência de Assistên-cia Social – CRAS.

Art. 11. A proteção social especial ofertará precipuamente os seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:
I – Proteção social especial de média complexidade:
a) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade;
II – proteção social especial de alta complexidade:
Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora

Art. 12. As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos ou pelas entidades ou organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada serviço, programa ou projeto socioassistencial.

§1º Considera-se rede socioassistencial o conjunto integrado da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social mediante a articulação entre todas as unidades do SUAS.

§2º A vinculação ao SUAS é o reconhecimento pelo órgão gestor, de que a entidade ou organização de assistência social integra a rede socioassistencial.

Art. 13. As unidades públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS integram a estrutura administrativa do Município de Portalegre, quais sejam:
– CRAS;
– AFAM;

§1º As instalações das unidades públicas estatais devem ser compatíveis com os serviços neles ofertados, observadas as normas gerais.

Art. 14. A proteção social básica será ofertada precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, e pelas entidades e organizações de assistência social, de forma complementar.

§ 1º O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação e execução de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias no seu território de abrangência.
§ 2º AFAM é um serviço que organiza o acolhimento de crianças e adolescentes, afastados da família por medida de proteção, em residência de famílias acolhedoras cadastradas. É previsto até que seja possível o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para adoção. O serviço é o responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras, bem como realizar o acompanhamento da criança e/ou adolescente acolhido e sua família de origem.
§3º O CRAS e o AFAM são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.

Art. 15. A implantação das unidades de CRAS e AFAM deve observar as diretrizes da:
I. **territorialização** – oferta capilarizada de serviços com áreas de abrangência definidas baseada na lógica da proximidade do cotidiano de vida dos cidadãos; respeitando as identidades dos territórios locais, e considerando as questões relativas às dinâmicas sociais, distâncias percorridas e fluxos de transportes, com o intuito de potencializar o caráter preventivo, educativo e protetivo das ações em todo o município, mantendo simultaneamente a ênfase e prioridade nos territórios de maior vulnerabilidade e risco social.
II. **universalização** – a fim de que a proteção social básica e a proteção social especial sejam asseguradas na totalidade dos territórios dos municípios e com capacidade de atendimento compatível com o volume de necessidades da população;
III. **regionalização** – participação, quando for o caso, em arranjos institucionais que envolvam municípios circunvizinhos e o governo estadual, visando assegurar a prestação de serviços socioassistenciais de proteção social especial cujos custos ou baixa demanda municipal justifiquem rede regional e desconcentrada de serviços no âmbito do Estado.

Art. 16. As ofertas socioassistenciais nas unidades públicas pressupõem a constituição de equipe de referência na forma das Resoluções nº 269, de 13 de dezembro de 2006; nº 17, de 20 de junho de 2011; e nº 9, de 25 de abril de 2014, do CNAS.
Parágrafo único. O diagnóstico socioterritorial e os dados da Vigilância Socioassistencial são fundamentais para a definição da forma de oferta da proteção social básica e especial.

Art. 17. O SUAS afiança as seguintes seguranças, observado as normas gerais:

I – acolhida;
– renda;
– convívio ou vivência familiar, comunitária e social;
IV – desenvolvimento de autonomia;
V – apoio e auxílio.

Seção III
Das responsabilidades

Art. 18. Compete ao Município de Portalegre, por meio da Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social:
– Regulamentar e destinar recursos financeiros para custeio dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, da Lei Federal nº 8742, de 1993, mediante critérios estabelecidos pelos conselhos municipais de assistência Social;
– efetuar o pagamento do auxílio-natalidade e o auxílio-funeral;
– atender às ações socioassistenciais de caráter de emergência;
– prestar os serviços socioassistenciais de que trata o art. 23, da Lei Federal nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993, e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;
– organizar e monitorar o funcionamento da vigilância socioassistencial no âmbito municipal, visando o planejamento e à oferta qualificada de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais;
– implantar o conjunto de sistemas de informação, acompanhamento, monitoramento e avaliação para promover o aprimoramento, qualificação e integração contínuos dos serviços da rede socioassistencial, conforme Pacto de Aprimoramento do SUAS e Plano de Assistência Social;
– cofinanciar o aprimoramento da gestão e dos serviços, programas , projetos e benefícios eventuais de assistência social, em âmbito local;
– realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito;
– realizar a gestão local do Beneficio de Prestação Continuada - BPC, garantindo aos seus beneficiários e famílias o acesso aos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial;
– realizar em conjunto com o Conselho de Assistência Social, as conferências de assistência social;
– gerir de forma integrada, os serviços, benefícios e programas de transferência de renda de sua competência;
– gerir o Fundo Municipal de Assistência Social;
– gerir no âmbito municipal, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e o Programa Bolsa Família, nos termos do §1º do art. 8° da Lei nº 10.836, de 2004;
- organizar a oferta de serviços de forma territorializada, em áreas de maior vulnerabilidade e risco, de acordo com o diagnóstico socioterritorial;
– elaborar e submeter ao Conselho Municipal de Assistência Social, anualmente, a proposta orçamentária dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;
- elaborar e executar a política de recursos humanos, de acordo com a NOB/ RH - SUAS;
– elaborar o Plano Municipal de Assistência Social ;
- Alimentar o Censo SUAS;
- implantar o Sistema de Cadastro Nacional de Entidade de Assistência Social – SCNEAS de que trata o inciso XI do art. 19 da Lei Federal nº 8.742, de 1993;
– garantir a infraestrutura necessária ao funcionamento do respectivo conselho municipal de assistência social;
– garantir a elaboração da peça orçamentária esteja de acordo com o Plano Plurianual, o Plano de Assistência Social e dos compromissos assumidos no Pacto de Aprimoramento do SUAS;
- definir os fluxos de referência e contrarreferência do atendimento nos serviços socioassistenciais, com respeito às diversidades em todas as suas formas;
– promover a integração da política municipal de assistência social com outros sistemas públicos que fazem interface com o SUAS e sistema de garantia de direitos;
- prestar informações que subsidiem o acompanhamento estadual e federal da gestão municipal;
- zelar pela execução direta ou indireta dos recursos transferidos pela União e pelos estados ao Município, inclusive no que tange a prestação de contas;
- assessorar as entidades e organizações de assistência social visando à adequação dos seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais às normas do SUAS;
- normatizar, em âmbito local, o financiamento integral dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social ofertados pelas entidades e organizações vinculadas ao SUAS, conforme §3º do art. 6º B da Lei Federal nº 8.742, de 1993, e sua regulamentação em âmbito federal.
- encaminhar para apreciação do conselho municipal de assistência social os relatórios trimestrais e anuais de atividades e de execução físicofinanceira a título de prestação de contas;

Seção IV
Do Plano Municipal de Assistência Social

Art. 19. O Plano Municipal de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que contempla propostas para execução e o monitoramento da política de assistência social no âmbito do Município.

§1º A elaboração do Plano Municipal de Assistência Social dar-se-á cada 4 (quatro) anos, coincidindo com a elaboração do Plano Plurianual e contemplará:
I - diagnóstico socioterritorial;
II - objetivos gerais e específicos;
III - diretrizes e prioridades deliberadas;
IV - ações estratégicas para sua implementação;
V - metas estabelecidas;
VI - resultados e impactos esperados;
VII - recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;
VIII - mecanismos e fontes de financiamento;
IX - indicadores de monitoramento e avaliação;
X - cobertura da rede prestadora de serviços
XI - cronograma de execução.

§2º O Plano Municipal de Assistência Social, além do estabelecido no parágrafo anterior, deverá observar:
– as deliberações das conferências de assistência social;
– metas nacionais e estaduais pactuadas que expressam o compromisso para o aprimoramento do SUAS;
– ações articuladas e intersetoriais;
– ações de apoio técnico e financeiro à gestão descentralizada do SUAS;

§3º A elaboração do Plano Municipal de Assistência Social é de responsabilidade do órgão gestor da política de assistência social que o submete à aprovação do Conselho Municipal de assistência Social, devendo sua elaboração dar-se a cada 4 (quatro) anos, coincidindo com a elaboração do Plano Plurianual e contemplará:
I - diagnóstico socioterritorial;
II - objetivos gerais e específicos;
III - diretrizes e prioridades deliberadas;
IV - ações estratégicas para sua implementação;
V - metas estabelecidas;
VI - resultados e impactos esperados;
VII - recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;
VIII - mecanismos e fontes de financiamento;
IX - cobertura da rede prestadora de serviços;
X - indicadores de monitoramento e avaliação; e
XI - cronograma de execução.

§4º O Plano Municipal de Assistência Social deverá observar:
I - as deliberações das conferências de assistência social;
II - metas nacionais e estaduais pactuadas que expressam o compromisso para o aprimoramento do SUAS;
III - ações articuladas e intersetoriais;
IV - ações de apoio técnico e financeiro à gestão descentralizada do SUAS.

§5º. Realização de diagnóstico socioterritorial, a cada quadriênio, compõe a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social.

I- O diagnóstico tem por base o conhecimento da realidade a partir da leitura dos territórios, microterritórios ou outros recortes socioterritoriais que possibilitem identificar as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que os caracterizam, reconhecendo as suas demandas e potencialidades.

CAPÍTULO IV
DAS INSTÂNCIAS DE ARTICULAÇÃO, PACTUAÇÃO E DELIBERAÇÃO DO SUAS
Seção I
Do Conselho Municipal de Assistência Social

Art. 20. Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Portalegre/RN, órgão superior de deliberação colegiada, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social cujos membros, nomeados pelo Prefeito, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida única recondução por igual período.

§1º O CMAS é composto por 08 (oito) membros e respectivos suplentes indicados de acordo com os critérios seguintes:
– Quatro (04) representantes governamentais:
01 representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
01 representante da Secretaria Municipal de Educação;
01 representante da Secretaria Municipal de Saúde;
01 representante da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos;
Quatro representantes da sociedade civil:
Representantes das entidades de Assistência Social do Município;
Representantes dos trabalhadores do SUAS que atuam na área da Assistência Social;
Representantes dos usuários da política de Assistência Social, eleitos em plenária aberta à população em geral.
Representantes de Comunidades Quilombolas, eleitos em plenária aberta à população em geral.

§2º Os representantes do Poder Público Municipal são de indicação das áreas administrativas, que compõem a gestão pública municipal, sendo membros do quadro efetivo de servidores públicos.

§3º Os representantes da sociedade civil serão indicados pelas entidades, após escolha em foro próprio, sob a fiscalização do Ministério Público, sendo o primeiro mais votado o titular, e o segundo mais votado seu suplente.

§4º Reconhece-se como representante dos usuários, aquele (a) que participa e frequenta os serviços, projetos e programas, independente de vinculação às entidades constituídas que atuam na defesa e garantia dos direitos dos usuários.

§5º Consideram-se para fins de representação no Conselho Municipal o segmento:
– **de usuários**: àqueles vinculados aos serviços, programas, projetos e benefícios da política de assistência social, organizados, sob diversas formas, em grupos que têm como objetivo a luta por direitos;
– **de organizações de usuários**: aquelas que tenham entre seus objetivos a defesa e garantia de direitos de indivíduos e grupos vinculados à política de assistência social;
III **- de trabalhadores**: são legítimas todas as formas de organização de trabalhadores do setor, como associações de trabalhadores, sindicatos, federações, conselhos regionais de profissões regulamentadas, fóruns de trabalhadores, que defendem e representam os interesses dos trabalhadores da política de assistência social;
IV - **entidades de assistência social:** são aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela LOAS, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.
a) As entidades e organizações podem ser: de atendimento, que são aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e aos indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal; ou de assessoramento, que são aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social.

§6º As entidades e organizações de assistência social deverão estar inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social para seu regular funcionamento, nos termos do art. 9° da Lei n. 8.742 de 1993, aos quais caberá a fiscalização destas entidades e organizações independentemente do recebimento ou não de recursos públicos, conforme Resolução do CNAS e regulamento pelos CMAS, sobre os parâmetros que definem sobre a inscrição de entidades e organizações de assistência social,bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos Municipais do Município.

§7º Os trabalhadores investidos de cargo de direção ou chefia, seja no âmbito da gestão das unidades públicas estatais ou das entidades e organizações de assistência social não serão considerados representantes de trabalhadores no âmbito dos Conselhos.

§8º O CMAS é presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato de 1 (um) ano, permitida única recondução por igual período.

§9° Deve-se observar em cada mandato a alternância entre representantes da sociedade civil e governo na presidência e vice-presidência do CMAS.

§10º O CMAS contará com uma Secretaria Executiva, a qual terá sua estrutura disciplinada em ato do Poder Executivo.

Art. 21. O CMAS reunir-se-á ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário; suas reuniões devem ser abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas, e funcionará de acordo com o Regimento Interno.

Parágrafo único. O Regimento Interno definirá, também, o quórum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões do Plenário, para as questões de suplência e perda de mandato por faltas.

Art. 22. A participação dos conselheiros no CMAS é de interesse público e relevante valor social e não será remunerada.

Art. 23. O controle social do SUAS no Município efetiva-se por intermédio do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e das Conferências Municipais de Assistência Social, além de outros fóruns de discussão da sociedade civil.

Art. 24. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:
I – elaborar, aprovar e publicar seu regimento interno;
II – convocar as Conferências Municipais de Assistência Social e acompanhar a execução de suas deliberações;
III– aprovar a Política Municipal de Assistência Social, em consonância com as diretrizes das conferências de assistência social;
IV– apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das conferências municipais e da Política Municipal de Assistência Social;
V – aprovar o Plano Municipal de Assistência Social apresentado pelo órgão gestor da assistência social e acompanhar sua execução;
VI- acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão do Programa Bolsa Família-PBF;
VII- normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social de âmbito local;
VIII- deliberar sobre a inscrição, acompanhar e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social, bem como de serviços, programas, projetos de assistência social, de acordo com as orientações do Conselho Nacional da Assistência Social CNAS;
IX- aprovar critérios para repasse de recursos financeiros às entidades não governamentais de assistência social;
X- apreciar e aprovar a proposta orçamentária da assistência social a ser encaminhada pela Secretaria Municipal de Assistência Social em consonância com a Política Municipal de Assistência Social;

XI - definir critérios e parâmetros de avaliação e gestão dos recursos, bem como do desempenho, impacto, eficácia e eficiência alcançados pelos programas e projetos aprovados;
XII - aprovar relatório anual de gestão da Assistência Social;
XIII – aprovar prestações de contas das entidades de assistência social;
XIV- divulgar no órgão de imprensa oficial do Município as deliberações em Resoluções;
XV- fiscalizar a gestão e execução dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família-IGD-PBF, e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social -IGD-SUAS;
XVI- participar da elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual no que se refere à assistência social, bem como do planejamento e da aplicação dos recursos destinados às ações de assistência social, tanto dos recursos próprios quanto dos oriundos do Estado e da União, alocados no FMAS;
XVII- orientar e fiscalizar o FMAS;
XVIII - estabelecer critérios e prazos para concessão dos benefícios eventuais;
XIX - estabelecer articulação permanente com os demais conselhos de políticas públicas setoriais e conselhos de direitos

Art. 25. O CMAS deverá planejar suas ações de forma a garantir a consecução das suas atribuições e o exercício do controle social, primando pela efetividade e transparência das suas atividades.

Parágrafo único. O planejamento das ações do conselho deve orientar a construção do orçamento da gestão da assistência social para o apoio financeiro e técnico às funções do Conselho.

Seção II
Da Conferência Municipal de Assistência Social

Art. 26. A Conferência Municipal de Assistência Social é instância máxima de debate, de formulação e de avaliação da política pública de assistência social e definição de diretrizes para o aprimoramento do SUAS, com a participação de representantes do governo e da sociedade civil.

Art. 27. A Conferência Municipal de Assistência Social deve observar as seguintes diretrizes:
I – divulgação ampla e prévia do documento convocatório, especificando objetivos, prazos, responsáveis, fonte de recursos e comissão organizadora;
– garantia da diversidade dos sujeitos participantes, inclusive da acessibilidade às pessoas com deficiência;
– estabelecimento de critérios e procedimentos para a designação dos delegados governamentais e para a escolha dos delegados da sociedade civil;
– publicidade de seus resultados;
- adotar estratégias e mecanismos que favoreçam a mais ampla inserção dos usuários, por meio de linguagem acessível e do uso de metodologias e dinâmicas que permitam a sua participação e manifestação;
- desenvolver metodologia de acompanhamento e monitoramento das deliberações das conferências de assistência social;
- articulação com a conferência estadual e nacional de assistência social.

Art. 28. A Conferência Municipal de Assistência Social será convocada ordinariamente a cada quatro anos pelo Conselho Municipal de Assistência Social e extraordinariamente, a cada 2 (dois) anos, conforme deliberação da maioria dos membros do Conselho.

Seção III
Da participação dos usuários

Art. 29. É condição fundamental para viabilizar o exercício do controle social e garantir os direitos socioassistenciais o estímulo à participação e ao protagonismo dos usuários no Conselho e Conferência Municipal de assistência social.

Art. 30. O estímulo à participação dos usuários pode se dar a partir de articulação com movimentos sociais e populares e de apoio à organização de diversos espaços tais como: fórum de debate, audiência pública, comissão de bairro, coletivo de usuários junto aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Seção IV
Da representação do município nas instâncias de negociação e pactuação do SUAS.

Art. 31. O município é representado nas Comissões Intergestores Bipartite – CIB e Tripartite – CIT, instâncias de negociação e pactuação dos aspectos operacionais de gestão e organização do SUAS, respectivamente, em âmbito estadual e nacional, pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social – COEGEMAS e pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS.

§1º O CONGEMAS E COEGEMAS constituem entidades sem fins lucrativos que representam as secretarias municipais de assistência social, declarados de utilidade pública e de relevante função social, onerando o município quanto a sua associação a fim de garantir os direitos e deveres de associado.

§2º O COEGEMAS poderá assumir outras denominações a depender das especificidades regionais.

CAPÍTULO V
DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS, DOS SERVIÇOS, DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS PROJETOS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA.

Seção I
Dos Benefícios Eventuais

Art. 32. Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias prestadas aos indivíduos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública, na forma prevista na Lei federal nº 8.742, de 1993.

Parágrafo único. Não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social as provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios vinulados ao campo da saúde, da educação, da integração nacional, da habitação, da segurança alimentar e das demais políticas públicas setoriais.

Art. 33. Os benefícios eventuais integram organicamente as garantias do SUAS, devendo sua prestação observar:
I– não subordinação a contribuições prévias e vinculação a quaisquer contrapartidas;
II- desvinculação de comprovações complexas e vexatórias, entrevistas constrangedoras, abordagens com uso de linguagem complexa e inacessível, visitas domiciliares invasivas e julgamentos de qualuqer natureza que possam estigmatizar os beneficiários;
III- garantia de qualidade e prontidão na concessão dos benefícios;
IV- garantia de igualdade de condições no acesso às informações e à fruição dos benefícios eventuais;
V - ampla divulgação dos critérios para a sua concessão;
VI- integração da oferta com os serviços socioassistenciais.

Art.34. Os benefícios eventuais podem ser prestados na forma de pecúnia, bens de consumo ou prestação de serviços.

Art. 35. O público alvo para acesso aos benefícios eventuais poderá ser identificado pelo município a partir de estudos da realidade social e diagnóstico elaborado com uso de informações disponibilizadas pela Vigilância Socioassistencial, com vistas a orientar o planejamento da oferta.

Seção II
Da Prestação de Benefícios Eventuais

Art. 36. Os benefícios eventuais devem ser prestados em virtude de nascimento, morte, vulnerabilidade temporária e calamidade pública, observadas as contingências de riscos, perdas e danos a que estão sujeitos os indivíduos e famílias.

Parágrafo único. Os critérios e prazos para prestação dos benefícios eventuais devem ser estabelecidos por meio de Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme prevê o art. 22, §1º, da Lei Federal nº 8.742, de 1993 e através da Lei Nº 12.435 de 6 de julho de 2011.

Art. 37. O auxílio por natalidade:
I - Independe de limite de renda e de contrinuição prévia.
II - Poderá ser concedido nas formas de pecúnia ou bens de consumo, ou em ambas as formas, conforme a necessidade do requerente e disponibilidade da administração pública.
III - Deve ser ofertado à família em número igual ao dos nascimentos ocorridos, ou seja considerar o nascimento de gêmeos, trigêmeos, outros.

Parágrafo único. A oferta do benefício eventual por situação de nascimento se destina a evitar e superar inseguranças e vulnerabilidades sociais vivenciadas pelas mães e familias nos processos que envolvem o nascimento ou a morte da própria mãe e/ou de filhas e filhos e que impactam na convivência, na autonomia, na renda, enfim, na capacidade de viver dignamente e de proteger uns aos outros no grupo familiar.

Art. 38. O Beneficio Eventual é devido a:
I - Familias e pessoas que geraram filhos (as) ou se considerem mães/pais;
II - Familias que necessitam da provisão socioassistencial, independente da orientação sexual ou identidade de gênero informada pelos(as) beneficiários (as);
III - Casais que nao possuem união oficializada;
IV - Familias monoparentais;
V - Familias adotantes de crianças;
VI - Adolescentes grávidas ou mães adolescentes;
VII - Mulheres que realizaram interrupção da gravidez nas situações previstas em lei.

Art. 39. O benefício prestado em virtude de morte deverá ser concedido com o objetivo de reduzir vulnerabilidades provocadas por morte de membro da família e tem por objetivo atender as necessidades urgentes da família para enfrentar vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros. E atenderá, prioritariamente:
I-a despesas de urna funerária, velório e sepultamento;
II-a necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros; e
III-a ressarcimento, no caso da ausência do benefício eventual no momento em que este se fez necessário.

Art. 40. O benefício prestado em virtude de vulnerabilidade temporária será destinado à família ou ao indivíduo visando minimizar situações de riscos, perdas e danos, decorrentes de contingências sociais, e deve integrar-se à oferta dos serviços socioassistenciais, buscando o fortalecimento dos vínculos familiares e a inserção comunitária.

Parágrafo único. O benefício será concedido na forma de pecúnia ou bens de consumo, em caráter temporário, sendo o seu valor e duração definidos de acordo com o grau de complexidade da situação de vulnerabilidade e risco pessoal das famílias e indivíduos, identificados nos processo de atendimento dos serviços.

Art. 41. A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:
I - riscos: ameaça de sérios padecimentos;
II - perdas: privação de bens e de segurança material;
III - danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo único: Os riscos, perdas e danos podem decorrer de:
I - ausência de documentação;
II - necessidade de mobilidade intraurbana para garantia de acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais;
III - necessidade de passagem para outra unidade da Federação, com vistas a garantir a convivência familiar e comunitária;
IV - ocorrência de violência física, psicológica ou exploração sexual no âmbito familiar ou ofensa à integridade física do indivíduo;
V - perda circunstancial ocasionada pela ruptura de vínculos familiares e comunitários;
VI - processo de reintegração familiar e comunitária de pessoas idosas, com deficiência ou em situação de rua; crianças, adolescentes, mulheres em situação de violência e famílias que se encontram em cumprimento de medida protetiva;
VII - ausência ou limitação de autonomia, de capacidade, de condições ou de meios próprios da família para prover as necessidades alimentares de seus membros;

Art 42. O benefício eventual ofertado na situação de vulnerabilidade temporária para indivíduos e famílias é identificado expressamente na forma de três modalidades
I - Alimentação;
II - Documentação;
III - Domicílio.

§1º. Aoferta do benefício eventual alimentação se destina aos indivíduos e famílias que requerem o benefício por vivenciarem uma eventualidade que impossibilita temporariamente o acesso à alimentação digna.

§2º. A oferta ao beneficio deve ser temporárea conforme necessidades indicadas pelo trabalho social com a família, nao devendo exceder o prazo máximo de seis meses. Cabendo prorrogação apenas quando a equipe responsável pela concessão identificar necessidade.

§3º Não são provisões da política de assistência social, entre outros itens, “leites e dietas de prescrição especial”.

§4º A falta de domicílio enseja a concessão do beneficio eventual para pagamento de aluguel, visto que os indivíduos nesta situação estão em desproteção social. E o acesso a esse benefício deve ocorrer:
I - Para garantir proteção na situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;
II - Quando ocorre a perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;
III - Para garantir moradia nas situações de desastres e de calamidade pública; e
IV - Em outras situações sociais que comprometam a sobrevivência

§5º A vulnerabilidade temporáriase também pode se manifestar pela ausência de documentação civil básica. Com vistas ao restabelecimento da segurança social decorrente da falta de documentação, a norma que regulamenta o benefício eventual prevê como demandas por Benefícios Eventuais o acesso à documentação básica, tais como:
I - Certidão de Nascimento;
II - Carteira de Identidade –RG;
III - Inscrição no CPF, nos locais onde não há entidades públicas conveniadas;
IV - Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS

§6º A busca pela equidade no acesso ao transporte não deve ser responsabilidade da política de assistência social, no entanto, esta oferta pode ser realizada quando identificada a situação de vulnerabilidade temporária nas seguintes situações:
I - Para retorno de indivíduo ou família à cidade natal;
II - Para atender situações de migração.

Parágrafo único: a concessão dos benefícios eventuais por situação de vulnerabilidade temporárea fica condicionados a disponibilidade orçamentária e financeira da gestão municipal.

Art. 43. As situações de calamidade pública e desastre caracterizam-se por eventos anormais, decorrentes de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, secas, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, os quais causem sérios danos à comunidade afetada, inclusive à segurança ou à vida de seus integrantes, e outras situações imprevistas ou decorrentes de caso fortuito.

Parágrafo único. O benefício será concedido na forma de pecúnia ou bens de consumo, em caráter provisório e suplementar, sendo seu valor fixado de acordo com o grau de complexidade do atendimento de vulnerabilidade e risco pessoal das famílias e indivíduos afetados.

Seção III
Dos recursos orçamentários para oferta de benefícios eventuais

Art. 44. As despesas decorrentes da execução dos benefícios eventuais serão providas por meio de dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. As despesas com Benefícios Eventuais devem ser previstas anualmente na Lei Orçamentária Anual do Município - LOA.

Seção II
Dos serviços

Art. 45. Serviços socioassistenciais são atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 8.742, de 1993, e na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Seção III
Dos Programas de Assistência Social
Art. 46. Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.
§ 1º Os programas serão definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, obedecidas a Lei Federal nº 8.742, de 1993, e as demaisnormas gerais do SUAS, com prioridade para a inserção profissional e social.

§ 2ºOs programas voltados para o idoso e a integração da pessoa com deficiência serão devidamente articulados com o Benefício de Prestação Continuada - BPC, estabelecido no art. 20 da Lei Federal nº 8.742, de 1993.

Se**ção IV**
Dos projetos de enfrentamento a pobreza

Art. 47. Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social à grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.

Seção V
Da relação com as entidades e organizações de Assistência Social

Art. 48. São entidades ou organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei Federal nº 8.742, de 1993, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

Art. 49. As entidades e organizações de assistência social e os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais deverão ser inscritos no Conselho Municipal de Assistência Social para que obtenha a autorização de funcionamento no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, observado os parâmetros nacionais de inscrição definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

Art. 50. Constituem critérios para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais:
I - executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;
II - assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;
III - garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
IV - garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 51. As entidades e organizações de assistência social no ato da inscrição demonstrarão:
I - ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída;
II - aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
III - elaborar plano de ação anual;
IV - ter expresso em seu relatório de atividades:
finalidades estatutárias;
objetivos;
origem dos recursos;
infraestrutura;
identificação de cada serviço, programa, projeto e benefício socioassistencial executado.

Parágrafo único. Os pedidos de inscrição observarão as seguintes etapas de analise:
I – análise documental;
II – visita técnica, quando necessária, para subsidiar a análise do processo;
III – elaboração do parecer da Comissão;
IV – pauta, discussão e deliberação sobre os processos em reunião plenária;
V – publicação da decisão plenária;
– emissão do comprovante;
– notificação à entidade ou organização de Assistência Social por ofício.

CAPÍTULO VI
DO FINANCIAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 52. O financiamento da Política Municipal de Assistência Social é previsto e executado através dos instrumentos de planejamento orçamentário municipal, que se desdobram no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. O orçamento da assistência social deverá ser inserido na Lei Orçamentária Anual, devendo os recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social serem voltados à operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 53. Caberá ao órgão gestor da assistência social responsável pela utilização dos recursos do respectivo Fundo Municipal de Assistência Social o controle e o acompanhamento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, por meio dos respectivos órgãos de controle, independentemente de ações do órgão repassador dos recursos.

Seção I
Do Fundo Municipal de Assistência Social

Art. 54. Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, fundo público de gestão orçamentária, financeira e contábil, com objetivo de proporcionar recursos para cofinanciar a gestão, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 55. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS:

I - recursos provenientes da transferência dos fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;
II - dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;
III - doações, auxílios, contribuições, subvenções de organizações internacionais e nacionais, Governamentais e não Governamentais;
IV - receitas de aplicações financeiras de recursos do fundo, realizadas na forma da lei;
V - as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social terá direito a receber por força da lei e de convênios no setor.
VI - produtos de convênios firmados com outras entidades financiadoras;
VII - doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;
VIII - outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§1º A dotação orçamentária prevista para o Fundo Municipal de Assistência Social será automaticamente transferida a sua conta, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.
§2º Os recursos que compõem o Fundo serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sobre a denominação – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.
§3º As contas recebedoras dos recursos do cofinanciamento federal das ações socioassistenciais serão abertas pelo Fundo Nacional de Assistência Social.

Art. 56. O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, sob orientação e fiscalização do Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 57. Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, serão aplicados em:
I - financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de assistência social desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou por Órgão conveniado;
II - em parcerias entre poder público e entidades ou organizações de assistência social para a execução de serviços, programas e projetos socioassistencial específicos;
III - aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento das ações socioassistenciais;
IV - construção reforma ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de Assistência Social;
V - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de Assistência Social;
VI - atendimento das ações socioassistenciais de caráter emergencial;
VII - pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei Federal nº 8.742, de 1993;
VIII - pagamento de profissionais que integrarem as equipes de referência, responsáveis pela organização e oferta daquelas ações, conforme percentual apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

Art. 58. O repasse de recursos para as entidades e organizações de Assistência Social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, observando o disposto nesta Lei.

Parágrafo Único. As transferências de recursos para organizações governamentais e da sociedade civil de assistência social se processarão mediante convênios, contratos, acordos, ajustes e/ou similares, obedecendo à legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 59. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação

Art. 60. Revogam-se as disposições em contrário.

Portalegre (RN), 07 de outubro de 2019.

MANOEL DE FREITAS NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:5F2CEE41

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL FERNANDES

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE LICITAÇÃO 2ª CHAMADA

AVISO DE LICITAÇÃO 2ª CHAMADA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2019

O município de Rafael Fernandes/RN, torna público que restou deserta a sessão de julgamento das propostas e documentação do Processo Licitatório 012/2019 que ocorreu no dia 07/10/2019 às 09:00h, tendo por objeto, Registro de preços para Contratação de empresa para realização de exames laboratoriais neste município conforme especificações do edital. A segunda sessão pública para recebimento dos documentos para credenciamento do representante da licitante acontecerá no dia 18/10/2019 às 09:00h no mesmo local. Informações no horário de 08:00 às 11:30 horas, nos dias úteis na Comissão de Licitação. Rafael Fernandes/RN.

Rafael Fernandes, 07 de Outubro de 2019.

FRANCISCO BRUNO FERREIRA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Diogo da Costa Ferreira
Código Identificador:04CEEE6B

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE LICITAÇÃO 2ª CHAMADA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019

O município de Rafael Fernandes/RN, torna público que restou deserta a sessão de julgamento das propostas e documentação do Processo Licitatório 013/2019 que ocorreu no dia 07/10/2019 às 10:30h, tendo por objeto, Registro de Preços para: FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE FORMA FRACIONADA DESTINADOS À ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETÁRIAS DESTE MUNICÍPIO, COMO TAMBEM A MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS. A segunda sessão pública para recebimento dos documentos para credenciamento do representante da licitante acontecerá no dia 18/10/2019 às 10:30h no mesmo local. Informações no horário de 08:00 às 11:30 horas, nos dias úteis na Comissão de Licitação. Rafael Fernandes/RN.

Rafael Fernandes, 07 de Outubro de 2019

FRANCISCO BRUNO FERREIRA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Diogo da Costa Ferreira
Código Identificador:9BF5A6F3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL 004/2019 RESULTADO ELEIÇÕES CONSELHO TUTELAR

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EDITAL Nº 004/2019 - CMDCA

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução 01/2019- CMDCA, torna público o resultado da eleição dos membros do Conselho Tutelar do município de Riacho da Cruz - RN, realizada no dia 06 de outubro de 2019.

Classificação Titulares	Nome do Candidato	Quantidade de Votos
1º	Shirley de Toinho de Dudu	235
2º	Dalila de Osvaldo	177
3º	Memea de Berguinho	169
4º	Felipe de Zé Neto	160
5º	Itamara de Pepeta	157
Classificação Suplentes	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
6º	Maria de Tiquinho	148
7º	Toinha Soares	145
8º	Romário Nogueira	127
9º	Mônica de Raimundo Neto	107
10º	Renata de Pelinha	104

Fica aberto o prazo de 05 dias (de 08 a 14/10), para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista no item 5.21 do Edital nº 01/2019-CMDCA.
A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

Riacho da Cruz - RN, 07 de Outubro de 2019.

REGYANA DE PAIVA NUNES
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Ciena Maria Paiva Diogenes Rego
Código Identificador:475C0865

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

A **PREFEITURA MUNCIPAL DE RIACHO DE SANTANA**, por intermédio do Pregoeiro, torna público que às **08:30** horas do dia **17 de Outubro de 2019**, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019**, tipo menor preço, que tem como objeto **Sistema de Registro de Preço para Escolha de empresa especializada em Translado de Pessoas com destino a Mossoró/RN, Natal/RN, a fim de atender as necessidades das Secretarias Municipais, conforme especificações e quantitativos constantes da Solicitação em Anexo,** e de acordo com o que determina a legislação vigente, a realizar-se na sala da Comissão de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA.

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas.

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação, à Rua Manoel Souza Lima, Nº 350 – Centro - Riacho De Santana/RN, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente, podendo ser solicitado por e-mail **riachodesantana@uol.com.br.**

Riacho De Santana - RN, 02 de Setembro de 2019.

ANTÔNIO JONAS GOMES
Pregoeiro

Publicado por:
Aécio Bento de Souza
Código Identificador:C49E6532

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA N° 344/2019

"Suplementação de Carga Horária a JOÃO PAULO FERREIRA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, contidas no inciso II do art. 25 e no inciso II do art. 138 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria Municipal de Educação, para a organização do quadro educacional, através do Memorando de nº 070-B/19 e;
CONSIDERANDO o Art. 39 da Lei municipal n° 384/2010 do Plano de cargos, carreira e remuneração do Magistério público do Município de Rodolfo Fernandes;

RESOLVE:

Art. 1°. Fica acrescido 20 (Vinte) horas, a carga horária semanal do servidor abaixo elencado:
***JOÃO PAULO FERREIRA*;**
Art. 2°. As despesas decorrentes do presente ato correrão por conta do FUNDEB, complementado caso se necessário.
Art. 3°. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01 de outubro de 2019.

PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE ARQUIVE-SE

Palácio Francisco Germano Filho, 07 de outubro de 2019.

FRANCISCO WILSON DE FREITAS RÊGO FILHO
CPF: 005.958.943 – 48
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Kleber Inácio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:8C15B984

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA N° 345/2019

"Suplementação de Carga Horária a ADALCYMARY GIGLIANE OLIVEIRA FREITAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, contidas no inciso II do art. 25 e no inciso II do art. 138 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria Municipal de Educação, para a organização do quadro educacional, através do Memorando de nº 070-A/19 e;
CONSIDERANDO o Art. 39 da Lei municipal n° 384/2010 do Plano de cargos, carreira e remuneração do Magistério público do Município de Rodolfo Fernandes;

RESOLVE:

Art. 1°. Fica acrescido de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais, a carga horária semanal da servidora abaixo elencado:
ADALCYMARY GIGLIANE OLIVEIRA FREITAS;
Art. 2°. As despesas decorrentes do presente ato correrão por conta do FUNDEB, complementado caso se necessário.
Art. 3°. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01 de outubro de 2019.

PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE ARQUIVE-SE

Palácio Francisco Germano Filho, 07 de outubro de 2019.

FRANCISCO WILSON DE FREITAS RÊGO FILHO
CPF: 005.958.943 – 48
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Kleber Inácio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:DA77EB1A

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA N° 346/2019

Concessão de licença prêmio por assiduidade para o servidor PAULO CEZAR BARBOSA FILGUEIRA e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, contidas no inciso II, art. 37, da Constituição Federal e artigo 138, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal
CONSIDERANDO o disposto no art. 26, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal que dispõe sobre atos de efeito individual relativos aos servidores municipais,
CONSIDERANDO o disposto no artigo 76 do Regime Jurídico Único dos Servidores, Lei Municipal nº 574/2015,
CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida licença pelo prazo de 90 dias, a título de licença prêmio por assiduidade, no período de **07 de outubro de 2019 a 04 de janeiro de 2020**, ao servidor ***PAULO CEZAR BARBOSA FILGUEIRA***, matrícula 316, ocupante do cargo de ASG, lotado (a) na Secretaria Municipal Infraestrutura, obras e urbanismo, correspondente ao período de **03 de março de 2003** a **03 de março de 2008.**

Art. 2°. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE ARQUIVE-SE

Palácio Francisco Germano Filho, 07 de outubro de 2019.

FRANCISCO WILSON DE FREITAS RÊGO FILHO
CPF: 005.958.943 – 48
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Kleber Inácio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:BEBD21E9

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA N° 347/2019

"CONCEDER DIÁRIAS A COORDENADORA PEDAGÓGICA DO ENSINO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE RODOLFO FERNANDES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, contidas no inciso II, art. 37, da constituição Federal, incisos II, letra C, do art. 25 e incisos II, do art. 138 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a Lei Municipal Nº. 289/2006, que dispõe sobre os valores das diárias e concessão;
CONSIDERANDO o disposto no art. 16, §6º, I, da Resolução nº. 004/2013 – TCE;
CONSIDERANDO, a necessidade do deslocamento da Coordenadora Pedagógica do Ensino Infantil do Município de Rodolfo Fernandes/RN, com o objetivo de participar da IIº FORMAÇÃO CONTINUADA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO DOCUMENTO CURRICULAR E (RE)FORMULAÇÃO DOS PROJETOS POLITICOS PEDAGOGICOS.

R E S O L V E:

Art.1° – **AUTORIZAR** em favor do (a) Servidor (a)**, Maria Neuzaneide Vaz de Freitas Aquino,** (Coordenadora Pedagógica do Ensino Infantil do Município de Rodolfo Fernandes/RN), as diárias a seguir mencionada a fim tratar de assuntos acima mencionado, a esta secretaria a qual está lotado.

Período: 08 de outubro de 2019.
Saída às: 06h30min **Retorno:** 18h00min;
Total das Diárias: 01 (uma) diária;
Valor Unitário das Diárias: R$ 70,00 (setenta reais);
Valor Total das Diárias: R$ 70,00 (setenta reais);

Art.2º –**AUTORIZAR** a Secretária Municipal de Finanças a efetuar o pagamento das diárias de que trata o art.1º da presente portaria

Art. 3º - O (a) servidor (a) beneficiário (a) de que trata o art. 1º, desta Portaria fica obrigado à prestação de Contas nos termos do art. 16, § 6º, III da Resolução n 004/2013 – TCE de 31 de janeiro de 2014.
Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE ARQUIVE-SE

Palácio Francisco Germano Filho, 07 de outubro de 2019.

FRANCISCO WILSON DE FREITAS RÊGO FILHO
CPF: 005.958.943 – 48
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Kleber Inácio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:C45D5A72

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA N° 348/2019

"CONCEDER DIÁRIAS A COORDENADORA PEDAGÓGICA DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE RODOLFO FERNANDES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, contidas no inciso II, art. 37, da constituição Federal, incisos II, letra C, do art. 25 e incisos II, do art. 138 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a Lei Municipal Nº. 289/2006, que dispõe sobre os valores das diárias e concessão;
CONSIDERANDO o disposto no art. 16, §6º, I, da Resolução nº. 004/2013 – TCE;
CONSIDERANDO, a necessidade do deslocamento da Coordenadora Pedagógica do Ensino Fundamental do Município de Rodolfo Fernandes/RN, com o objetivo de participar da IIº FORMAÇÃO CONTINUADA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO DOCUMENTO CURRICULAR E (RE)FORMULAÇÃO DOS PROJETOS POLITICOS PEDAGOGICOS.

R E S O L V E:

Art.1° – **AUTORIZAR** em favor do (a) Servidor (a)**, Maria do Disterro Brasil Araújo,** (Coordenadora Pedagógica do Ensino Fundamental do Município de Rodolfo Fernandes/RN), as diárias a seguir mencionada a fim tratar de assuntos acima mencionado, a esta secretaria a qual está lotado.

Período: 08 de outubro de 2019.
Saída às: 06h30min **Retorno:** 18h00min;
Total das Diárias: 01 (uma) diária;
Valor Unitário das Diárias: R$ 70,00 (setenta reais);
Valor Total das Diárias: R$ 70,00 (setenta reais);

Art.2º –**AUTORIZAR** a Secretária Municipal de Finanças a efetuar o pagamento das diárias de que trata o art.1º da presente portaria

Art. 3º - O (a) servidor (a) beneficiário (a) de que trata o art. 1º, desta Portaria fica obrigado à prestação de Contas nos termos do art. 16, § 6º, III da Resolução n 004/2013 – TCE de 31 de janeiro de 2014.
Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE ARQUIVE-SE

Palácio Francisco Germano Filho, 07 de outubro de 2019.

FRANCISCO WILSON DE FREITAS RÊGO FILHO
CPF: 005.958.943 – 48
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Kleber Inácio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:175C71FA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

GABINETE CIVIL
DECRETO Nº 1.825, DE 18 DE SETEMBRO DE 2019.

Declara de utilidade pública, para fins de uso pelo Estado do Rio Grande do Norte e pelo município de Santa Cruz/RN, o imóvel situado na comunidade rural Chaves Belas e dá providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 55, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

D E C R E T A:
Art. 1º - Fica declarada de UTILIDADE PÚBLICA, para fins de implantação de sistema de dessalinização e tanque de concentrado, além do uso, pelo prazo de 20 (vinte) anos, com possibilidade de renovação por igual período, pelo Estado do Rio Grande do Norte e pelo Município de Santa Cruz/RN, as áreas compreendidas nos termos de doação e cessão de uso anexos a este decreto, situadas na Comunidade Chaves Belas, neste município.
Art. 2º -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando alteradas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ/RN, em 18 de setembro de 2019.

IVANILDO FERREIRA LIMA FILHO
Prefeito

Publicado por:
Arivaldo Silva dos Santos
Código Identificador:5E743AC7

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº. 755/2019 – GAB

O Prefeito Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E :

Art. 1º - Conceder **uma diária, no valor de R$ 320,00 (trezentos e vinte reais)** ao Motorista, **CÍCERO PAULINO DA SILVA**, **CPF: 155.392.884-91,** para cobrir suas despesas no dia **08 do corrente mês e ano**, onde conduzirá paciente para realizar exame especial izado de Neurorreabilitação em lesão medular, no Ambulátório de Enfermagem do Hospital da Rede Sarah, na cidade de Fortaleza/CE, conforme solicitação **nº 3.202**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Cruz/RN, 07 de outubro de 2019.

IVANILDO FERREIRA LIMA FILHO
Prefeito

Publicado por:
Arivaldo Silva dos Santos
Código Identificador:C7E257C6

GABINETE CIVIL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 134/2019

Espécie: PRIMEIRO TERMO ADITIVO.
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTA CRUZ. CONTRATADA: EMPROTEC - EMPRESA DE PROJ TECNICOS E CONST. CIVIL - CNPJ: 10.465.480/0001-10. OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a ampliação da meta, inicialmente, contratada para completa execução da obra e seu funcionamento. DO VALOR ALTERADO: R$ 18.114,72 (dezoito mil, cento e quatorze reais e setenta e dois centavos). DA RATIFICAÇÃO: As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalterados pelo presente Termo Aditivo. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Santa Cruz/RN, 03 de outubro de 2019.

IVANILDO FERREIRA LIMA FILHO
Prefeito Municipal - Contratante e

FRANCISCO MARCILIO DE P. CONFESSOR
P / Contratada.

Publicado por:
Carlos Antonio de Pontes
Código Identificador:88880848

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº. 757/2019 – GAB

O Prefeito Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E :
Art. 1º - Conceder **uma diária e meia, no valor de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais)** à Sra. **GRACIELA ANDRADE VALCÁCIO**, **CPF: 837.396.704-44**, Auxiliar Fisioterapeuta, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, para cobrir suas despesas durante o dia **08 do corrente mês e ano**, na cidade de Macaiba/RN, onde participará de encontro de Coordenadores dos Centros Especializados em Reabilitação - CER, conforme solicitação **nº 3211**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Cruz/RN, 07 de outubro de 2019.

IVANILDO FERREIRA LIMA FILHO
Prefeito

Publicado por:
Arivaldo Silva dos Santos
Código Identificador:1FD073B4

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº. 756/2019 – GAB

O Prefeito Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E :
Art. 1º - Conceder **uma diária e meia, no valor de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais)** à **SÔNIA MARIA FERNANDES DA S. LACERDA**, **CPF: 659.269.194-87**, Diretora Administrativa do CER II, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, para cobrir suas despesas durante o dia **08 do corrente mês e ano**, na cidade de Macaiba/RN, onde participará de encontro de Coordenadores dos Centros Especializados em Reabilitação - CER, conforme solicitação **nº 3210**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Cruz/RN, 07 de outubro de 2019.

IVANILDO FERREIRA LIMA FILHO
Prefeito

Publicado por:
Arivaldo Silva dos Santos
Código Identificador:EFBDDDDE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA RESULTADO CLASSIFICATÓRIA DE PREPOSTAS DE PREÇOS TOMADA DE PREÇOS N.° 03/2018

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Município de Santa Maria/RN, torno público que após análise do Setor de Engenharia deste Município, referente a Licitação Tomada de Preço nº 003/2018, onde objetiva a contratação de empresa especializada prestação de serviços de limpeza pública na zona urbana da cidade de Santa Maria, foi decidido pela não classificação da proposta de preços da empresa ALFA OMEGA CONSTRUTORA, CNPJ: 21.734.494/0001-08, pois a mesma infringiu o item 5.5, pelo qual informa que (A proposta de preços e planilha orçamentária, deverá ser juntado a memorial de cálculo com a composição de cada um dos preços unitários oferecidos, de forma clara e detalhada, sob pena de desclassificação), Nesse caso a mesma não apresentou a Composição de Preços Unitários da Coleta e Transporte do Lixo Domiciliar, como também a não classificação da empresa AD EMPREENDIMENTOS CONSTURÇÕES EIRELI, CNPJ: 23.466.869/0001-21, pois a mesma infringiu o item 5.5, pelo qual informa que (A proposta de preços e planilha orçamentária, deverá ser juntado a memorial de cálculo com a composição de cada um dos preços unitários oferecidos, de forma clara e detalhada, sob pena de desclassificação), Nesse caso a mesma não apresentou a composição de preços unitários de equipamentos de proteção individual e a empresa RR CONSTRUÇÕES, CNPJ: 14.435.162/0001-67, foi decidido pelo setor de engenharia que a proposta de preços atendeu a todos os requisitos previstos no referido edital, Desde já, dando ciência as demais licitantes, que encontra-se no setor de licitação os referidos pareceres técnicos de engenharia das respectivas empresas.

Santa Maria/RN, 07 de outubro de 2019.

JUECY FERNANDES AURINO DA SILVA
Presidente da CPL.

Publicado por:
Bruno Gustavo Alves da Cruz
Código Identificador:A6B41992

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 09/2019-CMDCA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Lei Municipal 645/2008 – Santana do Matos/RN
Rua João Braz Cavalcante Sobrinho, nº 408 – Bairro: Santa Luzia – CEP: 59.520-000
EDITAL Nº 09/2019

Divulga o resultado preliminar do processo de escolha para membro do Conselho Tutelar do município de Santana do Matos/RN e abre prazo recursal.

A presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar de Santana do Matos/RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução nº 01/2019 - CMDCA, e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 645/2008 e suas alterações, considerando a Resolução do CONSEC nº 118/2019, torna público o **RESULTADO PRELIMINAR** do processo de escolha para membro do Conselho Tutelar do município de Santana do Matos/RN, realizado no dia 06 de outubro de 2019.

Classificação Titulares	Nome do Candidato	Quantidade de Votos
1º	Maria da Guia da Silveira	399
2º	Maria de Fátima de Carvalho Cipriano	373
3º	Francisco Edson da Silva	342
4º	Francisco Aldiclécio Bezerra Vitorino	337
5º	Maria Luíza dos Santos Ribeiro	328
Classificação Suplentes	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
6º	Lucijan Alfredo da Cunha	296
7º	Maria Lenúsia da Silva Cunha	292
8º	Ezinaide Cledja de Oliveira Xavier	287
9º	Sidney Isifran da Silva	285
10º	Arthur Vinicius de Sousa dos Santos	276

Fica aberto o prazo compreendido entre os dias 08 e 14 de outubro de 2019, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista no item 5.20 do Edital nº 01/2019.

A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

Santana do Matos/RN, 07 de outubro de 2019.

ANA DO CARMO AQUINO DE CARVALHO
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Saul Cavalcanti de Macedo
Código Identificador:8CC0FD8A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
1 º TERMO ADITIVO – MUNICÍPIO DE SANTANA DO SERIDÓ/RN.

CONTRATANTE: Município de Santana do Seridó/RN. CNPJ: 08.088.247/0001-13

CONTRATADO: Auto Posto Macedo LTDA EPP – CNPJ.: 08.399.054/0001-83.

OBJETO: Aquisição de combustíveis.
VALOR:
DIESEL S-10 – VALOR REAJUSTADO: R$ 3,91

DIESEL S – 500 – VALOR REAJUSTADO: R$ 3,81

BASE LEGAL: artigo 65 inc II, alínea “d” da Lei nº8.666/93.

Santana do Seridó/RN, 23 de setembro de 2019.

HUDSON PEREIRA DE BRITO
CPF N° 155.925.454-87
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joelaine Carla Alves Dantas
Código Identificador:6DA3CB72

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE PROCESSO ELEITORAL PARA ESCOLHA DE CONSELHEIRO TUTELAR

BOLETIM DE URNA

O Presidente da Mesa da Comissão Especial valida o resultado final das Mesas de Apuração, conforme registrado em ata que foi lavrada e lida aos presentes, no dia 06/10/2019, às 18:30 horas, que é o seguinte:

SEÇÃO 1.2.3	
Votos Válidos	**1322**
Votos em Branco	**10**
Votos Nulos	**12**
Total de Votos	**1344**

Resultado da apuração dos votos válidos:

Classificação Titulares	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
1º	***ROSANA FERREIRA DA SILVA RG: 002.826.355***	***205***
2º	***Leiliane Severiano da Silva Paulino RG: 003.295.369***	***191***
3º	***Juliana de Araújo Montenegro RG: 002.381.334***	***166***
4º	***Edilson Pereira Câmara RG: 877.251***	***155***
5º	***Brena Késia Almeida da Silva RG: 002.905.916***	***153***
Classificação Suplentes	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
6º	***Francilane Joyce de Lima Lemos***	***124***
7º	Rosicleide da Cruz da S. Barbosa	117
8º	Francilucia de Góis	72
9º	Lindervânia F. do Nascimento	58
10º	Rosa Mirthis de Souza	53
11º	Eudismar Xavier de França	28

São Bento Norte-RN, 07 de Outubro de 2019.

ERIBERTO FREIRE TOMAZ
Presidente da Comissão Eleitoral

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:2AA49DC0

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE PROCESSO ELEITORAL PARA ESCOLHA DE CONSELHEIRO TUTELAR - EDITAL Nº 001/2019

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do Município de SÃO BENTO DO NORTE RN e Comissão Especial Eleitoral torna público o Resultado das eleições do Conselho Tutelar de São Bento do Norte, para o quadriênio 2020/2024, com base na Lei nº 8.069/90 (ECA), na Resolução 152/2012 do CONANDA, na Resolução nº 170/2014 do CONANDA, na Resolução Nº 118 DE 11 DE Março de 2019 do CONSEC, na Lei Municipal nº 364 de 17 de Novembro de 2003 e suas alterações dada pela lei 464 de 31 de Agosto de 2014 e Lei Municipal nº 470 de 13 de Maio de 2015., e na Resolução nº 01/2019 do CMDCA, torna público o resultado da eleição dos membros do Conselho Tutelar do município de São Bento do Norte-RN, realizada no dia 06 de outubro de 2019.

Classificação Titulares	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
1º	***ROSANA FERREIRA DA SILVA RG: 002.826.355***	***205***
2º	***Leiliane Severiano da Silva Paulino RG: 003.295.369***	***191***
3º	***Juliana de Araújo Montenegro RG: 002.381.334***	***166***
4º	***Edilson Pereira Câmara RG: 877.251***	***155***
5º	***Brena Késia Almeida da Silva RG: 002.905.916***	***153***
Classificação Suplentes	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
6º	***Francilane Joyce de Lima Lemos***	***124***
7º	Rosicleide da Cruz da S. Barbosa	117
8º	Francilucia de Góis	72
9º	Lindervânia F. do Nascimento	58
10º	Rosa Mirthis de Souza	53
11º	Eudismar Xavier de França	28

Fica aberto o prazo de 03 dias, a contar da publicação do presente Edital, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista na da Resolução nº 01/2019. A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

São Bento do Norte-RN 07 de Outubro de 2019

ERIBERTO FREIRE TOMAZ
Presidente da Comissão Especial.

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:0447665A

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE ATA GERAL DA VOTAÇÃO E APURAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Aosseisdias do mês de outubro de 2019, na Escola Municipal Anita Chacon, sob a responsabilidade da Comissão Organizadora, foi realizada a votação e apuração do processo de escolha dos membros do CONSELHO TUTELAR DESÃO BENTO NORTE-RN , sendo instaladas 03 seção(ões) para recepção dos votos, assim situadas, a divisão das secções eleitoral foram divididas em ordem alfabética: A,B,C,D,E,F /G,H,I,J,K,L/M,N,O,P,Q,R,S,T,U,V W,X,Y,Z. A votação teve início às 08:00 horas, encerrando-se às 17:36 horas, conforme Atas de Votação e Apuração de cada seção. Às 18:00horas iniciaram-se os trabalhos de apuração dos votos, a partir dos Boletins de Urna de cada seção, atuando como escrutinadores os Srs. ERIBERTO FREIRE TOMAZ,KATIANE SAMARA JUSTINO, na presença dos candidatos interessados e respectivos fiscais e os representante do Ministério Público Srº Jean Marcel Pinto da Silva-Matricula 200.664-2 Marcos Ângelo de Lima e Silva-Matricula-202.540-0 . Depois de constatada a inexistência de quaisquer indícios de fraude e irregularidades nos Boletins de Urna passou-se a totalização dos votos, chegando-se ao seguinte resultado: votos válidos: 1.322; votos brancos: 10; votos nulos: 12; votação dos candidatos: ROSANA FERREIRA DA SILVA RG: 002.826.355 205;Leiliane Severiano da Silva Paulino RG: 003.295.369/191;Juliana de Araújo Montenegro RG: 002.381.334 /166;Edilson Pereira Câmara RG: 877.251/155Brena Késia Almeida da SilvaRG: 002.905.916/153;Francilane Joyce de Lima Lemos/124;Rosicleide da Cruz da S. Barbosa /117;Francilucia de Góis /72;Lindervânia F. do Nascimento/58;Rosa Mirthis de Souza / 53;Eudismar Xavier de França/28. Não havendo outras impugnações ou incidentes que pudessem comprometer a validade da totalização dos votos, o Presidente da Comissão Organizadora, diante de todos os presentes, parabenizou e agradeceu a todos os que trabalharam no processo de escolha, salientando que, nos termos das Leis, com base na Lei nº 8.069/90 (ECA), na Resolução 152/2012 do CONANDA, na Resolução nº 170/2014 do CONANDA, na Resolução Nº 118 DE 11 DE Março de 2019 do CONSEC, na Lei Municipal nº 364 de 17 de Novembro de 2003 e suas alterações dada pela lei 464 de 31 de Agosto de 2014 e Lei Municipal nº 470 de 13 de Maio de 2015., e na Resolução nº 01/2019 do CMDCA, os candidatos terão prazo de 03 dias para eventual interposição de recursos contra a apuração, os quais deverão ser julgados em 02 dias e, dentro dos 02 dias seguintes será oficializada a proclamação dos eleitos com a respectiva homologação. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que após lida e achada conforme segue assinada por mim,Eriberto Freire Tomaz, Presidente da Comissão, pelos demais membros presentes da Comissão Organizadora, pelos membros do CMDCA, pelos candidatos e respectivos fiscais, que acompanharam os trabalhos. Cópia desta ata deverá ser enviada à Promotoria de Justiça da comarca de São Bento do Norte-RN

São Bento do Norte-RN, 06 de outubro de 2019..

ERIBERTO FREIRE TOMAZ
Presidente da Comissão Eleitoral

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:ADC4CCB4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO TRAIRÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N°. 001/2019

Pregão Eletrônico nº. 001/2019

Após analise da documentação apresentada e julgados todos os recursos referentes ao presente pregão**,**adjudicoas empresas vencedoras conforme indicado abaixo:
Resultado da Adjudicação

Item:	0001
Descrição:	Seladora. Conforme especificado no Termo de Referência.
Quantidade:	1
Unidade de Fornecimento:	Unidade
Valor Referência:	4.000,0000
Valor Final:	3.099,0000
Valor Total:	3.099,0000
Adjudicado em :	07/10/2019 - 14:23:08
Adjudicado Por:	RAFAEL DOS SANTOS MATIAS
Nome da Empresa:	15.659.814/0001-00 CELIA FRANCISCO DE CARVALHO
Marca:	CETRO / SA 800

Item:	0002
Descrição:	Colposcópio. Conforme especificado no Termo de Referência.
Quantidade:	1
Unidade de Fornecimento:	Unidade
Valor Referência:	16.000,0000
Valor Final:	12.850,0000
Valor Total:	12.850,0000
Adjudicado em :	07/10/2019 - 14:23:32
Adjudicado Por:	RAFAEL DOS SANTOS MATIAS
Nome da Empresa:	07.366.605/0001-40 FP COMERCIO E SERVICOS EIRELI-ME
Marca:	PE7000V

RAFAEL DOS SANTOS MATIAS
Pregoeiro(a)

JOSE ARACLEIDE DE ARAUJO
Autoridade Competente (Ordenador)

Publicado por:
Rafael dos Santos Matias
Código Identificador:67A0F7D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N°. 001/2019

Pregão Eletrônicon°001/2019

Após analisados todos os atos e adjudicados todos os itens referentesao presente pregão, homologo o presente processo e autorizo a despesa, para cadaempresa vencedora, conforme abaixo:
Resultado da Homologação

Item:	0001
Descrição:	Seladora. Conforme especificado no Termo de Referência.
Quantidade:	1
Unidade de Fornecimento:	Unidade
Valor Referência:	4.000,0000
Valor Final:	3.099,0000
Valor Total:	3.099,0000
Situação:	**Homologado**em 07/10/201914:25:38 Por: JOSE ARACLEIDE DE ARAUJO
Nome da Empresa:	CELIA FRANCISCO DE CARVALHO
Marca:	CETRO / SA 800

Item:	0002
Descrição:	Colposcópio. Conforme especificado no Termo de Referência.
Quantidade:	1
Unidade de Fornecimento:	Unidade
Valor Referência:	16.000,0000
Valor Final:	12.850,0000
Valor Total:	12.850,0000
Situação:	**Homologado**em 07/10/201914:25:45 Por: JOSE ARACLEIDE DE ARAUJO
Nome da Empresa:	FP COMERCIO E SERVICOS EIRELI-ME
Marca:	PE7000V

JOSE ARACLEIDE DE ARAUJO
Autoridade Competente (Ordenador)

Publicado por:
Rafael dos Santos Matias
Código Identificador:E2BB4FF2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DA SESSÃO PÚBLICA DECORRENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2019

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DECORRENTE DO PREGÃO PRESENCIAL N° 047/2019

PREÂMBULO
Nos 24 de Setembro de 2019, às 09:00 horas, reuniram-se na sala de reunião do prédio da**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO RN**, sito na Rua Capitão João Florêncio, 45, centro, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação, o Pregoeiro Oficial do Município**CIRO DANTAS DE MEDEIROS**e os membro de apoio**SAULO FERNANDO DE MEDEIROS ALVES**, designados pela portaria 005/2019, para a Sessão Pública do Pregão em epígrafe.

O Presidente da CPL Geildo Bezerra Dantas não compareceu a sessão pois está de férias
O Membro da CPL Geilderleidson da Silva Neri não compareceu a sessão pois está de férias

CREDENCIAMENTO
Passamos alguns minutos sem que ninguém tenha comparecido ao local da reunião interessado em participar do certame em referencia, o senhor Pregoeiro anunciou a prejudicialidade do pregão aduzido. Classificando-o como deserto.

ENCERRAMENTO
Registre-se que não obstante o aviso de licitação ter sido publicado no Diário Oficial eletrônico dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do inciso I, do art. 4º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e o próprio Edital com seus anexos publicado na internet, no site www.saofernando.rn.gov.br, nenhum licitante acudiu interesse em participar da licitação. Por último, não restando mais o que tratar, o pregoeiro oficial declarou o encerramento da sessão pública como também declarou o mesmo DESERTO, mandando publicar a presente ata para conhecimento geral.

São Fernando/RN, 24 de Setembro de 2019.

ASSINAM:

CIRO DANTAS DE MEDEIROS
Pregoeiro Oficial

SAULO FERNANDO DE MEDEIROS ALVES
Apoio

Publicado por:
Ciro Dantas de Medeiros
Código Identificador:D43C7F08

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ENCERRAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2019- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0634/2019

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO, adjudicação POR ITEM objetivando o REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE AUXÍLIOS ALIMENTAR FAMÉLICO, conforme as especificações constantes no Termo de Referência, com a finalidade de assistir até vinte famílias carentes de nosso Município que procurarem mensalmente a Secretaria Municipal de Assistência Social, durante o exercício de 2019.

A Comissão Permanente de Licitações, em respeito aos Princípios Gerais de Direito Público, as prescrições da Lei de Licitações (8.666/1993) e pela Lei Federal (10.520/02) procedem, em nome do município de São Fernando/RN e em defesa do interesse público, o TERMO DE ENCERRAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, supramencionada, após o processo ter sido considerado DERSERTO por três vezes onde nenhm licitante acudiu interesse em contratar com a administração pública, Não há prejuízo para o ente e nem para o erário público. Não há prejuízo a interesses pessoais de terceiros. Não há e nem haverá prejuízo para o interesse público.

São Fernando/RN, em 07 de Outubro de 2019.

CIRO DANTAS DE MEDEIROS
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Ciro Dantas de Medeiros
Código Identificador:9002EBC3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 105/2019 DECORRENTE DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2019
INEXIGIBILIDADE N° 004/2019 – PROC. LIC. PMSF/ RN N° 0726/2019

CREDENCIANTE: Município de São Fernando/ RN; **CREDENCIADA**:LOPES & SANTOS LTDA-ME CNPJ Nº 13.301.929/0001-00; **OBJETO:** Credenciamento de Instituições Médico-hospitalares, para a prestação de serviços de procedimentos médicos, exames e consultas e ainda de Profissionais de Saúde Autônomos; de acordo com a proposta de preços apresentada pelo credenciado. **VIGÊNCIA:** 12 de Setembro de 2019 a 12 de Setembro de 2020; **VALOR GLOBAL:** R$ 60.000,00(Sessenta Mil Reais); **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**:10.301.0075.2.59– Programa de Média e Alta Complexidade-MAC; 10.302.0075.2.9- Manutenção das Atividades do Fundo de Saúde; **ELEMENTOS DE DESPESA**:33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros (PJ) – **FONTES:**12140000 E 12110000.**FUNDAMENTO LEGAL**: Lei nº 8.666/1993, Art. 25, caput. POLION MEDEIROS MAIA pelo Contratante e SALVADOR SANTOS pela contratada

São Fernando/ RN, 12 de Setembro de 2019.

POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ciro Dantas de Medeiros
Código Identificador:30A944D6

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 103/2019 DECORRENTE DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2019
INEXIGIBILIDADE N° 004/2019 – PROC. LIC. PMSF/ RN N° 0726/2019

CREDENCIANTE: Município de São Fernando/ RN; **CREDENCIADA**:CLINILAB LTDA- CNPJ Nº 20.585.406/00014-90; **OBJETO:** Credenciamento de Instituições Médico-hospitalares, para a prestação de serviços de procedimentos médicos, exames e consultas e ainda de Profissionais de Saúde Autônomos; de acordo com a proposta de preços apresentada pelo credenciado. **VIGÊNCIA:** 12 de Setembro de 2019 a 12 de Setembro de 2020; **VALOR GLOBAL:** R$ 100.320,00(Cem Mil Trezentos e Vinte Reais); **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**:10.301.0075.2.59– Programa de Média e Alta Complexidade-MAC; 10.302.0075.2.9- Manutenção das Atividades do Fundo de Saúde; **ELEMENTOS DE DESPESA**:33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros (PJ) – **FONTES:**12140000 E 12110000.**FUNDAMENTO LEGAL**: Lei nº 8.666/1993, Art. 25, caput. POLION MEDEIROS MAIA pelo Contratante e ALFREDO MARCIO DANTAS PEREIRA pela contratada

São Fernando/ RN, 12 de Setembro de 2019.

POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ciro Dantas de Medeiros
Código Identificador:B4F3C581

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 101/2019 DECORRENTE DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2019
INEXIGIBILIDADE N° 004/2019 – PROC. LIC. PMSF/ RN N° 0726/2019

CREDENCIANTE: Município de São Fernando/ RN; **CREDENCIADA**:M.W MEDICAL LTDA- CNPJ Nº 11.916.331/0001-92; **OBJETO:** Credenciamento de Instituições Médico-hospitalares, para a prestação de serviços de procedimentos médicos, exames e consultas e ainda de Profissionais de Saúde Autônomos; de acordo com a proposta de preços apresentada pelo credenciado. **VIGÊNCIA:** 12 de Setembro de 2019 a 12 de Setembro de 2020; **VALOR GLOBAL:** R$ 50.400,00(Cinquenta Mil e Quatrocentos Reais); **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**:10.301.0075.2.59– Programa de Média e Alta Complexidade-MAC; 10.302.0075.2.9- Manutenção das Atividades do Fundo de Saúde; **ELEMENTOS DE DESPESA**:33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros (PJ) – **FONTES:**12140000 E 12110000.**FUNDAMENTO LEGAL**: Lei nº 8.666/1993, Art. 25, caput. POLION MEDEIROS MAIA pelo Contratante e MÁRCIO ANTÔNIO DE OLIVEIRA MORAIS JÚNIOR pela contratada

São Fernando/ RN, 12 de Setembro de 2019.

POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ciro Dantas de Medeiros
Código Identificador:C4522A69

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 106/2019 DECORRENTE DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2019
INEXIGIBILIDADE N° 004/2019 – PROC. LIC. PMSF/ RN N° 0726/2019

CREDENCIANTE: Município de São Fernando/ RN; **CREDENCIADA**:INSTITUTO DE RADIOLOGIA DE CAICÓ LTDA-ME- CNPJ Nº 09.376.435/0001-00; **OBJETO:** Credenciamento de Instituições Médico-hospitalares, para a prestação de serviços de procedimentos médicos, exames e consultas e ainda de Profissionais de Saúde Autônomos; de acordo com a proposta de preços apresentada pelo credenciado. **VIGÊNCIA:** 12 de Setembro de 2019 a 12 de Setembro de 2020; **VALOR GLOBAL:** R$ 24.480,00(Vinte e Quatro Mil Quatrocentos e Oitenta Reais); **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**:10.301.0075.2.59– Programa de Média e Alta Complexidade-MAC; 10.302.0075.2.9- Manutenção das Atividades do Fundo de Saúde; **ELEMENTOS DE DESPESA**:33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros (PJ) – **FONTES:**12140000 E 12110000. **FUNDAMENTO LEGAL**: Lei nº 8.666/1993, Art. 25, caput. POLION MEDEIROS MAIA pelo Contratante e TIAGO PEREIRA RAMALHO DIAS pela contratada

São Fernando/ RN, 12 de Setembro de 2019.

POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ciro Dantas de Medeiros
Código Identificador:4B933977

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 100/2019 DECORRENTE DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2019
INEXIGIBILIDADE N° 004/2019 – PROC. LIC. PMSF/ RN N° 0726/2019

CREDENCIANTE: Município de São Fernando/ RN; **CREDENCIADA**:CLINICA DE OLHOS COSTA UCHÔA S/S LTDA- CNPJ Nº 06.348.590/0001-24; **OBJETO:** Credenciamento de Instituições Médico-hospitalares, para a prestação de serviços de procedimentos médicos, exames e consultas e ainda de Profissionais de Saúde Autônomos; de acordo com a proposta de preços apresentada pelo credenciado. **VIGÊNCIA:** 12 de Setembro de 2019 a 12 de Setembro de 2020; **VALOR GLOBAL:** R$ 142.566,96 (Cento e Quarenta e Dois Mil Quinhentos e Sessenta e Seis Reais e Noventa e Seis Centavos); **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**:10.301.0075.2.59– Programa de Média e Alta Complexidade-MAC; 10.302.0075.2.9- Manutenção das Atividades do Fundo de Saúde; **ELEMENTOS DE DESPESA**:33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros (PJ) – **FONTES:**12140000 E 12110000. **FUNDAMENTO LEGAL**: Lei nº 8.666/1993, Art. 25, caput. POLION MEDEIROS MAIA pelo Contratante e RAQUEL ARAÚJO COSTA UCHÔA pela contratada

São Fernando/ RN, 12 de Setembro de 2019.

POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ciro Dantas de Medeiros
Código Identificador:118C5C2C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAÇÃO Nº 0224/2019 – PMSF/RN

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de SÃO FERNANDO, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a lei orgânica municipal.

D E C R E T A

Art. 1°. - Fica aberto no corrente mês um crédito suplementar para reforço das dotações orçamentária, conforme anexo.

Art. 2°. - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito suplementar de que trata o artigo anterior a anulação parcial de dotação Orçamentária, conforme anexo, de conformidade com o disposto no artigo 43 da lei 4.320/64.

Art. 3°. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SÃO FERNANDO, 07 de outubro de 2019.

POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pascelle Santos Lins de Medeiros
Código Identificador:2FEC30D5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Pelo presente termo, a Comissão de Licitação do Município de São Francisco do Oeste/RN, torna público para conhecimento dos interessados, o julgamento das propostas de que trata o processo licitatório **TOMADA DE PREÇO Nº 001/2019** que teve como objetivo a seleção da melhor proposta para **Reforma e ampliação do espaço físico da Escola Municipal 7 de Setembro. A ampliação compreende a construção de três salas de aulas com área média de 34,63 m² e corredor de 23,10 m², conforme as especificações constantes no projeto básico.** Que é parte integrante do edital. Foi em toda sua tramitação atendida à legislação pertinente.

Desse modo, satisfazendo à lei e ao mérito, HOMOLOGO o processo licitatório **TOMADA DE PREÇO Nº 001/2019** e ADJUDICO à proponente **FERNANDES E MARTINS CONSTRUÇÕES LTDA, C.N.P.J. n° 27.686.622/0001-71, com o valor de R$ 116.758,46 (Cento e dezesseis mil, setecentos e cinquenta e oito reais e quarenta e seis centavos),** vencedora desse certame nos termos da Ata de Sessão de Julgamento, o seu objeto.

Publique-se:

Encaminhem-se o departamento competente para as providências de costume.

São Francisco do Oeste, 07 de Outubro de 2019.

LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emanuela Cristina Estevao Leite
Código Identificador:7419E347

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
EDITAL Nº 07/2019

Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar

EDITAL Nº 07/2019

Divulga o resultado preliminar do processo de escolha para membro do Conselho Tutelar do município de São Francisco do Oeste/RN e abre prazo recursal.

A presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar de São Francisco do Oeste/RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução nº 01/2019 - CMDCA, e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 71/2001 e suas alterações, considerando a Resolução CONSEC nº 118/2019, torna público o **RESULTADO PRELIMINAR** do processo de escolha para membro do Conselho Tutelar do município de São Francisco do Oeste/RN, realizado no dia 06 de outubro de 2019.

1º. Tecilda Holanda de Queiroz, 378 votos - eleita;
2º. Francisca Miqueline Leite Marinho, 199 votos - eleita;
3º. Déborah Maria Viana Dantas, 175 votos - eleita;
4º. Rizia Cristina Soares Batista, 153 votos – eleita;
5º. Laís Camila Feitoza de Lima, 153 votos - eleita;
6º. Bianca Aparecida dos Santos Gomes de Freitas, 146 votos – 1º suplente;
7º. João Alves de Souza Sobrinho, 145 votos – 2º suplente;
8º. Isa Maria Bessa Mariz, 144 votos – 3º suplente;
9º. Mayara Luana Lima Silva, 121 votos – 4º suplente;
10º. Francisca Eliane Lucas dos Santos, 99 votos – 5º suplente;
11º. Luzivania Diógenes de Souza, 95 votos – 6º suplente;

Fica aberto o prazo compreendido entre os dias 08 e 14 de outubro de 2019, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista no item 5.20 do Edital nº 01/2019, retificado em 11 de abril de 2019.
A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

São Francisco do Oeste/RN, 07 de outubro de 2019.

EMANUELA CRISTINA ESTEVÃO LEITE
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Raimundo Lindemberg Lima
Código Identificador:9E3EBEE0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 119/2019

São Fco do Oeste/RN, 07 de outubro de 2019.

Concede 30 (trinta) dias de férias a servidores e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE, no uso das suas atribuições legais conferidas pelo Inciso VI do Art. 65, da Lei Orgânica do Município de São Francisco do Oeste, promulgada em 03 de abril de 1990;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias, durante o período de 01.10.2019 a 30.10.2019, com fulcro no art. 84, do Cap. IV, da Lei Complementar Nº033/1998, aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO
ANTONIO CLEBSON BARRETO COSTA	*137429-0*	*MOTORISTA*	*SEC. SAÚDE*
JOSÉ RAIMUNDO DE LIMA	*137408-7*	*GUARDA NOTURNO*	*SEC. ADMINISTRAÇÃO*

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

LUSIMAR PORFIRIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raimundo Lindemberg Lima
Código Identificador:AA885149

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 120/2019

São Fco do Oeste/RN, 07 de outubro de 2019.

Designa servidor para ocupar o Cargo de Diretor do Departamento de Administração Tributária do município São Francisco do Oeste/RN e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN**, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:
Art. 1º - DESIGNAR o senhor **JOSÉ EUGÊNIO DE FREITAS LUNGUINHO**, portador do CPF: **736.999.424-49**, para ocupar o cargo de Diretor do Departamento de Administração Tributária do Município de São Francisco do Oeste/RN, e dá outras providências.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Palácio José Raimundo de Freitas, Gabinete do Prefeito de São Francisco do Oeste/RN, aos 07 de outubro de 2019.

LUSIMAR PORFIRIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raimundo Lindemberg Lima
Código Identificador:830007FF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI PROCESSO MSJS/RN N° 092/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2019 DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO

Senhora Prefeita Municipal,

Considerando os procedimentos adotados para a contratação de instituição financeira habilitada à prestação dos serviços para realizar com exclusividade o processamento de créditos em conta corrente da folha de pagamento da totalidade dos servidores municipais ativos, comissionados, contratados em caráter excepcional e estagiários da Administração Direta do Município de São João do Sabugi, **ADJUDICO** o objeto deste certame à empresa: **BANCO BRADESCO S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12, **pelo valor total de R$ 51.450,00 (cinquenta e um mil, quatrocentos e cinquenta reais).**
Portanto, submeto nos moldes do inciso VI, do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, ao Gabinete da Prefeita para HOMOLOGAÇÃO do objeto supracitado em favor da referida empresa.

São João do Sabugi/RN, 07 de outubro de 2019.

MARIA ROSA ARAUJO DE MEDEIROS
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Maria Rosa Araújo de Medeiros
Código Identificador:AA3E601D

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI PROCESSO MSJS/RN N° 092/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2019 DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

1. De acordo.
2. HOMOLOGO o presente procedimento que teve como vencedora: **BANCO BRADESCO S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12, no valor total de R$ 51.450,00 (cinquenta e um mil, quatrocentos e cinquenta reais).**
3. Encaminhe-se o presente processo para os setores competentes para adoção de todas as providências necessárias para formalização do instrumento de contrato administrativo e demais medidas que se façam necessárias à efetiva conclusão deste processo.

São João do Sabugi/RN, 07 de outubro de 2019.

LYDICE ARAÚJO DE MEDEIROS BRITO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Rosa Araújo de Medeiros
Código Identificador:9425421C

GABINETE DA PREFEITA
LEI Nº 805/2019. DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL SIM E OS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN, REVOGANDO A LEI Nº 669/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara de Vereadores do Município de São João do Sabugi, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais aprova, e eu Prefeita Municipal sanciono a seguinte lei:
TÍTULO I
Da Instituição do Serviço de Inspeção Municipal-SIM

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art.1º Esta lei institui o Serviço de Inspeção Municipal - SIM no Município de São João do Sabugi, Estado do Rio Grande do Norte, que tem finalidade desenvolver ações de atenção à Sanidade Agropecuária através da inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal e vegetal, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.
Parágrafo único. Esta Lei está em conformidade com as Leis Federais nºs 1.283, de 18 de dezembro de 1950, Lei nº 7.889 de 23 de novembro de 1989, Lei nº 8.171 de 17 de janeiro de 1991, com o Decreto Federal nº 9.013 de 29 de março de 2017 e as Leis Estaduais vigentes.
Art.2º É da competência do Município de São João do Sabugi, nos limites de sua área geográfica, a organização e o funcionamento dos serviços oficiais de sanidade agropecuária, através da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Pesca e Recursos Hídricos, ressalvados os casos de competências Federal e Estadual.
Art.3º Para fins de aplicação desta Lei define-se:
I – produto de origem animal: aquele obtido total ou predominantemente a partir de matérias-primas comestíveis ou não, procedentes das diferentes espécies animais, podendo ser adicionado de Ingredientes de origem vegetal e mineral, aditivos e demais substâncias permitidas pela legislação vigente;

II – Produtos de origem vegetal: são as frutas, verduras e hortaliças *in natura* ou processados e seus derivados;
III – Estabelecimentos de produtos de origem animal: são aqueles com instalações e equipamentos destinados ao abate de animais para consumo e as unidades de beneficiamento de carnes, leite, ovos, pescado e mel, e de seus derivados;
IV – Estabelecimentos agroindustriais de pequeno porte produtos de origem animal: são aqueles definidos pela Instrução Normativa n° 5 de 14 de fevereiro de 2017 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.
Art.4º A Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Pesca e Recursos Hídricos poderá estabelecer parcerias e cooperação técnica com outros Entes da Federação, além de participar de consórcio de municípios para viabilizar o desenvolvimento de atividades relativas à inspeção e fiscalização sanitária, em consonância com o SUASA.

Art.5º O Sistema de Inspeção Municipal articular-se-á com a Vigilância Sanitária Municipal, no que for atinente à saúde pública, e atuará em consonância com o Código de Defesa do Consumidor e as leis ambientais.
Art.6º Os princípios a serem seguidos na presente Lei são:
I- promover a preservação da saúde humana;
II- atuar na qualidade higiênico-sanitária dos produtos de origem animal destinados ao consumo;
III- a inclusão social e produtiva da agroindústria de pequeno porte;

IV- harmonização de procedimentos para promover a formalização e a segurança sanitária da agroindústria de pequeno porte;
V- transparência dos procedimentos de regularização;

VI - racionalização, simplificação e padronização dos procedimentos e requisitos de registro sanitário dos estabelecimentos, produtos e rotulagem;

VII - integração e articulação dos processos e procedimentos junto aos demais órgãos e entidades referentes ao registro sanitário dos estabelecimentos, a fim de evitar a duplicidade de exigências, na perspectiva do usuário;

VIII- razoabilidade quanto às exigências aplicadas;

IX- disponibilização presencial e/ou eletrônica de orientações e instrumentos para o processo de registro sanitário dos estabelecimentos, produtos e rótulos;

X - fomento de políticas públicas e programas de capacitação para os profissionais dos serviços de inspeção sanitária para atendimento à agroindústria familiar; e,

XI – promover o processo educativo inicial e exercer a fiscalização nas etapas de produção e processamento para todos os atores da cadeia produtiva, estabelecendo a democratização do serviço e assegurando a máxima participação do Poder Público, da sociedade civil organizada, de agroindústrias, dos consumidores e da comunidade técnica e científica.
Art.7º Compete a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Pesca e Recursos Hídricos, na condição de instância local, assegurar:
a sanidade dos produtos de origem animal e vegetal;
a qualidade higiênico-sanitária das matérias-primas;
a segurança dos insumos utilizados na produção dos alimentos e dos serviços utilizados na agropecuária; e,
a identidade e a qualidade higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores.
Art.8º O Serviço de Inspeção Municipal desenvolverá ações de:
I-fiscalização, inspeção, certificação de produtos de origem animal, seus derivados, subprodutos, e resíduos de valor econômico; e,
II-fiscalização, inspeção, certificação de produtos de origem vegetal, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico.
§1oAs inspeções e fiscalizações serão efetuadas em qualquer fase da produção, da transformação, do armazenamento e da distribuição.
§2oExcetuam-se das inspeções e fiscalizações previstas no §1o as relacionadas com alimentos, bebidas e água para o consumo humano, que estão a cargo das instituições de vigilância sanitária integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS.
§3º Competirá ao SIM, no âmbito de sua jurisdição, implantar, monitorar e gerenciar os procedimentos de certificação sanitária, fitossanitária e de identidade e qualidade, que têm como objetivo garantir a origem, a qualidade e a identidade dos produtos certificados e dar credibilidade ao processo de rastreabilidade.
Art.9º São atividades da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca, que asseguram a plena atenção à sanidade:
I – cadastro das propriedades rurais;
II – inventário das populações animais e vegetais;
III – controle de trânsito de animais e vegetais;
IV – cadastro dos estabelecimentos;
V – cadastro das casas de comércio de produtos de uso agronômico e veterinário;
VI – inventário das doenças diagnosticadas;
VII – execução de campanhas de controle de doenças;
VIII – educação e vigilância sanitária; e,
IX – participação em projetos de erradicação de doenças e pragas.
CAPÍTULO II
Da Inspeção e Fiscalização

Art.10º. Nos termos e nos limites fixados na presente Lei, estarão sujeitos à inspeção e a fiscalização os produtos, subprodutos e derivados de origem animal e de origem vegetal, submetendo-se no que se refere:
I – à inspeção **ante mortem** e **post mortem** dos animais;
II– à produção, à recepção, à manipulação, o beneficiamento, à industrialização, o fracionamento, à conservação; e,
III – ao acondicionamento, à embalagem, à rotulagem, o armazenamento, a expedição, e o trânsito.
Parágrafo único. A inspeção e fiscalização por parte dos órgãos competentes da União ou do Estado exclui a obrigatoriedade de inspeção e fiscalização por parte do Serviço de Inspeção Municipal, evitando-se

superposições, paralelismos e duplicidade de inspeção e fiscalização entre os órgãos responsáveis pelos serviços.
Art.11º. O registro para funcionamento do estabelecimento no âmbito do município será de competência do Serviço de Inspeção Municipal.
Art.12º. A inspeção sanitária será instalada nos estabelecimentos de produtos de origem animal e nos estabelecimentos de produtos de origem vegetal somente após o cadastro e registro dos mesmos no órgão do Serviço de Inspeção Municipal.
Art.13º. A Inspeção Municipal, depois de instalada, pode ser executada de forma permanente ou periódica.
§1ºA inspeção deve ser executada obrigatoriamente de forma permanente nos estabelecimentos durante o abate das diferentes espécies de animais.

I – compreendem-se por espécies animais de abate, os animais domésticos de produção, silvestres e exóticos criados em cativeiros ou provenientes de áreas de reserva legal e de manejo sustentável.
§2º. Nos demais estabelecimentos a inspeção será executada de forma periódica.

I – os estabelecimentos com inspeção periódica terão a frequência de execução de inspeção estabelecida pelo Plano de Visita, Inspeção e Fiscalização, documento este que deve ser elaborado semestralmente pela autoridade competente do Serviço de Inspeção Municipal, considerando o risco dos diferentes produtos e processos produtivos envolvidos ou quando a autoridade competente achar necessário efetuar a inspeção e fiscalização.
II – mediante denúncia de pessoas ou instituições, resguardos o direito de sigilo do denunciante; e
III – em ações solicitadas pelos Poder Judiciário e Ministério Público.
Art.14º. A inspeção e a fiscalização sanitária de que trata esta Lei serão realizadas:
I - nas propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas destinadas à manipulação ou ao processamento de produtos de origem animal;
II - nos estabelecimentos que recebam as diferentes espécies de animais para **abate** ou industrialização;

III - nos estabelecimentos que recebam o **pescado** e seus derivados para manipulação, distribuição ou industrialização;
IV - nos estabelecimentos que produzam e recebam **ovos** e seus derivados para distribuição ou industrialização;
V - nos estabelecimentos que recebam o **leite** e seus derivados para beneficiamento ou industrialização;
VI - nos estabelecimentos que extraiam ou recebam produtos de abelhas e seus derivados para beneficiamento ou industrialização;
VII - nos estabelecimentos que recebam, manipulem, armazenem, conservem, acondicionem ou expeçam matérias-primas e produtos de origem animal comestíveis e não comestíveis, procedentes de estabelecimentos registrados ou relacionados; e,
VIII – nos estabelecimentos que beneficiam carnes e derivados.

CAPÍTULO III
Do Registro

Art.15º. Ficam obrigados ao registro no Serviço de Inspeção Municipal-SIM:
I- estabelecimentos que abatem animais;
II- estabelecimentos que produzem matérias-primas, manipulam, beneficiam, preparam, transformam, embalam, envasam, acondicionam, depositam ou industrializam e armazenam:
carne e seus derivados;
pescado e seus derivados;
leite e seus derivados;
ovo e seus derivados; e,
mel e a cera de abelha e seus derivados.

III- estabelecimentos de produtos de origem animal não comestíveis;
IV- estabelecimentos que industrializam, beneficiam, embalam e comercializam produtos de origem vegetal.

§1º Nenhum estabelecimento de abate ou unidade de beneficiamento de produtos de origem animal poderá funcionar no Município, sem que esteja previamente registrado no Serviço de Inspeção Municipal, para fiscalização da sua atividade.
§2º É vedado o registro de qualquer pessoa, física ou jurídica, no SIM que tenha registro em qualquer órgão de inspeção estadual ou federal.
§3º. Cada estabelecimento terá registro específico e independente, ainda que exista mais de um no Município, pertencente ao mesmo empresário.
§4º. Qualquer estabelecimento que interrompa seu funcionamento por período superior a 12 (doze) meses terá seu registro sanitário cancelado e só poderá reiniciar suas atividades mediante solicitação de novo registro.
§5º.Será automaticamente cancelado o registro do estabelecimento que não tiver iniciado suas atividades pelo prazo de 01 (um) ano a contar da concessão do referido certificado de registro.

Art.16º. Para obter o registro no Serviço de Inspeção Municipal-SIM, o estabelecimento deverá formalizar pedido instruído com os seguintes documentos:

I – requerimento de solicitando dirigido ao Serviço de Inspeção Municipal (SIM);
II – apresentação da inscrição estadual, contrato social ou firma individual, CNPJ ou CPF e legalização fiscal e tributária dos estabelecimentos no âmbito do Município;
III – alvará de Funcionamento ou documento equivalente expedido pela Prefeitura Municipal;
IV - licença ambiental prévia ou definitiva emitida pelo Órgão Ambiental competente;

V - documento que ateste as condições sanitárias dos animais, sobretudo os que vão dar origem a matéria-prima a ser utilizada no processamento de alimentos de origem animal;
VI – planta baixa ou croqui do estabelecimento e memorial descritivo da área de processamento;
VII- boletim de exames físico-químico e microbiológico da água de abastecimento, fornecido por laboratório credenciado junto aos órgãos competentes; e,
VIII- certificado de participação de curso em Boas Práticas de Fabricação (BPF) para o manipulador responsável pela produção ou pelo proprietário do estabelecimento;
IX - atestado de saúde dos trabalhadores; e,

X- comprovante de pagamento da taxa de registro.

Parágrafo único. O registro previsto neste artigo tem validade de 12(doze) meses, devendo a solicitação de renovação ocorrer até 30(tinta) dias antes do vencimento.

Art.17º. O registro dos estabelecimentos a que se refere o Art. 15 somente será expedido depois de cumpridas todas às exigências feitas pelo órgão do Serviço de Inspeção Municipal-SIM.

Art.18º. Qualquer ampliação ou reforma no estabelecimento registrado só poderá ser realizada após prévia aprovação da planta pelo órgão do Serviço de Inspeção Municipal.

CAPÍTULO IV
Do Estabelecimento, das Instalações, Transporte e Armazenagem

Art.19º. O estabelecimento deve ser mantido limpo, livre de insetos, animais peçonhentos, animais domésticos, agindo-se cautelosamente quanto ao emprego de substâncias químicas, mesmo que seu uso seja aprovado pelo Ministério da Saúde.

Parágrafo único. Os responsáveis pelos estabelecimentos deverão assegurar que todas as etapas de fabricação dos produtos de origem animal sejam realizadas de forma higiênica, a fim de se obter produtos que atendam aos padrões de qualidade, que não apresentem risco à saúde, à segurança e ao interesse ao consumidor.

Art.20º. Os produtos de origem animal deverão ser transportados e armazenados em condições adequadas para a preservação de suas qualidades organolépticas e inocuidade, nos termos da legislação sanitária vigente para cada tipo de produto.

CAPÍTULO V
Da Embalagem e Rotulagem

Art.21º. As embalagens dos produtos de origem animal deverão garantir proteção contra possíveis contaminações do produto, evitando riscos a saúde do consumidor e conter todas as informações preconizadas pela legislação sanitária vigente.
Art.22º. Entende-se como embalagem qualquer forma pela qual o alimento ou produto tenha sido acondicionado, empacotado ou envasado.

Art.23º.Toda e qualquer embalagem utilizada para o acondicionamento de produtos, deverá estar isenta de deformações, corrosões, arranhões, vazamentos, defeitos de soldagem ou qualquer

irregularidade que possa pôr em risco a saúde do consumidor ou as qualidades físico-químicas e microbiológicas do produto.
§1º É permitida a reutilização de recipientes para o transporte ou o acondicionamento de produtos e de matérias-primas utilizadas na alimentação humana quando íntegros e higienizados, a critério das normas federais.
§2º É proibida a reutilização de recipientes que tenham sido empregados no acondicionamento de produtos ou de matérias-primas de uso não comestível, para o envase ou o acondicionamento de produtos comestíveis.
Art.24º.Na confecção da embalagem, deverá ser utilizado material de primeiro uso, atóxico, inerte, inodoro, e que não transmita substâncias ou altere as características dos produtos, e que ofereça proteção contrachoques e possíveis contaminações.

Art.25º.Todo produto que for comercializado deve estar identificado por meio de rótulo registrado pelo Serviço de Inspeção Municipal-SIM.

Art.26º. Considera-se rótulo, para efeito do Art.25, qualquer identificação permanente impressa ou litografada, além de dizeres pintados ou gravados, aplicado sobre os produtos ou sobre a embalagem.

Parágrafo único. Os requisitos exigidos quanto às especificidades e informações obrigatórios que devem conter os rótulos dos produtos serão regulamentados por Decreto.
CAPÍTULO VI

Do Conselho de Inspeção Sanitária
Art.27º. Fica constituído o Conselho de Inspeção Sanitária, de caráter paritário e consultivo, e será composto de 03(três) representantes do Poder Público, sendo 01(um) da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Pesca e Recursos Hídricos e 01(um) da Secretaria Municipal da Saúde, 01(um) representante da área ambiental do Município, 03(três) representantes da sociedade civil, sendo 01(um) representante do segmento empresarial agropecuário, 01(um) representante dos produtores rurais, e 01(um) representante dos consumidores, o qual será presidido pelo titular da Secretaria Municipal de Agricultura.

Parágrafo único. Para cada membro titular será indicado um membro suplente, que assumirá nos casos de impedimentos e vacância.

Art. 28º. O Conselho de Inspeção Sanitária terá a competência de:

I - aconselhar, sugerir, debater e definir programas, ações e atividades inerentes à execução dos serviços de inspeção; e,
II - propor a edição de regulamentos, normas, portarias e outros, correlatos à fiscalização sanitária.

Parágrafo único. Após instalação do Conselho de Inspeção Sanitária, os membros terão o prazo de 90(noventa) dias para editarem o Regimento Interno.

CAPÍTULO VII
Do Sistema Único de Informação

Art.29º. Será criado um Sistema Único de Informações sobre todo o trabalho e procedimentos de inspeção e de fiscalização sanitária.

Parágrafo único. Será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Pesca e Recursos Hídricos à alimentação e manutenção do Sistema Único de Informações sobre a inspeção e a fiscalização sanitária do Município de São João do Sabugi-RN.

CAPÍTULO VIII
Da Educação Sanitária
Art.30º.A educação sanitária faz parte do processo de registro ou cadastramento no Serviço de Inspeção Municipal, objetivando o conhecimento das Boas Prática de Fabricação pelos integrantes da cadeia produtiva e da sociedade em geral, no cumprimento dos objetivos desta Lei.
§1oPara fins desta Lei, entende-se como educação sanitária em defesa agropecuária o processo ativo e contínuo de utilização de meios, métodos e técnicas capazes de educar e desenvolver consciência crítica no público-alvo.
§2oSerá priorizado inicialmente o caráter educativo em detrimento do punitivo.
§3oO SIM disporá de estrutura organizada para as ações de educação sanitária para a produção de alimentos.
§4oO SIM poderá apoiar as atividades de educação sanitária realizadas por serviços, instituições e organizações públicas e privadas.
§5º Todas as ações da inspeção e da fiscalização sanitária serão executadas visando melhorias nos processos de produção dos produtos de origem animal.

CAPÍTULO IX

Das Taxas
Art.31º. **Serão instituídas, por Lei específica,** as Taxas de Serviço de Inspeção Municipal relativas à inspeção e fiscalização sanitária.
Parágrafo único. O fato gerador das taxas de que trata o *caput* deste artigo será o exercício do poder de polícia sobre os produtos e estabelecimentos abrangidos pelas disposições desta Lei.
Art.32º. O contribuinte poderá se pessoa física ou jurídica que executar atividades sujeitas à inspeção e fiscalização sanitária prevista nesta Lei.
CAPÍTULO X
Das Infrações e das Penalidades

Art.33º. Constitui infração para os efeitos desta Lei qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que importe na inobservância das normas contidas na legislação sanitária vigente.

Parágrafo único. Compete privativamente ao agente do Serviço de Inspeção Municipal, no âmbito de sua competência e nos termos previstos nesta lei, a fiscalização, a inspeção, a autuação, a interdição, a apreensão e a destruição dos produtos de origem animal, quando da constatação do não cumprimento das normas sanitárias estabelecidas na legislação vigente e dos atos do Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEMAPA no julgamento e na aplicação das sanções previstas.

Art.34º. Sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabível e demais cominações previstas em normas federais ou estaduais, aplicam-se ao infrator, isolada ou cumulativamente, as seguintes penalidades:

I – advertência por escrito do Secretário Municipal de Agricultura, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má-fé e desde que não haja risco iminente de natureza higiênico-sanitária, devendo a situação ser regularizada no prazo estabelecido pelo Serviço de Inspeção Municipal -SIM;

II – multa, nos casos não compreendido no inciso I, tendo como valor máximo o correspondente ao valor fixado em legislação específica, observadas as gradações de verificações de infrações: leves, moderadas, graves e gravíssimas;

III- Apreensão ou condenação das matérias-primas e dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal e vegetal, quando não apresentarem

condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam, ou forem adulterados;

IV- Suspensão de atividades, quando causar risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou quando causar embaraço à ação fiscalizadora;

V- Interdição total ou parcial do estabelecimento, quando à infração consistir na adulteração ou na falsificação habitual do produto ou se verificar mediante inspeção técnica realizada pelos agentes de inspeção do Serviço de Inspeção Municipal -SIM, a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas para o funcionamento do estabelecimento.

VI – Cassação do registro.
§1º As multas previstas neste artigo serão agravadas até o grau máximo, nos casos de artifício, ardil, simulação, desacato, embaraço ou resistência à ação fiscal.
§2º A interdição ou a suspenção de que tratam os incisos IV e V poderão ser levantadas, após o atendimento das exigências que motivaram a sanção.
§3º Se a interdição total ou parcial não for levantada nos termos do parágrafo anterior, decorridos doze meses, será cancelado o registro do estabelecimento.
§4oOs produtos apreendidos nos termos do inciso III deste artigo e perdidos em favor do Município, que, apesar das adulterações que resultaram em sua apreensão, apresentarem condições apropriadas ao consumo humano, serão destinados prioritariamente aos programas de segurança alimentar e combate à fome, nos termos da Lei nº 12.341 de 1º de dezembro de 2010.

Art.35º. O Poder Executivo Municipal regulamentará por Decreto as normas específicas de procedimentos administrativos para a aplicação das penalidades com o devido processo legal.

TÍTULO II
Do Tratamento Diferenciado às Agroindústrias de Pequeno Porte, às Micro e Pequenas Empresas e ao Pequeno Produtor Rural

CAPÍTULO I
Das Agroindústrias de Pequeno Porte

Seção I
Das Disposições Gerais

Art.36º. O Município de São João do Sabugi, nos termos do Decreto nº 5.741 de 30 de março de 2006, estabelece normas específicas de inspeção e a fiscalização sanitária de produtos de origem animal, referente às agroindústrias de pequeno porte.

§1º O disposto nesta Lei atenderá aos preceitos estabelecidos na Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, no Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações ,na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e no Decreto nº 7.358 de 17 de novembro de 2010;

§2º As atividades previstas de inspeção e fiscalização serão desenvolvidas observando as competências e as normas relacionadas ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

§3º Entende-se por estabelecimento agroindustrial de pequeno porte de **produtos de origem animal** o estabelecimento de agricultores familiares ou de produtor rural, de forma individual ou coletiva, com área útil construída de até 250m2 (duzentos e cinquenta metros quadrados), dispondo de instalações para:

I- abate ou industrialização de animais produtores de carnes;

II- processamento de carnes e produtos cárneos;

III- processamento de pescado ou seus derivados;

IV- processamento de leite ou seus derivados;

V- processamento de ovos ou seus derivados; e

VI- processamento de produtos das abelhas ou seus derivados;

Art.37º. As normas específicas relativas aos Serviços de Inspeção Estadual e Federal servirão de referência para a inspeção e a fiscalização sanitária dos produtos de origem animal, no que se refere :

I - produção rural para a preparação, manipulação ou armazenagem doméstica de produtos de origem animal para consumo familiar, que ficará dispensada de registro, inspeção e fiscalização;

II - venda ou no fornecimento a retalho ou a granel de pequenas quantidades de produtos de origem animal provenientes da produção primária,

direto ao consumidor final, pelo agricultor familiar ou equivalente e suas organizações ou pelo pequeno produtor rural que os produz; e

III - na agro industrialização realizada pela agricultura familiar ou equivalente e suas organizações, inclusive quanto às condições estruturais e de controle de processo.

§1º A comercialização fracionada ou a granel de pequenas quantidades de produtos de origem animal pelo agricultor familiar, ou pequeno produtor rural provenientes da produção primária, diretamente ao consumidor, será permitida mediante atendimento as normas específicas de rotulagem da legislação sanitária vigente.

§2º A aplicação das normas específicas previstas no *caput* está condicionada ao risco mínimo de veiculação e disseminação de pragas e doenças regulamentadas.

Seção II
Da Inspeção e Fiscalização Sanitária de Produtos de Origem Animal

Art.38º. A inspeção e a fiscalização sanitária de produtos de origem animal para agroindústria de pequeno porte se dará nos termos desta Lei.
Seção III
Da Fiscalização Orientadora

Art.39º. A fiscalização municipal quanto às ações de inspeção e fiscalização no estabelecimento agroindustrial de pequeno porte deverão ter natureza prioritariamente, orientadora de acordo com a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, a Lei Complementar nº 123/2006, considerando o risco dos diferentes produtos e processos produtivos envolvidos e as orientações sanitárias com linguagem acessível ao empreendedor.

§1º O auto de infração apenas poderá ser lavrado em segunda visita, após a orientação do empresário, exceto quando o ato importe em ação ou omissão dolosa, resistência ou embaraço a fiscalização ou reincidência.

§2º A orientação a que se refere este artigo dar-se-á por meio de Termo de Ajuste de Conduta, na forma do regulamento.

§3° A ação inicial se dará mediante requerimento do interessado, ocasionando uma visita técnica "*in loco*" da equipe de fiscalização, no qual será

preenchido a Ficha de Atendimento Individual no ato da vistoria. Em seguida, o SIM elaborará Relatório de Vistoria Técnica, e neste descreverá as não conformidades observadas e as recomendações de adequação, se for o caso, estabelecendo prazos para o cumprimento.

Seção IV
Do Registro

Art.40º. O estabelecimento agroindustrial de pequeno porte deve ser registrado no Serviço de Inspeção Municipal, observando o risco sanitário, independentemente das condições jurídicas do imóvel em que está instalado, podendo ser anexo a residência, porém com separação física e acesso diferente

Parágrafo único. O registro de unidades de processamento, dos produtos e da rotulagem, quando exclusivo para a venda ou fornecimento direto ao consumidor final de pequenas quantidades, inclusive a retalho, será efetivado de forma simplificada por um instrumento que será disponibilizado pelo serviço De inspeção.

Art.41º. Para o registro do estabelecimento agroindustrial de pequeno porte serão necessários os seguintes documentos:

I-requerimento de registro;

II - boletim de exames físico-químico e microbiológico da água de abastecimento, fornecido por laboratório credenciado junto aos órgãos competentes;
III - apresentação da inscrição estadual, contrato social ou firma individual e Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, respeitando o que for pertinente à condição de microempreendedor individual;

IV - croqui das instalações na escala 1:100, que pode ser elaborado por profissionais habilitados de órgãos governamentais ou privados;

V - licenciamento ambiental, de acordo com Resolução do Conama nº 385/2006;

VI - alvará de licença e funcionamento da prefeitura;

VII- atestado de saúde dos trabalhadores.

VIII- apresentar comprovante de taxa de registro; e,

IX – apresentar certificado de participação do curso de Boas Práticas de Fabricação (BPF) pelo responsável pela manipulação ou pelo proprietário do estabelecimento.

Seção V
Do Transporte

Art.42º. O trânsito de matérias-primas e de produtos de origem animal deve ser realizado por meios de transporte apropriados, garantindo a sua integridade.

Seção VI
Disposições Gerais

Art.43º. No estabelecimento agroindustrial de pequeno porte o responsável técnico poderá ser suprido por profissional técnico de órgãos governamentais ou privado ou por técnico de assistência técnica, exceto agente de fiscalização sanitária.

Art.44º. Os produtos de origem animal, quando comercializados a granel diretamente ao consumidor, serão expostos acompanhados de folhetos ou cartazes, contendo as informações previstas para o rótulo de acordo com a legislação vigente.

CAPÍTULO II
Da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, do Produtor Rural Pessoa Física e do Agricultor Familiar
Art.45º. O Município de São João do Sabugi, no âmbito do Serviço de Inspeção Municipal dará tratamento diferenciado às microempresas, empresas de pequeno porte, ao produtor rural pessoa física e ao agricultor familiar, nos termos da Lei nº 123 de 14 de dezembro de 2006.
Art.46º. O Município de São João do Sabugi buscará adotar no âmbito do SIM a unicidade do processo de registro e de legalização de empresários, de pessoas jurídicas, agricultores e produtores rurais, articulando as unidades administrativas afins, visando compatibilizar e integrar procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo, da perspectiva do usuário.

§1º O processo de registro no SIM da microempresa, da empresa de pequeno porte, do produtor rural pessoa física e do agricultor familiar, bem como qualquer exigência para a certificação, deverão ter trâmite especial e simplificado, preferencialmente eletrônico, opcional para o empreendedor, observado o seguinte:
I-poderá ser dispensado o uso da firma, com a respectiva assinatura autografa, o capital, requerimentos, demais assinaturas, informações relativas ao estado civil e regime de bens, bem como remessa de documentos, na forma estabelecida pelo CGSIM;
§2º O Microempreendedor Individual-MEI fica isento do pagamento de taxas de registro e de inspeção e fiscalização sanitária, bem como seus produtos, rótulos e serviços, conforme definido na Lei Complementar Federal nº 123/2006.
§3º O agricultor familiar, definido conforme aLei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e identificado pela Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP física ou jurídica, bem como o MEI e o empreendedor de economia solidária ficam isentos de taxas e outros valores relativos à fiscalização da vigilância sanitária.
Art.47º. Para o registro no SIM das microempresas, das empresas de pequeno porte, do produtor rural pessoa física e do agricultor familiar serão exigidos os documentos previstos no art.41 desta Lei, ressalvados as especificidades quanto a natureza jurídica.

Parágrafo único. No que se refere ao previsto no VI do art. 41, poderá ser apresentado o Alvará de Funcionamento Provisório, nos termos do Art. 7º da Lei nº 123 de 14 de dezembro de 2006.
Art.48º. A fiscalização, no que se refere ao aspecto sanitário das microempresas e empresas de pequeno porte deverá ter natureza prioritariamente orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.
Art.49º. O Município de São João do Sabugi observará o princípio do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido por ocasião da fixação de valores decorrentes de multas e demais sanções administrativas.
TÍTULO III
Das Disposições Finais
Art.50º. Poderá o Município solicitar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a verificação e o reconhecimento de sua equivalência para a realização do comércio interestadual, na forma definida pelos procedimentos de adesão aos Sistemas Brasileiros de Inspeção de Produtos e Insumos Agropecuários.
Art.51º. Os estabelecimentos de que trata esta Lei terão o prazo de até 12(doze) meses, a partir da publicação desta Lei, para adequarem suas instalações, condicionados à assinatura de Termo de Ajustes a ser celebrado, sob a responsabilidade do Serviço de Inspeção Municipal-SIM.
Art.52º. Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Lei, serão utilizados recursos alocados na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Pesca e Recursos Hídricos constantes no Orçamento do Município.

Art.53º. O Município assegura que o pessoal técnico e auxiliar, servidores públicos concursados, incumbidos da execução desta lei não terá quaisquer conflitos de interesses e terão carteira de identidade pessoal e funcional fornecida pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Pesca e Recursos Hídricos, da qual constará, além da denominação do órgão, o número de ordem, nome, fotografia, cargo, data da expedição e validade.

Parágrafo único. Os servidores a que se refere o presente artigo, no exercício de suas funções, ficam obrigados a exibir a carteira funcional.

Art.54º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei priorizando a regulamentação para inspeção e fiscalização de produtos de origem animal que se dará no prazo de 120(cento e vinte) dias, a contar da data da publicação desta Lei.

Art.55º. Fica revogada a Lei nº 669 de 10 de junho de 2014 e todas as disposições em contrário a esta Lei.

Art. 56º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São João do Sabugi - RN, 07 de outubro de 2019.

LYDICE ARAÚJO DE MEDEIROS BRITO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lydice Araújo de Medeiros Brito
Código Identificador:CF251CCE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO III TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: **Município de São João do Sabugi/RN**, CNPJ nº 08.095.960/0001-94. CONTRATADOO Sr **MARCOS ANTÔNIO**

DE ARAÚJO MEDEIROS, brasileiro, casado, portador CPF nº 022.910.604-81, portador de RG: nº 57.943.125-3**,** O presente instrumento tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato Original relativos à prestação de serviços próprios de Eletricista a serem executados numa carga horaria de 30 horas semanais. **Parágrafo Único** – A prorrogação citada se dará do dia 10 outubro de 2019 até o dia 31 de dezembro de 2019. DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES, Permanecem em vigor todas as demais Cláusulas e condições estipuladas e não expressamente alteradas por força deste Termo Aditivo Base.

Publicado por:
Jeane Josino de Aquino Alves
Código Identificador:CFA18354

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
EDITAL Nº 10/2019

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução 01/2019- CMDCA, torna público o resultado da eleição dos membros do Conselho Tutelar do município de São José do Campestre, realizada no dia 06 de outubro de 2019.

Classificação Titulares	Nome do Candidato	Quantidade de Votos
1º	Andreza Gadelha	1.063
2º	Jefferson	826
3º	Abrão de Picos	757
4º	Junior Pinto	676
5º	Márcia de Marcos Aurelio	631
Classificação Suplentes	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
6º	Hélio dos Anjos	607
7º	Zélia Aprigio	600
8º	Andrea Silva	464
9º	Jaian de Melo	435
10º	Vitória Dellys	433
11º	João Fernandes	380
12º	Pastor Cácio	364
13º	Diácono Emanoel	337
14º	Magna Mousinho	306
15º	Alisson Moreira	287
16º	Janaina Soares	279
17º	Railson Alves	258
18º	Professora Neidinha	198
19º	Marcia Suerda filha de Antônio Rôlo	191
20º	Daiana Braz	41

Fica aberto o prazo de 07 dias, a contar da publicação do presente Edital, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista no item 5.20 do edital nº 04/2019-CMDCA.

A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

São José do Campestre, 07 de outubro de 2019.

FRANCINEIDE SOARES DA SILVA
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Jean Carlos Bernardo Silva
Código Identificador:AC57F72B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 031/2019-SRP

A Prefeitura Municipal de São Jose de Campestre/RN, torna público a suspensão da licitação que seria realizada no dia 08/10/2019, às 11:00 horas. OBJETO: Registro de preço para futura contratação de empresa especializada no fornecimento e transporte de barro, areia e Saibro (piçarro), para suprir a necessidade das obras diversas bem como para o conserto de estradas vicinais de São Jose do Campestre-RN. Esclarecemos que o motivo da suspensão temporária deste certame será a adequação do edital em especial o termo de referência que passará por algumas modificações. Assim que tais alterações forem efetuadas, será publicado aviso com a nova data e horário para abertura. Maiores informações na sala da Comissão, localizada na sede da Prefeitura Municipal na Rua Getúlio Vargas 591, centro, ou pelo e-mail cpl.sjcampestre@gmail.com.

São Jose do Campestre-RN, 07 de Outubro de 2019.

A COMISSÃO.

Publicado por:
Jean Carlos Bernardo Silva
Código Identificador:A8D792C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 010/2019

O Presidente da Comissão de licitação do Município de São Jose do Campestre-RN, em cumprimento da ratificação procedida pelo(a) Gestor(a) da(o) Do Município de São Jose do Campestre-RN, faz publicar o extrato resumido do processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** a seguir:

OBJETO.....,: Despesa com inscrição para 1 participante da equipe de pregão (PREGOEIRO), no evento exclusivo de capacitação denominado **13º Pregão Week**, evento ao qual será realizado de 14 a 18 de outubro em Foz do Iguaçu/PR.

FAVORECIDO....: INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMNIISTRACAO PUBLICA - INP – LTDA, CNPJ 10.498.974/0002-8.

VALOR .....: R$ 3.860,00 (Três mil oitocentos e sessenta reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL....: Art. 25, inciso II, c/c Art 13, inciso VI da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE..: emitida pelo Presidente da Comissão de Licitação e ratificada pelo(a) Sr.(a) Joseilson Borges da Costa, na qualidade de ordenador(a) de despesas.

São Jose do Campestre-RN 07 de outubro de 2019

JOSEILSON BORGES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Carlos Bernardo Silva
Código Identificador:CF890D3C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº289/2019, 02 DE OUTUBRO DE 2019.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 73/2013, de 13 de agosto de 2013,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS**

Cargo/Função: Secretário Municipal de Educação e Cultura

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01 de 50%	Natal/RN	02 de outubro de 2019	R$ 300,00	R$ 150,00

TOTAL

( )100%

(X) 50%
( )35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal /RN, no dia 02 de outubro de 2019, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Educação e Cultura na cidade de Natal/RN, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

De Brasília/DF para São José do Seridó/RN, 02 de outubro de 2019.

VIVIANE KELLE DE ARAUJO SOUZA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

MARIA DALVA MEDEIROS DE ARAUJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:1EBE6EE3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 290/2019, 02 DE OUTUBRO DE 2019.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 73/2013, de 13 de agosto de 2013,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **RUBINALDO ALFREDO DA COSTA**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01 de 100%	Natal/RN	02de outubro de 2019	125,00	125,00

R$ 125,00

(x) 100%

( )50%
( )35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 03 de outubro de 2019, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade Natal/RN, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

De Brasília/DF para São José do Seridó, 02 de outubro de 2019.

VIVIANE KELLE DE ARAUJO SOUZA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

MARIA DALVA MEDEIROS DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:F1B4C1DF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 291/2019, 07 DE OUTUBRO DE 2019.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 73/2013, de 13 de agosto de 2013,

RESOLVEM:

Art. 1º - Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor**: ANTONIO TRAJANO DA COSTA NETO**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1 de 100%	Patos/PB	07 de outubro de 2019	R$210,00	R$ 210,00

R$ 210,00

(x)100%

( ) 50%
( ) 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Patos/PB, no dia 07 de outubro de 2019, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Patos/PB, conforme anexos**.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em para São José do Seridó, 07 de outubro de 2019.

VIVIANE KELLE DE ARAUJO SOUZA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

MARIA DALVA MEDEIROS DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:ACB0DBA0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 292/2019, 07 DE OUTUBRO DE 2019.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 73/2013, de 13 de agosto de 2013,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **FRANCISCO IGOR MACÊDO DA COSTA**

Cargo/Função: Diretor da Unidade Mista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1 de 50%	Natal/RN	07 de outubro de 2019	200,00	100,00

R$100,00

() 100%

(x) 50%
( )35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 10 de outubro de 2019, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos**.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 07 de outubro de 2019.

VIVIANE KELLE DE ARAÚJO SOUZA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

MARIA DALVA MEDEIROS DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:7859C4CD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 293/2019, 07 DE OUTUBRO DE 2019.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 73/2013, de 13 de agosto de 2013,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **ARTUR LENO GORGONIO DE MEDEIROS**

Cargo/Função: Coordenador

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1 de 50%	Natal/RN	07 de outubro de 2019	200,00	100,00

R$100,00

() 100%

(x) 50%

( )35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 10 de outubro de 2019, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos**.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 07 de outubro de 2019.

VIVIANE KELLE DE ARAÚJO SOUZA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

MARIA DALVA MEDEIROS DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:F7119903

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 135 - NOMEAR OS MEMBROS QUE CONSTITUIRÃO O CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Portaria nº 135/2019

JOSÉ RENATO TEIXEIRA DE SOUZA, Prefeito Municipal de São Miguel do Gostoso/RN, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66;
Resolve:
. Art 1º - Nomear os membros que constituirão **o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil**.
Senhor Manuel Patrício de Assis Representante da prefeitura Municipal;
Senhor Emanoel Bezerra da Silva e José Maria Bezerra da Silva, Representantes da Câmara Municipal de Vereadores;
Senhor Lidembuerg Cosme de Miranda .Representante da Secretaria Municipal de Agricultura;
Senhor Francisco Adriano Gomes Silva e Sr. Manoel Degeval de C. Bezerra, titular e suplente, representantes da Secretaria Municipal de Saúde;
Senhora Geovania Santana Ribeiro e Paulo Cesar Martiniano da Costa Filho, representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, titular e suplente;
Senhor João Eudes Rodrigues da Silva - Representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar - SINTRAF;
Senhor Emanoel de Paula Torres - Representante da EMATER
Art 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de São Miguel do Gostoso/RN, 01 de Outubro de 2019

JOSE RENATO TEIXEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal
CPF 009.524.474-36

Publicado por:
Rubens Eduardo Santa Rita de Oliveira
Código Identificador:793E9891

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
EDITAL Nº 002/2019, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O CONSELHO TUTELAR 2019

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma daResolução 01/2019- CMDCA, torna público o resultado da eleição dos membros do Conselho Tutelar do município de São Paulo do Potengi/RN, realizada no dia 06 de outubro de 2019.

Classificação Titulares	Nome do Candidato	Quantidade de Votos
1º	HONAIARA SILVA	617
2º	TÚLIO LEANDRO	539
3º	ÂNGELA MEDEIROS	525
4º	VALQUÍRIA FARIAS	495
5º	ANDSON FARIAS	491
Classificação Suplentes	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
6º	VERA LÚCIA	473
7º	EDSON VARELA	466
8º	ALESSANDRA DE BRUNO	439
9º	PAULINHA	434
10º	PAULA COSME	413

Fica aberto o prazo de 07 dias, a contar da publicação do presente Edital, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista no item 13 do Edital nº 01/2019-CMDCA.
A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

São Paulo do Potengi, 07 de outubro de 2019.

_____
Coordenador da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Antônio Márcio de Oliveira Azevedo
Código Identificador:EF3318CE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 174/2019 DE 07 (SETE) DE OUTUBRO DE 2019

PORTARIA N. º 174/2019 DE 07 (sete) DE OUTUBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE PORTARIA DE DESTITUIÇÃO DE SERVIDOR(a) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **MIGUEL CABRAL NASSER,** na qualidade de Prefeito Municipal de São Pedro, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições e constitucionais legais que lhes são conferidas por Lei; e,

RESOLVE
Art. 1º - DESTITUIR a (s) pessoa (s) abaixo da atribuição de ``Usuário Gerenciador`` da unidade jurisdicionada da Prefeitura Municipal de São Pedro, Estado do Rio Grande do Norte, na operação do Portal do Gestor do TCE-RN, coforme Portaria nº 070/2019-GP/TCE:

WELLINGTON TERTO DO NASCIMENTO
CPF: 012.XXX.XXX-33.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 01 (um) de agosto de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se o presente Ato.

Palácio Francisco Cabral, São Pedro, Estado do Rio Grande do Norte, em 07 (sete) de outubro de 2019.

MIGUEL CABRAL NASSER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Levi Félix Ziba
Código Identificador:C5E8311B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 175/2019 DE 07 (SETE) DE OUTUBRO DE 2019

PORTARIA N. º 175/2019 DE 07 (sete) DE OUTUBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE PORTARIA DE **DESIGNAÇÃO** DE SERVIDOR(a) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **MIGUEL CABRAL NASSER,** na qualidade de Prefeito Municipal de São Pedro, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições e constitucionais legais que lhes são conferidas por Lei; e,

RESOLVE

Art. 1º - DESIGNAR a (s) pessoa (s) abaixo qualificada (s) como ``Usuário Gerenciador`` da unidade jurisdicionada da Prefeitura Municipal de São Pedro, Estado do Rio Grande do Norte, na operação do Portal do Gestor do TCE-RN, coforme Portaria nº 070/2019-GP/TCE:

MARCIANA LOPES DE OLIVEIRA
Cargo: Pregoeiro (a)
Matrícula: 609
CPF: 074.XXX.XXX-09.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 01 (um) de agosto de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se o presente Ato.

Palácio Francisco Cabral, São Pedro, Estado do Rio Grande do Norte, em 07 (sete) de outubro de 2019.

MIGUEL CABRAL NASSER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Levi Félix Ziba
Código Identificador:369B5D2C

GABINETE DO PREFEITO
COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DO PROCESSO DE ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR EDITAL Nº 05/2019

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Lei Municipal nº 150/2001
Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar

EDITAL Nº 05/2019

Divulga o resultado preliminar do processo de escolha para membro do Conselho Tutelar do município de São Pedro/RN e abre prazo recursal.

A presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar de São Pedro/RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução nº 02/2019 - CMDCA, e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 150/2001 e suas alterações, considerando a Resolução CONSEC nº 118/2019, torna público o **RESULTADO PRELIMINAR** do processo de escolha para membro do Conselho Tutelar do município de São Pedro/RN, realizado no dia 06 de outubro de 2019.

1º. Ernani Graciano da silva sobrinho, 412 votos - eleito;
2º. Lindbergh Guedes Bezerra, 236 votos - eleito;
3º. Maria Salete Macedo de Lima , 216 votos - eleita;
4º. Carla Eglantine da Silva, 213 votos – eleita;

5º. Rogerio Alves da Silva, 204 - votos - eleito;
6º. José Ailton da Câmara, 192 votos – 1º suplente;
7º. Mayra Jacielle de Abreu, 180 votos – 2º suplente;
8º. Marlene Cassimiro Silva de Moura, 152 votos – 3º suplente;
9º. Maria de Fátima Costa, 140 votos – 4º suplente;
10º. Ivanete Dantas de Souza Mota, 131 votos – 5º suplente;
11º. José Lucas da Silva, 125 votos – Não Eleito;
12º. Jose Iran de Lima, 98 votos – Não Eleito;
13º. Francileide Victor de Andrade, 85 votos – Não Eleito;
14º. Francisco Genilson Barbosa**,** 49 votos – Não Eleito;
15º. João Batista do Nascimento, 24 votos – Não Eleito.

Fica aberto o prazo compreendido entre os dias 08 e 14 de outubro de 2019, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista no item 5.21 do Edital nº 01/2019.

A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

São Pedro/RN, 07 de outubro de 2019.

JACQUELINE ALVES DA SILVA
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Levi Félix Ziba
Código Identificador:F313FA81

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EDITAL Nº 002/2019 PUBLICA O RESULTADO DA ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DE SÃO TOMÉ/RN.

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução 001/2019 - CMDCA, torna público o resultado da eleição dos membros do Conselho Tutelar do município de São Tomé/RN, realizada no dia 06 de outubro de 2019.

Classificação **Titulares**	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
1º	Eugênio Filho	846
2º	Erasmo Gari	824
3º	Zé Basílio	766
4º	Ciete	701
5º	Jordana	679
Classificação **Suplentes**	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
6º	Vitória Filha de Geraldo	669
7º	Auxiliadora	558
8º	Priscila	454
9º	Adelínea	359
10º	Stênia	300

Fica aberto o prazo de 08 a 14/10/19, a contar da publicação do presente Edital, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista no item 5/5.21 do Edital nº 001/2019 – CMDCA.

A homologação final do resultado da eleição dar-se-á pelo CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, após a análise dos recursos apresentados no prazo legal, no dia 23 de outubro do corrente ano.

São Tomé/RN, 06 de outubro de 2019.

TERESA CRISTINA DA SILVA
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
José Josivaldo da Silva
Código Identificador:3DFD785F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

GABINETE DO PREFEITO
LISTA DE CLASSIFICAÇÃO – TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2019 – REDISTRIBUIÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, por meio de sua representante legal, resolve **HOMOLOGAR** a Chamada Pública nº 03/2019, destinada ao preenchimento de 01 (uma) vaga para o cargo de motorista na Secretaria Municipal de Saúde (Serra de Santana), cujo resultado foi declarado **FRACASSADO**.

São Vicente/RN, 04 de outubro de 2019.

IRACEMA PEREIRA DE LIMA CAMPÊLO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:EB149219

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE CADASTRO 007/2019

Acha-se aberto no Município de São Vicente/RN, cadastro para pessoas jurídicas interessadas no fornecimento de maquinas, equipamentos, utensílios e execução de serviços especializados de montagem industrial para abatedouro público municipal de São Vicente/RN, nos termos da Lei 8.666/93. Maiores informações encontra-se a disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal situada na Praça Joaquim Araújo Filho, 84 – Centro – São Vicente/RN, ou através do Tel. (84) 3436-0226, ou pelo e-mail: cpl_saovicente@yahoo.com.br, durante o horário de atendimento qual seja, das 07h00min as 13h00min.

São Vicente/RN, 07 de outubro de 2019.

IRACEMA PEREIRA DE LIMA CAMPÊLO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:5E3A1BB7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 098/2019-GP, DE 27 DE SETEMBRO DE 2019

Concede diária(s) a IRACEMA PEREIRA DE LIMA CAMPÊLO e dá outras providencias.

A CHEFE DE GABINETE DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto nº 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 1 (uma) diária integral a servidora **IRACEMA PEREIRA DE LIMA CAMPÊLO**, Mat. 869, ocupante da função de **PREFEITA** deste Município, para custear despesas com locomoção e alimentação durante viagem realizada à Cidade de NATAL/RN, para comparecer à Procuradoria da Fazenda Nacional do RN para tratar de assunto sobre Dívida Ativa; à FEMURN e ao Gabinete Civil da Governadora do RN para tratar de assuntos do interesse do município, inclusive protocolar Ofício 136/2019-GP solicitando mais uma viatura policial para São Vicente, no dia 02 de outubro de 2019, totalizando o valor de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente/RN, 27 de setembro de 2019

Publique-se
Cumpra-se.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:A2846FAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ELEIÇÕES UNIFICADAS PARA O CONSELHO TUTELAR DO MUNCÍPIO DE SÃO VICENTE/RN COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DO PROCESSO DE ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR EDITAL Nº 008/2019 - CMDCA

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução 001/2019- CMDCA, torna público o resultado da Eleição dos membros do Conselho Tutelar do município de São Vicente/RN, realizada no dia 06 de outubro de 2019.

CLASSIFICAÇÃO TITULARES	NOME DO CANDIDATO	VOTOS VÁLIDOS
1º lugar	**LULU**	**206**
2º lugar	**JOSIVANDA CATEQUISTA**	**192**
3º lugar	**TATIANE**	**127**
4º lugar	**ELIANE**	**124**
5º lugar	**VITORINHA GABRIEL**	**117**
CLASSIFICAÇÃO SUPLENTES	**NOME DO CANDIDATO**	**VOTOS VÁLIDOS**
6º lugar	TEREZINHA DE JESUS	88
7º lugar	ROSINHA	82
8º lugar	TOINHO CATITA	81
9º lugar	LUANA MARIA	71
10º lugar	NEIDINHA	68
11º lugar	ROGÉRIO	58
12º lugar	MARGARIDA DE VALDIR	55
13º lugar	GRAÇA DE CANINDÉ	52
14º lugar	ALISSANDRA	48
15º lugar	JAILSON DE JOÃO DE XIXICA	41

Fica aberto o prazo de 07 (sete) dias, do dia 08 ao dia 14 de outubro para eventual interposição de recursos contra a apuração a contar da publicação do presente Edital, conforme 2ª Retificação do Edital nº 001/2019 – CMDCA.
A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal, até o dia 23 de outubro de 2019.

São Vicente/RN, 07 de outubro de 2019.

_____
Presidente da CEE e do CMDCA

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:A51713CE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

ORIGEM.....: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27090001/19

CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA

CONTRATADA(O).....: ADILSON DE OLIVEIRA PEREIRA JUNIOR

OBJETO.....: Prestação de serviço com assessoria jurídico na organização administrativo, convênios federais, estaduais, prestação de contas do município e outros serviços jurídicos. Para atender a necessidade da secretaria deste município. No período de outubro a dezembro do corrente.

VALOR TOTAL.....: R$ 8.400,00 (oito mil, quatrocentos reais)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: Exercício 2019 Atividade 0301.041220003.2.008 Manutenção das Ações Administração , Classificação econômica 3.3.90.36.00 Outros serv. de terceiros pessoa física, Subelemento 3.3.90.36.99, no valor de R$ 8.400,00

VIGÊNCIA.....: 04 de Outubro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

DATA DA ASSINATURA.....: 02 de Outubro de 2019

Publicado por:
Geniel Pereira de Oliveira
Código Identificador:D09F0327

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Com apoio no ilustre parecer jurídico, opinando pela dispensa de licitação, o ordenador de Despesas da PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o que determina o art. 26 da Lei nº 8.666/93, e considerando o que consta do processo administrativo que trata da contratação da empresa ADILSON DE OLIVEIRA PEREIRA JUNIOR, referente à Prestação de serviço com assessoria jurídico na organização administrativo, convênios federais, estaduais, prestação de contas do município e outros serviços jurídicos. Para atender a necessidade da secretaria deste município. No período de outubro a dezembro do corrente.. Fica Declarado DISPENSA de licitação para a contratação da referida empresa, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

SENADOR ELÓI DE SOUZA - RN, 02 de Outubro de 2019

GRIMALDE FERREIRA LINS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Geniel Pereira de Oliveira
Código Identificador:764A73EB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Com apoio no ilustre parecer jurídico, opinando pela dispensa de licitação, o ordenador de Despesas da PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o que determina o art. 26 da Lei nº 8.666/93, e considerando o que consta do processo administrativo que trata da contratação da empresa RN EXTINTORES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, referente à prestação de serviço com recarga de extintor pó 04 kg (abc) e pó 06 kg (abc),para combate e prevenção de incêndio dos onibus escolares da rede de educação fundamental deste municipio.. Fica Declarado DISPENSA de licitação para a contratação da referida empresa, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

SENADOR ELÓI DE SOUZA - RN, 02 de Outubro de 2019

GRIMALDE FERREIRA LINS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Geniel Pereira de Oliveira
Código Identificador:4EB439AD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DA ELEIÇÃO DO DIRETOR EXECUTIVO, DO DIRETOR DE GESTÃO E FINANÇAS E BENEFÍCIOS, E MEMBROS DOS CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO SENADOR ELÓI DE SOUZA - SOUZAPREV.

Aos 30 (trinta) dias do mês de agosto do ano de 2019 (dois mil e dezenove), às 08:00 (oito horas), iniciou-se processo de escolha de representantes da Diretoria Executiva: Diretor Executivo e Diretor de Gestão, Finanças e Benefícios dos servidores e segurados do Fundo Próprio de Previdência Social de Senador Elói de Souza– SOUZAPREV, para o mandato 2019 a 2023. Estavam aptos a votarem 225 (duzentos e vinte e cinco) eleitores, entre funcionários ativos e inativos associados. Foram inscritos em Chapa Única, para o cargo de Diretor Executivo o senhor Euclides Teixeira Neto e para o cargo de

Diretor de Gestão, Finanças e Benefícios, o senhor Cláudio Marcio Pessoa, amparados pelo DECRETO Nº 065 DE 1 DE JULHO DE 2019 e de acordo com o EDITAL N° 01/2019 de convocação de eleição para escolha de representantes da Diretoria Executiva e Conselheiros Deliberativo e Fiscal dos servidores segurados do Fundo Próprio de Previdência Social de Senador Elói de Souza/RN – SOUZAPREV. Para a efetivação do processo de votação foram distribuídas urna fixa e volante. A urna fixa ficou na sede do SOUZAPREV e a urna volante percorreu todas as Instituições onde tivessem servidores associados ao Fundo de Previdência. Ficaram responsáveis pela coleta e fiscalização do processo de votação os Senhores Josué Freitas Campos (presidente da Comissão eleitoral), Gildécio Hortêncio da Costa (secretário da Comissão eleitoral) e Vicente Ponciano Macedo (membo da Comissão eleitoral) na urna volante durante o processo. Na coleta e fiscalização do processo de votação em urna fixa ficaram responsáveis Raimunda Luciene de Farias (mesária) e Maria José Gomes Teixeira Ferreira (segundo mesário). O processo de votação foi encerrado às 19:00 (dezenove) horas. Logo após o encerramento da votação, foi iniciado o processo de apuração dos votos. Após a apuração dos votos foram constatados os seguintes resultados: total de votantes: 99 (noventa e nove). Total de votos válidos: 88 (oitenta e oito) votos. Total de votos em branco:11 (onze) votos. Total de votos nulos: 0 (zero) voto nulo. O término da apuração dos votos aconteceu as 19h:30min (dezenove horas e trinta minutos). Após este processo foram declarados eleitos para o cargo de Diretor Executivo o senhor Euclides Teixeira Neto e para o cargo de Diretor de Gestão, Finanças e Benefícios, o senhor Cláudio Marcio Pessoa. Para a escolha dos Membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal do Fundo Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município Senador Elói de Souza – SOUZAPREV, em razão do que dispõe o Edital N° 01/2019 e Decreto Nº 065 de 1 de julho 2019, artigo 7°, parágrafo 1° e artigo 53, foram eleitos os seguintes conselheiros: Para os cargos de conselheiros de Conselho Deliberativo, titulares e suplentes, em substituição a indicação do Poder Executivo, foram inscritos e eleitos: Titular I: Giulliano do Amaral Câmara; Suplente I: José Francisco Ribeiro Neto. Suplente II: Maria das Graças Ferreira. Titular II: Maria José Constantino Pereira Aquino; Suplente I: Ana Cristina Campos Maranhão de Lima. Para os cargos de conselheiros de Conselho Deliberativo, titulares e suplentes, em substituição a indicação do Poder Legislativo, foram inscritos e eleitos: Titular I: Maria de Fátima Augusto da Silva; Suplente I: Maria de Fátima da Costa Bugs. Suplente II: Vicente Ponciano de Macedo. Para os cargos de conselheiros de Conselho Deliberativo, titulares e suplentes, em substituição a indicação por assembléia dos servidores vinculados a sindicato ou associação de servidores municipais, foram inscritos e eleitos: Titular I: Josevaldo José dos Anjos; Suplente I: Francisca Ferreira da Silva Félix. Suplente II: Maria José Gomes Teixeira Ferreira. Titular II: José Augusto Melquiades de Oliveira; Suplente I: Raimunda Luciene de Farias. Para os cargos de conselheiros de Conselho Deliberativo, titulares e suplentes, em substituição a indicação do quadro dos inativos e pensionistas, indicados por assembleia dos segurados municipais, foram inscritos e eleitos: Titular I: Raimunda Santana Araújo de Melo; Suplente I: Maria Heloíza Rocha de Freitas. Para os cargos de conselheiros de Conselho Fiscal, titulares e suplentes, em substituição a indicação do Poder Executivo, foram inscritos e eleitos: Titular I: Jeorge Costa Negreiros; Suplente I: Lutemberg Lima de Medeiros. Suplente II: Manoel Francisco de Souza. Para os cargos de conselheiros de Conselho Fiscal, titulares e suplentes, em substituição a indicação do Poder Legislativo, foram inscritos e eleitos: Titular I: Alcione da Costa Silva. Suplente I: Eliano Albino da Silva. Para os cargos de conselheiros de Conselho Fiscal, titulares e suplentes, em substituição a indicação por assembleia dos servidores vinculados a sindicato ou associação de servidores municipais, foram inscritos e eleitos: Titular I: Vanda Maria Moreira de Araújo Martins; Suplente I: José Alfredo de Araújo. Suplente II: Maria Luiz de Moraes Oliveira. Para os cargos de conselheiros de Conselho Fiscal, titulares e suplentes, em substituição a indicação do quadro dos inativos e pensionistas, indicados por assembleia dos segurados municipais, foram inscritos e eleitos: Titular I: Elizabeth Bezerra de Lira Souza; Suplente I: Genival do Nascimento Campos. Em seguida, deu posse ao Diretor Executivo e Diretor de Benefícios, Gestão e Finanças, aos conselheiros do Conselho Deliberativo, Titular e Suplentes, ato contínuo, foi dado posse dos conselheiros do Conselho Fiscal. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão fez um resumo dos trabalhos do dia, bem como das deliberações, agradecendo à participação de todos e deu por encerrada a Assembleia, da qual eu, Josué Freitas Campos, secretário *ad hoc* do Processo Eleitoral, lavrei a presente ata, que achada conforme e firmada por todos os presentes em seguida relacionados.

Publicado por:
Geniel Pereira de Oliveira
Código Identificador:EE4D007E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 0084/2019

Ementa: "Nomeia o Conselho Deliberativo do SOUZAPREV".

O Prefeito Constitucional do Município de Senador Elói de Souza, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, constitucionalmente definidas na Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO, a realização de reunião para escolha dos membros do conselho deliberativo;

CONSIDERANDO, o disposto no art. 64 e seguintes da Lei 006/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Nomeados os membros efetivos e suplentes, para compor o Conselho Deliberativo do Fundo de Previdência de Senador Elói de Souza/RN.

Parágrafo único. A composição mencionada no *caput*, para um mandato de 04 (quatro) anos, sendo permitida a recondução para o mandato subseqüente, se dará da seguinte forma:

I - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO, EM SUBSTITUIÇÃO AOS DO QUADRO EFETIVO:

Titular I: Giulliano do Amaral Câmara;

Suplente I: José Francisco Ribeiro Neto.

Suplente II: Maria das Graças Ferreira

Titular II: Maria José Constantino Pereira Aquino;

Suplente I: Ana Cristina Campos Maranhão de Lima.

II - REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO, EM SUBSTITUIÇÃO AOS DO QUADRO EFETIVO:

Titular I: Maria de Fátima Augusto da Silva;

Suplente I: Maria de Fátima da Costa Bugs.

Suplente II: Vicente Ponciano de Macedo.

III - REPRESENTANTES DO QUADRO EFETIVO, INDICADOS POR ASSEMBLÉIA DOS SERVIDORES VINCULADOS A SINDICATO OU ASSOCIAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS:

Titular I: Josevaldo José dos Anjos;

Suplente I: Francisca Ferreira da Silva Félix.

Suplente II: Maria José Gomes Teixeira Ferreira.

Titular II: José Augusto Melquiades de Oliveira;

Suplente I: Raimunda Luciene de Farias.

IV - REPRESENTANTES DO QUADRO DOS INATIVOS E PENSIONISTAS, INDICADOS POR ASSEMBLEIA DOS SEGURADOS MUNICIPAIS:

Titular I: Raimunda Santana Araújo de Melo;

Suplente I: Maria Heloíza Rocha de Freitas.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Senador Elói de Souza/RN, 30 de setembro de 2019.

GRIMALDE FERREIRA LINS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Geniel Pereira de Oliveira
Código Identificador:A81AFD99

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 0086/2019-GP

Ementa: "Nomeia o Conselho Fiscal do SOUZAPREV".

O Prefeito Constitucional do Município de Senador Elói de Souza, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, constitucionalmente definidas na Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO, a realização de reunião para escolha dos membros do conselho fiscal;

CONSIDERANDO, o disposto no art. 66 e seguintes da Lei 006/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Nomeados os membros efetivos e suplentes, para compor o Conselho Fiscal do Fundo de Previdência de Senador Elói de Souza-SOUZAPREV.

Parágrafo único. A composição mencionada no *caput*, para um mandato de 04 (quatro) anos, não sendo permitida a recondução para um mandato subseqüente, se dará da seguinte forma:

I - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO, EM SUBSTITUIÇÃO AOS DO QUADRO EFETIVO:

a) Titular: Jeorge Costa Negreiros;

b) Suplente: Lutemberg Lima de Medeiros.

c) Suplente II: Manoel Francisco de Souza.

II - REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO, EM SUBSTITUIÇÃO AOS DO QUADRO EFETIVO:

a) Titular: Alcione da Costa Silva;

b) Suplente: Eliano Albino da Silva.

III - REPRESENTANTES DO QUADRO EFETIVO, INDICADOS POR ASSEMBLÉIA DOS SERVIDORES VINCULADOS A SINDICATO OU ASSOCIAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS:

a) Titular: Vanda Maria Moreira de Araújo Martins;

b) Suplente I: José Alfredo de Araújo.

c) Suplente II: Maria Luiz de Moraes Oliveira.

IV - REPRESENTANTES DO QUADRO DOS INATIVOS E PENSIONISTAS, INDICADOS POR ASSEMBLEIA DOS SEGURADOS MUNICIPAIS:

a) Titular: Elizabeth Bezerra de Lira Souza;

b) Suplente: Genival do Nascimento Campos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Senador Elói de Souza/RN, 30 de setembro de 2019.

GRIMALDE FERREIRA LINS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Geniel Pereira de Oliveira
Código Identificador:FB00AE6D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0085/2019-GP.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO DIRETOR EXECUTIVO E DIRETOR DE GESTÃO, FINANÇAS E BENEFÍCIOS DO FUNDO PRÓPRIO DE PREVEDÊNCIA SOCIAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA -SOUZAPREV E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Constitucional do Município de Senador Elói de Souza, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, constitucionalmente definidas na Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e,

CONSIDERANDO, a realização da eleição para escolha dos membros do Conselhos Deliberativo e Fiscal;
CONSIDERANDO, o disposto no art. 64 e seguintes da Lei 006/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Nomeados os membros efetivos, para compor a Diretoria Executiva do Fundo de Previdência de Senador Elói de Souza/RN- SOUZAPREV.
Parágrafo único. A composição mencionada no caput, para um mandato de 04 (quatro) anos, sendo permitida a recondução para o mandato subseqüente, se dará da seguinte forma:
I – DIRETOR EXECUTIVO:
Euclides Teixeira Neto;
CPF: nº 020.385.374-10
RG: nº 1.491.300 - SSP/RN
II – DIRETOR DE GESTÃO, FINANÇAS E BENEFÍCIOS:
Claúdio Marcio Pessoa
CPF: nº 031.282.084-41
RG: nº 1.765. 411 - SSP/RN

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Senador Elói de Souza/RN, 30 de setembro de 2019.

GRIMALDE FERREIRA LINS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Geniel Pereira de Oliveira
Código Identificador:F3EB9F37

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE POSSE DIRETORIA SOUZAPREV

Ao vigésimo quinto dia do mês de setembro do ano de 2019 (dois mil e dezenove), compareceram à Solenidade de Posse, na sede do Fundo Próprio de Previdência Social do Município de Senador Elói de Souza/RN - SOUZAPREV, as pessoas abaixo nominadas, que foram empossadas nos cargos de Diretor Executivo, Diretor de Gestão, Finanças e Benefícios e Conselheiros Deliberativos e Fiscais respectivamente.

Diretoria Executiva

I - DIRETOR EXECUTIVO:
Euclides Teixeira Neto;
CPF: nº 020.385.374-10
RG: nº 1.491.300 - SSP/RN

II – DIRETOR DE GESTÃO, FINANÇAS E BENEFÍCIOS:
Claúdio Marcio Pessoa
CPF: nº 031.282.084-41
RG: nº 1.765. 411 - SSP/RN

Conselho Deliberativo

I - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO, EM SUBSTITUIÇÃO AOS DO QUADRO EFETIVO:

Titular I: Giulliano do Amaral Câmara;

Suplente I: José Francisco Ribeiro Neto.

Suplente II: Maria das Graças Ferreira

Titular II: Maria José Constantino Pereira Aquino;

Suplente I: Ana Cristina Campos Maranhão de Lima.

II - REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO, EM SUBSTITUIÇÃO AOS DO QUADRO EFETIVO:

Titular I: Maria de Fátima Augusto da Silva;

Suplente I: Maria de Fátima da Costa Bugs.

Suplente II: Vicente Ponciano de Macedo.

III - REPRESENTANTES DO QUADRO EFETIVO, INDICADOS POR ASSEMBLÉIA DOS SERVIDORES VINCULADOS A SINDICATO OU ASSOCIAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS:

Titular I: Josevaldo José dos Anjos;

Suplente I: Francisca Ferreira da Silva Félix.

Suplente II: Maria José Gomes Teixeira Ferreira.

Titular II: José Augusto Melquiades de Oliveira;

Suplente I: Raimunda Luciene de Farias.

IV - REPRESENTANTES DO QUADRO DOS INATIVOS E PENSIONISTAS, INDICADOS POR ASSEMBLEIA DOS SEGURADOS MUNICIPAIS:

Titular I: Raimunda Santana Araújo de Melo;

Suplente I: Maria Heloíza Rocha de Freitas.

Conselho Fiscal

I - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO, EM SUBSTITUIÇÃO AOS DO QUADRO EFETIVO:

Titular I: Jeorge Costa Negreiros;

Suplente I: Lutemberg Lima de Medeiros.

Suplente II: Manoel Francisco de Souza.

II - REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO, EM SUBSTITUIÇÃO AOS DO QUADRO EFETIVO:

Titular I: Alcione da Costa Silva;

Suplente I: Eliano Albino da Silva.

III - REPRESENTANTES DO QUADRO EFETIVO, INDICADOS POR ASSEMBLÉIA DOS SERVIDORES VINCULADOS A SINDICATO OU ASSOCIAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS:

Titular I: Vanda Maria Moreira de Araújo Martins;

Suplente I: José Alfredo de Araújo.

Suplente II: Maria Luiz de Moraes Oliveira.

IV - REPRESENTANTES DO QUADRO DOS INATIVOS E PENSIONISTAS, INDICADOS POR ASSEMBLEIA DOS SEGURADOS MUNICIPAIS:

Titular I: Elizabeth Bezerra de Lira Souza;

Suplente I: Genival do Nascimento Campos.

Os empossados assumiram, nesta oportunidade, o compromisso de bem e fielmente cumprir os deveres e atribuições que lhe cabem. Do que para constar foi lavrado o presente termo que vai devidamente assinado.

Senador Elói de Souza, 25 de setembro de 2019.

GRIMALDE FERREIRA LINS
Prefeito Municipal

ASSINATURAS DOS EMPOSSADOS

I – DIRETOR EXECUTIVO:
Euclides Teixeira Neto;

II – DIRETOR DE GESTÃO, FINANÇAS E BENEFÍCIOS:
Claúdio Marcio Pessoa

Conselho Deliberativo

I - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO, EM SUBSTITUIÇÃO AOS DO QUADRO EFETIVO:

Titular I: Giulliano do Amaral Câmara;

Suplente I: José Francisco Ribeiro Neto.

Suplente II: Maria das Graças Ferreira

Titular II: Maria José Constantino Pereira Aquino;

Suplente I: Ana Cristina Campos Maranhão de Lima.

II - REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO, EM SUBSTITUIÇÃO AOS DO QUADRO EFETIVO:

Titular I: Maria de Fátima Augusto da Silva;

Suplente I: Maria de Fátima da Costa Bugs.

Suplente II: Vicente Ponciano de Macedo.

III - REPRESENTANTES DO QUADRO EFETIVO, INDICADOS POR ASSEMBLÉIA DOS SERVIDORES VINCULADOS A SINDICATO OU ASSOCIAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS:

Titular I: Josevaldo José dos Anjos;

Suplente I: Francisca Ferreira da Silva Félix.

Suplente II: Maria José Gomes Teixeira Ferreira.

Titular II: José Augusto Melquiades de Oliveira;

Suplente I: Raimunda Luciene de Farias.

IV - REPRESENTANTES DO QUADRO DOS INATIVOS E PENSIONISTAS, INDICADOS POR ASSEMBLEIA DOS SEGURADOS MUNICIPAIS:

Titular I: Raimunda Santana Araújo de Melo;

Suplente I: Maria Heloíza Rocha de Freitas.

Conselho Fiscal

I - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO, EM SUBSTITUIÇÃO AOS DO QUADRO EFETIVO:

Titular I: Jeorge Costa Negreiros;

b) Suplente I: Lutemberg Lima de Medeiros.

c) Suplente II: Manoel Francisco de Souza.

II - REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO, EM SUBSTITUIÇÃO AOS DO QUADRO EFETIVO:

Titular I: Alcione da Costa Silva;

Suplente I: Eliano Albino da Silva.

III - REPRESENTANTES DO QUADRO EFETIVO, INDICADOS POR ASSEMBLÉIA DOS SERVIDORES VINCULADOS A SINDICATO OU ASSOCIAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS:

1º Titular: Vanda Maria Moreira de Araújo Martins;

Suplente I: José Alfredo de Araújo.

Suplente II: Maria Luiz de Moraes Oliveira.

IV - REPRESENTANTES DO QUADRO DOS INATIVOS E PENSIONISTAS, INDICADOS POR ASSEMBLEIA DOS SEGURADOS MUNICIPAIS:

Titular I: Elizabeth Bezerra de Lira Souza;

Suplente I: Genival do Nascimento Campos.

Publicado por:
Geniel Pereira de Oliveira
Código Identificador:D5664A29

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 067 , 07 DE OUTUBRO DE 2019.

Regulamenta a folga compensatória de servidor público municipal em virtude do trabalho realizado no processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares do Município de Senador Elói de Souza/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Senador Elói de Souza, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:
Considerando o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, instituída pela Lei nº 8.069/90 e o teor da Resolução n° 170/2014 do CONANDA relativamente às providências necessárias para a realização do processo de escolha unificado do Conselheiros Tutelares;
Considerando o disposto no art. 15 da Lei Federal n° 8.868/1994;
Considerando o disposto no art. 98 da Lei Federal n° 9.504/1997;
Considerando que o processo de escolha unificado é um processo eleitoral significativo e contará com o apoio técnico do Tribunal Regional Eleitoral;
Considerando que os servidores municipais trabalharão de forma voluntária na eleição e não receberão nenhuma vantagem pecuniária,
DECRETA:

Art. 1º. Fica regulamentado o procedimento para a concessão da folga compensatória de servidor público municipal pelos serviços prestados em virtude de sua participação no processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares que ocorrerá no dia 06 de outubro de 2019.
Art. 2º. Para que o servidor público possa gozar da folga compensatória prevista na legislação eleitoral e municipal, deve ser obedecida a seguinte tramitação:

I - O servidor público deve apresentar requerimento da folga compensatória acompanhado obrigatoriamente da declaração conjunta emitida e assinada pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Presidente da Comissão Especial do Processo de Escolha Unificado;

II - O requerimento a que se refere o inciso anterior deve ser protocolizado em até 30 (trinta) dias, contados da data do processo de escolha unificado;

III - Após a conferência da declaração emitida e verificada a sua conformidade, o Departamento de Recursos Humanos promoverá contato com a Secretaria ou Chefia imediata do servidor público para que, em conjunto, estabeleçam quais as datas serão concedidas quatro dias de folgas compensatórias;

IV - As datas da folga compensatória serão estabelecidas em ato administrativo do Poder Público baseado na conveniência e oportunidade da Administração Pública Municipal para que não haja prejuízo na continuidade da prestação dos serviços públicos;

V - O servidor público somente estará autorizado ao gozo da folga compensatória após ser comunicado por escrito pelo Departamento de Recursos Humanos através da resposta ao requerimento apresentado. Após a comunicação assinada pelo servidor, o Departamento de Recursos Humanos adotará as providências cabíveis.

Art. 3º. Cada 01 (um) dia trabalhado no processo de escolha unificado, independentemente da quantidade de horas, incluído o dia utilizado para treinamento e atos preparatórios do processo eleitoral, equivale a um período de 02 (dois) dias consecutivos de folga compensatória.
Art. 4°. A folga compensatória não pode ser convertida em retribuição pecuniária, conforme previsto no § 4º do art. 1º da Resolução TSE nº 22.747/2008, expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral.
Art. 5°. Os dias de um período da folga compensatória não podem ser fracionados em hipótese alguma e deverão ser gozados em dias consecutivos.
§ 1º As folgas compensatórias adquiridas devem ser gozadas no período máximo de 01 (um) ano, contado do deferimento do requerimento, cabendo ao servidor público apresentar o requerimento no prazo previsto no inciso II, do artigo 2° deste Decreto.
Art. 6°. Fica proibida a Administração Pública do Poder Executivo Municipal:
I - Conceder folga compensatória que termine em vésperas de feriados ou pontos facultativos ou que se inicie logo após os mesmos;

II - Conceder folga compensatória em dia que o servidor público não tenha que cumprir expediente.
Art. 7°. Compete exclusivamente à Administração Municipal tomar as providências quanto à substituição do servidor público em gozo de folga compensatória prevista neste Decreto.

Art. 8°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Senador Elói de Souza, Estado do Rio Grande do Norte, no dia 07 de outubro de 2019.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

GRIMALDE FERREIRA LINS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Geniel Pereira de Oliveira
Código Identificador:5F0DD5EF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO PRELIMINAR

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Senador Georgino Avelino/RN
Lei nº 0012-A/2005
Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar
EDITAL Nº 03/2019

Divulga o resultado preliminar do processo de escolha para membro do Conselho Tutelar do município de Senador Georgino Avelino/RN e abre prazo recursal.

O presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar de Senado Georgino Avelino/RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução nº 02/2019 - CMDCA, e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 0012-A2005 e suas alterações, considerando a Resolução CONSEC nº 118/2019, torna público o **RESULTADO PRELIMINAR** do processo de escolha para membro do Conselho Tutelar do município de Senador Georgino Avelino/RN, realizado no dia 06 de outubro de 2019.
ELEITOS

1º - GRACIELE ALEXANDRE DO NASCIMENTO - 145 VOTOS
2º - ROGÉRIO INÁCIO DO NASCIMENTO - 129 VOTOS
3º - ROSINEIDE MARIA DA COSTA DO NASCIMENTO - 121 VOTOS
4º - ALYCE CRISTINA NASCIMENTO DE SOUZA SILVA - 113 VOTOS
5º - FERNANDA RODRIGUES DE SALES - 107 VOTOS

SUPLENTES

1º - ALANA GABRIELA DE MOURA SILVA – 103 VOTOS
2º - OZITO BRASILINO DE SENA FILHO – 88 VOTOS
3º - GILVANEIDE DE OLIVEIRA RIBEIRO DE SENA – 86 VOTOS
4º - FRANCICLAUDIO DO NASCIMENTO FREIRE – 86 VOTOS
5º - ANA CLEIA DE SENA SILVA LIMA – 74 VOTOS

Fica aberto o prazo compreendido entre os dias 08 e 14 de outubro de 2019, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista no item 13.1 / 13.2 /13.3 do Edital nº 01/2019.
A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

Senador Georgino Avelino RN, 07 de outubro de 2019.

FRANCISCO ANTÔNIO FILHO
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Marcos Antonio Sales
Código Identificador:CC4FDE14

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 017/2019.

DECRETO Nº 017/2019.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SERRA CAIADA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em especial pela Lei Orçamentária de nº 992/2018.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento vigente o Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 3.812.546,13 (Três milhões, oitocentos e doze mil, quinhentos e quarenta e seis reais e treze centavos), para cobertura da seguinte dotação orçamentária:

Suplementação (+)
Unid. Orçamentária: 02.001-Gabinete do Prefeito
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0002 – Apoio Administrativo
Atividade: 2002 – MANUT. DOS SERVIÇOS DO GABINETE
319011 – Vencimentos e vantagens fixas - PC ..... R$ 40.000,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ ..... R$ 33.000,00

Unid. Orçamentária: 03.001-Sec. Mun. Administração e Rec. Humanos
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0002 – Apoio Administrativo
Atividade: 2006 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
319011 – Vencimentos e vantagens fixas - PC ..... R$ 38.000,00
319013 – Obrigações Patronais ..... R$ 185.116,13
319030 – Material de consumo ..... R$ 55.000,00
339036 – Outros serviços de Terceiros – PF ..... R$ 20.000,00
Unid. Orçamentária: 05.001-Sec. Mun. Obras, Infra-Est. Serviços Urbanos
Função: 15 – Urbanismo
Sub-função: 451 – Infra-Estrutura Urbana
Programa: 0002 – Apoio Administrativo
Atividade: 2009 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
319013 – Obrigações Patronais..... R$ 2.900,00
319030 – Material de consumo ..... R$ 51.000,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ..... R$ 150.000,00
Atividade: 2162 – MANUT. DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ..... R$ 60.000,00

Unid. Orçamentária: 06.001-Sec. Mun. Transporte e Mobilidade Urbana
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0002 – Apoio Administrativo
Atividade: 2011 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
319011 – Vencimentos e vantagens fixas - PC ..... R$ 14.000,00
339036 – Outros serviços de Terceiros – PF ..... R$ 2.700,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ..... R$ 52.000,00

Unid. Orçamentária: 07.001-Sec. Mun. De Agric., Pesca, Abast. e Rec. Híd.
Função: 18 – Gestão Ambiental
Sub-função: 544 – Recursos Hídricos
Programa: 0002 – Apoio Administrativo
Atividade: 2090 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
319011 – Vencimentos e vantagens fixas - PC ..... R$ 25.200,00
319030 – Material de consumo ..... R$ 130.000,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ..... R$ 20.000,00

Unid. Orçamentária: 09.001-Sec. Mun. De Educação e cultura
Função: 12 – Educação
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0002 – Apoio Administrativo
Atividade: 2017 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
319011 – Vencimentos e vantagens fixas - PC ..... R$ 5.040,00
319030 – Material de consumo ..... R$ 50.000,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ..... R$ 200.000,00
Atividade: 2019 – MANUT. DESENV. ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB 60%
319011 – Vencimentos e vantagens fixas - PC ..... R$ 240.000,00

Atividade: 2020 – MANUT. DESENV. ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB 40%
319011 – Vencimentos e vantagens fixas - PC ..... R$ 220.000,00
319030 – Material de consumo ..... R$ 100.000,00
Atividade: 2025 – PROGRAMA MERENDA ESCOLAR - PNAE
319030 – Material de consumo ..... R$ 100.000,00
Atividade: 2032 – MANUT. ENSINO INFANTIL – FUNDEB 40%
319030 – Material de consumo ..... R$ 5.200,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ..... R$ 16.000,00
Atividade: 2033 – MANUT. ENSINO INFANTIL – FUNDEB 60%
319011 – Vencimentos e vantagens fixas - PC ..... R$ 198.000,00
319013 – Obrigações Patronais..... R$ 59.250,00
Atividade: 2039 – MANUT. ATIVIDADES CULTURAIS
319031 – Premiações Cult.Art. Cient. Desp. e outros ..... R$ 6.000,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ..... R$ 22.000,00

Unid. Orçamentária: 10.001-Sec. Mun. de Turismo, Esporte, Lazer, Meio Ambiente e Urbanismo
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0002 – Apoio Administrativo
Atividade: 2042 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
319011 – Vencimentos e vantagens fixas - PC ..... R$ 7.600,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 7.000,00
335041 – Contribuições..... R$ 1.500,00
339014 – Diárias ..... R$ 1.000,00
339030 – Material de consumo ..... R$ 8.000,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ..... R$ 60.000,00

Unid. Orçamentária: 12.001-Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0002 – Apoio Administrativo
Atividade: 2015 – MANUT. DO CONSELHO MUN. DE SAÚDE
339030 – Material de consumo ..... R$ 700,00
Atividade: 2052 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN. SAÚDE
319004 – Contratação por tempo determinado - PC.....R$ 12.000,00
319011 – Vencimentos e vantagens fixas - PC ..... R$ 148.000,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 57.600,00
339014 – Diárias ..... R$ 1.900,00
339030 – Material de consumo ..... R$ 139.000,00
339036 – Outros serviços de Terceiros – PF ..... R$ 229.000,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ..... R$ 193.000,00
Atividade: 2053 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO ESF
319004 – Contratação por tempo determinado - PC.....R$ 43.760,00
319011 – Vencimentos e vantagens fixas - PC .....R$ 19.700,00
339030 – Material de consumo .....R$ 5.100,00
Atividade: 2054 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO NASF
319004 – Contratação por tempo determinado - PC.....R$ 18.800,00
Atividade: 2055 – MANUT. DAS ATIVIDADES DOS ACS
319011 – Vencimentos e vantagens fixas - PC ..... R$ 75.600,00
339030 – Material de consumo ..... R$ 1.500,00
Atividade: 2056 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO SAÚDE BUCAL
319004 – Contratação por tempo determinado - PC.....R$ 18.800,00
Atividade: 2057 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO MAC
339030 – Material de consumo .....R$ 10.000,00
339036 – Outros serviços de Terceiros – PF ..... R$ 59.000,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ..... R$ 31.700,00
Atividade: 2058 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA FARMACIA BASICA
319011 – Vencimentos e vantagens fixas - PC ..... R$ 5.000,00
339030 – Material de consumo ..... R$ 23.000,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ..... R$ 11.600,00
Atividade: 2059 – MANUT. DAS ATIVIDADES DE VIG. SANITARIA EM SAUDE
319004 – Contratação por tempo determinado - PC.....R$ 4.000,00
319011 – Vencimentos e vantagens fixas - PC .....R$ 2.500,00
339030 – Material de consumo .....R$ 8.480,00
339032 – Material, bem ou serviços p/dist. Gratuita..... R$ 1.000,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ..... R$ 1.500,00
Atividade: 2060 – MANUT. DAS ATIVIDADES EPIDEMIOLOGICAS E AMB.
319011 – Vencimentos e vantagens fixas - PC .....R$ 35.000,00
Atividade: 2109 – PROGRAMA DA ATENÇÃO BASICA – PAB FIXO
339030 – Material de consumo ..... R$ 17.000,00
339030 – Material de consumo..... R$ 100.000,00
339036 – Outros serviços de Terceiros – PF ..... R$ 18.000,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ..... R$ 70.000,00
Atividade: 2115 – MANUT. DO PMAQ
319004 – Contratação por tempo determinado - PC.....R$ 8.000,00
319011 – Vencimentos e vantagens fixas - PC .....R$ 20.000,00

Unid. Orçamentária: 13.001-Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0002 – Apoio Administrativo
Atividade: 2044 – PAIF – SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATEND. A FAMILIA
339030 – Material de consumo..... R$ 2.600,00
Atividade: 2061 – MANUT. DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
319011 – Vencimentos e vantagens fixas - PC .....R$ 16.400,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 8.000,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ..... R$ 20.000,00
Atividade: 2064 – SERVIÇOS DE CONVIV. E FORT. DE VINCULOS – SCFV
319004 – Contratação por tempo determinado - PC.....R$ 4.000,00

319011 – Vencimentos e vantagens fixas - PC .....R$ 6.000,00
339030 – Material de consumo .....R$ 31.600,00
339032 – Material, bem ou serviços p/dist. Gratuita..... R$ 1.000,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ..... R$ 23.000,00
Atividade: 2066 – AÇÕES DO BLOCO DE GESTÃO (IGDBF/IGDSUAS)
319011 – Vencimentos e vantagens fixas - PC .....R$ 2.400,00
339030 – Material de consumo .....R$ 8.000,00
Atividade: 2067 – COMPONENTE – PISO BASICO FIXO
319011 – Vencimentos e vantagens fixas - PC .....R$ 11.200,00
339030 – Material de consumo .....R$ 12.500,00
Atividade: 2095 – PROGRAMA CRIANÇA FELIZ
319004 – Contratação por tempo determinado - PC.....R$ 5.600,00
339030 – Material de consumo .....R$ 15.000,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ..... R$ 15.000,00

Unid. Orçamentária: 15.001- Sec. Mun. de Finanças, Tributação e Compras
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0002 – Apoio Administrativo
Atividade: 2075 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
319011 – Vencimentos e vantagens fixas - PC .....R$ 20.000,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ..... R$ 10.000,00

Unid. Orçamentária: 17.001- Controladoria Geral do Município
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0002 – Apoio Administrativo
319011 – Vencimentos e vantagens fixas - PC .....R$ 12.500,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ..... R$ 26.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior serão anuladas as seguintes dotações:

Redução (-)
Unid. Orçamentária: 02.001-Gabinete do Prefeito
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0002 – Apoio Administrativo
Atividade: 1002 – Aquisição de Veículo
449052 – Equip. Material permanente ..... R$ 30.000,00
Atividade: 2159 – IMPLANTAÇÃO DE OUVIDORIA PUBLICA MUNICIPAL
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ.....R$ 1.000,00
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 3.000,00
Atividade: 2160 – MANUTENÇÃO DO SETOR CERIMONIAL
339030 – Material de consumo .....R$ 1.000,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ.....R$ 1.000,00
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 2.000,00
Atividade: 2002 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO GABINETE
319094 – Restituições e Indenizações Trabalhistas .....R$ 3.000,00
339014 – Diárias.....R$ 2.795,00
339093 – Indenizações e Restituições.....R$ 1.000,00
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 4.000,00

Função: 24 – Comunicações
Sub-função: 131 – Comunicação Social
Programa: 0002 – Apoio Administrativo
Atividade: 2158 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO SETOR DE COMUNICAÇÃO
339030 – Material de consumo .....R$ 1.000,00
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 2.000,00

Unid. Orçamentária: 03.001-Sec. Mun. Administração e Rec. Humanos
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0002 – Apoio Administrativo
Atividade: 2099 – IMPLANT. DO SETOR AED – ARQUIVO ELETRONICO DE DOCUMENTO
339030 – Material de consumo .....R$ 1.000,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ.....R$ 2.000,00
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 5.000,00
Atividade: 2006 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
319091 – Sentenças judiciais .....R$ 5.346,79
319092 – Desp. de Exercícios anteriores.....R$ 2.941,96
319094 – Restituições e Indenizações Trabalhistas .....R$ 5.000,00
335041 – Contribuições.....R$ 8.020,00
339035 – Serviços de Consultoria.....R$ 1.200,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ.....R$ 1.916,65
339092 – Desp. de Exercícios anteriores.....R$ 1.944,77
339093 – Indenizações e Restituições.....R$ 2.000,00
449030 – Material de consumo .....R$ 7.042,43
Atividade: 2097 – MANUT. DO SETOR DE PROTOCOLO
339030 – Material de consumo .....R$ 1.000,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ.....R$ 1.000,00
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 1.000,00
Atividade: 2101 – MANUT. DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS
319013 – O brigações Patronais .....R$ 3.000,00
339030 – Material de consumo .....R$ 2.000,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ.....R$ 3.000,00
339093 – Indenizações e Restituições.....R$ 1.000,00
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 2.000,00
Atividade: 2096 – REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO
339030 – Material de consumo .....R$ 2.000,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ.....R$ 6.000,00

Atividade: 2102 – PAGAMENTO DE PARCELAMENTO TRABALHISTA E PREC. JUDICIARIOS
469071 – Principal da dívida contratual resgatado .....R$ 200.000,00
Atividade: 2103 – PAGAMENTO DE PARCELAMENTO PREVIDENCIARIO
469071 – Principal da dívida contratual resgatado .....R$ 100.000,00
Atividade: 2104 – PAGAMENTO DE PARCELAMENTO COSERN
469071 – Principal da dívida contratual resgatado .....R$ 30.000,00
Atividade: 2105 – PAGAMENTO DE PARCELAMENTO CAERN
469071 – Principal da dívida contratual resgatado .....R$ 72.000,00
Atividade: 2106 – PAGAMENTO DE PARCELAMENTO – OUTROS ÓRGÃOS ESTADO/UNIÃO
469071 – Principal da dívida contratual resgatado .....R$ 15.600,00
Atividade: 2107 – PAGAMENTO DE PARCELAMENTO – DEMAIS ORGÃOS NÃO ESPECIFICADOS.
469071 – Principal da dívida contratual resgatado .....R$ 60.000,00
Função: 08 – Assistência Social
Sub-função: 243 – Assistência a Criança e ao Adolescente
Programa: 0002 – Apoio Administrativo
Atividade: 2046 – MANUT. DO CONS. TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
319011 – Vencimentos e vantagens fixas - PC .....R$ 9.840,40
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 3.000,00
339014 – Diárias.....R$ 1.000,00
339030 – Material de consumo .....R$ 1.143,79
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 2.000,00

Unid. Orçamentária: 04.001-SEC. MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0002 – Apoio Administrativo
Atividade: 2007 – MANUT. DOS SERVIÇOS DA SEC. DE PLANEJAMENTO
319011 – Vencimentos e vantagens fixas - PC .....R$ 31.243,84
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 1.000,00
339030 – Material de consumo .....R$ 2.000,00
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 2.000,00

Unid. Orçamentária: 05.001-SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, INFRA-EST. SERV. URBANOS
Função: 15 – Urbanismo
Sub-função: 451 – Infra-estrutura Urbana
Programa: 0002 – Apoio Administrativo
Atividade: 2009 – MANUT. DAS ATIV. DA SEC. MUN. DE OBRAS, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
319004 – Contratação por tempo determinado - PC.....R$ 1.696,00
339093 – Indenizações e Restituições.....R$ 1.702,87
449030 – Material de consumo .....R$ 4.299,23

Programa: 0006 – Cidade Melhor
Atividade: 2169 – AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
449051 – Obras e Instalações.....R$ 10.000,00
449051 – Obras e Instalações.....R$ 50.000,00
449051 – Obras e Instalações.....R$ 50.000,00
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 12.000,00
Atividade: 1013 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 30.000,00
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 20.000,00
Atividade: 1006 – AQUISIÇÃO/DESAPROPRIAÇÃO DE IMOVÉIS
459061 – Aquisição de imóveis.....R$ 30.000,00
Atividade: 1016 – COMPLEMENTO DO CANAL DO RIO JUNDIAI
449051 – Obras e Instalações.....R$ 10.000,00
449051 – Obras e Instalações.....R$ 100.000,00
Atividade: 1014 – CONST. E RECUP. DE ESTRADAS VICINAIS
339036 – Outros serviços de Terceiros – PF.....R$ 500,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ.....R$ 500,00
Atividade: 1011 – CONST/AMP./E URBANIZ. DE PRAÇAS E JARDINS
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ.....R$ 500,00
Atividade: 1007 – CONST/AMP./REFORMA DE SANEAMENTO BASICO
449051 – Obras e Instalações.....R$ 40.000,00
Atividade: 1010 – CONST/AMP./REFORMA DE PREDIOS E ESPAÇO PÚBLICO
449051 – Obras e Instalações.....R$ 577,29
Atividade: 1012 – CONST/CALÇADÃO PARA PASSEIO PÚBLICO
449051 – Obras e Instalações.....R$ 50.000,00
Atividade: 1218 – CONST/RECUP. DE PASSAGEM MOLHADA, PONTES E BUEIRAS.
449051 – Obras e Instalações.....R$ 1.000,00
Atividade: 1009 – CONST/REFORMA DE PAVIMENTAÇÃO EM VIAS PUBLICAS EM ZONA URBANA E RURAL
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ.....R$ 5.000,00
449051 – Obras e Instalações.....R$ 5.000,00
449051 – Obras e Instalações.....R$ 80.000,00
449051 – Obras e Instalações.....R$ 150.000,00
Atividade: 1004 – CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO SEDE DA PREFEITURA
449051 – Obras e Instalações.....R$ 5.000,00
Atividade: 2161 – EXTENSÃO DA REDE ELÉTRICA URBANA E RURAL
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 5.000,00
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 59.000,00
Atividade: 2162 – MANUT. DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
339092 – Despesas de exercícios anteriores.....R$ 785,84

Sub-função: 452 – Serviços Urbanos
Programa: 0006 – Cidade Melhor
Atividade: 2167 – CONSTRUÇÃO DE ALMOXARIFADO DA SEC. DE OBRAS
449051 – Obras e Instalações.....R$ 30.000,00
Atividade: 2163 – MANUT. DE LIMPEZA PUBLICA
339030 – Material de consumo .....R$ 500,00
Atividade: 2078 – REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA FEIRA LIVRE
449051 – Obras e Instalações.....R$ 10.000,00
449051 – Obras e Instalações.....R$ 40.000,00

Sub-função: 605 – ABASTECIMENTO
Programa: 0006 – Cidade Melhor
Atividade: 1018 – CONST/REFORMA E AMPL. DO MATADOURO PÚBLICO
449051 – Obras e Instalações.....R$ 7.500,00
Atividade: 1019 – CONST/AMPL./E REFORMA DO MERCADO PÚBLICO
449051 – Obras e Instalações.....R$ 3.000,00
449051 – Obras e Instalações.....R$ 40.000,00
Atividade: 2010 – MANUTENÇÃO DE CISTERNAS E POÇOS ARTESIANOS
339030 – Material de consumo .....R$ 500,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ.....R$ 500,00
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 3.000,00

Função: 18 – Gestão Ambiental
Sub-função: 542 – Controle Ambiental

Programa: 0006 – Cidade Melhor
Atividade: 2009 – MANUT. DAS ATIV. DA SEC. MUN. DE OBRAS, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
Atividade: 2168 – MANUTENÇÃO DO SETOR DE MEIO AMBIENTE
319011 – Vencimentos e vantagens fixas - PC .....R$ 3.000,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 3.000,00
339014 – Diárias.....R$ 500,00
339030 – Material de consumo .....R$ 500,00
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 2.000,00

Unid. Orçamentária: 06.001-SEC. MUNICIPAL DE TRANSPORTES E MOB. URBANA
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0002 – Apoio Administrativo
Atividade: 2011 – MANUT. DAS ATIV. DA SEC. MUN. DE TRANSPORTES
319004 – Contratação por tempo Determinado - PC.....R$ 26.028,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 12.500,00
319092 – Despesas de exercícios anteriores.....R$ 4.608,28
339014 – Diárias.....R$ 1.000,00
339030 – Material de consumo .....R$ 4.996,25
339093 – Indenizações e Restituições.....R$ 1.000,00
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 831,00

Unid. Orçamentária: 07.001-SEC. MUNICIPAL DE AGRIC. PESCA, ABAST. REC. HIDRICOS
Função: 18 – Gestão Ambiental
Sub-função: 544 – Recursos Hídricos
Programa: 0002 – Apoio Administrativo
Atividade: 1023 – EXTENSÃO DE ADUT. P/ABAST. DE AGUA COMUM
449051 – Obras e Instalações.....R$ 20.000,00
Programa: 0007 – Promoção e Incentivo a Produção Rural
Atividade: 1024 – CONST./AMP. E MANUT. DE BARRAGENS, AÇUDES E CISTERNAS
449051 – Obras e Instalações.....R$ 10.000,00
449051 – Obras e Instalações.....R$ 30.000,00

Função: 20 – Agricultura
Sub-função: 544 – Recursos Hídricos
Programa: 0002 – Apoio Administrativo
Atividade: 2090 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
319004 – Contratação por tempo Determinado - PC.....R$ 2.412,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 6.500,00
339036 – Outros serviços de Terceiros – PF.....R$ 3.464,00
339092 – Despesas de exercícios anteriores.....R$ 693,72
339093 – Indenizações e Restituições.....R$ 4.617,43
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 6.000,00

Sub-função: 606 – Extensão Rural
Programa: 0007 – Promoção e Incentivo a Produção Rural
Atividade: 2173 – APOIO AO PROGRAMA PRONAF
339030 – Material de consumo .....R$ 3.000,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ.....R$ 3.000,00
Atividade: 1025 – AQUISIÇÃO DE TRATORES E EQUIP. AGRICOLAS E IMPLEMENTOS
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 10.000,00
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 40.000,00
Atividade: 2172 – ASSISTENCIA TECNICA E APOIO AO PEQUENO PRODUTOR
339030 – Material de consumo .....R$ 500,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ.....R$ 500,00
Atividade: 2176 – CONSTRUÇÃO DO MERCADO DO PRODUTOR DA AGRICULTURA FAMILIAR
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 10.000,00
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 50.000,00
Atividade: 2175 – CONSTRUÇÃO/RECUP. DE AÇUDES E PEQUENAS BARRAGENS
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 20.000,00
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 5.000,00
Atividade: 2170 – CORTE DE TERRA AO PEQUENO E MEDIO AGRICULTOR
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ.....R$ 1.650,00
Atividade: 2174 – PERFURAÇÃO DE POÇOS TUBULARES
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ.....R$ 5.000,00
Atividade: 2181 – REALIZAÇÃO DE FEIRAS AGROPECUARIAS
339030 – Material de consumo .....R$ 1.000,00
339032 – Material, bem ou serviço p/ distribuição gratuita..R$ 2.000,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ.....R$ 3.000,00

Unid. Orçamentária: 09.001-SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Função: 12 – Educação
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0002 – Apoio Administrativo
Atividade: 2017 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
319004 – Contratação por tempo Determinado - PC.....R$ 4.000,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 4.000,00
339014 – Diárias.....R$ 500,00
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 13.355,07

Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 0002 – Apoio Administrativo
Atividade: 2092 – AQUISIÇÃO DE CARTEIRAS ESCOLARES
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 45.000,00
Programa: 0004 – Educação de Qualidade
Atividade: 1033 – AMP. E REFORMA DE QUADRAS ESPORTIVAS ESCOLARES
449051 – Obras e Instalações.....R$ 5.000,00
449051 – Obras e Instalações.....R$ 1.956,11
Atividade: 2121 – AQUISIÇÃO DE MOBILIARIO ESCOLAR
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 3.000,00
Atividade: 1032 – CONST./AMPL. E REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES
449051 – Obras e Instalações.....R$ 8.537,10
449051 – Obras e Instalações.....R$ 5.000,00
449051 – Obras e Instalações.....R$ 5.545,54
449051 – Obras e Instalações.....R$ 10.425,36
Atividade: 2018 – MANUT. DAS ATIV. DO EJA MAGISTERIO FUNDEB 60%

319004 – Contratação por tempo Determinado - PC.....R$ 1.000,00
319011 – Vencimentos e vantagens fixas - PC .....R$ 2.500,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 1.000,00
339093 – Indenizações e Restituições.....R$ 3.000,00
Atividade: 2027 – MANUT. DAS ATIV. EDUC. FUNDEB EJA 40%
319004 – Contratação por tempo Determinado - PC.....R$ 2.000,00
319011 – Vencimentos e vantagens fixas - PC .....R$ 6.000,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 2.000,00
339030 – Material de consumo .....R$ 2.000,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ.....R$ 3.000,00
339093 – Indenizações e Restituições.....R$ 2.000,00
Atividade: 2020 – MANUT. DO DESENV. DO ENS. FUND. FUNDEB 40%
319004 – Contratação por tempo Determinado - PC.....R$ 87.677,20
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 13.109,21
319092 – Despesas de exercícios anteriores.....R$ 9.912,65
319094 – Restituições e Indenizações Trabalhistas.....R$ 5.000,00
339014 – Diárias.....R$ 2.000,00
339018 – Auxílio financeiro a Estudantes.....R$ 2.000,00
339032 – Material, bem ou serviço p/distribuição gratuita..R$ 5.000,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ.....R$ 41.245,02
339047 – Obrigações tributárias e contributivas.....R$ 2.000,00
339092 – Despesas de exercícios anteriores.....R$ 5.000,00
339093 – Indenizações e Restituições.....R$ 15.169,03
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 3.613,00
Atividade: 2019 – MANUT. DO DESENV. DO ENS. FUND. FUNDEB 60%
319004 – Contratação por tempo Determinado - PC.....R$ 2.000,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 25.831,69
339093 – Indenizações e Restituições.....R$ 90.601,16
Atividade: 2022 – PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE
339030 – Material de consumo .....R$ 3.000,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ.....R$ 1.000,00
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 1.000,00
Atividade: 2025 – PROGRAMA MERENDA ESCOLAR-PNAE FUND/PREESC/CREC/EJA/EESP
339030 – Material de consumo .....R$ 595,59
Atividade: 2021 – PROGRAMA SALARIO EDUCAÇÃO - QSE
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ.....R$ 100.871,95
339092 – Despesas de exercícios anteriores.....R$ 8.000,00
449051 – Obras e Instalações.....R$ 10.000,00
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 15.000,00

Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: 0004 – Educação de Qualidade
Atividade: 2120 – CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO INFANTIL – CRECHE PROINFANCIA TIPO B
449051 – Obras e Instalações.....R$ 40.000,00
Atividade: 2029 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO TRANSP.ESCOLAR - PETERN
339030 – Material de consumo .....R$ 5.800,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ.....R$ 8.335,10
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ.....R$ 76.000,00
Atividade: 2032 – MANUT. DO ENSINO INFANTIL – FUNDEB 40%
319004 – Contratação por tempo Determinado - PC.....R$ 5.000,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 8.000,00
339014 – Diárias.....R$ 1.000,00
339093 – Indenizações e Restituições.....R$ 7.400,00
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 5.000,00
Atividade: 2033 – MANUT. DO ENSINO INFANTIL – FUNDEB 60%
319004 – Contratação por tempo Determinado - PC.....R$ 1.000,00
339093 – Indenizações e Restituições.....R$ 44.890,45

Sub-função: 782 – Transporte Rodoviário
Programa: 0004 – Educação de Qualidade
Atividade: 2037 – PROGRAMA TRANSP. ESCOLAR – FUNDAMENTAL - PNAT
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ.....R$ 1.771,31
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ.....R$ 8.100,00

Função: 13 – Cultura
Sub-função: 392 – Difusão Cultural
Programa: 0002 – Apoio Administrativo
Atividade: 2041 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO CONS. MUNIC. DE CULTURA
339030 – Material de consumo .....R$ 1.000,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ.....R$ 1.000,00

Programa: 0005 – Saber Popular
Atividade: 2038 – INCENTIVO A GRUPO E EVENTOS CULTURAIS
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ.....R$ 72.900,00

Unid. Orçamentária: 10.001-SEC. MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE, LAZER, MEIO AMBIENTE E URBANISMO
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0002 – Apoio Administrativo
Atividade: 2042 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA SEC. DE TURISMO E ESPORTE E LAZER
319004 – Contratação por tempo Determinado - PC.....R$ 3.018,00
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 1.480,42

Função: 15 – Urbanismo
Sub-função: 695 – Turismo
Programa: 0009 – Turismo Sustentável
Atividade: 1040 – CONSTRUÇÃO DE MIRANTE
449051 – Obras e Instalações.....R$ 10.000,00
449051 – Obras e Instalações.....R$ 60.000,00

Atividade: 1031 – CONST./QUADRA DE ESPORTE COBERTA
449051 – Obras e Instalações.....R$ 10.000,00
449051 – Obras e Instalações.....R$ 27.500,00

Unid. Orçamentária: 12.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0002 – Apoio Administrativo
Atividade: 2015 – MANUT. DO CONSELHO MUNIC. DE SAÚDE
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 1.000,00

Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 0011 – Saúde para Todos
Atividade: 1026 – AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL ODONTOLÓGICA
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 2.500,00
Atividade: 1029 – AQUISIÇÃO DE VEICULO AMBULÂNCIA - SAÚDE
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 5.000,00
Atividade: 1027 – CONST/AMPL/REFORMA E EQUIP. DE UNIDADE DE SAÚDE
449051 – Obras e Instalações.....R$ 43.613,87
449051 – Obras e Instalações.....R$ 10.000,00
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 5.000,00
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 2.000,00
449092 – Equip. Material permanente .....R$ 978,93
Atividade: 1290 – CONST/MANUTENÇÃO DE ACADEMIA DE SAÚDE
339030 – Material de consumo .....R$ 5.000,00
449051 – Obras e Instalações.....R$ 30.000,00
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 5.000,00
Atividade: 1028 – IMPLANTAÇÃO DO PROG. SAÚDE NA ESCOLA
319004 – Contratação por tempo Determinado - PC.....R$ 1.000,00
339030 – Material de consumo .....R$ 500,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ.....R$ 500,00
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 1.000,00
Atividade: 2053 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA ESF
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 4.003,46
319016 – Outras despesas Variáveis - PC.....R$ 1.500,00
339014 – Diárias.....R$ 500,00
339033 – Passagens e despesas com Locomoção.....R$ 852,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ.....R$ 575,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ.....R$ 983,30
339093 – Indenizações e Restituições.....R$ 500,00
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 980,00
Atividade: 2055 – MANUT. DAS ATIVIDADES DOS ACS
319004 – Contratação por tempo Determinado - PC.....R$ 1.500,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 4.151,36
319016 – Outras despesas Variáveis - PC.....R$ 1.500,00
319092 – Despesas de exercícios anteriores.....R$ 1.000,00
339014 – Diárias.....R$ 1.050,00
339033 – Passagens e despesas com Locomoção.....R$ 500,00
339036 – Outros serviços de Terceiros – PF.....R$ 500,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ.....R$ 500,00
339092 – Despesas de exercícios anteriores.....R$ 500,00
339093 – Indenizações e Restituições.....R$ 1.000,00
Atividade: 2052 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO FMS
319092 – Despesas de exercícios anteriores.....R$ 707,37
339093 – Indenizações e Restituições.....R$ 20.161,53
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 1.389,00
Atividade: 2054 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO NASF
319011 – Vencimentos e vantagens fixas - PC ..... R$ 8.150,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 2.500,00
319016 – Outras despesas Variáveis - PC.....R$ 500,00
319092 – Despesas de exercícios anteriores.....R$ 500,00
339030 – Material de consumo .....R$ 500,00
339032 – Material, bem ou serviços p/dist. Gratuita..... R$ 500,00
339033 – Passagens e despesas com Locomoção.....R$ 500,00
339036 – Outros serviços de Terceiros – PF.....R$ 1.500,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ.....R$ 500,00
339092 – Desp. de Exercícios anteriores.....R$ 500,00
339093 – Indenizações e Restituições.....R$ 1.000,00
449052 – Equip. Material permanente ..... R$ 1.200,00
Atividade: 2056 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO SAÚDE BUCAL
319011 – Vencimentos e vantagens fixas - PC ..... R$ 2.019,20
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 13.999,10
319016 – Outras despesas Variáveis - PC.....R$ 1.500,00
319092 – Despesas de exercícios anteriores.....R$ 500,00
339030 – Material de consumo .....R$ 1.815,68
339033 – Passagens e despesas com Locomoção.....R$ 1.500,00
339036 – Outros serviços de Terceiros – PF.....R$ 1.500,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ.....R$ 12.770,00
339092 – Desp. de Exercícios anteriores.....R$ 1.000,00
339093 – Indenizações e Restituições.....R$ 3.000,00
Atividade: 2109 – PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA – PAB FIXO
339014 – Diárias.....R$ 5.500,00
339032 – Material, bem ou serviços p/dist. Gratuita..... R$ 500,00
339033 – Passagens e despesas com Locomoção.....R$ 500,00
339092 – Desp. de Exercícios anteriores.....R$ 500,00
449052 – Equip. Material permanente ..... R$ 4.584,00
Atividade: 2115 – PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIA DA QUALIDADE NA ATENÇÃO BÁSICA - PMAQ
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 5.000,00
319016 – Outras despesas Variáveis - PC.....R$ 10.000,00
319092 – Despesas de exercícios anteriores.....R$ 6.000,00
339093 – Indenizações e Restituições.....R$ 5.000,00

Sub-função: 302 – Assistência hospitalar e Ambulatorial
Programa: 0011 – Saúde para Todos
Atividade: 2057 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO MAC
319004 – Contratação por tempo Determinado - PC.....R$ 5.000,00
319011 – Vencimentos e vantagens fixas - PC ..... R$ 5.500,00

319013 – Obrigações Patronais.....R$ 3.500,00
319016 – Outras despesas Variáveis - PC.....R$ 1.500,00
319092 – Despesas de exercícios anteriores.....R$ 1.500,00
339014 – Diárias.....R$ 1.000,00
339032 – Material, bem ou serviços p/dist. Gratuita..... R$ 1.500,00
339033 – Passagens e despesas com Locomoção.....R$ 1.200,00
339092 – Desp. de Exercícios anteriores.....R$ 500,00
339093 – Indenizações e Restituições.....R$ 500,00
449052 – Equip. Material permanente ..... R$ 1.000,00

Sub-função: 303 – Suporte Profilático e Terapêutico
Programa: 0011 – Saúde para Todos
Atividade: 2058 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA FARMACIA BÁSICA
339092 – Desp. de Exercícios anteriores.....R$ 1.200,00

Sub-função: 304 – Vigilância Sanitária
Programa: 0011 – Saúde para Todos
Atividade: 2059 – MANUT. DAS ATIVIDADES DE VIG. SANITÁRIA E VIG. EM SAÚDE
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 4.000,00
319016 – Outras despesas Variáveis - PC.....R$ 1.000,00
319092 – Despesas de exercícios anteriores.....R$ 1.500,00
339014 – Diárias.....R$ 730,00
339036 – Outros serviços de Terceiros – PF.....R$ 2.500,00
339092 – Desp. de Exercícios anteriores.....R$ 500,00
339093 – Indenizações e Restituições.....R$ 1.000,00
449052 – Equip. Material permanente ..... R$ 1.583,00

Sub-função: 305 – Vigilância Epidemiológica
Programa: 0011 – Saúde para Todos
Atividade: 2060 – MANUT. DAS ATIVIDADES EPIDEMIOLÓGICAS E AMBIEN.
319004 – Contratação por tempo Determinado - PC.....R$ 5.000,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 4.000,77
319016 – Outras despesas Variáveis - PC.....R$ 2.000,00
339014 – Diárias.....R$ 1.000,00
339030 – Material de consumo .....R$ 7.281,35
339032 – Material, bem ou serviços p/dist. Gratuita..... R$ 1.000,00
339036 – Outros serviços de Terceiros – PF.....R$ 1.000,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ.....R$ 3.000,00
339092 – Desp. de Exercícios anteriores.....R$ 1.000,00
449052 – Equip. Material permanente ..... R$ 1.000,00

Unid. Orçamentária: 13.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08 – Assistência Social
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0002 – Apoio Administrativo
Atividade: 2061 – MANUT. DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
339032 – Material, bem ou serviços p/dist. Gratuita..... R$ 11.682,00
339036 – Outros serviços de Terceiros – PF.....R$ 5.600,00
339047 – Obrigações tributárias e Contributivas.....R$ 1.000,00
339092 – Despesas de exercícios anteriores.....R$ 552,79
339093 – Indenizações e Restituições.....R$ 3.292,09
449052 – Equip. Material permanente ..... R$ 2.073,00

Sub-função: 241 – Assistência ao Idoso
Programa: 0010 – Cidadania e Proteção Social
Atividade: 2062 – AQUISIÇÃO DE BENS PARA O CRAS
339030 – Material de consumo .....R$ 3.000,00
339030 – Material de consumo .....R$ 500,00
449052 – Equip. Material permanente ..... R$ 5.000,00

Sub-função: 243 – Assistência a criança e ao Idoso
Programa: 0010 – Cidadania e Proteção Social
Atividade: 2045 – MANUT. DO CONSELHO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
339030 – Material de consumo .....R$ 1.000,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ.....R$ 1.000,00
449052 – Equip. Material permanente ..... R$ 1.000,00
Atividade: 2095 – PROGRAMA CRIANÇA FELIZ
339030 – Material de consumo .....R$ 5.536,87
449052 – Equip. Material permanente ..... R$ 1.000,00
Atividade: 2064 – SERVIÇOS DE CONVIV. E FORALEC. DE VINCULOS (IDOSOS/CRIANÇAS/ADOLESCENTES)
339014 – Diárias.....R$ 1.000,00
339030 – Material de consumo .....R$ 54.177,18
339092 – Despesas de exercícios anteriores.....R$ 500,00
339093 – Indenizações e Restituições.....R$ 800,00

Sub-função: 244 – Assistência Comunitária
Programa: 0002 – Apoio Administrativo
Atividade: 2048 – MANUT. DAS ATIV. DA SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL
319004 – Contratação por tempo Determinado - PC.....R$ 8.008,00
319011 – Vencimentos e vantagens fixas - PC ..... R$ 81.966,80
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 8.000,00
319094 – Restituições e Indenizações Trabalhistas .....R$ 1.000,00
339014 – Diárias.....R$ 1.500,00
339030 – Material de consumo .....R$ 18.456,87
339032 – Material, bem ou serviços p/dist. Gratuita..... R$ 1.000,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ..... R$ 5.000,00
339093 – Indenizações e Restituições.....R$ 898,20
449052 – Equip. Material permanente ..... R$ 2.000,00
Atividade: 2050 – MANUT. DO CONS. MUNIC. DE HAB. E INTERESSE SOCIAL
339014 – Diárias.....R$ 1.000,00
339030 – Material de consumo .....R$ 1.000,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ..... R$ 1.000,00
449052 – Equip. Material permanente ..... R$ 1.500,00

Programa: 0010 – Cidadania e Proteção Social
Atividade: 2066 – AÇÕES DO BLOCO DE GESTÃO (IGDBF/IGDSUAS)
319004 – Contratação por tempo Determinado - PC.....R$ 14.228,00
319011 – Vencimentos e vantagens fixas - PC ..... R$ 12.000,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 3.000,00
339014 – Diárias.....R$ 1.000,00
339030 – Material de consumo .....R$ 5.000,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ..... R$ 9.649,93
339092 – Despesas de exercícios anteriores.....R$ 844,57
Atividade: 2067 – COMPONENTE-PISO BÁSICO FIXO
319004 – Contratação por tempo Determinado - PC.....R$ 3.000,00
319011 – Vencimentos e vantagens fixas - PC ..... R$ 570,40
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 5.000,00
339014 – Diárias.....R$ 500,00
449052 – Equip. Material permanente ..... R$ 753,00
Atividade: 1988 – CONST. DO CENTRO DE REFERENCIA - CRAS
449051 – Obras e Instalações.....R$ 25.791,59
Atividade: 1982 – MANUT. DO CONSELHO MUNIC. DA ASSISTENCIA SOCIAL
339014 – Diárias.....R$ 1.000,00
339030 – Material de consumo .....R$ 3.000,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ..... R$ 2.000,00
449052 – Equip. Material permanente ..... R$ 2.000,00
Atividade: 2044 – PAIF – SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E ATEND. A FAMILIA
339014 – Diárias.....R$ 1.000,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ..... R$ 1.000,00
449052 – Equip. Material permanente ..... R$ 1.500,00
Atividade: 2047 – PROGRAMA DE BENEFICIOS EVENTUAIS E ASSISTENCIAIS
339030 – Material de consumo .....R$ 8.491,62
339032 – Material, bem ou serviços p/dist. Gratuita..... R$ 5.000,00
339036 – Outros serviços de Terceiros – PF.....R$ 5.000,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ..... R$ 8.000,00
339048 – Outros auxílios Financeiros a Pessoas Carentes.....R$ 8.000,00
339092 – Desp. de Exercícios anteriores.....R$ 7.000,00

Função: 16 – Habitação
Sub-função: 482 – Habitação Urbana
Programa: 0010 – Cidadania e Proteção Social
Atividade: 2061 – MANUT. DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
449051 – Obras e Instalações.....R$ 45.000,00
449051 – Obras e Instalações.....R$ 35.000,00

Unid. Orçamentária: 15.001-SEC. MUNIC. DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E COMPRAS
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0002 – Apoio Administrativo
Atividade: 2075 – MANUT. DAS ATIV. DA SEC. MUNIC. DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 15.000,00
339014 – Diárias.....R$ 765,00
339030 – Material de consumo .....R$ 2.853,33
339092 – Desp. de Exercícios anteriores.....R$ 1.000,00
339093 – Indenizações e Restituições.....R$ 905,28
339095 – Indenização pela Exec. de trabalhos de campo.....R$ 1.000,00
449052 – Equip. Material permanente ..... R$ 1.808,00

Sub-função: 123 – Administração Financeira
Programa: 0002 – Apoio Administrativo
Atividade: 2113 – AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA O SETOR DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
449052 – Equip. Material permanente ..... R$ 2.000,00
Atividade: 2110 – REVITALIZAÇÃO DO SETOR DE TRIBUTOS
339030 – Material de consumo .....R$ 1.680,00

Unid. Orçamentária: 16.001-PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0002 – Apoio Administrativo
Atividade: 2076 – MANUT. DAS ATIV. DA PROC. GERAL DO MUNICÍPIO
319011 – Vencimentos e vantagens fixas - PC ..... R$ 35.887,68
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 12.000,00
339014 – Diárias.....R$ 1.000,00
339030 – Material de consumo .....R$ 4.025,50
339035 – Serviços de Consultoria.....R$ 25.000,00
339039 – Outros serviços de Terceiros – PJ.....R$ 6.307,68
339093 – Indenizações e Restituições.....R$ 5.000,00

Unid. Orçamentária: 17.001-CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0002 – Apoio Administrativo
Atividade: 2077 – MANUT. DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 4.000,00
339014 – Diárias.....R$ 700,00
339030 – Material de consumo .....R$ 500,00
339092 – Desp. de Exercícios anteriores.....R$ 1.000,00
339093 – Indenizações e Restituições.....R$ 732,75
449052 – Equip. Material permanente .....R$ 4.000,00

Unid. Orçamentária: 99.099-RESERVA DE CONTIGENCIA
Função: 99 – Reserva de Contingência
Sub-função: 999 – Reserva de Contingência
Programa: 0002 – Apoio Administrativo
Atividade: 9001 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA
999999 – Reserva de Contingência.....R$ 140.990,58

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2019.

Serra Caiada-RN, em 30 de Setembro de 2019

MARIA DO SOCORRO DOS ANJOS FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Debora Daniela Silva da Cruz
Código Identificador:248BCA5B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 097/2019 - GP. *REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

PORTARIA Nº 097/2019 - GP.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere o inciso V do art. 33 da Lei Orgânica do Município e especialmente aos ditames do Regime Jurídico Único do Servidor Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º. **CONCEDER** a servidora **Joana Tereza Pereira de Vasconcelos**, Matrícula nº 50141-7, servidora efetiva, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, **Licença Prêmio por Assiduidade para fins de aposentadoria, pelo período de 270 (duzentos e setenta) dias, no período 01/02/2019 à 01/11/2019**, conforme Art. 102, § 2º do Regime Jurídico Único.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 01 de fevereiro de 2019.

Publique-se, cumpra-se.

Serra Caiada – RN, 12 de abril de 2019.

MARIA DO SOCORRO DOS ANJOS FURTADO
Prefeita Municipal

*Republicado por incorreção

Publicado por:
Debora Daniela Silva da Cruz
Código Identificador:AE5FE4AA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 388/2019 - GP.

PORTARIA Nº 388/2019 - GP.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere o inciso V do art. 33 da Lei Orgânica do Município e especialmente aos ditames do Regime Jurídico Único do Servidor Municipal.

RESOLVE:

Art.1º. **DESIGNAR** a Sra. **RÂMIDA RAIZA DE OLIVEIRA PEREIRA GONÇALVES**, Matrícula nº 1464, servidora comissionada, para exercer a função de Agente de Desenvolvimento, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento deste Município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Publique-se, cumpra-se.

Serra Caiada – RN, 07 de outubro de 2019.

MARIA DO SOCORRO DOS ANJOS FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Debora Daniela Silva da Cruz
Código Identificador:8C4B115E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 12/2019

Extrato do Convênio n. 12/2019 que entre si celebram a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte e o Município de Serra do Mel/RN
Unidade Cedente: Prefeitura do Município de Serra do Mel/RN, inscrita no CNPJ sob o n. 12.755.971/0001-20, com sede estabelecida à Avenida Antônio Ferreira de Oliveira, n. 51, Vila Brasília, Centro, CEP n. 59.663-000, Serra do Mel/RN, neste ato representada por seu Prefeito, Josivan Bibiano de Azevedo, inscrito no CPF/MF sob o n. 913.468.274-00.

Unidade Cessionária: Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, inscrita no CNPJ sob o n. 07.628.844/0001-20, com sede estabelecida à Rua Sérgio Severo, n. 2037, Lagoa Nova, CEP n. 59.063-380, Natal/RN, neste ato representada por seu Defensor Público-Geral, Marcus Vinicius Soares Alves, inscrito no CPF/MF sob o n. 008.674.554-97.

Objeto: O presente Convênio tem por objeto a cooperação dos CONVENENTES, com vistas a agilizar e melhorar a qualidade de assistência judiciária, mediante a cessão dos servidores públicos municipais para prestarem serviços à CESSIONÁRIA.

Do ônus da cessão: A cessão objeto do presente instrumento não acarretará quaisquer ônus para a CESSIONÁRIA, ficando a cargo da CEDENTE o pagamento da remuneração e encargos dos servidores públicos cedidos.

Vigência: O presente Convênio entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, e terá vigência pelo período de 60 (sessenta) meses.

Fundamento legal: Processo administrativo n. 1.828/2019, Lei Complementar n. 122, de 30 de junho de 1994 e Lei Complementar n. 454, de 05 de julho de 2011.

Natal, 27 de setembro de 2019.

MARCUS VINICIUS SOARES ALVES
Defensor Público-Geral do Estado do Rio Grande do Norte
Unidade Cessionária

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
Prefeito do Município de Serra do Mel/RN
Unidade Cedente

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:03CC55E4

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
CONVÊNIO Nº 003/2019

CONVENIO N° 003/2019

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM CEAPE- Centro de Estatutos Avançados de Pós-Graduação e Extensão E A PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL/RN, PARA A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO.

A **CEAPE- Centro de Estudos Avançados de Pós - Graduação e Extensão** Instituição de Ensino Superior**,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.11.361/0001-56, com sede na Rua: Manoel Negreiro, 15, doravante denominado CEAPE, neste ato representado pelo seu Diretor Francisco Batista Gomes Junior, brasileiro, casado, portador do RG nº 001.165.614 e do CPF nº 722.654.344-34, residente e domiciliado Rua: Goias, 1322, bairro Rincão, Mossoró/RN , no uso das atribuições que lhe confere, e a concedente **MUNICÍPIO DE SERRA DO MEL**, com sede a Avenida Antônio F. de Oliveira, nº 51, Vila Brasília, Centro Serra do Mel CNPJ nº 010.877.412/0007-53, neste ato representado pelo Senhor Prefeito **JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO**, brasileiro, casado, CPF 913.468.274-00, residente e domiciliado na Rua Graciliano Ferreira dos Santos, 45, Vila Brasília, Serra do Mel/RN resolvem, de comum acordo, firmar o presente Convênio nos termos que dispõe a Lei Federal nº a Lei Federal nº

11.788, de 25 de setembro de 2008,– Estágio Supervisionado, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Convênio tem por objetivo proporcionar aos estudantes da instituição **CEAPE** que residam em Serra do Mel a oportunidade de aperfeiçoar seus conhecimento e contribuir na administração pública por meio de Estágio Curricular Não Obrigatório junto à **CONCEDENTE**.

SUBCLÁUSULA ÚNICA

O Estágio Curricular Não Obrigatório deverá possibilitar ao aluno desenvolver atividades práticas relacionadas a sua área de formação e, através do intercâmbio de experiências profissionais e acadêmicas, contribuindo para que o estudante tenha a sua formação alicerçada no serviço prestado à comunidade, na transposição do conhecimento adquirido em seu Curso no exercício prévio, sob acompanhamento de atividade profissionais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

A formalização da concessão do estágio efetivar-se-á mediante Termo de Compromisso do Estagiário a ser firmado entre a **CONCEDENTE** e o estagiário, com a interveniência obrigatória do **CEAPE**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS COMPETÊNCIAS

I – Compete ao CONCEDENTE:

Solicitar, por escrito, à Coordenação do Curso os estudantes para a realização do Estágio.
Firmar com o estudante o TERMO DE COMPROMISSO DO ESTAGIÁRIO;

Enviar à coordenação do Curso a que pertence o estagiário, a frequência mensal e os relatórios parciais e final elaborados pelo estagiário sobre as atividades desenvolvidas.
Comunicar à Coordenação do Curso no Rio Grande do Norte qualquer situação irregular que venha a interferir na execução do presente Convênio.

II - Compete à CEAPE

Selecionar os estudantes candidatos ao estágio em pauta, considerando a regularidade de sua situação acadêmica, sua frequência no curso e adotando outros critérios julgados convenientes ao seu desempenho no itinerário do Estágio.
Apresentar á CONCEDENTE, do Estágio, por escrito, documento probatório, de conclusão do curso ou de desligamento da **CEAPE** ou qualquer outra situação que possa interferir na execução deste convênio.

CLÁUSULA QUARTA – DA COORDENAÇÃO

A coordenação do presente convênio ficará a cargo da coordenadora do curso a que pertence o estagiário.

CLÁUSULA QUINTA – DA DURAÇÃO DO ESTÁGIO

A duração do estágio observará o limite mínimo 1 (um) semestre letivo, ate o limite máximo de 4 (quatro) semestres letivos, devendo constar no Termo de Compromisso do Estagiário, o período de início e término do Estágio de cada estudante.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Quando se tratar de Estágio Curricular Obrigatório, a sua duração corresponderá ao cumprimento da carga horária estabelecida pela disciplina de Estágio, devendo contar no Termo de Compromisso do Estágio o período de início e término.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

A jornada de Atividades deverá constar no Termo de Compromisso e será definida de comum acordo entre o PROPONENTE, o CONCEDENTE e o ESTUDANTE, observando a compatibilidade com as atividades acadêmicas, não devendo ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

A realização do Estágio pelo estudante **não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza** com a CONCEDENTE, desde que respeitado o art. 3° da Lei n° 11.788/08.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

O pagamento de bolsa de estágio fica estabelecida no valor de R$ 450,00 Reais e auxílio transporte no valor de R$ 50,00 Reais.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Para efeito de cálculo do pagamento da bolsa, o Concedente deverá considerar o disposto no § 1º do Art. 14 da Orientação Normativa n° 7, de 30 de outubro de 2008, além da frequência mensal, deduzindo-se os dias de falta não justificadas, salvo na hipótese de compensação de horário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Convênio vigorará por 4 (quatro) anos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por 1 (um) ano, mediante Termo Aditivo firmado pelas partes.

CLÁUSULA OITAVA – DA DENÚNCIA

Este termo poderá ser denunciado por qualquer das partes, desde que aquela que assim o desejar, comunique a outra, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo das atividades em andamento.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes do presente Convênio, que não puderem ser resolvidas amigavelmente pelas partes, fica eleito o foro da cidade de Mossoró - RN, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim ajustadas, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor para fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

CLÁUSULA DÉCIMA – NOS CASOS DE SEGURO OBRIGATÓRIO
Nos casos de Estágio Curricular Não Obrigatório, o CONCEDENTE se compromete a fazer para cada Estagiário, durante o período de estágio, um Seguro Contra Acidentes Pessoais, fazendo constar o nome da Seguradora, CNPJ, n° da Apólice e o valor do seguro no Termo de Compromisso do Estágio.

Serra do Mel/RN, 25 de Setembro de 2019

FRANCISCO BATISTA GOMES JUNIOR
Diretor Geral

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
Prefeito

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:5F8BAA14

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100902/2019 PREGÃO ELETRÔNICO- Nº 02/2019

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100902/2019
PREGÃO ELETRÔNICO- Nº 02/2019
ADJUDICAMOS o(s) vencedor (es) do Pregão Eletrônico nº 02/2019, realizado em 04/10/2019, a saber:
Objeto: Aquisição de vacina veterinária contra a raiva para cães e gatos.
.
VETMAX PRODUTOS AGROPECUÁRIOS EIRELLI-EPP- CNPJ: 09.049.833/0001-11, vencendo todos os itens do certame, totalizando R$ 30.653,00 (trinta mil, seiscentos e cinquenta e três reais)

Serra do Mel/RN, em 04 de outubro de 2019.

PAULO HENRIQUE CIRINO
Pregoeiro

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:C7FA26B2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO MSNN/ RN N° 1910070001 TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2019
FUNDAMENTO LEGAL: LEI N° 8.666/1993

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Serra Negra do Norte/ RN vem a público comunicar que, no dia **08 de outubro de 2019,** no site: www.serranegra.rn.gov.br, estará disponível o Edital desta Licitação. A sessão pública para recebimento dos documentos para credenciamento do licitante, Certificado de Registro Cadastral e dos envelopes referentes aos Documentos de Habilitação e Propostas, visando a **Contratação dos serviços de execução da obra de pavimentação e drenagem superficial de via pública – Rua Nicácia Alcídia da Silva na zona urbana do Município de Serra Negra do Norte/RN**, será realizada no dia **29 de outubro de 2019, às 08:30 horas (horário local)**, na sede da Prefeitura Municipal – Sala das Licitações – situada na Rua Senador José Bernardo, nº 110, centro, Serra Negra do Norte/ RN. Maiores informações serão fornecidas pelos Fones: 84-3426-2261 e pelo e-mail: licitacoes@serranegra.rn.gov.br.

Serra Negra do Norte/ RN, 07 de outubro de 2019.

SEVERINO FLORÊNCIO DE OLIVEIRA NETO
Presidente

Publicado por:
Severino Florêncio de Oliveira Neto
Código Identificador:C06076E1

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N°: 347/2019

PORTARIA Nº: 347/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de custos de alimentação e pousada do respectivo servidor, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor:	**MARCOS ANTÔNIO DE ARAÚJO**
Cargo/Função:	motorista
CPF N°:	046.831.284-62

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	Natal-RN	04 de outubro de 2019	100,00	100,00
(X) Diárias com Pernoite ( ) Diárias sem Pernoite		TOTAL		R$ 100,00

Descrição do Objetivo/Serviços do deslocamento:
Viagem a Natal-RN, no(s) dia(s) 04 de outubro de 2019, com o objetivo de conduzir pacientes para tratamento de saúde conforme relação em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 02 de outubro de 2019.

EVANEIDE DA SILVA NÓBREGA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Evaneide da Silva Nobrega
Código Identificador:03776C6C

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N°: 348/2019

PORTARIA Nº: 348/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de custos de alimentação e pousada do respectivo servidor, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor:	**DANILO MONTE COSTA**
Cargo/Função:	motorista
CPF N°:	052.707.834-44

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1/2	Natal-RN	05 de outubro de 2019	100,00	50,00
( ) Diárias com Pernoite (X) Diárias sem Pernoite		TOTAL		R$ 50,00

Descrição do Objetivo/Serviços do deslocamento:
Viagem a Natal-RN, no(s) dia(s) 05 de outubro de 2019, com o objetivo de conduzir pacientes para tratamento de saúde conforme relação em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 02 de outubro de 2019.

EVANEIDE DA SILVA NÓBREGA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Evaneide da Silva Nobrega
Código Identificador:5EAD0894

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N°: 349/2019

PORTARIA Nº: 349/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de custos de alimentação e pousada do respectivo servidor, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor:	**RALSON PEREIRA DE ARAÚJO**
Cargo/Função:	motorista
CPF N°:	937.348.834-15

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1/2	Natal-RN	07 de outubro de 2019	100,00	50,00
( ) Diárias com Pernoite (X) Diárias sem Pernoite		TOTAL		R$ 50,00

Descrição do Objetivo/Serviços do deslocamento:
Viagem a Natal-RN, no(s) dia(s) 07 de outubro de 2019, com o objetivo de conduzir pacientes para tratamento de saúde conforme relação em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 02 de outubro de 2019.

EVANEIDE DA SILVA NÓBREGA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Evaneide da Silva Nobrega
Código Identificador:E0E3E9DB

GABINETE CIVIL
LEI MUNICIPAL N° 724, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019

LEI MUNICIPAL N° 724, de 07 de outubro de 2019

INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICIPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN, O PROJETO DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS "1,2,3: ERA UMA VEZ...".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN, no uso de suas atribuições legais, especialmente contidas no Art. 29, Inciso XV da Lei Orgânica Municipal, e atendendo preliminarmente proposição de iniciativa do Poder Legislativo, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º - Fica instituído o Projeto de contação de histórias denominado **"1,2,3; Era uma vez..."**, a ser realizado anualmente durante o mês de outubro, no município de Serra Negra do Norte.
Art. 2º - As atividades serão desenvolvidas nas escolas municipais da Zona Rural e Urbana, como também na rede de ensino privado, de acordo com as datas estabelecidas pelas gestões das instituições escolares.
Art. 3º - O Projeto **"1,2,3; Era uma vez..."** tem por objetivo:
Contribuir com o desenvolvimento das crianças nos seguintes aspectos: afetividade, criatividade, raciocínio, senso crítico, imaginação, etc;
Estimular o hábito e gosto pela leitura, colaborando para o desenvolvimento da escrita e oralidade;
Transmitir conhecimentos e valores importantes na formação de cidadãos.
Art. 4º - Para a realização do referido projeto, fica o Poder Executivo Municipal, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação e cultura autorizados a formalizarem parcerias de contribuição para a realização do evento, respeitando as previsões orçamentárias.
Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas outras disposições em contrário.

Gabinete Civil, Serra Negra do Norte, 07 de outubro de 2019.

SÉRGIO FERNANDES DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Girlânia Fernandes de Medeiros Vanderlei
Código Identificador:A9350D43

GABINETE CIVIL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 042/2019

Edital de Convocação Nº 042/2019

O Prefeito Municipal de Serra Negra do Norte/RN, no uso das atribuições legais e constitucionais,

RESOLVE:
Art. 1º. CONVOCAR o(s) candidatos(as) aprovados(as) no Processo Seletivo nº **001/2019,** conforme relação constante do Anexo I, para comparecer ao Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Senador José Bernardo, nº 110, Centro, Serra Negra do Norte/RN, no prazo de **48 (QUARENTA E OITO) HORAS**, a contar da publicação deste instrumento, no horário das 08h00min às 12h00min, para contratação temporária no cargo do Quadro de Pessoal do Município de Serra Negra do Norte/RN.
Art. 2º. Para contratação, o(a) candidato(a) aprovado(a) deverá apresentar todos os documentos e habilitações exigidos, conforme relação contida no Anexo II deste instrumento, bem como as exigências dos Editais de Seleção supramencionados.
Art. 3º. A convocação para confecção dos termos contratuais e análise da documentação importará em imediato exercício das funções, tendo em vista a urgente necessidade da administração pública.

Serra Negra do Norte/RN, 07 de outubro de 2019.

SÉRGIO FERNANDES DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

ANEXO I
LISTAGEM DOS(AS) CANDIDATOS(AS)

Cargo	Nome	Processo Seletivo	colocação
ODONTÓLOGO(A)	ALINE MEDEIROS CUNHA	001/2019	7º lugar

ANEXO II
DOCUMENTOS E HABILITAÇÕES EXIGIDAS

1. Cópia legível, acompanhada do original:
a) Cédula de Identidade (RG);
b) Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
c) Título de Eleitor e prova de quitação das obrigações eleitorais;
d) Certificado de Reservista ou Certificado de Alistamento Militar constando a dispensa (CDI) (sexo masculino);
e) Certidão de Nascimento dos filhos (se tiver);
f) Comprovante de titulação (diploma ou certificado de conclusão), com a regularidade da inscrição do órgão de classe, previsto no edital do processo seletivo;
g) Certidão de Nascimento ou Casamento;
h) PIS/PASEP;
i) 01 (uma) foto 3x4 colorida recente;
j) Comprovante de residência;
k) Certidões negativas expedidas pelos cartórios de distribuição dos ofícios criminais da Justiça Federal, Eleitoral e Estadual;
l) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
m) Informações Bancária (cópia do cartão ou outro documento comprobatório contendo nº da agencia e conta no Banco do Brasil em nome do convocado);

2. Declaração de não acumulação de cargo, emprego ou função pública.

3. Declaração de grau de parentesco (Nepotismo)

4. Declaração de Bens e Valores.

Publicado por:
Girlânia Fernandes de Medeiros Vanderlei
Código Identificador:5694A765

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 035/2019

PROCESSO: 260901/2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA-RN
CONTRATADO : COSTA & SIQUEIRA CERTIFICADORA DIGITAL LIDA
CNPJ: 18.977.292/0001-82
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS
MODELO E-CNPJ E E-CPF A3 TOKEN.
ORIGEM DOS RECURSOS: Orçamento Geral do Município 2019;
UNIDADE: 11.001-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
2173– MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE; ELEMENTO
DESPESAS: 33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA -10010000- RECURSOS ORDINÁRIOS.
UNIDADE: 02.001 – GABINETE DO PREFEITO.
2002- MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO; ELEMENTO DESPESAS: 33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – 10010000- RECURSOS ORDINÁRIOS.
BASE LEGAL: de acordo com o que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações posteriores, em seu Art. 24, Inciso II
VALOR GLOBAL: R$ 785,00 (setecentos e oitenta e cinco reais).

SERRINHA/RN, 07 de outubro de 2019.

JOSÉ ANTÔNIO DE MEDEIROS CLEMENTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ruy de Oliveira Costa
Código Identificador:F7B014C5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 077/2019 DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

Exonera ALEXSANDRO RODRIGUES DE ARAÚJO, do Cargo Comissionado de Chefe de Unidade de Processamento de Dados – UPD, da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Serrinha, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1°. Exonerar, **ALEXSANDRO RODRIGUES DE ARAÚJO** da função de Chefe de Unidade de Processamento de dados – UPD, da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Serrinha/RN, 07 de outubro de 2019.

JOSÉ ANTÔNIO DE MEDEIROS CLEMENTE
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ruy de Oliveira Costa
Código Identificador:BEBF10B2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERIANO MELO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II , da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da(o) GIRO SERVIÇO DE RASTREAMENTO E DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA, referente à Solicitar 240 mamografias para suprir a necessidade da demanda reprimida do município de Severiano Melo/RN, para os dias 22,23 e 24 de Outubro de 2019, mantido pelo Fundo Municipal de Saúde do município de Severiano Melo/RN..

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilmo(a). Sr(a). FRANCISCO AYLTON FREITAS DE CARVALHO, Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

SEVERIANO MELO - RN, 02 de Outubro de 2019

CLAUDIANE DA COSTA DOMINGOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Francisca de Marilac Bessa
Código Identificador:2B600381

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão de Licitação do Município de SEVERIANO MELO, através do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE SEVERIANO MELO, em cumprimento à ratificação procedida pelo(a) Sr(a) CLAUDIANE DA COSTA DOMINGOS, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto.....: Solicitar 240 mamografias para suprir a necessidade da demanda reprimida do município de Severiano Melo/RN, para os dias 22,23 e 24 de Outubro de 2019, mantido pelo Fundo Municipal de Saúde do município de Severiano Melo/RN.

Contratado.....: GIRO SERVIÇO DE RASTREAMENTO E DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA

Fundamento Legal...: art. 24, inciso II , da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificado pelo(a) Sr(a) CLAUDIANE DA COSTA DOMINGOS, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

SEVERIANO MELO - RN, 02 de Outubro de 2019

FRANCISCO AYLTON FREITAS DE CARVALHO
Comissão de Licitação
Presidente

Publicado por:
Francisca de Marilac Bessa
Código Identificador:CFCEDD67

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº.....: 20190124

ORIGEM.....: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02100002/2019

CONTRATANTE.....: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE SEVERIANO MELO

CONTRATADA(O).....: GIRO SERVIÇO DE RASTREAMENTO E DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA

OBJETO.....: Solicitar 240 mamografias para suprir a necessidade da demanda reprimida do município de Severiano Melo/RN, para os dias 22,23 e 24 de Outubro de 2019, mantido pelo Fundo Municipal de Saúde do município de Severiano Melo/RN.

VALOR TOTAL.....: R$ 10.800,00 (dez mil, oitocentos reais)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: Exercício 2019 Atividade 0302.103020008.2.056 Manutenção das Atividades do Hospital e Maternidade, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica, Subelemento 3.3.90.39.99, no valor de R$ 10.800,00

VIGÊNCIA.....: 02 de Outubro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

DATA DA ASSINATURA.....: 02 de Outubro de 2019

Publicado por:
Francisca de Marilac Bessa
Código Identificador:F78CF04E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão de licitação do Município de SEVERIANO MELO, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERIANO MELO, em cumprimento da ratificação procedida pelo Gestor da PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERIANO MELO, faz publicar o extrato resumido do processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** a seguir:

OBJETO.....,.....: Contratação de empresa especializada e exclusiva em serviço de apresentação de banda e artista musical (SAMYRA SHOW), para a Tradicional Festa do Caju, no dia 11 de outubro de 2019, na cidade de Severiano Melo/RN.

FAVORECIDO.....: SAMYRA SHOW GRAVACOES, EDICOES MUSICAIS E EVENTOS LTDA

VALOR.....: R$ 20.284,00 (vinte mil, duzentos e oitenta e quatro reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL....: art. 25, inciso III da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE..: emitida pelo Presidente da Comissão de Licitação e ratificada pelo Sr. DAGOBERTO BESSA CAVALCANTE, na qualidade de ordenador de despesas.

SEVERIANO MELO - RN, 07 de outubro de 2019

FRANCISCO AYLTON FREITAS DE CARVALHO
Comissão de Licitação
Presidente

Publicado por:
Francisca de Marilac Bessa
Código Identificador:E9A4819D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

O Ordenador de Despesas da A. CARVALHO ALVES - ME, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o que determina o art. 26 da Lei nº 8.666/93, e considerando o que consta do processo administrativo que trata da contratação da empresa SAMYRA SHOW GRAVACOES, EDICOES MUSICAIS E EVENTOS LTDA, vem **RATIFICAR** a declaração de inexigibilidade de licitação para a contratação da referida empresa, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

SEVERIANO MELO - RN, 07 de Outubro de 2019

DAGOBERTO BESSA CAVALCANTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisca de Marilac Bessa
Código Identificador:1B141AD2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão de licitação do Município de SEVERIANO MELO, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERIANO MELO, em cumprimento da ratificação procedida pelo Gestor da PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERIANO MELO, faz publicar o extrato resumido do processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** a seguir:

OBJETO.....,.....: Contratação de empresa especializada e exclusiva em serviço de apresentação de banda e artista musical (HENRY FREITAS), para a Tradicional Festa do Caju, no dia 11 de outubro de 2019, na cidade de Severiano Melo/RN.

FAVORECIDO.....: HENRY FREITAS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA

VALOR.....: R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL....: art. 25, inciso III da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE..: emitida pelo Presidente da Comissão de Licitação e ratificada pelo Sr. DAGOBERTO BESSA CAVALCANTE, na qualidade de ordenador de despesas.

SEVERIANO MELO - RN, 07 de Outubro de 2019

FRANCISCO AYLTON FREITAS DE CARVALHO
Comissão de Licitação
Presidente

Publicado por:
Francisca de Marilac Bessa
Código Identificador:8CF16062

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

O Ordenador de Despesas da PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERIANO MELO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o que determina o art. 26 da Lei nº 8.666/93, e considerando o que consta do processo administrativo que trata da contratação da empresa HENRY FREITAS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA, vem **RATIFICAR** a declaração de inexigibilidade de licitação para a contratação da referida empresa, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

SEVERIANO MELO - RN, 07 de Outubro de 2019

DAGOBERTO BESSA CAVALCANTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisca de Marilac Bessa
Código Identificador:6BF3E70D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO N° 010/2019, DE 04 DE OUTUBRO DE 2019

O Plenário do Conselho Municipal de saúde de Severiano Melo, Estado do Rio Grande do Norte, em sua Reunião Ordinária, nesta data, no uso de suas competências regimentais e Atribuições Conferidas pela Lei N°8.080, de 19 de setembro de 1990 e pela Lei N° 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

RESOLVE

Art. 1º Aprova a Pactuação Interfederativa de Indicadores para o ano de 2019 do município de Severiano Melo/RN, após apresentação da Área Técnica da Secretaria Municipal de Saúde de Severiano Melo/RN.

Art. 2º Ficam revogados as disposições em contrários.

JOSE AZINCLEVE MORAIS SOARES
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Severiano Melo/RN

Publicado por:
Francisca de Marilac Bessa
Código Identificador:B619A280

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO N° 011/2019, DE 04 DE OUTUBRO DE 2019

O Plenário do Conselho Municipal de saúde de Severiano Melo, Estado do Rio Grande do Norte, em sua Reunião Ordinária, nesta data, no uso de suas competências regimentais e Atribuições Conferidas pela Lei N°8.080, de 19 de setembro de 1990 e pela Lei N° 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

RESOLVE

Art. 1º Aprova a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde de Severiano Melo/RN, referente ao 2º quadrimestre do ano de 2019, após apresentação da Área Técnica da Secretaria Municipal de Saúde de Severiano Melo/RN.

Art. 2º Ficam revogados as disposições em contrários.

JOSE AZINCLEVE MORAIS SOARES
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Severiano Melo/RN

Publicado por:
Francisca de Marilac Bessa
Código Identificador:D0674527

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II , da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da(o) A.T.DA MOTA JUNIOR-ME, referente à Prestação de serviço de segurança particular não armada para vigilância em evento desenvolvidas pelo município de Severiano Melo, dia 11 de Outubro de 2019 - Festa do Caju, mantido pela Secretaria Municipal de Comunicação e Eventos do município de Severiano Melo/RN..

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilmo(a). Sr(a). FRANCISCO AYLTON FREITAS DE CARVALHO, Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

SEVERIANO MELO - RN, 07 de Outubro de 2019

DAGOBERTO BESSA CAVALCANTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisca de Marilac Bessa
Código Identificador:127FD177

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão de Licitação do Município de SEVERIANO MELO, através do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERIANO MELO, em cumprimento à ratificação procedida pelo(a) Sr(a) DAGOBERTO BESSA CAVALCANTE, PREFEITO MUNICIPAL, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto.....: Prestação de serviço de segurança particular não armada para vigilância em evento desenvolvidas pelo município de Severiano Melo, dia 11 de Outubro de 2019 - Festa do Caju, mantido pela Secretaria Municipal de Comunicação e Eventos do município de Severiano Melo/RN.

Contratado.....: A.T.DA MOTA JUNIOR-ME

Fundamento Legal...: art. 24, inciso II , da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificado pelo(a) Sr(a) DAGOBERTO BESSA CAVALCANTE, PREFEITO MUNICIPAL.

SEVERIANO MELO - RN, 07 de Outubro de 2019

FRANCISCO AYLTON FREITAS DE CARVALHO
Comissão de Licitação
Presidente

Publicado por:
Francisca de Marilac Bessa
Código Identificador:47755EB5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 105/2019 – GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEVERIANO MELO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso da atribuição legal que lhe confere o art. 178, Seção III da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Municipal considerando o disposto no art. 16, § 6º, I, da Resolução nº 004/2013 – TCE e tendo em vista a solicitação de diária do servidor **JOSÉ AUGUSTO DE MORAIS NETO**, ocupante do Cargo de Secretário Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Severiano Melo,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder (01) uma diária, no valor unitário de R$ 300,00 (Trezentos Reais), totalizando R$ 300,00 (Trezentos Reais), ao servidor **JOSÉ AUGUSTO DE MORAIS NETO**, ocupante do Cargo de Secretário Municipal de Finanças Matricula/Portaria 005/2017, para fazer face as despesas com locomoção e pousada na cidade de Natal/RN, conforme a seguir:

Objeto do Deslocamento**: Comparecer a Caixa Econômica Federal – GIGOV, para entrega de Documentos referentes à celebração de convênios/contratos, Também no PETERN no dia 09 de Outubro de 2019.**

Local de destino: Natal – RN

Período do Afastamento: (01) dia

Art. 2º - O (a) servidor (a) beneficiário (a) de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos do art. 16, § 6º, III, da Resolução nº 004/2013 – TCE, de 31 de janeiro de 2013.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Severiano Melo/RN, em 07 de Outubro de 2019.

DAGOBERTO BESSA CAVALCANTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisca de Marilac Bessa
Código Identificador:3ED49F21

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 09/2019

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÍTIO NOVO – RN

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO

EDITAL Nº 09/2019

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma daResolução 02/2019 - CMDCA, torna público o resultado da eleição dos membros do Conselho Tutelar do município de Sítio Novo - RN, realizada no dia 06 de outubro de 2019.

Classificação Titulares	Nome do Candidato	Quantidade de Votos
1º	Layza Fernandes da Silva	200
2º	Maria Clarice Portela da Silva	184
3º	Carlos Henrique Mafra	171
4º	Nathalia Paloma Silva Carneiro Mafra	163
5º	Greycielle Paulo do Nascimento	156
Classificação Suplentes	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
6º	Elizangela Ferreira de Andrade Fontes	156
7º	Silvia Glauciana de Oliveira	139
8º	Zeneide Pinheiro da Silva	134
9º	Deisiclly Rodrigues de Carvalho	133
10º	Jean Renis Soares de Lima	133
11°	Francisca Divany do Livramento Silva	114
12º	Rita de Cassia da Silva Medeiros	99
13º	Maria Aparecida da Silva	69
14°	Bruno Ítalo Dantas Gomes	54
15º	Teogenis Fagundes Costa Barros	43
Votos válidos		1.948
Votos brancos		05
Votos nulos		06
Total de votantes		1.959

Fica aberto o prazo de 07 dias, (08/10 a 14/10/2019) a contar da publicação do presente Edital, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista no item 12 do edital nº 01/2019-CMDCA.
A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

Sítio Novo – RN, 07 de outubro de 2019.

CLÉRIA RIBEIRO DE MEDEIROS
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Carlos Dalvan Silva
Código Identificador:F24F76BF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE SALDO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Município de Taipu/RN (CNPJ 08.114.753/-0001-30)
CONTRATADA: LUMINOZA COM. E MAT. ELÉTRICO, HIDRAÚLICO E TELEFONIA EIRELI (CNPJ nº. 70.047.329/0001-30)
OBJETO: Contratação do saldo da ata de registro de preços, proveniente do pregão presencial º 026/2018, visando a aquisição de material de construção e acessórios, para atender as necessidades da manutenção dos prédios públicos deste Município de Taipu/RN.
BASE LEGAL: Pregão Presencial com Registro de Preços nº 026/2018 – Lei Federal nº 10.520/2002.
VALOR: R$ 132.034,00 (Cento e Trinta e Dois Mil e Trinta e Quatro Reais)
Dotação Orçamentária:
As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos seguintes recursos consignados no Orçamento Geral do Município, constantes na Natureza de Despesa : 3.3.90.30 – Material de Consumo
VIGÊNCIA: 03/09/2019 a 31/12/2019
ASSINATURAS: Pelo Município de Taipu/RN – Sr. Sebastião Ambrósio de Melo : Pela Empresa Luminoza Com. e Mat. Elétrico, Hidraúlico E Telefonia Eireli – Sr. Valdemário Pinheiro de Araújo - Representante

Publicado por:
Valério Sampaio Carneiro
Código Identificador:9D96AEE9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 007

CONTRATANTE: Município de Taipu/RN (CNPJ 08.114.753/-0001-30)
CONTRATADA: M2 ENGENHARIA EIRELI (CNPJ 19.119.769/0001-51)
OBJETO: Prorrogação do presente contrato de empreitada dos serviços de CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA DESCOBERTA, situada no Povoado de Morada Nova, Zona Rural deste Município de Taipu/RN, por mais três (03) meses, conforme justificativa acostada aos autos do processo de Tomada de Preços nº 002/16.
BASE LEGAL: Inciso II, do artigo 57, da Lei 8.666/93
VIGÊNCIA: 02/09/2019 a 02/12/2019
ASSINATURAS: Pelo Município de Taipu/RN – Sr. Sebastião Ambrósio de Melo – Prefeito Municipal e Pela empresa M2 Engenharia Eireli – Sr. José Mauricio de Menezes Neto.

Publicado por:
Valério Sampaio Carneiro
Código Identificador:FF67ABA6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 176/2019

Exonera por aposentadoria do servidor público efetivo

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAIPU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 87, incisos XXXVII, da Lei Orgânica Municipal de Taipu/RN.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA POR APOSENTADORIA, o Senhor **CRISTOVÃO ARAUJO DOS SANTOS,** CPF nº 200.756.424-68 da Função de Agente Administrativo V, Lotada na Secretaria de Municipal de Finanças e Planejamento deste Município.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos ao dia 01 de outubro de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Taipu/RN, 07 de outubro de 2019.

SEBASTIÃO AMBRÓSIO DE MELO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valério Sampaio Carneiro
Código Identificador:5690A54C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 177/2019

Exonera por aposentadoria do servidor público efetivo

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAIPU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 87, incisos XXXVII, da Lei Orgânica Municipal de Taipu/RN.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA POR APOSENTADORIA, o Senhor **PAULO BATISTA DE OLIVEIRA,** CPF nº 412.942.974-49 da Função de Tratorista V, Lotada na Secretaria de Municipal de Obras Urbanismo deste Município.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos ao dia 01 de outubro de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Taipu/RN, 07 de outubro de 2019.

SEBASTIÃO AMBRÓSIO DE MELO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valério Sampaio Carneiro
Código Identificador:1D52B79D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 178/2019

Exonera por aposentadoria da servidora público efetiva.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAIPU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 87, incisos XXXVII, da Lei Orgânica Municipal de Taipu/RN.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA POR APOSENTADORIA, a Senhora **MARIA GILMA DA SILVA,** CPF nº 455.031.504-06 da Função de Secretaria Escolar V, Lotada na Secretaria de Municipal de Educação e Cultura deste Município.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos ao dia 01 de outubro de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Taipu/RN, 07 de outubro de 2019.

SEBASTIÃO AMBRÓSIO DE MELO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valério Sampaio Carneiro
Código Identificador:4892AAB9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE ANANIAS

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2019-0002

Aos dois dias do mês de outubro de 2019, às 09:00 (nove) horas, reuniu-se a Comissão de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE ANANIAS, estando presentes os membros: LARYSSA RAQUEL DA COSTA ALVES - Presidente, PETRUCIO VIEIRA DE LIMA - Secretário, ANTONIO IRACILDO DE QUEIROZ - Membro, constituída pela Portaria Nº 002/2019 - GP - PMTA, para proceder o julgamento referente a habilitação do processo licitatório no 2/2019-0002, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE **Construção de 01 Escola Urbana 06 Salas de Aulas, com quadra coberta - Padrão FNDE,**no município de Tenente Ananias-RN, conforme modelo padrão FNDE e de acordo com o que consta no Projeto Técnico e com descrição constante nos Anexos do Edital. O trabalho iniciou-se com a comissão presente analisando a documentação de habilitação das empresas participantes, relativo à Tomada de Preços Nº 2/2019-0002.

Após a análise de toda documentação das licitantes participantes do presente certame, analisados pela equipe técnica da Prefeitura Municipal de Tenente Ananias-RN (Engenheiro), a CPL passou a conferência das documentações referentes à habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, Trabalhista e econômico-financeira. Após análise, a CPL constatou o seguinte:

EMPRESAS:

1 – Empresa: **A CASA CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS EIRELI**
CNPJ: 20.256.412/0001-02
- Análise Técnica: Atendeu a todas as exigências de qualificação técnica
- Análise da CPL: Não atendeu conforme abaixo:
7.1.2.3. Prova da regularidade quanto aos tributos e contribuições federais administrados pela Receita Federal, incluindo créditos previdenciários, e quanto a Dívida Ativa da União, mediante a Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda, **juntamente com as certidões de regularidade das pessoas físicas e jurídicas junto à justiça federal;**
- Conclusão: empresa **INABILITADA**

2 – Empresa: **SERRA DO LIMA EMPREENDIMENTOS LTDA – ME**
CNPJ: 13.721.826/0001-91
- Análise Técnica: Atendeu a todas as exigências de qualificação técnica
- Análise da CPL: Não atendeu conforme abaixo:
7.1.2.3. Prova da regularidade quanto aos tributos e contribuições federais administrados pela Receita Federal, incluindo créditos previdenciários, e quanto a Dívida Ativa da União, mediante a Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda, **juntamente com as certidões de regularidade das pessoas físicas e jurídicas junto à justiça federal;**
7.1.4.3.1. Sendo escolhida a opção de garantia através de caução em dinheiro, a empresa licitante deverá: AGÊNCIA 1013-8 CONTA CORRENTE: 6.228-6 (DEPOSITO EM DINHEIRO DEVIDAMENTE IDENTIFICADO), **caso seja outra modalidade de caução prevista em Lei a mesma deverá ser entregue a secretaria de finanças do município até o terceiro dia útil que anteceder a entrega dos envelopes de habilitação e proposta para emissão do comprovante que será incluído no envelope de habilitação, sob pena de inabilitação.**
- Conclusão: empresa **INABILITADA**
3 – Empresa:**ECOLÓGICACONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**
CNPJ: 26.678.180/0001-59
- Análise Técnica: Atendeu a todas as exigências de qualificação técnica
- Análise da CPL: Atendeu a todos os requisitos do Edital
- Conclusão: empresa **HABILITADA**

4 – Empresa: **CRV CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA**

CNPJ: 07.609.311/0001-00
- Análise Técnica: Atendeu a todas as exigências de qualificação técnica
- Análise da CPL: Não atendeu conforme abaixo:
7.1.2.3. Prova da regularidade quanto aos tributos e contribuições federais administrados pela Receita Federal, incluindo créditos previdenciários, e quanto a Dívida Ativa da União, mediante a Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda, **juntamente com as certidões de regularidade das pessoas físicas e jurídicas junto à justiça federal;**
- Conclusão: empresa **INABILITADA**

5 – Empresa: **T L M EMPREENDIMENTOS E CONST. CIVIL EIRELI**
CNPJ: 33.227.320/0001-38
- Análise Técnica: Atendeu a todas as exigências de qualificação técnica
- Análise da CPL: Não atendeu conforme abaixo:
7.1.2.3. Prova da regularidade quanto aos tributos e contribuições federais administrados pela Receita Federal, incluindo créditos previdenciários, e quanto a Dívida Ativa da União, mediante a Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda, **juntamente com as certidões de regularidade das pessoas físicas e jurídicas junto à justiça federal;**
7.1.4.3.1. Sendo escolhida a opção de garantia através de caução em dinheiro, a empresa licitante deverá: AGÊNCIA 1013-8 CONTA CORRENTE: 6.228-6 (DEPOSITO EM DINHEIRO DEVIDAMENTE IDENTIFICADO), **caso seja outra modalidade de caução prevista em Lei a mesma deverá ser entregue a secretaria de finanças do município até o terceiro dia útil que anteceder a entrega dos envelopes de habilitação e proposta para emissão do comprovante que será incluído no envelope de habilitação, sob pena de inabilitação.**
Atestado apresentado pela empresa, é o mesmo responsável técnico da empresa CONSTRUMAIS – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – ME (BÁRBARA DANTAS FERNANDES)
- Conclusão: empresa **INABILITADA**

6 – Empresa: **CONSTRUMAIS – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – ME**
CNPJ: 22.924.281/000101
- Análise Técnica: Atendeu a todas as exigências de qualificação técnica
- Análise da CPL: Não atendeu conforme abaixo:
7.1.2.3. Prova da regularidade quanto aos tributos e contribuições federais administrados pela Receita Federal, incluindo créditos previdenciários, e quanto a Dívida Ativa da União, mediante a Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda, **juntamente com as certidões de regularidade das pessoas físicas e jurídicas junto à justiça federal;**
Atestado apresentado pela empresa, é o mesmo responsável técnico da empresa T L M EMPREENDIMENTOS E CONST. CIVIL EIRELI (BÁRBARA DANTAS FERNANDES)

- Conclusão: empresa **INABILITADA**

7 – Empresa: **GRIFE DECORE ARQUITETURA & ENGENHARIA EIRELI – ME**
CNPJ: 10.480.822/0001-70
- Análise Técnica: Atendeu a todas as exigências de qualificação técnica
- Análise da CPL: Não atendeu conforme abaixo:
7.1.2.3. Prova da regularidade quanto aos tributos e contribuições federais administrados pela Receita Federal, incluindo créditos previdenciários, e quanto a Dívida Ativa da União, mediante a Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda, **juntamente com as certidões de regularidade das pessoas físicas e jurídicas junto à justiça federal;**
- Conclusão: empresa **INABILITADA**

8 – Empresa: **SOARES CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA – EPP**
CNPJ: 13.518.835/0001-80
- Análise Técnica: Atendeu a todas as exigências de qualificação técnica
- Análise da CPL: Não atendeu conforme abaixo:
7.1.2.3. Prova da regularidade quanto aos tributos e contribuições federais administrados pela Receita Federal, incluindo créditos previdenciários, e quanto a Dívida Ativa da União, mediante a Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda, **juntamente com as certidões de regularidade das pessoas físicas e jurídicas junto à justiça federal;**
- Conclusão: empresa **INABILITADA**

9 – Empresa: **VINICIUS LOURENÇO MONTEIRO LIMA – ME**
CNPJ: 32.079.408/0001-97
- Análise Técnica: Atendeu a todas as exigências de qualificação técnica
- Análise da CPL: Não atendeu conforme abaixo:
7.1.2.3. Prova da regularidade quanto aos tributos e contribuições federais administrados pela Receita Federal, incluindo créditos previdenciários, e quanto a Dívida Ativa da União, mediante a Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda, **juntamente com as certidões de regularidade das pessoas físicas e jurídicas junto à justiça federal;**
- Conclusão: empresa **INABILITADA**

10 – Empresa: **ATR VIANACONSTRUTORA LTDA**
CNPJ: 30.610.589/0001-00
- Análise Técnica: Atendeu a todas as exigências de qualificação técnica
- Análise da CPL: Atendeu a todos os requisitos do Edital
- Conclusão: empresa **HABILITADA**

11 – Empresa: **EMPREENDIMENTOS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DA CONSTRUÇÃO LTDA**
CNPJ: 07.275.651/0001-33
- Análise Técnica: Atendeu a todas as exigências de qualificação técnica
- Análise da CPL: Não atendeu conforme abaixo:

7.1.2.3. Prova da regularidade quanto aos tributos e contribuições federais administrados pela Receita Federal, incluindo créditos previdenciários, e quanto a Dívida Ativa da União, mediante a Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda, **juntamente com as certidões de regularidade das pessoas físicas e jurídicas junto à justiça federal;**
7.1.4.3.1. Sendo escolhida a opção de garantia através de caução em dinheiro, a empresa licitante deverá: AGÊNCIA 1013-8 CONTA CORRENTE: 6.228-6 (DEPOSITO EM DINHEIRO DEVIDAMENTE IDENTIFICADO), **caso seja outra modalidade de caução prevista em Lei a mesma deverá ser entregue a secretaria de finanças do município até o terceiro dia útil que anteceder a entrega dos envelopes de habilitação e proposta para emissão do comprovante que será incluído no envelope de habilitação, sob pena de inabilitação.**
OBS: TODAS AS DECLARAÇÕES EMITIDA PELA REFERIDA EMPRESA ACIMA, ESTÃO COM O NÚMERO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2019, SENDO QUE O NÚMERO CORRETO É TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2019-0002
- Conclusão: empresa **INABILITADA**

12 – Empresa: J. R. MUNIZ ENGENHARIA EIRELI
CNPJ: 26.951.460/0001-99
- Análise Técnica: Atendeu a todas as exigências de qualificação técnica
- Análise da CPL: Não atendeu conforme abaixo:

7.1.2.3. Prova da regularidade quanto aos tributos e contribuições federais administrados pela Receita Federal, incluindo créditos previdenciários, e quanto a Dívida Ativa da União, mediante a

Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda, **juntamente com as certidões de regularidade das pessoas físicas e jurídicas junto à justiça federal;**
7.1.4.3.1. Sendo escolhida a opção de garantia através de caução em dinheiro, a empresa licitante deverá: AGÊNCIA 1013-8 CONTA CORRENTE: 6.228-6 (DEPOSITO EM DINHEIRO DEVIDAMENTE IDENTIFICADO), **caso seja outra modalidade de caução prevista em Lei a mesma deverá ser entregue a secretaria de finanças do município até o terceiro dia útil que anteceder a entrega dos envelopes de habilitação e proposta para emissão do comprovante que será incluído no envelope de habilitação, sob pena de inabilitação.**
- Conclusão: empresa **INABILITADA**

13 – Empresa: **SETE CONSTRUÇÕES EIRELI**
CNPJ: 24.372.340/0001-01
- Análise Técnica: Atendeu a todas as exigências de qualificação técnica
- Análise da CPL: Atendeu a todos os requisitos do Edital
- Conclusão: empresa **HABILITADA**

14 – Empresa: **F F J CONSTRUTORA LTDA**
CNPJ: 19.369.906/0001-06
- Análise Técnica: Atendeu a todas as exigências de qualificação técnica
- Análise da CPL: Não atendeu conforme abaixo:

7.1.2.3. Prova da regularidade quanto aos tributos e contribuições federais administrados pela Receita Federal, incluindo créditos previdenciários, e quanto a Dívida Ativa da União, mediante a Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda, **juntamente com as certidões de regularidade das pessoas físicas e jurídicas junto à justiça federal;**
- Conclusão: empresa **INABILITADA**

15 – Empresa: **ÂNGULO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-ME**
CNPJ: 23.011.656/0001-05
- Análise Técnica: Atendeu a todas as exigências de qualificação técnica
- Análise da CPL: Não atendeu conforme abaixo:

7.1.2.3. Prova da regularidade quanto aos tributos e contribuições federais administrados pela Receita Federal, incluindo créditos previdenciários, e quanto a Dívida Ativa da União, mediante a Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda, **juntamente com as certidões de regularidade das pessoas físicas e jurídicas junto à justiça federal;**
- Conclusão: empresa **INABILITADA**

16 – Empresa: **LEONARDO VALENTIM DE FIGUEIREDO – EIRELI**
CNPJ: 29.262.608/0001-76
- Análise Técnica: Atendeu a todas as exigências de qualificação técnica
- Análise da CPL: Não atendeu conforme abaixo:

7.1.2.3. Prova da regularidade quanto aos tributos e contribuições federais administrados pela Receita Federal, incluindo créditos previdenciários, e quanto a Dívida Ativa da União, mediante a Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda, **juntamente com as certidões de regularidade das pessoas físicas e jurídicas junto à justiça federal;**
- Conclusão: empresa **INABILITADA**

17 – Empresa: **PACTUAL CONSTRUÇÕES LTDA**
CNPJ: 10.559.968/000106
- Análise Técnica: Atendeu a todas as exigências de qualificação técnica
- Análise da CPL: Não atendeu conforme abaixo:

7.1.2.3. Prova da regularidade quanto aos tributos e contribuições federais administrados pela Receita Federal, incluindo créditos previdenciários, e quanto a Dívida Ativa da União, mediante a Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda, **juntamente com as certidões de regularidade das pessoas físicas e jurídicas junto à justiça federal;**
7.1.4.3.1. Sendo escolhida a opção de garantia através de caução em dinheiro, a empresa licitante deverá: AGÊNCIA 1013-8 CONTA CORRENTE: 6.228-6 (DEPOSITO EM DINHEIRO DEVIDAMENTE IDENTIFICADO), **caso seja outra modalidade de caução prevista em Lei a mesma deverá ser entregue a secretaria de finanças do município até o terceiro dia útil que anteceder a entrega dos envelopes de habilitação e proposta para emissão do comprovante que será incluído no envelope de habilitação, sob pena de inabilitação.**
- Conclusão: empresa **INABILITADA**

18 - Empresa: **ARCO EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI**
CNPJ: 16.917.533/0001-72
- Análise Técnica: Atendeu a todas as exigências de qualificação técnica
- Análise da CPL: Não atendeu conforme abaixo:

7.1.2.3. Prova da regularidade quanto aos tributos e contribuições federais administrados pela Receita Federal, incluindo créditos previdenciários, e quanto a Dívida Ativa da União, mediante a Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda, **juntamente com as certidões de regularidade das pessoas físicas e jurídicas junto à justiça federal;**
- Conclusão: empresa **INABILITADA**
19 – Empresa: **NUNES – COMÉRCIO, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA ME**
CNPJ: 09.181.832/0001-26
- Análise Técnica: Atendeu a todas as exigências de qualificação técnica
- Análise da CPL: Não atendeu conforme abaixo:
7.1.2.3. Prova da regularidade quanto aos tributos e contribuições federais administrados pela Receita Federal, incluindo créditos previdenciários, e quanto a Dívida Ativa da União, mediante a Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda, **juntamente com as certidões de regularidade das pessoas físicas e jurídicas junto à justiça federal;**
- Conclusão: empresa **INABILITADA**

20 – Empresa: **C. L. CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA EPP**
CNPJ: 10.634.109/0001-34
7.1.2.3. Prova da regularidade quanto aos tributos e contribuições federais administrados pela Receita Federal, incluindo créditos previdenciários, e quanto a Dívida Ativa da União, mediante a Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda, **juntamente com as certidões de regularidade das pessoas físicas e jurídicas junto à justiça federal;**
- Conclusão: empresa **INABILITADA**

Abre-se o prazo recursal conforme determina o Art. 109, Inciso I, Alínea "a" da Lei 8.666/93 e alterações posteriores e, caso não haja interposição de recurso, fica desde já marcada a abertura do envelope de "Proposta de Preços" para o dia 21 de Outubro de 2019 às 14:00 horas, maiores informações disponível na Sala da CPL e será divulgado no Diário Eletrônico do Município - FEMURN e no site oficial www.tenenteananias.rn.gov.br (CIDADÃO, AVISOS DE LICITAÇÃO E EDITAIS).

LARYSSA RAQUEL DA COSTA ALVES
Presidente

Publicado por:
Aristóteles Barreto de Araujo Sarmento
Código Identificador:4548032D

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de TENENTE ANANIAS, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE ANANIAS por intermédio da Comissão de Licitação, torna público que às 13:00 horas do dia 30 de Outubro de 2019, fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 2/2019-0003, tipo menor preço, para **Construção de duas passagens molhadas no município de Tenente Ananias/RN. Conforme especificações constantes Projeto Básico que é parte integrante do Edital**, de acordo com o que determina a legislação vigente, a realizar-se na sala da Comissão de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE ANANIAS. O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores que lhe foram introduzidas. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico: www.tenenteananias.rn.gov.br.

TENENTE ANANIAS - RN, 08 de Outubro de 2019

LARYSSA RAQUEL DA COSTA ALVES
Comissão de Licitação
Presidente

Publicado por:
Aristóteles Barreto de Araujo Sarmento
Código Identificador:32D7E32E

GABINETE DA PREFEITA
LEI MUNICIPAL 233/ 2019

Lei Municipal no 233/2019.

Fixa Critérios para Homologação de Atestados Médicos e Odontológicos, no Âmbito do Serviço Público do Município de Tenente Ananias, Subsidia a Lei Municipal 068/2001 e dá outras providências.

A **Prefeita Municipal de Tenente Ananias**, estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e o disposto nos incisos I e II, do Art. 7o; inciso I, do Art. 15; no Art. 20; no inciso V, do Art. 38, da Lei Orgânica Municipal e nas disposições da Lei Municipal 068, de 28 de setembro de 2001 e as determinações do Conselho Federal de Medicina,
Faz saber que a **Câmara Municipal de Vereadores** aprovou e **ELA**, de conformidade com a disposição do inciso II, do Art. 39, da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte Lei.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1o Para atender as disposições dos Art's. 120, Parágrafo Único; 121, 122 e 123, da Seção III, do Capítulo V, da Lei Municipal 068, de 28 de setembro de 2001, a inspeção de atestados médicos ou odontológicos fornecidos aos Servidores Públicos do Município de Tenente Ananias/RN, será efetuada de acordo com as determinações da presente Lei.
§ 1o - A inspeção médica de que trata os artigos 120, 121,122 e 123, da Lei Municipal 068/2001, só terá validade mediante homologação da mesma mediante atestados apresentados, por Junta Médica Municipal.
§ **2o** - Para realização da homologação o procedimento se dará através de ordem de inspeção, devidamente autorizada e previamente agendada pela Coordenadoria de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.
§ 3o - O servidor será notificado de que deverá comparecer para inspeção médica em dia, hora, local e perante profissional designados, portando documento de identidade, conforme formulário constante do **Anexo Único** da presente Lei.
§ 4o - O servidor deverá comparecer à inspeção ou perícia médica para realizar avaliação, portando eventuais exames e receituários que embasaram o diagnóstico, visando à homologação do atestado, observado os prazos estabelecidos nesta Lei.
Art. 2o A inspeção médica para revisão/homologação do atestado será realizada em Unidade de Saúde do Município, atendidas as determinações do artigo anterior.
Art. 3o O atestado médico inicial recomendando o afastamento do próprio servidor deverá ser entregue à Administração Municipal com observância aos seguintes prazos:
I - para atestados de até 03 (três) dias, no 1o dia de retorno ao trabalho;
II - para atestados de mais de 03 (três) dias, até o terceiro dia útil do período de afastamento.
§ **1o** - Os atestados referidos no inciso I, do caput deverão ser entregues diretamente na Secretaria em que o Servidor estiver lotado, a qual o encaminhará, imediatamente, à Coordenadoria de Pessoal da Secretaria Municipal da Administração, para registro e acompanhamento e para elaboração dos atos relativos à concessão da licença para tratamento de saúde.
§ 2o - Os atestados referidos no inciso II, do caput, deverão ser entregues diretamente na Coordenadoria de Pessoal, a fim de que o Servidor seja encaminhado à inspeção e/ou perícia do Município.
§ 3o - Qualquer que seja o período de afastamento definido, o Servidor beneficiado deverá, em até 01 (um) dia depois da emissão do atestado, cientificar o seu afastamento à sua Chefia imediata, a qual informará, imediatamente, à Coordenadoria de Pessoal, da Secretaria Municipal da Administração.
§ 4o - Caso o servidor se encontre fora da localidade onde exerça as suas funções, deverá proceder na comunicação de que trata o § 3o, obedecendo os prazos referidos, utilizando-se dos meios disponíveis, tais como: mensagem eletrônica, através do endereço de e-mail: **pmtananias@yahoo.com.br**, podendo ser feita pelo próprio servidor ou por terceiro por ele autorizado, devendo, quando retornar, apresentar o atestado médico original.
§ 5o - No caso de internação hospitalar, a comunicação deverá ser feita até o segundo dia do início da intercorrência, podendo ser realizada a inspeção médica *in loco*.
§ 6o - Não serão aceitos atestados com efeito retroativo, exceto no caso de internação hospitalar expressamente definida no próprio atestado e observando-se o disposto no § 5o, deste artigo.
§ 7o - A Administração poderá buscar informações sobre o enquadramento de cada caso, podendo promover, em juízo sumário, o cancelamento do atestado.
Art. 4o As licenças por motivo de doença em pessoa da família, para tratamento de saúde ou Auxílio Doença e por motivo de acidente do trabalho, somente serão concedidas com base em atestado, subscrito por médico ou odontólogo, contendo, impresso ou aposto de forma legível, o número do CRM ou CRO respectivo.
§ 1o - Em se tratando de declaração emitida apenas para comprovar o comparecimento em clínica ou laboratório para realização de exames laboratoriais ou ambulatoriais, poderá ser subscrita por outro profissional da área da saúde, porém deverá ser emitida em papel timbrado do estabelecimento em que o exame foi realizado e terá validade para justificar e abonar a falta ao trabalho.
§ 2o - No caso do § 1o, se o exame for realizado no Município de Tenente Ananias, a declaração deverá conter o turno de comparecimento, considerando-se, neste caso, 1/2 (meio) dia de licença ou de abono de falta ao trabalho.
§ 3o - Caso seja realizado em outro município, será considerado como 01 (um) dia de licença ou de abono de falta ao trabalho, em razão da necessidade de deslocamento.
Art. 5o Para efeito de estatística e controle e, tendo em vista o interesse público envolvido, o atestado também deverá conter a indicação do CID (Código Internacional de Doenças), observando-se os termos definidos no Art. 5o, da Resolução/CFM no 1.685/2002, do Conselho Federal de Medicina.
§ 1o - Em se tratando de atestado ou declaração emitido para o fim de concessão de licença por motivo de doença em pessoa da família, será dispensada a indicação do CID.
§ 2o - A Administração Municipal garantirá o sigilo necessário, no que se refere à indicação do Código Internacional de Doenças, objetivando manter a privacidade das informações, devendo ser responsabilizado administrativamente o servidor que lhes der publicidade ou que utilizá-las para fim diverso do estabelecido na presente Lei.
Art. 6o Em se tratando de doença em pessoa da família, o atestado deverá conter justificativa quanto à necessidade da assistência direta

do servidor, ficando sujeito às mesmas normas de homologação e nos mesmos prazos previstos nesta Lei.
§ 1o - Para a hipótese prevista no caput, qualquer que seja o prazo definido para o afastamento do servidor, o atestado deverá ser entregue diretamente na Secretaria em que o mesmo estiver lotado, a qual o encaminhará, imediatamente, à Coordenadoria de Pessoal, da Secretaria Municipal da Administração, para registro e acompanhamento.
§ 2o - A Administração poderá buscar informações sobre o enquadramento de cada caso, podendo promover, em juízo sumário, o cancelamento da licença.
§ 3o - A recusa do familiar atendido em submeter-se a avaliação pela perícia médica oficial do Município, quando assim for requisitado, implicará no imediato cancelamento da licença.
Art. 7o O servidor que estiver em gozo de Licença para Tratamento de Saúde ou Auxílio Doença e por motivo de acidente do trabalho somente poderá retornar às suas atividades laborais antes do término do período de licença após submeter-se à perícia médica, com a apresentação de laudo contendo a autorização para o retorno antecipado.
Parágrafo Único. Durante o período em que perdurar a licença, entre aquelas definidas no caput, o servidor deverá ficar à disposição da Administração Municipal para eventual encaminhamento à inspeção médica.
Art. 8o A critério da Administração, no caso de reiteradas licenças para tratamento de saúde, ou de licenças por períodos prolongados, ainda que de forma intercalada, em razão de enfermidade apresentada pelo servidor, a homologação do atestado médico ficará condicionada à inspeção e perícia médica, conforme o caso, por junta médica designada, de acordo com o disposto na Lei Municipal 068/2001.
Art. 9o O formulário constante do **Anexo Único** é parte integrante desta Lei, devendo ser emitido e encaminhado pelo médico revisor designado diretamente à Coordenadoria de Pessoal.
Art. 10. A Administração Municipal poderá, com base na análise e compilação dos atestados recebidos, fornecer dados, informações e relatórios, desde que preservem a intimidade do paciente, para órgãos de fiscalização tributária e classista da atividade profissional, para o exercício de suas atribuições legais.
Art. 11. O não atendimento das disposições contidas na presente Lei importará em desconsideração do atestado médico apresentado, imputando-se falta não justificada ao trabalho e/ou suspensão disciplinar sem remuneração por 15 (quinze) dias, nos termos da legislação pertinente.
Art. 12. Fica acrescido ao Art. 121, da Lei Municipal 0688/2001, o Parágrafo Único, que passa a vigorar com a seguinte disposição:
Lei 0688/2001 ...
Art. 121 [...]
Parágrafo Único. Quando se tratar de ausência de até 3 (três) dias, esta será classificada como afastamento e poderá ser aceito atestado fornecido por médico clínico geral ou o especialista que identificou a moléstia que impede o servidor de executar plenamente suas atividades – desde que seja devidamente inspecionado e homologado por médico da rede municipal de saúde designado –, e informe com precisão:
[...]
Art. 13. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
` **Art. 14.** Revogam-se as disposições em contrário.

Pref. Mun. de Tenente Ananias/RN.
Gabinete da Prefeita, em 07 de outubro de 2019

LARISSA LISIANE DA CUNHA ROCHA JÁCOME
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Iran Pinto
Código Identificador:DD13EB29

GABINETE DA PREFEITA
LEI MUNICIPAL 234/2019

Lei Municipal No 234/2019.

Institui o Código de Ética dos Servi-dores Civis do Poder Executivo do Município de Tenente Ananias e dá outras providências.

A **Prefeita Municipal de Tenente Ananias**, estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e o disposto nos incisos I e II, do Art. 7o; inciso I, do Art. 15; no Art. 20; no inciso V, do Art. 38, da Lei Orgânica Municipal e nas disposições da Lei Municipal 068, de 28 de setembro de 2001,

Faz saber que a **Câmara Municipal de Vereadores** aprovou e **ELA**, de conformidade com a disposição do inciso II, do Art. 39, da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte Lei.

CAPÍTULO I

Seção I
Dos Princípios Fundamentais

Art. 1o São princípios fundamentais a serem observados pelos servidores públicos civis do Poder Executivo, abrangidos por este código:
I - interesse público: os servidores públicos devem tomar suas decisões considerando sempre o interesse público, não devendo fazê-lo para obter qualquer favorecimento para si ou para outrem;
II - integridade: os servidores públicos devem agir conscientemente e em conformidade com os princípios e valores estabelecidos neste código e na legislação aplicável, sempre defendendo o bem comum;
III - imparcialidade: os servidores públicos devem se abster de tomar partido em suas atividades de trabalho, desempenhando suas funções de forma imparcial e profissional;
IV - transparência: as ações e decisões dos agentes públicos devem ser transparentes, justificadas e razoáveis;
V - honestidade: o servidor é corresponsável pela credibilidade do serviço público, devendo agir sempre com retidão e probidade, inspirando segurança e confiança na palavra empenhada e nos compromissos assumidos;
VI - responsabilidade: o servidor público é responsável por suas ações e decisões perante seus superiores, sociedade e entidades que exercem alguma forma de controle, aos quais deve prestar contas, conforme dispuser lei ou regulamento;

VII - respeito: os servidores públicos devem observar as legislações, federal, estadual e municipal, bem como os tratados internacionais aplicáveis, devendo tratar os usuários dos serviços públicos com urbanidade, disponibilidade, atenção e igualdade, sem qualquer distinção de credo, raça, posição econômica ou social;
VIII - competência: o servidor público deve buscar a excelência no exercício de suas atividades, mantendo-se atualizado quanto aos conhecimentos e informações necessários, de forma a obter os resultados esperados pela sociedade.

Seção II
Dos Deveres do Servidor Público

Art. 2o Sem prejuízo das previsões elencadas no Art. 181 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos do Município, é dever do servidor público, Lei 068/2001:
I - agir com honestidade e integridade no trato dos interesses do Município;
II - exercer, com zelo e dedicação, as atribuições do cargo ou função;
III - tratar com cortesia, urbanidade e atenção os demais servidores públicos e os usuários do serviço público;
IV - ser assíduo e pontual no serviço;
V - guardar sigilo sobre os assuntos do órgão;
VI - ser leal às instituições constitucionais e administrativas a que servir;
VII - observar as normas legais e regulamentares;
VIII - fornecer, quando requerido e autorizado por lei, informações precisas e corretas;
IX - respeitar à hierarquia, porém, sem temor de representar contra qualquer superior que atente contra este Código, lei ou regulamento;
X - levar ao conhecimento da autoridade as irregularidades de que tiver ciência, em razão do cargo ou função;

XI - utilizar os recursos do Município para atender ao interesse público, respeitando as leis e regulamentos pertinentes;
XII - manter conduta compatível com a moralidade pública e com este Código de Ética, de forma a valorizar a imagem e a reputação do serviço público;
XIII - informar sobre qualquer conflito de interesse, real ou aparente, relacionado com seu cargo, emprego ou função e tomar medidas para evitá-los;
XIV - ser preciso, objetivo e claro em suas manifestações verbais, escritas ou por qualquer outro meio.
§ 1o - Suas manifestações devem representar o seu entendimento da questão, e não atender a interesses de superiores, fornecedores, usuários ou outra parte interessada.
§ 2o - O mesmo se aplica à emissão de documentos, certidões, atestados ou equivalentes e a registros contábeis, financeiros ou administrativos;
XV - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder de que tenha tomado conhecimento, indicando elementos de prova, para efeito de apuração em processo apropriado;
XVI - quando em missão ao exterior ou simplesmente fora das estruturas da Prefeitura de Tenente Ananias, comportar-se de forma a reforçar a reputação do Município, Estado e do Brasil;
XVII - respeitar a outros códigos de ética aplicáveis, em razão de classe, associação ou profissão.
Art. 3o É dever, ainda, do servidor, diante de qualquer situação, verificar se há

conflito com os princípios e diretrizes deste código, devendo questionar se:
I - seu ato viola lei ou regulamento;
II - seu ato é razoável e prioriza o interesse público;
III - se sentiria bem, caso sua conduta fosse tornada pública.
Parágrafo Único. Em caso de dúvida, o servidor deverá consultar a Comissão de Ética.

Seção III
Das Vedações

Art. 4o Sem prejuízo das previsões elencadas no Art. 182 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos do Município, ao servidor público é vedado:
I - pleitear, sugerir ou aceitar qualquer tipo de ajuda financeira, presente, gratificação, prêmio, comissão, empréstimo pessoal ou vantagem de qualquer espécie, para si ou para outrem, para influenciar ou deixar de fazer algo no exercício de seu cargo, emprego ou função pública;
II - utilizar pessoal ou recursos materiais do Município em serviços ou atividades particulares;
III - referir-se, de modo depreciativo ou desrespeitoso, a outros servidores públicos, a autoridades públicas ou a atos do poder público, admitindo-se a crítica em trabalho assinado;
IV - manter sob sua chefia imediata cônjuge, companheira ou parente até o segundo grau civil;
V - opor resistência injustificada ao andamento de documentos ou processos, ou à realização de serviços;
VI - retirar, sem prévia e expressa anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto do local de trabalho;
VII - atuar como procurador ou intermediário junto a órgãos públicos municipais, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais e percepção de remuneração ou proventos de cônjuge, companheiro e parentes até terceiro grau civil;
VIII - dar causa a sindicância ou processo administrativo disciplinar, imputando a qualquer servidor público infração de que o sabe inocente;
IX - praticar o comércio de bens ou serviços no local de trabalho, ainda que fora do horário normal do expediente;
X - participar na qualidade de proprietário, sócio ou administrador, de empresa fornecedora de bens e serviços, executora de obras ou que realize qualquer modalidade de contrato, de ajuste ou compromisso com o Município;
XI - falsificar, alterar, deturpar, extraviar, sonegar ou inutilizar livro oficial ou documento, ou usá-los sabendo-os falsificados;
XII - retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal;
XIII - facilitar a prática de crime contra a Fazenda Pública Municipal;
XIV - utilizar informação, prestígio ou influência obtidas em função do cargo, para lograr, direta ou indiretamente, ganho, benefício ou vantagem, para si ou para outrem;
XV - exercer quaisquer atividades antiéticas ou incompatíveis com o exercício do cargo, emprego ou função, ou ainda com o horário de trabalho.

CAPÍTULO II
CONDUTA PESSOAL
Seção I
Utilização de Recursos Públicos

Art. 5o Os servidores públicos têm o dever de proteger e conservar os recursos públicos e não poderão usar esses recursos, nem permitir o seu uso, a não ser para os fins autorizados em lei ou regulamento.
Art. 6o São considerados recursos públicos, para efeito deste Código:
I - recursos financeiros;
II - qualquer forma de bens móveis ou imóveis dos quais o Município seja proprietário, arrendador ou tenha outro tipo de participação proprietária;
III - qualquer direito ou outro interesse intangível que seja comprado com recursos do Município, incluindo os serviços de pessoal contratado;
IV - suprimentos de escritório, telefones e outros equipamentos e serviços de telecomunicações, correspondências do Governo Municipal, capacidades automatizadas de processamento de dados, instalações de impressão e reprodução, registros do Governo e veículos do Governo;
V - tempo oficial, que é o tempo compreendido dentro do horário de expediente que o servidor está obrigado a cumprir;
Art. 7o A utilização de recursos públicos para fins particulares, como atividades sociais ou culturais, reuniões de empregados e outras, deve limitar-se àquela autorizada em lei.

Seção II
Conflito de Interesses

Art. 8o Ocorre conflito de interesses quando o interesse particular, seja financeiro, seja pessoal, entra em conflito com os deveres e atribuições do servidor em seu cargo, emprego ou função.
§ 1o - Considera-se conflito de interesses qualquer oportunidade de ganho que possa ser obtido por meio, ou em consequência das atividades desempenhadas pelo servidor em seu cargo, emprego ou função, em benefício:
I - do próprio servidor;
II - de parente até o segundo grau civil;
III - de terceiros com os quais o servidor mantenha relação de sociedade;
IV - de organização da qual o servidor seja sócio, diretor, administrador preposto ou responsável técnico.
§ 2o - Os servidores públicos têm o dever de declarar qualquer interesse privado relacionado com suas funções públicas e de tomar as medidas necessárias para resolver quaisquer conflitos, de forma a proteger o interesse público.
Art. 9o São fontes potenciais de conflitos de interesse financeiro e devem ser informadas:
I - propriedades imobiliárias;
II - participações acionárias;
III - participação societária ou direção de empresas;
IV - presentes, viagens e hospedagem patrocinadas;
V - dívidas;
VI - outros investimentos, ativos, passivos e fontes substanciais de renda.
Art. 10. São fontes potenciais de conflitos de interesse pessoal:
I - relações com organizações esportivas;
II - relações com organizações culturais;
III - relações com organizações sociais;
IV - relações familiares;
V - outras relações de ordem pessoal.

Parágrafo Único. Relacionamentos de ordem profissional que possam ser interpretados como favorecimento de uma das fontes acima, mesmo que apenas aparentem conflito de interesses, devem ser evitados. É facultativa, nesses casos, a consulta à respectiva comissão de ética.

Seção III
Presentes

Art. 11. Nenhum servidor deve, direta ou indiretamente, pleitear, sugerir ou aceitar presentes:
I - de uma fonte proibida;
II - em decorrência do cargo, emprego ou função ocupados.
§ 1o - Entende-se como presente qualquer bem ou serviço dado gratuitamente, assim como ajuda financeira, empréstimo, gratificação, prêmio, comissão, promessa de emprego ou favor.
§ 2o - Excetuam-se do disposto neste artigo os prêmios concedidos em eventos oficiais.
§ 3o - Os presentes que, por razões econômicas ou diplomáticas, não possam ser devolvidos, deverão ser incorporados ao patrimônio do órgão.
§ 5o - Considera-se fonte proibida qualquer pessoa, física ou jurídica, que:
I - tenha contrato ou pretenda celebrar contrato com o Município;
II - esteja sujeita à fiscalização ou à regulação pelo órgão em que o servidor atua;
III - tenha interesses que possam ser afetados pelo desempenho ou não das atribuições do servidor.

Seção IV
Outro Emprego ou Trabalho

Art. 12. Excetuando-se as proibições legais e regulamentares, é permitido ao servidor ter outro emprego ou trabalho que não conflite com as atribuições ou com o expediente de trabalho de seu cargo, emprego ou função no Município de Tenente Ananias.
Parágrafo Único. O servidor público deve se atentar ao que determina a Lei Orgânica do Município, bem como o Estatuto dos Servidores Públicos, Lei Municipal no 068/2001, restando a presente Lei o caráter subsidiário às regras lá instituídas.

CAPÍTULO III
GESTÃO DA ÉTICA

Seção I
Do Conselho Superior de Ética Pública

Art. 13 Fica criado o Conselho Superior de Ética Pública do Município de Tenente Ananias, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, competindo-lhe:
I - revisar as normas que dispõem sobre conduta ética na Administração Pública Municipal;
II - elaborar e propor a instituição do Código de Conduta das Autoridades, no âmbito do Poder Executivo Municipal;
III - expedir resoluções que detalhem e/ou esclareçam pontos previstos no Código de Ética;
Art. 14. Instituído o Código de Conduta a que se refere o artigo anterior, competirá ao Conselho Superior de Ética Pública:
I - subsidiar o Prefeito e os Secretários Municipais na tomada de decisão concernente a atos de autoridade que possam implicar descumprimento das normas do Código de Conduta;
II - valer-se da Ouvidoria Municipal para receber denúncias sobre atos de autoridade praticados em contrariedade às normas do Código de Conduta, verificando se tal repartição procedeu à apuração de sua veracidade, desde que devidamente instruídas e fundamentadas, inclusive com a identificação do denunciante, quando possível;
III - Valer-se da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do Art. 204, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município, para o processamento de situações em que couber a instauração de processos administrativos dos quais possam decorrer as sanções elencadas no Art. 182, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município.
IV - determinar a realização de diligências, fiscalizações e controles diversos que julgar convenientes;
V - ouvir o denunciante, quando necessário;
VI - comunicar ao denunciante, quando terminado o procedimento, as providências adotadas;
VII - submeter ao Prefeito sugestões de aprimoramento do Código de Conduta;
VIII - dirimir dúvidas a respeito da interpretação das normas do Código de Conduta e deliberar sobre os casos omissos;
IX - dar ampla divulgação ao Código de Conduta;
X - orientar e aconselhar as comissões de ética dos órgãos e entidades;
XI - emitir resoluções, para detalhar ou esclarecer pontos do Código de Ética;
XII - elaborar e aprovar o regimento padrão das comissões de ética;
XIII - publicar anualmente relatório de gestão da ética;
XIV - elaborar o seu regimento interno.
Art. 15. O Conselho de Ética será composto por 05 (cinco) membros, sendo presidido pelo Chefe do Poder Executivo e os demais membros por ele escolhidos e designados, entre brasileiros natos ou naturalizados, de idoneidade moral, reputação ilibada e dotados de notórios conhecimentos da Administração Pública.
§ 1o - A composição a que se refere o caput será tripartite paritária, sendo composta por dois membros preferencialmente efetivos do Seguimento Público, dois membros do setor empreendedor e dois membros da Sociedade Civil Organizada.
§ 2o - De todos os membros acima explicitados, deverão ser empossados seus respectivos suplentes, cujo mandato vigorará em concomitância ao mandato do seu titular.
§ 3o - A atuação no âmbito do Conselho de Ética não enseja qualquer remuneração para seus membros e os trabalhos nele desenvolvidos são considerados prestação de relevante serviço público.
§ 4o - Cabe à Prefeita de Tenente Ananias, designar o Presidente, com mandato de até dois anos, para o Conselho de Ética.
§ 5o - Os membros do Conselho de Ética, bem como os seus suplentes, cumprirão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos.
§ 6o - O Presidente votará somente em casos de empate nas deliberações do Conselho de Ética.
§ 7o - A Chefe do Poder Executivo Municipal poderá designar, por Portaria, subs-
tituto legal para o exercício da Presidência do Conselho, observando-se sempre a composição mínima estabelecida no *caput* deste artigo.

Seção II
Das Censuras

Art. 18. A transgressão aos princípios e às normas contidas neste Código, sem prejuízo das sanções e regras elencadas pela Lei Municipal no 068/2001, que serão processadas de forma autônoma e apartada a depender da matéria apurada, constituirá infração ética suscetível, conforme a natureza do ato e as circunstâncias de cada caso, às seguintes censuras:
I - censura privada;
II - censura pública.
§ 1o - A imposição das censuras obedecerá à gradação deste artigo, salvo no caso de manifesta gravidade ou reincidência.
§ 2o - Na fixação da censura, serão considerados os antecedentes do denunciado, as circunstâncias de fato e as consequências do ato praticado ou conduta adotada.
§ 3o - A censura privada poderá conter determinação de fazer, não fazer, alterar, modificar ou se retratar do fato ou conduta praticados, por meios e instrumentos considerados eficazes para atingir os objetivos pretendidos.
§ 4o - A aplicação de censura pública deverá ser levada ao conhecimento geral por meio de publicação do Diário Oficial do Município, de ordem da Chefe do Poder Executivo, identificando claramente o objetivo, o nome do censurado, o órgão ou entidade de lotação do servidor e o motivo de aplicação da censura.
§ 5o - Qualquer censura, pública ou privada, deverá ser informada à unidade responsável pela gestão dos recursos humanos, para registro nos assentamentos funcionais, com implicações, quando previsto em lei ou regulamento, nos processos de promoção, bem como nos demais procedimentos próprios da carreira do servidor.
§ 6o - Contra todos os atos finalísticos praticados pelo Conselho Superior de Ética cabe recurso hierárquico à Chefe do Poder Executivo, no termos da Lei Municipal 068/2001, em um prazo não

superior a 15 (quinze) dias úteis contados da publicação do ato a ser impugnado.

Art. 19. Os procedimentos a serem adotados pela Comissão de Ética, para a apuração de fato ou ato que, em princípio, se apresente contrário à ética, em conformidade com este Código, terão o rito sumário, ouvidas apenas as partes interessadas, nos termos estabelecidos em regimento próprio, valendo-se subsidiariamente das regras elencadas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

§ 1o - Poderá a Comissão de Ética, dada a eventual gravidade da conduta do servidor ou sua reincidência, encaminhar a sua decisão e respectivo expediente para a Comissão Permanente de Processo Disciplinar da Prefeitura Municipal de Tenente Ananias, caso houver, e, cumulativamente, se for o caso, à entidade em que, por exercício profissional, o servidor público esteja inscrito, para as providências disciplinares cabíveis.

§ 2o - O retardamento dos procedimentos aqui prescritos implicará comprometimento ético da própria Comissão, cabendo à Comissão de Ética do órgão hierarquicamente superior o seu conhecimento e providências.

Seção III
Da denúncia

Art. 20. A denúncia, para efeito deste Código, compreende a formalização de informação na qual se alega uma transgressão ao Código de Ética por um servidor ou por servidores de um órgão ou entidade pública.

Parágrafo Único. Complementa a presente Lei, as regras instituídas para a criação e instituição da Ouvidoria Geral do Município, órgão vinculado à apuração e o processamento de denúncias geradas pelos canais de comunicação do município.

Art. 21. A denúncia, independente de onde tenha a mesma sido originada, em se tratando de faltas ou transgressões ao presente Código de Ética, deve ser encaminhada ao Conselho Superior de Ética Pública do Município, aos cuidados do seu presidente, dando-se conhecimento do fato à repartição ou pasta em que o denunciado atua, devendo a mesma conter:

I - nome(s) do(s) denunciante(s);
II - nome(s) do(s) denunciado(s);
III - prova ou indício de prova da transgressão alegada.

§ 1o - Recebida a denúncia, a mesma deverá ser encaminhada ao titular da pasta em que o Servidor fizer parte, procedendo tal chefia às providências iniciais para verificação da veracidade dos fatos, remetendo-se copias integrais das notícias do fato, devidamente acompanhadas de relatório preliminar, para o Conselho Superior de Ética Pública, em um prazo de até 02 (dois) dias úteis.

§ 2o - Os procedimentos tramitarão em sigilo, até seu término, só tendo acesso às informações as partes, seus defensores e a autoridade judiciária competente, valendo-se o Conselho, naquilo lhe que for oportuno, das regras elencadas na Lei Municipal no 068/2001.

Seção IV
Ficha limpa administrativa

Art. 22. Em cada órgão ou repartição do Poder Executivo Municipal, em que qualquer cidadão houver de tomar posse ou ser investido em função pública, independentemente do regime, deverá ser prestado, perante o Conselho Superior de Ética Pública do município de Tenente Ananias, um compromisso de acatamento e observância das regras estabelecidas por este Código de Ética.

Art. 23. Ficam impedidos de serem empossados em qualquer tipo de cargo vinculado ao Poder Executivo Municipal de Tenente Ananias, seja ele proveniente de mandato, contrato ou qualquer tipo de ato jurídico que repercuta em prestação de serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, os cidadãos que possuam qualquer tipo de condenação judicial de segunda instância ou colegiada de crimes contra a administração pública, improbidade administrativa ou qualquer outra infração que envolva lesão ou possível lesão à Administração Pública em geral, de todo e qualquer órgão judicial dos entes federativos pátrios.

Art. 24. Ficam igualmente impedidos de serem empossados em qualquer tipo de cargo vinculado ao Poder Executivo Municipal de Tenente Ananias, nos moldes elencados no Art. 23 acima, cidadãos que possuam condenação administrativa colegiada oriunda de todo e qualquer Tribunal de Contas dos Estados Federativos ou da União, desde que tais decisões colegiadas deliberem expressamente pelo reconhecimento de dolo do agente condenado por lesão ao erário ou por condutas que tenham gerado qualquer tipo de prejuízo dessa natureza.

§ 1o - Além dos requisitos impostos pelas legislações vigentes, o pretenso servidor público municipal que venha a ser empossado para os todos e quaisquer cargos ou funções do Poder Executivo Municipal de Tenente Ananias, deverá firmar o compromisso público declaratório, sob as penalidades da Lei, de que não possui condenações judiciais em segunda instância ou colegiadas, nem condenação de tribunais de contas, nos moldes definidos nos Art's. 23 e 24 desta Lei, respeitado o esgotamento de recursos em sede de condenação em segunda instância ou colegiada para incidência da proibição intitulada "Ficha Limpa Administrativa".

§ 2o - O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar essa seção através de mecanismos normativos internos, sempre visando a impossibilidade de se permitir a investidura em cargos públicos de cidadãos que tenham, eventualmente, as características aqui elencadas, não cabendo, em qualquer hipótese, a excepcionalidade dessa regra.

§ 3o - Até que advenha instrumento normativo próprio, todo o processamento da investidura e posse em cargos públicos do Município de Tenente Ananias, deverá contar com o parecer favorável do Conselho Superior de Ética Pública do Município de Tenente Ananias, em até 02 (dois) dias úteis, que conhecerá do assunto tão logo a repartição que represente o Recursos Humanos do município receba a documentação que importe a publicação de eventuais atos de posse e investidura em cargos públicos vinculados ao Poder Executivo Municipal de Tenente Ananias, atendo-se o Conselho somente à análise de eventuais condenações judiciais em Segunda Instância ou Colegiadas e condenações de Tribunais de Contas, nos moldes definidos nos Art's. 23 e 24 desta Lei, respeitado o esgotamento de recursos em sede de condenação em segunda instância ou colegiada para incidência de tal vedação intitulada "Ficha Limpa Administrativa".

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 24. Para fins de apuração de comprometimento ético, entende-se por servidor público todo aquele que, por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder municipal, ou qualquer setor onde prevaleça o interesse do Município.

Art. 25. Aplicam-se subsidiariamente à presente Lei todas as regras elencadas junto à Lei Orgânica do Município de Tenente Ananias, bem como junto à Lei Municipal no 068/2001.

Art. 26. Esta Lei instituí o Código de Ética dos Servidores Civis do Poder Executivo do Município de Tenente Ananias/RN e entrará em vigor após a sua publicação.

Art. 27. Revogam-se as disposições em contrário.

Pref. Mun. de Tenente Ananias/RN.

Gabinete da Prefeita, em 07 de outubro de 2019.

LARISSA LISIANE DA CUNHA ROCHA JÁCOME
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Iran Pinto
Código Identificador:D2466FD1

GABINETE DA PREFEITA
LEI MUNICIPAL Nº 235/2019

Lei Municipal No 235/2019.

Regula o Processo Administrativo no Âmbito da Administração Pública Municipal e dá outras providências

A **Prefeita Municipal de Tenente Ananias**, estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e o disposto nos incisos I e II, do Art. 7o; inciso I, do Art. 15; no Art. 20; no inciso V, do Art. 38, da Lei Orgânica Municipal; nas disposições da Lei Municipal 068, de 28 de setembro de 2001 e na Lei Federal 9.784, de 29 de janeiro de 1999,

Faz saber que a **Câmara Municipal de Vereadores** aprovou e **ELA**, de conformidade com a disposição do inciso II, do Art. 39, da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte Lei.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1o A presente Lei estabelece normas básicas sobre o Processo Administrativo no âmbito da Administração Municipal direta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração.
§ 1o - Os preceitos desta Lei também se aplicam ao Poder Legislativo, quando no desempenho de função administrativa.
§ 2o - Para os fins desta Lei, consideram-se:
I - órgão: a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta;
II - entidade: a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica;
III - autoridade: o servidor ou agente público dotado de poder de decisão.
Art. 2o A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.
Parágrafo Único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:
I - atuação conforme a lei e o Direito;
II - atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de po-deres ou competências, salvo autorização em lei;
III - objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;
IV - atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;
V - divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo
previstas na Constituição;
VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;
VII - indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão;
VIII - observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados;
IX - adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados;
X - garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio;
XI - proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei;
XII - impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados;
XIII - interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.

CAPÍTULO II
DOS DIREITOS DOS ADMINISTRADOS

Art. 3o O administrado tem os seguintes direitos perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados:
I - ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações;
II - ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos, mediante reposição de custos e conhecer as decisões proferidas;
III - formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente;
IV - fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.

CAPÍTULO III
DOS DEVERES DO ADMINISTRADO

Art. 4o São deveres do administrado perante a Administração, sem prejuízo de outros previstos na Lei Municipal 068/2001 ou outro ato normativo:
I - expor os fatos conforme a verdade;
II - proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé;
III - não agir de modo temerário;
IV - prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

CAPÍTULO IV
DO PROCESSO

Art. 5o O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interes-
sado.
Art. 6o O requerimento inicial do interessado, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito e conter os seguintes dados:
I - órgão ou autoridade administrativa a que se dirige;
II - identificação do interessado ou de quem o represente;
III - domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações;
IV - formulação do pedido, com exposição dos fatos e de seus fundamentos;
V - data e assinatura do requerente ou de seu representante.
Parágrafo Único. É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.
Art. 7o Os órgãos e entidades administrativas poderão elaborar modelos ou formulários padronizados para assuntos que importem pretensões equivalentes.
Art. 8o Quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, poderão ser formulados em um Único requerimento, salvo preceito legal em contrário.

CAPÍTULO V
DOS INTERESSADOS

Art. 9o São legitimados como interessados no processo administrativo:
I - pessoas físicas ou jurídicas que o iniciem como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação;
II - aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada;
III - as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos;
IV - as pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos.
Art. 10. São capazes, para fins de processo administrativo, os maiores de dezoito anos, ressalvada previsão especial em ato normativo próprio.

CAPÍTULO VI
DA COMPETÊNCIA

Art. 11. A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.
Art. 12. Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte de sua competência a outros órgãos e titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.
Parágrafo Único. O disposto no caput deste artigo aplica-se à delegação de competência dos órgãos colegiados aos respectivos presidentes.
Art. 13. Não podem ser objeto de delegação:
I - a edição de atos de caráter normativo;

II - a decisão de recursos administrativos;
III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.
Art. 14. O ato de delegação e sua revogação deverão ser publicados no meio ofi-
cial.
§ 1o - O ato de delegação especificará as matérias e poderes transferidos, os limites
da atuação do delegado, a duração e os objetivos da delegação e o recurso cabível, podendo conter ressalva de exercício da atribuição delegada.
§ 2o - O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.
§ 3o - As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.
Art. 15. Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.
Art. 16. Os órgãos e entidades administrativas divulgarão publicamente os locais das respectivas sedes e, quando conveniente, a unidade funcional competente em matéria de interesse especial.
Art. 17. Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo de-verá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.

CAPÍTULO VII
DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO

Art. 18. É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que:
I - tenha interesse direto ou indireto na matéria;
II - tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau;
III - esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.
Art. 19. A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar. Parágrafo Único. A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.
Art. 20. Pode ser arguida a suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.
Art. 21. O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo.

CAPÍTULO VIII
DA FORMA, TEMPO E LUGAR DOS ATOS DO PROCESSO

Art. 22. Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.
§ 1o - Os atos do processo devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável.
§ 2o - Salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.
§ 3o - A autenticação de documentos exigidos em cópia poderá ser feita pelo órgão administrativo.
§ 4o - O processo deverá ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas. **Art. 23.** Os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, no horário normal
de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo.
Parágrafo Único. Serão concluídos depois do horário normal os atos já iniciados,
cujo adiamento prejudique o curso regular do procedimento ou cause dano ao interessado
ou à Administração.
Art. 24. Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de cinco dias, salvo motivo de força maior.
Parágrafo Único. O prazo previsto neste artigo pode ser dilatado até o dobro, mediante comprovada justificação.
Art. 25. Os atos do processo devem realizar-se preferencialmente na sede do órgão, cientificando-se o interessado se outro for o local de realização.

CAPÍTULO IX
DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS

Art. 26. O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências.
§ 1o - A intimação deverá conter:
I - identificação do intimado e nome do órgão ou entidade administrativa;
II - finalidade da intimação;
III - data, hora e local em que deve comparecer;
IV - se o intimado deve comparecer pessoalmente, ou fazer-se representar;
V - informação da continuidade do processo independentemente do seu comparecimento;
VI - indicação dos fatos e fundamentos legais pertinentes.
§ 2o - A intimação observará a antecedência mínima de três dias úteis quanto à data de comparecimento.
§ 3o - A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama, correspondência eletrônica com posterior acostamento aos autos ou, outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.
§ 4o - No caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação oficial.
§ 5o - As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.
Art. 27. O desatendimento da intimação não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo administrado.
Parágrafo Único. No prosseguimento do processo, será garantido direito de ampla defesa ao interessado.
Art. 28. Devem ser objeto de intimação os atos do processo que resultem para o interessado em imposição de deveres, ônus, sanções ou restrição ao exercício de direitos e atividades e os atos de outra natureza, de seu interesse.

CAPÍTULO X
DA INSTRUÇÃO

Art. 29. As atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão realizam-se de ofício ou mediante impulsão do órgão responsável pelo processo, sem prejuízo do direito dos interessados de propor atuações probatórias.
§ 1o O órgão competente para a instrução fará constar dos autos os dados necessários à decisão do processo.
§ 2o - Os atos de instrução que exijam a atuação dos interessados devem realizar-
se do modo menos oneroso para estes.
Art. 30. São inadmissíveis no processo administrativo as provas obtidas por meios ilícitos.
Art. 31. Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada.
§ 1o - A abertura da consulta pública será objeto de divulgação pelos meios oficiais, a fim de que pessoas físicas ou jurídicas possam examinar os autos, fixando-se prazo para oferecimento de alegações escritas.
§ 2º - O comparecimento à consulta pública não confere, por si, a condição de interessado do processo, mas confere o direito de obter da Administração resposta fundamentada, que poderá ser comum a todas as alegações substancialmente iguais.
Art. 32. Antes da tomada de decisão, a juízo da autoridade, diante da relevância da questão, poderá ser realizada audiência pública para debates sobre a matéria do processo.
Art. 33. Os órgãos e entidades administrativas, em matéria relevante, poderão estabelecer outros meios de participação de administrados,

diretamente ou por meio de organizações e associações legalmente reconhecidas.
Art. 34. Os resultados da consulta e audiência pública e de outros meios de participação de administrados deverão ser apresentados com a indicação do procedimento adotado.
Art. 35. Quando necessária à instrução do processo, a audiência de outros órgãos ou entidades administrativas poderá ser realizada em reunião conjunta, com a participação de titulares ou representantes dos órgãos competentes, lavrando-se a respectiva ata, a ser juntada aos autos.
Art. 36. Cabe ao interessado a prova dos fatos que tenha alegado, sem prejuízo do dever atribuído ao órgão competente para a instrução e do disposto no Art. 37 desta Lei.
Art. 37. Quando o interessado declarar que fatos e dados estão registrados em documentos existentes na própria Administração responsável pelo processo ou em outro órgão administrativo, o órgão competente para a instrução proverá, de ofício, à obtenção dos documentos ou das respectivas cópias.
Art. 38. O interessado poderá, na fase instrutória e antes da tomada da decisão, juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo.
§ 1º - Os custos da produção de prova pericial serão suportados pelo interessado quando por ele requerida, mediante depósito prévio dos honorários do perito.
§ 2º - Os elementos probatórios deverão ser considerados na motivação do relatório e da decisão.
§ 3º - Somente poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.
Art. 39. Quando for necessária a prestação de informações ou a apresentação de provas pelos interessados ou terceiros, serão expedidas intimações para esse fim, mencionando-se data, prazo, forma e condições de atendimento.
Parágrafo Único. Não sendo atendida a intimação, poderá o órgão competente, se
entender relevante a matéria, suprir de ofício a omissão, não se eximindo de proferir a
decisão.
Art. 40. Quando dados, atuações ou documentos solicitados ao interessado forem
necessários à apreciação de pedido formulado, o não atendimento no prazo fixado pela Administração para a respectiva apresentação implicará arquivamento do processo.
Art. 41. Os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de três dias úteis, mencionando-se data, hora e local de realização.
Art. 42. Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.
§ 1º - Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo não terá seguimento até a respectiva apresentação, responsabilizando-se quem der causa ao atraso.
§ 2º - Se um parecer obrigatório e não vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo poderá ter prosseguimento e ser decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilidade de quem se omitiu no atendimento.
Art. 43. Quando por disposição de ato normativo devam ser previamente obtidos laudos técnicos de órgãos administrativos e estes não cumprirem o encargo no prazo assinalado, o órgão responsável pela instrução deverá solicitar laudo técnico de outro órgão dotado de qualificação e capacidade técnica equivalentes.
Art. 44. Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de dez dias, salvo se outro prazo for legalmente fixado.
Art. 45. Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motiva- damente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.
Art. 46. Os interessados têm direito à vista do processo e a obter certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos que o integram, mediante reposição de custos, no caso de cópias, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.
Art. 47. O órgão de instrução que não for competente para emitir a decisão final elaborará relatório indicando o pedido inicial, o conteúdo das fases do procedimento e formulará proposta de decisão, objetivamente justificada, encaminhando o processo à autoridade competente.

CAPÍTULO XI
DO DEVER DE DECIDIR

Art. 48. A Administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência.
Art. 49. Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.

CAPÍTULO XII
DA MOTIVAÇÃO

Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:
I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;
II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;
III - decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública;
IV - dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório;
V - decidam recursos administrativos;
VI - decorram de reexame de ofício;
VII - deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais;
VIII - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.
§ 1º - A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.
§ 2º - Na solução de vários assuntos da mesma natureza, pode ser utilizado meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões, desde que não prejudique direito ou garantia dos interessados.
§ 3º - A motivação das decisões de órgãos colegiados e comissões ou de decisões orais constará da respectiva ata ou de termo escrito.

CAPÍTULO XIII
DA DESISTÊNCIA E OUTROS CASOS DE EXTINÇÃO DO PROCESSO

Art. 51. O interessado poderá, mediante manifestação escrita, desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar a direitos disponíveis.
§ 1º - Havendo vários interessados, a desistência ou renúncia atinge somente quem a tenha formulado.
§ 2º - A desistência ou renúncia do interessado, conforme o caso, não prejudica o prosseguimento do processo, se a Administração considerar que o interesse público assim o exige.
Art. 52. O órgão competente poderá declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente.

CAPÍTULO XIV
DA ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CONVALIDAÇÃO

Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
Art. 54. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

CAPÍTULO XV
DO RECURSO ADMINISTRATIVO E DA REVISÃO

Art. 55. Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito.

§ 1o - O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.
§ 2o - Salvo exigência legal, a interposição de recurso administrativo independe de
caução.
Art. 56. O recurso administrativo tramitará no máximo por três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.
Art. 57. Têm legitimidade para interpor recurso administrativo:
I - os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo;
II - aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida;
III - as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos;
IV - os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos.
Art. 58. Salvo disposição legal específica, é de dez (10) dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.
§ 1o - Quando a lei não fixar prazo diferente, o recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de trinta dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.
§ 2o - O prazo mencionado no parágrafo anterior poderá ser prorrogado por igual período, ante justificativa explícita.
Art. 59. O recurso interpõe-se por meio de requerimento no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

Art. 60. Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.
Parágrafo Único. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.
Art. 61. Interposto o recurso, o órgão competente para dele conhecer deverá intimar os demais interessados para que, no prazo de cinco dias úteis, apresentem alegações.
Art. 62. O recurso não será conhecido quando interposto:
I - fora do prazo;
II - perante órgão incompetente;
III - por quem não seja legitimado;
IV - após exaurida a esfera administrativa.
§ 1o - Na hipótese do inciso II, será indicada ao recorrente a autoridade competente, sendo-lhe devolvido o prazo para recurso.
§ 2o - O não conhecimento do recurso não impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.
Art. 63. O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência.
Parágrafo Único. Se da aplicação do disposto neste artigo puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão.
Art. 64. Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.
Parágrafo Único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção.

CAPÍTULO XVI
DOS PRAZOS

Art. 65. Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, ex-
cluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.
§ 1o - Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.
§ 2o - Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.
§ 3o - Os prazos fixados em meses ou anos contam-se de data a data. Se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o último dia do mês.

Art. 66. Salvo motivo de força maior devidamente comprovado, os prazos processuais não se suspendem.

CAPÍTULO XVII
DAS SANÇÕES

Art. 67. As sanções, a serem aplicadas por autoridade competente, terão natureza pecuniária ou consistirão em obrigação de fazer ou de não fazer, assegurado sempre o direito de defesa.

CAPÍTULO XVIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 68. Os processos administrativos específicos continuarão a reger-se por lei própria, aplicando-se-lhes apenas subsidiariamente os preceitos desta Lei.
Art. 69. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 70. Revogam-se as disposições em contrário.

Pref. Mun. de Tenente Ananias/RN.
Gabinete da Prefeita, em 07 de outubro de 2019.

LARISSA LISIANE DA CUNHA ROCHA JÁCOME
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Iran Pinto
Código Identificador:BEA62BD3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA N° 216/2019 – GABINETE DA PREFEITA

Autoriza gozo de Licença Prêmio por Assiduidade de servidor que menciona e dá outras providencias.

A Prefeita do Município de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais e assegurado pelo Art. 111 da Lei 01/1997 do Regimento Jurídico Único dos Servidores do Município de Tenente Laurentino Cruz/RN,
CONSIDERANDO que a concessão da Licença Prêmio não onera o Município com a necessidade de contratação de outro profissional,
RESOLVE:

Art. 1º - Autoriza o (a) servidor (a) público (a) municipal o (a) Sr, (a) **REGIANE DIAS DE LIMA** conforme certificado pela Secretaria Municipal de Administração Informática e Recursos Humano deste município de Tenente Laurentino Cruz, pelo período subsequente de 03 (três) meses e que perdura, especificamente 08 de outubro de 2019 a 05 de janeiro de 2020, referente ao **3º (terceiro)** quinquênio.

Art. 2º. Encaminhe-se a presente portaria para ciência do (a) servidor (a) que menciona, sendo publicado no átrio desta Prefeitura e Diário Oficial vinculado.

Art. 3°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN Em 07 de outubro de 2019.

SUELEIDE DE MORAIS ARAÚJO
Prefeita Municipal
CPF nº 878.370.304-78

Publicado por:
Miqueias de Araújo Souza
Código Identificador:4067E1EF

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA N° 217/2019 – GABINETE DA PREFEITA

Autoriza gozo de Licença Prêmio por Assiduidade de servidor que menciona e dá outras providencias.

A Prefeita do Município de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais e assegurado pelo Art. 111 da Lei 01/1997 do Regimento Jurídico Único dos Servidores do Município de Tenente Laurentino Cruz/RN,

CONSIDERANDO que a concessão da Licença Prêmio não onera o Município com a necessidade de contratação de outro profissional,

RESOLVE:

Art. 1º - Autoriza o (a) servidor (a) público (a) municipal o (a) Sr, (a) **JOSEMÁRIO VILA DA COSTA** conforme certificado pela Secretaria Municipal de Administração Informática e Recursos Humano deste município de Tenente Laurentino Cruz, pelo período subsequente de 03 (três) meses e que perdura, especificamente 08 de outubro de 2019 a 05 de janeiro de 2020, referente ao **2º (segundo)** quinquênio.

Art. 2º. Encaminhe-se a presente portaria para ciência do (a) servidor (a) que menciona, sendo publicado no átrio desta Prefeitura e Diário Oficial vinculado.

Art. 3°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN Em 07 de outubro de 2019.

SUELEIDE DE MORAIS ARAÚJO
Prefeita Municipal
CPF nº 878.370.304-78

Publicado por:
Miqueias de Araújo Souza
Código Identificador:C4D41E41

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA N° 218/2019 – GABINETE DA PREFEITA

A Prefeita Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Capítulo IV – das férias, Artigo 118, inciso VI, da Lei 011/97.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o pedido de Férias regulamentares de 30 (trinta) dias consecutivos e terço de férias ao servidor **FRANCISCO ASSIS DE MORAIS ARAÚJO,** ocupante do cargo de Agente Administrativo, relativas ao período de 2018/2019, contados a partir do dia 08 de outubro de 2019, com término em 06 de novembro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz / RN Em 07 de outubro de 2019.

SUELEIDE DE MORAIS ARAÚJO
Prefeita Municipal
CPF nº 878.370.304-78

Publicado por:
Miqueias de Araújo Souza
Código Identificador:1C688C6A

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 219/2019 - GABINETE DA PREFEITA

SUELEIDE DE MORAIS ARAÚJO, Prefeita Municipal de Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Srª. JÉSSICA MEDEIROS DE MACÊDO, integrante do quadro efetivo de pessoal do município, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Conforme portaria de nomeação N° 118 de 09 de julho de 2015, deste Município de Tenente Laurentino Cruz/RN, para retornar suas funções na Sede da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

DÊ CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN Em 07 de outubro de 2019.

SUELEIDE DE MORAIS ARAÚJO
Prefeita Municipal
CPF nº 878.370.304-78

Publicado por:
Miqueias de Araújo Souza
Código Identificador:63554F59

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 220/2019 GABINETE DA PREFEITA

SUELEIDE DE MORAIS ARAÚJO, Prefeita Municipal de Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Srª. LUCIANA CONCEIÇÃO DE ARAÚJO DANTAS, integrante do quadro efetivo de pessoal do município, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Informática e Recursos Humanos, deste município de Tenente Laurentino Cruz/RN, para exercer suas funções na Escola Municipal Florência Maria da Conceição.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DÊ CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN Em 07 de outubro de 2019.

SUELEIDE DE MORAIS ARAÚJO
Prefeita Municipal
CPF nº 878.370.304-78

Publicado por:
Miqueias de Araújo Souza
Código Identificador:50CF39B6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
1º EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PROCESSO Nº. 22/2019 - TOMADA DE PREÇO Nº. 1/2019

CONTRATO Nº 18/2019 CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Tibau/RN **CONTRATADA:** S & L Empreendimentos

EIRELI - **OBJETO:** Serviços de Implantação de melhorias sanitárias domiciliares no Município de Tibau/RN. **PRAZO ADITIVADO:** 120 (cento e vinte) dias a contar do término do prazo vigente. **Vigência do aditivo:** de **07/10/2019 A 06/02/2020. FUNDAMENTO LEGAL:** art. 57, inciso II, da lei Federal nº. 8.666/93. Tibau-RN, 07 de outubro de 2019.

ASSINANTES:

Márcia Cristina Alves Justino Barbosa – Secretária de Saúde

Josinaldo Marcos de Souza – Prefeito

Hudson Alan Lucena dos Santos - Pela Contratada.

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:101614B4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
1º EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PROCESSO Nº. 23/2019 - TOMADA DE PREÇO Nº. 2/2019

CONTRATO Nº 19/2019 CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Tibau/RN **CONTRATADA:** S & L Empreendimentos EIRELI - **OBJETO:** Serviços de melhorias sanitárias domiciliares no Município de Tibau/RN. **PRAZO ADITIVADO:** 120 (cento e vinte) dias a contar do término do prazo vigente. **Vigência do aditivo:** de **07/10/2019 A 06/02/2020.**
FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, inciso II, da lei Federal nº. 8.666/93.

Tibau-RN, 07 de outubro de 2019.

ASSINANTES:

Márcia Cristina Alves Justino Barbosa – Secretária de Saúde -

Josinaldo Marcos de Souza – Prefeito

Hudson Alan Lucena dos Santos - Pela Contratada.

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:F0043A99

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
1º EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PROCESSO Nº. 34/2019 - TOMADA DE PREÇO Nº. 5/2019

CONTRATO Nº 28/2019 CONTRATANTE: Município de Tibau/RN **CONTRATADA:** C G - Construções e Serviços LTDA - EPP - **OBJETO:** Serviços de drenagem da Rua da Arabaiana do Município de Tibau/RN. **PRAZO ADITIVADO:** 90 (noventa) dias a contar do término do prazo vigente. **Vigência do aditivo:** de **07/10/2019 A 06/01/2020.**
FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, inciso II, da lei Federal nº. 8.666/93.

Tibau-RN, 07 de outubro de 2019.

ASSINANTES:
Josinaldo Marcos de Souza – Prefeito
José Givanilson Rocha Gonçalves- Pela Contratada.

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:BD0E90C9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 34/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIBAU/RN **CONTRATADA:** CRIL EMPREENDIMENTO AMBIENTAL LTDA **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS PROVENIENTES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL, COMPREENDENDO: COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO POR DESTRUIÇÃO TÉRMICA (INCINERAÇÃO) E DESTINAÇÃO FINAL DAS CINZAS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS PROVENIENTES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE MUNICIPAL. **PRAZO ADITIVADO:** 04 (quatro) meses a contar do término do prazo vigente. **Vigência do aditivo:** 01/10/2019 a 31/01/2020. Fundamento legal: Art. 57, inciso II da lei 8.666/93.

Tibau/RN, 30 de setembro de 2019.

Pela Contratante:
JOSINALDO MARCOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIA CRISTINA ALVES JUSTINO BARBOSA
Secretária Municipal de Saúde

Pela Contratada:
JOSE AILTON NUNES DA SILVA
Cril Empreendimento Ambiental LTDA

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:11F5E83A

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - COMDICA
ATA GERAL DA VOTAÇÃO E APURAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Aos seis dias do mês de outubro de 2019, no Tibau - RN, sob a responsabilidade da Comissão Especial Eleitoral, foram realizadas a votação e a apuraçãodo processo de escolha dos membros do CONSELHO TUTELAR DE TIBAU-RN, sendo instaladas 04 seções para recepção dos votos, assim situadas: **Escola Estadual Rui Barbosa, situada a Rua da das Oliveiras, s/n°, Centro, Tibau – RN.** A votação teve início às 08:00 horas, encerrando-se às 18:30 horas, conforme Atas de Votação e Apuração de cada seção. As 07:40 horas foram abertos os portões para a entrada dos fiscais, onde foram verificadas as urnas e os cadernos de votação. No entanto foi determinado em reunião com os fiscais que a abertura para os mesmos seria as 07:30 horas o que não ocorreu, mas o tempo de verificação da apuração e dos cadernos de votação foi suficiente para a eleição iniciar as 08:00 horas. O fiscal da candidata Janayna Keyvylana, o senhor Francisco Wilson Bezerra Júnior chegou para a apuração as 17:08 horas quando o portão do local de votação estava fechado, mas foi permitido a sua entrada pela Presidente da Comissão Especial Eleitoral AS 17:23 horas. Às 19:40 horas iniciaram-se os trabalhos de apuração dos votos, atuando como escrutinadores os Srs.(a) Geovana Soares Augusta e Werusca Beserra Cirilo na presença dos fiscais, presidentes de mesa, comissão especial eleitoral, secretaria executiva do COMDICA. Depois de constatada a inexistência de quaisquer indícios de fraude e irregularidades nos Boletins de Urna passou-se à totalização dos votos, chegou-se ao seguinte resultado: votos válidos: 2.131; votos brancos: 04; votos nulos: 46; votação dos candidatos: PROFESSORA VANDA, 22 votos; IR. DAVID SOLANO, 126 votos, LAZÁRO DORNELLES, 135 votos, GUILHERME FERNANDES, 110 votos, CAMILA OLIVEIRA, 46 votos, CLÁUDIO GERMANO, 92 votos, KARIZIA ELAINE, 56 votos, NINICE DE BATISTA,166 votos, PROFESSOR DIEGO, 37 votos, JOSIAS VENÂNCIO, 84 votos, MADALENA SOUZA, 215 votos, ANDRÉIA DUNGA, 84 votos, ANDRÉA KALIANE, 121 votos, HUDSON ANDRADE, 102 votos, JOSIELE FERNANDES, 49 votos, JANAYNA KEYVYLANA, 228 votos, IR. MILTOMAR RODRIGUES, 107 votos ARMANDO ERMÍNIO, 134 voto, VERÔNICA NASCIMENTO, 174 votos, IAPONIRA THAYSA, 43 votos. Não havendo outras impugnações ou incidentes que pudessem comprometer a validade da totalização dos votos, o Presidente da Comissão Especial Eleitoral, diante de todos os presente parabenizou e agradeceu a todos os que trabalharam no processo de escolha, salientando que, nos termos da Lei Municipal nº **N° 00442 de 25 de Abril de 2017** Fica aberto o prazo de 07 dias, a contar da publicação do presente Edital, que vai do dia 08 de Outubro de 2019 a 14 de

Outubro de 2019 para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista na RESOLUÇÃO Nº 004, DE 03, DE ABRIL DE 2019 e no item 5.21 Das Etapas do Processo de Escolha do Edital 001/2019 – COMDICA. A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após análise dos recursos apresentados no prazo legal. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que após lida e achada conforme segue assinada por mim, Geiza Maria Freitas Costa, (Secretária Executiva), pelos membros presentes da Comissão Especial Eleitoral, pelos fiscais, presidentes de mesa e secretaria executiva do COMDICA que acompanharam os trabalhos, com encaminhamento de cópia desta ata à Promotoria de Justiça da Comarca.

GEIZA MARIA FREITAS COSTA

WERUSCA BESERRA CIRILO

MARIA AUXILIADORA AQUINO

ANA BRENA DO N. RIBEIRO REBOUÇAS

ANA PAULA P. SILVA SOLANO

MATHEUS FERNANDES DA SILVA

TATIANA MUNIZ DE SIQUEIRA

ANGELA BEZERRA DE FARIAS

MÔNICA VIRGINIA DO NASCIMENTO

JOSÉ EDNALDO DA SILVA

LUIZ HENRIQUE DE SOUZA

FRANCISCO WILSON BEZERRA JÚNIOR

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:7D8CA2BA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 001/2019 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 032/2018 PROCESSO ADMINISTRATIVO MTB/ RN N° 1807040012 – PREGÃO PRESENCIAL N° 037/2018

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 001/2019
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 032/2018
Processo Administrativo MTB/ RN n° 1807040012 – Pregão Presencial n° 037/2018

CONTRATANTE: Município de Timbaúba dos Batistas/ RN; CONTRATADA: **NET ON LINE LTDA**; OBJETO: prorrogação do período vigencial do contrato administrativo cujo objeto é a **execução dos serviços de comunicação multimídia acesso banda larga 24 horas**; VALOR GLOBAL: R$ 48.240,00 (quarenta e oito mil e duzentos e quarenta reais); VIGÊNCIA: 09 de Agosto de 2019 a 09 de agosto de 2020; SUBSCRITORES: Chilon Batista de Araújo Neto – pelo Contratante e Valdeildes Alves de Oliveira – pela Contratada.

Timbaúba dos Batistas / RN, 09 de Agosto de 2019.

CHILON BATISTA DE ARAÚJO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Jonas da Silva
Código Identificador:718A0C53

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 165/2019 - GPMTB

Decreto nº 165/2019 - GPMTB

Decreta a extinção de Unidade de Ensino – Escola Municipal Miracy Teixeira de Araújo.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS/RN**, no uso de suas atribuições constitucionais;

CONSIDERANDO o não funcionamento, há alguns anos, da Escola Municipal Miracy Teixeira de Araújo;
CONSIDERANDO, ainda, que não foi encontrado nos arquivos desta Prefeitura Municipal nenhum Decreto que oficializou a sua extinção;
CONSIDERANDO, por fim, as exigências do Ministério de Educação e Cultura e da Secretaria Estadual de Educação sobre a necessidade de atos normativos que criam e extinguem unidades de ensino para fins de registros, autorizações, controle, etc;

DECRETA:

Art. 1º - Fica EXTINTA a Unidade de Ensino – Escola Municipal Miracy Teixeira de Araújo.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Timbaúba dos Batistas/RN, 07 de outubro de 2019.

CHILON BATISTA DE ARAÚJO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Jonas da Silva
Código Identificador:2C7E0EB6

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 166/2019 - GPMTB

Decreto nº 166/2019 - GPMTB

Decreta a criação de Unidade de Ensino.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS/RN**, no uso de suas atribuições constitucionais;

CONSIDERANDO o funcionamento, há alguns anos, da Unidade de Ensino Infantil Eridimar Batista de Azevedo;
CONSIDERANDO, ainda, que não foi encontrado nos arquivos desta Prefeitura Municipal nenhum ato normativo que oficializou a sua criação;
CONSIDERANDO, por fim, as exigências do Ministério de Educação e Cultura e da Secretaria Estadual de Educação sobre a necessidade de atos normativos que criam e extinguem unidades de ensino para fins de registros, autorizações, controle, etc;

DECRETA:

Art. 1º - Fica CRIADA a Unidade de Ensino Infantil Eridimar Batista de Azevedo, que fica localizada na Rua Joaquim de Araújo Pereira, n° 165, Centro, Timbaúba dos Batistas/RN.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Timbaúba dos Batistas/RN, 07 de outubro de 2019.

CHILON BATISTA DE ARAÚJO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Jonas da Silva
Código Identificador:9F73C9CF

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 02/2019 RESULTADO DO PROCESSO ELEITORAL

EDITAL Nº 02/2019
RESULTADO DO PROCESSO ELEITORAL
O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do Município de Timbaúba dos Batistas torna público o Resultado do Processo de Escolha Unificado para Membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2020/2024, disciplinado com base na Lei nº 8.069/90 (ECA), na Resolução 152/2012 do CONANDA, na Resolução nº 170/2014 do CONANDA, na Resolução 102/2015 do CONSEC, nas Leis Municipais nº 227/2005 e n° 351/2015 e na Resolução nº 001/2019 do CMDCA.

Candidato	Nº de votos
ALEX DO NASCIMENTO VICENTE	558 votos
JANE DE ARAÚJO	481 votos
SÉRGIO RONI MONTEIRO DA SILVA	474 votos
NILTON ALVES DE MELO	435 votos
ÍRIS DE ARAÚJO SANTANA	420 votos
VÂNIA GOMES DE ARAÚJO CALIXTO	410 votos
REGINA AURELIANO SOARES BATISTA	385 votos
NELCINEIDE ALVES DE MORAIS	336 votos
MARINALVA DA SILVA SANTOS	329 votos
ALDAÍRES ALVES DOS SANTOS	313 votos
HELIDA LINS SILVA	308 votos
LINDENBERG BATISTA DE ARAÚJO	254 votos
GEOVANIA KEILLE FERREIRA DOS SANTOS	217 votos
SAIARA KELLE DA SILVA	216 votos
LEANDRO MACEDO DA SILVA	207 votos
DANIELE CRISTINA DE SOUZA SILVA	199 votos
WALDIRENE ALVES FERREIRA DOS SANTOS	131 votos
VOTOS BRANCOS	1077 votos
VOTOS NULOS	100 votos

Timbaúba dos Batistas – RN, 07 de outubro de 2019.

CYBELE MARIZ DE ARAÚJO
Presidente Da Comissão Eleitoral

Publicado por:
Samuel Jonas da Silva
Código Identificador:0482C902

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N° 828/2019, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019 - LDO 2020

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para a elaboração e execução da Lei Orçamentária anual para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TOUROS/RN, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º São estabelecidos, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Município as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2020, compreendendo:

I – as prioridades da administração pública municipal;

II – a organização e estrutura dos orçamentos;

III – as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais; e

V - as disposições finais.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º Constituem prioridades da administração pública municipal:

I – educação, saúde e serviços urbanos, com ênfase para:

melhoria dos atendimentos de saúde e ações preventivas;

saneamento básico;

proteção à criança e ao adolescente;

ensino fundamental;

ensino infantil;

limpeza urbana

II – planejamento, urbanismo e infra-estrutura;

III – preservação, recuperação e conservação do meio ambiente, rural e urbano;

IV – incentivo à produção agropecuária e apoio ao homem do campo;

V – programas voltados para a área de assistência e promoção social;

VI – ações de convivência com a seca.

Art. 3º As prioridades definidas no artigo anterior terão precedências na alocação de recursos nos orçamentos de 2020.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – *programa*, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – *atividade*, instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – *projeto*, um instrumento de programação para alcançar o objetivo do programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV – *operação especial*, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resultam um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V – *unidade orçamentária*, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VI – concedente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros;

VII – convenente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta de outras esferas de governos e as entidades privadas, com as quais a Administração Municipal pactue a transferência de recursos financeiros.

§ 1º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária e na respectiva lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 2º O produto e a unidade de medida a que se refere o § 1º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do plano plurianual.

Art. 5º O projeto de lei orçamentária que o executivo encaminhará à Câmara Municipal e a respectiva lei será constituído de:

I – texto da lei;

II – consolidação dos quadros orçamentários;

III – anexo do orçamento fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesas na forma definida nesta Lei;

IV – discriminação da legislação da receita, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Parágrafo Único – Integrarão os anexos a que se refere este artigo, além dos componentes referidos no art. 2º, § 1º, I a II e no art. 22, II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os seguintes demonstrativos:

I – da evolução da receita do Tesouro Municipal, segundo categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto, contribuição e transferências de que trata a Lei Orgânica do Município;

II – da evolução das despesas do Tesouro Municipal, segundo categorias econômicas e grupos de despesa;

III – o resumo das receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

IV – do resumo da despesa do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

V – da receita e despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme Anexo I da Lei Federal nº 4.320/64 e suas alterações;

VI – das receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de acordo com o Anexo III, da Lei Federal nº 4.320/64 e suas alterações;

VII – das despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo Poder e Órgão, por grupo de despesa;

VIII – das despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo função, sub-função, programa e grupo de despesa;

IX – da programação referente à manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212, da Constituição Federal, detalhando fontes e valores por categoria de programação.

Art. 6º Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município e seus fundos.

Art. 7º Para efeito do disposto no art. 4º desta Lei, o Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária, para fins de consolidação, até 15 de agosto de 2019.

Parágrafo Único – A execução do orçamento previsto neste artigo fica sujeita ao cumprimento das técnicas e normas pertinentes às áreas de orçamento, contabilidade e finanças públicas.

Art. 8º Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação e a fonte de recursos.

§ 1º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal ou seguridade social.

§ 2º Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesas de mesmas características quanto ao objeto de gastos, conforme a seguir discriminados:

I – Pessoal e Encargos Sociais - 1;

II – Juros e Encargos da Dívida - 2;

III – Outras Despesas Correntes - 3;

VI – Investimentos - 4;

V – Inversões Financeiras - 5; e

VI – Amortização da Dívida - 6.

§ 3º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e sub-função às quais se vinculam.

§ 4º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 5º A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:
I – mediante transferência financeira:

a outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou
II – diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidades no âmbito do mesmo nível de Governo.

§ 6º è vedada a execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

Art. 9º A alocação dos créditos orçamentários será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondente, ficando proibida a consignação de recursos a título de transferência para unidades orçamentárias integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Art. 10 - A reserva de contingência será constituída, exclusivamente, de recursos do orçamento fiscal, equivalendo a 2% (dois por cento) da receita corrente líquida.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 11 No projeto de lei orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas a preços de junho de 2019, projetadas para o exercício de 2020 com os mesmos índices de variações oficiais do Governo Federal.

Parágrafo Único – No caso de ser atribuídos crescimentos de transferências constitucionais, decorrente da ampliação da participação dos Governos Municipais nos impostos federais, com a conseqüente ampliação da base das receitas tributárias, as variações decorrentes serão consideradas na estimativa para 2020 como incremento real.

Art. 12 As instituições de caráter assistencial, cultural ou desportiva sem finalidade lucrativa, reconhecidas de utilidade pública, podem firmar convênio com o Poder Público Municipal, apresentando os seguintes documentos:

I – cópia da Lei de reconhecimento de utilidade pública;

II – cópia autenticada da ata da eleição da Diretoria;

III – prova de que não estar inadimplente com o Tribunal de Contas do Estado, de recursos recebidos;

IV – plano de aplicação físico-financeiro, em nível de item da despesa dos recursos a serem recebidos.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 13 Os Poderes Legislativo e Executivo terão como limites na elaboração de suas proposta orçamentária, para pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento calculada de acordo a situação vigente em junho de 2019, projetada para o exercício de 2020, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão geral, a serem concedidos aos servidores públicos municipais, alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos devidamente autorizados.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14 - As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivo grupo de natureza da despesa, fonte de recursos e modalidade de aplicação, especificando o elemento de despesa.

Art. 15 - São vedadas quaisquer procedimentos no âmbito dos sistemas de orçamento, programação financeira e contabilidade, que viabilizem a execução de despesa sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 16 O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2020 e em seus créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza da despesa, fontes de recursos e modalidades de aplicação.

Parágrafo único. A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2020 ou em seus créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

Art. 17 Para efeito do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I – as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art, 38 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição; e

II – entende-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 18 Se o Projeto de Lei Orçamentária 2020 não for sancionado pelo Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2019, a programação dela constante poderá ser executada para atendimento de:

I – despesas que configurem obrigações legais do Município, relacionadas no anexo I desta Lei;

II – bolsas concedidas a estudantes carentes sobre as mais diversas formas;

III – pagamento de estagiários e de contratações temporárias por excepcional interesse público;

IV – outras despesas correntes de caráter inadiável; e

V – despesas de capital.

§ 1º As despesas de que trata o caput deste artigo estão limitadas a 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no Projeto de Lei Orçamentária 2020, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva Lei.

§ 2º Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável, a que se refere o Inciso IV do Caput, o ordenador da despesa poderá considerar os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2020 para fins de cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 19 Integra a presente Lei os Anexos de Metais Fiscais de que trata o § 1º, art. 4º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 20 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Porto Filho, em Touros/RN, 07 de outubro de 2019.

FRANCISCO DE ASSIS PINHEIRO DE ANDRADE
Prefeito Constitucional

ANEXO
DESPESAS QUE NÃO SÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO ART. 9º, § 2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2020.

DESPESAS QUE CONSTITUEM OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS OU LEGAIS DO MUNICÍPIO:

• Alimentação Escolar;
• Auxílio à Família na Condição de Pobreza Extrema, com Crianças com Idade entre 0 a 6 anos (Lei Federal nº 10.836, de 9/1/2004);
• Atenção à Saúde da População dos Municípios Habilitados em Gestão Plena do Sistema Único de Saúde.
• Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis (Lei nº 9.313, de 13/11/1996);
• Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais de Educação FUNDEB (Emenda Constitucional nº 53, de 19/12/2006);
• Parte Variável do Piso de Atenção Básica – PAB, para a Saúde da Família – SUS (Lei nº 8.112), de 28/12/1990);
• Parte Variável do Piso de Atenção Básica – PAB, para Assistência Farmacêutica Básica (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);
• Parte Variável do Piso de Atenção Básica para Ações de Vigilância Sanitária (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);
• Epidemiologia e Controle das Doenças (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);
• Pessoal e Encargos Sociais;
• Sentenças Judiciais transitadas em julgado, inclusive as consideradas de pequeno valor;
• Serviço da Dívida;
• Transporte Escolar (Lei nº 10.880, de 09/06/2004);

MARGEM DE EXPANSÃO DE DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

A estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF para assegurar que não haverá a criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, entendidas essas com aumento permanente de receita ou redução de outra despesa de caráter continuado.

O aumento permanente de receita é definido como aquele proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo ou majoração ou criação de tributo ou contribuição (§ 3º, do art. 17, da LRF). A presente estimativa considera como ampliação da base de cálculo o crescimento real da atividade econômica, dado que refere à elevação da grandeza econômica ou numérica sobre a qual se aplica uma alíquota para se obter o montante a ser arrecadado, assim como os efeitos da legislação sobre a arrecadação total.

Assim, para estimar o aumento de receita, considerou-se o aumento resultante da variação real do Produto Interno Bruto – PIB do Estado, estimado em 2,7% para o período em pauta e outras variáveis com menor impacto no conjunto das receitas.

Por sua vez, considera-se como obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei ou ato administrativo normativo que fixem para o ente, a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (caput do art. 17, da LRF).

Desta forma, o crescimento real da atividade econômica é um dos fatores determinantes do aumento da base de cálculo da arrecadação tributária, já que se entende como conceito de base de cálculo a grandeza econômica ou numérica sobre a qual se aplica uma alíquota para obter o montante tributário a ser arrecadado.

Para 2020, no entanto, há perspectiva de crescimento real da receita. Sendo assim, se espera a formação de margem para recuperar parcialmente as receitas correntes do Município, ou seja, melhorar a arrecadação e consequentemente retomar atividades anteriormente prejudicadas por falta de recursos. O crescimento esperado prever correção das receitas pelo índice inflacionário projetado para aquele ano, além de uma melhora da economia face a expansão do PIB esperado nesse mesmo período.
.

FRANCISCO DE ASSIS PINHEIRO DE ANDRADE
Prefeito

Publicado por:
Ruzem Raimundo Modesto da Silva
Código Identificador:01200D26

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 055/2019

Á vista das manifestações anteriores e, com fundamento no Art. 24, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93, bem como no Parecer Jurídico, **AUTORIZO E RATIFICO** a dispensa de licitação para contratação da pessoa física **FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA,** inscrito no CPF/MF sob o n° 474.114.064-49, que consistirá na CONTRATAÇÃO DE TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE LAUDOS TÉCNICOS DO PROGRAMA GARANTIA SAFRA 2019, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, no importe global de R$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais), mediante contratação direta.

Touros/RN, em 07 de outubro de 2019

FRANCISCO DE ASSIS PINHEIRO DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thiago Antunes Bezerra
Código Identificador:358DB664

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 056/2019

Á vista das manifestações anteriores e, com fundamento no Art. 24, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93, bem como no Parecer Jurídico, **AUTORIZO E RATIFICO** a dispensa de licitação para contratação da empresa LUMINAR COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MATERIAIS ELÉTRICOS, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 34.847.189/0001-74, que consistirá na AQUISIÇÃO DE PROJETORES DE LED PARA ILUMINAÇÃO DA ORLA E DA AVENIDA 27 DE MARÇO EM TOUROS/RN, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, no importe global de R$ 17.226,00 (dezessete mil, duzentos e vinte e seis reais), mediante contratação direta.

Touros/RN, em 07 de outubro de 2019

FRANCISCO DE ASSIS PINHEIRO DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thiago Antunes Bezerra
Código Identificador:F2CC6D87

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE LICITAÇÃO DESERTA – TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.838/2018

Às 15:00 horas do dia 07/10/2019 estiveram reunidos na PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS (Setor de Licitações), localizada na Praça Bom Jesus dos Navegantes, Nº: 28 - Bairro: Centro,neste ato Representado pelo seu Pregoeiro Substituto e Equipe de Apoio para apreciarem e julgarem as propostas de preços e os documentos de habilitação apresentados para a licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2019, do tipo Menor Preço Global, em decorrência do objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA REMANESCENTE A CONSTRUÇÃO DAS ACADEMIAS DA SAÚDE NAS SEGUINTES LOCALIDADES: SANTA LUZIA, VILA ASSIS E ZABELÊ. Reuniu-se, para o ato de recebimento dos envelopes contendo propostas e documentações referentes ao supracitado objeto, quando que iniciada a sessão, nenhuma empresa se fez presente, não havendo interessados. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio segundo a Lei de Licitações decidiram declarar a licitação**DESERTA**, sugerindo republicação do certame, mantidas as condições do edital.
Encaminham-se os autos à apreciação do Sr. Prefeito Municipal para deliberação. Nada mais havendo a relatar, o Sr. Pregoeiro encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada.

NAILTON MACIEL LEITE DA FONSECA
Pregoeiro Substituto
Portaria 1160/2019

PEDRO HENRIQUE BATISTA DE FRANÇA
Servidor Convocado

PAULA DO NASCIMENTO AUGUSTO
Servidora Convocada

CARLOS MIRANDA DE OLIVEIRA
Servidor Convocado

Publicado por:
Ruzem Raimundo Modesto da Silva
Código Identificador:68CA381C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº117/2019 DE 02 DE OUTUBRO DE 2019

EMENTA: Dispõe sobre a nomeação da Sr. CAIO VINICIUS MOURA CUNHA PAIVA para o Cargo em Comissão de Assessor Jurídico e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMARIZAL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º - Nomeia o Senhor **CAIO VINICIUS MOURA CUNHA PAIVA**, CPF Nº 090.523.594-07, RG Nº 022.710.573, para o *Cargo em Comissão de Assessor Jurídico* – (CC3).

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1 de outubro do corrente ano.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita.

Umarizal-RN, em 02 de outubro de 2019.

ELIJANE PAIVA DE FREITAS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Manoel Paulo Cavalcante
Código Identificador:5D064288

GABINETE DO PREFEITO
TERMOS DE AJUSTE DE CONTAS N° 001/2019, PROCESSO DESPESA Nº 29030007/2019

A Administração ao aceitar a realização dos serviços tem obrigatoriamente de realizar a contrapartida que é o devido pagamento. A legalidade do pagamento da despesa não encontra respaldo de forma direta na Lei de Licitação, a obrigação nasce de forma oblíqua conjugando a Lei 8.666/93 e o atual Código Civil.
O Poder Público não pode esquivar-se do pagamento do serviço efetivamente prestado pela Empresa, sustentando pura e simplesmente a não cobertura do instrumento contratual, posto que a aceitação da prestação do serviço por parte da Administração Pública é incontroverso, sendo assim admitida pela própria Administração Pública a efetivação do serviço fora da cobertura contratual.
Por último, uma vez comprovado que a Administração Pública deve indenizar o particular, o procedimento contábil a ser adotado deve ser o Termo de Ajuste de Contas e a Publicação destes, no qual constará a descrição dos serviços e a quitação, sem ressalvas, pelo prestador destes, conforme preceitua o art. 63, § 1º e 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, sendo esta a forma para se liquidar a despesa relativa ao serviço efetivamente prestado.
O Termo de Ajuste deverá conter a descrição e atestação minuciosa dos serviços prestados sem cobertura contratual válida e a quitação, sem ressalvas a ser dada pelo prestador de serviços.
O artigo 63 da Lei nº 4.320/64, nada mais é do que uma comprovação do direito adquirido pelo particular para que se efetive seu pagamento através de indenização.
Desta forma, proceder-se-á liquidação dos valores devidos, comprovados através de todos os documentos que compõem o procedimento. Esta liquidação, pelo princípio da publicidade, deve ser publicada oficialmente através do Termo de Ajuste de Contas no Diário Oficial para que a sociedade e os órgãos de controle tenham conhecimento da existência da prestação desses serviços e do seu custo e possam exercer a devida fiscalização sobre a sua legalidade e economicidade.
A ausência dessa divulgação representaria afronta ao princípio da publicidade, previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal, e do art. 3º, caput, da Lei Federal nº 8.666/93. Somente depois de cumpridos esses requisitos é que o pagamento deverá ser concretizado.
Vejamos as seguintes cláusulas do Termo de Ajuste de Contas:
Aos **28 do mês de março do ano de 2019**, na sede da prefeitura Municipal de Umarizal-RN, situada à Avenida Gavião, CEP.: 59.865-000, 19, Gabinete da Prefeita, as partes abaixo qualificadas reuniram-se para firmarem o presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS nas condições que se seguem:
I – Município Umarizal-RN, Órgão Público, representativo do Poder Executivo, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Elijane Paiva de Freitas, brasileira, casada, Prefeita, com gabinete situada à Avenida Gavião, 19, CEP.: 59.865-000, Centro, Umarizal-RN.
II – M.A. de Oliveira Construções e Serviços de Limpeza LTDA, com CNPJ sob n 10.575.989/0001-15, representada neste ato por Matias de Lima Oliveira, brasileiro, empresário, com sede à rua: Olho D'água dos Borges, 136, Centro, Umarizal-RN.

• **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:** O Presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem por objetivo a liquidação do valor devido pelo município de Umarizal-RN relativo ao pagamento do serviço prestado no mês de **MARÇO DO ANO DE 2019**, referente ao serviço de coleta de lixo no referido município e limpezas das vias urbanas destes município.
• **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR:** O Valor Global do presente TERMO DE AJUSTE CONTAS é de **R$ 86.968,00 (oitenta seis mil, novecentos e sessenta e oito reais)**, valor liquido R$ de 79.575,72 (setenta e nove mil, quinhentos e setenta e cinco reais e setenta e dois centavos), referente ao pagamento do mês de março/2019, pago pela FONTE 1001 (recurso próprio).
• **CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUITAÇÃO PLENA:** O recebimento do valor estabelecido na Cláusula Segunda do presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS, importa em total quitação do serviço prestado destacado na Cláusula Primeira, referente ao mês de março/2019.
• **CLÁUSULA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem seu fundamento baseado nas previsões legais dos Artigos 58 a 65 da Lei 4.320/64.
• **CLÁUSULA QUINTA – DO FORO:** As partes elegem nesse ato como único competente para a solução de questões ou de interpretações divergentes com base neste instrumento que, amigavelmente, não puderem resolver, o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Umarizal-RN, com expressa renúncia, por si e seus sucessores.
• **CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:** O município de Umarizal-RN, observando o prazo legal, compromete-se a publicar o extrato resumido do presente Termo de Ajuste de Contas, no Diário Oficial do Município ou similar. O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS elaborado em 03 (três) vias de igual teor e forma, sendo uma para o Município de Umarizal-RN, outra para contratado e uma para constar nos autos do Processo Administrativo.

Assim sendo, estando as PARTES justas e acordadas, assinam o TERMO DE AJUSTE DE CONTAS, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Umarizal/RN, 28 de março de 2019.

Prefeitura Municipal De Umarizal/RN	M.A. De Oliveira Construções E Serviços De Limpeza LTDA
ELIJANE PAIVA DE FREITAS	***M.A. DE OLIVEIRA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA***
Prefeita do Município de Umarizal/RN	Contratada
Contratante	

Publicado por:
Manoel Paulo Cavalcante
Código Identificador:DBEDFE99

GABINETE DO PREFEITO
TERMOS DE AJUSTE DE CONTAS N° 002/2019, PROCESSO DESPESA Nº 30040006/2019

A Administração ao aceitar a realização dos serviços tem obrigatoriamente de realizar a contrapartida que é o devido pagamento. A legalidade do pagamento da despesa não encontra respaldo de forma direta na Lei de Licitação, a obrigação nasce de forma oblíqua conjugando a Lei 8.666/93 e o atual Código Civil.
O Poder Público não pode esquivar-se do pagamento do serviço efetivamente prestado pela Empresa, sustentando pura e simplesmente a não cobertura do instrumento contratual, posto que a aceitação da prestação do serviço por parte da Administração Pública é incontroverso, sendo assim admitida pela própria Administração Pública a efetivação do serviço fora da cobertura contratual.
Por último, uma vez comprovado que a Administração Pública deve indenizar o particular, o procedimento contábil a ser adotado deve ser o Termo de Ajuste de Contas e a Publicação destes, no qual constará a descrição dos serviços e a quitação, sem ressalvas, pelo prestador destes, conforme preceitua o art. 63, § 1º e 2º, da Lei Federal nº

4.320/64, sendo esta a forma para se liquidar a despesa relativa ao serviço efetivamente prestado.
O Termo de Ajuste deverá conter a descrição e atestação minuciosa dos serviços prestados sem cobertura contratual válida e a quitação, sem ressalvas a ser dada pelo prestador de serviços.
O artigo 63 da Lei nº 4.320/64, nada mais é do que uma comprovação do direito adquirido pelo particular para que se efetive seu pagamento através de indenização.
Desta forma, proceder-se-á liquidação dos valores devidos, comprovados através de todos os documentos que compõem o procedimento. Esta liquidação, pelo princípio da publicidade, deve ser publicada oficialmente através do Termo de Ajuste de Contas no Diário Oficial para que a sociedade e os órgãos de controle tenham conhecimento da existência da prestação desses serviços e do seu custo e possam exercer a devida fiscalização sobre a sua legalidade e economicidade.
A ausência dessa divulgação representaria afronta ao princípio da publicidade, previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal, e do art. 3º, caput, da Lei Federal nº 8.666/93. Somente depois de cumpridos esses requisitos é que o pagamento deverá ser concretizado.
Vejamos as seguintes cláusulas do Termo de Ajuste de Contas:
Aos **25 do mês de abril do ano de 2019**, na sede da prefeitura Municipal de Umarizal-RN, situada à Avenida Gavião, CEP.: 59.865-000, 19, Gabinete da Prefeita, as partes abaixo qualificadas reuniram-se para firmarem o presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS nas condições que se seguem:
I – Município Umarizal-RN, Órgão Público, representativo do Poder Executivo, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Elijane Paiva de Freitas, brasileira, casada, Prefeita, com gabinete situada à Avenida Gavião, 19, CEP.: 59.865-000, Centro, Umarizal-RN.
II – M.A. de Oliveira Construções e Serviços de Limpeza LTDA, com CNPJ sob n 10.575.989/0001-15, representada neste ato por Matias de Lima Oliveira, brasileiro, empresário, com sede à rua: Olho D'água dos Borges, 136, Centro, Umarizal-RN.

• **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:** O Presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem por objetivo a liquidação do valor devido pelo município de Umarizal-RN relativo ao pagamento do serviço prestado no mês de **ABRIL DO ANO DE 2019**, referente ao serviço de coleta de lixo no referido município e limpezas das vias urbanas destes município.
• **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR:** O Valor Global do presente TERMO DE AJUSTE CONTAS é de **R$ 86.968,00 (oitenta seis mil, novecentos e sessenta e oito reais)**, valor liquido R$ de 79.575,72 (setenta e nove mil, quinhentos e setenta e cinco reais e setenta e dois centavos), referente ao pagamento do mês de abril/2019, pago pela FONTE 1001 (recurso próprio).
• **CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUITAÇÃO PLENA:** O recebimento do valor estabelecido na Cláusula Segunda do presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS, importa em total quitação do serviço prestado destacado na Cláusula Primeira, referente ao mês de abril/2019.
• **CLÁUSULA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem seu fundamento baseado nas previsões legais dos Artigos 58 a 65 da Lei 4.320/64.
• **CLÁUSULA QUINTA – DO FORO:** As partes elegem nesse ato como único competente para a solução de questões ou de interpretações divergentes com base neste instrumento que, amigavelmente, não puderem resolver, o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Umarizal-RN, com expressa renúncia, por si e seus sucessores.
• **CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:** O município de Umarizal-RN, observando o prazo legal, compromete-se a publicar o extrato resumido do presente Termo de Ajuste de Contas, no Diário Oficial do Município ou similar. O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS elaborado em 03 (três) vias de igual teor e forma, sendo uma para o Município de Umarizal-RN, outra para contratado e uma para constar nos autos do Processo Administrativo.

Assim sendo, estando as PARTES justas e acordadas, assinam o TERMO DE AJUSTE DE CONTAS, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Umarizal/RN, 25 de abril de 2019.

Prefeitura Municipal De Umarizal/RN	M.A. De Oliveira Construções E Serviços De Limpeza LTDA
ELIJANE PAIVA DE FREITAS	***M.A. DE OLIVEIRA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA***
Prefeita do Município de Umarizal/RN	Contratada
Contratante	

Publicado por:
Manoel Paulo Cavalcante
Código Identificador:EA454077

GABINETE DO PREFEITO
TERMOS DE AJUSTE DE CONTAS N° 003/2019, PROCESSO DESPESA Nº 11060002/2019

A Administração ao aceitar a realização dos serviços tem obrigatoriamente de realizar a contrapartida que é o devido pagamento. A legalidade do pagamento da despesa não encontra respaldo de forma direta na Lei de Licitação, a obrigação nasce de forma oblíqua conjugando a Lei 8.666/93 e o atual Código Civil.
O Poder Público não pode esquivar-se do pagamento do serviço efetivamente prestado pela Empresa, sustentando pura e simplesmente a não cobertura do instrumento contratual, posto que a aceitação da prestação do serviço por parte da Administração Pública é incontroverso, sendo assim admitida pela própria Administração Pública a efetivação do serviço fora da cobertura contratual.
Por último, uma vez comprovado que a Administração Pública deve indenizar o particular, o procedimento contábil a ser adotado deve ser o Termo de Ajuste de Contas e a Publicação destes, no qual constará a descrição dos serviços e a quitação, sem ressalvas, pelo prestador destes, conforme preceitua o art. 63, § 1º e 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, sendo esta a forma para se liquidar a despesa relativa ao serviço efetivamente prestado.
O Termo de Ajuste deverá conter a descrição e atestação minuciosa dos serviços prestados sem cobertura contratual válida e a quitação, sem ressalvas a ser dada pelo prestador de serviços.
O artigo 63 da Lei nº 4.320/64, nada mais é do que uma comprovação do direito adquirido pelo particular para que se efetive seu pagamento através de indenização.
Desta forma, proceder-se-á liquidação dos valores devidos, comprovados através de todos os documentos que compõem o procedimento. Esta liquidação, pelo princípio da publicidade, deve ser publicada oficialmente através do Termo de Ajuste de Contas no Diário Oficial para que a sociedade e os órgãos de controle tenham conhecimento da existência da prestação desses serviços e do seu custo e possam exercer a devida fiscalização sobre a sua legalidade e economicidade.
A ausência dessa divulgação representaria afronta ao princípio da publicidade, previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal, e do art. 3º, caput, da Lei Federal nº 8.666/93. Somente depois de cumpridos esses requisitos é que o pagamento deverá ser concretizado.
Vejamos as seguintes cláusulas do Termo de Ajuste de Contas:
Aos **31 do mês de maio do ano de 2019**, na sede da prefeitura Municipal de Umarizal-RN, situada à Avenida Gavião, CEP.: 59.865-000, 19, Gabinete da Prefeita, as partes abaixo qualificadas reuniram-se para firmarem o presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS nas condições que se seguem:
I – Município Umarizal-RN, Órgão Público, representativo do Poder Executivo, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Elijane Paiva de Freitas, brasileira, casada, Prefeita, com gabinete situada à Avenida Gavião, 19, CEP.: 59.865-000, Centro, Umarizal-RN.
II – M.A. de Oliveira Construções e Serviços de Limpeza LTDA, com CNPJ sob n 10.575.989/0001-15, representada neste ato por Matias de Lima Oliveira, brasileiro, empresário, com sede à rua: Olho D'água dos Borges, 136, Centro, Umarizal-RN.

• **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:** O Presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem por objetivo a liquidação do valor devido pelo município de Umarizal-RN relativo ao pagamento do serviço prestado no mês de **MAIO DO ANO DE 2019**, referente ao serviço de coleta de lixo no referido município e limpezas das vias urbanas destes município.

• **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR:** O Valor Global do presente TERMO DE AJUSTE CONTAS é de **R$ 86.968,00 (oitenta seis mil, novecentos e sessenta e oito reais)**, valor liquido R$ de 79.575,72 (setenta e nove mil, quinhentos e setenta e cinco reais e setenta e dois centavos), referente ao pagamento do mês de maio/2019, pago pela FONTE 1001 (recurso próprio).
• **CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUITAÇÃO PLENA:** O recebimento do valor estabelecido na Cláusula Segunda do presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS, importa em total quitação do serviço prestado destacado na Cláusula Primeira, referente ao mês de maio/2019.
• **CLÁUSULA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem seu fundamento baseado nas previsões legais dos Artigos 58 a 65 da Lei 4.320/64.
• **CLÁUSULA QUINTA – DO FORO:** As partes elegem nesse ato como único competente para a solução de questões ou de interpretações divergentes com base neste instrumento que, amigavelmente, não puderem resolver, o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Umarizal-RN, com expressa renúncia, por si e seus sucessores.
• **CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:** O município de Umarizal-RN, observando o prazo legal, compromete-se a publicar o extrato resumido do presente Termo de Ajuste de Contas, no Diário Oficial do Município ou similar. O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS elaborado em 03 (três) vias de igual teor e forma, sendo uma para o Município de Umarizal-RN, outra para contratado e uma para constar nos autos do Processo Administrativo.

Assim sendo, estando as PARTES justas e acordadas, assinam o TERMO DE AJUSTE DE CONTAS, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Umarizal/RN, 31 de maio de 2019.

Prefeitura Municipal De Umarizal/RN	M.A. De Oliveira Construções e Serviços de Limpeza LTDA
ELIJANE PAIVA DE FREITAS	***M.A.DE OLIVEIRA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA***
Prefeita do Município de Umarizal/RN	Contratada
Contratante	

Publicado por:
Manoel Paulo Cavalcante
Código Identificador:97739466

GABINETE DO PREFEITO
TERMOS DE AJUSTE DE CONTAS N° 004/2019, PROCESSO DESPESA Nº 1007005/2019

A Administração ao aceitar a realização dos serviços tem obrigatoriamente de realizar a contrapartida que é o devido pagamento. A legalidade do pagamento da despesa não encontra respaldo de forma direta na Lei de Licitação, a obrigação nasce de forma oblíqua conjugando a Lei 8.666/93 e o atual Código Civil.
O Poder Público não pode esquivar-se do pagamento do serviço efetivamente prestado pela Empresa, sustentando pura e simplesmente a não cobertura do instrumento contratual, posto que a aceitação da prestação do serviço por parte da Administração Pública é incontroverso, sendo assim admitida pela própria Administração Pública a efetivação do serviço fora da cobertura contratual.
Por último, uma vez comprovado que a Administração Pública deve indenizar o particular, o procedimento contábil a ser adotado deve ser o Termo de Ajuste de Contas e a Publicação destes, no qual constará a descrição dos serviços e a quitação, sem ressalvas, pelo prestador destes, conforme preceitua o art. 63, § 1º e 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, sendo esta a forma para se liquidar a despesa relativa ao serviço efetivamente prestado.
O Termo de Ajuste deverá conter a descrição e atestação minuciosa dos serviços prestados sem cobertura contratual válida e a quitação, sem ressalvas a ser dada pelo prestador de serviços.
O artigo 63 da Lei nº 4.320/64, nada mais é do que uma comprovação do direito adquirido pelo particular para que se efetive seu pagamento através de indenização.
Desta forma, proceder-se-á liquidação dos valores devidos, comprovados através de todos os documentos que compõem o procedimento. Esta liquidação, pelo princípio da publicidade, deve ser publicada oficialmente através do Termo de Ajuste de Contas no Diário Oficial para que a sociedade e os órgãos de controle tenham conhecimento da existência da prestação desses serviços e do seu custo e possam exercer a devida fiscalização sobre a sua legalidade e economicidade.
A ausência dessa divulgação representaria afronta ao princípio da publicidade, previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal, e do art. 3º, caput, da Lei Federal nº 8.666/93. Somente depois de cumpridos esses requisitos é que o pagamento deverá ser concretizado.
Vejamos as seguintes cláusulas do Termo de Ajuste de Contas:
Aos **05 do mês de julho do ano de 2019**, na sede da prefeitura Municipal de Umarizal-RN, situada à Avenida Gavião, CEP.: 59.865-000, 19, Gabinete da Prefeita, as partes abaixo qualificadas reuniram-se para firmarem o presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS nas condições que se seguem:
I – Município Umarizal-RN, Órgão Público, representativo do Poder Executivo, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Elijane Paiva de Freitas, brasileira, casada, Prefeita, com gabinete situada à Avenida Gavião, 19, CEP.: 59.865-000, Centro, Umarizal-RN.
II – M.A. de Oliveira Construções e Serviços de Limpeza LTDA, com CNPJ sob n 10.575.989/0001-15, representada neste ato por Matias de Lima Oliveira, brasileiro, empresário, com sede à rua: Olho D'água dos Borges, 136, Centro, Umarizal-RN.

• **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:** O Presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem por objetivo a liquidação do valor devido pelo município de Umarizal-RN relativo ao pagamento do serviço prestado no mês de **MAIO DO ANO DE 2019**, referente ao serviço de coleta de lixo no referido município e limpezas das vias urbanas destes município.
• **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR:** O Valor Global do presente TERMO DE AJUSTE CONTAS é de **R$ 86.968,00 (oitenta seis mil, novecentos e sessenta e oito reais)**, valor liquido R$ de 79.575,72 (setenta e nove mil, quinhentos e setenta e cinco reais e setenta e dois centavos), referente ao pagamento do mês de junho/2019, pago pela FONTE 1001 (recurso próprio).
• **CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUITAÇÃO PLENA:** O recebimento do valor estabelecido na Cláusula Segunda do presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS, importa em total quitação do serviço prestado destacado na Cláusula Primeira, referente ao mês de junho/2019.
• **CLÁUSULA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem seu fundamento baseado nas previsões legais dos Artigos 58 a 65 da Lei 4.320/64.
• **CLÁUSULA QUINTA – DO FORO:** As partes elegem nesse ato como único competente para a solução de questões ou de interpretações divergentes com base neste instrumento que, amigavelmente, não puderem resolver, o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Umarizal-RN, com expressa renúncia, por si e seus sucessores.
• **CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:** O município de Umarizal-RN, observando o prazo legal, compromete-se a publicar o extrato resumido do presente Termo de Ajuste de Contas, no Diário Oficial do Município ou similar. O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS elaborado em 03 (três) vias de igual teor e forma, sendo uma para o Município de Umarizal-RN, outra para contratado e uma para constar nos autos do Processo Administrativo.

Assim sendo, estando as PARTES justas e acordadas, assinam o TERMO DE AJUSTE DE CONTAS, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Umarizal/RN, 05 de julho de 2019.

Prefeitura Municipal De Umarizal/RN	M.A. De Oliveira Construções e Serviços de Limpeza LTDA
ELIJANE PAIVA DE FREITAS	***M.A. DE OLIVEIRA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA***
Prefeita do Município de Umarizal/RN	Contratada
Contratante	

Publicado por:
Manoel Paulo Cavalcante
Código Identificador:E8778E06

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 0432/2019, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019 - GPMU.

PORTARIA Nº 0432/2019, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019 - GPMU.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA PARA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, Sr. **LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA**, no uso de suas atribuições, que lhe confere o Art. 76, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal e,
Considerando o disposto no art. 22, da Resolução nº 011/2016 – TCE.
Considerando a Lei Complementar Estadual nº 624, de 23 de Fevereiro de 2018 que dispõe sobre o pagamento de diária operacional no âmbito dos órgãos integrantes do sistema estadual de segurança pública do Estado do Rio Grande do Norte, quanto ao valor, bem como seus limites.
Considerando a Lei Municipal nº 657 de 23 de Novembro de 2018, que autoriza o Município de Upanema, através de convênio, a realizar pagamentos por meio de Diárias Operacionais, aos Policiais Militares e Civis que exercem atividade municipal delegada pelo Estado do Rio Grande do Norte.
Considerando o convênio firmado entre o Município de Upanema com o Estado do Rio Grande do Norte, concernente a cooperação mútua no desenvolvimento das atividades de segurança pública, o qual estabelece a criação de Conselho Municipal que atuará precipuamente no acompanhamento e controle social dos recursos destinados a execução das obrigações assumidas.
Considerando o Decreto 005/2019, de 04 de Fevereiro de 2019 que Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Segurança Pública.
Considerando a Lei Municipal nº 668, de 22 de Fevereiro de 2019 que autoriza o Poder Executivo Municipal, a abrir Crédito Adicional Especial para acompanhamento e controle social dos recursos aplicados pelo Município nas atividades de Segurança Pública.

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER Nove Diárias, sem pernoite, no valor unitário de R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), totalizando R$ 966,60 (novecentos e sessenta e seis e sessenta centavos), ao senhor **ANTÔNIO AMADEU DA COSTA JÚNIOR**, ocupante do cargo de Soldado da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, para atuar na atividade de policiamento ostensivo ou em serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deste Município no(s) dia(s) 07, 19, 22, 23 e 29 de setembro de 2019.
Art. 2º - Art. 2º - O servidor beneficiário de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 22, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 09 de junho de 2016.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:2AAC0713

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 0431/2019, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019 - GPMU.

PORTARIA Nº 0431/2019, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019 - GPMU.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA PARA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, Sr. **LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA**, no uso de suas atribuições, que lhe confere o Art. 76, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal e,
Considerando o disposto no art. 22, da Resolução nº 011/2016 – TCE.
Considerando a Lei Complementar Estadual nº 624, de 23 de Fevereiro de 2018 que dispõe sobre o pagamento de diária operacional no âmbito dos órgãos integrantes do sistema estadual de segurança pública do Estado do Rio Grande do Norte, quanto ao valor, bem como seus limites.
Considerando a Lei Municipal nº 657 de 23 de Novembro de 2018, que autoriza o Município de Upanema, através de convênio, a realizar pagamentos por meio de Diárias Operacionais, aos Policiais Militares e Civis que exercem atividade municipal delegada pelo Estado do Rio Grande do Norte.
Considerando o convênio firmado entre o Município de Upanema com o Estado do Rio Grande do Norte, concernente a cooperação mútua no desenvolvimento das atividades de segurança pública, o qual estabelece a criação de Conselho Municipal que atuará precipuamente no acompanhamento e controle social dos recursos destinados a execução das obrigações assumidas.
Considerando o Decreto 005/2019, de 04 de Fevereiro de 2019 que Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Segurança Pública.
Considerando a Lei Municipal nº 668, de 22 de Fevereiro de 2019 que autoriza o Poder Executivo Municipal, a abrir Crédito Adicional Especial para acompanhamento e controle social dos recursos aplicados pelo Município nas atividades de Segurança Pública.

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER Uma Diária, sem pernoite, no valor unitário de R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), totalizando R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), ao senhor **BELMAURITE FERNANDES DO NASCIMENTO**, ocupante do cargo de Cabo da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, para atuar na atividade de policiamento ostensivo ou em serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deste Município no(s) dia(s) 08 de setembro de 2019.
Art. 2º - Art. 2º - O servidor beneficiário de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 22, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 09 de junho de 2016.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:C1F1A17D

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 0430/2019, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019 - GPMU.

PORTARIA Nº 0430/2019, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019 - GPMU.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA PARA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, Sr. **LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA**, no uso de suas atribuições, que lhe confere o Art. 76, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal e,
Considerando o disposto no art. 22, da Resolução nº 011/2016 – TCE.
Considerando a Lei Complementar Estadual nº 624, de 23 de Fevereiro de 2018 que dispõe sobre o pagamento de diária operacional no âmbito dos órgãos integrantes do sistema estadual de segurança pública do Estado do Rio Grande do Norte, quanto ao valor, bem como seus limites.
Considerando a Lei Municipal nº 657 de 23 de Novembro de 2018, que autoriza o Município de Upanema, através de convênio, a realizar pagamentos por meio de Diárias Operacionais, aos Policiais Militares e Civis que exercem atividade municipal delegada pelo Estado do Rio Grande do Norte.
Considerando o convênio firmado entre o Município de Upanema com o Estado do Rio Grande do Norte, concernente a cooperação mútua no desenvolvimento das atividades de segurança pública, o qual estabelece a criação de Conselho Municipal que atuará precipuamente no acompanhamento e controle social dos recursos destinados a execução das obrigações assumidas.
Considerando o Decreto 005/2019, de 04 de Fevereiro de 2019 que Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Segurança Pública.
Considerando a Lei Municipal nº 668, de 22 de Fevereiro de 2019 que autoriza o Poder Executivo Municipal, a abrir Crédito Adicional Especial para acompanhamento e controle social dos recursos aplicados pelo Município nas atividades de Segurança Pública.

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER Oito Diárias, sem pernoite, no valor unitário de R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), totalizando R$ 859,20 (oitocentos e cinquenta e nove e vinte centavos), ao senhor **JUSCELINO BATALHA ALVES RÊGO**, ocupante do cargo de Cabo da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, para atuar na atividade de policiamento ostensivo ou em serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deste Município no(s) dia(s) 01, 17, 28 e 29 de setembro 2019.
Art. 2º - Art. 2º - O servidor beneficiário de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 22, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 09 de junho de 2016.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:4F76DDDD

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 0429/2019, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019 - GPMU.

PORTARIA Nº 0429/2019, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019 - GPMU.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA PARA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, Sr. **LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA**, no uso de suas atribuições, que lhe confere o Art. 76, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal e,
Considerando o disposto no art. 22, da Resolução nº 011/2016 – TCE.
Considerando a Lei Complementar Estadual nº 624, de 23 de Fevereiro de 2018 que dispõe sobre o pagamento de diária operacional no âmbito dos órgãos integrantes do sistema estadual de segurança pública do Estado do Rio Grande do Norte, quanto ao valor, bem como seus limites.
Considerando a Lei Municipal nº 657 de 23 de Novembro de 2018, que autoriza o Município de Upanema, através de convênio, a realizar pagamentos por meio de Diárias Operacionais, aos Policiais Militares e Civis que exercem atividade municipal delegada pelo Estado do Rio Grande do Norte.
Considerando o convênio firmado entre o Município de Upanema com o Estado do Rio Grande do Norte, concernente a cooperação mútua no desenvolvimento das atividades de segurança pública, o qual estabelece a criação de Conselho Municipal que atuará precipuamente no acompanhamento e controle social dos recursos destinados a execução das obrigações assumidas.
Considerando o Decreto 005/2019, de 04 de Fevereiro de 2019 que Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Segurança Pública.
Considerando a Lei Municipal nº 668, de 22 de Fevereiro de 2019 que autoriza o Poder Executivo Municipal, a abrir Crédito Adicional Especial para acompanhamento e controle social dos recursos aplicados pelo Município nas atividades de Segurança Pública.

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER Quatro Diárias, sem pernoite, no valor unitário de R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), totalizando R$ 429,60 (quatrocentos e vinte e nove e sessenta centavos), ao senhor **ANTÔNIO MARCOS PEDRO BATISTA**, ocupante do cargo de Cabo da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, para atuar na atividade de policiamento ostensivo ou em serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deste Município no(s) dia(s) 17 e 21 de setembro de 2019.
Art. 2º - Art. 2º - O servidor beneficiário de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 22, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 09 de junho de 2016.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:5B7075F5

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 0428/2019, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019 - GPMU.

PORTARIA Nº 0428/2019, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019 - GPMU.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA PARA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, Sr. **LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA**, no uso de suas atribuições, que lhe confere o Art. 76, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal e,
Considerando o disposto no art. 22, da Resolução nº 011/2016 – TCE.
Considerando a Lei Complementar Estadual nº 624, de 23 de Fevereiro de 2018 que dispõe sobre o pagamento de diária operacional no âmbito dos órgãos integrantes do sistema estadual de segurança pública do Estado do Rio Grande do Norte, quanto ao valor, bem como seus limites.
Considerando a Lei Municipal nº 657 de 23 de Novembro de 2018, que autoriza o Município de Upanema, através de convênio, a realizar pagamentos por meio de Diárias Operacionais, aos Policiais Militares e Civis que exercem atividade municipal delegada pelo Estado do Rio Grande do Norte.
Considerando o convênio firmado entre o Município de Upanema com o Estado do Rio Grande do Norte, concernente a cooperação mútua no desenvolvimento das atividades de segurança pública, o qual estabelece a criação de Conselho Municipal que atuará precipuamente no acompanhamento e controle social dos recursos destinados a execução das obrigações assumidas.
Considerando o Decreto 005/2019, de 04 de Fevereiro de 2019 que Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Segurança Pública.
Considerando a Lei Municipal nº 668, de 22 de Fevereiro de 2019 que autoriza o Poder Executivo Municipal, a abrir Crédito Adicional Especial para acompanhamento e controle social dos recursos aplicados pelo Município nas atividades de Segurança Pública.

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER Duas Diárias, sem pernoite, no valor unitário de R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), totalizando R$ 214,80 (duzentos e quatorze e oitenta centavos), ao senhor **ANTONIO GILMAR DA SILVA**, ocupante do cargo de Cabo da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, para atuar na atividade de policiamento ostensivo ou em serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deste Município no(s) dia(s) 08 e 22 de setembro de 2019.
Art. 2º - Art. 2º - O servidor beneficiário de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 22, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 09 de junho de 2016.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:A7984DE9

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 0427/2019, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019 - GPMU.

PORTARIA Nº 0427/2019, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019 - GPMU.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA PARA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, Sr. **LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA**, no uso de suas atribuições, que lhe confere o Art. 76, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal e,
Considerando o disposto no art. 22, da Resolução nº 011/2016 – TCE.
Considerando a Lei Complementar Estadual nº 624, de 23 de Fevereiro de 2018 que dispõe sobre o pagamento de diária operacional no âmbito dos órgãos integrantes do sistema estadual de segurança pública do Estado do Rio Grande do Norte, quanto ao valor, bem como seus limites.
Considerando a Lei Municipal nº 657 de 23 de Novembro de 2018, que autoriza o Município de Upanema, através de convênio, a realizar pagamentos por meio de Diárias Operacionais, aos Policiais Militares e Civis que exercem atividade municipal delegada pelo Estado do Rio Grande do Norte.
Considerando o convênio firmado entre o Município de Upanema com o Estado do Rio Grande do Norte, concernente a cooperação mútua no desenvolvimento das atividades de segurança pública, o qual estabelece a criação de Conselho Municipal que atuará precipuamente no acompanhamento e controle social dos recursos destinados a execução das obrigações assumidas.
Considerando o Decreto 005/2019, de 04 de Fevereiro de 2019 que Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Segurança Pública.
Considerando a Lei Municipal nº 668, de 22 de Fevereiro de 2019 que autoriza o Poder Executivo Municipal, a abrir Crédito Adicional Especial para acompanhamento e controle social dos recursos aplicados pelo Município nas atividades de Segurança Pública.

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER Três diárias, sem pernoite, no valor unitário de R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), totalizando R$ 322,20 (trezentos e vinte e dois e vinte centavos), ao senhor **LIOMAR BARBOSA DUARTE**, ocupante do cargo de Sargento da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, para atuar na atividade de policiamento ostensivo ou em serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deste Município no(s) dia(s) 07 e 08 de setembro de 2019.
Art. 2º - Art. 2º - O servidor beneficiário de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 22, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 09 de junho de 2016.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:E11DE089

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 0426/2019, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019 - GPMU.

PORTARIA Nº 0426/2019, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019 - GPMU.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA PARA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, Sr. **LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA**, no uso de suas atribuições, que lhe confere o Art. 76, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal e,
Considerando o disposto no art. 22, da Resolução nº 011/2016 – TCE.
Considerando a Lei Complementar Estadual nº 624, de 23 de Fevereiro de 2018 que dispõe sobre o pagamento de diária operacional no âmbito dos órgãos integrantes do sistema estadual de segurança pública do Estado do Rio Grande do Norte, quanto ao valor, bem como seus limites.
Considerando a Lei Municipal nº 657 de 23 de Novembro de 2018, que autoriza o Município de Upanema, através de convênio, a realizar

pagamentos por meio de Diárias Operacionais, aos Policiais Militares e Civis que exercem atividade municipal delegada pelo Estado do Rio Grande do Norte.
Considerando o convênio firmado entre o Município de Upanema com o Estado do Rio Grande do Norte, concernente a cooperação mútua no desenvolvimento das atividades de segurança pública, o qual estabelece a criação de Conselho Municipal que atuará precipuamente no acompanhamento e controle social dos recursos destinados a execução das obrigações assumidas.
Considerando o Decreto 005/2019, de 04 de Fevereiro de 2019 que Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Segurança Pública.
Considerando a Lei Municipal nº 668, de 22 de Fevereiro de 2019 que autoriza o Poder Executivo Municipal, a abrir Crédito Adicional Especial para acompanhamento e controle social dos recursos aplicados pelo Município nas atividades de Segurança Pública.

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER Seis diárias, sem pernoite, no valor unitário de R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), totalizando R$ 644,40 (seiscentos e quarenta e quatro e quarenta centavos), ao senhor **FRED WILLIAM DE QUEIROZ RIBEIRO**, ocupante do cargo de Sargento da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, para atuar na atividade de policiamento ostensivo ou em serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deste Município no(s) dia(s) 06, 23, 24 e 29 de setembro de 2019.
Art. 2º - Art. 2º - O servidor beneficiário de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 22, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 09 de junho de 2016.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:38FF84A6

PREGOEIRO
RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA, através da **Pregoeira** designada através da portaria n° 004/2019-GPMU, torna público o resultado do **Pregão Presencial nº 047/2019,** conforme descrito:

Objeto: Contratação de serviços especializados na área da saúde, para complementar as equipes Estratégia Saúde na Família- ESF's e Núcleo de Apoio à Saúde da Família- NASF do Município de Upanema/RN.

AMANDA MEDEIROS PEREIRA - CPF: 107.134.274-69, saiu vencedora por ter cotado o menor preço dos itens: 4; perfazendo o valor de **R$ 30.000,00 (trinta mil reais);**

LINDON JOHNSON LOPES FELIX JUNIOR - CPF: 103.975.594-10, saiu vencedor por ter cotado o menor preço do item: 5; perfazendo o valor de **R$ 30.000,00 (trinta mil reais);**

MARIA MONALLIZA BATISTA DE ARAÚJO - CPF: 049.534.123-11, saiu vencedora por ter cotado o menor preço do item: 2; perfazendo o valor de **R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);**

MARIO MARCOS ANTONIO DA SILVA - CPF: 028.190.134-14, saiu vencedor por ter cotado o menor preço do item: 1; perfazendo o valor de **R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);**

Upanema/RN, 07 de Outubro de 2019.

MARIA HELENA DA COSTA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Maria Helena da Costa Silva
Código Identificador:933D9122

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 06/2019 - CMDCA

Divulga o resultado preliminar do processo de escolha para membro do Conselho Tutelar do município de Venha-Ver/RN e abre prazo recursal.

A presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar de Venha-Ver/RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução nº 01/2019 - CMDCA, e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 145/2005 e suas alterações, considerando a Resolução CONSEC nº 118/2019, torna público o **RESULTADO PRELIMINAR** do processo de escolha para membro do Conselho Tutelar do município de Venha-Ver/RN, realizado no dia 06 de outubro de 2019.

1º. Luana Rufino Dantas, 599 votos - eleita;
2º. Marcio Pessoa dos Santos, 554 votos - eleito;
3º. Maria Leidijane de Carvalho Bezerra, 524 votos - eleita;
4º. Raires Alves da Silva, 523 votos – eleita;
5º. Jailson Fernandes da Silva, 468 votos - eleito;
6º. Daliane Barbosa Pessoa, 450 votos – 1º suplente;
7º. Francisca Morais Duarte Bessa, 383 votos – 2º suplente;
8º. Renato Batista Fernandes, 375 votos – 3º suplente;
9º. Daniel Pessoa de Freitas Carvalho, 306 votos – 4º suplente;
10º. Manoel Ferreira da Silva, 268 votos – 5º suplente;

Fica aberto o prazo compreendido entre os dias 08 e 14 de outubro de 2019, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista no item 5.20 do Edital nº 01/2019, retificado em 25 de abril de 2019.

A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

Venha-Ver/RN, 07 de outubro de 2019.

MARLEIDE RAMOS MONTEIRO DE FIGUEIREDO
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Evanda Maria de Freitas Chaves
Código Identificador:82A7C378

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 190901/2019 - INEX

TERMO AUTORIZATIVO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Inexigibilidade de Licitação n.º 190901/2019 - INEX

O Município de Viçosa/RN, através da Prefeitura Municipal, através da Prefeitura Municipal, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº 190901/2019 - INEX, vem emitir o presente Termo Autorizativo de Inexigibilidade de Licitação, amparada no Art. 25, inc. II da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, visando a Contratação de empresa especializada destinada a ministração de Curso sobre Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e Aplicação de Penalidades Administrativas - Teoria e Aspectos Práticos, em favor de IEGESP - INSTITUTO DE ESTUDOS EM GESTAO PUBLICA LTDA, CNPJ:

13.110.864/0001-08, pelo valor de R$ 6.400,00 (deis mil e quatrocentos reais).

AUTORIZO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, a contratação do objeto pretendido, determinando que se proceda a devida publicação dos atos.

Viçosa/RN, 07/10/2019.

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Ubiraci Nobre Pereira
Código Identificador:E9BADD6E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIAS

PORTARIA Nº 142/2019

Viçosa – RN, 1 de março de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Luiz Gonzaga Júnior, 01 (uma) diária de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento do paciente Antônio Pinheiro de Souza em atendimento especializado no Instituto Wilson Rosado.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 143/2019

Viçosa – RN, 7 de março de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Edilson Pereira Moura, 01 (uma) diária de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento da paciente Francisca Danuzia Monteiro Pinto em atendimento especializado no Instituto Wilson Rosado.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 144/2019

Viçosa – RN, 13 de março de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Edilson Pereira Moura, 01 (uma) diária de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento do paciente Antônio Pinheiro em atendimento especializado na Oeste Clínica.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 145/2019

Viçosa – RN, 13 de março de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Samea Rafaela Lopes da Silva Diógene, 01 (uma) diária de valor unitário R$ 40,00 (quarenta reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, Participar da Capacitação Preparatória para o Processo de Escolha Unificado para o Conselho Tutelar.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 146/2019

Viçosa – RN, 13 de março de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Danilo Max Lopes da Silva, 01 (uma) diária de valor unitário R$ 40,00 (quarenta reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, Participar da Capacitação Preparatória para o Processo de Escolha Unificado para o Conselho Tutelar.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 146/2019

Viçosa – RN, 13 de março de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Antônio ELizaias Tavares Freitas, 01 (uma) diária de valor unitário R$ 40,00 (quarenta reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, Participar da Capacitação Preparatória para o Processo de Escolha Unificado para o Conselho Tutelar.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 148/2019

Viçosa – RN, 13 de março de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Maria Dalva Vieira, 01 (uma) diária de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, dia 14 de março de 2019, para participar da Capacitação Preparatória para o Processo de Escolha Unificado para o Conselho Tutelar.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 191/2019

Viçosa – RN, 19 de março de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Djaneide Costa de Freitas Dantas, 03 (três) diárias de valor unitário R$ 50,00 (cinquenta reais), bem como valores adicionais comprovados de despesas em função das atividades excepcionais ocorridas no período de afastamento do trabalho, para fazer face à participação no curso "Energia que transforma", dias 19 a 21 de março de 2019, em Mossoró-RN.

Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 192/2019

Viçosa – RN, 14 de março de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Henrique Matheus de F. Moreira, 01 (uma) diária de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de pacientes em atendimentos especializados.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 193/2019

Viçosa – RN, 15 de março de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Edilson Pereira Moura, 01 (uma) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face ao acompanhamento de pacientes em atendimentos especializados.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 194/2019

Viçosa – RN, 18 de março de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Adson Leonardo Moreira de Souza, 01 (uma) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face ao acompanhamento e transferência do paciente Edmar de Souza do hospital Tarcísio Maia (Mossoró) para o hospital Memorial em Natal, dia 17 de março de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 195/2019

Viçosa – RN, 18 de março de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Renato Maia Leite, 01 (uma) diária de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de pacientes em atendimentos especializados, dia 18 de março de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 196/2019

Viçosa – RN, 20 de março de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Renato Maia Leite, 01 (uma) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face ao acompanhamento de pacientes em atendimentos especializados, dia 20 de março de 2019.

Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 201/2019

Viçosa – RN, 21 de março de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Maria Dalva Vieira, 1 (uma) diária de valor unitário R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, dia 21 de março de 2019, para participar da reunião do Projeto Trilhas Potiguares.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 202/2019

Viçosa – RN, 21 de março de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Antônio Elizaias Tavares Freitas, 1 (uma) diária de valor unitário R$ 70,00 (Setenta reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, dia 21 de março de 2019, para participar da reunião do Projeto Trilhas Potiguares.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 203/2019

Viçosa – RN, 21 de março de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Luiz Gonzaga Júnior, 01 (uma) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimento especializado.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 205/2019

Viçosa – RN, 22 de março de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Renato Maia Leite, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R$ 40,00 (quarenta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de pacientes em atendimentos especializados, dia 22 de março de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 206/2019

Viçosa – RN, 22 de março de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Adalmária Lopes, 2 (duas) diárias de valor unitário R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face à participação no XVII Fórum Estadual da UNDIME/RN, dias 21 e 22 de março de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 207/2019

Viçosa – RN, 22 de março de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Francisca Alaene Lopes Alves, 2 (duas) diárias de valor unitário R$ 70,00 (setenta reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face à participação no XVII Fórum Estadual da UNDIME/RN, dias 21 e 22 de março de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 212/2019

Viçosa – RN, 25 de março de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Renato Maia Leite, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R$ 40,00 (quarenta

reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de pacientes em atendimentos especializados, dia 25 de março de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 214/2019

Viçosa – RN, 26 de março de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Luiz Gonzaga Júnior, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R$ 40,00 (quarenta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimento especializado, dia 26 de março de 2016.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 216/2019

Viçosa – RN, 27 de março de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Edilson Pereira Moura, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R$ 40,00 (quarenta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento da paciente Terezinha Maria Duarte em atendimento especializado no Instituto Wilson Rosado.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 223/2019

Viçosa – RN, 2 de abril de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Edilson Pereira Moura, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), perfazendo um total de R$ 75,00 (setenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Cajazeiras – PB, para fazer face ao acompanhamento do paciente Leôncio Galvão de Freitas em atendimento especializado na Clínica Espaço Saúde.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 224/2019

Viçosa – RN, 3 de abril de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Solange Elizeu Pinto, 2 (duas) diárias de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R$ 160,00 (cento e sessenta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal – RN, para fazer face à participação na oficina macrorregional do COFIN/CNS.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 225/2019

Viçosa – RN, 2 de abril de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Renato Maia Leite, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de pacientes em atendimentos especializados, dia 2 de abril de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 226/2019

Viçosa – RN, 3 de abril de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Henrique Matheus de F. Moreira, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de pacientes em atendimentos especializados.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 229/2019

Viçosa – RN, 5 de abril de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Renato Maia Leite, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento do paciente Antônio Pinheiro em atendimentos especializados, dia 5 de abril de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 232/2019

Viçosa – RN, 7 de abril de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Renato Maia Leite, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R$ 70,00 (setenta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento do paciente Edmar de Souza em atendimentos especializados, dia 7 de abril de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 234/2019

Viçosa – RN, 8 de abril de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Renato Maia Leite, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 120,00 (cento e vinte reais), perfazendo um total de R$ 90,00 (noventa reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face ao acompanhamento do paciente Edmar de Souza em atendimentos especializados, dia 8 de abril de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 238/2019

Viçosa – RN, 9 de abril de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Renato Maia Leite, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento do paciente Fabiano da Silva em atendimentos especializados, dia 10 de abril de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 239/2019

Viçosa – RN, 9 de abril de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Henrique Matheus de F. Moreira, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento do paciente Antônio Pinheiro de Souza em atendimentos especializados, dia 10 de abril de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 240/2019

Viçosa – RN, 9 de abril de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Francisco Hugo de Freitas, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 60,00 (sessenta reais), perfazendo um total de R$ 30,00 (trinta reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento do paciente Fabiano da Silva em atendimentos especializados, dia 10 de abril de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 241/2019

Viçosa – RN, 10 de abril de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Francisco Hugo de Freitas, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R$ 70,00 (setenta reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face à participação no Encontro de Formação Sociopolítica de Adolescente e Jovens em Direitos Humanos, dia 12 de abril de 2019.

Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 243/2019

Viçosa – RN, 10 de abril de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Adson Leandro Moreira de Souza, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 120,00 (cento e vinte reais), perfazendo um total de R$ 90,00 (noventa reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face ao acompanhamento da paciente Francisca Danuzia M. Pinto em atendimentos especializados, dia 11 de abril de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 249/2019

Viçosa – RN, 12 de abril de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Renato Maia Leite, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento do paciente Antônio Pinheiro de Souza em atendimentos especializados, dia 15 de abril de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 250/2019

Viçosa – RN, 12 de abril de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Francisco Hugo de Freitas, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 60,00 (sessenta reais), perfazendo um total de R$ 30,00 (trinta reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento do paciente Fabiano da Silva em atendimentos especializados, dia 12 de abril de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 252/2019

Viçosa – RN, 11 de abril de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Edilson Pereira Moura, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de pacientes em atendimentos especializados, dia 12 de abril de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 253/2019

Viçosa – RN, 11 de abril de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Edilson Pereira Moura, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 120,00 (cento e vinte reais), perfazendo um total de R$ 90,00 (noventa reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face ao acompanhamento do paciente Edmar Souza em atendimento especializado, dia 15 de abril de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 255/2019
Viçosa – RN, 16 de abril de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Adson Leandro Moreira de Souza, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 120,00 (cento e vinte reais), perfazendo um total de R$ 90,00 (noventa reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face ao acompanhamento dos pacientes Paulo Alves Maia e Antônio Otávio de Oliveira Cavalcante, em atendimentos especializados, dia 16 de abril de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 256/2019

Viçosa – RN, 16 de abril de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Ivanaldo Regis de Paiva, 2 e 1/2 (duas e meia) diárias de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento dos ônibus escolares ao SINAU, dias 16, 17 e 18 de abril de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 263/2019

Viçosa – RN, 17 de abril de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Adson Leandro Moreira de Souza, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 120,00 (cento e vinte reais), perfazendo um total de R$ 90,00 (noventa reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face ao acompanhamento dos pacientes em atendimentos especializados, dia 17 de abril de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 264/2019

Viçosa – RN, 17 de abril de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Renato Maia Leite, 1/2 (meia) diária de valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais), perfazendo um total de R$ 90,00 (noventa reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face ao acompanhamento dos pacientes em atendimentos especializados, dia 17 de abril de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 265/2019

Viçosa – RN, 22 de abril de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Adson Leandro Moreira de Souza, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento dos pacientes em atendimentos especializados, dia 22 de abril de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 266/2019

Viçosa – RN, 22 de abril de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Henrique Matheus de F. Moreira, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento dos pacientes em atendimentos especializados, dia 23 de abril de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 267/2019

Viçosa – RN, 23 de abril de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Henrique Matheus de F. Moreira, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento dos pacientes em atendimentos especializados, dia 24 de abril de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 268/2019

Viçosa – RN, 23 de abril de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Edilson Pereira Moura, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 120,00 (cento e vinte reais), perfazendo um total de R$ 90,00 (noventa reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face ao acompanhamento da

paciente Regineide Oliveira da Silva em atendimento especializado, dia 24 de abril de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 269/2019

Viçosa – RN, 25 de abril de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Edilson Pereira Moura, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimento especializado, dia 26 de abril de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 270/2019

Viçosa – RN, 25 de abril de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Maria Dalva Vieira, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), perfazendo um total de R$ 75,00 (setenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Caicó/RN, para fazer face à participação em reunião do COEGEMAS/RN, dia 25 de abril de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 271/2019

Viçosa – RN, 25 de abril de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Antônio Elizaias Tavares Freitas, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ R$ 60,00 (sessenta reais), perfazendo um total de R$ 30,00 (trinta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Caicó/RN, para fazer face à participação em reunião do COEGEMAS/RN, dia 25 de abril de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 272/2019

Viçosa – RN, 25 de abril de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Vanderbio de Almeida Paiva, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ R$ 60,00 (sessenta reais), perfazendo um total de R$ 30,00 (trinta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Caicó/RN, para fazer face à participação em reunião do COEGEMAS/RN, dia 25 de abril de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 273/2019

Viçosa – RN, 26 de abril de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER à Vanda Maria Bezerra de Campos Batista, 3 (três) diárias de valor unitário R$ R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), perfazendo um total de R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face à participação no 7º Congresso de secretários municipais de saúde e XVIII Congresso do COSEMS/CE, dias 29/04, 30/01 e 01/05 de 2019.

Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 274/2019
Viçosa – RN, 29 de abril de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Adson Leandro Moreira de Souza, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 120,00 (cento e vinte reais), perfazendo um total de R$ 90,00 (noventa reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face ao acompanhamento da paciente Regineide de Olivera Silva, em atendimentos especializados, dia 30 de abril de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 275/2019

Viçosa – RN, 29 de abril de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Renato Maia Leite, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento dos pacientes em atendimentos especializados, dia 30 de abril de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 276/2019

Viçosa – RN, 29 de abril de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Luiz Gonzaga Júnior, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), perfazendo um total de R$ 75,00 (setenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Cajazeiras/PB, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimento especializado, dia 30 de abril de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 280/2019

Viçosa – RN, 6 de maio de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Maria Dalva Vieira, 4 (quatro) diárias de valor unitário R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), perfazendo um total de R$ 1.000,00 (mil reais)para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, dias 7 a 9 de maio de 2019, para participar de diversos eventos institucionais.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 281/2019

Viçosa – RN, 6 de maio de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Renato Maia Leite, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento dos pacientes em atendimentos especializados, dia 7 de maio de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 282/2019

Viçosa – RN, 7 de maio de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Adson Leandro Moreira de Souza, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 120,00 (cento e vinte reais), perfazendo um total de R$ 90,00 (noventa reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face ao acompanhamento do paciente Paulo Alves Maia, em atendimentos especializados, dia 8 de maio de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 283/2019

Viçosa – RN, 7 de maio de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Renato Maia Leite, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 120,00 (cento e vinte reais), perfazendo um total de R$ 90,00 (noventa reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face ao acompanhamento dos pacientes em atendimentos especializados, dia 9 de maio de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 140/2019

Viçosa – RN, 12 de março de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Renato Maia Leite, 01 (uma) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, em 12 de março de 2019, para fazer face ao acompanhamento do paciente Lúcia de Oliveira Pinto em atendimento especializado na CECAN.

Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

Publicado por:
Francisco Ubiraci Nobre Pereira
Código Identificador:26B3772D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIAS

PORTARIA Nº 285/2019

Viçosa – RN, 9 de maio de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Henrique Matheus de F. Moreira, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento dos pacientes em atendimentos especializados, dia 13 de maio de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 286/2019

Viçosa – RN, 14 de maio de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER à Vanda Maria Bezerra de Campos Batista, 1 (uma) diária de valor unitário R$ R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), perfazendo um total de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face à participação da reunião do COSEMS, dia 15 de maio de 2019.

Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 287/2019

Viçosa – RN, 15 de maio de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Adson Leandro Moreira de Souza, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento da paciente Francisca Danuzia pinto, em atendimentos especializados, dia 16 de maio de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 288/2019

Viçosa – RN, 13 de maio de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Renato Maia Leite, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento dos pacientes em atendimentos especializados, dia 14 de maio de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 289/2019

Viçosa – RN, 16 de maio de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Pedro Alcântara da Silva, 3 (três) diárias de valor unitário R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), perfazendo um total de R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face à participação do I Encontro de Formação em esporte e Lazer do RN, dias 22 a 24 de maio de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 290/2019

Viçosa – RN, 18 de maio de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Henrique Matheus de F. Moreira, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento dos pacientes em atendimentos especializados, dia 18 de maio de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 291/2019

Viçosa – RN, 20 de maio de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Adson Leandro Moreira de Souza, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento da paciente Francisca Danuzia pinto, em atendimentos especializados, dia 19 de maio de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 292/2019

Viçosa – RN, 16 de maio de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Edilson Pereira Moura, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimento especializado, dia 16 de maio de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 293/2019

Viçosa – RN, 16 de maio de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Maria Elvira de Oliveira Lopes, 1 (uma) diária de valor unitário R$ R$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R$ 80,00 (oitenta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face à participação na reunião do COEDE/RN, dia 22 de maio de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 294/2019

Viçosa – RN, 20 de maio de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Maria Dalva Vieira, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), perfazendo um total de R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, dia 24 de maio de 2019, para participar de evento do COEGEMAS.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 296/2019

Viçosa – RN, 22 de maio de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Henrique Matheus de F. Moreira, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento dos pacientes em atendimentos especializados, dia 23 de maio de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 297/2019

Viçosa – RN, 23 de maio de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Renato Maia Leite, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento dos pacientes em atendimentos especializados, dia 24 de maio de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 298/2019

Viçosa – RN, 23 de maio de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Adson Leandro Moreira de Souza, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente, em atendimentos especializados, dia 24 de maio de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 305/2019

Viçosa – RN, 29 de maio de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Luiz Gonzaga Júnior, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimento especializado, dia 30 de maio de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 333/2019

Viçosa – RN, 30 de maio de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Lucas Bezerra Lins, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de pessoal ao Corpo de Bombeiros Militares para tratar de assuntos de interesse do município, dia 31 de maio de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 341/2019

Viçosa – RN, 3 de junho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Luiz Gonzaga Júnior, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimento especializado, dia 4 de junho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 344/2019

Viçosa – RN, 31 de maio de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Eduarda Moraes de Oliveira, 3 (três) diárias de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, dias 3 a 5 de junho de 2019, para participar de Curso de Assistência Farmacêutica na Atenção Básica.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 346/2019

Viçosa – RN, 5 de junho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Adson Leandro Moreira de Souza, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimentos especializados, dia 6 de junho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 347/2019

Viçosa – RN, 4 de junho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Renato Maia Leite, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimento especializado, dia 5 de junho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e

Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 348/2019

Viçosa – RN, 5 de junho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Renato Maia Leite, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 120,00 (cento e vinte reais), perfazendo um total de R$ 90,00 (noventa reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimento especializado, dia 6 de junho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 349/2019

Viçosa – RN, 5 de junho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Solange Elizeu Pinto, 3 (três) diárias de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face à participação na 9ª Conferência Estadual de Saúde, dias 11 a 13 de junho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 350/2019

Viçosa – RN, 5 de junho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Maria Dalva Vieira, 1 e 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), perfazendo um total de R$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, dias 11 e 12 de junho de 2019, para participar de reunião do Conselho Nacional de Assistência Social.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 351/2019

Viçosa – RN, 7 de junho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Antônio Elizaias Tavares Freitas, 1 e 1/2 (uma e meia) diária de valor unitário R$ 60,00 (sessenta reais), perfazendo um total de R$ 90,00 (noventa reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Pau dos Ferros/RN, para participar da Oficina sobre Legislação de Atividades Florestais, dias 12 e 13 de junho.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 352/2019

Viçosa – RN, 7 de junho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Antônio Danilo Max Lopes da Silva, 1 e 1/2 (uma e meia) diária de valor unitário R$ 60,00 (sessenta reais), perfazendo um total de R$ 90,00 (noventa reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Pau dos Ferros/RN, para participar da Oficina sobre Legislação de Atividades Florestais, dias 12 e 13 de junho.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 351/2019

Viçosa – RN, 7 de junho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Francisca Itamária de Paula Sabino, 1 e 1/2 (uma e meia) diária de valor unitário R$ 60,00 (sessenta reais), perfazendo um total de R$ 90,00 (noventa reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Pau dos Ferros/RN, para participar da Oficina sobre Legislação de Atividades Florestais, dias 12 e 13 de junho.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 360/2019

Viçosa – RN, 11 de junho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Renato Maia Leite, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimento especializado, dia 12 de junho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 361/2019

Viçosa – RN, 11 de junho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Edilson Pereira Moura, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimento especializado, dia 12 de junho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 364/2019

Viçosa – RN, 18 de junho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Maria Dalva Vieira, 2 (duas) diárias de valor unitário R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), perfazendo um total de R$ 500,00 (quinhentos reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, dias 18 e 19 de junho de 2019, para participar de oficina de planejamento para elaboração e atualização do Plano e Lei de Assistência Social.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 365/2019

Viçosa – RN, 17 de junho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Emerson Tadeu Gianelo, 2 e 1/2 (duas e meia) diárias de valor unitário R$ R$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R$ 230,00 (duzentos e trinta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face à participação em reuniões de protocolo e serviços da ANVISA, dias 17 a 19 de junho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 366/2019

Viçosa – RN, 18 de junho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Adson Leandro Moreira de Souza, 2 e 1/2 (duas e meia) diárias de valor unitário R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), perfazendo um total de R$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Salvador/BA, para receber o veículo doado ao município de Viçosa pelo Ministério da Saúde, dias 20 a 22 de junho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 449/2019

Viçosa – RN, 19 de junho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Luiz Gonzaga Júnior, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimento especializado, dia 24 de junho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 450/2019

Viçosa – RN, 20 de junho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Renato Maia Leite, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimento especializado, dia 21 de junho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 465/2019

Viçosa – RN, 24 de junho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Edilson Pereira Moura, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimento especializado, dia 25 de junho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 466/2019

Viçosa – RN, 25 de junho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Adson Leandro Moreira de Souza, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimentos especializados, dia 26 de junho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 470/2019

Viçosa – RN, 26 de junho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Henrique Matheus de F. Moreira, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento dos pacientes em atendimentos especializados, dia 27 de junho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 475/2019

Viçosa – RN, 1 de julho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Adson Leandro Moreira de Souza, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimentos especializados, dia 2 de julho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 480/2019

Viçosa – RN, 5 de julho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Eduarda Moraes de Oliveira, 2 (duas) diárias de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R$160,00 (cento e sessenta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, dias 8 e 9 de julho de 2019, para participar de curso de Cuidado Farmacêutico no SUS.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 490/2019

Viçosa – RN, 9 de julho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Samea Rafaela Rodrigues de Paiva, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R$ 70,00 (setenta reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN para acompanhamento e visitação à Ana Cledna na FUNDASE/RN, dia 10 de julho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 491/2019

Viçosa – RN, 8 de julho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Francisca Alaene Lopes Alves, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 60,00 (sessenta reais), perfazendo um total de R$ 30,00 (trinta reais) para atender às despesas com alimentação,

referente à viagem a Mossoró/RN, dia 9 de julho de 2019, para participar de reunião ampliada dos conselhos municipais de educação.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 492/2019

Viçosa – RN, 9 de julho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Jailma Batista da Silva, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R$ 70,00 (setenta reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN para acompanhamento e visitação à Ana Cledna na FUNDASE/RN, dia 10 de julho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 493/2019

Viçosa – RN, 8 de julho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Raimunda Pedro de Oliveira, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 60,00 (sessenta reais), perfazendo um total de R$ 30,00 (trinta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de pacientes em avaliação psiquiátrica, dia 9 de julho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 494/2019

Viçosa – RN, 9 de julho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Renato Maia Leite, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimento especializado, dia 9 de julho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 495/2019

Viçosa – RN, 9 de julho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Lucas Bezerra Lins, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 120,00 (cento e vinte reais), perfazendo um total de R$ 90,00 (noventa reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face ao acompanhamento de familiares em visita à Ana Cledna de Paiva Pereira, na FUNDASE/RN, dia 10 de julho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 496/2019

Viçosa – RN, 11 de julho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Antônio Washington Barbosa, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R$ 70,00 (setenta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face à participação no treinamento de atletas viçosenses na seleção Cadete do RN de Handball, dia 13 de julho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 497/2019

Viçosa – RN, 11 de julho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Adson Leandro Moreira de Souza, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimentos especializados, dia 12 de julho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 498/2019

Viçosa – RN, 15 de julho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Francisca Alaene Lopes Alves, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R$ 70,00 (setenta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, dia 16 de julho de 2019, para participar do IV Encontro Estadual dos Conselhos Municipais de Educação.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 499/2019

Viçosa – RN, 15 de julho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Francisca Jaenia da Silva Pinto, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R$ 70,00 (setenta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, dia 16 de julho de 2019, para participar do IV Encontro Estadual dos Conselhos Municipais de Educação.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 500/2019

Viçosa – RN, 15 de julho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Lucas Bezerra Lins, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 120,00 (cento e vinte reais), perfazendo um total de R$ 90,00 (noventa reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face à participação no IV Encontro Estadual dos Conselhos Municipais de Educação, dia 16 de julho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 505/2019

Viçosa – RN, 16 de julho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER à Vanda Maria Bezerra de Campos Batista, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), perfazendo um total de R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face à participação da reunião do COSEMS, dia 17 de julho de 2019.

Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 506/2019

Viçosa – RN, 16 de julho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Henrique Matheus de F. Moreira, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento dos pacientes em atendimentos especializados, dia 17 de julho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 507/2019

Viçosa – RN, 17 de julho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Adson Leandro Moreira de Souza, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimentos especializados, dia 18 de julho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 513/2019

Viçosa – RN, 18 de julho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Maria Dalva Vieira, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), perfazendo um total de R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, dias 19 de julho de

2019, para participar de reunião do Conselho Estadual de Assistência Social.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 514/2019

Viçosa – RN, 18 de julho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Antônio Elizaias Tavares Freitas, 1/2 (uma e meia) diária de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R$ 70,00 (setenta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para participar da reunião do Conselho Estadual de Assistência Social, dias 19 de julho.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 515/2019

Viçosa – RN, 18 de julho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Renato Maia Leite, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 120,00 (cento e vinte reais), perfazendo um total de R$ 90,00 (noventa reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face ao translado de pessoal, dia 19 de julho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 516/2019

Viçosa – RN, 18 de julho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Luiz Gonzaga Júnior, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimento especializado, dia 18 de julho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 517/2019

Viçosa – RN, 18 de julho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Luiz Gonzaga Júnior, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimento especializado, dia 19 de julho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 518/2019

Viçosa – RN, 19 de julho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Edilson Pereira Moura, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimento especializado, dia 22 de julho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 576/2019

Viçosa – RN, 23 de julho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Antônio Washington Barbosa, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R$ 70,00 (setenta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face à participação no treinamento de atletas viçosenses na seleção Cadete do RN de Handball, dia 24 de julho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 284/2019

Viçosa – RN, 9 de maio de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Luiz Gonzaga Júnior, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimento especializado, dia 10 de maio de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

Publicado por:
Francisco Ubiraci Nobre Pereira
Código Identificador:D90E6708

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIAS

PORTARIA Nº 576/2019

Viçosa – RN, 23 de julho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Rogério Oliveira Lopes, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 120,00 (cento e vinte reais), perfazendo um total de R$ 90,00 (noventa reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face à participação no treinamento de atletas viçosenses na seleção Cadete do RN de Handball, dia 24 de julho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 580/2019

Viçosa – RN, 22 de julho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Adson Leandro Moreira de Souza, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimentos especializados, dia 23 de julho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 581/2019

Viçosa – RN, 24 de julho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Renato Maia Leite, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais),,perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao translado de pessoal, dia 25 de julho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 582/2019

Viçosa – RN, 26 de julho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Lucas Bezerra Lins, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer à condução de pessoal do CRAS ao evento de formação, dia 29 de julho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 583/2019

Viçosa – RN, 29 de julho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Rogério Oliveira Lopes, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mosoró/RN, para fazer face à condução de pessoal do CRAS para evento de formação, dia 30 de julho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 584/2019

Viçosa – RN, 29 de julho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Lucas Bezerra Lins, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00

(quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer à condução de pessoal do CRAS ao evento de formação, dia 31 de julho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 585/2019

Viçosa – RN, 29 de julho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Solange Elizeu Pinto, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R$ 70,00 (setenta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face à participação em oficina da SESAP, dia 30 de julho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 598/2019

Viçosa – RN, 31 de julho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Renato Maia Leite, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais),,perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao translado de pessoal, dia 1 de agosto de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 599/2019

Viçosa – RN, 30 de julho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Adson Leandro Moreira de Souza, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimentos especializados, dia 31 de julho de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 600/2019

Viçosa – RN, 31 de julho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Francisca Alaene Lopes Alves, 2 (duas) diárias de valor unitário R$ 130,00 (cento e trinta reais), perfazendo um total de R$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Cabedelo/PB, dias 1 e 2 de agosto de 2019, para participar da formação para a Conferência Regional da UNCME.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 601/2019

Viçosa – RN, 31 de julho de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Rogério Oliveira Lopes, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face à condução de pessoal do CRAS para evento, dia 1 de agosto de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 610/2019

Viçosa – RN, 1 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Edilson Pereira Moura, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimento especializado, dia 2 de agosto de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 611/2019

Viçosa – RN, 2 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Adson Leandro Moreira de Souza, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimentos especializados, dia 5 de agosto de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 612/2019

Viçosa – RN, 5 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Edilson Pereira Moura, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimento especializado, dia 6 de agosto de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 613/2019

Viçosa – RN, 5 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Lucas Bezerra Lins, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 120,00 (cento e vinte reais), perfazendo um total de R$ 90,00 (noventa reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face ao acompanhamento de familiar e Conselho Tutelar em visita à Ana Cledna de Paiva Pereira, na FUNDASE/RN, dia 7 de agosto de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 614/2019

Viçosa – RN, 5 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Jailma Batista da Silva, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R$ 70,00 (setenta reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN para acompanhamento e visitação à Ana Cledna na FUNDASE/RN, dia 7 de agosto de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 615/2019

Viçosa – RN, 5 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Samea Rafaela Rodrigues de Paiva, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R$ 70,00 (setenta reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN para acompanhamento e visitação à Ana Cledna na FUNDASE/RN, dia 7 de agosto de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 616/2019

Viçosa – RN, 6 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Maria Dalva Vieira, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), perfazendo um total de R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, dias 8 de agosto de 2019, para participar da V Conferência da Pessoa Idosa.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 617/2019

Viçosa – RN, 6 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Antônio Danilo Max Lopes da Silva, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R$ 70,00 (setenta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para participar da V Conferência da Pessoa Idosa, dia 8 de junho.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 618/2019

Viçosa – RN, 6 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Antônio Erivaldo Calixto da Silva, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R$ 70,00 (setenta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para participar da V Conferência da Pessoa Idosa, dia 8 de junho.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 630/2019

Viçosa – RN, 6 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Renato Maia Leite, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 120,00 (cento e vinte reais), perfazendo um total de R$ 90,00 (noventa reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face ao translado de pessoal, dia 7 de agosto de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 631/2019

Viçosa – RN, 7 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Edilson Pereira Moura, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimento especializado, dia 8 de agosto de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 632/2019

Viçosa – RN, 8 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Adson Leandro Moreira de Souza, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimentos especializados, dia 8 de agosto de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 633/2019

Viçosa – RN, 8 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Luiz Gonzaga Júnior, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimento especializado, dia 10 de agosto de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 634/2019

Viçosa – RN, 7 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Renato Maia Leite, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao translado de pessoal, dia 8 de agosto de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 635/2019

Viçosa – RN, 12 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Breno Tavares Nunes, 2 e 1/2 (duas e meia) diárias de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R$ 230,00 (duzentos e trinta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face à participação em reuniões e eventos na FEMURN, no MDA e no TCE/RN, dias 14, 15 e 16 de agosto de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 636/2019

Viçosa – RN, 9 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Antônio Elizaias Tavares Freitas, 4 e 1/2 (quatro e meia) diárias de valor unitário R$ 60,00 (sessenta reais), perfazendo um total de R$ 270,00 (duzentos e setenta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para participar de cursos de capacitação do SUAS, dias 12 a 16 de agosto.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 637/2019

Viçosa – RN, 9 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER à Francisca Helane de Freitas Maia, 4 e 1/2 (quatro e meia) diárias de valor unitário R$ 60,00 (sessenta reais), perfazendo um total de R$ 270,00 (duzentos e setenta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para participar de cursos de capacitação do SUAS, dias 12 a 16 de agosto.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 638/2019

Viçosa – RN, 9 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Danilo Max Lopes da Silva, 4 e 1/2 (quatro e meia) diárias de valor unitário R$ 60,00 (sessenta reais), perfazendo um total de R$ 270,00 (duzentos e setenta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para participar de cursos de capacitação do SUAS, dias 12 a 16 de agosto.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 644/2019

Viçosa – RN, 12 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Eduarda Moraes de Oliveira, 2 (duas) diárias de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R$ 160,00 (cento e sessenta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, dias 12 e 13 de agosto de 2019, para participar de Curso Cuidados Farmacêuticos no SUS.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 660/2019

Viçosa – RN, 15 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Renato Maia Leite, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao translado de pessoal, dia 16 de agosto de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 661/2019

Viçosa – RN, 16 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Adson Leandro Moreira de Souza, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimentos especializados, dia 19 de agosto de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 662/2019

Viçosa – RN, 16 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Raimunda Pedro de Oliveira, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 60,00 (sessenta reais), perfazendo um total de R$ 30,00 (trinta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de pacientes em avaliação psiquiátrica, dia 19 de agosto de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 663/2019

Viçosa – RN, 19 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Henrique Matheus de F. Moreira, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento dos pacientes em atendimentos especializados, dia 20 de agosto de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 664/2019

Viçosa – RN, 20 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Adson Leandro Moreira de Souza, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 120,00 (cento e vinte reais), perfazendo um total de R$ 90,00 (noventa reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimentos especializados, dia 21 de agosto de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 670/2019

Viçosa – RN, 22 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Adalmária Lopes, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), perfazendo um total de R$ 75,00 (setenta e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face à participação na formação para implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dia 28 de agosto de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 671/2019

Viçosa – RN, 22 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Francisca Alaene Lopes Alves, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 60,00 (sessenta reais), perfazendo um total de R$ 30,00 (trinta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, dia 28 de agosto de 2019, para participar da formação para implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 672/2019

Viçosa – RN, 22 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Suziane Sabino Lopes Soares, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 60,00 (sessenta reais), perfazendo um total de R$ 30,00 (trinta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, dia 28 de agosto de 2019, para participar da formação para implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 673/2019

Viçosa – RN, 22 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Francisca Ana Cláudia de Souza Monteiro, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 60,00 (sessenta reais), perfazendo um total de R$ 30,00 (trinta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, dia 28 de agosto de 2019, para participar da formação para implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 674/2019

Viçosa – RN, 22 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Cinara Dalieve de Souza Ferreira Holanda, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 60,00 (sessenta reais), perfazendo um total de R$ 30,00 (trinta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, dia 28 de agosto de 2019, para participar da formação para implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 680/2019

Viçosa – RN, 23 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Henrique Matheus de F. Moreira, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento dos pacientes em atendimentos especializados, dia 26 de agosto de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 681/2019

Viçosa – RN, 26 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Renato Maia Leite, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 120,00 (cento e vinte reais), perfazendo um total de R$ 90,00 (noventa reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face ao translado de pessoal, dia 24 de agosto de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 689/2019

Viçosa – RN, 27 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Renato Maia Leite, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao translado de pessoal, dia 28 de agosto de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 690/2019

Viçosa – RN, 27 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Raimunda Pedro de Oliveira, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 60,00 (sessenta reais), perfazendo um total de R$ 30,00 (trinta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de pacientes em avaliação psiquiátrica, dia 28 de agosto de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 691/2019

Viçosa – RN, 29 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Maria Dalva Vieira, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), perfazendo um total de R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, dias 30 de agosto de 2019, para participar da formação sociopolítica de adolescentes e jovens em direitos humanos.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 692/2019

Viçosa – RN, 29 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Francisca Helena de Freitas Maia, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R$ 70,00 (setenta reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face à participação no Encontro de Formação Sociopolítica de Adolescente e Jovens em Direitos Humanos, dia 30 de agosto de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 693/2019

Viçosa – RN, 29 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Renato Maia Leite, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 120,00 (cento e vinte reais), perfazendo um total de R$ 90,00 (noventa reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face ao translado de pessoal, dia 30 de agosto de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 700/2019

Viçosa – RN, 30 de agosto de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Edilson Pereira Moura, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), perfazendo um total de R$ 75,00 (setenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Juazeiro do Norte/CE, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimento especializado, dia 2 de setembro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 710/2019

Viçosa – RN, 2 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Henrique Matheus de F. Moreira, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento dos pacientes em atendimentos especializados, dia 3 de setembro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 711/2019

Viçosa – RN, 2 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Luiz Gonzaga Júnior, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimento especializado, dia 3 de setembro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 712/2019

Viçosa – RN, 2 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Raimunda Pedro de Oliveira, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 60,00 (sessenta reais), perfazendo um total de R$ 30,00 (trinta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de pacientes, dia 3 de setembro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 713/2019

Viçosa – RN, 4 de seembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Renato Maia Leite, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e

cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao translado de pessoal, dia 5 de setembro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 714/2019

Viçosa – RN, 4 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Raimunda Pedro de Oliveira, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 60,00 (sessenta reais), perfazendo um total de R$ 30,00 (trinta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de pacientes, dia 5 de setembro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 715/2019

Viçosa – RN, 5 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Henrique Matheus de F. Moreira, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento dos pacientes em atendimentos especializados, dia 5 de setembro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 718/2019

Viçosa – RN, 6 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER à Vanda Maria Bezerra de Campos Batista, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), perfazendo um total de R$ 75,00 (setenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Pau dos Ferros/RN, para fazer face à participação na oficina de discussão dos indicadores do SISPACTO, dia 9 de setembro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 719/2019

Viçosa – RN, 6 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Adson Leandro Moreira de Souza, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimentos especializados, dia 9 de setembro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 720/2019

Viçosa – RN, 6 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Jailma Batista da Silva, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R$ 70,00 (setenta reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN para acompanhamento e visitação à Ana Cledna na FUNDASE/RN, dia 10 de setembro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 721/2019

Viçosa – RN, 6 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Samea Rafaela Rodrigues de Paiva, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R$ 70,00 (setenta reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN para acompanhamento e visitação à Ana Cledna na FUNDASE/RN, dia 10 de setembro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 722/2019

Viçosa – RN, 9 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Antônio Elizaias Tavares Freitas, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R$ 70,00 (setenta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para participar de cursos de capacitação da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte – AGN, dia 10 de setembro.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

Publicado por:
Francisco Ubiraci Nobre Pereira
Código Identificador:DB0C631B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIAS

PORTARIA Nº 723/2019

Viçosa – RN, 9 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Eduarda Moraes de Oliveira, 2 (duas) diárias de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R$ 160,00 (cento e sessenta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, dias 9 e 10 de setembro de 2019, para participar de Curso Cuidados Farmacêuticos no SUS.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 724/2019

Viçosa – RN, 9 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Lucas Bezerra Lins, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 120,00 (cento e vinte reais), perfazendo um total de R$ 90,00 (noventa reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face ao acompanhamento de familiar e Conselho Tutelar em visita à Ana Cledna de Paiva Pereira, na FUNDASE/RN, dia 10 de setembro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 725/2019

Viçosa – RN, 10 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Edilson Pereira Moura, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimento especializado, dia 11 de setembro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 726/2019

Viçosa – RN, 11 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Adalmária Lopes, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), perfazendo um total de R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face à participação na reunião no IFRN, dia 12 de setembro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 727/2019

Viçosa – RN, 11 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Lucas Bezerra Lins, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 120,00 (cento e vinte reais), perfazendo um total de R$ 90,00 (noventa reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face ao acompanhamento de pessoal à reunião no IFRN, dia 12 de setembro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 728/2019

Viçosa – RN, 11 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Antônio Washington Barbosa, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 130,00 (cento e trinta reais), perfazendo um total de R$ 65,00 (sessenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Brejo do Cruz/PB, para fazer face à participação no 3º torneio de Handebol, dia 15 de setembro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 729/2019

Viçosa – RN, 11 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Adson Leandro Moreira de Souza, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimentos especializados, dia 11 de setembro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 730/2019

Viçosa – RN, 11 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Érico da Costa Onofre Sobrinho, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), perfazendo um total de R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face à participação na reunião na CAERN, dia 12 de setembro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 731/2019

Viçosa – RN, 11 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a João Batista Lopes da Silva, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), perfazendo um total de R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face à participação na reunião na CAERN, dia 12 de setembro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 732/2019

Viçosa – RN, 11 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Marcos Roberto B. Silva, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), perfazendo um total de R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face à participação na reunião na CAERN, dia 12 de setembro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 733/2019

Viçosa – RN, 11 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Pedro de Alcântara da Silva, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), perfazendo um total de R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face à participação na reunião na CAERN, dia 12 de setembro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 734/2019

Viçosa – RN, 11 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Vanda Maria Bezerra de C. Batista, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), perfazendo um total de R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face à participação na reunião na CAERN, dia 12 de setembro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 735/2019

Viçosa – RN, 11 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Victor Ramon Alves, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), perfazendo um total de R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face à participação na reunião na CAERN, dia 12 de setembro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 736/2019

Viçosa – RN, 11 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Luiz Gonzaga Júnior, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimento especializado, dia 12 de setembro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 737/2019

Viçosa – RN, 12 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Renato Maia Leite, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao translado de pessoal, dia 13 de setembro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 738/2019

Viçosa – RN, 12 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Maria Dalva Vieira, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), perfazendo um total de R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, dias 13 de setembro de 2019, para participar de reunião do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 750/2019

Viçosa – RN, 16 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Solange Elizeu Pinto, 3 (três) diárias de valor unitário R$ 60,00 (sessenta reais), perfazendo um total de R$ 180,00 (cento e oitenta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Pau dos Ferros/RN, para fazer face à participação na capacitação para identificação de vetores da Dengue, dias 17 a 20 de setembro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 751/2019

Viçosa – RN, 16 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Edilson Pereira Moura, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimento especializado, dia 17 de setembro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 752/2019

Viçosa – RN, 17 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Luiz Gonzaga Júnior, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimento especializado, dia 18 de setembro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 760/2019

Viçosa – RN, 20 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Henrique Matheus de F. Moreira, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 120,00 (cento e vinte reais), perfazendo um total de R$ 90,00 (noventa reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face ao acompanhamento dos pacientes em atendimentos especializados, dia 23 de setembro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 761/2019

Viçosa – RN, 23 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Adson Leandro Moreira de Souza, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimentos especializados, dia 24 de setembro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 762/2019

Viçosa – RN, 24 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER à Francisca Helane de Freitas Maia, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R$ 70,00 (setenta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para participar de Encontro de Formação Sociopolítica, dia 27 de setembro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 785/2019

Viçosa – RN, 27 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Vanda Maria Bezerra de C. Batista, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), perfazendo um total de R$ 75,00 (setenta e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Pau dos Ferros/RN, para fazer face à participação na reunião da CIR, dia 27 de setembro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 787/2019

Viçosa – RN, 30 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Raimunda Pedro de Oliveira, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 60,00 (sessenta reais), perfazendo um total de R$ 30,00 (trinta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de pacientes, dia 1 de outubro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 788/2019

Viçosa – RN, 30 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Maria Aurilene César de Andrade, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R$ 70,00 (setenta reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face à participação no II Encontro de Formação do Programa Educação Conectada, dia 2 de outubro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 789/2019

Viçosa – RN, 30 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Luiz Gonzaga Júnior, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimento especializado, dia 1 de outubro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 793/2019

Viçosa – RN, 30 de setembro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Lucas Bezerra Lins, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 120,00 (cento e vinte reais), perfazendo um total de R$ 90,00 (noventa reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face ao acompanhamento de pessoal ao II Encontro de Formação do Programa Educação Conectada, dia 2 de outubro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 797/2019

Viçosa – RN, 2 de outubro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Antônio Wilton da Costa Soares, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 60,00 (sessenta reais), perfazendo um total de R$ 30,00 (trinta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Martins/RN, para fazer face à participação na 5ª Copa Gnet, dia 3 de outubro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 798/2019

Viçosa – RN, 2 de outubro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Rogério Oliveira Lopes, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face à condução de pessoal para evento, dia 2 de outubro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 799/2019

Viçosa – RN, 1 de outubro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Renato Maia Leite, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao translado de pessoal, dia 2 de outubro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 800/2019

Viçosa – RN, 2 de outubro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Luiz Gonzaga Júnior, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimento especializado, dia 7 de outubro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 801/2019

Viçosa – RN, 2 de outubro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Cinara Dalieve Ferreira de Souza Holanda, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 60,00 (sessenta reais), perfazendo um total de R$ 30,00 (trinta reais) para atender às despesas com alimentação,

referente à viagem a Pau dos Ferros/RN, para fazer face à participação na Formação do Documento Curricular do RN, dia 8 de outubro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 802/2019

Viçosa – RN, 2 de outubro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Ana Cláudia de Souza Monteiro, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 60,00 (sessenta reais), perfazendo um total de R$ 30,00 (trinta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Pau dos Ferros/RN, para fazer face à participação na Formação do Documento Curricular do RN, dia 8 de outubro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 803/2019

Viçosa – RN, 2 de outubro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Suziana Lopes Sabino Soares, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 60,00 (sessenta reais), perfazendo um total de R$ 30,00 (trinta reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Pau dos Ferros/RN, para fazer face à participação na Formação do Documento Curricular do RN, dia 8 de outubro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 804/2019

Viçosa – RN, 2 de outubro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Adalmária Lopes, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), perfazendo um total de R$ 75,00 (senta e cinco reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Pau dos Ferros/RN, para fazer face à participação na Formação do Documento Curricular do RN, dia 8 de outubro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 805/2019

Viçosa – RN, 2 de outubro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Adson Leandro Moreira de Souza, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), perfazendo um total de R$ 75,00 (setenta e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Fortaleza/CE, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimento especializado, dia 4 de outubro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 806/2019

Viçosa – RN, 2 de outubro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Henrique Matheus de F. Moreira, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 90,00 (noventa reais), perfazendo um total de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Mossoró/RN, para fazer face ao acompanhamento de paciente em atendimento especializado, dia 4 de outubro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e
Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

PORTARIA Nº 807/2019

Viçosa – RN, 7 de outubro de 2019.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Lucas Bezerra Lins, 1/2 (meia) diária de valor unitário R$ 120,00 (cento e vinte reais), perfazendo um total de R$ 90,00 (noventa reais) para atender às despesas com alimentação, referente à viagem a Natal/RN, para fazer face ao acompanhamento de pessoal à visitação de adolescente em casa de menor infrator, dia 9 de outubro de 2019.
Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e

Cumpra-se

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
CPF Nº 182.496.044-15
Prefeito

Publicado por:
Francisco Ubiraci Nobre Pereira
Código Identificador:CE445B3E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 035/2019 - PP

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 035/2019 - PP

O Governo do Município de Viçosa, Estado do Rio Grande do Norte, através da Prefeitura Municipal, por intermédio do Pregoeiro, designado pela portaria n.º 003/2019, torna público que às **09:00** do dia **22/10/2019**, fará realizar licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 035/2019 - PP**, tipo Menor preço, para **Prestação de serviços de recauchutagem de pneus de veículos pertencetes a este Município**, com fundamento na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, LC 147 de 07 de agosto de 2014, e demais normas que regem a matéria.

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na Rua Ozéas Pinto, 140, Centro, cidade de Viçosa - RN, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente, através do site: www.vicosa.rn.gov.br, ou pelo email: licitacaovicosarn@gmail.com.

Viçosa/RN, 07/10/2019.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Francisco Ubiraci Nobre Pereira
Código Identificador:D6569CFB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA FLOR

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO 20090001-19

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II , da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da(o) ANALICE GABRIEL DOS ANJOS, referente à locação de imóvel residencial situado à Rua Cordeiro, n.º 06 - Centro - Vila Flor/RN o qual será destinado a família considerada carente e atendida pelo CRAS, deste município de Vila Flor/RN, na condição de benefício Eventual (Lei Municipal n.º 363/2014).

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilmo(a). Sr(a). ARILENE BARBOSA DE LIRA, Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

VILA FLÔR - RN, 20 de Setembro de 2019

IVÂNIA DA SILVA MARTINS
Prefeita

Publicado por:
Arivan Cavalcante Moreira
Código Identificador:95CCF116

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 20190126

CONTRATO Nº.....: 20190126

ORIGEM.....: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20090001/19

CONTRATANTE.....: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

CONTRATADA(O).....: ANALICE GABRIEL DOS ANJOS

OBJETO.....: locação de imóvel residencial situado à Rua Cordeiro, n.º 06 - Centro - Vila Flor/RN o qual será destinado a família considerada carente e atendida pelo CRAS, deste município de Vila Flor/RN, na condição de benefício Eventual (Lei Municipal n.º 363/2014)

VALOR TOTAL.....: R$ 900,00 (novecentos reais)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: Exercício 2019 Atividade 1102.082440486.2.106 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, Classificação econômica 3.3.90.36.00 Outros serv. de terceiros pessoa física, Subelemento 3.3.90.36.15, no valor de R$ 900,00

VIGÊNCIA.....: 20 de Setembro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

DATA DA ASSINATURA.....: 20 de Setembro de 2019

Publicado por:
Arivan Cavalcante Moreira
Código Identificador:C7007934

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO 24090001/19

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II , da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da(o) LIGA NORTE RIOGRANDENSE CONTRA O CÂNCER, referente à CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAR PROCEDIMENTO DE RESSONANCIA MAGNÉTICA DE JOELHO (UNILATERAL), JUNTO AO PACIENTE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE VILA FLOR/RN, O SR. VICTOR DA SILVA RIBEIRO, DEVIDO O(A) MESMO(A) ENCONTRAR-SE COM PROBLEMAS DE SAÚDE E SEM CONDIÇÕES DE ARCAR COM OS CUSTOS DOS PROCEDIMENTOS.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilmo(a). Sr(a). ARILENE BARBOSA DE LIRA, Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

VILA FLÔR - RN, 24 de Setembro de 2019

IVANIA DA SILVA MARTINS
Prefeita

Publicado por:
Arivan Cavalcante Moreira
Código Identificador:B850E5CC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO 24090002/19

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II , da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da(o) CHECKUP SOLUCOES MEDICAS EIRELI, referente à Contratação de Pessoa Jurídica para realizar procedimento de exame de mamografia junto aos beneficiários assistidos pelo Sistema de Saúde público, no âmbito do município de Vila Flor/RN.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilmo(a). Sr(a). ARILENE BARBOSA DE LIRA, Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

VILA FLÔR - RN, 24 de Setembro de 2019

IVANIA DA SILVA MARTINS
Prefeita

Publicado por:
Arivan Cavalcante Moreira
Código Identificador:DB620B96

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 20190127

CONTRATO Nº.....: 20190127

ORIGEM.....: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24090002/19

CONTRATANTE.....: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

CONTRATADA(O).....: CHECKUP SOLUCOES MEDICAS EIRELI

OBJETO.....: Contratação de Pessoa Jurídica para realizar procedimento de exame de mamografia junto aos beneficiários assistidos pelo Sistema de Saúde público, no âmbito do município de Vila Flor/RN

VALOR TOTAL.....: R$ 17.250,00 (dezessete mil, duzentos e cinquenta reais)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: Exercício 2019 Atividade 1002.103010428.2.038 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - FMS, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica, Subelemento 3.3.90.39.99, no valor de R$ 17.250,00

VIGÊNCIA.....: 24 de Setembro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

DATA DA ASSINATURA.....: 24 de Setembro de 2019

Publicado por:
Arivan Cavalcante Moreira
Código Identificador:CDE8F18F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO 27090001/19

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II , da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da(o) VINICIUS MADEIRO DE FIGUEIREDO 06483004478, referente à Contratação de Pessoa Jurídica para fornecer material de expediente os quais serão destinados aos diversos Setores, Programas e Secretarias, no âmbito do município de Vila Flor/RN.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilmo(a). Sr(a). ARILENE BARBOSA DE LIRA, Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

VILA FLÔR - RN, 27 de Setembro de 2019

IVANIA DA SILVA MARTINS
Prefeita

Publicado por:
Arivan Cavalcante Moreira
Código Identificador:FD1CDAC9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 20190128

CONTRATO Nº.....: 20190128

ORIGEM.....: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27090001/19

CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA FLOR

CONTRATADA(O).....: VINICIUS MADEIRO DE FIGUEIREDO 06483004478

OBJETO.....: Contratação de Pessoa Jurídica para fornecer material de expediente os quais serão destinados aos diversos Setores, Programas e Secretarias, no âmbito do município de Vila Flor/RN

VALOR TOTAL.....: R$ 17.360,60 (dezessete mil, trezentos e sessenta reais e sessenta centavos)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: Exercício 2019 Atividade 0301.041220021.2.004 Manutenção dos Serviços da Secretaria Municipal de Administração, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.16, no valor de R$ 17.360,60

VIGÊNCIA.....: 27 de Setembro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

DATA DA ASSINATURA.....: 27 de Setembro de 2019

Publicado por:
Arivan Cavalcante Moreira
Código Identificador:445E1BEE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL FLORÂNIA

GABINETE DA PREFEITA
LEI MUNICIPAL Nº 888/2019

TORNA DE UTILIDADE PÚBLICA A MISSÃO ATOS 29 – MA29, CNPJ: 17.186.407/0001-58, SITUADA NO MUNICÍPIO DE FLORÂNIA-RN.

A Prefeita Municipal de Florânia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais e atendendo preliminarmente iniciativa do Poder Legislativo,
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica reconhecida como de utilidade pública a **MISSÃO ATOS 29 – MA29**, instituição civil, sem fins econômicos, com prazo de duração indeterminado, situada no Município de Florânia-RN, com escritório sediado a Rua Tereza Adelaide, 150, bairro Rainha do Prado, inscrita no CNPJ sob nº 17.186.407/0001-58.

Art. 2º - A Missão Atos 29 é uma organização religiosa que tem por objetivo atuar nas áreas de missões, educação, saúde, treinamento e assistência social em comunidades carentes ou em situação de vulnerabilidade social, no país ou no exterior, visando a transformação social das comunidades onde atua.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua sanção e publicação.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia Aos 07 de outubro de 2019.

MÁRCIA REJANE GUEDES CUNHA NOBRE
Prefeita do Município

Publicado por:
Danielle Miranda de Medeiros Ribeiro Gifoni
Código Identificador:EA8B0C90

GABINETE DA PREFEITA
LEI MUNICIPAL Nº 889/2019

Institui e inclui no calendário oficial de eventos do município os jogos Paradesportivos de Florânia e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Florânia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e, ainda, atendendo preliminarmente proposição de iniciativa do Poder Legislativo Municipal.
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e EU SANCIONO a seguinte Lei:
Art. 1° - Fica instituído e incluído no calendário oficial de eventos do Município, os Jogos Paradesportivos de Florânia, a serem realizados anualmente durante um dia do mês de Outubro.
Art. 2º - A coordenação, organização e escolha de modalidades esportivas que farão parte dos Jogos Paradesportivos Municipais, ficarão sob a responsabilidade da Coordenação de Esportes, parte integrante da Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência "COMADE", em colaboração também com a Secretária Municipal de Assistência Social.
Art. 3º - Poderão se inscrever nos Jogos Paradesportivos pessoas de qualquer idade com deficiência física, visual, auditiva, mental e intelectual que estejam aptas a participarem das modalidades mediante comprovação para prática esportiva, emitida por profissionais da área de saúde.

Art. 4º - Os atletas que desejarem participar dos Jogos Paradesportivos deverão apresentar o atestado de aptidão física juntamente com os demais documentos que forem solicitados, na sede da Coordenação de Esportes do Município para validar sua inscrição no evento dentro do prazo determinado pela organização dos jogos.
Art. 5º - Caberá a Coordenação de Esportes do Município, elaborar um cronograma dispondo sobre as modalidades esportivas, o número de participantes, o dia e horário da realização das partidas e/ou provas, entre outros.
Art. 6º - Os Jogos Paradesportivos do Município serão disputados nas áreas e/ou prédios públicos da Municipalidade preferencialmente no Parque da Cidade e/ou Ginásio Poliesportivo Padre Sinval Laurentino.
Art. 7º - A Prefeitura Municipal de Florânia fica autorizada a firmar parcerias com entidades desportivas e iniciativa privada para a realização dos Jogos Paradesportivos do Município.
Art. 8 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.
Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia Aos 07 de outubro de 2019.

MÁRCIA REJANE GUEDES CUNHA NOBRE
Prefeita do Município

Publicado por:
Danielle Miranda de Medeiros Ribeiro Gifoni
Código Identificador:232CC106

GABINETE DA PREFEITA
LEI MUNICIPAL Nº 890/2019

Dispõe sobre a criação da "Quinta Cultural" no município de Florânia e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Florânia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e, ainda, atendendo preliminarmente proposição de iniciativa do Poder Legislativo Municipal.
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e EU SANCIONO a seguinte Lei:
Art. 1º- Fica instituída a "QUINTA CULTURAL" no município de Florânia.

Art. 2º - A "QUINTA CULTURAL" será um evento que contará com a participação da Secretária Municipal de Educação, Esporte e Cultura em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social e iniciativa privada, visando o fortalecimento e a promoção da cultura por meio de apresentações envolvendo música, dança ou outras manifestações artísticas e culturais da nossa região.

Art. 3º - A "QUINTA CULTURAL" deverá ser realizada sempre na última quinta-feira de cada mês, ficando a critério da Comissão Organizadora, junto com as Secretarias Municipais acima referidas e os Órgãos de Segurança Pública, especificar os espaços e logradouros públicos do município onde acontecerá o evento.

Art. 4º - O evento começará sempre às 19hs e terá seu encerramento por volta das 23hs, ou antes desse horário, dependendo das apresentações agendadas.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

Art. 6° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia Aos 07 de outubro de 2019.

MÁRCIA REJANE GUEDES CUNHA NOBRE
Prefeita do Município

Publicado por:
Danielle Miranda de Medeiros Ribeiro Gifoni
Código Identificador:473DCCF7

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO MUNICIPAL № 014/2019

Dispõe sobre a antecipação da Feira Livre do Município de Florânia e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Florânia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos artigos 64; Art. 65, VI da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO o Feriado Nacional do Dia 12 de outubro, Consagrado a Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, conforme Lei Nº 6.802, DE 30 DE JUNHO DE 1980.

DECRETA:

Art. 1° - Fica antecipada a Feira Livre do Município de Florânia, do dia 12 de outubro (sábado) para o dia 11 de outubro (sexta-feira), deste ano de 2019.
Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia.Em 07 de outubro de 2019.

MÁRCIA REJANE GUEDES CUNHA NOBRE
Prefeita do Município

Publicado por:
Danielle Miranda de Medeiros Ribeiro Gifoni
Código Identificador:70CC4D1F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL Nº 02/2019

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
SEMAS – CNPJ 14.934.788/0001-18 – Rua Professor Edil Medeiros, 05 – Paz e Amor - Florânia, RN. CEP 59335-000
Fones: (84) 3435.2708–floraniacmdca@gmail.com

Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar

EDITAL Nº 02/2019

Divulga o resultado preliminar do processo de escolha para membro do Conselho Tutelar do município de Florânia/RN e abre prazo recursal.

RESULTADO PRELIMINAR DA ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DE FLORÂNIA

A Comissão Especial Eleitoral – CEE do Processo de Eleição do Conselho Tutelar, designada pela Resolução CMDCA nº 01/2019, no uso de suas atribuições e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 536/2004 e suas alterações, considerando a Resolução CONSEC nº 118/2019, torna público o RESULTADO PRELIMINAR do processo de escolha para membro do Conselho Tutelar do município de Florânia/RN, realizado no dia 06 de outubro de 2019.

POSIÇÃO	TITULARES
1º	TIAGO LUCAS
2º	JONACIR
3º	FRANCILENE
4º	RAISSA AZEVEDO *(sub judice)*
5º	JOSEANE
POSIÇÃO	SUPLENTES
6º	JOÃOZINHO DO PASTEL
6º	AMOR GAVIÃO
8º	JANAÍNA KELLE
9º	KARENYNY
10º	JUCÉLIO

POSIÇÃO	NÃO ELEITOS
11º	MACIEL NESTOR
12º	RAIANNY TOSCANO
13º	ALÊ DA ZUMBA

Fica aberto o prazo compreendido entre os dias 08 e 14 de outubro de 2019, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista no item 5.20 do Edital nº 01/2019, retificado em 05 de abril de 2019.
A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

Florânia/RN, 07 de outubro de 2019.

COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL

Publicado por:
Danielle Miranda de Medeiros Ribeiro Gifoni
Código Identificador:1568F542

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 1027/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.

R E S O L V E:
Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 75,00 (setenta e cinco reais) ao servidor **JOSÉ ANDRIÊ DE MEDEIROS** Mat. 357, ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de NATAL/RN, no dia 04 de outubro de 2019, com o objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 07 de outubro de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Marques Dantas da Costa
Código Identificador:1D6A6ADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 1028/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro -de 2013.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 25,00 (vinte e cinco reais) ao servidor **LEONARDO JOSÉ DE MORAIS** Mat. 120, ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de PARELHAS/RN, no dia 04 de outubro de 2019, com objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência, tratamento de hemodiálise, consultas e exames especializados.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 07 de outubro de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Marques Dantas da Costa
Código Identificador:B0D27109

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 1029/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 25,00 (vinte e cinco reais) ao servidor **VALTER ARAUJO DA SILVA** Mat. 259, ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de CAICÓ/RN, dia 04 de outubro de 2019, com objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência, tratamento de hemodiálise, consultas e exames especializados.
Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 07 de outubro de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Marques Dantas da Costa
Código Identificador:34F531DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 1030/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 25,00 (vinte e cinco reais) ao servidor **PAULO DEHON NOBRE DE ARAUJO**, ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de SANTA-CRUZ/RN, no dia 04 de outubro de 2019, com o objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência, tratamento de hemodiálise, consultas e exames especializados.
Art. 2º - Caso o (a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 07 de outubro de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Marques Dantas da Costa
Código Identificador:30CC49BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 1031/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais) ao servidor **JEAN MARCEL AZEVEDO DE OLIVEIRA**, ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de NATAL/RN, no dia 05 de outubro de 2019, com o objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência, tratamento de hemodiálise, consultas e exames especializados.
Art. 2º - Caso o (a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, 07 de outubro de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Marques Dantas da Costa
Código Identificador:64CC1E1D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 1032/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais) ao servidor **PAULO DEHON NOBRE DE ARAUJO**, ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de NATAL/RN, no dia 05 de outubro de 2019, com o objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência, tratamento de hemodiálise, consultas e exames especializados.
Art. 2º - Caso o (a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 07 de outubro de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Marques Dantas da Costa
Código Identificador:96E21B63

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 1033/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais) ao servidor **JOSÉ LEOBERTO DE MORAIS** Mat. 088, ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de NATAL/RN, dia 06 de outubro de 2019, com o objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência, tratamento de hemodiálise, consultas e exames especializados.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno,

será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 07 de outubro de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Marques Dantas da Costa
Código Identificador:7333501F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 1034/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 35,00 (trinta e cinco reais) a servidora **FERNANDA RICELLE TOMAZ DANTAS** Mat. 461, ocupante da função de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de NATAL/RN, no dia 06 de outubro de 2019, com o objetivo de acompanhar pacientes de urgência e emergência.

Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 07 de outubro de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Marques Dantas da Costa
Código Identificador:9B7691F2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3: RP 00027/2019

Aos 06 dias do mês de Setembro de 2019, na sede da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Alexandria, Estado do Rio Grande do Norte, localizada na Rua Desembargador Ferreira Chaves - Centro - Alexandria - RN, nos termos da Lei Federal de nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Federal nº 10520, de 17 de Julho de 2002, Lei Federal nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013, e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como as demais normas legais aplicáveis, e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Presencial nº 00027/2019 que objetiva o registro de preços para: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO PEÇAS E APARELHOS DE AR CONDICIONADO, PARA ESTA ADMINISTRAÇÃO; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA - CNPJ nº 08.148.462/0001-62.

VENCEDOR: DAISA CARLA PEREIRA DA SILVA 08817052418						
CNPJ: 25.313.009/0001-83						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
4	Aparelho de ar condicionado tipo Split Hi Wall INVERTER; preferencialmente ciclo frio; composto obrigatoriamente de condensador e evaporador tipo Hi-Wall; Tipo de tecnologia do compressor: Inverter; função reinício automático; capacidade de refrigeração de 30.000 Btus, admitida variação de ± 5%; com controle remoto sem fio, pilhas ou baterias inclusas; condensadora vertical com serpentina em cobre; compressor rotativo 220 V(monofásico), 60HZ; com classificação A na tabela de eficiência energética do INMETRO; uso obrigatório de gás ecológico R-410; monofásico; garantia de no mínimo 12 meses a partir do recebimento do produto; similar a marca LG	EPRINGER MIDEA	Und	5	3.790,00	18.950,00
8	Compressor rotativo bifásico 220v para ar de 30.000 btu/h para refrigerante r22	ELGIN	Und	5	645,00	3.225,00
10	Motor do ventilador para ar de 9.000btu/h; ar de 12.000btu/h; ar de 18.000 btu/h e ar de 30.000 btu/h	ZHONG SHAN	Und	20	190,00	3.800,00
TOTAL						25.975,00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
A referida Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, considerados da data de publicação de seu extrato na imprensa oficial.

A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Alexandria firmar contratações oriundas do Sistema de Registro de Preços ou nos quantitativos estimados, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, sem que caiba direito a recurso ou indenização.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do respectivo Pedido de Compra, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, modalidade Pregão Presencial nº 00027/2019, parte integrante do presente instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Alexandria, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Presencial nº 00027/2019, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 00027/2019 e seus anexos, e as seguintes propostas vencedoras do referido certame:

- DAISA CARLA PEREIRA DA SILVA 08817052418, inscrita no cadastro nacional de pessoa jurídica sob o nº 25.313.009/0001-83, com sede a Av. Antônio Vitorino, 115 – Santa Paz – CEP – 59670-000 – Upanema/RN. Item(s): 4 - 8 - 10. Valor: R$ 25.975,00(vinte e cinco mil novecentos e setenta e cinco reais).

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Alexandria.

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Constitucional

DAISA CARLA PEREIRA DA SILVA
08817052418
CNPJ: 25.313.009/0001-83

Publicado por:
Pedro Avelino M. Neto
Código Identificador:D11F5EB9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1: REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 00034/2019

Aos 24 dias do mês de Setembro de 2019, na sede da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Alexandria, Estado do Rio Grande do Norte, localizada na Rua Desembargador Ferreira Chaves - Centro - Alexandria - RN, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993; Lei Federal nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Presencial nº 00034/2019 que objetiva o registro de preços para: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PARA BRISA, COM REPOSIÇÃO EM VEÍCULOS PERTENCENTES A ESTA ADMINISTRAÇÃO, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA - CNPJ nº 08.148.462/0001-62.

VENCEDOR: TOP PEÇAS VIDRO CENTRO AUTOMOTIVO LTDA - EPP						
CNPJ: 23.303.897/0001-28						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
1	AQUISIÇÃO E REPOSIÇÃO DE PARA-BRISA DIANTEIRO PARA VEICULOS DO TIPO PASSEIO, PERTENCENTES A FROTA DO MUNICIPIO (VW NOVO GOL TL MBV, STRADA HD WK CE E, PALIO FIRE WAY, PALIO FIRE, FIORINO TECFORM AB1, GM PRISMA JOY, UNO MILLE WAY ECON, COURIER TECFORM, AUTOMOVEL AMBULANCIA, DOBLO AMBULANCIA E PALIO VK ATTRAC 1.4)	SEKURIT	UNIDADE	20	745,00	14.900,00
2	AQUISIÇÃO E REPOSIÇÃO DE PARA-BRISA TRASEIRO PARA VEICULOS DO TIPO PASSEIO, PERTENCENTES A FROTA DO MUNICIPIO (VW NOVO GOL TL MBV, STRADA HD WK CE E, PALIO FIRE WAY, PALIO FIRE, FIORINO TECFORM AB1, GM PRISMA JOY, UNO MILLE WAY ECON, COURIER TECFORM, AUTOMOVEL AMBULANCIA, DOBLO AMBULANCIA E PALIO VK ATTRAC 1.4)	SEKURIT	UNIDADE	20	735,00	14.700,00
3	AQUISIÇÃO E REPOSIÇÃO DO VIDRO DAS PORTAS PARA VEICULOS DO TIPO PASSEIO, PERTENCENTES A FROTA DO MUNICIPIO (VW NOVO GOL TL MBV, STRADA HD WK CE E, PALIO FIRE WAY, PALIO FIRE, FIORINO TECFORM AB1, GM PRISMA JOY, UNO MILLE WAY ECON, COURIER TECFORM, AUTOMOVEL AMBULANCIA, DOBLO AMBULANCIA E PALIO VK ATTRAC 1.4)	SEKURIT	UNIDADE	20	310,00	6.200,00
4	AQUISIÇÃO E REPOSIÇÃO DE PARA-BRISA DIANTEIRO PARA VEICULOS DO TIPO UTILITARIO, PERTENCENTES A FROTA DO MUNICIPIO (HILUX CD4X2 SRV, DUCATO MINIBUS, CHEV/ SPIN 1.8L MT LTZ, RENAULT MASTER MINIBUS 16 E D20 CUSTOM S)	SEKURIT	UNIDADE	10	1.380,00	13.800,00
5	AQUISIÇÃO E REPOSIÇÃO DE PARA-BRISA TRASEIRO PARA VEICULOS DO TIPO UTILITARIO, PERTENCENTES A FROTA DO MUNICIPIO (HILUX CD4X2 SRV, DUCATO MINIBUS, CHEV/ SPIN 1.8L MT LTZ, RENAULT MASTER MINIBUS 16 E D20 CUSTOM S)	SEKURIT	UNIDADE	10	1.200,00	12.000,00
6	AQUISIÇÃO E REPOSIÇÃO DO VIDRO DAS PORTAS PARA VEICULOS DO TIPO UTILITARIO, PERTENCENTES A FROTA DO MUNICIPIO (HILUX CD4X2 SRV, DUCATO MINIBUS, CHEV/ SPIN 1.8L MT LTZ, RENAULT MASTER MINIBUS 16 E D20 CUSTOM S)	SEKURIT	UNIDADE	10	550,00	5.500,00
7	AQUISIÇÃO E REPOSIÇÃO DE PARA-BRISA DIANTEIRO PARA VEICULOS DO TIPO CAMINHÃO, PERTENCENTES A FROTA DO MUNICIPIO (MERCEDES BENZ L 1111, CHEVROLET D60, CAMINHÃO TANQUE 4400 P7 6X4, CAMINHÃO BASCULANTE 1519B, CAMINHÃO 15.180 E ATRON 2729 K 6X4)	SEKURIT	UNIDADE	12	1.255,00	15.060,00
8	AQUISIÇÃO E REPOSIÇÃO DO VIDRO DAS PORTAS PARA VEICULOS DO TIPO CAMINHÃO, PERTENCENTES A FROTA DO MUNICIPIO (MERCEDES BENZ L 1111, CHEVROLET D60, CAMINHÃO TANQUE 4400 P7 6X4, CAMINHÃO BASCULANTE 1519B, CAMINHÃO 15.180 E ATRON 2729 K 6X4)	SEKURIT	UNIDADE	12	400,00	4.800,00
9	AQUISIÇÃO E REPOSIÇÃO DE PARA-BRISA DIANTEIRO PARA VEICULOS DO TIPO ONIBUS, PERTENCENTES A FROTA DO MUNICIPIO (IVECO CITY CLASS 70 C 17, IVECO CITY CLASS, VW 15.190 EOD E.HD, MERCEDES BENZ 34P/145CV, MERCEDES BENZ OF 1519 R. ORE, VW COMIL BELLO E VW 15.190 EOD E.S.ORE)	SEKURIT	UNIDADE	12	3.650,00	43.800,00
10	AQUISIÇÃO E REPOSIÇÃO DO VIDRO DAS PORTAS PARA VEICULOS DO TIPO ONIBUS, PERTENCENTES A FROTA DO MUNICIPIO (IVECO CITY CLASS 70 C 17, IVECO CITY CLASS, VW 15.190 EOD E.HD, MERCEDES BENZ 34P/145CV, MERCEDES BENZ OF 1519 R. ORE, VW COMIL BELLO E VW 15.190 EOD E.S.ORE)	SEKURIT	UNIDADE	12	560,00	6.720,00

11	AQUISIÇÃO E REPOSIÇÃO DO VIDRO DAS JANELAS PARA VEICULOS DO TIPO ONIBUS, PERTENCENTES A FROTA DO MUNICIPIO (IVECO CITY CLASS 70 C 17, IVECO CITY CLASS, VW 15.190 EOD E.HD, MERCEDES BENZ 34P/145CV, MERCEDES BENZ OF 1519 R. ORE, VW COMIL BELLO E VW 15.190 EOD E.S.ORE)	SEKURIT	UNIDADE	30	490,00	14.700,00
12	AQUISIÇÃO E REPOSIÇÃO DE PARA-BRISA DIANTEIRO PARA VEICULOS DO TIPO MAQUINAS PESADAS, PERTENCENTES A FROTA DO MUNICIPIO (VALMET TRATOR 4X4, MASSEY FERGUSON TRATOR 375, NEW HOLLAND TL 75E 4X4, NEW HOLLAND TL 75E 4X4, CAMINHÃO 15.180, ATRON 2729 K 6X4, CATERPILLA RETROESCAVADEIRA 416 E, PÁ CARREGADEIRA L 538 E MOTONIVELADORA RG 140.B)	SEKURIT	UNIDADE	10	2.430,00	24.300,00
13	AQUISIÇÃO E REPOSIÇÃO DO VIDRO DAS PORTAS PARA VEICULOS DO TIPO MAQUINAS PESADAS, PERTECENTES A FROTA DO MUNICIPIO (VALMET TRATOR 4X4, MASSEY FERGUSON TRATOR 375, NEW HOLLAND TL 75E 4X4, NEW HOLLAND TL 75E 4X4, CAMINHÃO 15.180, ATRON 2729 K 6X4, CATERPILLA RETROESCAVADEIRA 416 E, PÁ CARREGADEIRA L 538 E MOTONIVELADORA RG 140.B)	SEKURIT	UNIDADE	10	1.300,00	13.000,00
TOTAL						189.480,00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
A referida Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, considerados da data de publicação de seu extrato na imprensa oficial.

A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Alexandria firmar contratações oriundas do Sistema de Registro de Preços ou nos quantitativos estimados, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, sem que caiba direito a recurso ou indenização.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do respectivo Pedido de Compra, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, modalidade Pregão Presencial nº 00034/2019, parte integrante do presente instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Alexandria, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Presencial nº 00034/2019, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 00034/2019 e seus anexos, e as seguintes propostas vencedoras do referido certame:

- TOP PEÇAS VIDRO CENTRO AUTOMOTIVO LTDA – EPP, INSCRITA NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURIDICA SOB O Nº 23.303.897/0001-28, Av. Coronel Martiniano, 1116 – Centro – Caicó/RN. Item(s): 1 - 2 - 3 - 4 - 5 - 6 - 7 - 8 - 9 - 10 - 11 - 12 - 13. Valor: R$ 189.480,00(cento e oitenta e nove mil quatrocentos e oitenta reais).

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Alexandria.

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA	_____
Prefeita Constitucional	***TOP PEÇAS VIDRO CENTRO AUTOMOTIVO LTDA - EPP***

Publicado por:
Pedro Avelino M. Neto
Código Identificador:FC178387

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1: REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 00035/2019

Aos 24 dias do mês de Setembro de 2019, na sede da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Alexandria, Estado do Rio Grande do Norte, localizada na Rua Desembargador Ferreira Chaves - Centro - Alexandria - RN, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993; Lei Federal nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Presencial nº 00035/2019 que objetiva o registro de preços para: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DO RAMO PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTES DIVERSOS PARA MANUTENÇÃO DE TODAS AS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA - CNPJ nº 08.148.462/0001-62.

VENCEDOR: BRUNA RAQUEL VIEIRA DOS SANTOS						
CNPJ: 26.291.343/0001-46						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
1	AGENDA, TIPO ANUAL, 2019, CAPA DE COURVIN PRETO COM ANO, PAPEL MIOLO OFF-SET, RAMATURA 63G/M2, 1 DIA POR PÁGINA, EXCETO SÁBADO E DOMINGO, CALENDÁRIO 2015, 2016 E 2017, TIPO ENCADERNAÇÃO COSTURADA E COLADA, MEDINDO, 145X205MM.	NAPOLE	UNIDADE	100	24,00	2.400,00
4	APONTADOR PARA LÁPIS, EM METAL, TIPO ESCOLAR, TAMANHO PEQUENO, COM 1 (UM) FURO, E LÂMINA EM AÇO INOXIDÁVEL.	LEO E LEO	UNIDADE	1000	2,40	2.400,00
14	CAIXA PARA ARQUIVO MORTO – EM MATERIAL PLÁSTICO SUPER RESISTENTE, COM POLIONDAS, EM TODAS AS CORES, APRESENTANDO ESPECIFICAÇÕES NAS LATERAIS PARA ARQUIVO, MEDINDO APROX . 36 CM DE COMPRIMENTO X 25 CM DE ALTURA E 13,3 CM DE LARGURA , DE BOA QUALIDADE, PRAZO DE VALIDADE INDETERMINADO.	POLIBRAS	UNIDADE	1000	5,60	5.600,00

16	CANETA ESFEROGRÁFICA NA COR AZUL, CORPO SEXTAVADO, TRANSPARENTE E COM ORIFÍCIO. LATERAL DE VENTILAÇÃO, SAÍDA DO TUBO DE CARGA PELA EXTREMIDADE INFERIOR DA CANETA, PONTA DE LATÃO E ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TINTA A BASE DE CORANTES ORGÂNICOS E SOLVENTES, GARANTIA DE TROCA EM CASOS DE DEFEITOS DE FÁBRICA, ACONDI-CIONADAS EM EMBALAGENS CONTENDO, NO MÍNIMO, AS ESPECIFICAÇÕES ACIMA. QUALIDADE SEMELHANTE OU SUPERIOR À BIC CRISTAL CAIXA COM 50(Unidades)	BIC	CAIXA	100	33,00	3.300,00
17	CANETA ESFEROGRÁFICA NA COR PRETA, CORPO SEXTAVADO, TRANSPARENTE E COM ORIFÍCIO. LATERAL DE VENTILAÇÃO, SAÍDA DO TUBO DE CARGA PELA EXTREMIDADE INFERIOR DA CANETA, PONTA DE LATÃO E ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TINTA A BASE DE CORANTES ORGÂNICOS E SOLVENTES, GARANTIA DE TROCA EM CASOS DE DEFEITOS DE FÁBRICA, ACONDI-CIONADAS EM EMBALAGENS CONTENDO, NO MÍNIMO, AS ESPECIFICAÇÕES ACIMA. QUALIDADE SEMELHANTE OU SUPERIOR À BIC CRISTAL (caixa com 50(unidades)	BIC	CAIXA	100	33,00	3.300,00
18	CANETA ESFEROGRÁFICA NA COR VERMELHA, CORPO SEXTAVADO, TRANSPARENTE E COM ORIFÍCIO. LATERAL DE VENTILAÇÃO, SAÍDA DO TUBO DE CARGA PELA EXTREMIDADE INFERIOR DA CANETA, PONTA DE LATÃO E ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TINTA A BASE DE CORANTES ORGÂNICOS E SOLVENTES, GARANTIA DE TROCA EM CASOS DE DEFEITOS DE FÁBRICA, ACONDI-CIONADAS EM EMBALAGENS CONTENDO, NO MÍNIMO, AS ESPECIFICAÇÕES ACIMA. QUALIDADE SEMELHANTE OU SUPERIOR À BIC CRISTAL. CAIXA COM 50(Unidades)	BIC	CAIXA	100	33,00	3.300,00
24	CLIPS N° 2/0 – NIQUELADO, RESISTENTE, MATERIAL AÇO INOX, CAIXA CONTENDO 100 UNIDADES.	ACC	CAIXA	500	3,29	1.645,00
28	COLA BRANCA LÍQUIDA CX COM 12 UNIDADES. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 90G COM BICO DOSADOR. CARACTERÍSTICAS: RESISTENTE À UMIDADE, COR BRANCA, ODOR CARACTERÍSTICO E MÉDIA VISCOSIDADE, QUE APÓS SECO APRESENTA UMA PELÍCULA TRANSPARENTE, PLASTIFICADA, DE ALTA RESISTÊNCIA AO DESCOLAMENTO, ATÓXICA. VALIDADE NÃO INFERIOR A 24 MESES, A CONTAR A CONTAR DO RECEBIMENTO DEFINITIVO PELO TRE/MA. ACONDICIONADOS EM CAIXAS DE PAPELÃO.	COALA	CAIXA	100	23,79	2.379,00
38	ELASTICO - LIGA ELÁSTICA, MATERIAL LÁTEX, COR AMARELA, TAMANHO N. 18, 1A. QUALIDADE, PACOTE COM 100 UNIDADES	MERCUR	PACOTE	250	3,50	875,00
40	ENVELOPE MADEIRA MÉDIO DE BOA QUALIDADE, FORMATO APROXIMADO DE 240 X 340MM (UND)	SCRITY	UNIDADE	3000	0,38	1.140,00
43	ENVELOPE OURO MÉDIO DE BOA QUALIDADE, FORMATO APROXIMADO DE 240 X 340MM (UND)	SCRITY	UNIDADE	3000	0,39	1.170,00
48	FITA ADESIVA DUREX TRANSPARENTE – 12 MM x 30 M, PACOTE COM 10 ROLOS	FITPEL	PACOTE	100	5,00	500,00
49	FITA ADESIVA DUREX TRANSPARENTE – 12 MM x 50 M, PACOTE COM 6 ROLOS	FITPEL	PACOTE	100	5,00	500,00
50	FITA DUPLA FACE, 12MM x 30MM, PACOTE COM 6 UNIDADES	3M	PACOTE	100	15,00	1.500,00
51	FITA GOMADA 38/40	ADELBRAS	UNIDADE	300	12,50	3.750,00
60	GRAMPOS 23/20, CAIXA COM 1000 UNIDADES	ACC	CAIXA	100	18,90	1.890,00
61	GRAMPOS 23/24, CAIXA COM 1000 UNIDADES	ACC	CAIXA	100	18,90	1.890,00
64	ISOCOLA 90 G CX COM 12 UNIDADES	COALA	CAIXA	100	29,50	2.950,00
70	LIVRO ATA - CAPA DURA, NUMERADO, PAUTADO, FOLHAS INTERNAS COM NO MÍNIMO 56 G/M2, FORMATO 220 X 330 MM, 200 FOLHAS	GRAFISET	UNIDADE	200	21,50	4.300,00
81	PAPEL OFÍCIO A4 NÃO RECICLADO 210MMX297MM GRAMATURA 75g/m² CAIXA COM 10 UNIDADES	COPIMAX	UNIDADE	400	290,00	116.000,00
89	PASTA PLASTICA CLASSIFICADORA COM GRAMPO TRILHO PLASTICO, PRODUTO DEVERÁ OBEDECER AS NORMAS TECNICAS PERTINENTES COMO NBR 9001.	POLIBRAS	UNIDADE	1500	1,99	2.985,00
90	PASTA PLASTICA TRANSPARENTE C/ ELASTICO DESCRIÇÃO: PASTA PLASTICA COM ABA E ELASTICO, TAMANHO OFICIO, ESPRESSURA 20MM	POLIBRAS	UNIDADE	1000	2,95	2.950,00
93	PASTA SUSPENSA EM PLASTICO – ALTAMENTE RESISTENTE – VISORES E GRAMPOS COMPLETOS – POSSUI 06 DIFERENTES FURAÇÕES PARA GRAMPO PLASTICO – PARA VISOR E ETIQUETA – ABAS COLADAS INTERNAMENTE – DIMENSÕES: 36 X 24 CM - PACOTE COM 05 UNIDADES.	POLIBRAS	PACOTE	300	10,00	3.000,00
94	PASTAS DE A a Z DESCRIÇÃO: TAMANHO OFICIO, LOMBO LARGO, MECANISMO E COMPRESSOR NIQUELADOS – CORES VARIADAS	FRAMA	UNIDADE	300	10,70	3.210,00
95	PENDRIVE 8 GB	MULTILASER	UNIDADE	40	33,00	1.320,00
96	PERFURADOR DE PAPEL, 02 FUROS UNIVERSAIS , GRANDE DE MESA, CAPACIDADE PARA NO MINIMO 100 FOLHAS, CONFECCIONADO EM METAL PINTADO DE PRETO, BASE PLÁSTICA COM REGULADOR DE TAMANHO DO PAPEL PARA CENTRALIZAÇÃO DOS FUROS.	MAPED	UNIDADE	20	139,00	2.780,00
98	PILHA 9V, PACOTE COM 2 UNIDADES	DURACEL	PACOTE	30	11,00	330,00
99	PILHA TAMANHO AA, PACOTE COM 4 UNIDADES	DURACEL	PACOTE	50	10,00	500,00
106	PORTA CANETA DE 3 COMPARTIMENTO	DELLO	UNIDADE	20	11,50	230,00
109	POST – IT, BLOCO COM 100 FOLHAS, TAMANHO 76MM X 102MM, CORES VARIADAS	NOTFIX	UNIDADE	300	4,80	1.440,00
111	PRANCHETAS OFICIO EM ACRILICO FUMÊ, COM PEGADOR DE METAL NIQUELADO.	VALLEO	UNIDADE	200	13,90	2.780,00
114	QUADRO DE AVISO - EM CORTIÇA, MEDINDO 1,00M X 1,20M, EM ALUMÍNIO ANODIZADO, FELTRO VERDE	ACRIMEX	UNIDADE	20	115,00	2.300,00
115	QUADRO DE AVISO - EM CORTIÇA, MEDINDO 1,80M X 90M, EM ALUMÍNIO ANODIZADO, NATURAL	ACRIMEX	UNIDADE	20	150,00	3.000,00
120	RÉGUA DE USO ESCOLAR/ESCRITORIO; DE POLIESTIRENO; MEDINDO 50 (CINQUENTA) CM, COM ESCALA MILIMÉTRICA, EM BAIXO RELEVO; TRANSPARENTE.	VALLEO	UNIDADE	500	3,80	1.900,00
125	TESOURA GRANDE, TESOURA USO GERAL, INOX, AS LAMINAS DE INOX RESISTENTES, CABO PRETO, DIMENSÃO 1 X 7 X 22 CM (ALTURA X LARGURA X COMPRIMENTO) PESO APROXIMADO 0,075 KG.	MAPED	UNIDADE	40	25,00	1.000,00
136	TINTA PARA PINTURA A DEDO, CAIXA COM 06 CORES, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 30ML.	COALA	CAIXA	50	6,00	300,00
138	TNT 1,40M DE LARGURA, ROLO COM 50 METROS - NAS CORES, AZUL ESCURO, AZUL CLARO, BRANCO, PRETO, VERMELHO, VERDE, AMARELO, MARROM, ROSA, LARANJA, PINK, AZUL, CINZA, VERDE BANDEIRA, PELE, SALMAO.	BIATEX	UNIDADE	5	95,00	475,00
TOTAL						191.289,00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:

A referida Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, considerados da data de publicação de seu extrato na imprensa oficial.

A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Alexandria firmar contratações oriundas do Sistema de Registro de Preços ou nos quantitativos estimados, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, sem que caiba direito a recurso ou indenização.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do respectivo Pedido de Compra, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, modalidade Pregão Presencial nº 00035/2019, parte integrante do presente instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Alexandria, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Presencial nº 00035/2019, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 00035/2019 e seus anexos, e as seguintes propostas vencedoras do referido certame:

- BRUNA RAQUEL VIEIRA DOS SANTOS 08538393448, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 26.291.343/0001-46, com endereço comercial a Rua Francisco Verissimo de Sá, 587 - Alto Boa Vista - Alexandria – RN. Item(s): 1 - 4 - 14 - 16 - 17 - 18 - 24 - 28 - 38 - 40 - 43 - 48 - 49 - 50 - 51 - 60 - 61 - 64 - 70 - 81 - 89 - 90 - 93 - 94 - 95 - 96 - 98 - 99 - 106 - 109 - 111 - 114 - 115 - 120 - 125 - 136 - 138. Valor: R$ 191.289,00(cento e noventa e um mil duzentos e oitenta e nove reais).

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Alexandria.

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Constitucional

Bruna Raquel Vieira Dos Santos
08538393448
CNPJ nº 26.291.343/0001-46
BRUNA RAQUEL VIEIRA DOS SANTOS

Publicado por:
Pedro Avelino M. Neto
Código Identificador:A099C7EF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2: REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 00035/2019

Aos 24 dias do mês de Setembro de 2019, na sede da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Alexandria, Estado do Rio Grande do Norte, localizada na Rua Desembargador Ferreira Chaves - Centro - Alexandria - RN, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993; Lei Federal nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Presencial nº 00035/2019 que objetiva o registro de preços para: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DO RAMO PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTES DIVERSOS PARA MANUTENÇÃO DE TODAS AS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA - CNPJ nº 08.148.462/0001-62.

VENCEDOR: D F DE S SILVA - ME						
CNPJ: 04.599.190/0001-66						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
3	APAGADOR - PARA QUADRO BRANCO, CORPO EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA COM FELTRO, DE BOA QUALIDADE	BRW	UNIDADE	40	6,80	272,00
5	BATERIA 9V	HIWATT	UNIDADE	30	9,90	297,00
11	BORRACHA BRANCA - MACIA ESPECIAL PARA APAGAR ESCRITA E LÁPIS, COMPOSTA DE BORRACHA NATURAL, ÓLEO MINERAL, BRANCA SINTÉTICA, CARGAS , ACELERADOR E ESSÊNCIA, MEDINDO 45 X 17 X 7,3 (QUARENTA E CINCO POR DEZESSETE POR SETE VIRGULA TRÊS) MM, DE BOA QUALIDADE, PRAZO DE VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 02(DOIS) ANOS. CAIXA COM 40 NIDADES	REDBOR	CAIXA	80	30,00	2.400,00
15	CALCULADORA ELETRÔNICA DE MESA: CARACTERÍSTICAS: COM VISOR INCLINADO, 12 DÍGITOS E NÚMEROS GRANDES, INVERSÃO DE SINAIS E E TECLA DUPLO ZERO, PORCENTAGEM E RAIZ QUADRADA, INDICADOR USO DE MEMÓRIA, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO.	KENKO	UNIDADE	100	24,00	2.400,00
19	CANETA HIDROGRAFICA AZUL PARA CD/DVD, APLICAÇÃO CD/DVD, MATERIAL PLASTICO, FORMATO CORPO CILINDRICO, ESPESSURA FINA, COR CARGA AZUL	MARKER	UNIDADE	50	2,30	115,00
21	CARTOLINA (PAPEL) - CORES DIVERSAS, MEDIDA 500 X 660 MM, 150 G/M2, 1ª QUALIDADE	BIGNARD	UNIDADE	1000	0,90	900,00
26	CLIPS N° 4/0 – NIQUELADO, RESISTENTE, MATERIAL AÇO INOX, CAIXA CONTENDO 100 UNIDADES.	FERPLAS	CAIXA	500	3,00	1.500,00
27	CLIPS N° 6/0 – NIQUELADO, RESISTENTE, MATERIAL AÇO INOX, CAIXA CONTENDO 100 UNIDADES.	FERPLAS	CAIXA	500	4,00	2.000,00
30	COLA GLITTER, LÍQUIDA, BRILHANTE, ATÓXICA, PARA APLICAÇÕES EM PAPEL E SIMILARES. COMPOSIÇÃO: RESINA DE PVA, GLITTER E CONSERVANTE TIPO BENZOTIAZOL. FRASCO COM 35G.	KOALA	UNIDADE	350	4,40	1.540,00
33	COLEÇÃO HIDROCOR PACOTE COM 12 PONTA GROSSA 850 (CORES VARIADAS)	BRW	CAIXA	200	13,90	2.780,00
37	E.V.A CORES VARIADAS	IBEL	UNIDADE	300	1,90	570,00
47	FITA ADESIVA - MONOFACE, POLIPROPILENO, LISA, TRANSPARENTE, MEDINDO 45MM X 50M	EUROCEL	UNIDADE	250	4,40	1.100,00
52	GIZ DE CERA CAIXA COM 12 UNIDADES	KOALA	CAIXA	100	1,90	190,00
53	GRAMPEADOR GRANDE PROFISSIONAL, MODELO GP5000, COM	BRW	UNIDADE	20	120,00	2.400,00

	CAPACIDADE PARA GRAMPEAR ATE 240 FOLHAS					
55	GRAMPO PLÁSTICO ESTENDIDO BRANCO MED 300X9X112 MM PCT 50 PARES	ACC	PACOTE	100	14,00	1.400,00
63	GRAMPOS 26/6, CAIXA COM 1000 UNIDADES	FRAMA	CAIXA	400	2,20	880,00
65	ISOPOR 25MM	IGLU	UNIDADE	300	6,50	1.950,00
67	ISOPOR15MM	IGLU	UNIDADE	300	5,30	1.590,00
68	LÁPIS GRAFITE, Nº 2, COM ESCRITA MACIA E RESISTENTE, CORPO EM MADEIRA ORIGINADA DE REFLORESTAMENTO, CORPO ENVERNIZADO OU ESMALTADO, FORMATO CILÍNDRICO OU SEXTAVADO, PRÉ-APONTADO, COM MARCA E PROCEDÊNCIA IMPRESSA NO CORPO, TAMANHO MÍNIMO 18CM. EM CAIXAS COM 144 UNIDADES	BRW	CAIXA	80	45,00	3.600,00
74	MASSA PARA MODELAR CAIXA COM 6 UNIDADES	KOALA	UNIDADE	100	2,30	230,00
75	MOLDES PARA BISCUIT VARIADOS, MATERIAL DE SILICONE.	BLUESTAR	UNIDADE	30	55,00	1.650,00
77	PAPEL CAMURÇA CORES VARIADAS	REIPEL	UNIDADE	700	0,85	595,00
80	PAPEL MADEIRA	PREMIATA	UNIDADE	1000	1,10	1.100,00
82	PAPEL PESO 20 TAMANHO A4, PACOTE COM 20 UNIDADES	ABC	PACOTE	50	7,90	395,00
83	PAPEL PESO 40 TAMANHO A4 PACOTE COM 250 FOLHAS	ABC	PACOTE	60	60,00	3.600,00
88	PASTA ESCOLAR 245 X 336 X 55 MM	POLIBRAS	UNIDADE	500	4,30	2.150,00
91	PASTA SANFONADA A-4 COM 31 DIVISÓRIAS, ACOMPANHANDO ETIQUETAS DE IDENTIFICAÇÃO DOS VISORES NAS 12 DIVISÓRIAS, POSSUINDO FECHAMENTO COM ELÁSTICO QUE GARANTA A FLEXIBILIDADE DO MANUSEIO E EVITE EXTRAVIOS NOS DOCUMENTOS, MEDIDAS APROXIMADAS: 23,5 X 33 X 35 CM (AXLXP), COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO, FORMATO A-4.	POLIBRAS	UNIDADE	60	39,00	2.340,00
92	PASTA SANFONADA MEDIA COM 12 DIVISORIAS, 12 ETIQUETAS DE PAPEL PARA TITULOS, FECHAMENTO EM ELASTICO, 100% PLASTICA (PP), ESPRESSURA 0,50MM, TEXTURA: SUPER LINE, DIMENSÕES: 330 LARGURA X 240 ALTURAMM, CORES VARIADAS.	POLIBRAS	UNIDADE	60	24,00	1.440,00
100	PILHA TIPO AAA, PACOTE COM 4 UNIDADES	PANASONIC	PACOTE	50	10,00	500,00
101	PILHAS PARA MICROFONE, PACOTE COM 4 UNIDADES	PANASONIC	PACOTE	20	14,00	280,00
104	PISTOLA DE COLA QUENTE GRANDE: MATERIAL/COMPOSIÇÃO PLASTICO/ PONTA METALICA TENSÃO/ VOLTAGEM BIVOLT POTENCIA 45-50W FREQUENCIA 60 HZ. DIMENSÕES APROXIMADAS DA EMBALAGEM 19 X 28 X 10 CM, PESO APROXIMADO DA EMBALAGEM 0,33 KG, GARANTIA DO FORNECEDOR DE 12 MESES.	WEC	UNIDADE	20	27,00	540,00
107	PORTA CANETA SIMPLES DE 1 COMPARTIMENTO	DELLO	UNIDADE	20	7,50	150,00
112	PRANCHETAS TRANSPARENTES DESCRIÇÃO: PRANCHETA TRANSPARENTE, EM ACRILICO, COM PRENDEDOR METALICO. DIMENSÕES: 34 CM DE COMPRIMENTO E 23,5 CM DE LARGURA.	DELLO	UNIDADE	200	13,80	2.760,00
116	QUADRO DE LOUSA BRANCA, MEDINDO 1,20X1,50CM, MOLDURA EM ALUMINIO, COM SURPORTE PARA APAGADOR	SOUZA	UNIDADE	20	175,00	3.500,00
118	RÉGUA DE USO ESCOLAR/ESCRITORIO; DE POLIESTIRENO; MEDINDO 20 (VINTE) CM, COM ESCALA MILIMÉTRICA, EM BAIXO RELEVO; TRANSPARENTE.	DELLO	UNIDADE	500	1,00	500,00
119	RÉGUA DE USO ESCOLAR/ESCRITORIO; DE POLIESTIRENO; MEDINDO 30 (TRINTA) CM, COM ESCALA MILIMÉTRICA, EM BAIXO RELEVO; TRANSPARENTE.	DELLO	UNIDADE	500	1,00	500,00
121	SACO PLASTICO A4, MEDINDO 23,5 x 30 CM, PACOTE COM 50 UNIDADES,	RIZZO	PACOTE	70	13,50	945,00
123	TESOURA DE INOX COM PONTA FINA E CABO DE PLASTICO 7	BRW	UNIDADE	30	4,10	123,00
124	TESOURA ESCOLA DESCRIÇÃO: TESOURA AÇO INOXIDAVEL, CABO EM POLIPROPILENO, PONTA ARREDONDADA, APROPRIADA PARA USO ESCOLAR 13 CM APROXIMADAMENTE.	BRW	UNIDADE	300	2,95	885,00
126	TINTA ACRILEX AMARELO PELE, PARA TECIDO, 37 ML	ACRILEX	UNIDADE	50	3,50	175,00
127	TINTA ACRILEX AZUL CELESTE, PARA TECIDO, 37 ML	ACRILEX	UNIDADE	100	3,50	350,00
128	TINTA ACRILEX BRANCA, PARA TECIDO, 37 ML	ACRILEX	UNIDADE	100	3,50	350,00
129	TINTA ACRILEX LARANJA, PARA TECIDO, 37 ML	ACRILEX	UNIDADE	100	3,50	350,00
130	TINTA ACRILEX MARROM, PARA TECIDO, 37 ML	ACRILEX	UNIDADE	100	3,50	350,00
131	TINTA ACRILEX PRETA E PESSEGO, PARA TECIDO, 37 ML	ACRILEX	UNIDADE	100	3,50	350,00
132	TINTA ACRILEX ROSA ESCURO, PARA TECIDO, 37 ML	ACRILEX	UNIDADE	100	3,50	350,00
133	TINTA ACRILEX VERDE FOLHA, PARA TECIDO, 37 ML	ACRILEX	UNIDADE	100	3,50	350,00
134	TINTA ACRILEX VERMELHA, PARA TECIDO, 37 ML	ACRILEX	UNIDADE	100	3,50	350,00
137	TINTA SPRAY USO GERAL A BASE DE AGUA 350 ML, CORES VARIADAS, INCLUINDO: DOURADO E PRATA.	TEKBOND	UNIDADE	50	20,00	1.000,00
139	UMEDECEDOR DE DEDOS EM PASTA, ATÓXICA, SEM GLICERINA, COMPOSIÇÃO QUIMICA QUE DIFICULTE A PROPAGAÇÃO DE FUNGOSE BACTÉRIAS, EMBALAGEM COM NO MINIMO 10 G.	BRW	UNIDADE	100	2,85	285,00
TOTAL						56.327,00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
A referida Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, considerados da data de publicação de seu extrato na imprensa oficial.

A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Alexandria firmar contratações oriundas do Sistema de Registro de Preços ou nos quantitativos estimados, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, sem que caiba direito a recurso ou indenização.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do respectivo Pedido de Compra, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, modalidade Pregão Presencial nº 00035/2019, parte integrante do presente instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Alexandria, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Presencial nº 00035/2019, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 00035/2019 e seus anexos, e as seguintes propostas vencedoras do referido certame:

- D F DE S SILVA – ME, Inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 04.599.190/0001-66, com sede a Rua da Independência, 1162 – Centro - CEP 59900-000 – Pau dos Ferros/RN. Item(s): 3 - 5 - 11 - 15 - 19 - 21 - 26 - 27 - 30 - 33 - 37 - 47 - 52 - 53 - 55 - 63 - 65 - 67 - 68 - 74 - 75 - 77 - 80 - 82 - 83 - 88 - 91 - 92 - 100 - 101 - 104 - 107 - 112 - 116 - 118 - 119 - 121 - 123 - 124 - 126 - 127 - 128 - 129 - 130 - 131 - 132 - 133 - 134 - 137 - 139. Valor: R$ 56.327,00(cinquenta e seis mil trezentos e vinte e sete reais).

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Alexandria.

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Constitucional

D F DE S SILVA – ME
CNPJ nº 04.599.190/0001-66

Publicado por:
Pedro Avelino M. Neto
Código Identificador:00B8DC49

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3: REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 00035/2019

Aos 24 dias do mês de Setembro de 2019, na sede da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Alexandria, Estado do Rio Grande do Norte, localizada na Rua Desembargador Ferreira Chaves - Centro - Alexandria - RN, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993; Lei Federal nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Presencial nº 00035/2019 que objetiva o registro de preços para: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DO RAMO PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTES DIVERSOS PARA MANUTENÇÃO DE TODAS AS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA - CNPJ nº 08.148.462/0001-62.

VENCEDOR: INDEPENDENCIA COMERCIAL LTDA - EPP						
CNPJ: 04.701.515/0001-70						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
2	ALMOFADA PARA CARIMBO - MEDINDO APROXIMADAMENTE 12CM DE COMPRIMENTO X 08CM DE LARGURA DE BOA QUALIDADE, NA COR AZUL, PRAZO DE VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 02 (DOIS) ANOS.	JAPAN	UNIDADE	70	5,20	364,00
6	BEXIGAS CORES VARIADAS PCT COM 50 UNIDADES	SÃO ROQUE	PACOTE	100	7,50	750,00
7	BOBINA DE PAPEL TÉRMICO P/ IMPRESSÃO DE REGISTRO DE PONTO - - TAMANHO 57 X 80 MT	SILFER	UNIDADE	40	7,90	316,00
8	BOBINA DE PAPEL TÉRMICO P/ IMPRESSÃO DE REGISTRO DE PONTO - - TAMANHO 57 X 300 MT	SILFER	UNIDADE	40	24,50	980,00
9	BOBINA DE PAPEL TÉRMICO P/ IMPRESSÃO DE REGISTRO DE PONTO - - TAMANHO 57 X 360 MT	SILFER	UNIDADE	40	29,00	1.160,00
10	BORRACHA BICOLOR - AZUL E VERMELHA PARA APAGAR TINTA E LÁPIS, COMPOSTA DE BORRACHA NATURAL, BORRACHA SINTÉTICA, CARGAS DE ÓLEO MINERAL, PIGMENTO, ABRASIVO, ACELERADOR E 50 PORTO VELHO/RO ESSÊNCIA, MEDINDO 45 X 17 X 7,3 (QUARENTA E CINCO POR DEZESSETE POR SETE VÍRGULA TRÊS) MM, DE BOA QUALIDADE, PRAZO DE VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 02(DOIS) ANOS. CAIXA COM 40(Unidades)	MERCUR	CAIXA	80	36,50	2.920,00
12	CADERNO BROCHURA - CAPA DURA, TAMANHO PEQUENO, 1/4, PAUTADO, 48 FOLHAS, CORES DIVERSAS	FORONI	UNIDADE	400	4,00	1.600,00
13	CAIXA CORRESPONDÊNCIA POLIESTIRENO TRIPLA ARTICULÁVEL, Medidas: 26 x 14,5 x 37 cm	WALEU	UNIDADE	30	66,00	1.980,00
20	CANETA MARCA TEXTO, PONTA CHANFRADA, COM DUAS POSSIBILIDADES DE LARGURA DO TRAÇO (LARGO E FINO), TINTA DE ALTA DURABILIDADE E SEM CHEIRO, NÃO TÓXICO, COM INDICAÇÃO DA COR NA TAMPA OU NO CORPO, GRAVADO NO CORPO A MARCA DO FABRICANTE. NAS SEGUINTES CORES AMARELO, LARANJA, VERDE, AZUL E ROSA, SENDO 20% DE CADA COR (OU PERCENTUAIS ACORDADOS COM O FORNECEDOR ANTES DA ENTREGA). PRAZO DE VALIDADE EXPRESSO NA EMBALAGEM OU NO CORPO DO PINCEL E NÃO INFERIOR A 18 MESES A PARTIR DO RECEBIMENTO	MASTERPRINT	UNIDADE	400	1,40	560,00
22	CARTOLINA GUARCHE, CORES VARIADAS	PREMIATA	UNIDADE	400	1,45	580,00
23	CDS VIRGEM PARA GRAVAR ARQUIVOS	ELGIN	UNIDADE	500	1,50	750,00
25	CLIPS N° 3/0 – NIQUELADO, RESISTENTE, MATERIAL AÇO INOX, CAIXA CONTENDO 100 UNIDADES.	CHAPARRAU	CAIXA	500	3,20	1.600,00
29	COLA EM BASTÃO, SECAGEM RÁPIDA, SISTEMA HERMÉTICO, QUE VEDA POR COMPLETO A COLA, EVITANDO SEU RESSECAMENTO, SEM SOLVENTES, SEM PVC, ATÓXICA, A BASE DE ÁGUA E AMIDO NATURAL, LAVÁVEL, EMBALAGEM RECILCÁVEL.	RADEX	UNIDADE	300	1,96	588,00
31	COLA PRA E.V.A	ACRILEX	UNIDADE	100	3,20	320,00
32	COLEÇÃO DE MADEIRA COM 12 CORES	ECOLE	CAIXA	250	5,00	1.250,00
34	CORRETIVO LÍQUIDO A BASE D'ÁGUA ATÓXICO NÃO-INFLAMÁVEL SECAGEM RÁPIDA FRASCO COM 18 ML, CX COM 12 UNIDADES	KOALA	CAIXA	30	19,00	570,00
35	DVD VIRGEM PARA GRAVAR ARQUIVO	ELGIN	UNIDADE	300	1,68	504,00
36	E.V.A COM GLITER	IBEL	UNIDADE	200	5,50	1.100,00
39	ENVELOPE MADEIRA GRANDE DE BOA QUALIDADE, FORMATO APROXIMADO DE 310 X 410MM (UND)	SCRITY	UNIDADE	3000	0,60	1.800,00
41	ENVELOPE MADEIRA PEQUENO DE BOA QUALIDADE, FORMATO APROXIMADO DE 176 X 250MM (UND)	SCRITY	UNIDADE	3000	0,29	870,00
42	ENVELOPE OURO GRANDE DE BOA QUALIDADE, FORMATO APROXIMADO DE 310 X 410MM (UND)	SCRITY	UNIDADE	3000	0,60	1.800,00
44	ENVELOPE OURO PEQUENO DE BOA QUALIDADE, FORMATO APROXIMADO DE 176 X 250MM (UND)	SCRITY	UNIDADE	3000	0,29	870,00
45	ESTILETO	MASTERPRINT	UNIDADE	100	0,96	96,00
46	EXTRATOR DE GRAMPOS TIPO ESPÁTULA FABRICADO EM CHAPA DE AÇO ZINCADO.	FERSAN	UNIDADE	500	2,10	1.050,00

54	GRAMPEADOR METÁLICO, PINTURA EPÓXI, MODELO ALICATE, TIPO ANATÔMICO, PARA GRAMPO 26/6, ACABAMENTO NIQUELADO, DUPLA POSIÇÃO DE FIXAÇÃO DE GRAMPO, CAPACIDADE PARA GRAMPEAR 25 FLS. DE PAPEL DE 75 G/M² SIMILAR AO EAGLE ALPHA S5025B, EM CORES NEUTRAS.	MAPED	UNIDADE	50	20,00	1.000,00
56	GRAMPO TRILHO - PARA FIXACAO DE PAPEIS,80MM, METALICO, COM CAPACIDADE PARA ARQUIVAR APROXIMADAMENTE 200 FOLHAS, COMPOSTO DE 2 PECAS SENDO 1 TERMINAL FEMEA E 1 BASE COM 2 HASTES FLEXIVEIS DE ALTA RESISTENCIA QUE SE ENCAIXAM NA BASE SENDO FIXADAS NO T	CHAPARRAU	UNIDADE	300	10,30	3.090,00
57	GRAMPOS 23/10, CAIXA COM 1000 UNIDADES	CHAPARRAU	CAIXA	100	6,50	650,00
58	GRAMPOS 23/13, CAIXA COM 1000 UNIDADES	CHAPARRAU	CAIXA	100	6,50	650,00
59	GRAMPOS 23/17, CAIXA COM 1000 UNIDADES	ACC	CAIXA	100	9,50	950,00
62	GRAMPOS 23/8, CAIXA COM 1000 UNIDADES	CHAPARRAU	CAIXA	100	6,50	650,00
69	LIVRO ATA - CAPA DURA, NUMERADO, PAUTADO, FOLHAS INTERNAS COM NO MÍNIMO 56 G/M2, FORMATO 220 X 330 MM, 100 FOLHAS	TILIBRA	UNIDADE	200	11,00	2.200,00
71	LIVRO DE PONTO CAPA DURA 100 FOLHAS	GRAFSET	UNIDADE	150	19,00	2.850,00
72	LIVRO PROTOCOLO - CAPA DURA, PAUTADO, NUMERADO, 100 FOLHAS, MEDIDAS APROXIMADAS 125X220MM	GRAFSET	UNIDADE	150	11,00	1.650,00
73	LIVRO PROTOCOLO DE CORRESPONDENCIA - CAPA DURA, PAUTADO, NUMERADO, 50 FOLHAS, MEDIDAS APROXIMADAS 125X220MM	GRAFSET	UNIDADE	150	8,00	1.200,00
76	PAPEL ADESIVO FOTOGRAFICO, DESCRIÇÃO: PAPEL ADESIVO FOTOGRAFICO BRILHANTE BRANCO, TAMANHO A4, 180 GRAMAS – PACOTE COM 20 FOLHAS.	MASTERPRINT	PCT	50	11,00	550,00
78	PAPEL CELOFONE, COMPRIMENTO 90 CM, LARGURA 70 CM, ESPRESSURA 0,07 MM, EM CORES VARIADAS.	CROMUS	UNIDADE	700	1,00	700,00
79	PAPEL CREPOM, CORES VARIADAS	ART FLOC	UNIDADE	500	1,00	500,00
84	PAPEL PESO 60 TAMANHO A4, PACOTE COM 20 UNIDADES	JANDAIA	PACOTE	150	5,50	825,00
85	PAPEL SEDA PACOTE COM 50 UNIDADES	ART FLOC	PACOTE	50	15,50	775,00
86	PASTA DE PARTITURA COM 100 FOLHAS	ELOPLAST	UNIDADE	20	23,00	460,00
87	PASTA DE PARTITURA COM 50 FOLHAS	ELOPLAST	UNIDADE	20	15,00	300,00
97	PERFURADOR TAMANHO G PARA PAPEL COM ALAVANCA E ESTRUTURA METÁLICA MANUAL 2 FUROS SIMULTÂNEOS COM CAPACIDADE PARA PERFURAR NO MÍNIMO 50 FOLHAS DE UMA ÚNICA VEZ	MASTERPRINT	UNIDADE	30	90,00	2.700,00
103	PINCEL MARCADOR ATOMICO – CORES: PRETO, VERMELHO, AZUL, AMARELO, VERDE.	GRAMP-LINE	UNIDADE	60	3,00	180,00
108	POST – IT, 4 BLOCOS, COM 100 FOLHAS, DE 38MM X 50MM	BACHI	UNIDADE	400	4,30	1.720,00
110	PRANCHETAS EM MDF COM PRENDEDOR METALICO	WALEU	UNIDADE	200	4,90	980,00
113	QUADRO BRANCO, MEDIDAS APROXIMADAS, ALTURA 90 CM, LARGURA 1.20 CM, CONFECCIONADA EM CHAPA DE FIBRA BRANCA RESINADA, MOLDURA EM ALUMÍNIO COM SUPORTE PARA APAGADOR ARREDONDADO, REMOVÍVEL, E DESLIZANTE COM APROXIMADAMENTE 40 CM, SISTEMA DE FIXAÇÃO INVISÍVEL, PODENDO SER INSTALADO NA VERTICAL OU HORIZONTAL.	SOUZA	UNIDADE	20	120,00	2.400,00
117	QUADRO DE LOUSA BRANCA, MEDINDO 60X40CM, MOLDURA EM MADEIRA MDF.	WALEU	UNIDADE	50	23,00	1.150,00
122	TESOURA COM CABO 8" – 21 CM, CABO ANATOMICO, CORTE SUPER PRECISO, EM AÇO INOXIDAVEL DE BOA QUALIDADE E DURABILIDADE, PRAZO DE VALIDADE INDERTEMINADO.	MASTERPRINT	UNIDADE	30	5,50	165,00
135	TINTA GUARCHE CORES VARIADAS	RADEX	UNIDADE	100	0,60	60,00
TOTAL						52.733,00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
A referida Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, considerados da data de publicação de seu extrato na imprensa oficial.

A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Alexandria firmar contratações oriundas do Sistema de Registro de Preços ou nos quantitativos estimados, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, sem que caiba direito a recurso ou indenização.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do respectivo Pedido de Compra, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, modalidade Pregão Presencial nº 00035/2019, parte integrante do presente instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Alexandria, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Presencial nº 00035/2019, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 00035/2019 e seus anexos, e as seguintes propostas vencedoras do referido certame:

- INDEPENDENCIA COMERCIAL LTDA – EPP, pessoa jurídica inscrita no cadastro nacional de pessoa jurídica sob o nº 04.701.515/0001-70, com endereço a Praça Vigário Antônio Joaquim, 29 - Centro – Mossoró/RN. Item(s): 2 - 6 - 7 - 8 - 9 - 10 - 12 - 13 - 20 - 22 - 23 - 25 - 29 - 31 - 32 - 34 - 35 - 36 - 39 - 41 - 42 - 44 - 45 - 46 - 54 - 56 - 57 - 58 - 59 - 62 - 69 - 71 - 72 - 73 - 76 - 78 - 79 - 84 - 85 - 86 - 87 - 97 - 103 - 108 - 110 - 113 - 117 - 122 - 135. Valor: R$ 52.733,00(cinquenta e dois mil setecentos e trinta e três reais).

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Alexandria.

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Constitucional

INDEPENDENCIA COMERCIAL LTDA – EPP
CNPJ nº 04.701.515/0001-70

Publicado por:
Pedro Avelino M. Neto
Código Identificador:59DA09F5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS

GABINETE DO PREFEITO

EDITAL Nº 04/2019 DIVULGA O RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO DE ESCOLHA PARA MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE ANGICOS/RN E ABRE PRAZO RECURSAL.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Angicos/RN
Lei Municipal nº 492/1997

Divulga o resultado preliminar do processo de escolha para membro do Conselho Tutelar do município de Angicos/RN e abre prazo recursal.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Angicos e a Comissão Especial Eleitoral do Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar, no uso de suas atribuições que lhes confere a Resolução nº 01/2019 - CMDCA, e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 492/1997 e suas alterações, considerando a Resolução CONSEC nº 118/2019, torna público o **RESULTADO PRELIMINAR** do processo de escolha para membro do Conselho Tutelar do município de Angicos/RN, realizado no dia 06 de outubro de 2019.

DOCUMENTO	**ATA DE APURAÇÃO – Eleição do Conselho Tutelar 2019**
Data	06 de outubro de 2019
Eleitores Aptos (caderno de votação)	
Seção 01: **789** Seção 02: **1065** Seção 03: **1257** Seção 04: **543** Seção 05: **1512** Seção 06: **607** Seção 07: **1914** Seção 08: **714** Seção 09: **401** Seção 10: **281**	
Quantidade de Votantes (caderno de votação)	
Seção 01: **262** Seção 02: **337** Seção 03: **389** Seção 04: **180** Seção 05: **474** Seção 06: **200** Seção 07: **604** Seção 08: **237** Seção 09: **140** Seção 10: **89**	
Quantidade de Ausentes	
Seção 01: **527** Seção 02: **728** Seção 03: **868** Seção 04: **363** Seção 05: **1038** Seção 06: **407** Seção 07: **1310** Seção 08: **477** Seção 09: **261** Seção 10: **192**	

TABULAÇÃO DE VOTOS

Número e Nome do Candidato	**Votos Seção 01**	**Votos Seção 02**	**Votos Seção 03**	**Votos Seção 04**	**Votos Seção 05**	**Votos Seção 06**	**Votos Seção 07**	**Votos Seção 08**	**Votos Seção 09**	**Votos Seção 10**	**Total de votos**
03 - ALEXANDROVE FERREIRA DE SOUZA	33	20	27	28	44	27	63	15	09	09	**275**
47 - ANA IZES TEIXEIRA BARBALHO	23	35	30	19	45	22	42	24	09	06	**255**
02 - ANDRE AVELINO DA TRINDADE JUNIOR	05	04	04	00	02	01	06	00	05	02	**29**
07 - ANDREIA REGIA GEMINIANO GONÇALVES	08	10	13	08	12	09	28	06	06	00	**100**
39 - ANDREZA MICHELLE BEZERRA CAVALCANTE LIMA	16	14	20	08	21	12	24	18	05	05	**143**
01 - ARTHUR VICTOR MEDEIROS E SILVA RAMOS	20	30	34	17	30	23	47	16	11	10	**238**
37 - CLEOMARIA FERREIRA DA COSTA DOS ANJOS	01	09	12	06	09	04	09	01	03	01	**55**
44 - ELIANE DA SILVA MELO	13	27	26	10	26	11	35	23	14	08	**193**
04 - FABIOLA MARIA DOS SANTOS ALCANTARA	05	11	04	05	16	04	21	05	03	02	**76**
09 - FRANKYLLENE VANESSA ANDRADE MORENO	05	13	16	05	04	05	12	08	09	04	**81**
48 - JANAINA MACEDO DE ARAUJO	06	03	07	01	11	01	10	04	04	01	**48**
06 - MANOEL XAVIER DE ANDRADE NETO	33	38	42	17	62	13	82	23	13	03	**326**
26 - MARCOS ANTONIO CRUZ ARAUJO	21	33	35	15	63	20	59	20	15	10	**291**
24 - MARIA DAS GRAÇAS DA COSTA	02	03	03	01	03	04	07	03	03	03	**32**
46 - MARIA IVANEIDE LOPES DE ARAUJO	17	17	26	15	35	10	48	18	11	04	**201**
38 - MAYANA GERLANY COSTA DA SILVA	14	21	43	12	28	13	25	11	08	04	**179**
08 - PRISCIANNY GRAZIELLY FERREIRA LOPES	11	12	10	05	11	04	17	08	01	04	**83**
41 - RAIMUNDA RAYSA DA CUNHA BARROS	03	05	08	01	04	03	22	14	00	02	**62**
05 - STEPHANNY KAROLLYNE PEREIRA DE MOURA	12	05	10	02	20	03	15	07	07	06	**77**
34 - TUANY LORENA DE ALMEIDA SOUZA	01	05	04	04	03	04	10	04	01	00	**36**
42 - VANUBIA CARLA DA SILVA BATISTA	09	18	13	00	16	06	20	05	02	04	**93**
VOTOS BRANCOS E NULOS	04	04	02	01	09	01	12	04	01	01	**39**
TOTAL DE VOTOS APURADOS	**262**	**337**	**389**	**180**	**474**	**200**	**604**	**237**	**140**	**89**	**2912**

RESULTADO FINAL		
Classificação	Nome do Candidato	Situação
01	MANOEL XAVIER DE ANDRADE NETO	Eleito
02	MARCOS ANTONIO CRUZ ARAUJO	Eleito
03	ALEXANDROVE FERREIRA DE SOUZA	Eleito
04	ANA IZES TEIXEIRA BARBALHO	Eleito
05	ARTHUR VICTOR MEDEIROS E SILVA RAMOS	Eleito
06	MARIA IVANEIDE LOPES DE ARAUJO	1º Suplente
07	ELIANE DA SILVA MELO	2º Suplente

08	MAYANA GERLANY COSTA DA SILVA	3º Suplente
09	ANDREZA MICHELLE BEZERRA CAVALCANTE LIMA	4º Suplente
10	ANDREIA REGIA GEMINIANO GONÇALVES	5º Suplente
11	VANUBIA CARLA DA SILVA BATISTA	Não eleito
12	PRISCIANNY GRAZIELLY FERREIRA LOPES	Não eleito
13	FRANKYLLENE VANESSA ANDRADE MORENO	Não eleito
14	STEPHANNY KAROLLYNE PEREIRA DE MOURA	Não eleito
15	FABIOLA MARIA DOS SANTOS ALCANTARA	Não eleito
16	RAIMUNDA RAYSA DA CUNHA BARROS	Não eleito
17	CLEOMARIA FERREIRA DA COSTA DOS ANJOS	Não eleito
18	JANAINA MACEDO DE ARAUJO	Não eleito
19	TUANY LORENA DE ALMEIDA SOUZA	Não eleito
20	MARIA DAS GRAÇAS DA COSTA	Não eleito
21	ANDRE AVELINO DA TRINDADE JUNIOR	Não eleito

Fica aberto o prazo compreendido entre os dias 08 e 14 de outubro de 2019, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista no item 5.20 do Edital nº 01/2019.
A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

Angicos/RN, 07 de outubro de 2019.

MANUELA RODRIGUES SILVA
Presidente Do CMDCA

KALIANE MIRELLE DE SOUZA FERREIRA DANTAS
Presidente Da Comissão Eleitoral

ALMIR MEDEIROS DA CUNHA
Membro Da Comissão Eleitoral

EMANUELLA DE AZEVEDO PALHARES
Membro Da Comissão Eleitoral

LINDJANE MANNUELLE DA CONCEIÇÃO ARAÚJO MELO
Membro Da Comissão Eleitoral

Publicado por:
Manuela Rodrigues Silva
Código Identificador:556D3D54

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
CRÉDITO SUPLEMENTAR NO. 07

Rua Manoel Joaquim de Souza, 434, Centro, Boa Saúde/RN CEP: 59260000 CNPJ: 08.142.655/0001-06
DECRETO Nº 7-S, DE 01 de julho de 2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 1.395.103,25 , para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Boa Saúde/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 1.395.103,25 (um milhão, trezentos e noventa e cinco mil, cento e três reais e vinte e cinco centavos) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Boa Saúde/RN, 01 de julho de 2019

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.395.103,25**
03 .001 Sec.Mun. de Administracao e Planejamento					**156.695,18**
	1008 Amortizacao da Divida com PASEP				**62.000,00**
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	10010000	0001	62.000,00
	2007 Manutencao do Setor Administr.Planej.				**55.800,00**
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	10010000	0001	7.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	43.800,00
		3.3.90.40 SERV.DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PJ	10010000	0001	5.000,00

	2009 Contribuicao Para a Formacao do PASEP				**38.895,18**
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	10010000	0001	38.895,18
05 .001 Sec.Mun.de Agric.Pec.Rec.Hid. M. Ambient					**10.000,00**
	2012 Manut. da Sec. Muni. de Agricultura, Pecuaria, Rec. Hid. e Meio Ambiente				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15300000	0001	10.000,00
06 .001 Secretaria Municipal de Educacao					**722.528,06**
	2020 Manutencao da Secretaria de Educacao				**2.207,50**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	2.207,50
	2025 Manutencao do FUNDEDB - 40% - Fundamenta				**5.010,00**
		3.1.91.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11130000	0001	5.010,00
	2026 Manutencao do FUNDEB - 60% - Fundamental				**698.100,24**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11120000	0001	698.100,24
	2036 Programa Alimentacao Escolar Infantil				**6.654,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	11220000	0001	6.654,00
	2038 Manutencao do FUNDEB - 60% - Infantil				**10.556,32**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11120000	0001	2.956,32
		3.1.91.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11120000	0001	7.600,00
07 .001 Secretaria Municipal de Saude					**25.000,00**
	2046 Manutencao das Ativ.da Sec.Munic. Saude				**25.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÃES PATRONAIS	10010000	0001	25.000,00
08 .001 Sec Mun de Assis Social Hab Trab e Renda					**500,00**
	2051 Manut.da Sec.Mun de Assis Social Hab. Trab e Renda				**500,00**
		3.1.91.13 OBRIGAÇÃES PATRONAIS	10010000	0001	500,00
09 .001 Sec Mun Infra Estrutura e Serv. Publicos					**325.668,00**
	2053 Manut.Sec.Mun Infra Estrutura e Serv. Publicos				**325.668,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÃES PATRONAIS	10010000	0001	164,00
		3.1.91.13 OBRIGAÇÃES PATRONAIS	10010000	0001	3.104,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15300000	0001	6.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	316.400,00
10 .001 Fundo Municipal de Saude					**148.962,25**
	2062 Manut. das Ativ.Fundo Municipal de Saude				**45.962,25**
		3.1.91.13 OBRIGAÇÃES PATRONAIS	12110000	0001	20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	25.962,25
	2064 Manutencao do PAB-Piso de Atencao Basica				**3.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12140000	0001	3.000,00
	2068 Manut.Prog.Media e Alta Complexidade-MAC				**100.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12140000	0001	100.000,00
11 .001 Fundo Municipal de Assistencia Social					**5.749,76**
	2077 Fundo Municipal de Asssitencia Social				**3.205,50**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10010000	0001	3.205,50
	2083 Manutencao do Creas				**2.544,26**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	13110000	0001	2.544,26
Anexo II (Redução)					**1.395.103,25**
03 .001 Sec.Mun. de Administracao e Planejamento					**256.695,18**
	1004 Pagamento de Juros da Divida Junto ao INSS/RPPS				**100.000,00**
		3.2.90.21 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	10010000	0001	100.000,00
	1009 Amortizacao da Divida junto a Cosern e Caern				**62.000,00**
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	10010000	0001	62.000,00
	2007 Manutencao do Setor Administr.Planej.				**21.895,18**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	18.895,18
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10010000	0001	3.000,00
	2008 Manut.Ativ.Setor de Arquivo e Patrimonio				**64.800,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	7.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	10010000	0001	15.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	15.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	14.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	13.800,00
	2009 Contribuicao Para a Formacao do PASEP				**8.000,00**
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	10010000	0001	3.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10010000	0001	5.000,00
04 .001 Secretaria Mun. de Financas e Tributacao					**40.000,00**
	2010 Manutencao da Sec.Munic. de Finan.Tributacao				**40.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÃES PATRONAIS	10010000	0001	20.000,00
		3.3.90.40 SERV.DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PJ	10010000	0001	20.000,00
05 .001 Sec.Mun.de Agric.Pec.Rec.Hid. M. Ambient					**168.400,00**
	1020 Aquisicao e/ou Desapropriacao de Imoveis				**70.000,00**
		4.4.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	10010000	0001	70.000,00
	2011 Manutencao do Sistema de Saneamento Basico				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	10.000,00
	2012 Manut. da Sec. Muni. de Agricultura, Pecuaria, Rec. Hid. e Meio Ambiente				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	10.000,00

	1100 Construção de um Centro de Comercialização do Agro Negócio - CCAGRO				**78.400,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15100000	0001	78.400,00
06 .001 Secretaria Municipal de Educacao					**722.528,06**
	2019 Manutencao ao Ensino Fundamental				**100.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11110000	0001	100.000,00
	2023 Programa Alimentacao Escolar Fundamental				**6.654,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	11220000	0001	6.654,00
	2025 Manutencao do FUNDEDB - 40% - Fundamenta				**60.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	11130000	0001	60.000,00
	2026 Manutencao do FUNDEB - 60% - Fundamental				**48.656,56**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	11120000	0001	2.956,32
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	11120000	0001	7.600,00
		3.1.91.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11120000	0001	38.100,24
	2037 Manutencao do FUNDEB - 40% - Infantil				**505.010,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11130000	0001	400.000,00
		3.1.91.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11130000	0001	5.010,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	11130000	0001	100.000,00
	2043 Aquis. Fardamento Escolar - Ens.Infantil				**207,50**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10010000	0001	207,50
	2108 Manutenção do Programa Transporte Escolar - Ensino Médio - PETERN				**2.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	1.000,00
07 .001 Secretaria Municipal de Saude					**25.000,00**
	2046 Manutencao das Ativ.da Sec.Munic. Saude				**25.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	5.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	15.000,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	2.500,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10010000	0001	2.500,00
08 .001 Sec Mun de Assis Social Hab Trab e Renda					**500,00**
	2047 Manut.das Ativ. do Conselho Tutelar				**500,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	500,00
09 .001 Sec Mun Infra Estrutura e Serv. Publicos					**27.268,00**
	2053 Manut.Sec.Mun Infra Estrutura e Serv. Publicos				**9.164,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	164,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	2.000,00
		3.1.91.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	6.000,00
	2054 Instal.Sistema de Monitoramento em Area Publica				**2.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	1.000,00
	2056 Sinalizacao de Ruas e Avenidas				**6.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	2.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	2.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	2.000,00
	2058 Manut.das Acoes do Setor de Transporte				**10.104,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	1.500,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	1.500,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10010000	0001	104,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10010000	0001	1.000,00
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10010000	0001	2.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.40 SERV.DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PJ	10010000	0001	2.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10010000	0001	1.000,00
10 .001 Fundo Municipal de Saude					**148.962,25**
	1045 Reforma de Unid. Basica de Saude				**10.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	12110000	0001	10.000,00
	1047 Ref.Ampl.Reequip. Hosp.M.Januario Cicco				**40.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	12200000	0001	20.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12200000	0001	20.000,00
	1053 Ampli.Sistema de Saneamento Basico				**50.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	12200000	0001	50.000,00
	2062 Manut. das Ativ.Fundo Municipal de Saude				**30.962,25**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	5.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	12110000	0001	18.962,25
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	5.000,00
		3.1.91.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12110000	0001	1.200,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	800,00
	2064 Manutencao do PAB-Piso de Atencao Basica				**3.000,00**
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS	12140000	0001	3.000,00

		FÍSICAS			
	2115 Locação de Unid. Móvel Méd. Odontologico				**15.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	15.000,00
11 .001 Fundo Municipal de Assistencia Social					**5.749,76**
	2076 Manut. das Acoes do Selo UNICEF				**2.544,26**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	13110000	0001	2.544,26
	2077 Fundo Municipal de Asssitencia Social				**3.205,50**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	13110000	0001	3.205,50

Publicado por:
Maria Erivanice Francisco
Código Identificador:DDA3E3CB

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
CRÉDITO SUPLEMENTAR NO. 08

Rua Manoel Joaquim de Souza, 434, Centro, Boa Saúde/RN CEP: 59260000 CNPJ: 08.142.655/0001-06

DECRETO Nº 8-S, DE 05 de agosto de 2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 1.092.676,40 , para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Boa Saúde/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 1.092.676,40 (um milhão, noventa e dois mil, seiscentos e setenta e seis reais e quarenta centavos) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Boa Saúde/RN, 05 de agosto de 2019

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.092.676,40**
01 .001 Camara Municipal de Boa Saude					**30.000,00**
	2001 Manutencao da Camara Municipal				**30.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	30.000,00
03 .001 Sec.Mun. de Administracao e Planejamento					**75.000,00**
	2007 Manutencao do Setor Administr.Planej.				**75.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	50.000,00
		3.3.90.40 SERV.DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PJ	10010000	0001	25.000,00
06 .001 Secretaria Municipal de Educacao					**314.826,40**
	2020 Manutencao da Secretaria de Educacao				**120.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	50.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	70.000,00
	2025 Manutencao do FUNDEDB - 40% - Fundamenta				**60.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11130000	0001	60.000,00
	2036 Programa Alimentacao Escolar Infantil				**15.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	11220000	0001	15.000,00
	2038 Manutencao do FUNDEB - 60% - Infantil				**69.826,40**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	11120000	0001	69.826,40
	2108 Manutenção do Programa Transporte Escolar - Ensino 50.000,00Médio - PETERN				
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11250000	0001	50.000,00
08 .001 Sec Mun de Assis Social Hab Trab e Renda					**41.450,00**
	2051 Manut.da Sec.Mun de Assis Social Hab. Trab e Renda				**41.450,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	41.450,00
09 .001 Sec Mun Infra Estrutura e Serv. Publicos					**131.400,00**
	1034 Construcao e Reforma de Pracas Publicas				**17.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	10010000	0001	17.000,00
	2053 Manut.Sec.Mun Infra Estrutura e Serv. Publicos				**114.400,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	25.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15300000	0001	15.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	59.400,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	10010000	0001	15.000,00
10 .001 Fundo Municipal de Saude					**460.000,00**
	2062 Manut. das Ativ.Fundo Municipal de Saude				**175.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	85.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA	12110000	0001	90.000,00

		JURÍDICA			
	2064 Manutencao do PAB-Piso de Atencao Basica				**115.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12140000	0001	65.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12140000	0001	50.000,00
	2065 Manut. Programa Assistencia Farmaceutica				**50.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12140000	0001	50.000,00
	2068 Manut.Prog.Media e Alta Complexidade-MAC				**120.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12140000	0001	30.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12140000	0001	90.000,00
11 .001 Fundo Municipal de Assistencia Social					**40.000,00**
	2081 Manut.do PSB, CRAS e PAIF				**15.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	13110000	0001	15.000,00
	2082 Manut.Acoes Prot.Social-PSB/Serv.Fort. Vinc. - SCFV.				**15.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	13110000	0001	15.000,00
	2083 Manutencao do Creas				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	13110000	0001	10.000,00
Anexo II (Redução)					**1.092.676,40**
01 .001 Camara Municipal de Boa Saude					**30.000,00**
	2001 Manutencao da Camara Municipal				**30.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	30.000,00
02 .001 Secretaria de Governo					**135.000,00**
	2003 Manutencao do Gabinete do Vice-Prefeito				**65.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	30.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	10010000	0001	15.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	10.000,00
	2004 Manutencao da Procuradoria Geral do Municipio-PGM				**70.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	10.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	40.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÃES PATRONAIS	10010000	0001	20.000,00
03 .001 Sec.Mun. de Administracao e Planejamento					**75.000,00**
	1006 Aquisicao de Equipamentos e Material Permanente				**10.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10010000	0001	10.000,00
	1008 Amortizacao da Divida com PASEP				**10.000,00**
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	10010000	0001	10.000,00
	1009 Amortizacao da Divida junto a Cosern e Caern				**10.000,00**
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	10010000	0001	10.000,00
	2007 Manutencao do Setor Administr.Planej.				**12.000,00**
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	1.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10010000	0001	5.000,00
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	10010000	0001	1.300,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	1.700,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10010000	0001	1.000,00
	2008 Manut.Ativ.Setor de Arquivo e Patrimonio				**31.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	20.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	2.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÃES PATRONAIS	10010000	0001	7.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	1.000,00
	2009 Contribuicao Para a Formacao do PASEP				**2.000,00**
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	10010000	0001	2.000,00
05 .001 Sec.Mun.de Agric.Pec.Rec.Hid. M. Ambient					**40.000,00**
	2012 Manut. da Sec. Muni. de Agricultura, Pecuaria, Rec. Hid. e Meio Ambiente				**10.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	10.000,00
	2013 Apoio ao Pequeno e Medio Produtor Rural				**30.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10010000	0001	10.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	10.000,00
06 .001 Secretaria Municipal de Educacao					**194.826,40**
	1026 Constr.Ampl.Ref., Unid.Ensino Infantil				**1.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	10010000	0001	1.000,00
	1028 Aquis.de Veic.e Outros Equip.e Mat. Permanente - Ensino Infantil				**2.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10010000	0001	2.000,00
	1029 Inst.e Moderniz. de Salas de Informatica Ensino Infantil				**1.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10010000	0001	1.000,00
	2020 Manutencao da Secretaria de Educacao				**17.000,00**

		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	10010000	0001	600,00
		3.3.90.18 AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.19 AUXÍLIO-FARDAMENTO	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	1.400,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	8.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	10010000	0001	1.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10010000	0001	1.000,00
	2023 Programa Alimentacao Escolar Fundamental				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	11220000	0001	10.000,00
	2025 Manutencao do FUNDEDB - 40% - Fundamenta				**60.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11130000	0001	40.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	11130000	0001	20.000,00
	2026 Manutencao do FUNDEB - 60% - Fundamental				**69.826,40**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	11120000	0001	30.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	11120000	0001	39.826,40
	2027 Manut.das Acoes do Prog.Carteira Limpa Ensino Fundamental.				**3.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	1.000,00
	2029 Manut.das Acoes do Prog.Prof. Exemplar				**4.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULT., ARTÍST., CIENT., DESP. E OUTROS	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	1.000,00
	2030 Implantacao do Prog.Professor Exemplar Ensino Infantil				**2.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	1.500,00
	2032 Capac.do Corpo Docente Vis.Incl. Social Ensino Fundamental.				**2.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	1.000,00
	2034 Aquisicao Fardamento Escolar - Ens.Fund.				**1.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10010000	0001	1.000,00
	2035 Manut.das Acoes do Prog.Jovens do Futu ro.				**6.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULT., ARTÍST., CIENT., DESP. E OUTROS	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.40 SERV.DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PJ	10010000	0001	1.000,00
	2036 Programa Alimentacao Escolar Infantil				**5.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11220000	0001	5.000,00
	2041 Capacit.Corpo Docente Visando Incl.Socia Ensino Infantil				**3.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	1.000,00
	2042 Manut.Acoes do Prog.Carteira Limpa Ensino Infantil.				**2.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	1.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	1.000,00
	2043 Aquis. Fardamento Escolar - Ens.Infantil				**1.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10010000	0001	1.000,00
	2108 Manutenção do Programa Transporte Escolar - Ensino Médio - PETERN				**4.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	2.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	1.000,00
08 .001 Sec Mun de Assis Social Hab Trab e Renda					**41.450,00**
	2048 Manut.Ativ.Conselho Crianca e Adolescent				**6.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	4.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	2.000,00
	2049 Subvencoes a Associacoes Comunitarias				**8.450,00**
		3.3.50.43 SUBVENÇÕES SOCIAIS	10010000	0001	8.450,00
	2050 Concessao de Beneficios Eventuais				**12.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	5.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10010000	0001	3.000,00

		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10010000	0001	4.000,00
	2051 Manut.da Sec.Mun de Assis Social Hab. Trab e Renda				**15.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	10010000	0001	3.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	4.000,00
		3.3.90.40 SERV.DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PJ	10010000	0001	5.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10010000	0001	3.000,00
09 .001 Sec Mun Infra Estrutura e Serv. Publicos					**76.400,00**
	1033 Constr.Reconst.Pavimentacao de ruas e Avenidas				**4.300,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	10010000	0001	4.300,00
	1034 Construcao e Reforma de Pracas Publicas				**2.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	10010000	0001	2.000,00
	1035 Recontrucao de Calcadao da Entrada da Cidade				**4.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	10010000	0001	4.000,00
	1036 Aquisicao de Imoveis				**2.600,00**
		4.4.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	10010000	0001	2.600,00
	1037 Implantacao de Acessibil. em Predios Publicos				**4.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	10010000	0001	4.000,00
	1038 Urbaniz.de Canteiros,Vilas e Logradouros				**2.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	10010000	0001	2.000,00
	1039 Construcao de Binarios(Av.Paral.e no Distr.Corrego de Sao Mateus)				**2.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	10010000	0001	2.000,00
	1040 Aquis.de Veiculos e Outros Equipamentos				**1.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10010000	0001	1.000,00
	1041 Const. de Abrigos Rodoviarios				**2.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	10010000	0001	2.000,00
	2053 Manut.Sec.Mun Infra Estrutura e Serv. Publicos				**23.300,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	4.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	4.500,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	6.700,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.40 SERV.DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PJ	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10010000	0001	500,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10010000	0001	3.600,00
	2054 Instal.Sistema de Monitoramento em Area Publica				**2.300,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	500,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10010000	0001	1.300,00
	2055 Implat.Manut.Acoes Serv.de Limpeza Publica				**1.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	10010000	0001	1.000,00
	2056 Sinalizacao de Ruas e Avenidas				**2.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	500,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10010000	0001	1.000,00
	2058 Manut.das Acoes do Setor de Transporte				**11.400,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	500,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	1.500,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÃES PATRONAIS	10010000	0001	2.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10010000	0001	1.000,00
		3.1.91.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	1.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	2.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.40 SERV.DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PJ	10010000	0001	400,00
	1102 Construção Dren. Superf. c/ Pavi. Paralep.Acostamento				**1.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	10010000	0001	1.000,00
	2113 Remoção de Obstáculo Arquitetônico em Prédios públicos				**11.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	2.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	2.500,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	10010000	0001	3.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10010000	0001	3.000,00
10 .001 Fundo Municipal de Saude					**460.000,00**
	1010 Ampliacao do Sistema de Saneamento Basi- co				**2.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12110000	0001	2.000,00
	1012 Implntacao e/ou Manut.e Aquisicao de Equipamento de Aterreo Sanitario				**5.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	12110000	0001	2.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12110000	0001	3.000,00
	1043 Const.Reforma e Ampl. Unidades de Saude				**18.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	12110000	0001	18.000,00
	1044 Construcao de Unidades Sanitarias				**19.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	12110000	0001	19.000,00

	1045 Reforma de Unid. Basica de Saude				**19.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	12110000	0001	19.000,00
	1047 Ref.Ampl.Reequip. Hosp.M.Januario Cicco				**7.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	12110000	0001	4.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12110000	0001	3.000,00
	1050 Conclusao das Unid. Basica de Saude				**12.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	12110000	0001	12.000,00
	1053 Ampli.Sistema de Saneamento Basico				**17.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	12110000	0001	17.000,00
	2059 Manut.Prog.Agentes Comunitario de Saude				**27.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	12140000	0001	5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12140000	0001	7.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	12140000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12140000	0001	5.000,00
	2060 Manut. do Programa Saude da Familia -PSF				**47.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÃES PATRONAIS	12140000	0001	15.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12140000	0001	1.000,00
		3.1.91.13 OBRIGAÇÃES PATRONAIS	12140000	0001	8.000,00
		3.1.91.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 12140000		0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12140000	0001	5.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	12140000	0001	2.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	12140000	0001	6.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12140000	0001	6.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	12140000	0001	3.000,00
	2061 Manutencao do Programa Saude Bucal				**24.000,00**
		3.1.91.13 OBRIGAÇÃES PATRONAIS	12140000	0001	8.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12140000	0001	6.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	12140000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12140000	0001	5.000,00
	2062 Manut. das Ativ.Fundo Municipal de Saude				**48.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	3.000,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	12110000	0001	5.000,00
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	12110000	0001	10.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	12110000	0001	5.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	12110000	0001	3.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	12110000	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	12110000	0001	4.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12110000	0001	13.000,00
	2063 Manut.do Programa Campanha de Vacinacao				**48.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	12140000	0001	14.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12140000	0001	8.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÃES PATRONAIS	12140000	0001	3.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12140000	0001	8.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	12140000	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	12140000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12140000	0001	5.000,00
	2064 Manutencao do PAB-Piso de Atencao Basica				**18.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	12140000	0001	7.000,00
		3.3.90.40 SERV.DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PJ	12140000	0001	2.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	12140000	0001	4.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12140000	0001	4.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	12140000	0001	1.000,00
	2065 Manut. Programa Assistencia Farmaceutica				**15.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	12140000	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	12140000	0001	7.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12140000	0001	3.000,00
	2066 Manut.Nucleo Apoio a Estrat.Saude da Familia - NASF				**10.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÃES PATRONAIS	12140000	0001	8.000,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	12140000	0001	1.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12140000	0001	1.000,00
	2067 Criacao,Manut.Centro de Ref.Saude da Mulher - Programa Rede Cegonha				**22.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12140000	0001	5.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P DISTRIBUIÇÃO GRATUITA /	12140000	0001	2.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	12140000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12140000	0001	5.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS	12140000	0001	5.000,00

		FÍSICAS			
	2068 Manut.Prog.Media e Alta Complexidade-MAC				**34.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	12140000	0001	4.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12140000	0001	5.000,00
		3.1.91.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12140000	0001	5.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	12140000	0001	2.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	12140000	0001	2.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12140000	0001	2.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	12140000	0001	7.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	12140000	0001	7.000,00
	2069 Manut.Programa Vigilancia Sanitaria				**20.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	12140000	0001	5.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	12140000	0001	2.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	12140000	0001	2.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12140000	0001	2.000,00
		3.3.90.40 SERV.DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PJ	12140000	0001	2.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	12140000	0001	2.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12140000	0001	3.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	12140000	0001	2.000,00
	2073 Programa Vig.Epidemiologica Saude-PVES				**15.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	12140000	0001	8.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12140000	0001	7.000,00
	2112 Remoção de Obstáculos Arquitetônicos em Unidades de Saúde				**18.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	3.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	12110000	0001	3.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	3.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12110000	0001	9.000,00
	2115 Locação de Unid. Móvel Méd. Odontologico				**15.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12110000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12140000	0001	5.000,00
11 .001 Fundo Municipal de Assistencia Social					**40.000,00**
	2076 Manut. das Acoes do Selo UNICEF				**16.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	13110000	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	13110000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	13110000	0001	5.000,00
		3.3.90.40 SERV.DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PJ	13110000	0001	1.000,00
	2077 Fundo Municipal de Asssitencia Social				**9.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	13110000	0001	3.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	13110000	0001	3.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	13110000	0001	3.000,00
	2081 Manut.do PSB, CRAS e PAIF				**15.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	13110000	0001	15.000,00

Publicado por:
Maria Erivanice Francisco
Código Identificador:7EB3F5AF

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
PORTARIA NO 07 - REMANEJ.DOTAÇÃO.

Rua Manoel Joaquim de Souza, 434, Centro, Boa Saúde/RN CEP: 59260000
CNPJ: 08.142.655/0001-06

PORTARIA Nº 7-R, DE 01 de julho de 2019

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Boa Saúde/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
RESOLVE

Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 45.536,21 (quarenta e cinco mil, quinhentos e trinta e seis reais e vinte e um centavos) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Boa Saúde/RN, 01 de julho de 2019

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**45.536,21**
05 .001 Sec.Mun.de Agric.Pec.Rec.Hid. M. Ambient					**18.000,00**
	2014 Programa de Incentivo ao Agricultor Carente-Corte de Terra				**18.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	18.000,00
06 .001 Secretaria Municipal de Educacao					**5.882,25**
	2020 Manutencao da Secretaria de Educacao				**2.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10010000	0001	2.000,00
	2038 Manutencao do FUNDEB - 60% - Infantil				**3.882,25**
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	11120000	0001	3.882,25
08 .001 Sec Mun de Assis Social Hab Trab e Renda					**4.090,00**
	2051 Manut.da Sec.Mun de Assis Social Hab. Trab e Renda				**4.090,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	4.090,00
09 .001 Sec Mun Infra Estrutura e Serv. Publicos					**300,00**
	2053 Manut.Sec.Mun Infra Estrutura e Serv. Publicos				**300,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10010000	0001	300,00
10 .001 Fundo Municipal de Saude					**13.000,00**
	2060 Manut. do Programa Saude da Familia -PSF				**13.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12140000	0001	13.000,00
11 .001 Fundo Municipal de Assistencia Social					**4.263,96**
	2083 Manutencao do Creas				**4.263,96**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	13110000	0001	4.263,96
Anexo II (Redução)					**45.536,21**
05 .001 Sec.Mun.de Agric.Pec.Rec.Hid. M. Ambient					**18.000,00**
	2014 Programa de Incentivo ao Agricultor Carente-Corte de Terra				**18.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10010000	0001	5.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10010000	0001	13.000,00
06 .001 Secretaria Municipal de Educacao					**5.882,25**
	2020 Manutencao da Secretaria de Educacao				**2.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	1.000,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	1.000,00
	2038 Manutencao do FUNDEB - 60% - Infantil				**3.882,25**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	11120000	0001	3.882,25
08 .001 Sec Mun de Assis Social Hab Trab e Renda					**4.090,00**
	2051 Manut.da Sec.Mun de Assis Social Hab. Trab e Renda				**4.090,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	4.090,00
09 .001 Sec Mun Infra Estrutura e Serv. Publicos					**300,00**
	2053 Manut.Sec.Mun Infra Estrutura e Serv. Publicos				**300,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	300,00
10 .001 Fundo Municipal de Saude					**13.000,00**
	2060 Manut. do Programa Saude da Familia -PSF				**13.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	12140000	0001	4.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12140000	0001	4.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12140000	0001	5.000,00
11 .001 Fundo Municipal de Assistencia Social					**4.263,96**
	2083 Manutencao do Creas				**4.263,96**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	13110000	0001	500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	13110000	0001	1.615,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	13110000	0001	2.148,96

Publicado por:
Maria Erivanice Francisco
Código Identificador:2DA809B5

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
PORTARIA NO. 08 - REMANEJ. DE DOTAÇÃO

Rua Manoel Joaquim de Souza, 434, Centro, Boa Saúde/RN CEP: 59260000 CNPJ: 08.142.655/0001-06
PORTARIA Nº 8-R, DE 05 de agosto de 2019

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Boa Saúde/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
RESOLVE
Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 28.725,91 (vinte e oito mil, setecentos e vinte e cinco reais e noventa e um centavos) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o Artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Boa Saúde/RN, 05 de agosto de 2019

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**28.725,91**
02 .001 Secretaria de Governo					**2.000,00**
	2002 Manutencao do Gabinete do Prefeito				**2.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	2.000,00
03 .001 Sec.Mun. de Administracao e Planejamento					**1.500,00**
	2007 Manutencao do Setor Administr.Planej.				**1.500,00**
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	10010000	0001	1.500,00
06 .001 Secretaria Municipal de Educacao					**19.825,91**
	2020 Manutencao da Secretaria de Educacao				**11.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	7.000,00
		3.3.90.40 SERV.DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PJ	10010000	0001	4.000,00
	2025 Manutencao do FUNDEDB - 40% - Fundamenta				**2.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11130000	0001	2.500,00
	2038 Manutencao do FUNDEB - 60% - Infantil				**6.325,91**
		3.1.91.13 OBRIGAÇÃES PATRONAIS	11120000	0001	6.325,91
10 .001 Fundo Municipal de Saude					**1.000,00**
	2064 Manutencao do PAB-Piso de Atencao Basica				**1.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12140000	0001	1.000,00
11 .001 Fundo Municipal de Assistencia Social					**4.400,00**
	2082 Manut.Acoes Prot.Social-PSB/Serv.Fort. Vinc. - SCFV.				**4.400,00**
Anexo II (Redução)					**28.725,91**
02 .001 Secretaria de Governo					**2.000,00**
	2002 Manutencao do Gabinete do Prefeito				**2.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10010000	0001	2.000,00
03 .001 Sec.Mun. de Administracao e Planejamento					**1.500,00**
	2007 Manutencao do Setor Administr.Planej.				**1.500,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10010000	0001	500,00
		3.1.91.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10010000	0001	1.000,00
06 .001 Secretaria Municipal de Educacao					**19.825,91**
	2020 Manutencao da Secretaria de Educacao				**11.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -			
			10010000	0001	9.000,00
		PESSOA JURÍDICA			
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10010000	0001	2.000,00
	2025 Manutencao do FUNDEDB - 40% - Fundamenta				**2.500,00**
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	11130000	0001	500,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	11130000	0001	2.000,00
	2038 Manutencao do FUNDEB - 60% - Infantil				**6.325,91**
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	11120000	0001	6.325,91
10 .001 Fundo Municipal de Saude					**1.000,00**
	2064 Manutencao do PAB-Piso de Atencao Basica				**1.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12140000	0001	1.000,00
11 .001 Fundo Municipal de Assistencia Social					**4.400,00**
	2082 Manut.Acoes Prot.Social-PSB/Serv.Fort. Vinc. - SCFV.				**4.400,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	13110000	0001	4.400,00

Publicado por:
Maria Erivanice Francisco
Código Identificador:4C30E725

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2019

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2019
PROCESSO Nº 0112/2019 VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 30 dias do mês de setembro de 2019, o Município de Bom Jesus, por intermédio da Prefeitura municipal, com sede na Rua Manoel Andrade, 12 – Centro – Bom Jesus/RN - CEP: 59.270-000, inscrito no CNPJ sob o nº 08.002.404/0001-26, neste ato representado por seu Secretário Municipal Saúde, o Sr. Felipe Augusto Ribeiro Figueredo, inscrito no CPF/MF sob o nº 061.311.784-02, brasileiro, solteiro, enfermeiro, residente e domiciliado na Rua Hortêncio Barbalho nº 15 – Centro, Bom Jesus/RN;
Nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; do Decreto nº 7.892, de 2013; do Decreto Municipal nº 005, de 2012; do Decreto nº 3.555, de 2000; do Decreto nº 5.450, de 2005; do Decreto nº 3.722, de 2001; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 1993, e as demais normas legais correlatas;
Em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 001/2019, conforme Ata homologada pelo Prefeito Municipal;
Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa M. K. DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS, inscrita no CNPJ sob o nº 21.062.777/0001-50, com sede na Rua Joaquim Ribeiro, 181, Centro, São Bento/RN, CEP: 58.865-000, neste ato

representada pelo Sra. Meire Karla de Azevedo Dutra Dantas, portadora da Cédula de Identidade nº 1.717.395/SSDS-RN e CPF nº 027.380.014-08, cuja proposta foi classificada em 01 lugar no certame para o lote 03.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Aquisição de equipamentos para reestruturação das unidades de saúde do município de Bom Jesus/RN, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

Empresa: A. A. DE S. WANDERLEY
CNPJ: 04.279.658/0001-35
Valor Total dos Lotes: R$ 31.652,30 (trinta e um mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos)

LOTE 03 – MATERIAL DE INFORMÁTICA						
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Marca**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
14	Notebook – Processador core i5 , 4 GB Memória, 500 HD, Rede Wireless, Leitor de Cartões 5 em 1, Tela 14", Memória de Vídeo 256 MB, Conexão USB 4 portas, outras conexões 1 HDMI	UND	2	POSITIVO - MASTER	R$ 2.390,00	R$ 4.780,00
15	NO BREAK (para computador) – potência 1KVA, tensão entrada e saída BIVOLT, alarmes AUDIOVISUAL, bateria interna selada, garantia mínima de 12 meses	UND	2	LACERDA – NEW ORION	R$ 350,00	R$ 700,00
TOTAL						**R$ 5.480,00**

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES
2.1. O órgão gerenciador será a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
2.2. São participantes todos as Secretarias do município.
2.3. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892, de 2013, e na Lei nº 8.666, de 1993.
2.3.1. Caso decorra de licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei n° 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já praticadas pelo órgão gerenciador, pelos órgãos participantes ou por aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para cada lote da Ata.
2.3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
2.3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.
2.3.4. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.
2.4. Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, conforme artigo 6° do Decreto n° 7.892, de 2013.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.
3.1.1. É admitida a prorrogação excepcional da vigência da Ata nos termos do artigo 12, do Decreto nº 7.892, de 2013, desde que o prazo total de vigência, computada a prorrogação, não ultrapasse 1 (um) ano.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
4.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
4.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:
4.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
4.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
4.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
4.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
4.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
4.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
4.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
4.6. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO
5.1. O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:
5.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
5.1.3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
5.1.4. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
5.1.5. Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
5.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
5.3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES
6.1. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e obedecidos os requisitos pertinentes do artigo 15, do Decreto nº 7.892, de 2013.
6.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.
6.2. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 02 (dois) dias úteis, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.
6.2.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.
6.3. Antes da assinatura do Contrato ou da emissão da Nota de Empenho, a Contratante realizará consulta on-line, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, nos termos do artigo 3°, § 1°, da IN SLTI/MPOG n° 02, de 11/10/2010, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
6.4. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
6.4.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).
6.5. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.
6.5.1. É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.
6.6. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
6.7. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

7. CLÁUSULA SETIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO
7.1. Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
7.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU n° 39, de 13/12/2011.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO
8.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irreajustáveis.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA
9.1. A Contratada obriga-se a:
9.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta;
9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
9.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;
9.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
9.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 12 (doze) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
9.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
9.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
9.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
9.1.8. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
9.2. A Contratante obriga-se a:
9.2.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
9.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
9.2.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
9.2.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

10. CLÁUSULA DECIMA - DO PAGAMENTO
10.1. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.
10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R$ 8.000,00 (oito mil reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.
10.2.1. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.
10.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
10.4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta on line aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.
10.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
10.5.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6° da Instrução Normativa RFB n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
10.6. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta - corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
10.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
10.8. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
10.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I x N x VP
EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido
I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento
VP = Valor da Parcela em atraso

11. CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO
11.1. A fiscalização da contratação pela Sra. Juliana de Souza M. de Oliveira, CPF nº 056.667.154-96 e Matrícula nº 5609836, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.
11.1.1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.
11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
11.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:
12.1.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;
12.1.2. Apresentar documentação falsa;
12.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
12.1.4. Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;
12.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;
12.1.6. Cometer fraude fiscal;
12.1.7. Fizer declaração falsa;
12.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.
12.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: c. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) lote(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante; d. Impedimento de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até cinco anos;
12.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
12.3. Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada que, no decorrer da contratação:
12.3.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
12.3.2. Apresentar documentação falsa;
12.3.3. Comportar-se de modo inidôneo;
12.3.4. Cometer fraude fiscal;
12.3.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no instrumento de contrato.
12.4. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: e. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
a. Multa:
a.1. Moratória de até 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 60 (sessenta) dias;
a.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

b. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Bom Jesus/RN, pelo prazo de até dois anos;
b.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
c. Impedimento de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos;
d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
12.4.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
12.5. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
12.5.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
12.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
12.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
12.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
12.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
12.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
12.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 02 (dois) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
12.9. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

13. CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
13.1. Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.
13.2. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexo do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 001/2019 e a proposta da empresa.
13.3. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 5.450, de 2005, do Decreto n° 3.555, de 2000, do Decreto nº 7.892, de 2013, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 3.722, de 2001, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.
13.4. O foro para dirimir questões relativas à presente Ata será o Foro da Comarca de Macaíba/RN, com exclusão de qualquer outro.

Bom Jesus/RN, 30 de setembro de 2019.

FELIPE AUGUSTO RIBEIRO FIGUEREDO
CPF nº 061.311.784-02
Sec. Mun. de Saúde
Representante - PMBJ/RN

M. K. De Azevedo Araujo Dutra Dantas
CNPJ nº 21.062.777/0001-50
MEIRE KARLA DE AZEVEDO DUTRA DANTAS
CPF nº 027.380.014-08
Representando - Empresa

Publicado por:
Francisco Claudio Gomes de Souza
Código Identificador:6DB46414

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2019

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2019
PROCESSO Nº 0112/2019 VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 30 dias do mês de setembro de 2019, o Município de Bom Jesus, por intermédio da Prefeitura municipal, com sede na Rua Manoel Andrade, 12 – Centro – Bom Jesus/RN - CEP: 59.270-000, inscrito no CNPJ sob o nº 08.002.404/0001-26, neste ato representado por seu Secretário Municipal Saúde, o Sr. Felipe Augusto Ribeiro Figueredo, inscrito no CPF/MF sob o nº 061.311.784-02, brasileiro, solteiro, enfermeiro, residente e domiciliado na Rua Hortêncio Barbalho nº 15 – Centro, Bom Jesus/RN;
Nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; do Decreto nº 7.892, de 2013; do Decreto Municipal nº 005, de 2012; do Decreto nº 3.555, de 2000; do Decreto nº 5.450, de 2005; do Decreto nº 3.722, de 2001; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 1993, e as demais normas legais correlatas;
Em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 001/2019, conforme Ata homologada pelo Prefeito Municipal;
Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa A. A. DE S. WANDERLEY, inscrita no CNPJ sob o nº 04.279.658/0001-35, com sede na Avenida Capitão Mor Gouveia, 211, Candelária, Natal/RN, CEP: 59054-170, neste ato representada pelo Sr. Adriano Alberto de Souza Wanderley, portador da Cédula de Identidade nº 1.123.008/ITEP-RN e CPF nº 777.909.954-72, cuja proposta foi classificada em 01 lugar no certame para os lotes 01 e 02.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Aquisição de equipamentos para reestruturação das unidades de saúde do município de Bom Jesus/RN, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

Empresa: A. A. DE S. WANDERLEY
CNPJ: 04.279.658/0001-35
Valor Total dos Lotes: R$ 31.652,30 (trinta e um mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos)

LOTE 01 – ELETRODOMÉSTICO E MÓVEIS						
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Marca**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
01	Longarina – sem braços, estofado, 5 lugares, base de madeira ou similar	UND	6	MÓVEIS ARRUDA	R$ 394,00	R$ 2.364,00
02	Bebedouro – Ferro esmaltado, coluna, 220v, Capacidade: Galões de 20 litros – Opções de temperatura: gelada, fria ou natural – Bandeja coletora removível – 2 torneiras.	UND	3	ESMALTEC	R$ 505,00	R$ 1.515,00
03	Geladeira – Capacidade mínima de 250 litros.	UND	3	CONSUL	R$ 1.148,00	R$ 3.444,00
04	Ar Condicionado – Split, 12.000 btu/h, climatização: apenas frio.	UND	5	PHILCO	R$ 1.200,00	R$ 6.000,00
TOTAL						**R$ 13.323,00**

LOTE 02 – MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR						
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Marca**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
05	Cadeira de Rodas Adulto – Construída com tubos de aço carbono, dobrável em duplox, reforçado, braços bilaterais escamoteáveis com protetor de roupas e apoio de braço, freios bilaterais ajustáveis, pedais fixos com apoio de pé rebatível e ajustável na altura, rodas traseiras de 24, pneus infláveis, aro de impulsão em aço, cubos montados com rolamentos de precisão, eixo fixo, placa de sustentação da roda reforçada em aluminio com seis posições de ajuste do centro de gravidade, rodas dianteiras de 8 montada com rolamentos, garfo de aluminio fixado em cubo dianteiro com eixo vertical montado com caster que permite regulagem de inclinação do quadro, estofamento confeccionado em nylon impermeável de alta resistência medindo no minímo de 50cm de assento, costurado com faixas de reforço interno, almofada sobre o assento, acabamento em pintura eletrostática, largo assento: 60cm, largura total: aproximadamente 80cm, carga: máxima de até 200Kg.	UND	3	JAGUARIBE	R$ 998,00	R$ 2.994,00
06	Esfigmomanômetro – Aneróide uso Adulto, material de acabamento tecido e feche de velcro da braçadeira.	UND	8	PREMIUM	R$ 51,00	R$ 408,00
07	Balança Antropométrica – Mecânica, capacidade: Adulto.	UND	3	WELMY	R$ 749,20	R$ 2.247,60
8	Estetoscópio Adulto – aço inoxidável, tipo duplo	UND	4	BIC	R$ 21,00	R$ 84,00
9	DEA – Desfribilador Externo Automático – 2 eletrodos, mínimo 200 choques	UND	1	CMOS DRAKE	R$ 5.390,00	R$ 5.390,00
10	Otoscópio – mínimo de 03 espéculos reusáveis	UND	3	MEDJET	R$ 245,90	R$ 737,70
11	Destilador de Água – mínimo de 02 litros/hora	UND	1	BENFER	R$ 1.190,00	R$ 1.190,00
12	Compressor Odontológico 6,5 Pés 30 Litros Silent c/ Manômetro e Regulador de Pressão	UND	1	SHCULZ	R$ 2.598,00	R$ 2.598,00
13	Aparelho TENS/FES e corrente russa para fisioterapia	UND	1	IBRAMED	R$ 1.690,00	R$ 1.690,00
16	Carro de Curativos – Em aço, dimensão 0,75x0,45x0,80cm, estrutura em tubos redondos 22,22x1,20mm, tampo superior e inferior em chapa de aço carbono pintada de 1,00mm, avarandados com respectivos suportes, acompanha balde e bacia em aço inox	UND	2	MÓVEIS ARRUDA	R$ 495,00	R$ 990,00
TOTAL						**R$ 18.329,30**

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES
2.1. O órgão gerenciador será a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
2.2. São participantes todos as Secretarias do município.
2.3. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892, de 2013, e na Lei nº 8.666, de 1993.
2.3.1. Caso decorra de licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei n° 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já praticadas pelo órgão gerenciador, pelos órgãos participantes ou por aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para cada lote da Ata.
2.3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
2.3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.
2.3.4. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.
2.4. Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, conforme artigo 6° do Decreto n° 7.892, de 2013.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.
3.1.1. É admitida a prorrogação excepcional da vigência da Ata nos termos do artigo 12, do Decreto nº 7.892, de 2013, desde que o prazo total de vigência, computada a prorrogação, não ultrapasse 1 (um) ano.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
4.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

4.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:
4.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
4.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
4.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
4.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
4.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
4.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
4.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
4.6. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO
5.1. O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:
5.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
5.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
5.1.3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
5.1.4. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
5.1.5. Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
5.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
5.3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES
6.1. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e obedecidos os requisitos pertinentes do artigo 15, do Decreto nº 7.892, de 2013.
6.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.
6.2. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 02 (dois) dias úteis, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.
6.2.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.
6.3. Antes da assinatura do Contrato ou da emissão da Nota de Empenho, a Contratante realizará consulta on-line, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, nos termos do artigo 3°, § 1°, da IN SLTI/MPOG n° 02, de 11/10/2010, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
6.4. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
6.4.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).
6.5. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.
6.5.1. É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.
6.6. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
6.7. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

7. CLÁUSULA SETIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO
7.1. Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
7.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU n° 39, de 13/12/2011.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO
8.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irreajustáveis.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA
9.1. A Contratada obriga-se a:
9.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta;
9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
9.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;
9.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
9.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 12 (doze) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
9.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
9.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
9.1.8. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
9.2. A Contratante obriga-se a:
9.2.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
9.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
9.2.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
9.2.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

10. CLÁUSULA DECIMA - DO PAGAMENTO
10.1. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.
10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R$ 8.000,00 (oito mil reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
10.2. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.
10.2.1. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.
10.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
10.4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta on line aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.
10.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
10.5.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6° da Instrução Normativa RFB n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
10.6. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta - corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
10.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
10.8. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
10.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I x N x VP
EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido
I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento
VP = Valor da Parcela em atraso

11. CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO
11.1. A fiscalização da contratação pela Sra. Juliana de Souza M. de Oliveira, CPF nº 056.667.154-96 e Matrícula nº 5609836, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.
11.1.1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.
11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
11.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:
12.1.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;
12.1.2. Apresentar documentação falsa;
12.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
12.1.4. Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;
12.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;
12.1.6. Cometer fraude fiscal;
12.1.7. Fizer declaração falsa;

12.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.
12.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: c. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) lote(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante; d. Impedimento de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até cinco anos;
12.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
12.3. Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada que, no decorrer da contratação:
12.3.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
12.3.2. Apresentar documentação falsa;
12.3.3. Comportar-se de modo inidôneo;
12.3.4. Cometer fraude fiscal;
12.3.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no instrumento de contrato.
12.4. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: e. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
a. Multa:
a.1. Moratória de até 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 60 (sessenta) dias;
a.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.
b. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Bom Jesus/RN, pelo prazo de até dois anos;
b.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
c. Impedimento de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos;
d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
12.4.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
12.5. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
12.5.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
12.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
12.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
12.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
12.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
12.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
12.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 02 (dois) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
12.9. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

13. CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
13.1. Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.
13.2. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexo do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 001/2019 e a proposta da empresa.
13.3. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 5.450, de 2005, do Decreto n° 3.555, de 2000, do Decreto nº 7.892, de 2013, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 3.722, de 2001, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.
13.4. O foro para dirimir questões relativas à presente Ata será o Foro da Comarca de Macaíba/RN, com exclusão de qualquer outro.

Bom Jesus/RN, 30 de setembro de 2019.

FELIPE AUGUSTO RIBEIRO FIGUEREDO
CPF nº 061.311.784-02
Sec. Mun. de Saúde
Representante - PMBJ/RN

A. A. DE S. WANDERLEY
CNPJ nº 04.279.658/0001-35
ADRIANO ALBERTO DE SOUZA WANDERLEY
CPF nº 777.909.954-72
Representando - Empresa

Publicado por:
Francisco Claudio Gomes de Souza
Código Identificador:773BC9D0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO PP 016/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2019

Aos dezenove dias de setembro de 2019, o Município de Brejinho, através da Prefeitura Municipal, com sede à A. Antonio Alves Pessoa, n°1066, centro, Brejinho/RN –CEP 59.219-000, inscrita no CNPJ nº. 08.161.614/0001-67, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. JOAO BATISTA GOMES GONÇALVES, residente e domiciliado no Município de Brejinho/RN, nos termos da Lei nº. 8.666/93; Lei nº 10.520/02; Decretos Municipais nº. 05/2014 e 28/2017 , conforme a classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2019SRP, homologado em 18 de setembro de 2019, resolve registrar o preço oferecido pelas empresas, como segue:

CLÁUSULA I - DO OBJETO
1.1 Através da presente ata ficam registrados os preços visando proposta mais vantajosa à AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PSICOTROPICOS, conforme descrição abaixo relacionada:

Empresa(s) vencedora(s):

Empresa: **DROGAFONTE LTDA.**
CNPJ: 08.778.201/0001-26 I.E: 096.822-60
Endereço: RUA BARAO DE BONITO, N°408, ANEXOS 424/450, VARZEA. Tel: (081) 21021819
Cidade: RECIFE/PE CEP: 50.740-080
Representante: VICTOR HUGO FRANÇA DE MELO
ITENS:05,09,12,13,15,16,17,18,23,26,27,31,33,36,37,39,40,43,51,53,56,57,58,64 E66

Planilha Demonstrativa de Preços:

ITEM	PRODUTO	MARCA	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5	Amitriptilina, cloridrato 25mg/mL	TEUTO	Comprimido	100.000	R$ 0,04	R$ 4.000,00
9	Carbamazepina 20 mg/ml	SANVAL	Solução Oral	2.000	R$ 12,20	R$ 24.400,00
12	Carbonato de Lítio 300 mg	HIPOLABOR	Comprimido	20.000	R$ 0,33	R$ 6.600,00
13	Citalopram 20 mg	SANDOZ	Comprimido	24.000	R$ 0,14	R$ 3.360,00
15	Clomipramina, cloridrato 25 mg	NOVARTIS	Comprimido	12.000	R$ 0,70	R$ 8.400,00
16	Clonazepam 0,5mg	GEOLAB	Comprimido	80.000	R$ 0,07	R$ 5.600,00
17	Clonazepam 2,0mg	GEOLAB	Comprimido	80.000	R$ 0,06	R$ 4.800,00
18	Clonazepam 2,5mg/mL	HIPOLABOR	Solução oral	1.000	R$ 2,20	R$ 2.200,00
23	Diazepam 5 mg	SANTISTA	Comprimido	50.000	R$ 0,07	R$ 3.500,00
26	Fenitoína sódica 100 mg	HIPOLABOR	Comprimido	24.000	R$ 0,21	R$ 5.040,00
27	Fenitoína sódica 25 mg/ml	HIPOLABOR	Ampola 5 mL	600	R$ 2,65	R$ 1.590,00
31	Fentanila 0,05 mg/ml - 10 ml	HIPOLABOR	Ampola	600	R$ 3,90	R$ 2.340,00
33	Flumazenil 0.1 mg/ml - 5 ml	HIPOLABOR	Ampola	120	R$ 8,88	R$ 1.065,60
36	Haloperidol 2 mg/mL	UNIÃO QUIMI	Solução oral	1.000	R$ 2,77	R$ 2.770,00
37	Haloperidol 5 mg	CRISTALIA	Comprimido	50.000	R$ 0,18	R$ 9.000,00
39	Haloperidol decanoato 75 mg	UNIÃO QUIMI	Ampola	600	R$ 6,60	R$ 3.960,00
40	Levomepromazina 100mg	HIPOLABOR	Comprimido	30.000	R$ 0,67	R$ 20.100,00
43	Midazolam 5 mg/ml - 10 ml	HIPOLABOR	Ampola	600	R$ 3,80	R$ 2.280,00
51	Nortriptilina, cloridrato 50 mg	RANBAXY FAR	Cápsula	4.000	R$ 0,58	R$ 2.320,00
53	Paracetamol + Codeína 500/30 mg	GEOLAB	Comprimido	2.400	R$ 0,39	R$ 936,00
56	Risperidona 1 mg	SANDOZ	Comprimido	24.000	R$ 0,13	R$ 3.120,00
57	Risperidona 1 mg/ml - 30 ml	PRATI DONAD	Frasco	1.200	R$ 11,50	R$ 13.800,00
58	Risperidona 2 mg	SANDOZ	Comprimido	24.000	R$ 0,14	R$ 3.360,00
64	Valproato de sódio 288 mg (equivalente a 250mg ácido valpróico)	BIOLAB SANU	Cápsula	20.000	R$ 0,23	R$ 4.600,00
66	Valproato de sódio 57,624 mg/mL (equivalente a 50 mg de ácido valpróico) - 100 ml	HIPOLABOR	Frasco	2.000	R$ 3,80	R$ 7.600,00

Empresa(s) vencedora(s):

Empresa: **A.A.DE S. WANDERLEY.**
CNPJ: 04.279.658/0001-35 I.E: 20.087.664-3
Endereço: AV. CAP. MOR GOUVEIA, 211, CANDELARIA. Tel: (084) 3234-6332
Cidade: Natal /RN CEP: 59054-170
Representante: ADRIANO ALBERTO DE SOUZA WANDERLEY
ITENS:02,06,07,08,11,19,21,22,25,28,30,34,41,44,45,46,49,50,52,54,59,60,63 E 65

Planilha Demonstrativa de Preços:

ITEM	PRODUTO	MARCA	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	Alprazolam 1 mg	E M S	Comprimido	12.000	R$ 0,10	R$ 1.200,00
6	Biperideno, cloridrato 2 mg	CRISTALIA	Comprimido	30.000	R$ 0,19	R$ 5.700,00
7	Bromazepam 3 mg	TEUTO	Comprimido	30.000	R$ 0,12	R$ 3.600,00
8	Bromazepam 6 mg	TEUTO	Comprimido	40.000	R$ 0,17	R$ 6.800,00
11	Carbamazepina 400 mg	CRISTALIA	Comprimido	30.000	R$ 0,48	R$ 14.400,00
19	Clorpromazina, cloridrato 100 mg	CRISTALIA	Comprimido	36.000	R$ 0,17	R$ 6.120,00
21	Clorpromazina, cloridrato 40 mg/mL	CRISTALIA	Solução oral	600	R$ 5,88	R$ 3.528,00
22	Diazepam 10 mg	SANTISA	Comprimido	80.000	R$ 0,07	R$ 5.600,00
25	Escitalopram 10 mg	GEOLAB	Comprimido	12.000	R$ 0,33	R$ 3.960,00
28	Fenobarbital 100 mg	CRISTALIA	Comprimido	80.000	R$ 0,09	R$ 7.200,00
30	Fenobarbital 40 mg/mL	UNIÃO QUIMICA	Solução oral	1.000	R$ 2,88	R$ 2.880,00
34	Fluoxetina 20 mg	GERMED	Cápsula	60.000	R$ 0,09	R$ 5.400,00
41	Levomepromazina 25mg	CRISTALIA	Comprimido	30.000	R$ 0,40	R$ 12.000,00

44	Midazolam 5 mg/ml - 3 ml	UNIÃO QUIMICA	Ampola	600	R$ 1,60	R$ 960,00
45	Morfina 0,2mg/mL	E M S	Ampola	600	R$ 5,00	R$ 3.000,00
46	Morfina 10mg/mL	HIPOLABOR	Ampola	1.200	R$ 4,00	R$ 4.800,00
49	Nortriptilina, cloridrato 10 mg	RANBAXY	Cápsula	4.000	R$ 0,90	R$ 3.600,00
50	Nortriptilina, cloridrato 25 mg	RANBAXY	Cápsula	4.000	R$ 0,37	R$ 1.480,00
52	Nortriptilina, cloridrato 75 mg	RANBAXY	Cápsula	4.000	R$ 1,17	R$ 4.680,00
54	Paroxetina 20 mg	CRISTALIA	Cápsula	24.000	R$ 0,30	R$ 7.200,00
59	Sertralina 25 mg	EUROFARMA	Comprimido	24.000	R$ 0,25	R$ 6.000,00
60	Topiramato 25 mg	EUROFARMA	Comprimido	12.000	R$ 0,40	R$ 4.800,00
63	Tramadol 50mg/ml - 2 ml	UNIÃO QUIMICA	Amp	1.200	R$ 1,00	R$ 1.200,00
65	Valproato de sódio 500 mg	BIOLAB	Cápsula	20.000	R$ 0,47	R$ 9.400,00

Empresa(s) vencedora(s):

Empresa: **PHOSPODONT LTDA.**
CNPJ: 04.451.626/0001-75 I.E: 20.088.651-7
Endereço: AV. AYRTON SENNA, N°526, CAPIM MACIO. Tel: (084) 3217-5960/3611-3159
Cidade: Natal /RN CEP: 59.080-100
Representante: AMA MARIA PINHEIRO FERREIRA
ITENS:01,03,04,10,14,20,24,29,32,35,38,42,47,48,55,61 E 62

Planilha Demonstrativa de Preços:

ITEM	PRODUTO	MARCA	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Alprazolam 0,5 mg	NOVAQUIMICA	Comprimido	12.000	R$ 0,11	R$ 1.320,00
3	Alprazolam 2 mg	NOAVAQUIMICA	Comprimido	12.000	R$ 0,19	R$ 2.280,00
4	Amitriptilina 12,5 mg + Clordiazepóxido (Limbitrol)	VALEANT	Comprimido	6.000	R$ 0,54	R$ 3.240,00
10	Carbamazepina 200 mg	CAZI	Comprimido	60.000	R$ 0,13	R$ 7.800,00
14	Clomipramina, cloridrato 10 mg	E M S	Comprimido	12.000	R$ 0,71	R$ 8.520,00
20	Clorpromazina, cloridrato 25 mg	CRISTALIA	Comprimido	36.000	R$ 0,22	R$ 7.920,00
24	Diazepam 5mg/mL	SANTISA	Ampola 2 mL	1.200	R$ 0,73	R$ 876,00
29	Fenobarbital 100 mg/mL	CRISTALIA	Ampola 2 mL	600	R$ 2,00	R$ 1.200,00
32	Fentanila 0,05 mg/ml - 2 ml	HIPOLABOR	Ampola	600	R$ 2,59	R$ 1.554,00
35	Haloperidol 1 mg	CRISTALIA	Comprimido	1.200	R$ 0,17	R$ 204,00
38	Haloperidol 5 mg/mL	HYPOFARMA	Ampola	600	R$ 1,35	R$ 810,00
42	Levomepromazina 40mg/mL gotas	CRISTALIA	Frasco	1.000	R$ 10,00	R$ 10.000,00
47	Morfina 1mg/mL	CRISTALIA	Ampola	600	R$ 6,30	R$ 3.780,00
48	Naloxona 0,4 mg/ml	HIPOLABOR	Ampola	120	R$ 9,85	R$ 1.182,00
55	Periciazina 4% - 20 ml	SANOFI AVENTIS	Frasco	240	R$ 20,20	R$ 4.848,00
61	Topiramato 50 mg	GERMED	Comprimido	12.000	R$ 0,49	R$ 5.880,00
62	Tramadol 50mg	HIPOLABOR	Cápsula	6.000	R$ 0,14	R$ 840,00

1.2 A presente Ata apresenta o valor total de R$ 334.503,60 (trezentos e trinta e quatro mil quinhentos e três reais e sessenta centavos)

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS
2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade por **12 (doze) meses** contados a partir da sua assinatura.
2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir os produtos citados na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR, sendo, entretanto, assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
2.3 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1 Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada a vantagem.
3.2 Os órgãos e entidades que não participarem do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Contratante, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.
3.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas com o Contratante.
3.4 As aquisições adicionais por outros órgãos ou entidades não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA IV - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA
4.1 O recebimento, o local e o prazo de entrega dos bens deverão ocorrer de acordo com as especificações contida na ordem de compra, já expressas no Termo de Referência (**Anexo I**) deste Edital.
4.2 A empresa que não cumprir o prazo estipulado sofrerá as sanções previstas no **item 18** do Edital em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações.
4.3 **AS ORDENS DE SERVIÇOS DEVERÃO SER EXECUTADAS DE ACORDO COM O SOLICITADO EM SUA TOTALIDADE, INCORRENDO PUNIÇÃO CASO NÃO SEJAM ATENDIDAS EM SUA TOTALIDADE.**

CLÁUSULA V - DO PAGAMENTO
5.1 O pagamento será efetuado após apresentação da documentação comprobatória da manutenção da idoneidade do contratado no decorrer da execução do contrato, exigível como condição prévia para a liquidação da despesa, compreendendo:
Certidão Negativa de Débito junto ao INSS;
Certificado de Regularidade do FGTS;

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
Certidões probatórias da regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, idênticas em quantidade e espécie às que tenham sido exigidas para efeito de habilitação e qualificação, previamente à contratação, expressas no subitem **9.3.1**. do instrumento convocatório.
5.2. Caso os produtos adjudicados sejam adquiridos pelo **Fundo Municipal de Saúde** deverá o CONTRATADO, fazer constar na nota fiscal o nome e o CNPJ **12.202.003/0001-97** do Fundo Municipal.

5.2.2 Caso os produtos adjudicados sejam adquiridos pelo **Fundo Municipal de Assistência Social** deverá o CONTRATADO, fazer constar na nota fiscal o nome e o CNPJ **14.995.175/0001-90** do Fundo Municipal.

5.3 Pela perfeita execução do objeto licitado, a Prefeitura Municipal de Brejinho/RN efetuará o pagamento do preço proposto pela licitante vencedora, seguindo o estabelecido pela resolução 032/2016 e 024/2017 do TCE-RN que estabelece a ordem cronológica dos pagamentos em âmbito municipal.

5.4 O fornecedor/prestador de serviços deverá após a entrega dos produtos/prestação dos serviços deverá efetuar junto ao setor de protocolo do Município de Brejinho/RN a entrega da nota fiscal acompanhada dos documentos que comprovem a regularidade fiscal do fornecedor/prestador.

5.5 O setor de Protocolo deverá efetuar a autuação da documentação da cobrança no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e enviar em até 48 (quarenta e oito) horas, à Secretaria Municipal de Finanças/Setor de Contabilidade, para que proceda ao registro contábil da fase da despesa "em liquidação" no sistema orçamentário, financeiro e contábil.

5.6 Após devidamente autuado a documentação da cobrança, a Secretaria Municipal de Finanças/Setor de Contabilidade identificará o gestor do contrato e encaminhará a documentação apresentada pelo fornecedor/prestador de serviços, que é o responsável pelo atesto da despesa conferirá a documentação comprobatória exigida pela legislação em vigor, verificando, inclusive a autencidade das certidões apresentadas junto aos respectivos órgãos expedidores e verificará se os produtos entregues ou os serviços prestados atendem às especificações e condições previamente acordadas, conforme estabelece o art. 63 da lei nº 4320, de 17 de março de 1964, e, não havendo qualquer pendencia, emitirá o Termo de Recebimento Definitivo, e/ou atesto, conforme o caso.
5.7 Depois de emitido o termo de recebimento definitivo, o gestor de contrato responsável pelo atesto deverá remeter imediatamente a documentação respectiva a Secretaria Municipal de Finanças/Setor de Pagamento para fins de pagamento.
5.8 Os pagamentos deverão respeitar a ordem cronológica das exigibilidades, considerando cada fonte diferenciada de recursos, no âmbito de cada unidade gestora serão obedecidos os prazos estabelecidos na Resolução nº 32/2016 e 024/2017.

5.9 Ocorrendo erros na fatura ou circunstâncias que impeçam a liquidação das despesas, a licitante vencedora será oficialmente comunicada pela Prefeitura Municipal de Brejinho/RN, e a partir daquela data o pagamento ficará suspenso até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. O prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, mediante a liquidação da despesa.

5.10. Caso a identificação de cobrança indevida ocorra após o pagamento da fatura, o fato será informado à licitante vencedora para que seja efetuada a devolução do valor correspondente no próximo documento de cobrança;

5.11. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

5.12 Considerando a cronologia dos pagamentos serão admissíveis o descumprimento nos casos citados na Resolução nº 032/2016 e 024/2017, devendo em quaisquer das hipóteses apresentadas ser precedida de uma justificativa circunstanciada emanada do pertinente ordenador da despes, que deverá obrigatoriamente ser publicada na imprensa oficial.
5.13 Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

CLÁUSULA VI - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
6.1 o Fornecimento dos Serviços só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do bem(ordem de serviço).
6.2 O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que o Fornecimento deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

CLÁUSULA VII - DAS PENALIDADES
7.1 A Prefeitura Municipal de Brejinho poderá aplicar ao licitante ou contratado, (conforme o caso), garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, as penalidades a seguir relacionadas, previstas na legislação pertinente:

I – ADVERTÊNCIA;

II – MULTA, NOS SEGUINTES CASOS:

a) multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso pelo descumprimento das obrigações estabelecidas, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor dos produtos não entregues ou na correção das falhas, vícios, imperfeições ou defeitos apontados pela Fiscalização, recolhida no setor financeiro da PMA no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da notificação.

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor dos produtos não entregues, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao contratante pela não execução parcial ou total do contrato.

c) O atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará a inexecução do objeto e o contrato poderá ser rescindido a critério da PMA

III - IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM O MUNICÍPIO, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesta peça, no edital e no contrato e das demais cominações legais, quando o licitante, convocado no prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução no contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

7.1.1 As sanções previstas no Inciso I, II e III poderão ser aplicadas juntamente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de **05 (cinco) dias úteis.**
7.2 A recusa injustificada da empresa adjudicatária em assinar o contrato e/ou receber a nota de empenho/ordem de compra caracteriza o descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.
7.3 Ocorrendo a hipótese do item anterior, o processo retornará ao pregoeiro, que procederá ao exame das demais propostas, bem como da habilitação de seus ofertantes, segundo a ordem da classificação, até que uma proposta atenda, integralmente, ao edital, sendo o seu autor declarado vencedor e convocado para assinar o contrato.
7.4 As penalidades aplicadas poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito ou força maior, devidamente justificada e comprovada, a juízo da Administração.
7.5 A Prefeitura de Brejinho aplicará as penalidades previstas no Edital e, subsidiariamente, na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.
7.6 O valor da multa poderá ser descontado da fatura a que fizer jus a CONTRADADA. Não tendo nenhum valor a receber, deverá ser recolhida pela CONTRATADA. Caso contrário, os dados serão encaminhados à área competente para cobrança judicial.

CLÁUSULA VIII - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
8.1 Os preços, expressos em Real (R$), serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura da presente Ata de Registro de Preços, exceto nas hipóteses contidas no art. 65, da Lei nº 8.666/1993.
8.2 O preço registrado poderá ser revisto em face da eventual redução daqueles praticados no mercado, ou em razão de fato que eleve o custo dos bens registrados.
8.3 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Contratante convocará o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.
8.4 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.
8.5 Na hipótese do parágrafo anterior, o Contratante convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.
8.6 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Contratante poderá:

I - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorreu antes do pedido do fornecimento;
II - Convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

8.7 Não havendo êxito nas negociações, o Contratante procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA IX - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
9.1 O recebimento do objeto constante da presente ata está condicionado à observância de suas especificações técnicas, amostras, e quando couber embalagens e instruções, cabendo a verificação ao representante designado pela contratante**.**
9.2 Os produtos deverão ser novos, assim considerados de primeiro uso, e deverão ser entregues no endereço constante na ordem de compra, acompanhados das respectivas notas fiscais;
9.3 Serão recebidos da seguinte forma:
I - Provisoriamente, no ato de entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações constantes da proposta da empresa, marca, modelo e especificações técnicas.
II - Definitivamente, após a verificação da qualidade, da quantidade dos produtos e sua consequente aceitação, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes em até **05 (cinco)** dias úteis após o recebimento provisório.
9.4 No ato da entrega não poderá ter transcorrido 20% (vinte por cento), do prazo de validade dos produtos.

CLÁUSULA X - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10.1 O Fornecedor terá o seu Registro de Preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

I - A pedido, quando:
a) comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material.

II - Por iniciativa do Município de Brejinho, quando:
a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
b) perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
c) por razões de interesse público, devidamente, motivadas e justificadas;
d) não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
e) não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

III - Automaticamente:
a) por decurso de prazo de vigência da Ata;
b) quando não restarem fornecedores registrados;
IV - Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a contratante fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos fornecedores remanescentes, caso haja nova ordem de registro.

CLÁUSULA XI - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE COMPRA
11.1 As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Contratante, através dos responsáveis pelas Secretarias Municipais.
11.2 A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizada pelos Órgãos requisitante.

CLÁUSULA XII - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

12.1 Fornecer os produtos, objeto deste instrumento, em prazo não superior ao estipulado na Ordem de Compra. Caso tal fornecimento não seja feito dentro do prazo, a CONTRATADA ficará sujeita à multa estabelecida neste Edital;

12.2 Acatar as normas administrativas impostas ao local do trabalho, como: identificação dos funcionários, horário de funcionamento, movimentos, etc.;

12.3 A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.4 O Município de BREJINHO/RN, não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades;

12.5 Executar o fornecimento dos produtos nos horários dos eventos determinados por este órgão municipal;

12.6 Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 65, § 1°, da Lei n° 8.666/93;

12.7 Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei n° 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.

12.8 Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

12.9 Atender com prontidão as reclamações por parte da Prefeitura , objeto da presente licitação.

13.0 Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação:

13.1 Arcar com todos as obrigações trabalhistas dos seus funcionários.

CLÁUSULA XIII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;

13.2 Aplicar à empresa vencedora as penalidades, quando for o caso;

13.3 Prestar à contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;

13.4 Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

13.5 Notificar, por escrito, à contratada da aplicação de qualquer sanção.

13.6 Notificar, por escrito, à CONTRATADA a respeito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos, fixando o prazo para sua correção;

13.7 Observar para que durante toda vigência do contrato sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da ADJUDICATÁRIA exigíveis na licitação, solicitando desta, quando for o caso, a documentação que substitua aquela com o prazo de validade vencido;

13.8 Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas no fornecimento.

13.9 Oferecer condições físicas e apropriadas para o bom andamento dos serviços contratados.

CLÁUSULA XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 Integram esta Ata o Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços para Registro de Preços nº **016/2019** e a proposta das empresas PHOSPODONT LTDA, inscrito no CNPJ/MF, sob o nº 04.451.626/0001-75; A A S WANDERLEY, inscrito no CNPJ/MF, sob o nº 04.279.658/0001-35; DROGAFONTE LTDA , inscrito no CNPJ/MF, sob o nº 08.778.201/0001-26 classificadas em primeiro lugar, no certame supra numerado.

14.2 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes das Leis nºs 8.666/93 e 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

14.3 A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante.

14.4 As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de BREJINHO/RN, com exclusão de qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Brejinho/RN, 19 de setembro de 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO
CNPJ Nº 08.161.614/0001-67
Contratante

Phospodont LTDA
CNPJ/MF, Sob o Nº 04.451.626/0001-75
FLAVIO VILLAR RAMIRES RIBEIRO DANTAS
CPF/MF, Sob o Nº 539.067.304-25

A A S Wanderley
CNPJ/MF, Sob o Nº 04.279.658/0001-35
ADRIANO ALBERTO DE SOUZA WANDERLEY
CPF/MF, Sob o Nº 777.909.954-72

Drogafonte LTDA
CNPJ/MF, Sob o Nº 08.778.201/0001-26
FABIO DANIEL ANSELMO PEREIRA
CPF/MF, Sob o Nº 867.889.574-87

TESTEMUNHAS:

1ª: _____	2ª: _____
CPF.: _____	CPF.: _____

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:7A58AD46

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO PP 0014/2019 * REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2019

Aos cinco dias de setembro de 2019, o Município de Brejinho, através da Prefeitura Municipal, com sede à A. Antonio Alves Pessoa, n°1066, centro, Brejinho/RN –CEP 59.219-000, inscrita no CNPJ nº. 08.161.614/0001-67, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. JOAO BATISTA GOMES GONÇALVES, residente e domiciliado no Município de Brejinho/RN, nos termos da Lei nº. 8.666/93; Lei nº 10.520/02; Decretos Municipais nº. 05/2014 e 28/2017 , conforme a classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2019SRP, homologado em 03 de setembro de 2019, resolve registrar o preço oferecido pelas empresas, como segue:

CLÁUSULA I - DO OBJETO
Através da presente ata ficam registrados os preços visando proposta mais vantajosa à **AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS, PROTETORES E CAMARAS DE AR**, conforme descrição abaixo relacionada:

Empresa(s) vencedora(s):

Empresa **ELETRO PEÇAS LTDA-EPP.**
CNPJ: 08.286.262/0001-76
Endereço: RUA ALMINO AFONSO,83/85/87, RIBEIRA . Tel: (084)3211-1189
Cidade: NATAL/RN CEP: 59012-010
Representante: KLEIBER ANTUNES FURTADO JUNIOR
ITENS: 01,02,03,04,05,06,08,11,13,14,16,17,18,21,22,23,25,26,27,29,30 e 31

Planilha Demonstrativa de Preços:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	PNEU 175/70R13 Fabricação Nacional Tipo sem câmara de ar, novo, com selo do INMETRO, para veículo automóvel, com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Bridgestone,Michelin ou de qualidade similar - Garantia de 05 anos contra defeitos de fabricação. MARCA: PIRELLI	70	UND	R$ 179,00	R$ 12.530,00
2	PNEU 205/60 R15 Fabricação Nacional Tipo sem câmara ar, novo, com selo do INMETRO, para veículo automóvel, com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Bridgestone,Michelin ou de qualidade similar - Garantia de 05 anos contra defeitos de fabricação. MARCA: PIRELLI	40	UND	R$ 367,00	R$ 14.680,00
3	PNEU 175/70R14 Fabricação Nacional Tipo sem câmara ar, novo, com selo do INMETRO, para veículo automóvel, com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Bridgestone,Michelin ou de qualidade similar - Garantia de 05 anos contra defeitos de fabricação. MARCA: PIRELLI	24	UND	R$ 260,00	R$ 6.240,00
4	PNEU 750-16 - 10 LONAS DIRECIONAL Fabricação Nacional Tipo com câmara de ar, novo, com selo do INMETRO, para veículo automotivo tipo caminhão/ônibus, com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar- Garantia de 05 anos contra defeitos de fabricação. MARCA: PIRELLI	36	UND	R$ 546,00	R$ 19.656,00
5	PNEU 215/75 R 17,5-12 LONAS DIRECIONAL Fabricação Nacional Tipo sem câmara de ar, novo, com selo do INMETRO, para veículo automóvel, com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Bridgestone,Michelin ou de qualidade similar - Garantia de 05 anos contra defeitos de fabricação. MARCA: PIRELLI	24	UND	R$ 745,00	R$ 17.880,00
6	PNEU 900R20 - 14 LONAS DIRECIONAL Fabricação Nacional Tipo com câmara de ar, novo, com selo do INMETRO, para veículo automotivo tipo caminhão/ônibus, com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar - Garantia de 05 anos contra defeitos de fabricação. MARCA: PIRELLI	20	UND	R$ 1.195,00	R$ 23.900,00
8	PNEU 18.4-30 – 12 LONAS Fabricação Nacional Tipo com câmara de ar, novo, com selo do INMETRO, para Trator, com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar- Garantia de 05 anos contra defeitos de fabricação. MARCA: PIRELLI	16	UND	R$ 3.445,00	R$ 55.120,00
11	CÂMARA AR PN 18.4-30 MARCA: PIRELLI	16	UND	R$ 305,00	R$ 4.880,00
13	CÂMARA AR PN 12.4-24 MARCA: PIRELLI	16	UND	R$ 185,00	R$ 2.960,00
14	PNEU 17.5-25 – 12 LONAS Fabricação Nacional Tipo sem câmara de ar, novo, com selo do INMETRO, para aplicação em Pá Carredeira, com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar - Garantia de 05 anos contra defeitos de fabricação. MARCA: PIRELLI	10	UND	R$ 3.650,00	R$ 36.500,00
16	PNEU 19.5L24 – 12 LONAS Fabricação Nacional Tipo sem câmara de ar, novo, com selo do INMETRO, para aplicação em Retroescavadeira, com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar - Garantia de 05 anos contra defeitos de fabricação. MARCA: PIRELLI	10	UND	R$ 3.280,00	R$ 32.800,00
17	PNEU 14.00-24 – 12 LONAS Fabricação Nacional Tipo sem câmara de ar, novo, com selo do INMETRO, para aplicação em Patrol, com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar - Garantia de 05 anos contra defeitos de fabricação. MARCA: PIRELLI	10	UND	R$ 2.695,00	R$ 26.950,00
18	CÂMARA AR PN 9.00R20 MARCA: PIRELLI	20	UND	R$ 73,50	R$ 1.470,00
21	CÂMARA AR PN 12.5/80-18 MARCA: PIRELLI	16	UND	R$ 113,00	R$ 1.808,00
22	CÂMARA AR PN 17.5-25 MARCA: PIRELLI	16	UND	R$ 256,00	R$ 4.096,00
23	CÂMARA AR PN 7.50-16 MARCA: PIRELLI	24	UND	R$ 50,00	R$ 1.200,00
25	CÂMARA AR PN 12.4-24 MARCA: PIRELLI	16	UND	R$ 185,00	R$ 2.960,00
26	CÂMARA AR PN 12/75-18 MARCA: PIRELLI	16	UND	R$ 30,00	R$ 480,00
27	PROTETOR AR0 16 MARCA: PIRELLI	24	UND	R$ 19,00	R$ 456,00
29	PNEU 275/80 R18 Fabricação Nacional Sem câmara de ar, novo, com selo do INMETRO, para aplicação em motocicleta, com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin - Garantia de 05 anos contra defeitos de fabricação. MARCA: PIRELLI	20	UND	R$ 170,00	R$ 3.400,00

30	PNEU 275/80 R22,5 - 16 LONAS DIRECIONAL Fabricação Nacional Sem câmara de ar, novo, com selo do INMETRO, para veículo automotivo tipo caminhão/ônibus, com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin - Garantia de 05 anos contra defeitos de fabricação. MARCA: PIRELLI	20	UND	R$ 1.408,00	R$ 28.160,00
31	PNEU 17.5-25 - 12 LONAS DIRECIONAL Fabricação Nacional Sem câmara de ar, novo, com selo do INMETRO, para aplicação em pá carregadeira, com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin - Garantia de 05 anos contra defeitos de fabricação. MARCA: PIRELLI	6	und	R$ 3.650,00	R$ 21.900,00

Empresa(s) vencedora(s):

Empresa **LOJÃO DO VOLKS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA EPP.**
CNPJ: 35.304.898/0003-38
Endereço: RUA PRESIDENTE JOSE BENTO,N°463, ALECRIM . Tel: (084)3615-1000
Cidade: NATAL/RN CEP: 59.037.060
Representante: FELIPE ADBNER R. DE SOUZA
Itens: 07,09,10,12,15,19,20,24 E 28

Planilha Demonstrativa de Preços:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
7	PNEU 1000R20 - 16 LONAS DIRECIONAL Fabricação Nacional Tipo com câmara de ar, novo, com selo do INMETRO, para veículo automotivo tipo caminhão/ônibus, com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar - Garantia de 05 anos contra defeitos de fabricação. MARCA: FORMULA	120	UND	R$ 1.340,00	R$ 160.800,00
9	PNEU 18.4-34 – 12 LONAS Fabricação Nacional Tipo com câmara de ar, novo, com selo do INMETRO, para Trator, com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar- Garantia de 05 anos contra defeitos de fabricação. MARCA: PIRELLI	16	UND	R$ 3.940,00	R$ 63.040,00
10	PNEU 14.9-24 – 08 LONAS Fabricação Nacional Tipo com câmara de ar, novo, com selo do INMETRO, para Trator, com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar - Garantia de 05 anos contra defeitos de fabricação. MARCA :PIRELLI	16	UND	R$ 2.299,00	R$ 36.784,00
12	CÂMARA AR PN 18.4-34 MARCA:MAGNUM	16	UND	R$ 325,00	R$ 5.200,00
15	PNEU 12.5/80-18 – 10 LONAS Fabricação Nacional Tipo sem câmara de ar, novo, com selo do INMETRO, para aplicação em Retroescavadeira, com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar - Garantia de 05 anos contra defeitos de fabricação.MARCA: PIRELLI	10	UND	R$ 1.459,00	R$ 14.590,00
19	CÂMARA AR PN 10.00R20 MARCA:MAGNUM	120	UND	R$ 73,00	R$ 8.760,00
20	CÂMARA AR PN 19.5-24 MARCA:MAGNUM	16	UND	R$ 298,00	R$ 4.768,00
24	CÂMARA AR PN 14.9-24 MARCA:MAGNUM	16	UND	R$ 218,00	R$ 3.488,00
28	PROTETOR AR0 20 MARCA:MAGNUM	120	UND	R$ 24,00	R$ 2.880,00

1.2 A presente Ata apresenta o valor total de R$ 620.336,00 (seiscentos e vinte mil trezentos e trinta e seis reais).

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS
2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade por **12 (doze) meses** contados a partir da sua assinatura.
2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir os produtos citados na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR, sendo, entretanto, assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
2.3 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1 Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada a vantagem.
3.2 Os órgãos e entidades que não participarem do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Contratante, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.
3.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas com o Contratante.
3.4 As aquisições adicionais por outros órgãos ou entidades não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA IV - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA
4.1 O recebimento, o local e o prazo de entrega dos bens deverão ocorrer de acordo com as especificações contida na ordem de compra, já expressas no Termo de Referência (**Anexo I**) deste Edital.
4.2 A empresa que não cumprir o prazo estipulado sofrerá as sanções previstas no **item 18** do Edital em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações.
4.3 **AS ORDENS DE SERVIÇOS DEVERÃO SER EXECUTADAS DE ACORDO COM O SOLICITADO EM SUA TOTALIDADE, INCORRENDO PUNIÇÃO CASO NÃO SEJAM ATENDIDAS EM SUA TOTALIDADE.**

CLÁUSULA V - DO PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado após apresentação da documentação comprobatória da manutenção da idoneidade do contratado no decorrer da execução do contrato, exigível como condição prévia para a liquidação da despesa, compreendendo:
Certidão Negativa de Débito junto ao INSS;
Certificado de Regularidade do FGTS;
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
Certidões probatórias da regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, idênticas em quantidade e espécie às que tenham sido exigidas para efeito de habilitação e qualificação, previamente à contratação, expressas no subitem **9.3.1**. do instrumento convocatório.
5.2. Caso os produtos adjudicados sejam adquiridos pelo **Fundo Municipal de Saúde** deverá o CONTRATADO, fazer constar na nota fiscal o nome e o CNPJ **12.202.003/0001-97** do Fundo Municipal.

5.2.2 Caso os produtos adjudicados sejam adquiridos pelo **Fundo Municipal de Assistência Social** deverá o CONTRATADO, fazer constar na nota fiscal o nome e o CNPJ **14.995.175/0001-90** do Fundo Municipal.

5.3 Pela perfeita execução do objeto licitado, a Prefeitura Municipal de Brejinho/RN efetuará o pagamento do preço proposto pela licitante vencedora, seguindo o estabelecido pela resolução 032/2016 e 024/2017 do TCE-RN que estabelece a ordem cronológica dos pagamentos em âmbito municipal.

5.4 O fornecedor/prestador de serviços deverá após a entrega dos produtos/prestação dos serviços deverá efetuar junto ao setor de protocolo do Município de Brejinho/RN a entrega da nota fiscal acompanhada dos documentos que comprovem a regularidade fiscal do fornecedor/prestador.

5.5 O setor de Protocolo deverá efetuar a autuação da documentação da cobrança no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e enviar em até 48 (quarenta e oito) horas, à Secretaria Municipal de Finanças/Setor de Contabilidade, para que proceda ao registro contábil da fase da despesa "em liquidação" no sistema orçamentário, financeiro e contábil.

5.6 Após devidamente autuado a documentação da cobrança, a Secretaria Municipal de Finanças/Setor de Contabilidade identificará o gestor do contrato e encaminhará a documentação apresentada pelo fornecedor/prestador de serviços, que é o responsável pelo atesto da despesa conferirá a documentação comprobatória exigida pela legislação em vigor, verificando, inclusive a autencidade das certidões apresentadas junto aos respectivos órgãos expedidores e verificará se os produtos entregues ou os serviços prestados atendem às especificações e condições previamente acordadas, conforme estabelece o art. 63 da lei nº 4320, de 17 de março de 1964, e, não havendo qualquer pendencia, emitirá o Termo de Recebimento Definitivo, e/ou atesto, conforme o caso.
5.7 Depois de emitido o termo de recebimento definitivo, o gestor de contrato responsável pelo atesto deverá remeter imediatamente a documentação respectiva a Secretaria Municipal de Finanças/Setor de Pagamento para fins de pagamento.
5.8 Os pagamentos deverão respeitar a ordem cronológica das exigibilidades, considerando cada fonte diferenciada de recursos, no âmbito de cada unidade gestora serão obedecidos os prazos estabelecidos na Resolução nº 32/2016 e 024/2017.

5.9 Ocorrendo erros na fatura ou circunstâncias que impeçam a liquidação das despesas, a licitante vencedora será oficialmente comunicada pela Prefeitura Municipal de Brejinho/RN, e a partir daquela data o pagamento ficará suspenso até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. O prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, mediante a liquidação da despesa.

5.10. Caso a identificação de cobrança indevida ocorra após o pagamento da fatura, o fato será informado à licitante vencedora para que seja efetuada a devolução do valor correspondente no próximo documento de cobrança;

5.11. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

5.12 Considerando a cronologia dos pagamentos serão admissíveis o descumprimento nos casos citados na Resolução nº 032/2016 e 024/2017, devendo em quaisquer das hipóteses apresentadas ser precedida de uma justificativa circunstanciada emanada do pertinente ordenador da despes, que deverá obrigatoriamente ser publicada na imprensa oficial.
5.13 Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

CLÁUSULA VI - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
6.1 o Fornecimento dos Serviços só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do bem(ordem de serviço).
6.2 O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que o Fornecimento deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

CLÁUSULA VII - DAS PENALIDADES
7.1 A Prefeitura Municipal de Brejinho poderá aplicar ao licitante ou contratado, (conforme o caso), garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, as penalidades a seguir relacionadas, previstas na legislação pertinente:

I – ADVERTÊNCIA;

II – MULTA, NOS SEGUINTES CASOS:

a) multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso pelo descumprimento das obrigações estabelecidas, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor dos produtos não entregues ou na correção das falhas, vícios, imperfeições ou defeitos apontados pela Fiscalização, recolhida no setor financeiro da PMA no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da notificação.

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor dos produtos não entregues, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao contratante pela não execução parcial ou total do contrato.

c) O atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará a inexecução do objeto e o contrato poderá ser rescindido a critério da PMA

III - IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM O MUNICÍPIO, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesta peça, no edital e no contrato e das demais cominações legais, quando o licitante, convocado no prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução no contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

7.1.1 As sanções previstas no Inciso I, II e III poderão ser aplicadas juntamente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de **05 (cinco) dias úteis.**
7.2 A recusa injustificada da empresa adjudicatária em assinar o contrato e/ou receber a nota de empenho/ordem de compra caracteriza o descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.
7.3 Ocorrendo a hipótese do item anterior, o processo retornará ao pregoeiro, que procederá ao exame das demais propostas, bem como da habilitação de seus ofertantes, segundo a ordem da classificação, até que uma proposta atenda, integralmente, ao edital, sendo o seu autor declarado vencedor e convocado para assinar o contrato.
7.4 As penalidades aplicadas poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito ou força maior, devidamente justificada e comprovada, a juízo da Administração.
7.5 A Prefeitura de Brejinho aplicará as penalidades previstas no Edital e, subsidiariamente, na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.
7.6 O valor da multa poderá ser descontado da fatura a que fizer jus a CONTRADADA. Não tendo nenhum valor a receber, deverá ser recolhida pela CONTRATADA. Caso contrário, os dados serão encaminhados à área competente para cobrança judicial.

CLÁUSULA VIII - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
8.1 Os preços, expressos em Real (R$), serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura da presente Ata de Registro de Preços, exceto nas hipóteses contidas no art. 65, da Lei nº 8.666/1993.
8.2 O preço registrado poderá ser revisto em face da eventual redução daqueles praticados no mercado, ou em razão de fato que eleve o custo dos bens registrados.
8.3 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Contratante convocará o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.
8.4 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.
8.5 Na hipótese do parágrafo anterior, o Contratante convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.
8.6 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Contratante poderá:

I - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorreu antes do pedido do fornecimento;
II - Convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

8.7 Não havendo êxito nas negociações, o Contratante procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA IX - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
9.1 O recebimento do objeto constante da presente ata está condicionado à observância de suas especificações técnicas, amostras, e quando couber embalagens e instruções, cabendo a verificação ao representante designado pela contratante**.**
9.2 Os produtos deverão ser novos, assim considerados de primeiro uso, e deverão ser entregues no endereço constante na ordem de compra, acompanhados das respectivas notas fiscais;
9.3 Serão recebidos da seguinte forma:
I - Provisoriamente, no ato de entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações constantes da proposta da empresa, marca, modelo e especificações técnicas.
II - Definitivamente, após a verificação da qualidade, da quantidade dos produtos e sua consequente aceitação, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes em até **05 (cinco)** dias úteis após o recebimento provisório.
9.4 No ato da entrega não poderá ter transcorrido 20% (vinte por cento), do prazo de validade dos produtos.

CLÁUSULA X - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10.1 O Fornecedor terá o seu Registro de Preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

I - A pedido, quando:
a) comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material.

II - Por iniciativa do Município de Brejinho, quando:
a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
b) perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
c) por razões de interesse público, devidamente, motivadas e justificadas;
d) não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
e) não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

III - Automaticamente:
a) por decurso de prazo de vigência da Ata;
b) quando não restarem fornecedores registrados;
IV - Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a contratante fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos fornecedores remanescentes, caso haja nova ordem de registro.

CLÁUSULA XI - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE COMPRA
11.1 As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Contratante, através dos responsáveis pelas Secretarias Municipais.
11.2 A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizada pelos Órgãos requisitante.

CLÁUSULA XII - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
12.1 Fornecer os produtos, objeto deste instrumento, em prazo não superior ao estipulado na Ordem de Compra. Caso tal fornecimento não seja feito dentro do prazo, a CONTRATADA ficará sujeita à multa estabelecida neste Edital;
12.2 Acatar as normas administrativas impostas ao local do trabalho, como: identificação dos funcionários, horário de funcionamento, movimentos, etc.;
12.3 A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
12.4 O Município de BREJINHO/RN, não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades;
12.5 Executar o fornecimento dos produtos nos horários dos eventos determinados por este órgão municipal;
12.6 Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 65, § 1°, da Lei n° 8.666/93;
12.7 Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei n° 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.
12.8 Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
12.9 Atender com prontidão as reclamações por parte da Prefeitura , objeto da presente licitação.
13.0 Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação:
13.1 Arcar com todos as obrigações trabalhistas dos seus funcionários.

CLÁUSULA XIII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
13.1 Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;
13.2 Aplicar à empresa vencedora as penalidades, quando for o caso;
13.3 Prestar à contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;
13.4 Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
13.5 Notificar, por escrito, à contratada da aplicação de qualquer sanção.
13.6 Notificar, por escrito, à CONTRATADA a respeito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos, fixando o prazo para sua correção;
13.7 Observar para que durante toda vigência do contrato sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da ADJUDICATÁRIA exigíveis na licitação, solicitando desta, quando for o caso, a documentação que substitua aquela com o prazo de validade vencido;
13.8 Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas no fornecimento.
13.9 Oferecer condições físicas e apropriadas para o bom andamento dos serviços contratados.
CLÁUSULA XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
14.1 Integram esta Ata o Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços para Registro de Preços nº **014/2019** e a proposta das empresas **LOJÃO DO VOLKS** , inscrito no CNPJ/MF, sob o nº 35.304.898/0001-75 e **ELETRO PEÇAS LTDA-EPP** , inscrito no CNPJ/MF, sob o nº 08.286.262/0001-76 classificadas em primeiro lugar, no certame supra numerado.
14.2 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes das Leis nºs 8.666/93 e 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.
14.3 A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante.
14.4 As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de BREJINHO/RN, com exclusão de qualquer outro.
E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Brejinho/RN, 05 de Setembro de 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO
CNPJ nº 08.161.614/0001-67
Contratante

LOJÃO DO VOLKS
CNPJ/MF Nº 35.304.898/0001-75
Contratada

ELETRO PEÇAS LTDA-EPP
CNPJ/MF Nº 08.286.262/0001-76
Contratada

TESTEMUNHAS:

1ª: _____	2ª: _____
CPF.: _____	CPF.: _____

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:95136033

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 114/2019

DECRETO Nro 00114/19, de 01 de Julho de 2019

Abre crédito adicional ao vigente orçamento da(o) Prefeitura Municipal de Brejinho , o crédito suplementar no valor de R$ 135.163,81 (Cento e Trinta e Cinco Mil, Cento e Sessenta e Três Reais e Oitenta e Um Centavos) para reforço de dotação(ões) orçamentária(s).

O(A) gestor(a) do(a) Prefeitura Municipal de Brejinho no uso de suas atribuições legais e de acordo com a autorização contida na lei nro. 713/18

D E C R E T A :

Art. 1o - Fica aberto adicional, na forma do anexo constante do presente instrumento, o crédito suplementar no valor de R$ 135.163,81 (Cento e Trinta e Cinco Mil, Cento e Sessenta e Três Reais e Oitenta e Um Centavos) para reforço de dotação(ões) orçamentária(s).

Art. 2o - Os recursos necessários à cobertura do crédito mencionado no artigo primeiro deste instrumento, serão obtidos na forma do Art.43 da Lei nro. 4.320, de 17 de março de 1964, sendo :

I - R$101.054,31 (Cento e Um Mil, Cinquenta e Quatro Reais e Trinta e Um Centavos), através de ANULAÇÃO de dotações orçamentárias, de acordo com o inciso III, do art.43, da Lei Federal nro. 4.320/64, conforme discriminação constante no anexo II que é parte integrante do presente instrumento.

II - R$34.109,50 (Trinta e Quatro Mil, Cento e Nove Reais e Cinquenta Centavos), através do produto de OPERAÇÃO DE CRÉDITO realizada pelo Poder Executivo, devidamente autorizada an forma da lei, de acordo com o inciso IV, do art.43, da Lei Federal nro. 4.320/64, conforme demonstrativo anexo, que é parte integrante do presente Decreto.

Art. 3o - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brejinho, em 01 de Julho de 2019

JOAO BATISTA GOMES GONÇALVES
Prefeito Municipal

Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Brejinho

Solicitação: CRÉDITO SUPLEMENTAR

ANEXO I a que se refere o DECRETO 00114/19 de 01 de Julho de 2019, autorizado pela LEI 713/18.

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	FONTE	VALOR (R$)
PARA:			
02 01.	Gabinete do Prefeito		
04 122 0038 2.003	Funion.das Ativs. do Gabinete do PrefeitO		
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
10010000	Recurso Ordinário		
		Oper.credito	4.710,00
TOTAL Gabinete do Prefeito			4.710,00
PARA:			
02 03.	Sec.Munic.de Administração e Planejamento		
04 122 0038 2.009	Func.da Sec.Munic.de Administ.e Planejam		
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
10010000	Recurso Ordinário		
		Anul.dotação	4.000,00
		Anul.dotação	50,00
TOTAL Sec.Munic.de Administração e Planejam			4.050,00
PARA:			
02 05.	Secretaria Municipal de Infraestrutura		
15 122 0057 2.015	Func.das Ativs__da Sec.Munic.de Infraestrutura		
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
10010000	Recurso Ordinário		
		Oper.credito	6.490,00
		Anul.dotação	1.950,00
TOTAL Secretaria Municipal de Infraestrutura			8.440,00
PARA:			
02 06.	Sec.Munic.de Educação e Cultura		
12 361 0060 2.022	Func.do Programa Salario Educação		
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
11200000	Transferência do Salário Educação		
		Anul.dotação	26.495,88
		Anul.dotação	4.499,00
12 361 0061 2.025	Func.do Prog.Nac.de Alimentação Escolar PNAE		
3.3.90.30.00	Material de consumo		
10010000	Recurso Ordinário		
		Anul.dotação	347,40
		Anul.dotação	12.345,00
12 362 0060 2.026	Manutenção das ações do Programa de transporte Escolar/PETERN		
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
10010000	Recurso Ordinário		
		Anul.dotação	10,18
TOTAL Sec.Munic.de Educação e Cultura			43.697,46
PARA:			
02 07.	Fundo Municipal de Saude		

10 301 0004 2.039	Func.das Ativs.do Fundo Munic.de Saude		
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
12110000	Receita de Imposto e Trans. - Saúde		
		Oper.credito	9.800,00
10 301 0004 2.044	Func.do Prog.de Atenção Basica Pab Fixo		
3.3.90.30.00	Material de consumo		
12140000	Transferência SUS Bloco de custeio		
		Oper.credito	7.747,00
10 302 0004 2.047	Func.do Teto Financ.de Media e Alta Complexidade - MAC/AIH		
3.3.90.30.00	Material de consumo		
12140000	Transferência SUS Bloco de custeio		
		Anul.dotação	7.738,69
10 305 0004 2.049	Func.do Prog.Vig.Epid.e Comb.a Endemias ECD		
3.3.90.30.00	Material de consumo		
12140000	Transferência SUS Bloco de custeio	Oper.credito	1.317,50
TOTAL Fundo Municipal de Saude			26.603,19
PARA:			
02 08.	Fundo Municipal de Assistencia Social		
08 243 0304 2.050	Func.das Ativs.do Cons.Tutelar da Criança e do Adolescente		
3.3.90.30.00	Material de consumo		
10010000	Recurso Ordinário		
		Anul.dotação	2.532,85
08 244 0009 2.052	Manut. das ações do programa bolsa familia e cadastro unico BL GBF IGDPBF.		
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
13110000	Transferência de Recurso do FNAS		
		Anul.dotação	495,00
08 244 0013 2.056	Func.do Centro de Ref.Espec.em Assit.Soc CREAS		
3.3.90.30.00	Material de consumo		
13110000	Transferência de Recurso do FNAS		
		Anul.dotação	2.391,45
		Anul.dotação	2.391,45
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
13110000	Transferência de Recurso do FNAS		
		Anul.dotação	396,00
08 244 0019 2.057	Man. das ações do centro de referencia de assist. social CRAS PAIF.		
3.3.90.30.00	Material de consumo		
13110000	Transferência de Recurso do FNAS		
		Anul.dotação	2.391,45
08 244 0027 2.060	Manut. das Ações do Programa Criança Feliz		
3.3.90.30.00	Material de consumo		
13110000	Transferência de Recurso do FNAS		
		Anul.dotação	621,96
08 244 0067 2.062	Func.das Ativs.do Fundo Munic.de Assist Social		
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
10010000	Recurso Ordinário		
		Oper.credito	4.045,00
TOTAL Fundo Municipal de Assistencia Social			15.265,16
PARA:			
02 09.	Sec.Munic.de Agricultura e Desenvolvimento		
20 122 0073 2.063	Func.das Ativs.da Sec.Munic.de Agricultura e Desenvolvimento		
3.1.90.11.00	Vencimentos e vant. fixas pessoal civil		
10010000	Recurso Ordinário		
		Anul.dotação	30.000,00
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
10010000	Recurso Ordinário		
		Anul.dotação	650,00
TOTAL Sec.Munic.de Agricultura e Desenvolvi			30.650,00
PARA:			
02 11.	Secretaria Municipal de Desporto e Lazer		
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
10010000	Recurso Ordinário		
		Anul.dotação	1.748,00
TOTAL Secretaria Municipal de Desporto e Lazer			1.748,00
TOTAL GERAL			135.163,81

Brejinho, 01 de Julho de 2019.

JOAO BATISTA GOMES GONÇALVES
Prefeito Municipal

Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Brejinho

Solicitação: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ANEXO II a que se refere o DECRETO 00114/19 de 01 de Julho de 2019, autorizado pela LEI 713/18.

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	FONTE	VALOR (R$)
DE:			
02 05.	Secretaria Municipal de Infraestrutura		
15 451 0048 1.008	Aquisição e/ou Desapropriação de Imoveis		
4.5.90.61.00	Aquisição de imóveis		
10010000	Recurso Ordinário		
			50.000,00
15 451 0048 1.010	Pavim.Asfaltica ou a Paralelepipedo de Ruas e Avenidas		

4.4.90.51.00	Obras e instalações		
15100000	Outros Convênios da União		
			50.000,00
4.4.90.92.00	Despesas de exercícios anteriores		
15200000	Outros Convênios do Estado		
			1.004,31
TOTAL Secretaria Municipal de Infraestrutura			101.004,31
DE:			
02 09.	Sec.Munic.de Agricultura e Desenvolvimento		
20 605 0072 1.046	programa de corte de terra de pequenos agricultores		
3.3.90.36.00	Outros serv. de terceiros pessoa física		
10010000	Recurso Ordinário		
			50,00
TOTAL Sec.Munic.de Agricultura e Desenvolvi			50,00
TOTAL GERAL			101.054,31

Brejinho, 01 de Julho de 2019.

JOAO BATISTA GOMES GONÇALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Paulino Alves
Código Identificador:2A0BD58F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 115/2019

DECRETO Nro 00115/19, de 10 de Julho de 2019

Abre crédito adicional ao vigente orçamento da(o) Prefeitura Municipal de Brejinho , o crédito suplementar no valor de R$ 45.788,04 (Quarenta e Cinco Mil, Setecentos e Oitenta e Oito Reais e Quatro Centavos) para reforço de dotação(ões) orçamentária(s).

O(A) gestor(a) do(a) Prefeitura Municipal de Brejinho no uso de suas atribuições legais e de acordo com a autorização contida na lei nro. 713/18

D E C R E T A :

Art. 1o - Fica aberto adicional, na forma do anexo constante do presente instrumento, o crédito suplementar no valor de R$ 45.788,04 (Quarenta e Cinco Mil, Setecentos e Oitenta e Oito Reais e Quatro Centavos) para reforço de dotação(ões) orçamentária(s).

Art. 2o - Os recursos necessários à cobertura do crédito mencionado no artigo primeiro deste instrumento, serão obtidos na forma do Art.43 da Lei nro. 4.320, de 17 de março de 1964, sendo :

I - R$44.988,04 (Quarenta e Quatro Mil, Novecentos e Oitenta e Oito Reais e Quatro Centavos), através de ANULAÇÃO de dotações orçamentárias, de acordo com o inciso III, do art.43, da Lei Federal nro. 4.320/64, conforme discriminação constante no anexo II que é parte integrante do presente instrumento.

II - R$800,00 (Oitocentos Reais), através do produto de OPERAÇÃO DE CRÉDITO realizada pelo Poder Executivo, devidamente autorizada an forma da lei, de acordo com o inciso IV, do art.43, da Lei Federal nro. 4.320/64, conforme demonstrativo anexo, que é parte integrante do presente Decreto.

Art. 3o - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brejinho, em 10 de Julho de 2019

JOAO BATISTA GOMES GONÇALVES
Prefeito Municipal

Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Brejinho

Solicitação: CRÉDITO SUPLEMENTAR

ANEXO I a que se refere o DECRETO 00115/19 de 10 de Julho de 2019, autorizado pela LEI 713/18.

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	FONTE	VALOR (R$)
PARA:			
02 03.	Sec.Munic.de Administração e Planejamento		
04 122 0038 2.009	Func.da Sec.Munic.de Administ.e Planejam		
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
10010000	Recurso Ordinário		
		Anul.dotação	1.740,60
		Anul.dotação	6.650,00
TOTAL Sec.Munic.de Administração e Planejam			8.390,60
PARA:			
02 05.	Secretaria Municipal de Infraestrutura		
15 122 0057 2.015	Func.das Ativ__da Sec.Munic.de Infraestrutura		
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
10010000	Recurso Ordinário		

		Anul.dotação	2.680,00
TOTAL Secretaria Municipal de Infraestrutura			2.680,00
PARA:			
02 06.	Sec.Munic.de Educação e Cultura		
12 362 0060 2.026	Manutenção das ações do Programa de transporte Escolar/PETERN		
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
10010000	Recurso Ordinário		
		Anul.dotação	21.225,60
TOTAL Sec.Munic.de Educação e Cultura			21.225,60
PARA:			
02 07.	Fundo Municipal de Saude		
10 301 0004 2.042	Func.do Prog.Saude Bucal - Psb		
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
12140000	Transferência SUS Bloco de custeio		
		Anul.dotação	5.066,00
TOTAL Fundo Municipal de Saude			5.066,00
PARA:			
02 08.	Fundo Municipal de Assistencia Social		
08 244 0009 2.052	Manut. das ações do programa bolsa familia e cadastro unico BL GBF IGDPBF.		
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
13110000	Transferência de Recurso do FNAS		
		Anul.dotação	1.575,84
08 244 0013 2.056	Func.do Centro de Ref.Espec.em Assit.Soc CREAS		
3.3.90.92.00	Despesas de exercícios anteriores		
13110000	Transferência de Recurso do FNAS		
		Oper.credito	800,00
08 244 0019 2.057	Man. das ações do centro de referencia de assist. social CRAS PAIF.		
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
13110000	Transferência de Recurso do FNAS	Anul.dotação	1.950,00
TOTAL Fundo Municipal de Assistencia Social			4.325,84
PARA:			
02 09.	Sec.Munic.de Agricultura e Desenvolvimen		
20 122 0073 2.063	Func.das Ativs.da Sec.Munic.de Agricultura e Desenvolvimento		
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
10010000	Recurso Ordinário	Anul.dotação	1.950,00
TOTAL Sec.Munic.de Agricultura e Desenvolvi			1.950,00
PARA:			
02 11.	Secretaria Municipal de Desporto e Lazer		
27 122 0081 2.065	Func.das Ativs.da Sec.Munic.de Desportos e Lazer		
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
10010000	Recurso Ordinário		
		Anul.dotação	2.150,00
TOTAL Secretaria Municipal de Desporto e Lazer			2.150,00
TOTAL GERAL			45.788,04

Brejinho, 10 de Julho de 2019.

JOAO BATISTA GOMES GONÇALVES
Prefeito Municipal

Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Brejinho

Solicitação: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ANEXO II a que se refere o DECRETO 00115/19 de 10 de Julho de 2019, autorizado pela LEI 713/18.

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	FONTE	VALOR (R$)
DE:			
02 07.	Fundo Municipal de Saude		
10 301 0004 2.039	Func.das Ativs.do Fundo Munic.de Saude		
3.1.90.04.00	Contratação por tempo determinado		
12110000	Receita de Imposto e Trans. - Saúde		
			40.000,00
3.1.90.13.00	Obrigações patronais		
12110000	Receita de Imposto e Trans. - Saúde		
			4.988,04
TOTAL Fundo Municipal de Saude			44.988,04
TOTAL GERAL			44.988,04

Brejinho, 10 de Julho de 2019.

JOAO BATISTA GOMES GONÇALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Paulino Alves
Código Identificador:223BB931

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 116/2019

DECRETO Nro 00116/19, de 17 de Julho de 2019

Abre crédito adicional ao vigente orçamento da(o) Prefeitura Municipal de Brejinho , o crédito suplementar no valor de R$ 169.108,49 (Cento e Sessenta e Nove Mil, Cento e Oito Reais e Quarenta e Nove Centavos) para reforço de dotação(ões) orçamentária(s).

O(A) gestor(a) do(a) Prefeitura Municipal de Brejinho no uso de suas atribuições legais e de acordo com a autorização contida na lei nro. 713/18

D E C R E T A :

Art. 1o - Fica aberto adicional, na forma do anexo constante do presente instrumento, o crédito suplementar no valor de R$ 169.108,49 (Cento e Sessenta e Nove Mil, Cento e Oito Reais e Quarenta e Nove Centavos) para reforço de dotação(ões) orçamentária(s).

Art. 2o - Os recursos necessários à cobertura do crédito mencionado no artigo primeiro deste instrumento, serão obtidos na forma do Art.43 da Lei nro. 4.320, de 17 de março de 1964, sendo :

I - R$169.108,49 (Cento e Sessenta e Nove Mil, Cento e Oito Reais e Quarenta e Nove Centavos), através de ANULAÇÃO de dotações orçamentárias, de acordo com o inciso III, do art.43, da Lei Federal nro. 4.320/64, conforme discriminação constante no anexo II que é parte integrante do presente instrumento.

Art. 3o - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brejinho, em 17 de Julho de 2019

JOAO BATISTA GOMES GONÇALVES
Prefeito Municipal

Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Brejinho

Solicitação: CRÉDITO SUPLEMENTAR

ANEXO I a que se refere o DECRETO 00116/19 de 17 de Julho de 2019, autorizado pela LEI 713/18.

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	FONTE	VALOR (R$)
PARA:			
02 05.	Secretaria Municipal de Infraestrutura		
15 122 0057 2.015	Func.das Ativs__da Sec.Munic.de Infraestrutura		
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
10010000	Recurso Ordinário		
		Anul.dotação	59.443,57
4.4.90.51.00	Obras e instalações		
10010000	Recurso Ordinário		
		Anul.dotação	29.982,80
TOTAL Secretaria Municipal de Infraestrutura			89.426,37
PARA:			
02 06.	Sec.Munic.de Educação e Cultura		
12 361 0060 2.022	Func.do Programa Salario Educação		
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
11200000	Transferência do Salário Educação		
		Anul.dotação	2.570,00
12 361 0061 2.025	Func.do Prog.Nac.de Alimentação Escolar PNAE		
3.3.90.30.00	Material de consumo		
10010000	Recurso Ordinário		
		Anul.dotação	22.944,00
		Anul.dotação	374,35
		Anul.dotação	11.592,00
TOTAL Sec.Munic.de Educação e Cultura			37.480,35
PARA:			
02 07.	Fundo Municipal de Saude		
10 301 0004 2.044	Func.do Prog.de Atenção Basica Pab Fixo		
3.3.90.30.00	Material de consumo		
12140000	Transferência SUS Bloco de custeio		
		Anul.dotação	37.204,74
		Anul.dotação	900,00
		Anul.dotação	2.372,09
TOTAL Fundo Municipal de Saude			40.476,83
PARA:			
02 08.	Fundo Municipal de Assistencia Social		
08 244 0027 2.060	Manut. das Ações do Programa Criança Feliz		
3.3.90.30.00	Material de consumo		
13110000	Transferência de Recurso do FNAS		
		Anul.dotação	1.724,94
TOTAL Fundo Municipal de Assistencia Social			1.724,94
TOTAL GERAL			169.108,49

Brejinho, 17 de Julho de 2019.

JOAO BATISTA GOMES GONÇALVES
Prefeito Municipal

Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Brejinho

Solicitação: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ANEXO II a que se refere o DECRETO 00116/19 de 17 de Julho de 2019, autorizado pela LEI 713/18.

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	FONTE	VALOR (R$)
DE:			
02 05.	Secretaria Municipal de Infraestrutura		
15 451 0048 1.010	Pavim.Asfaltica ou a Paralelepipedo de Ruas e Avenidas		
4.4.90.51.00	Obras e instalações		
15100000	Outros Convênios da União		
			20.000,00
15200000	Outros Convênios do Estado		
			50.000,00
15 451 0048 1.011	Const.Ampl.e Ref.de Praça Publica		
4.4.90.51.00	Obras e instalações		
15200000	Outros Convênios do Estado		
			40.000,00
15 451 0057 1.013	Const.de calçadao no municipio		
4.4.90.51.00	Obras e instalações		
15200000	Outros Convênios do Estado		
			9.000,00
TOTAL Secretaria Municipal de Infraestrutura			119.000,00
DE:			
02 07.	Fundo Municipal de Saude		
10 301 0004 2.039	Func.das Ativs.do Fundo Munic.de Saude		
3.3.90.30.00	Material de consumo		
12110000	Receita de Imposto e Trans. - Saúde		
			50.000,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e material permanente		
12110000	Receita de Imposto e Trans. - Saúde		
			108,49
TOTAL Fundo Municipal de Saude			50.108,49
TOTAL GERAL			169.108,49

Brejinho, 17 de Julho de 2019.

JOAO BATISTA GOMES GONÇALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Paulino Alves
Código Identificador:BA688A35

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 118/2019

DECRETO Nro 00118/19, de 09 de Agosto de 2019

Abre crédito adicional ao vigente orçamento da(o) Prefeitura Municipal de Brejinho , o crédito suplementar no valor de R$ 34.907,31 (Trinta e Quatro Mil, Novecentos e Sete Reais e Trinta e Um Centavos) para reforço de dotação(ões) orçamentária(s).

O(A) gestor(a) do(a) Prefeitura Municipal de Brejinho no uso de suas atribuições legais e de acordo com a autorização contida na lei nro. 713/18

D E C R E T A :

Art. 1o - Fica aberto adicional, na forma do anexo constante do presente instrumento, o crédito suplementar no valor de R$ 34.907,31 (Trinta e Quatro Mil, Novecentos e Sete Reais e Trinta e Um Centavos) para reforço de dotação(ões) orçamentária(s).

Art. 2o - Os recursos necessários à cobertura do crédito mencionado no artigo primeiro deste instrumento, serão obtidos na forma do Art.43 da Lei nro. 4.320, de 17 de março de 1964, sendo :

I - R$32.219,31 (Trinta e Dois Mil, Duzentos e Dezenove Reais e Trinta e Um Centavos), através de ANULAÇÃO de dotações orçamentárias, de acordo com o inciso III, do art.43, da Lei Federal nro. 4.320/64, conforme discriminação constante no anexo II que é parte integrante do presente instrumento.

II - R$2.688,00 (Dois Mil, Seiscentos e Oitenta e Oito Reais), através do produto de OPERAÇÃO DE CRÉDITO realizada pelo Poder Executivo, devidamente autorizada an forma da lei, de acordo com o inciso IV, do art.43, da Lei Federal nro. 4.320/64, conforme demonstrativo anexo, que é parte integrante do presente Decreto.

Art. 3o - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brejinho, em 09 de Agosto de 2019

JOAO BATISTA GOMES GONÇALVES
Prefeito Municipal

Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Brejinho

Solicitação: CRÉDITO SUPLEMENTAR

ANEXO I a que se refere o DECRETO 00118/19 de 09 de Agosto de 2019, autorizado pela LEI 713/18.

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	FONTE	VALOR (R$)
PARA:			
02 05.	Secretaria Municipal de Infraestrutura		
15 122 0057 2.015	Func.das Ativs__da Sec.Munic.de Infraestrutura		
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
10010000	Recurso Ordinário		
		Anul.dotação	2.705,00
TOTAL Secretaria Municipal de Infraestrutura			2.705,00
PARA:			
02 06.	Sec.Munic.de Educação e Cultura		
12 361 0061 2.025	Func.do Prog.Nac.de Alimentação Escolar PNAE		
3.3.90.30.00	Material de consumo		
10010000	Recurso Ordinário		
		Anul.dotação	299,57
12 362 0060 2.026	Manutenção das ações do Programa de transporte Escolar/PETERN		
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
10010000	Recurso Ordinário		
		Anul.dotação	21.225,60
TOTAL Sec.Munic.de Educação e Cultura			21.525,17
PARA:			
02 07.	Fundo Municipal de Saude		
10 301 0004 2.042	Func.do Prog.Saude Bucal - Psb		
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
12140000	Transferência SUS Bloco de custeio		
		Anul.dotação	4.172,00
10 301 0004 2.044	Func.do Prog.de Atenção Basica Pab Fixo		
3.3.90.30.00	Material de consumo		
12140000	Transferência SUS Bloco de custeio		
		Oper.credito	2.688,00
TOTAL Fundo Municipal de Saude			6.860,00
PARA:			
02 08.	Fundo Municipal de Assistencia Social		
08 244 0009 2.052	Manut. das ações do programa bolsa familia e cadastro unico BL GBF IGDPBF.		
3.3.90.30.00	Material de consumo		
13110000	Transferência de Recurso do FNAS		
		Anul.dotação	1.396,41
08 244 0013 2.056	Func.do Centro de Ref.Espec.em Assit.Soc CREAS		
3.3.90.30.00	Material de consumo		
13110000	Transferência de Recurso do FNAS		
		Anul.dotação	2.420,73
TOTAL Fundo Municipal de Assistencia Social			3.817,14
TOTAL GERAL			34.907,31

Brejinho, 09 de Agosto de 2019.

JOAO BATISTA GOMES GONÇALVES
Prefeito Municipal

Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Brejinho

Solicitação: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ANEXO II a que se refere o DECRETO 00118/19 de 09 de Agosto de 2019, autorizado pela LEI 713/18.

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	FONTE	VALOR (R$)
DE:			
02 03.	Sec.Munic.de Administração e Planejamento		
04 122 0038 2.013	Cont.a AMLAP, A FEMURN e a CNM Federação dos Municipios do RN		
3.3.50.41.00	Contribuições		
10010000	Recurso Ordinário		
			29.514,31
TOTAL Sec.Munic.de Administração e Planejam			29.514,31
DE:			
02 04.	Secretaria Munic.de Tributação e Finança		
04 123 0028 2.014	Func.das Ativs.da Sec.Munic.de Tribut.e Finanças		
3.3.90.92.00	Despesas de exercícios anteriores		
10010000	Recurso Ordinário		
			2.705,00
TOTAL Secretaria Munic.de Tributação e Fina			2.705,00
TOTAL GERAL			32.219,31

Brejinho, 09 de Agosto de 2019.

JOAO BATISTA GOMES GONÇALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Paulino Alves
Código Identificador:30AE6564

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 119/2019

DECRETO Nro 00119/19, de 16 de Agosto de 2019

Abre crédito adicional ao vigente orçamento da(o) Prefeitura Municipal de Brejinho , o crédito suplementar no valor de R$ 154.418,55 (Cento e Cinquenta e Quatro Mil, Quatrocentos e Dezoito Reais e Cinquenta e Cinco Centavos) para reforço de dotação(ões) orçamentária(s).

O(A) gestor(a) do(a) Prefeitura Municipal de Brejinho no uso de suas atribuições legais e de acordo com a autorização contida na lei nro. 713/18

D E C R E T A :

Art. 1o - Fica aberto adicional, na forma do anexo constante do presente instrumento, o crédito suplementar no valor de R$ 154.418,55 (Cento e Cinquenta e Quatro Mil, Quatrocentos e Dezoito Reais e Cinquenta e Cinco Centavos) para reforço de dotação(ões) orçamentária(s).

Art. 2o - Os recursos necessários à cobertura do crédito mencionado no artigo primeiro deste instrumento, serão obtidos na forma do Art.43 da Lei nro. 4.320, de 17 de março de 1964, sendo :

I - R$146.718,55 (Cento e Quarenta e Seis Mil, Setecentos e Dezoito Reais e Cinquenta e Cinco Centavos), através de ANULAÇÃO de dotações orçamentárias, de acordo com o inciso III, do art.43, da Lei Federal nro. 4.320/64, conforme discriminação constante no anexo II que é parte integrante do presente instrumento.

II - R$7.700,00 (Sete Mil, Setecentos Reais), através do produto de OPERAÇÃO DE CRÉDITO realizada pelo Poder Executivo, devidamente autorizada an forma da lei, de acordo com o inciso IV, do art.43, da Lei Federal nro. 4.320/64, conforme demonstrativo anexo, que é parte integrante do presente Decreto.

Art. 3o - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brejinho, em 16 de Agosto de 2019

JOAO BATISTA GOMES GONÇALVES
Prefeito Municipal

Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Brejinho

Solicitação: CRÉDITO SUPLEMENTAR

ANEXO I a que se refere o DECRETO 00119/19 de 16 de Agosto de 2019, autorizado pela LEI 713/18.

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	FONTE	VALOR (R$)
PARA:			
02 05.	Secretaria Municipal de Infraestrutura		
15 122 0057 2.015	Func.das Ativs__da Sec.Munic.de Infraestrutura		
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
10010000	Recurso Ordinário		
		Anul.dotação	2.680,00
15300000	Transfência da União de Royalty Petróleo		
		Anul.dotação	1.800,00
4.4.90.51.00	Obras e instalações		
10010000	Recurso Ordinário		
		Anul.dotação	100.036,14
TOTAL Secretaria Municipal de Infraestrutura			104.516,14
PARA:			
02 07.	Fundo Municipal de Saude		
10 301 0004 2.044	Func.do Prog.de Atenção Basica Pab Fixo		
3.3.90.30.00	Material de consumo		
12140000	Transferência SUS Bloco de custeio		
		Anul.dotação	1.115,00
		Anul.dotação	3.955,00
		Anul.dotação	1.189,50
		Anul.dotação	13.403,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e material permanente		
12140000	Transferência SUS Bloco de custeio		
		Anul.dotação	22.539,91
TOTAL Fundo Municipal de Saude			42.202,41
PARA:			
02 08.	Fundo Municipal de Assistencia Social		
08 244 0009 2.052	Manut. das ações do programa bolsa familia e cadastro unico BL GBF IGDPBF.		
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
13110000	Transferência de Recurso do FNAS		
		Oper.credito	1.950,00
08 244 0013 2.056	Func.do Centro de Ref.Espec.em Assit.Soc CREAS		
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
13110000	Transferência de Recurso do FNAS		
		Oper.credito	3.800,00
08 244 0019 2.057	Man. das ações do centro de referencia de assist. social CRAS PAIF.		
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
13110000	Transferência de Recurso do FNAS		

		Oper.credito	1.950,00
TOTAL Fundo Municipal de Assistencia Social			7.700,00
TOTAL GERAL			154.418,55

Brejinho, 16 de Agosto de 2019.

JOAO BATISTA GOMES GONÇALVES
Prefeito Municipal

Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Brejinho

Solicitação: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ANEXO II a que se refere o DECRETO 00119/19 de 16 de Agosto de 2019, autorizado pela LEI 713/18.

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	FONTE	VALOR (R$)
DE:			
02 01.	Gabinete do Prefeito		
03 092 0023 2.002	Manutenção das Ações da procuradoria Geral		
4.4.90.52.00	Equipamentos e material permanente		
10010000	Recurso Ordinário		
			46.718,55
TOTAL Gabinete do Prefeito			46.718,55
DE:			
02 05.	Secretaria Municipal de Infraestrutura		
15 451 0048 1.012	Ampliação de Rede de Energia Eletrica		
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
10010000	Recurso Ordinário		
			50.000,00
15 451 0057 1.015	Const.de Portico		
4.4.90.51.00	Obras e instalações		
15100000	Outros Convênios da União		
			50.000,00
TOTAL Secretaria Municipal de Infraestrutura			100.000,00
TOTAL GERAL			146.718,55

Brejinho, 16 de Agosto de 2019.

JOAO BATISTA GOMES GONÇALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Paulino Alves
Código Identificador:EC3563FA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 120/2019

DECRETO Nro 00120/19, de 21 de Agosto de 2019

Abre crédito adicional ao vigente orçamento da(o) Prefeitura Municipal de Brejinho , o crédito suplementar no valor de R$ 268.746,70 (Duzentos e Sessenta e Oito Mil, Setecentos e Quarenta e Seis Reais e Setenta Centavos) para reforço de dotação(ões) orçamentária(s).

O(A) gestor(a) do(a) Prefeitura Municipal de Brejinho no uso de suas atribuições legais e de acordo com a autorização contida na lei nro. 713/18

D E C R E T A :

Art. 1o - Fica aberto adicional, na forma do anexo constante do presente instrumento, o crédito suplementar no valor de R$ 268.746,70 (Duzentos e Sessenta e Oito Mil, Setecentos e Quarenta e Seis Reais e Setenta Centavos) para reforço de dotação(ões) orçamentária(s).

Art. 2o - Os recursos necessários à cobertura do crédito mencionado no artigo primeiro deste instrumento, serão obtidos na forma do Art.43 da Lei nro. 4.320, de 17 de março de 1964, sendo :
I - R$246.874,74 (Duzentos e Quarenta e Seis Mil, Oitocentos e Setenta e Quatro Reais e Setenta e Quatro Centavos), através de ANULAÇÃO de dotações orçamentárias, de acordo com o inciso III, do art.43, da Lei Federal nro. 4.320/64, conforme discriminação constante no anexo II que é parte integrante do presente instrumento.

II - R$21.871,96 (Vinte e Um Mil, Oitocentos e Setenta e Um Reais e Noventa e Seis Centavos), através do produto de OPERAÇÃO DE CRÉDITO realizada pelo Poder Executivo, devidamente autorizada an forma da lei, de acordo com o inciso IV, do art.43, da Lei Federal nro. 4.320/64, conforme demonstrativo anexo, que é parte integrante do presente Decreto.

Art. 3o - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brejinho, em 21 de Agosto de 2019

JOAO BATISTA GOMES GONÇALVES
Prefeito Municipal

Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Brejinho

Solicitação: CRÉDITO SUPLEMENTAR

ANEXO I a que se refere o DECRETO 00120/19 de 21 de Agosto de 2019, autorizado pela LEI 713/18.

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	FONTE	VALOR (R$)
PARA:			
02 03.	Sec.Munic.de Administração e Planejamento		
04 122 0038 2.009	Func.da Sec.Munic.de Administ.e Planejam		
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
10010000	Recurso Ordinário		
		Anul.dotação	2.640,00
TOTAL Sec.Munic.de Administração e Planejam			2.640,00
PARA:			
02 05.	Secretaria Municipal de Infraestrutura		
15 122 0057 2.015	Func.das Ativs__da Sec.Munic.de Infraest		
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
10010000	Recurso Ordinário		
		Anul.dotação	60.650,36
TOTAL Secretaria Municipal de Infraestrutura			60.650,36
PARA:			
02 07.	Fundo Municipal de Saude		
10 301 0004 2.044	Func.do Prog.de Atenção Basica Pab Fixo		
3.3.90.30.00	Material de consumo		
12140000	Transferência SUS Bloco de custeio		
		Anul.dotação	30.000,00
		Anul.dotação	2.372,09
		Oper.credito	8.924,52
		Anul.dotação	860,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e material permanente		
12140000	Transferência SUS Bloco de custeio		
		Anul.dotação	73.634,03
		Anul.dotação	9.577,34
10 302 0004 2.047	Func.do Teto Financ.de Media e Alta Complexidade - MAC/AIH		
3.3.90.30.00	Material de consumo		
12140000	Transferência SUS Bloco de custeio		
		Anul.dotação	22.996,82
		Oper.credito	10.011,44
		Oper.credito	2.936,00
TOTAL Fundo Municipal de Saude			161.312,24
PARA:			
02 08.	Fundo Municipal de Assistencia Social		
08 244 0027 2.060	Manut. das Ações do Programa Criança Feliz		
3.3.90.30.00	Material de consumo		
13110000	Transferência de Recurso do FNAS		
		Anul.dotação	234,00
		Anul.dotação	3.910,10
TOTAL Fundo Municipal de Assistencia Social			4.144,10
PARA:			
02 09.	Sec.Munic.de Agricultura e Desenvolvimen		
20 122 0073 2.063	Func.das Ativs.da Sec.Munic.de Agricultura e Desenvolvimento		
3.1.90.11.00	Vencimentos e vant. fixas pessoal civil		
10010000	Recurso Ordinário		
		Anul.dotação	40.000,00
TOTAL Sec.Munic.de Agricultura e Desenvolvi			40.000,00
TOTAL GERAL			268.746,70

Brejinho, 21 de Agosto de 2019.

JOAO BATISTA GOMES GONÇALVES
Prefeito Municipal

Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Brejinho

Solicitação: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ANEXO II a que se refere o DECRETO 00120/19 de 21
de Agosto de 2019, autorizado pela LEI 713/18.

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	FONTE	VALOR (R$)
DE:			
02 03.	Sec.Munic.de Administração e Planejamento		
04 122 0038 1.005	Reforma e Manutenção do predio da Prefeitura Municipal		
4.4.90.92.00	Despesas de exercícios anteriores		
10010000	Recurso Ordinário		
			224,38
04 122 0038 2.010	Recolhimento previdenciario do INSS		
3.1.90.13.00	Obrigações patronais		
10010000	Recurso Ordinário		
			20.650,36
TOTAL Sec.Munic.de Administração e Planejam			20.874,74

DE:			
02 04.	Secretaria Munic.de Tributação e Finança		
04 123 0028 2.014	Func.das Ativs.da Sec.Munic.de Tribut.e Finan		
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
10010000	Recurso Ordinário		
			50.000,00
TOTAL Secretaria Munic.de Tributação e Fina			50.000,00
DE:			
02 05.	Secretaria Municipal de Infraestrutura		
15 451 0003 2.016	Manut.dos Serv.de Limpeza Publica		
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
10010000	Recurso Ordinário		
			40.000,00
15 451 0048 1.010	Pavim.Asfaltica ou a Paralelepipedo de Ruas e Avenidas		
4.4.90.51.00	Obras e instalações		
15100000	Outros Convênios da União		
			50.000,00
TOTAL Secretaria Municipal de Infraestrutura			90.000,00
DE:			
02 06.	Sec.Munic.de Educação e Cultura		
12 361 0060 1.022	Const.Ref.e Ampl.de Unidades de Ensino da Zona Rural		
4.4.90.51.00	Obras e instalações		
10010000	Recurso Ordinário		
			46.000,00
13 392 0062 1.028	Construção de Museu da Farinha		
4.4.90.51.00	Obras e instalações		
15100000	Outros Convênios da União		
			40.000,00
TOTAL Sec.Munic.de Educação e Cultura			86.000,00
TOTAL GERAL			246.874,74

Brejinho, 21 de Agosto de 2019.

JOAO BATISTA GOMES GONÇALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Paulino Alves
Código Identificador:2A1F6650

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2019 - PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2019 - PIRES E DANTAS EMPREENDIMENTOS LTDA - ME, CNPJ: 11.452.879/0001-29

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2019
PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2019

O MUNICIPIO DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO - PMCRV/RN, inscrito no CNPJ/MF n.º 08.351.819/0001-05, com a sede à Rua São Sebastião, SN, Centro, Caiçara do Rio do Vento, RN, CEP: 59.540-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, a Sr. Felipe Müller, brasileiro, funcionário público, casado, inscrito no CPF sob o nº. 078.887.014-93, residente e domiciliado a Rua Francisco Valentim Avelino S/N – Centro, Caiçara do Rio do Vento/RN, nos termos da Lei nº. 10.520/02; e subsidiariamente as normas constantes na Lei nº. 8.666/93 com suas posteriores alterações; a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, com as de devidas alterações, e às condições e exigências estabelecidas no Edital e conforme a classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2019 – SRP - PMCRV/RN**, homologado em **07 de outubro de 2019**, RESOLVE registrar os descontos da empresa indicada e qualificada nesta ATA, sujeitando-se as partes às normas supracitadas e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente pregão tem como objeto o registro de preço para futura aquisição de ÁGUA MINERAL E GÁS DE COZINHA, destinados a atender todas as secretarias, no âmbito da administração pública municipal de Caiçara do Rio do Vento/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES
2.1. O órgão gerenciador desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS é a Secretaria Municipal de Adm., Plan. e Des. Integrado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.
3.1. O preço unitário registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Itens e preços unitários registrados:

FORNECEDOR						
Empresa:	**PIRES E DANTAS EMPREENDIMENTOS LTDA - ME**					
CNPJ:	**11.452.879/0001-29**	**Tel.:**	**(84) 99998.8231**	**E-mail**:	**piresedantasempreendimentos@hotmail.com**	
Endereço:	**RUA PALMIRA NUNES FERNANDES, 90, BAIRRO NOVO HORIZONTE – ASSÚ/RN – CEP: 59.650-000**					
Representante:		**ADRIANA PIRES DANTAS DOS SANTOS**			**CPF:**	**035.728.714-25**
ITENS REGISTRADOS:						
CÓD.	**ITEM**	**MARCA**	**UNID.**	**VLR. UNIT.**	**QUANT.**	**VLR. TOTAL**
13849	AGUA MINERAL ENVASADA EM BOTIJAO DE 20L	NATAL DO VALE	UNIDADE	R$ 5,75	4.000	R$ 23.000,00

Total do Lote R$ 23.000,00
Total do Vencedor R$ 23.000,00

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR:

4.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as descrições dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar as vencedoras, via telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e do instrumento contratual e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com as licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento do(s) material(ais) a outro(s) órgão(ãos) da Administração Pública que externe (m) a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

5.1. O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho ou documento equivalente;

e) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

6.1. O CONTRATADO obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da convocação;

b) informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) fornecer o(s) produto(s) solicitado(s) nos prazos estabelecidos no Edital e seu Anexo I, e entregar no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP;

d) executar o instrumento contratual conforme descrições e preços registrados na presente ARP;

e) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

f) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

g) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

h) ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador e participante (s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

i) cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao (s) material (ais) entregue (s), com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (DOZE) meses, a contar da data da sua assinatura, com início na data de 07/10/2019 e vigorando até o dia 07/10/2020, devendo ser publicada, NA ÍNTEGRA, no Diário Oficial da FEMURN até o 5º dia útil, contados da data de assinatura.

CLAUSULA OITAVA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1 Os preços registrados manter-se-ão fixos e irreajustáveis durante a validade desta ARP;

8.2. Nas hipóteses previstas no Art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei nº. 8.666/93, o Órgão Gerenciador poderá promover o equilíbrio econômico-financeiro desta ARP, mediante solicitação fundamentada e aceita pelo Prefeito Municipal.

8.3. Caso a empresa detentora dos preços registrados solicite a revisão de preço, a mesma deverá demonstrar de forma clara a composição do novo preço, através de planilhas de custo ou apresentação de nota(s) fiscal(is) do seu fornecedor, datada(s) do período da licitação e da solicitação do reajustamento. Para análise da solicitação, ao Órgão Gerenciador adotará ampla pesquisa de preços em empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto desta ARP.

8.4. Não serão concedidas revisões de preço sobre as parcelas do objeto já contratadas ou empenhadas.

8.5. Sendo julgada procedente a revisão, será mantido o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado, apurados pelo Município de Caiçara do Rio do Vento/RN, e os propostos pela empresa à época da realização do certame licitatório.

8.6. Fica vedado à empresa registrada interromper a prestação dos serviços enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços.

CLAUSULA NONA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado na forma indicada no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA DÉCIMA - DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

10.1. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, independente da participação ou não da licitação, desde que autorizados pela administração pública e em comum acordo com a empresa registrada, visando atender as necessidades do órgão requisitante.

Parágrafo único - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

10.2 O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado no preâmbulo desta ARP, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2019 – SRP - PMCRV/RN.

10.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2019 –SRP - PMCRV/RN e seus anexos, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

10.7. A cada aquisição, o preço unitário a ser pago será o valor constante da proposta apresentada ou do lance que a tenha consagrado vencedora, no PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2019 – PMCRV/RN, pela(s) empresa(s) detentora(s) do registro de preços constantes da presente Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REVISÃO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, em sua atual redação.

Parágrafo único – a qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto aos demais fornecedores com preços registrados, observada a ordem de classificação, para negociar o novo valor compatível ao mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:
I - Por iniciativa da Administração, quando:
a) Não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da Ata de Registro de Preços;
b) Recusarem-se a assinar o instrumento contratual nos prazos estabelecidos, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
c) Der causa à rescisão administrativa decorrente da Ata de Registro de Preços;
d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;
e) Não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;
f) Não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;
g) Em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II - Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.

PARÁGRAFO ÚNICO – O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado da Exmo. Senhor Prefeito Municipal de Caiçara do Rio do Vento.

III - A Ata de Registro de Preço será cancelada automaticamente:

a) Por decurso de prazo de vigência.
b) Quando não restarem fornecedores registrados.
c) Quando esgotado o total das quantidades do objeto decorrente das aquisições pela Prefeitura Municipal de Caiçara do Rio do Vento.

IV - O cancelamento de registro nas hipóteses previstas nesta cláusula, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Prefeito Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

14.1 - Nos termos do art. 7º. da Lei nº. 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Caiçara do Rio do Vento/RN, pelo prazo de até 05 (CINCO) ANOS, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais penalidades legais, a licitante que:

a) Não assinar a Ata de Registro de Preços, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
b) Não retirar a Ordem de Compra/Serviço, quando convocada dentro do prazo de vigência Ata de Registro de Preços;
c) Apresentar documentação falsa;
d) Deixar de entregar os documentos exigidos para o certame;
e) Ensejar o retardamento, falhar ou fraudar a execução da obrigação assumida;
f) Não mantiver a sua proposta dentro do prazo de validade;
g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

14.2. O disposto no item anterior não se aplica às licitantes convocadas, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao prazo e preço.

14.3. O atraso injustificado na execução do instrumento contratual sujeitará o licitante vencedor à multa de mora de 0,2% (DOIS DÉCIMOS POR CENTO) por dia de atraso, até o máximo de 5% (CINCO POR CENTO), sobre o valor do objeto não fornecido.

14.4. A multa a que se refere esta cláusula será descontada do pagamento eventualmente devido pelo Município de Caiçara do Rio do Vento/RN ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

14.5. Pela inexecução total ou parcial do instrumento contratual, o Município de Caiçara do Rio do Vento/RN poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a) Advertência, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido, sem prejuízo da aplicação de eventuais penas previstas em lei;
b) Multa no percentual de 10% (DEZ POR CENTO), calculada sobre o valor total dos itens não fornecidos.
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração, por prazo não superior a 02 (DOIS) ANOS.
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, facultada a defesa do interessado no prazo de 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS.
Parágrafo Único - A aplicação da sanção prevista na alínea "a" não prejudica a incidência cumulativa das penalidades das alíneas "b" e "c", principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS.

14.6. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do ITEM 14.5, poderão ser aplicadas conjuntamente com alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS.

14.7. Ocorrendo à inexecução de que trata o ITEM 14.5, reserva-se ao Município de Caiçara do Rio do Vento/RN o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, ao Prefeito Municipal, para as providências cabíveis.

14.8. A segunda adjudicatária, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas nesta cláusula.

14.9. A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva do Prefeito Municipal.

14.10. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.11. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei n.º 8.666/93, inclusive responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

14.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.13. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Município de Caiçara do Rio do Vento/RN.

14.14. O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal ou crédito existente no Município de Caiçara do Rio do Vento/RN, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

14.15. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

14.16. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

14.17. As penalidades serão registradas no Cadastro da PMCRV/RN, e no caso de suspensão do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO

15.1. A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:
a) Processo Administrativo nº 000967/2019
b) Edital do Pregão Presencial nº 019/2019-SRP-PMCRV e anexos;
c) Proposta de Preços final da(s) licitante(s) vencedora(a).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE

15.1. A ata de registro de preços – ARP, contendo os preços unitários registrados, os quantitativos, o(s) fornecedor(es) detentores dos preços registrados(es) e a(s) descrição(ões) do objeto, será publicada na integra no Diário Oficial da FEMURN no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua assinatura;

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as normas constantes na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com as devidas alterações, a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, com as de devidas alterações, e as demais normas pertinentes.

17.2. Fica eleito o foro da Comarca de Lajes/RN, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e de pleno acordo com as cláusulas e condições aqui pactuadas, firmam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Caiçara do Rio do Vento/RN, 07 de outubro de 2019.

FELIPE MÜLER
Prefeito Municipal

ADRIANA PIRES DANTAS DOS SANTOS
Pires E Dantas Empreendimentos LTDA ME
Empresa Registrada
CNPJ N° 11.452.879/0001-29

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Baubino
Código Identificador:FD5B2FAE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PP 088/2019 - REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO GRADATIVA DOS SERVIÇOS DE IMPRESSÃO GRÁFICA DO CARNÊ DE COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL URBANA – IPTU E BOLETO REFERENTE A TAXA DE ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 088/2019

Após analisado o resultado do Pregão Presencial nº. **088/2019**, o Pregoeiro, Sr. **Roberth Batista de Medeiros** ao licitante vencedor dos respectivos itens, conforme indicado no quadro abaixo, resultado da adjudicação.

RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO

102 - LIVIA KAROL OLIVEIRA DOS SANTOS (22.376.235/0001-15)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	3047 - Boleto de Cobrança de IPTU Com 5 Cod. de Barras, padrão de compensação nacional, autoenvelopado mecanicamente, 2 serrilhas laterais, coladas, papel a4 (210mm x 297 mm) de 75G/M2, preimpresoem 4 cores, (Policromia) na capa, dados variaveis impressos em preto com equipamento, duplex (Frente e Verso automaticamente).	UN	JC COPIADORA	35.000	2,40	84.000,00

2	5855 - SERVIÇO DE IMPRESSÃO SERVIÇO DE IMPRESSÃO EM PRETO E BRANCO DE BOLETO DE COBRANÇA A4 OFF SET 75G/M2 COM CÓDIGO DE BARRAS PADRÃO DE COMPENSAÇÃO NACIONAL ALVARÁ	UN	JC COPIADORA	7.000	0,30	2.100,00
3	5858 - SERVIÇO DE IMPRESSÃO SERVIÇO DE IMPRESSÃO EM PRETO E BRANCO DE BOLETO DE COBRANÇA A4 OFF SET 75G/M2 COM CÓDIGO DE BARRAS PADRÃO DE COMPENSAÇÃO NACIONAL FEIRA-LIVRE	UN	JC COPIADORA	300	0,30	90,00
4	5861 - SERVIÇO DE IMPRESSÃO SERVIÇO DE IMPRESSÃO EM PRETO E BRANCO DE BOLETO DE COBRANÇA A4 OFF SET 75G/M2 COM CÓDIGO DE BARRAS PADRÃO DE COMPENSAÇÃO NACIONAL PERMISSIONÁRIOS	UN	JC COPIADORA	2.000	0,30	600,00
TOTAL						86.790,00

Submetemos a elevada consideração de Vossa Excelência o resultado do julgamento do procedimento em referência. Abalizados nas Propostas apresentadas pelas empresas habilitadas conforme Ata e mapa comparativo, solicitamos a Vossa Excelência a homologação do resultado desta licitação às licitantes vencedoras, conforme vai a seguir descrito, por terem sido avaliadas e julgadas como mais vantajosas para a Administração.

Caicó/RN, 07 de outubro de 2019.

ROBERTH BATISTA DE MEDEIROS
Pregoeiro

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:6C8FB3DF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PP 088/2019 - REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO GRADATIVA DOS SERVIÇOS DE IMPRESSÃO GRÁFICA DO CARNÊ DE COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL URBANA – IPTU E BOLETO REFERENTE A TAXA DE ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 088/2019

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Exmo. Sr. **Robson de Araújo** Prefeito, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Pregão Presencial nº 088/2019, conforme indicado no quadro abaixo, resultado da homologação.

RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO

Fornecedor vencedor	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
LIVIA KAROL OLIVEIRA DOS SANTOS	1	Boleto de Cobrança de IPTU	UN	JC COPIADORA	35.000	2,40	84.000,00
LIVIA KAROL OLIVEIRA DOS SANTOS	2	SERVIÇO DE IMPRESSÃO	UN	JC COPIADORA	7.000	0,30	2.100,00
LIVIA KAROL OLIVEIRA DOS SANTOS	3	SERVIÇO DE IMPRESSÃO	UN	JC COPIADORA	300	0,30	90,00
LIVIA KAROL OLIVEIRA DOS SANTOS	4	SERVIÇO DE IMPRESSÃO	UN	JC COPIADORA	2.000	0,30	600,00

Caicó/RN, 07 de outubro de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito
Autoridade Competente

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:A6F1AC36

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SECRETARIA DE GOVERNO
LEI Nº 1.264/2019. DE 07 DE OUTUBRO DE 2019

Lei nº 1.264/2019. De 07 de Outubro de 2019.

Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 718.000,00 (setecentos e dezoito mil reais) alterando a Lei nº 1.238/2018 Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2019 e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, em cumprimento ao que dispõe a Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, nos termos do art. 7 º, 42 º e 43, inciso III no da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, no valor de R$ 718.000,00 (setecentos e dezoitos mil reais), destinados a inclusão de dotações orçamentárias, conforme a seguir:

UNIDADE GESTORA	2 – Poder Executivo	
ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO	10.000 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviço Públicos	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	10.001 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviço Públicos	
FUNÇÃO	15 – Urbanismo	
SUB-FUNÇÃO	451 – INFRA-ESTRUTURA URBANA	
PROGRAMA	0012 - Melhoria e Consolidação da Infraestrutura Urbana e Rural	
AÇÃO	1134 - Construção, Ampliação e Reforma de Praças Públicas.	
Elementos de despesas	4.4.90.51.00 – Obras e Instalações Fonte de recurso: 15100000 - Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União	716.250,00
	4.4.90.51.00 – Obras e Instalações Fonte de recurso: 10010000 Recursos Ordinários	1.750,00
Total R$		718.000,00
Total R$		718.000,00

Art. 2º- Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, inciso III – excesso de arrecadação, através de recursos arrecadados na Fonte: :15100000 - Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União, através de convênios celebrados com o Ministério do Turismo, destinados reforma da Praça Elizabete Elita de Lima no valor de R$ 238.750,00 (duzentos e trinta e oito mil setecentos e cinquenta reais) e construção da praça da Bíblia no valor de R$ 477.500,00 (quatrocentos e setenta e sete mil e quinhentos reais), e anulação parcial de dotação orçamentária, nos termos do art. 43, § 1º, incisos I e III da Lei Federal nº 4.320/64, conforme detalhamento abaixo:

UNIDADE GESTORA	2 – Poder Executivo	
ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO	10.000 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviço Públicos	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	10.001 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviço Públicos	
FUNÇÃO	15 – Urbanismo	
SUB-FUNÇÃO	451 – INFRA-ESTRUTURA URBANA	
PROGRAMA	0012 - Melhoria e Consolidação da Infraestrutura Urbana e Rural	
AÇÃO	1067 Construção, Ampliação e Restauração de Estradas Vicinais	
	4.4.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 15300000 Transferência da União Referente a Royalties	1.750,00
Total R$		1.750,00

Art. 3º - Em consonância com a abertura deste credito adicional especial, fica autorizado o Executivo Municipal, a fazer as adequações necessárias nas seguintes Leis: Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentária vigentes.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 07 de outubro de 2019.

ANTÔNIO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:F0254D08

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº 081/2019

DECRETO Nº 081/2019 De 07 de outubro de 2019

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais), para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, em cumprimento ao que dispõe a Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, a autorização concedida pela Lei n° 1.238/2018, inciso I, art. 8º, para atender as insuficiências nas dotações orçamentárias.

DECRETA
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Art. 2º- Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, inciso III – excesso de arrecadação, através de recursos arrecadados na Fonte: 11230000 - Transferências de Recursos do FNDE referente ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE e 15200000 Outras Transferências de Convenio ou Contratos de Repasse dos estados (PETERN) provenientes do Governo Estadual.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Caraúbas/RN, 07 de outubro de 2019

ANTÔNIO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**144.000,00**
08 .001 Fundo Municipal de Educação e Desporto					**144.000,00**
	2034 Manter o Programa de Transporte na Escola Municipal - PROTEM - Ensino Fundamental				**42.000,00**

		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11230000	0001	20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15200000	0001	22.000,00
	2155 Manter o Programa de Transporte na Escola Municipal - PROTEM - Ensino Médio				**98.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15200000	0001	98.000,00
	2156 Manter o Programa de Transporte na Escola Municipal - PROTEM - Ensino Infantil				**4.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11230000	0001	4.000,00

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:085BB812

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº 083/2019.

DECRETO nº 083/2019. De 07 de Outubro de 2019.

Autorização para abertura de crédito Adicional Especial no valor de R$ 1.750,00 (um mil setecentos cinquenta reais), e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, em cumprimento ao que dispõe a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO, a autorização concedida pela Lei n° 1.264/2018, inciso I, art. 8º, para atender as insuficiências nas dotações orçamentárias.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, nos termos do art. 7 º, 42 º e 43, inciso III no da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, no valor de 1.750,00 (um mil setecentos cinquenta reais), destinados a inclusão de dotações orçamentárias, conforme a seguir:

UNIDADE GESTORA	2 – Poder Executivo	
ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO	10.000 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviço Públicos	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	10.001 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviço Públicos	
FUNÇÃO	15 – Urbanismo	
SUB-FUNÇÃO	451 – INFRA-ESTRUTURA URBANA	
PROGRAMA	0012 - Melhoria e Consolidação da Infraestrutura Urbana e Rural	
AÇÃO	1134 - Construção, Ampliação e Reforma de Praças Públicas.	
Elementos de despesas	4.4.90.51.00 – Obras e Instalações Fonte de recurso: 10010000 Recursos Ordinários	1.750,00
Total R$		1.750,00

Art. 2º- Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964 através de anulação parcial de dotação orçamentária, nos termos do art. 43, § 1º, incisos I e III da Lei Federal nº 4.320/64, conforme detalhamento abaixo:

UNIDADE GESTORA	2 – Poder Executivo	
ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO	10.000 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviço Públicos	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	10.001 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviço Públicos	
FUNÇÃO	15 – Urbanismo	
SUB-FUNÇÃO	451 – INFRA-ESTRUTURA URBANA	
PROGRAMA	0012 - Melhoria e Consolidação da Infraestrutura Urbana e Rural	
AÇÃO	1067 Construção, Ampliação e Restauração de Estradas Vicinais	
	4.4.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 15300000 Transferência da União Referente a Royalties	1.750,00
Total R$		1.750,00

Art. 3º - Em consonância com a abertura deste credito adicional especial, fica autorizado o Executivo Municipal, a fazer as adequações necessárias nas seguintes Leis: Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentária vigentes.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 07 de outubro de 2019.

ANTÔNIO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:1C11B606

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 2509000207/2019

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA
Dispensa de Licitação n.º 2509000207/2019
O Senhor Prefeito Municipal do Encanto/RN, através da Prefeitura Municipal de Encanto, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 2509000207/2019, vem emitir a presente autorização de dispensa de licitação, amparada no Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, visando a Despesa referente a prestação de serviços de manutenção geral, colocação de carga de gás R22 e reposição de capacitor, nos ar-condicionado da Prefeitura Municipal de Encanto/RN, pelos valores abaixo descrito:
54 - ANTONIO GOMES DE PAULA JUNIOR - ME (08.793.217/0001-08)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	16521 - Serviço de manutenção geral em Ar-Condicionado Split	SV		3	168,00	504,00
2	16522 - Serviço e colocação de carga de gás R22 em Ar-Condicionado Split	SV		2	210,00	420,00
3	16523 - Serviço de reposição de capacitor de fase	SV		2	70,00	140,00
Total (R$):						1.064,00

Assim, autorizo a presente dispensa.
Às providências de estilo.

Encanto/RN, 25/09/2019

ATEVALDO NAZÁRIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Vanubia Gameleira Campos
Código Identificador:E17B65FD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 1909000208/2019

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA

Dispensa de Licitação n.º 1909000208/2019
O Senhor Prefeito Municipal do Encanto/RN, através da Prefeitura Municipal de Encanto, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 1909000208/2019, vem emitir a presente autorização de dispensa de licitação, amparada no Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, visando a Despesa referente a aquisição de peça de reposição para Ar-Condicionado da Prefeitura Municipal de Encanto/RN, pelos valores abaixo descrito:
54 - ANTONIO GOMES DE PAULA JUNIOR - ME (08.793.217/0001-08)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	16524 - Capacitor de Faze de Partida	UND		1	130,80	130,80
Total (R$):						130,80

Assim, autorizo a presente dispensa.
Às providências de estilo.

Encanto/RN, 19/09/2019

ATEVALDO NAZÁRIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Vanubia Gameleira Campos
Código Identificador:4064DAB1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 55.4/2019

No dia 24/09/19, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.184.442/0001-47, situado(a) no(a) RUA LUIZ DE SOUZA MIRANDA, Nº 116 - CENTRO - GUAMARÉ/RN - CEP: 59.598-000, representado neste ato pelo(a) Sr(a) FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES, inscrito no CPF n° 03231343437, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e de modo subsidiário, da Lei nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 046/2010, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Presencial - Sistema de Registro de Preços (SRP) N° 025/2019, homologado em 18/09/19, resolve registrar o preço oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos:

Empresa: RDF - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA (12.305.387/0001-73)	
CNPJ: 12.305.387/0001-73	Telefones: (84) 3092-8000
Endereço: AV. INTERVENTOR MÁRIO CÂMARA, Nº 2300 - CIDADE DA ESPERANÇA - NATAL/RN - CEP: 59.070-600	
Representante Legal: RENDSON CARLOS SILVA DE LIMA	
RG: 1991347 - SSP/RN	CPF: 067.351.084-00
Email: eiderfernandes48@gmail.com	

Item	Objeto	Marca/Modelo	Unidade/Qtd	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
1	ACICLOVIR, 200 MG, COMPRIMIDO	TEUTO	Comprimidos / 3000	0,20	600,00
3	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO, 500 MG, COMPRIMIDO	NEOQUMICA	Comprimidos / 3000	0,06	180,00
4	ÁCIDO ASCÓRBICO, 200 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO 20 ML	NATULAB	Frascos / 4000	1,19	4.760,00
6	ÁCIDO VALPRÓICO, 250 MG, CÁPSULA	BIOLAB	Cápsulas / 3000	0,27	810,00
8	ÁCIDO VALPRÓICO, 50 MG/ML, XAROPE, FRASCO 100ML	HIPOLABOR	Frascos / 250	3,20	800,00
9	ALBENDAZOL, 40 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 10ML	TEUTO	Frascos / 2500	1,10	2.750,00
11	ALPRAZOLAM, 0,50 MG, COMPRIMIDO	NOVA QUIMICA	Comprimidos / 5000	0,09	450,00
12	ALPRAZOLAM, 1 MG, COMPRIMIDO	NOVA QUIMICA	Comprimidos / 2000	0,10	200,00
13	AMBROXOL, SAL CLORIDRATO, 3 MG/ML, XAROPE INFANTIL, FRASCO 100ML	NATULAB	Frascos / 4000	1,57	6.280,00
14	AMBROXOL, SAL CLORIDRATO, 6 MG/ML, XAROPE ADULTO, FRASCO 100ML	NATULAB	Frascos / 4000	1,57	6.280,00
15	AMINOFILINA, 100 MG, COMPRIMIDO	TEUTO	Comprimidos / 2000	0,07	140,00
18	AMOXICILINA, 50MG/ML, PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 60ML	PRATI	Frascos / 5000	3,74	18.700,00
20	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTÁSSIO, 875MG + 125MG, COMPRIMIDO	TEUTO	Comprimidos / 32000	1,65	52.800,00
29	BECLOMETASONA DIPROPIONATO , SPRAY NASAL, 200MCG/DOSE, FRASCO DOSEADOR COM AEROGADOR NASAL, FRASCO 100 DOSES	CHIESI	Frascos / 100	36,43	3.643,00
30	BECLOMETASONA DIPROPIONATO , SPRAY NASAL, 250MCG/DOSE, FRASCO DOSEADOR COM AEROGADOR NASAL, FRASCO 200 DOSES	CHIESI	Frascos / 100	44,54	4.454,00
32	BENZOATO DE BENZILA, 100MG/G, SABONETE, EMBALAGEM 60G	GLOBO	Unidades / 200	3,75	750,00
33	BENZOATO DE BENZILA, 25%, EMULSÃO TÓPICA, FRASCO 60ML	IFAL	Frascos / 300	3,40	1.020,00
34	BETAMETASONA , COMPOSIÇÃO VALERATO, APRESENTAÇÃO ASSOCIADA COM GENTAMICINA, CLIOQUINOL E TOLNAFTATO, DOSAGEM 0,5MG + 1MG + 10MG + 10MG/G, USO CREME	VITAMEDIC	Bisnagas / 1000	4,45	4.450,00
36	BROMAZEPAM, 3 MG, COMPRIMIDO	TEUTO	Comprimidos / 20000	0,06	1.200,00
37	BROMAZEPAM, 6 MG, COMPRIMIDO	TEUTO	Comprimidos / 25000	0,07	1.750,00
38	BUDESONIDA, AEROSSOL NASAL, 32MCG/DOSE, FRASCO COM VÁLVULA DOSIFICADORA, FRASCO 120 DOSES	BIOSINTETICA	Frascos / 1000	20,75	20.750,00
39	BUDESONIDA, AEROSSOL NASAL, 50MCG/DOSE, FRASCO COM VÁLVULA DOSIFICADORA, FRASCO 120 DOSES	BIOSINTETICA	Frascos / 500	30,50	15.250,00
40	BUDESONIDA, AEROSSOL NASAL, 64MCG/DOSE, FRASCO COM VÁLVULA DOSIFICADORA, FRASCO 120 DOSES	BIOSINTETICA	Frascos / 600	30,40	18.240,00
44	CARBAMAZEPINA, 200 MG, COMPRIMIDO	TEUTO	Comprimidos / 50000	0,10	5.000,00
45	CARBAMAZEPINA, 400 MG, COMPRIMIDO	TEUTO	Comprimidos / 15000	0,20	3.000,00
50	CARVEDILOL, 25 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA FRACIONÁVEL	NOVA QUIMICA	Comprimidos / 30000	0,12	3.600,00
52	CARVEDILOL, 6,25 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA FRACIONÁVEL	NOVA QUIMICA	Comprimidos / 3000	0,09	270,00
54	CETOCONAZOL, 20 MG/G, CREME TÓPICO, BISNAGA 30 G	SOBRAL	Bisnagas / 1500	1,79	2.685,00
55	CETOCONAZOL, 200 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA FRACIONÁVEL	PRATI	Comprimidos / 30000	0,22	6.600,00
62	CLINDAMICINA, 300 MG, CÁPSULA	TEUTO	Cápsulas / 10000	0,78	7.800,00
66	CLONAZEPAM, 2,5 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL- GOTAS, FRASCO 20 ML	TEUTO	Frascos / 500	1,75	875,00
72	CLORPROMAZINA, 25 MG, COMPRIMIDO	CRISTALIA	Comprimidos / 8000	0,24	1.920,00
73	CLORPROMAZINA, 40 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS, FRASCO COM 20ML	CRISTALIA	Frascos / 50	5,59	279,50
75	COLAGENASE, ASSOCIADA COM CLORANFENICOL, 0,6UI + 1%, POMADA, BISNAGA 30G	CRISTALIA	Bisnagas / 1200	11,75	14.100,00
77	DEXAMETASONA 4MG, COMPRIMIDO	TEUTO	Comprimidos / 20000	0,15	3.000,00
81	DIAZEPAM, 5 MG, COMPRIMIDO	NEOQUMICA	Comprimidos / 8000	0,06	480,00
83	DICLOFENACO, SAL RESINATO, 15 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL - GOTAS, FRASCO C/20ML	TEUTO	Frascos / 800	2,20	1.760,00
86	DIGOXINA, 0,25 MG, COMPRIMIDO	TEUTO	Comprimidos / 15000	0,05	750,00
88	DIOSMINA, ASSOCIADA À HESPERIDINA, 450MG + 50MG, COMPRIMIDO,	TEUTO	Comprimidos / 15000	0,36	5.400,00
90	DIPIRONA SÓDICA, 500 MG, COMPRIMIDO	SOBRAL	Comprimidos / 150000	0,07	10.500,00
96	ENALAPRIL MALEATO, 10 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA FRACIONÁVEL	TEUTO	Comprimidos / 90000	0,04	3.600,00
97	ENALAPRIL MALEATO, 20 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA FRACIONÁVEL	TEUTO	Comprimidos / 120000	0,07	8.400,00
98	ENALAPRIL MALEATO, 5 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA FRACIONÁVEL	TEUTO	Comprimidos / 30000	0,06	1.800,00
99	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 10 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO 20 ML	HIPOLABOR	Frascos / 2500	7,30	18.250,00
100	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA, 10MG + 250MG, COMPRIMIDO	PHARLAB	Comprimidos / 25000	0,38	9.500,00
102	ESPIRAMICINA, 1.500.000 UI, COMPRIMIDO	SANOFI	Comprimidos / 500	4,00	2.000,00
106	FENITOÍNA SÓDICA, 100 MG, COMPRIMIDO	HIPOLABOR	Comprimidos / 10000	0,15	1.500,00
107	FENOBARBITAL SÓDICO, 100 MG, COMPRIMIDO	U QUIMICA	Comprimidos / 30000	0,09	2.700,00
108	FENOBARBITAL SÓDICO, 40 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS, FRASCO C/20ML	CRISTALIA	Frascos / 300	3,57	1.071,00
111	FLUOXETINA, 20 MG, CÁPSULA	TEUTO	Cápsulas / 80000	0,06	4.800,00
112	FOSFATO DE SÓDIO, ENEMA, FOSFATO MONOBáSICO 16% + FOSFATO DIBáSICO 6%, FRASCO 130 ML	NATULAB	Frascos / 400	4,65	1.860,00
114	GABAPENTINA, 300 MG, CÁPSULA	PRATI	Cápsulas / 1200	0,53	636,00
116	GLICEROL, 95%, SUPOSITÓRIO ADULTO	TEUTO	Unidades / 200	0,71	142,00
117	GLICEROL, 95%, SUPOSITÓRIO INFANTIL	BRASTERAPICA	Unidades / 200	0,77	154,00
120	HALOPERIDOL, 2 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL-GOTAS, FRASCO 20ML	U QUIMICA	Frascos / 100	2,45	245,00
122	HALOPERIDOL, 1 MG, COMPRIMIDO	CRISTALIA	Comprimidos / 400	0,15	60,00
126	HIDROCLOROTIAZIDA, 50 MG, COMPRIMIDO	PHARLAB	Comprimidos / 5000	0,05	250,00
128	HIDRÓXIDO DE FERRO III, EQUIVALENTE A 100MG DE FERRO III, NA FORMA COMPLEXO POLIMALTOSADO, COMPRIMIDO	TAKEDA	Comprimidos / 500	1,72	860,00
129	IBUPROFENO, 50 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 30 ML	NATULAB	Frascos / 2000	1,12	2.240,00
131	IPRATRÓPIO BROMETO, 0,25 MG/ML, SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO, FRASCO 20ML	HIPOLABOR	Frascos / 1200	0,72	864,00
132	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 5 MG, SUBLINGUAL, COMPRIMIDO	**EMS**	Comprimidos / 1500	0,30	450,00
136	LEVODOPA, ASSOCIADO À BENSERAZIDA, 200MG + 50MG, COMPRIMIDO	ROCHE	Comprimidos / 1000	1,63	1.630,00

137	LEVODOPA, ASSOCIADO À CARBIDOPA, 250MG + 25MG, COMPRIMIDO	CRISTALIA	Comprimidos / 2000	0,92	1.840,00
138	LEVOFLOXACINO, 500 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA FRACIONÁVEL	TEUTO	Comprimidos / 2000	0,60	1.200,00
139	LEVOMEPROMAZINA, 100 MG, COMPRIMIDO	CRISTALIA	Comprimidos / 6000	0,73	4.380,00
141	LEVOMEPROMAZINA, 40 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO C/20ML	CRISTALIA	Frascos / 150	9,55	1.432,50
144	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, 10%, SPRAY, FRASCO 50 ML	CRISTALIA	Frascos / 100	51,29	5.129,00
148	MEBENDAZOL, 100 MG, COMPRIMIDO	SOBRAL	Comprimidos / 4000	0,06	240,00
149	MEBENDAZOL, 20 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO C/30ML	NATULAB	Frascos / 1500	1,07	1.605,00
152	METFORMINA CLORIDRATO, 850 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA FRACIONÁVEL	PRATI	Comprimidos / 180000	0,07	12.600,00
154	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 10 MG, COMPRIMIDO	HIPOLABOR	Comprimidos / 10000	0,10	1.000,00
159	METRONIDAZOL, 100 MG/G, CREME VAGINAL, COM APLICADOR, BISNAGA 50G	TEUTO	Bisnagas / 2000	4,27	8.540,00
160	METRONIDAZOL, 250 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA FRACIONÁVEL	PRATI	Comprimidos / 12000	0,12	1.440,00
165	MORFINA, SULFATO, 10MG, COMPRIMIDO	CRISTALIA	Comprimidos / 200	0,50	100,00
166	MORFINA, SULFATO, 30MG, COMPRIMIDO	CRISTALIA	Comprimidos / 300	1,36	408,00
167	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG + 250UI/G, POMADA, BISNAGA 10G	SOBRAL	Bisnagas / 3500	1,56	5.460,00
171	NISTATINA, 100.000 UI/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 50 ML	TEUTO	Frascos / 250	2,80	700,00
174	NITROFURANTOÍNA , 100 MG, CÁPSULA	TEUTO	Cápsulas / 19600	0,12	2.352,00
181	ONDANSETRONA CLORIDRATO, 4 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA FRACIONÁVEL	BIOLAB	Comprimidos / 300	2,75	825,00
183	OXCARBAZEPINA, 300 MG, COMPRIMIDO	U QUIMICA	Comprimidos / 2000	0,67	1.340,00
184	OXCARBAZEPINA, 60 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 100ML	U QUIMICA	Frascos / 200	28,25	5.650,00
185	OXIMETAZOLINA CLORIDRATO, 0,50 MG/ML, SOLUÇÃO NASAL ADULTO, GOTAS, FRASCO 30ML	TEUTO	Frascos / 50	3,20	160,00
187	PARACETAMOL, 750 MG, COMPRIMIDO	TEUTO	Comprimidos / 100000	0,09	9.000,00
190	PAROXETINA CLORIDRATO, 20 MG, COMPRIMIDO REVESTIDOS	TEUTO	Comprimidos / 5000	0,17	850,00
191	PASTA D' ÁGUA, TALCO + GLICERINA + ÓX.ZINCO + ÁGUA DE CAL, 25% + 25% + 25% + 25%, FRASCO 100G	UNIPHAR	Frascos / 200	3,30	660,00
192	PERMANGANATO DE POTÁSSIO, 100 MG, COMPRIMIDO	UNIPHAR	Comprimidos / 3000	0,05	150,00
195	PETROLATO, LÍQUIDO, LAXATIVO, ORAL, FRASCO 100 ML	NATULAB	Frascos / 500	2,34	1.170,00
197	POLIMIXINA B, ASSOCIADA COM NEOMICINA E DEXAMETASONA, 6.000UI + 0,5% + 0,1%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 5ML	NOVARTIS	Frascos / 300	13,05	3.915,00
198	POLIMIXINA B, ASSOCIADA COM NEOMICINA E HIDROCORTISONA, 10.000UI + 5MG + 10MG/ML, SOLUÇÃO OTOLÓGICA, FRASCO 10 ML	FARMOQUMICA	Frascos / 20	11,60	232,00
199	POLIMIXINA B, ASSOCIADA COM NEOMICINA, FLUOCINOLONA E LIDOCAÍNA, 10.000 UI + 3,5 MG + 0,25 MG + 20 MG/ML, SOLUÇÃO OTOLÓGICA, FRASCO 10ML	GEOLAB	Frascos / 150	2,70	405,00
200	PREDNISOLONA FOSFATO SÓDICO, 1MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO 100ML	PRATI	Frascos / 1500	6,60	9.900,00
205	RANITIDINA CLORIDRATO, 150 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA FRACIONÁVEL	TEUTO	Comprimidos / 60000	0,14	8.400,00
206	RISPERIDONA, 1 MG, COMPRIMIDO	TEUTO	Comprimidos / 15000	0,13	1.950,00
208	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, PÓ, COMPOSTO POR: CLORETO SÓDIO 3,5G + GLICOSE 20G, + CITRATO DE SÓDIO 2,9G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5G, ENVELOPE	NATULAB	Envelopes / 10000	0,45	4.500,00
209	SALBUTAMOL, 0,4 MG/ML, XAROPE, FRASCO 100 ML	NATULAB	Frascos / 600	1,08	648,00
210	SALBUTAMOL, 100MCG/DOSE, AEROSOL ORAL, FRASCO C/200 DOSES	TEUTO	Frascos / 50	4,75	237,50
218	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO À TRIMETOPRIMA, 400MG + 80MG, COMPRIMIDO	PRATI	Comprimidos / 35000	0,11	3.850,00
220	SULFATO FERROSO, 25MG/ML DE FERRO II, SOLUÇÃO ORAL-GOTAS, FRASCO 30 ML	NATULAB	Frascos / 500	0,79	395,00
222	TENOXICAM, 20 MG, COMPRIMIDO	VITAMEDIC	Comprimidos / 40000	0,32	12.800,00
227	TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG, CÁPSULA	HIPOLABOR	Cápsulas / 3000	0,13	390,00
229	VARFARINA SÓDICA, 5 MG, COMPRIMIDO	TEUTO	Comprimidos / 1000	0,08	80,00
231	VERAPAMIL CLORIDRATO, 80 MG, COMPRIMIDO	SANVAL	Comprimidos / 4000	0,10	400,00
233	VITAMINAS DO COMPLEXO B, VITAMINAS: B1,B2,B6,B12 E PP, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS, FRASCO 20ML	ARTENATIVA	Frascos / 500	2,45	1.225,00
Total	414.847,50 (quatrocentos e catorze mil oitocentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos)				

1 – DO OBJETO

1.1 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE FARMÁCIA BÁSICA., conforme quantidades estimadas e especificações técnicas do Edital do Pregão Presencial - Sistema de Registro de Preços (SRP) supracitado.

2 – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – Este Registro de Preços tem validade de até 12 (DOZE) MESES, contados da data da sua assinatura, incluídas eventuais prorrogações, com eficácia legal após a publicação no DIÁRIO OFICIAL e demais meios, conforme exigido na legislação aplicável.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ não será obrigado(a) a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência no fornecimento em igualdade de condições.

3 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

3.1 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, não-participante do certame licitatório, também denominado carona, mediante prévia consulta junto a CPL, órgão gerenciador da ARP que indicará possíveis fornecedores e respectivos preços, obedecida a ordem de classificação e observadas as seguintes regras:

I - prévia consulta ao órgão gerenciador da ARP; e

II - observância da quantidade licitada do objeto constante da Ata e sua compatibilidade com a expectativa de compra, no exercício, pelo órgão carona, para que não ocorra fracionamento.

§ 1º. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

§ 2º. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

§ 3º. o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 4º. Órgão ou entidade que não participar de todos os lotes do registro de preços, observadas as disposições deste artigo, poderá ser carona nos demais lotes do mesmo registro de preços.

§ 5º. Poderão igualmente utilizar-se da ARP, como carona, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que observadas as condições estabelecidas neste artigo:

I - outros entes da Administração Pública; e

II - entidades privadas.

§ 6º Observado o disposto nos §§ 12 e 13 do art. 9º, as contratações dos caronas poderão ser aditadas em quantidades, na forma permitida no art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, se a respectiva Ata não tiver sido aditada.

4 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – Integram esta ARP, o edital do Pregão supracitado e seus anexos, e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s), classificada(s) no respectivo certame.

4.2 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a pelas normas constantes nas Leis n.º 8.666/93 e 10.520/02, no que couber.

4.3 – Fica eleito o Foro da Comarca Local, para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

GUAMARE/RN, 24/09/19

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeitura Municipal De Guamaré

RENDSON CARLOS SILVA DE LIMA
RDF - Distribuidora De Produtos Para Saúde LTDA

*Republicado por Incorreção

Publicado por:
Raphaella Kalliana Olegário de Lima
Código Identificador:9A04F5B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 66.1/2019

No dia 02/10/19, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.184.442/0001-47, situado(a) no(a) RUA LUIZ DE SOUZA MIRANDA, Nº 116 - CENTRO - GUAMARÉ/RN - CEP: 59.598-000, representado neste ato pelo(a) Sr(a) FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES, inscrito no CPF n° 03231343437, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e de modo subsidiário, da Lei nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 046/2010, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) N° 072/2019, homologado em 01/10/19, resolve registrar o preço oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos:

Empresa: PROROUPAS CONFECCOES LTDA (00.556.225/0001-29)	
CNPJ: 00.556.225/0001-29	Telefones: (61) 33546222
Endereço: Q QI, NÚMERO 02; LOTE 31/33 LOJA 02/03; CEP 72.135020; BAIRRO/DISTRITO TAGUATINGA; MUNICÍPIO BRASILIA UF DF	
Representante Legal: SILVERIO SILVA FONSECA NETO	
RG: 2624429 SSP DF	CPF: 024.482.771-09
Email: proroupas@gmail.com	

Item	Objeto	Marca/Modelo	Unidade/Qtd	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
6	COD.151064 - Calça enxuta com 2 unidades Marca de referência: Volzen, Bia Baby ou similar.	CHUMBINHO	CONJ / 300	11,99	3.597,00
31	COD.241305 - Fraldas tecido 100% algodão, tecido duplo, macio e absorvente, estampado, medindo 70x70cm, pct c/ 5 und. Marca de Referência: Cremer, Baby Dengo ou similar.	PAPI	Pacote / 310	14,69	4.553,90
33	COD.241204 - Jogo de berço, fronha, lençol de elástico e lençol. Marca de Referência: Santista, Tathy Baby ou similar.	PAPI	Jogo / 310	24,48	7.588,80
37	COD.55778 - Kit Roupa de Bebe, peças body manga longa e mijão sem pé,100% algodão. Marca de Referência: Soneca e Cia, Alegrinhos babys ou similar.	CHUMBINHO	kit / 310	23,55	7.300,50
40	COD.103993 - Mantas de fustão, 100% algodão, medindo aproximadamente 1,10mx85cm, cores claras e diversas estampado e liso, pacote com 01 unidade. Marca de Referência: Baby Arte Brasil, Ugui Bugui ou similar.	PROROUPAS	Und / 310	21,68	6.720,80
41	COD.298366 - Meias, Kit composto por 03 meias básica, produzidas em algodão, tam. 16/20, para bebê. Marca de Referência: Lupo, Pipolho ou similar.	RATIMBUM	kit / 310	9,19	2.848,90
Total	32.609,90 (trinta e dois mil seiscentos e nove reais e noventa centavos)				

1 – DO OBJETO
1.1 – aquisições de material de higiene pessoal, destinados a Secretaria Municipal de Assistência Social de Guamaré, conforme quantidades estimadas e especificações técnicas do Edital do Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) supracitado.

2 – DA VALIDADE DOS PREÇOS
2.1 – Este Registro de Preços tem validade de até 12 (DOZE) MESES, contados da data da sua assinatura, incluídas eventuais prorrogações, com eficácia legal após a publicação no DIÁRIO OFICIAL e demais meios, conforme exigido na legislação aplicável.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ não será obrigado(a) a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência no fornecimento em igualdade de condições.

3 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

3.1 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, não-participante do certame licitatório, também denominado carona, mediante prévia consulta junto a CPL, órgão gerenciador da ARP que indicará possíveis fornecedores e respectivos preços, obedecida a ordem de classificação e observadas as seguintes regras:

I - prévia consulta ao órgão gerenciador da ARP; e

II - observância da quantidade licitada do objeto constante da Ata e sua compatibilidade com a expectativa de compra, no exercício, pelo órgão carona, para que não ocorra fracionamento.

§ 1º. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

§ 2º. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

§ 3º. o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 4º. Órgão ou entidade que não participar de todos os lotes do registro de preços, observadas as disposições deste artigo, poderá ser carona nos demais lotes do mesmo registro de preços.

§ 5º. Poderão igualmente utilizar-se da ARP, como carona, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que observadas as condições estabelecidas neste artigo:

I - outros entes da Administração Pública; e

II - entidades privadas.

§ 6º Observado o disposto nos §§ 12 e 13 do art. 9º, as contratações dos caronas poderão ser aditadas em quantidades, na forma permitida no art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, se a respectiva Ata não tiver sido aditada.

4 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
4.1 – Integram esta ARP, o edital do Pregão supracitado e seus anexos, e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s), classificada(s) no respectivo certame.

4.2 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a pelas normas constantes nas Leis n.º 8.666/93 e 10.520/02, no que couber.

4.3 – Fica eleito o Foro da Comarca Local, para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

GUAMARE/RN, 02/10/19

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeitura Municipal De Guamaré

SILVERIO SILVA FONSECA NETO
Proroupas Confeccoes LTDA

Publicado por:
Raphaella Kalliana Olegário de Lima
Código Identificador:2269A137

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 66.3/2019

No dia 02/10/19, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.184.442/0001-47, situado(a) no(a) RUA LUIZ DE SOUZA MIRANDA, Nº 116 - CENTRO - GUAMARÉ/RN - CEP: 59.598-000, representado neste ato pelo(a) Sr(a) FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES, inscrito no CPF n° 03231343437, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e de modo subsidiário, da Lei nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 046/2010, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) N° 072/2019, homologado em 01/10/19, resolve registrar o preço oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos:

Empresa: CAVALCANTE & CIA LTDA - EPP (10.655.938/0001-01)	
CNPJ: 10.655.938/0001-01	Telefones: (84) 3663-2045
Endereço: AV. FRONTEIREAS, Nº 65 -LOJA 07 - BAIRRO IGAPÓ - NATAL/RN - CEP: 59.104-345	
Representante Legal: FAUSTO CAVALCANTE DA SILVA JUNIOR	
RG: 001.063.339	CPF: 671.046.224-20
Email: licitacao@trevoecia.com.br	

Item	Objeto	Marca/Modelo	Unidade/Qtd	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
3	COD.279727 - Algodão, bolas de algodão, 100% hidrófilo, com 50g. Marca de referência: Apolo, Topz ou similar.	NEVOA	Pacote / 20	2,65	53,00
16	COD.372527 - Creme dental adulto, contém 90 g. Marca de Referência: Colgate, Oral B ou similar.	FREE DENT	Und / 100	1,71	171,00
17	COD.372452 - Creme dental infantil, contém 50 g. Marca de Referência: Tandy, Oral B ou similar.	TRALALÁ	Und / 50	4,77	238,50
23	COD.438150 - Escova de dente adulto, clássica. Marca de Referência: Colgate, Oral B ou similar.	KESS	Und / 80	1,68	134,40
24	COD.438149 - Escova de dente infantil, clássica. Marca de Referência: Colgate, Oral B ou similar	KESS	Und / 80	2,56	204,80
25	COD.225325 - Escova para cabelo, oval.	RICCA	Und / 20	15,32	306,40
26	cod.419560 - Fio dental, contém 50 metros. Marca de Referência: Colgate, Oral B ou similar.	KESS	Und / 15	6,40	96,00
27	COD.425353 - Fralda descartável, composição pulpa de celulosa, polímero sub absorvente, película de polietileno. Tamanho P (3 a 6 kg) em pacote com 60 unidades aproximadamente. Marca de Referência: Huggies, Mamy poko ou similar.	KESSES	Pacote / 350	31,88	11.158,00
32	COD.367385 - Hidratante corporal, contém 200 ml. Marca de Referência: Monange, Nivea ou similar.	PAIXÃO	Und / 120	11,50	1.380,00
38	COD.434965 - Lenços umedecidos, contém 50 unidades, 20cm x 15 cm. Marca de referência: Granado ou similar.	KISSES	Pacote / 310	2,82	874,20
42	COD.226368 - Mini lixa para unhas, medida 13 cm, pacote com 100 unidades.	SANTA CLARA	Pacote / 10	10,49	104,90
45	COD.343653 - Pente fino, para tratamento de piolhos.	SANTA CLARA	Und / 50	1,51	75,50
46	COD.437511 - Pente para cabelo, tradicional.	SANTA CLARA	Und / 20	4,15	83,00
47	COD.454046 - Pinça, para sobrancelha, em aço inox, comprimento: 7 cm, largura: 0,5 cm, altura: 1,1 cm e peso: 60 g.	MEHEJE	Und / 10	3,00	30,00
48	COD.74527 - Prestobarba, com duas lâminas. Marca de Referência: Gillette, Probak ou similar.	PROBACK	Und / 120	2,76	331,20
52	COD.384525 - Sabonete líquido, contém 1 litro. Marca de Referência: Protex ou similar.	QLIMPO	Und / 30	10,00	300,00
59	COD.224959 - Tesoura, para cortar unhas com curva e ponta fina. Material: aço Medida da tesoura: 9 cm de altura x 4 cm de largura.	RICCA	Und / 10	13,89	138,90
Total	15.679,80 (quinze mil seiscentos e setenta e nove reais e oitenta centavos)				

1 – DO OBJETO
1.1 – aquisições de material de higiene pessoal, destinados a Secretaria Municipal de Assistência Social de Guamaré, conforme quantidades estimadas e especificações técnicas do Edital do Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) supracitado.

2 – DA VALIDADE DOS PREÇOS
2.1 – Este Registro de Preços tem validade de até 12 (DOZE) MESES, contados da data da sua assinatura, incluídas eventuais prorrogações, com eficácia legal após a publicação no DIÁRIO OFICIAL e demais meios, conforme exigido na legislação aplicável.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ não será obrigado(a) a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência no fornecimento em igualdade de condições.

3 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

3.1 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, não-participante do certame licitatório, também denominado carona, mediante prévia consulta junto a CPL, órgão gerenciador da ARP que indicará possíveis fornecedores e respectivos preços, obedecida a ordem de classificação e observadas as seguintes regras:

I - prévia consulta ao órgão gerenciador da ARP; e

II - observância da quantidade licitada do objeto constante da Ata e sua compatibilidade com a expectativa de compra, no exercício, pelo órgão carona, para que não ocorra fracionamento.

§ 1º. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

§ 2º. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

§ 3º. o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 4º. Órgão ou entidade que não participar de todos os lotes do registro de preços, observadas as disposições deste artigo, poderá ser carona nos demais lotes do mesmo registro de preços.

§ 5º. Poderão igualmente utilizar-se da ARP, como carona, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que observadas as condições estabelecidas neste artigo:

I - outros entes da Administração Pública; e

II - entidades privadas.

§ 6º Observado o disposto nos §§ 12 e 13 do art. 9º, as contratações dos caronas poderão ser aditadas em quantidades, na forma permitida no art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, se a respectiva Ata não tiver sido aditada.

4 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
4.1 – Integram esta ARP, o edital do Pregão supracitado e seus anexos, e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s), classificada(s) no respectivo certame.

4.2 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a pelas normas constantes nas Leis n.º 8.666/93 e 10.520/02, no que couber.

4.3 – Fica eleito o Foro da Comarca Local, para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

GUAMARE/RN, 02/10/19

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeitura Municipal De Guamaré

FAUSTO CAVALCANTE DA SILVA JUNIOR
Cavalcante & Cia LTDA - EPP

Publicado por:
Raphaella Kalliana Olegário de Lima
Código Identificador:2CDB45A9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO PARCIAL DA PROVA DE TÍTULO - IPANGUAÇU/RN

Fundação Vale do Piauí - PI									
Rua Benjamin Constant, 2082 - Norte - Centro									
CNPJ: 04.751.944/0001-51									
RESULTADO PARCIAL DA PROVA DE TÍTULOS									
Concurso : 0476 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUACU RN									
CARGOS SEM CANDIDATOS CLASSIFICADOS									
0021	FARMACEUTICO								
0029	OFICINEIRO DE ESPORTE								
Total de registros impressos :	2								
Fundação Vale do Piauí - PI									
Rua Benjamin Constant, 2082 - Norte - Centro									
CNPJ: 04.751.944/0001-51									
RESULTADO PARCIAL DA PROVA DE TÍTULOS									
Concurso : 0476 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUACU RN									
Listagem dos Candidatos									
0001	**PROFESSOR LINGUA PORTUGUESA**								
Ordem	**Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Identidade**	**Nascimento**	**Objetiv**	**Especí**	**Título**	**Total**	**Situação**
1	**100316**	LUCELIA PATRICIA DA COSTA RIBEIRO	2898998	15/06/1991	0,00	0,00	51,00	**51,00**	Classificado
2	**100510**	ANTONIA DARIA DO NASCIMENTO	002.749.626	12/12/1995	0,00	0,00	27,00	**27,00**	Classificado
3	**100616**	ANDREIA MARIA DE MORAIS	002012952	18/01/1980	0,00	0,00	26,00	**26,00**	Classificado
Total do Cargo :									3
Fundação Vale do Piauí - PI									
Rua Benjamin Constant, 2082 - Norte - Centro									
CNPJ: 04.751.944/0001-51									
RESULTADO PARCIAL DA PROVA DE TÍTULOS									
Concurso : 0476 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUACU RN									
0002	**PROFESSOR LÍNGUA INGLESA**								
Ordem	**Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Identidade**	**Nascimento**	**Objetiv**	**Especí**	**Título**	**Total**	**Situação**
1	**100568**	VIVIANNE CALDAS DE SOUZA DANTAS	2898445	06/09/1993	0,00	0,00	19,00	**19,00**	Classificado
Total do Cargo :									1
0003	**PROFESSOR MATEMÁTICA**								
Ordem	**Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Identidade**	**Nascimento**	**Objetiv**	**Especí**	**Título**	**Total**	**Situação**
1	**100418**	FELIPE BARBOSA DE SOUSA	002015690	15/06/1986	0,00	0,00	41,00	**41,00**	Classificado
2	**100014**	TAMARA TAVARES DE MELO	2789477	03/08/1992	0,00	0,00	11,00	**11,00**	Classificado
Total do Cargo :									2
0004	**PROFESSOR CIÊNCIAS**								
Ordem	**Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Identidade**	**Nascimento**	**Objetiv**	**Especí**	**Título**	**Total**	**Situação**
1	**100268**	RENATO ALLAN NAVARRO ANDRADE	2667176	10/04/1984	0,00	0,00	51,00	**51,00**	Classificado
2	**100501**	CINTIA FONSECA DE OLIVEIRA	002575715	15/04/1991	0,00	0,00	38,00	**38,00**	Classificado
3	**100398**	CLARA CRISTINA BEZERRA DE LIMA	003157879	23/01/1995	0,00	0,00	23,00	**23,00**	Classificado
4	**100104**	FRANCISCA FRANCILENE CANDIDO DE	003036130	05/06/1997	0,00	0,00	13,00	**13,00**	Classificado
5	**100643**	ANA CAROLINE BARBALHO RODRIGUES	2575593	21/11/1994	0,00	0,00	10,00	**10,00**	Classificado
6	**100387**	ISABEL JOANE DO NASCIMENTO DE ARAUJO	0022728516	13/04/1994	0,00	0,00	2,00	**2,00**	Classificado
Total do Cargo :									6
0005	**PROFESSOR HISTÓRIA**								
Ordem	**Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Identidade**	**Nascimento**	**Objetiv**	**Especí**	**Título**	**Total**	**Situação**
1	**100649**	SUELDA VARELA CALDAS	562221	05/03/1962	0,00	0,00	39,00	**39,00**	Classificado
2	**100208**	VANIA KARLA DANTAS RICARDO	002473542	03/10/1986	0,00	0,00	35,00	**35,00**	Classificado
3	**100619**	JOSE GUSTAVO DE SOUZA BEZERRA	002590187	11/11/1987	0,00	0,00	19,00	**19,00**	Classificado

4	**100588**	GUILHERME DARLAN VARELA DOS SANTOS	002700393	21/06/1992	0,00	0,00	15,00	**15,00**	Classificado
5	**100621**	RAYRANNE RIBEIRO BARRETO	2575646	26/09/1987	0,00	0,00	10,00	**10,00**	Classificado
6	**100016**	CAMILA FERNANDA DA FONSECA GALIZI	002670393	21/10/1997	0,00	0,00	10,00	**10,00**	Classificado
7	**100192**	ERICLIS DANTAS DE OLIVEIRA	003130560	08/03/1996	0,00	0,00	9,00	**9,00**	Classificado
8	**100461**	PAULO MARCIO RODRIGUES PEREIRA	002433826	12/08/1985	0,00	0,00	8,00	**8,00**	Classificado
9	**100515**	LAYS MONYCH COSTA VIEIRA	002749601	12/03/1988	0,00	0,00	6,00	**6,00**	Classificado
10	**100011**	JANIELBSON KEVIN RIBEIRO DA SILVA	002643047	24/04/1993	0,00	0,00	2,00	**2,00**	Classificado
Total do Cargo :									10
0006	**PROFESSOR GEOGRAFIA**								
Ordem	**Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Identidade**	**Nascimento**	**Objetiv**	**Especí**	**Título**	**Total**	**Situação**
1	**100562**	ERMINIO CLEMENTINO DE MELO NETO	473834	22/06/1961	0,00	0,00	54,00	**54,00**	Classificado
2	**100544**	LUILSON LUCAS DE MELO	2856441	11/03/1994	0,00	0,00	36,00	**36,00**	Classificado
3	**100472**	MARIA VANUZIA DA SILVA COSTA	001796222	15/02/1976	0,00	0,00	32,00	**32,00**	Classificado
4	**100116**	MARCIO CRISTIANO DA SILVA	2898601	22/09/1995	0,00	0,00	20,00	**20,00**	Classificado
5	**100513**	YANA KARINA DE LIMA SOUZA	2898860	28/05/1995	0,00	0,00	20,00	**20,00**	Classificado
6	**100105**	ANTONIO ELIELSON TAVARES GONZAGA	002898622	27/03/1995	0,00	0,00	9,00	**9,00**	Classificado
Total do Cargo :									6
0007	**PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA**								
Ordem	**Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Identidade**	**Nascimento**	**Objetiv**	**Especí**	**Título**	**Total**	**Situação**
1	**100094**	KARINA HELENA DE MEDEIROS	1762167	24/01/1979	0,00	0,00	6,00	**6,00**	Classificado
2	**100578**	FRANCISCO RODRIGUES DA FONSECA NETO	2898890	20/10/1994	0,00	0,00	1,00	**1,00**	Classificado
Total do Cargo :									2
0008	**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E 1° AO 5° ANO**								
Ordem	**Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Identidade**	**Nascimento**	**Objetiv**	**Especí**	**Título**	**Total**	**Situação**
1	**100159**	WIVINA DAYANE NASCIMENTO LOPES	3165239	26/01/1989	0,00	0,00	54,00	**54,00**	Classificado
2	**100096**	WEVERSON WALDONES FAUSTINO	002789236	28/06/1999	0,00	0,00	53,00	**53,00**	Classificado
3	**100669**	SARAH APOLIANA DA SILVA BANDEIRA	002297948	19/10/1983	0,00	0,00	50,00	**50,00**	Classificado
4	**100429**	JOSE BORGES FILHO	001474484	06/09/1972	0,00	0,00	48,00	**48,00**	Classificado
5	**100542**	VANDERLANIA DANTAS RICARDO	002995736	13/08/1991	0,00	0,00	47,00	**47,00**	Classificado
6	**100099**	GEORGIA NOGUEIRA GALDINO	2765667	03/06/1994	0,00	0,00	45,00	**45,00**	Classificado
7	**100478**	ROSILENE BEZERRA DA CUNHA	1518739	28/04/1974	0,00	0,00	44,00	**44,00**	Classificado
8	**100628**	ALDILENE CONSTANTINO LOPES	001894411	15/03/1979	0,00	0,00	42,00	**42,00**	Classificado
9	**100209**	MARIA HILDERICA RODRIGUES DA SILVA	742116	19/10/1964	0,00	0,00	35,00	**35,00**	Classificado
10	**100565**	MARIA GERALDA DA COSTA	1760262	03/10/1976	0,00	0,00	34,00	**34,00**	Classificado
11	**100035**	LETICIA INGRID DE OLIVEIRA BARBOSA	002898873	07/02/1996	0,00	0,00	32,00	**32,00**	Classificado
12	**100414**	MARIA DA CONCEICAO GONCALVES	001491797	05/10/1974	0,00	0,00	31,00	**31,00**	Classificado
13	**100463**	ANA PATRICIA DE MORAIS	002445831	06/03/1985	0,00	0,00	28,00	**28,00**	Classificado
14	**100312**	MARIA ADEGNELVA FERREIRA SILVA	002278798	16/11/1981	0,00	0,00	26,00	**26,00**	Classificado
15	**100656**	RONNISTAINE PEREIRA DE MELO	002386404	08/09/1984	0,00	0,00	26,00	**26,00**	Classificado
16	**100128**	MILDACYR ALVES PEREIRA SILVA	605.898	05/12/1964	0,00	0,00	24,00	**24,00**	Classificado
17	**100165**	MARY VANIA RODRIGUES DOS SANTOS	1075182	07/04/1968	0,00	0,00	22,00	**22,00**	Classificado
18	**100434**	ULIMARIA AUGUSTA DE SOUSA IZIDRO	002007140	04/11/1981	0,00	0,00	22,00	**22,00**	Classificado
19	**100027**	CARLA SANDRA CALDAS DE SOUZA	002.733.320	04/12/1966	0,00	0,00	21,00	**21,00**	Classificado
20	**100556**	OSNARA RIBEIRO DA SILVA	2012796	14/02/1982	0,00	0,00	20,00	**20,00**	Classificado
21	**100117**	JACQUELLINY ANNICHELLY FONSECA	002524649	20/07/1985	0,00	0,00	18,00	**18,00**	Classificado
22	**100657**	GISLAINE SILVA DA FONSECA	002954620	23/01/1992	0,00	0,00	17,00	**17,00**	Classificado
23	**100095**	JANAINA GONCALVES PESSOA	002892549	15/04/1995	0,00	0,00	17,00	**17,00**	Classificado
24	**100093**	ANA LEIDIANA DA SILVA LEMOS	002560665	28/06/1988	0,00	0,00	15,00	**15,00**	Classificado
25	**100052**	FERNANDA FONSECA DE OLIVEIRA MOURA	002.899.064	05/01/1995	0,00	0,00	14,00	**14,00**	Classificado
26	**100342**	NATALIA JESSICA GONZAGA DE OLIVEIRA	002575579	30/12/1989	0,00	0,00	13,00	**13,00**	Classificado
27	**100522**	FRANCISCA PAULA DE SOUZA	002105403	14/04/1982	0,00	0,00	12,00	**12,00**	Classificado
28	**100587**	MORGANA SILVA DE MOURA	200900904494	29/07/1980	0,00	0,00	5,00	**5,00**	Classificado
29	**100627**	NIELISON DOUGLAS DA COSTA	003036761	27/01/1992	0,00	0,00	2,00	**2,00**	Classificado
30	**100224**	MARIA DE LOURDES COSME	002269220	11/02/1983	0,00	0,00	1,00	**1,00**	Classificado
Total do Cargo :									30
0009	**PROFESSOR DE LIBRAS**								
Ordem	**Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Identidade**	**Nascimento**	**Objetiv**	**Especí**	**Título**	**Total**	**Situação**
1	**100499**	MARCIA PEREIRA DE SOUSA	162971520001-	13/10/1986	0,00	0,00	59,00	**59,00**	Classificado
2	**100668**	ELYDA CAROLINE DE SOUZA SILVA	003338367	19/04/1997	0,00	0,00	8,00	**8,00**	Classificado
3	**100447**	JORGE WILLAME XAVIER MONTEIRO	002776500	01/05/1990	0,00	0,00	6,00	**6,00**	Classificado
Total do Cargo :									3
0010	**NUTRICIONISTA - SEDUC**								
Ordem	**Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Identidade**	**Nascimento**	**Objetiv**	**Especí**	**Título**	**Total**	**Situação**
1	**100378**	ANIELLY MAYARA DANTAS DOS SANTOS	002575708	14/06/1990	0,00	0,00	26,00	**26,00**	Aprovado
Total do Cargo :									1
0011	**SECRETÁRIO ESCOLAR**								
Ordem	**Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Identidade**	**Nascimento**	**Objetiv**	**Especí**	**Título**	**Total**	**Situação**
1	**100432**	JULIANA GALDINO DOS SANTOS	1591591	04/05/1977	0,00	0,00	36,00	**36,00**	Aprovado
2	**100075**	MICHELE MARIA DANTAS DE MEDEIROS	1880171	10/05/1979	0,00	0,00	35,00	**35,00**	Aprovado
3	**100674**	ADRIANA KARLA BARBALHO PEREIRA	2012795	14/03/1982	0,00	0,00	21,00	**21,00**	Aprovado
4	**100580**	MARIA NAZARE DO NASCIMENTO	001958214	05/10/1981	0,00	0,00	10,00	**10,00**	Aprovado
5	**100393**	FRANCISCA LUCIETE ALVES DE ARAUJO	919321	26/05/1968	0,00	0,00	8,00	**8,00**	Classificado
6	**100184**	BRUNA MIKAELLI DE OLIVEIRA	003.307.032	30/10/1994	0,00	0,00	8,00	**8,00**	Classificado
7	**100204**	FRANCISCA LIGIA DE ARAUJO	002872363	04/10/1991	0,00	0,00	7,00	**7,00**	Classificado
8	**100181**	ALANA KARLA DE SOUZA MELO DA SILVA	002764939	28/03/1988	0,00	0,00	6,00	**6,00**	Classificado
9	**100207**	JOALIS BARBALHO DE SOUZA	3165167	30/11/1996	0,00	0,00	4,00	**4,00**	Classificado
10	**100223**	MARIA DA CONCEICAO BEZERRA	2898849	17/04/1988	0,00	0,00	2,00	**2,00**	Classificado
11	**100182**	DELZIRA OLIVEIRA SILVA MACIEL DE SOUSA	1884782	16/03/1971	0,00	0,00	1,00	**1,00**	Classificado
12	**100411**	TURENE DE FRANCA SANTOS	1595089	14/05/1975	0,00	0,00	1,00	**1,00**	Classificado
13	**100623**	RAFAEL MIRANDA DE MELO	2603327	16/12/1987	0,00	0,00	1,00	**1,00**	Classificado
14	**100149**	JOAO BATISTA SENA NETO	003531598	15/12/1999	0,00	0,00	1,00	**1,00**	Classificado
Total do Cargo :									14
0012	**FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA**								
Ordem	**Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Identidade**	**Nascimento**	**Objetiv**	**Especí**	**Título**	**Total**	**Situação**
1	**100636**	ANTONIO MARCOS FERNANDES	001857549	08/02/1981	0,00	0,00	14,00	**14,00**	Aprovado
2	**100601**	MARIA DE FATIMA GOMES DE SOUZA	002254264	04/02/1982	0,00	0,00	2,00	**2,00**	Classificado
Total do Cargo :									2
0013	**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE/ILHA GRANDE**								
Ordem	**Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Identidade**	**Nascimento**	**Objetiv**	**Especí**	**Título**	**Total**	**Situação**

1	**100271**	LUANA MARTINS DA SILVA	002898968	22/11/1995	0,00	0,00	25,00	**25,00**	Aprovado
2	**100662**	DAMIANA BARRETO DE SOUZA	002012999	05/01/1982	0,00	0,00	16,00	**16,00**	Aprovado
3	**100326**	CRISLEIDE ILDIMA SILVA DE SIQUEIRA	2575574	29/08/1991	0,00	0,00	14,00	**14,00**	Classificado
4	**100144**	REJANE MARIA DE AQUINO ALVES	001229514	18/05/1973	0,00	0,00	10,00	**10,00**	Classificado
5	**100645**	DIANA CARLA FONSECA DOS SANTOS	003028813	27/02/1994	0,00	0,00	7,00	**7,00**	Classificado
6	**100491**	GERUSA ROCHA BARBOSA ALVES	001906608	12/12/1979	0,00	0,00	4,00	**4,00**	Classificado
7	**100583**	MARIA DE LOURDES RODRIGUES	002012831	28/10/1981	0,00	0,00	2,00	**2,00**	Classificado
8	**100238**	AMANDA DANILLA SARAIVA VARELA DE LIMA	001860544	15/10/1985	0,00	0,00	2,00	**2,00**	Classificado
9	**100042**	LIDIANE FONSECA PINTO	002547176	13/06/1986	0,00	0,00	2,00	**2,00**	Classificado
Total do Cargo :									9

0014	**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE/PEDRINHAS**								
Ordem	**Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Identidade**	**Nascimento**	**Objetiv**	**Especí**	**Título**	**Total**	**Situação**
1	**100536**	LUZIVANIA CALIANE DE SOUZA SIQUEIRA	002391627	01/05/1985	0,00	0,00	16,00	**16,00**	Aprovado
2	**100555**	ELIOMAR BATISTA DE OLIVEIRA	1997252	21/08/1981	0,00	0,00	9,00	**9,00**	Aprovado
Total do Cargo :									2

0015	**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE/PATAXÓ**								
Ordem	**Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Identidade**	**Nascimento**	**Objetiv**	**Especí**	**Título**	**Total**	**Situação**
1	**100220**	ANDERSON VERISSIMO OLIVEIRA NETO	002898709	21/08/1995	0,00	0,00	26,00	**26,00**	Aprovado
2	**100229**	ANDRESSA THAIS VERISSIMO DE SOUZA	003165308	24/08/1996	0,00	0,00	26,00	**26,00**	Classificado
Total do Cargo :									2

0016	**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE/CENTRO**								
Ordem	**Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Identidade**	**Nascimento**	**Objetiv**	**Especí**	**Título**	**Total**	**Situação**
1	**100380**	CARLINYKA MARIANO RIBEIRO	002575750	02/07/1991	0,00	0,00	26,00	**26,00**	Aprovado
2	**100231**	ANTONIO FREIRE DE CARVALHO NETO	002.749.320	01/01/1997	0,00	0,00	26,00	**26,00**	Aprovado
3	**100061**	VINICIUS ARAUJO DA COSTA	003.130.355	25/01/1999	0,00	0,00	26,00	**26,00**	Classificado
4	**100511**	ELIZANGELA SOARES DA COSTA	001852843	02/03/1977	0,00	0,00	3,00	**3,00**	Classificado
Total do Cargo :									4

0017	**AGENTE DE ENDEMIAS**								
Ordem	**Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Identidade**	**Nascimento**	**Objetiv**	**Especí**	**Título**	**Total**	**Situação**
1	**100044**	RAIMUNDA DE LIMA NASCIMENTO	002208468	27/08/1979	0,00	0,00	2,00	**2,00**	Aprovado
2	**100030**	EUGENIO RODRIGUES DOS SANTOS	002372233	07/06/1985	0,00	0,00	1,00	**1,00**	Classificado
Total do Cargo :									2

0018	**DIGITADOR - SMS**								
Ordem	**Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Identidade**	**Nascimento**	**Objetiv**	**Especí**	**Título**	**Total**	**Situação**
1	**100121**	GILBERTO BATISTA DA SILVA	002329081	21/05/1999	0,00	0,00	30,00	**30,00**	Aprovado
2	**100642**	RAYANARA RIBEIRO BARRETO SOUSA	002575718	14/06/1993	0,00	0,00	25,00	**25,00**	Aprovado
3	**100145**	ANGELO FONSECA NETO	3121240	08/04/1998	0,00	0,00	24,00	**24,00**	Classificado
4	**100012**	ANTONIO MARCOS FERREIRA DA COSTA	002560822	29/04/1988	0,00	0,00	20,00	**20,00**	Classificado
5	**100360**	PAMARA PALOMA DE OLIVEIRA	002969847	01/01/1991	0,00	0,00	7,00	**7,00**	Classificado
6	**100531**	WILLIENY RILARI SILVA FRUTUOSO	003509408	05/05/1999	0,00	0,00	7,00	**7,00**	Classificado
7	**100040**	ANALINI FRUTUOSO	003398403	15/10/1996	0,00	0,00	1,00	**1,00**	Classificado
Total do Cargo :									7

0019	**AGENTE ADMINISTRATIVO - SMS**								
Ordem	**Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Identidade**	**Nascimento**	**Objetiv**	**Especí**	**Título**	**Total**	**Situação**
1	**100492**	ANA WALESKA ARAUJO FONSECA	002012836	10/12/1982	0,00	0,00	42,00	**42,00**	Aprovado
2	**100193**	BRUNA MIKELANJA DE OLIVEIRA	003.423.377	14/11/1995	0,00	0,00	7,00	**7,00**	Aprovado
3	**100234**	RITA MAYSLLA PINHEIRO	003561403	25/10/1999	0,00	0,00	4,00	**4,00**	Classificado
4	**100053**	RARIADJYNE MIKAELE DE LIMA BARBOSA	003652512	26/10/1999	0,00	0,00	2,00	**2,00**	Classificado
Total do Cargo :									4

0020	**TÉCNICO DE ENFERMAGEM**								
Ordem	**Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Identidade**	**Nascimento**	**Objetiv**	**Especí**	**Título**	**Total**	**Situação**
1	**100485**	FRANCINETI PEREIRA DA COSTA SOBRINHO	1894943	20/11/1975	0,00	0,00	36,00	**36,00**	Aprovado
2	**100087**	ANGELA MARIA GOMES	62930872-X	07/07/1990	0,00	0,00	32,00	**32,00**	Aprovado
3	**100028**	THALITA MARIA DE MELO GONZAGA LOPES	1950980	05/02/1984	0,00	0,00	28,00	**28,00**	Classificado
4	**100020**	EVILANIA MARIA FONSECA GALVAO	1489843	01/04/1975	0,00	0,00	26,00	**26,00**	Classificado
5	**100172**	MARIA MADALENA DA COSTA FONSECA	001229049	21/12/1970	0,00	0,00	22,00	**22,00**	Classificado
6	**100448**	DALVACI VICENTE DA SILVA	002423512	30/06/1982	0,00	0,00	22,00	**22,00**	Classificado
7	**100543**	GESSICA CRISTINA DA FONSECA	2565231	30/03/1991	0,00	0,00	10,00	**10,00**	Classificado
8	**100352**	MARLUCE DO NASCIMENTO	1081982	07/02/1968	0,00	0,00	8,00	**8,00**	Classificado
9	**100078**	MARIA DA CONCEICAO PAULINO	2700011	23/04/1983	0,00	0,00	8,00	**8,00**	Classificado
10	**100664**	FRANCISCA VANDERLEIA DOS SANTOS	002579711	11/04/1988	0,00	0,00	6,00	**6,00**	Classificado
11	**100300**	RONDINELE MEDEIROS DE ARAUJO	002504803	27/09/1980	0,00	0,00	2,00	**2,00**	Classificado
Total do Cargo :									11

0022	**ASSISTENTE SOCIAL**								
Ordem	**Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Identidade**	**Nascimento**	**Objetiv**	**Especí**	**Título**	**Total**	**Situação**
1	**100460**	LOURENA BEZERRA DE AMORIM	2323421	03/05/1985	0,00	0,00	32,00	**32,00**	Aprovado
Total do Cargo :									1

0023	**PSICÓLOGO**								
Ordem	**Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Identidade**	**Nascimento**	**Objetiv**	**Especí**	**Título**	**Total**	**Situação**
1	**100579**	JOSE VALCENIR DE LIMA	200202920327	17/07/1984	0,00	0,00	30,00	**30,00**	Aprovado
2	**100584**	THAYANE ADALICE ANANIAS	002968054	14/03/1992	0,00	0,00	28,00	**28,00**	Classificado
3	**100365**	AMANDA FEITOSA FERNANDES	MG15676999	26/04/1990	0,00	0,00	3,00	**3,00**	Classificado
Total do Cargo :									3

0024	**CADASTRADOR DO CADÚNICO**								
Ordem	**Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Identidade**	**Nascimento**	**Objetiv**	**Especí**	**Título**	**Total**	**Situação**
1	**100465**	JANE CLEIDE FONSECA DOS SANTOS	1423122	10/06/1972	0,00	0,00	20,00	**20,00**	Aprovado
Total do Cargo :									1

0025	**DIGITADOR - SMAS**								
Ordem	**Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Identidade**	**Nascimento**	**Objetiv**	**Especí**	**Título**	**Total**	**Situação**
1	**100026**	GILSON SOARES DE MEDEIROS	2575580	26/10/1994	0,00	0,00	38,00	**38,00**	Aprovado
2	**100168**	ARTHUR GUILHERME TAVARES	003.188.018	16/06/1999	0,00	0,00	10,00	**10,00**	Classificado
3	**100506**	VIVIANE DE OLIVEIRA SILVA	3091850	14/01/2000	0,00	0,00	6,00	**6,00**	Classificado
4	**100484**	RITA DILMA DE ALCANTARA NETA	003465055	01/12/1998	0,00	0,00	3,00	**3,00**	Classificado
Total do Cargo :									4

0026	**OFICINEIRO DE DANÇA**								
Ordem	**Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Identidade**	**Nascimento**	**Objetiv**	**Especí**	**Título**	**Total**	**Situação**
1	**100592**	FRANCISCO KLECIO FONSECA RIBEIRO	002665346	05/10/1992	0,00	0,00	20,00	**20,00**	Aprovado

Total do Cargo :									1
0027	**OFICINEIRO DE MÚSICA**								
Ordem	**Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Identidade**	**Nascimento**	**Objetiv**	**Especí**	**Título**	**Total**	**Situação**
1	**100213**	MANOEL CLEYTSON VIEIRA	2898865	19/04/1994	0,00	0,00	10,00	**10,00**	Aprovado
Total do Cargo :									1
0028	**OFICINEIRO DE TEATRO**								
Ordem	**Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Identidade**	**Nascimento**	**Objetiv**	**Especí**	**Título**	**Total**	**Situação**
1	**100625**	KAIQUE SOUZA DA FONSECA	002.898.598	10/10/1993	0,00	0,00	26,00	**26,00**	Aprovado
Total do Cargo :									1
0030	**ORIENTADOR SOCIAL**								
Ordem	**Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Identidade**	**Nascimento**	**Objetiv**	**Especí**	**Título**	**Total**	**Situação**
1	**100620**	MARIA LETUZIA DO NASCIMENTO	002137412	01/08/1980	0,00	0,00	40,00	**40,00**	Aprovado
2	**100409**	CLAUDIA CANDIDA DA SILVA DASMACENA	001465491	12/02/1973	0,00	0,00	30,00	**30,00**	Aprovado
3	**100599**	EUSIARA LEIDIANE DE MORAIS BARRETO	002.013.049	12/10/1982	0,00	0,00	30,00	**30,00**	Aprovado
4	**100595**	RAFAELA JESSICA DOS RAMOS BEZERRA	001867078	12/03/1992	0,00	0,00	20,00	**20,00**	Classificado
5	**100285**	LUCAS JORDAO SILVA GURGEL	002503517	02/08/1994	0,00	0,00	4,00	**4,00**	Classificado
6	**100527**	MARIA GILDILENE DO NASCIMENTO	556607028	26/05/1980	0,00	0,00	2,00	**2,00**	Classificado
Total do Cargo :									6
0031	**VISITADOR SOCIAL**								
Ordem	**Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Identidade**	**Nascimento**	**Objetiv**	**Especí**	**Título**	**Total**	**Situação**
1	**100648**	MARIA DA SALETE SIQUEIRA	322302	25/07/1956	0,00	0,00	42,00	**42,00**	Aprovado
2	**100586**	MARIA CONCEBIDA SIQUEIRA	447918	12/04/1961	0,00	0,00	32,00	**32,00**	Aprovado
3	**100520**	MARIA DE LOURDES GOMES BARBOSA	1981543	01/10/1981	0,00	0,00	28,00	**28,00**	Aprovado
4	**100487**	FERNANDA MICAELE DA COSTA SILVA	003130113	23/02/1996	0,00	0,00	26,00	**26,00**	Aprovado
5	**100564**	ALECXANDRA MANAIA DOS SANTOS	001736206	02/06/1978	0,00	0,00	24,00	**24,00**	Aprovado
6	**100514**	ANTONIA MARIA OLIMPIO	2012994	03/12/1980	0,00	0,00	20,00	**20,00**	Aprovado
7	**100516**	FRANCIONE FERREIRA DANTAS	2391551	11/01/1986	0,00	0,00	20,00	**20,00**	Classificado
8	**100530**	FRANCISCA ROSILENE SILVA FRUTUOSO	001791951	08/01/1978	0,00	0,00	12,00	**12,00**	Classificado
9	**100468**	JOYCE EMANUELLE DE CASTRO GALDINO	003130187	20/06/1995	0,00	0,00	10,00	**10,00**	Classificado
10	**100467**	ELIZIENE SANTOS DA COSTA	002012897	16/10/1980	0,00	0,00	8,00	**8,00**	Classificado
11	**100017**	CINTHYA LORENA DE MEDEIROS E FIGUEIREDO	002590105	13/10/1987	0,00	0,00	7,00	**7,00**	Classificado
12	**100321**	DIANY CRISTINA ARAUJO DA FE	002749191	30/10/1991	0,00	0,00	6,00	**6,00**	Classificado
13	**100571**	MARIA NALVANIR SOARES LOPES	1264994	28/04/1971	0,00	0,00	2,00	**2,00**	Classificado
14	**100215**	GUIMARAES SILVA RIBEIRO DE SOUSA	002547232	14/06/1992	0,00	0,00	1,00	**1,00**	Classificado
Total do Cargo :									14
0032	**ENGENHEIRO CIVIL**								
Ordem	**Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Identidade**	**Nascimento**	**Objetiv**	**Especí**	**Título**	**Total**	**Situação**
1	**100476**	ANDERSON NUNES SILVA	002784048	16/06/1995	0,00	0,00	48,00	**48,00**	Aprovado
2	**100533**	ANA RAIRA GONCALVES DA SILVA	2486578	06/02/1991	0,00	0,00	37,00	**37,00**	Classificado
3	**100574**	MANOEL LINDOLFO QUEIROZ NETO	2508363	27/11/1991	0,00	0,00	28,00	**28,00**	Classificado
4	**100178**	MARIA JUCIARA OLIVEIRA DE ARAUJO	2835997	15/10/1993	0,00	0,00	15,00	**15,00**	Classificado
5	**100108**	GUSTAVO MARQUES CALAZANS DUARTE	1949956	20/01/1991	0,00	0,00	14,00	**14,00**	Classificado
6	**100134**	MARIANA DE OLIVEIRA ARAUJO	1859380	13/05/1994	0,00	0,00	4,00	**4,00**	Classificado
Total do Cargo :									6
0033	**AGENTE ADMINISTRATIVO - SMAD**								
Ordem	**Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Identidade**	**Nascimento**	**Objetiv**	**Especí**	**Título**	**Total**	**Situação**
1	**100428**	GILMAR MEDEIROS LOPES	549396	27/05/1962	0,00	0,00	42,00	**42,00**	Aprovado
2	**100609**	ALISON BRUNO TOMAZ DA SILVA	002.914.544	29/01/1995	0,00	0,00	42,00	**42,00**	Classificado
Total do Cargo :									2
0034	**TÉCNICO DE INFORMÁTICA**								
Ordem	**Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Identidade**	**Nascimento**	**Objetiv**	**Especí**	**Título**	**Total**	**Situação**
1	**100015**	DEGBERTO KAYMMI LOPES	1.921.529	27/06/1980	0,00	0,00	30,00	**30,00**	Aprovado
2	**100576**	ANDERSON SILVA DE SIQUEIRA	2575573	17/08/1993	0,00	0,00	16,00	**16,00**	Classificado
3	**100202**	ROBERTA KAROLINE DE SOUZA BEZERRA	002.789.089	29/07/1996	0,00	0,00	16,00	**16,00**	Classificado
Total do Cargo :									3
0035	**EDUCADOR FÍSICO**								
Ordem	**Inscrição**	**Nome do Candidato**	**Identidade**	**Nascimento**	**Objetiv**	**Especí**	**Título**	**Total**	**Situação**
1	**100651**	MARCOS ANTONIO SOARES DE SOUZA	001469634	31/10/1974	0,00	0,00	28,00	**28,00**	Aprovado
2	**100057**	DAYENE CARDOZO BRITO DIAS	1606046	18/11/1977	0,00	0,00	14,00	**14,00**	Classificado
Total do Cargo :									2
Total :									166

Publicado por:
José Alipio Lopes Neto
Código Identificador:1FD3D9FC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS
EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 026/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS, Estado do Rio Grande do Norte, através da Secretaria Municipal de Administração no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art. 37, IX, da Constituição Federal; na **Lei Municipal nº 860/2017, de 01 de setembro de 2017,** e ainda, considerando a necessidade de dar continuidade a serviços públicos essenciais no âmbito do Município, torna público a realização do Processo Seletivo Simplificado, destinado ao preenchimento de cargos do Quadro de Pessoal Temporário para atuar na Administração do Poder Executivo Municipal.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Simplificado será supervisionado pelo Senhor Prefeito Municipal, com o auxilio da Procuradoria Geral do Município e a Controladoria Geral do Município, e por uma Comissão Instituída pela Portaria nº 430/2017, de 01 de setembro de 2017.

DO OBJETIVO – Selecionar candidatos, em Regime de Contrato por Prazo Determinado, para substituir a servidora Yasmim Cristine de Medeiros, lotada na Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, que se afastará pelo período de 12 (cento e vinte) dias a contar de 30 de setembro de

2019, para gozar de Licença Maternidade de acordo com a Portaria nº 670/2019 de 02 de outubro de 2019 e de excepcional necessidade de prestação de serviço.
1.2 O Prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será contado da data da Homologação do Resultado Final até o dia 27 de janeiro de 2020.
1.3 O Processo Seletivo Simplificado será realizado pelo próprio município de Jardim de Piranhas, através da Secretaria Municipal de Administração.
1.4 O Professo Seletivo Simplificado nº 026/2019, constará de uma etapa: **ANÁLISE DE CURRÍCULO.**
1.4.1 Consistirá em análise do *Curriculum Vitae* e experiência profissional, de caráter classificatório e eliminatório.
1.5 Para todos os efeitos, o conhecimento prévio das normas contidas neste Edital é requisito essencial para inscrição e para participação do Processo Seletivo Simplificado, o qual será publicado na íntegra no Diário Oficial dos Municípios – FEMURN.
1.6 O candidato que, por qualquer motivo, deixar de atender às normas aqui estabelecidas será eliminado do certame.
1.7 As contratações de que se tratam este edital poderão ser rescindidas antecipadamente por inciativa do Município, em decorrência da convivência ou oportunidade administrativa.

2. DAS VAGAS, DAS FUNÇÕES, DOS REQUISITOS, DOS VENCIMENTOS, ATRIBUIÇÕES E DA CARGA HORÁRIA.
2.1 As vagas, os cargos a serem exercidos, os requisitos, os valores das remunerações e as cargas horárias semanais corresponderão às seguintes informações:

NÍVEL	CÓDIGO OPÇÃO	CARGO	CARGA HORÁRIA	REQUISITOS	VENCIMENTOS	NÚMERO DE VAGAS (AMPLA CONCORRÊNCIA)	NÚMERO DE VAGAS PARA CADASTRO DE RESERVA
SUPERIOR	101	Médico Veterinário	40hs	Ensino Superior Completo e Registro no Conselho Regional Competente.	R$ 1.600,00, correspondente ao vencimento básico, podendo ser acrescido de vantagens, benefícios e adicionais previstos na legislação.	01	01

3. DAS VAGAS DESTINADAS A PESSOA COM DEFICIÊNCIA.
3.1 Considerar-se-á pessoa com deficiência, a enquadrada nas categorias previstas no Decreto Federal nº. 3.298/99. Aos candidatos com deficiência serão reservadas 5% (cinco por cento) das vagas, desde que a deficiência de que são portadores seja compatível com as atribuições do cargo, conforme prevê o Decreto Federal nº. 3.298/99.
3.2 Os candidatos portadores de deficiência participarão em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, avaliação, horário e local da realização do Processo Seletivo Simplificado e a pontuação mínima exigida para todos os candidatos.
3.3 Ao candidato portador de deficiência é assegurado o direito de inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado, devendo no ato de inscrição declarar tal condição para concorrer à vaga destinada, responsabilizando-se por todos os efeitos decorrentes de tal declaração.
3.4 O candidato portador de deficiência que no ato da inscrição não declarar as condições perderá o direito de concorrer como portador de deficiência e também as condições especiais para a realização das fases, não cabendo recurso em favor de sua situação.
3.5 O candidato que se inscrever como pessoa com deficiência deverá apresentar, no momento da inscrição, laudo médico original e fotocópia, datado dos últimos 30 dias do início das inscrições para o Processo Seletivo Simplificado, indicando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a provável causa da deficiência, com assinatura, número de registro no Conselho Regional de Medicina e o carimbo do médico.
3.6 Quando da convocação para o preenchimento da vaga, a documentação comprobatória da deficiência será avaliada no momento do exame admissional e/ou por uma equipe multiprofissional, conforme Decreto Federal nº. 3.298/99, em exame médico, quanto à existência da deficiência declarada, bem como seu enquadramento legal. Não havendo comprovação, o candidato terá sua classificação considerada apenas na listagem geral.
3.7 As vagas reservadas a candidatos com deficiência se não preenchidas serão destinadas aos demais candidatos habilitados, com estrita observância da ordem classificatória no Processo Seletivo Simplificado.
3.8 A Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas, designará o local de trabalho ao candidato com deficiência contratado, considerando as necessidades específicas da deficiência e do cargo.

4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO
4.1 A inscrição do(a) candidato(a) implicará a aceitação total e incondicional das disposições, normas e instruções constantes neste Edital.
4.2 Todas as informações prestadas pelo(a) candidato(a), ao inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado, serão de sua inteira responsabilidade.
4.3 Terá a sua inscrição cancelada e será eliminado do Processo Seletivo Simplificado o(a) candidato(a) que usar dados de identificação de terceiros para realizar a sua inscrição.
4.4 Para efeito de inscrição, serão considerados documentos de identificação:
a) Carteiras expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Comandos Militares, pelos Institutos de Identificação, pelos Corpos de Bombeiros Militares e por órgãos fiscalizadores (ordens, conselhos, etc.), contendo foto;
b) Passaporte;
c) Certificado de Reservista, contendo fotografia;
e) Carteira Nacional de Habilitação, contendo fotografia;
4.5 Cada candidato terá direito apenas a uma inscrição. Em caso de duplicidade de inscrições, prevalecerá à última.

5. DAS INSCRIÇÕES.
5.1 As inscrições serão realizadas nos dias **14 e 15 de outubro** do ano em curso, no horário compreendido entre as 08h00mim até 12h00mim, tendo como local a sede Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas, situada na Avenida Governador Dix-Sept Rosado, 144, centro – Jardim de Piranhas-RN.
5.2. O candidato somente receberá o comprovante de inscrição se apresentar a seguinte documentação:
5.2.2 Os candidatos aos cargos de **Nível Superior**, deverão apresentar:
a) Ficha de Inscrição devidamente preenchida com letras legíveis, constante no **ANEXO I**, e *Curriculum Vitae* e experiência profissional, em envelope A4, acompanhado da comprovação das informações constantes no referido documento, conforme modelo no **ANEXO II**; ou Currículo *Lattes;*
b) Original e cópia de documento de Identificação;
c) Original e cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF);
d) Original e cópia do Diploma de Graduação referente ao cargo pretendido;
e) Original e cópia do comprovante de endereço;
f) Original e cópia do título de eleitor e quitação eleitoral;
g) Original e cópia do certificado de regularidade militar ou carteira de reservista, para candidatos do sexo masculino;
h) Comprovante de depósito bancário identificado, conforme consta no item 5.5.2.

5.3. O currículo e a comprovação dos títulos serão entregues, pessoalmente ou mediante procuração com firma reconhecida, na Sede da Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas, situada na Avenida Governadora Dix-Sept Rosado, 144, centro – Jardim de Piranhas-RN, no ato da inscrição.
5.4. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.
5.5. A Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas não se responsabilizará por inscrições recebidas por atrasos, apresentação de documentos ilegíveis, falhas de comunicação, congestionamento de inscritos, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem o recebimento dos documentos.
5.5.1. São requisitos para inscrição:
5.5.2. Comprovante do depósito bancário original emitido em caixas eletrônicos e/ou no atendimento dos caixas de autoatendimento das agencias bancárias, no Banco do Brasil Agência: 5072-5 - Conta: 288-7, referente à taxa de inscrição que será de **R$ 30,00** (trinta reais). **Não serão aceitos como comprovantes de pagamento depósitos feitos em envelopes, como também, impressos em papel não timbrados pelas agências bancárias.**
5.5.3. Ser brasileiro ou gozar das prerrogativas previstas no artigo 12 da Constituição Federal, momento em que deve apresentar cópia do título de eleitor e certidão de regularidade ou o comprovante de votação em ambos os turnos da ultima eleição.
5.5.4. Conhecer, atender e estar de acordo com as exigências contidas neste Edital.
5.5.5. Ter habilitação específica para o exercício do cargo, e estar com a situação regular junto ao respectivo órgão de classe.
5.5.6. Estar o candidato, do sexo masculino, em regular situação perante o serviço militar, devendo apresentar certificado de regularidade militar ou carteira de reservista.
5.6 O candidato que não cumprir, na íntegra, o estabelecido no item 5.2. deste Edital não estará inscrito no Processo Seletivo Simplificado.
5.7 A ausência de qualquer um dos documentos exigidos implicará o indeferimento do pedido de inscrição.

6. DOS CRITÉRIOS PARA ANÁLISE CURRICULAR E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
6.1 A avaliação do Currículo será feita de acordo com os critérios e pontuações constantes no **ANEXO III** deste Edital, devendo ser aferida, com base na documentação que for apresentada, entre outros elementos, a experiência comprovada.
6.2 O candidato poderá comprovar a experiência funcional, através de declaração e/ou certidão de órgãos públicos, em que o candidato tenha prestado serviços em órgãos públicos, a comprovação deverá ser assinada por autoridade representantes dos órgãos da Secretaria Municipal de Administração, Recurso Humanos e/ou setores responsáveis pelas nomeações e contrações.
6.3 A Comissão Instituída pela **Portaria nº 430/2017, de 01 de setembro de 2017,** poderá solicitar a qualquer momento a complementação de informações que julgar necessárias.

7. DA CLASSIFICAÇÃO
7.1 Será considerado APROVADO no Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 026/2019, o candidato que obtiver NF (Nota Final) igual ou superior a 5,0 (cinco pontos).

8. DOS RECURSOS
8.1 Os candidatos poderão interpor recurso administrativo no prazo de 01 (um) dia útil a contar da publicação oficial do resultado preliminar, no sítio da FEMURN, www.diariomunicipal.com.br/femurn/pesquisar.
8.2 Os recursos deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas, através de requerimento dirigido à Comissão do Processo Seletivo Simplificado, conforme os critérios abaixo mencionados:
a) Apresentação em formato livre, em duas vias, sendo uma via para ser protocolada;
b) Transcrito com letra de forma ou impresso, contendo, obrigatoriamente, as alegações e seus fundamentos, a função para qual concorre, o número de inscrição, nome do candidato e sua assinatura;
d) Serão indeferidos os recursos que não atenderem aos requisitos acima.
e) A Comissão do Processo Seletivo Simplificado, publicará o resultado final da avaliação dos eventuais recursos apresentados, com nova lista de classificação, se alterada.
8.3 Em hipótese alguma será aceita revisão de recurso.
8.4 Os recursos serão julgados pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado, em decisão de caráter irrecorrível.

9. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS
9.1 Os candidatos aprovados serão classificados por cargo e por ordem decrescente;
9.2 Na hipótese de igualdade da classificação final, terá preferência sucessivamente o candidato que tiver:
a) Residir no município de Jardim de Piranhas/RN;
b) Maior idade;
c) Maior período de vínculos empregatícios em órgãos públicos comprovados, de acordo com a análise curricular.
9.3 A classificação dos candidatos será válida enquanto prevalecer à situação de necessidade de suprimento de déficits em Secretarias da Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas, e limitada ao período de vigência do presente certame.

10. DO RESULTADO
10.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e tácita aceitação, pelo mesmo, das normas e condições estabelecidas neste Edital, sendo admitidas somente as inscrições na modalidade presencial.
10.2. É de inteira responsabilidade do (a) candidato (a), acompanhar no site "www.diariomunicipal.com.br/femurn/pesquisar" as etapas do Processo Seletivo Simplificado.
10.3. O candidato poderá obter informações referentes ao Processo Seletivo Simplificado na sede da Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas, situada na Avenida Governador Dix-Sept Rosado, 144, centro – Jardim de Piranhas-RN, CEP 59.324-000.
10.4. O candidato aprovado será convocado para a realização dos procedimentos pré-admissionais, em havendo a necessidade do serviço público.
10.5. A validade do processo seletivo anunciado neste Edital será a partir da Homologação até 27 de janeiro de 2020.
10.6. Considerando o Princípio da Supremacia do Interesse Público, a Administração Pública Municipal poderá, de forma motivada, remanejar o candidato aprovado para servir em outra secretaria, desde que obedecida a ordem de aprovação e respeitadas as atribuições dispostas para o cargo em que o candidato foi aprovado.
10.7. Os valores constantes no vencimento básico dos cargos ofertados no presente Edital poderão sofrer alterações, se houver o reajuste do salário mínimo vigente no País.
10.8. Os casos omissos no presente Edital serão decididos pela CPSS.
10.9 O Resultado Final Preliminar do Processo Seletivo Simplificado será publicado no Diário Oficial dos Municípios, administrado pela FEMURN, no site www.diariomunicipal.com.br/femurn/pesquisar, no **dia 16 de outubro de 2019.**

10.10 A Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado será publicado no Diário Oficial dos Municípios, administrado pela FEMURN, no site www.diariomunicipal.com.br/femurn/pesquisar, no dia **18 de outubro de 2019**.

11. DAS CONVOCAÇÕES

11.1 A convocação dos candidatos aprovados, obedecendo à ordem classificatória, geral e das pessoas com deficiência, de acordo com o número de vagas estabelecido, será realizada por meio de Portaria de Convocação, a ser publicado no Diário Oficial do Município – site FEMURN.

11.2 Caso sejam necessárias convocações posteriores, estas se darão através de Portaria, a ser publicado no Diário Oficial do Município – site FEMURN.

11.3 O não pronunciamento do convocado no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da publicação da convocação, permitirá à Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas convocar o próximo candidato habilitado.

11.4 O candidato quando convocado deverá apresentar a seguinte documentação (fotocópia legível e acompanhada do original):

a) Declaração de Acumulação de Cargos;
b) Declaração de Bens e Valores;
c) Número da conta corrente do Banco do Brasil;
d) Preenchimento de Ficha Cadastral da Prefeitura Municipal.
e) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
f) Número de PIS/PASEP;
g) Cédula de Identidade;
h) Certidão de Nascimento ou de Casamento, e inscrição no CPF do(a) conjugue;
i) Certidão de Nascimento e inscrição no CPF de filhos e dependentes;
j) Certificado de Reservista ou equivalente (se homem);
k) Comprovante de Habilitação Profissional/Escolaridade (Diploma e/ou Histórico Escolar);
l) Título Eleitoral juntamente com comprovante de quitação eleitoral;
m) Carteira de Trabalho (folhas de Número e Série e folha do 1º emprego);
n) Comprovante de Residência (boleto de Água, Luz, Telefone, etc.);
o) Registro no Conselho Competente, para os cargos exigidos no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado;
q) Certidão negativa de antecedentes criminais do Estado do Rio Grande do Norte;
r) Declaração ou certidão de órgãos públicos, em que o candidato exerça ou tenha exercido cargo público, nos últimos 05 (cinco) anos, atestando que o candidato não se encontra respondendo a processo administrativo disciplinar, nem teve contra si aplicada a pena de demissão;

Jardim de Piranhas/RN, 07 de outubro de 2019.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

ÁLIA EINE DE QUEIROZ DAMÁSIO
Membro da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

ARDENES RODRIGUES GOMES DA SILVA
Membro da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

ILANA MURIELI DE SOUSA
Membro da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

DAISY DE QUEIROZ BEZERRA
Membro da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

JOSÉ RONDINELLI BERTOLDO DE ARAÚJO
Membro da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

VANESSA MANOELA VIEIRA DA SILVA
Membro da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

ANEXO I (SERÁ FORNECIDO PELA PREFEITURA)

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 026/2019

NOME DO CANDIDATO:		
NÚMERO DE INCRIÇÃO:	DATA DA INSCRIÇÃO:	PORTADOR DE DEFICIÊNCIA: ( ) SIM ( ) NÃO
DATA DE NASCIMENTO:___/____/____	SEXO:	CONTATO TELEFÔNICO:
CARGO AO QUAL DESEJA CONCORRER:		CÓGIDO DO CARGO:
RG Nº /ORGÃO EMISSOR:	CPF:	
ESTADO CIVIL:	E-MAIL:	
ENDEREÇO/NÚMERO:	BAIRRO:	
MUNICÍPIO/UF:	CEP:	
DECLARO ESTAR CIENTE DAS CONDIÇÕES DO PRESENTE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, E DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, NÃO POSSUIR NENHUM IMPEDIMENTO PARA CUMPRIR INTEGRALMENTE O CONTRATO DE TRABALHO A SER FIRMADO, SENDO VERDADEIRAS AS INFORMAÇÕES PRESTADAS.		
_____ ASSINATURA DO CANDIDATO		
RESPONSÁVEL PELA INSCRIÇÃO:	ASSINATURA E CARIMBO:	

ANEXO II
MODELO DO CURRÍCULO

I – DADOS PESSOAIS
NOME COMPLETO:
ENDEREÇO COMPLETO:

TELEFONE FIXO:	CELULAR:	E-MAIL:
DATA DE NASCIMENTO: ___/___/____	ESTADO CIVIL:	SEXO: ( ) MASCULINO ( ) FEMININO
NATURALIDADE:	TÍTULO DE ELEITOR Nº: _____ ZONA ELEITORA: _____ SEÇÃO ELEITORAL:	
FILIAÇÃO:	PAI:	
	MÃE	
RG/ÓRGÃO EMISSOR:	CPF:	
PROFISSÃO:		
II – FORMAÇÃO ACADÊMICA E/OU CURSOS REALIZADOS:		
III – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: (Especificar, nesta ordem, local, período e resumo das atividades desenvolvidas.)		
Todas as informações declaradas nos Itens II e III seguem em anexo para comprovação.		

_____
ASSINATURA DO CANDIDATO

ANEXO III
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE TÍTULOS E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

1. PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR
NOME DO CANDIDATO: _____
NÚMERO DE INSCRIÇÃO: _____

TEMPO DE SERVIÇO (EM MESES)	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL – ÓRGÃOS PÚBLICOS		
ATÉ 012 MESES	1,00 PONTO	5,0 PONTOS
DE 12 MESES E 01 DIA A 24 MESES	1,00 PONTO	
DE 24 MESES E 01 DIA A 36 MESES	1,00 PONTO	
DE 36 MESES E 01 DIA A 48 MESES	1,00 PONTO	
A PARTIR DE 48 MESES E 01 DIA	1,00 PONTO	
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DA ÁREA DE ATUAÇÃO		
Curso de Aperfeiçoamento Profissional na Área de Atuação (20/50)h	0,25 PONTO	3,0 PONTOS
Curso de Aperfeiçoamento Profissional na Área de Atuação (51/100)h	0,50 PONTO	
Curso de Aperfeiçoamento Profissional na Área de Atuação (a partir de 101)h	0,75 PONTO	
ESCOLARIDADE – CURSO DE ENSINO MÉDIO		
Curso de Pós Graduação *Latu Sensu*	1,00 PONTO	1,0 PONTO
ESCOLARIDADE – CURSO DE GRADUAÇÃO		
Curso de Pós Graduação *Stricto Sensu*	1,00 PONTO	1,0 PONTO

1. Será computado o tempo de serviço prestado até 30.09.2019, na forma de pontos.
1.1. Não é permitida a contagem de experiência profissional em períodos concomitantes.
1.2. A experiência profissional deverá ser devidamente comprovada, através de documentos originais ou cópias autenticadas.
1.3. O candidato que obtiver maior pontuação equivale a 10,00 pontos.
Total de pontos registrados e validados pela Comissão: _____

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

ÁLIA EINE DE QUEIROZ DAMÁSIO
Membro da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

ARDENES RODRIGUES GOMES DA SILVA
Membro da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

ILANA MURIELI DE SOUSA
Membro da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

DAISY DE QUEIROZ BEZERRA
Membro da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

JOSÉ RONDINELLI BERTOLDO DE ARAÚJO
Membro da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

VANESSA MANOELA VIEIRA DA SILVA
Membro da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

Publicado por:
Ardenes Rodrigues Gomes da Silva
Código Identificador:90F797A6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 1.459-B, DE 23 DE SETEMBRO DE 2019

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
Praça Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filhos, 228,Centro –CEP59343-000–Fones: (84)3472.3900–Fax:(84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38
secretariadogabinete@outlook.com

DECRETO N° 1.459-B, DE 23 DE SETEMBRO DE 2019.

Abre crédito adicional no orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó, o crédito suplementar será no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) para reforço de dotação orçamentária.

O Prefeito Municipal de Jardim do Seridó, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:
CONSIDERANDO a autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar, prevista pelo inciso I, art. 9º da Lei Municipal nº 1.124/2018, de 26 de dezembro de 2018;

CONSIDERANDO o limite de 20% para abertura de créditos adicionais suplementares, trazido pelo dispositivo legal citado anteriormente.
D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Jardim do Seridó no exercício corrente, conforme o anexo único constante do presente Decreto, o referido crédito será no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) para reforço de dotação orçamentária.
I – As dotações que sofrerão suplementação estarão identificas no anexo a este decreto por: **Anexo I (Acréscimo).**
Art. 2º. Os recursos necessários à cobertura do crédito mencionado no artigo primeiro deste Decreto, serão obtidos na forma do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo:

I – R$ 10.000,00 (dez mil reais) **,através** de ANULAÇÃO – podendo ser total ou parcial – de dotação orçamentária, de acordo com o inciso III, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

II – As dotações que serão utilizadas como fonte para suplementação, estarão identificas no anexo a este decreto por: **Anexo II (Redução)**.
Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de sua subscrição.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 23 de setembro de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

PRAÇA PREFEITO MANOEL PAULINO DOS SANTOS FILHO, 228, CENT							**Elaboração de Credito**	
CNPJ: 08.086.662/0001-38								
Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil								
Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
223	23/09/2019	1.002.017/201	Anulação de Dotação	Suplementar	5.000,00	23/09/2019	DECRETO: 1.459	PUBLICADO
Unidade Orçamentária Ação Natureza						Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)								**5.000,00**
12.002 Fundo Municipal dos Direitos Criança e Adolescente								**5.000,00**
		2046 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR						**5.000,00**
Nº Solic.: 5 Acrescentar				3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		10010003	0001	5.000,00
Total:								**5.000,00**
Anexo II (Redução)								**5.000,00**
09.001 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos								**5.000,00**
		1032 IMPLANTAÇÃO DA REDE DE ESGOTO E SANEAMENTO BÁSICO						**5.000,00**
Nº Solic.: 200 Reduzir				4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES		15200000	0001	5.000,00
Total:								**5.000,00**
Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
224	23/09/2019	1.002.019/201	Anulação de Dotação	Suplementar	5.000,00	23/09/2019	DECRETO: 1.459	PUBLICADO
Unidade Orçamentária		Ação		Natureza		Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)								**5.000,00**
06.001 Secretaria Municipal de Educação								**5.000,00**
		2015 FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR						**5.000,00**
Nº Solic.: 40 Acrescentar				3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO		11220105	0001	5.000,00
Total:								**5.000,00**
Anexo II (Redução)								**5.000,00**
09.001 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos								**5.000,00**
		1032 IMPLANTAÇÃO DA REDE DE ESGOTO E SANEAMENTO BÁSICO						**5.000,00**
Nº Solic.: 201 Reduzir				4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES		15200000	0001	5.000,00
Total:								**5.000,00**

Publicado por:
Fágner Silva de Azevedo
Código Identificador:78837E91

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 033/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN, com sede na: Avenida Camila de Lellis, 285, Centro, Riacho da Cruz, Rio Grande do Norte, CEP: 59.820-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.153.454/0001-04, neste ato representada por MARIA BERNADETE NUNES REGO GOMES, Prefeita Municipal, inscrita no CPF sob o n.º 289.106.054-72, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº 036/2019 - PP, homologada em 04/10/2019, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto Registro de preços para possível aquisição de água mineral e vasilhames, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo ao edital de *Pregão* nº 036/2019 - PP, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDORES:
FRANCISCO DA COSTA CAVALCANTE - CNPJ: 24.594.947/0001-36, com sede na R CAMILA DE LELIS, 290, CENTRO, Riacho da Cruz/RN

ITENS E SEUS RESPECTIVOS VENCEDORES:

283 - FRANCISCO DA COSTA CAVALCANTE (24.594.947/0001-36)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário(R$)	Valor total(R$)
1	1390 - ÁGUA MINERAL 1. DEFINIÇÃO Água obtida diretamente de fontes naturais ou artificialmente captadas, de origens subterrâneas, caracterizadas pelo conteúdo definido e constante de sais minerais (composição iônica) e pela presença de oligoelementos e outros constituintes.2. EMBALAGEM A água virá envasada em garrafões de material elaborado com substâncias resinosas e/ou poliméricas, obedecidos a critérios da Resolução 105/99 ANVS - M. S. A 3. RÓTULO O rótulo a ser utilizado no envasamento de água mineral deverá ser aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM de acordo com a portaria 470 de 24 de novembro de 1999 - MME.Deverão constar os seguintes elementos informativos: Nome da fonte Local da fonte do Município e Estado Classificação da água Composição Química expressa em miligramas por litro, contendo, no mínimo os oito elementos predominantes, sob a forma indicada. Características físico-químicas na surgência Nome do laboratório, número e data da análise da água Volume expresso em litros ou mililitros Número e data da concessão de lavra, e número do processo seguido do nome "DNPM" Nome da empresa concessionária e/ou arrendatária, se for o caso, com o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, do Ministério da Fazenda Duração, em meses, do produto destacando-se a data de envasamento por meio de impressão indelével na embalagem, no rótulo ou na tampa. As expressões Indústria Brasileira. SAN VALLE	UNIDADE	3.530	6,20	21.886,00
2	8061 - VASILHAME/EMBALAGEM SAN VALLE	UNIDADE	70	15,00	1.050,00
Total					22.936,00

VALIDADE DA ATA
A validade da Ata de Registro de Preços iniciará em 07/10/2019, tendo seu término em 07/10/2020, podendo ou não ser prorrogada, a critério da Administração, respeitado, contudo, o prazo total de 12 (doze) meses (art. 12 do Decreto nº 7.892/13).

REVISÃO E CANCELAMENTO
Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preçospraticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
O registro do fornecedor será cancelado quando:
descumprir as condições da ata de registro de preços;
não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nesta Ata de Registro de Preços será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
por razão de interesse público; ou
a pedido do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Riacho da Cruz, Rio Grande do Norte, 07/10/2019.

ASSINATURAS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN
CNPJ/MF nº 08.153.454/0001-04
MARIA BERNADETE NUNES REGO GOMES
Prefeita Municipal
CPF n.º 289.106.054-72

FUTURA CONTRATADA:

_____
FRANCISCO DA COSTA CAVALCANTE
CNPJ: 24.594.947/0001-36

Publicado por:
Jose Alan da Silva Fernandes
Código Identificador:6A8FFC8F

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 036/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE Riacho da Cruz, com sede na: Rua Camila de Lellis, 285, Centro, Riacho da Cruz, Rio Grande do Norte, CEP: 59.820-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.921.556/0001-08, neste ato representado pelo Sr. TEMISTOCLES MAIA DE LUCENA, Gestor do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CPF sob o n.º 028.658.164-78 e a Sra. MARIA BERNADETE NUNES RÊGO GOMES, inscrita no CPF. 289.106.054-72, Prefeita Municipal, doravante denominada CONTRATANTE, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº 037/2019 - PP, homologada em 02/10/2019, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto Prestação de serviços na manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos com fornecimento de peças, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo ao edital de *Pregão* nº 037/2019 - PP, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDORES:
SETEMOL EQUIPAMENTOS ODONTOMEDICOS LTDA - CNPJ: 35.662.667/0001-34, com sede na R TREZE DE MAIO, 324, CENTRO, Pau dos Ferros/RN
MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME - CNPJ: 07.969.641/0001-06, com sede na RUA FREI MIGUELINHO, 811, A - DOZE ANOS, Riacho da Cruz/RN

ITENS E SEUS RESPECTIVOS VENCEDORES:

493 - SETEMOL EQUIPAMENTOS ODONTOMEDICOS LTDA (35.662.667/0001-34)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário(R$)	Valor total(R$)
1	14393 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E REPARO NOS SISTEMAS ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS E PNEUMÁTICOS DE GABINETE ODONTOLÓGICOS COMPLETO	UNIDADE	30	385,00	11.550,00
2	14394 - SERVIÇO DE CONSERTO DE ALTA ROTAÇÃO ODONTOLÓGICO	UNIDADE	50	80,00	4.000,00
3	14395 - SERVIÇO DE CONSERTO DE COMPRESSOR ODONTOLÓGICO	UNIDADE	20	218,00	4.360,00
4	14396 - SERVIÇO DE CONSERTO DE APARELHO DE PRESSÃO	UNIDADE	60	37,00	2.220,00
7	14399 - SERVIÇO DE CONSERTO DE BALANÇA	UNIDADE	40	85,00	3.400,00
8	14400 - SERVIÇO DE CONSERTO DE ULTRA SOM ODONTOLÓGICO	UNIDADE	15	158,00	2.370,00
9	14401 - SERVIÇO DE CONSERTO DE AUTOCLAVE HORIZONTAL DE MESA	UNIDADE	30	263,00	7.890,00
10	14402 - SERVIÇO DE CONSERTO DE LARINGOSCÓPIO	UNIDADE	20	155,00	3.100,00
11	14403 - SERVIÇO DE CONSERTO DE NEBULIZADOR	UNIDADE	20	170,00	3.400,00
12	14404 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E CONSERTO EM FOTOPOLIMERIZADOR ODONTOLÓGICO	UNIDADE	15	85,00	1.275,00
13	14405 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E CONSERTO EM AMALGAMADOR ODONTOLÓGICO	UNIDADE	15	110,00	1.650,00
14	14406 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM SELADORA	UNIDADE	25	90,00	2.250,00
15	14407 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E CALIBRAGEM EM RAIO-X ODONTOLÓGICO	UNIDADE	12	470,00	5.640,00
17	14409 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM REGULADORES DE OXIGÊNIO	UNIDADE	20	90,00	1.800,00
18	14410 - MANGUEIRA TRÍPLICE PARA ALTA	UNIDADE	50	30,00	1.500,00
19	14411 - MANGUEIRA PARA SUGADOR	UNIDADE	50	20,00	1.000,00
20	14412 - MANGUEIRA PARA COMPRESSOR	UNIDADE	50	12,00	600,00
21	14413 - ROLAMENTO ALTA ROTAÇÃO	UNIDADE	35	65,00	2.275,00
22	14414 - PLACA ELETRÔNICA DE CADEIRA ODONTOLÓGICA	UNIDADE	8	570,00	4.560,00
23	14415 - VÁLVULA DUPLA DE COMANDO DO EQUIPO	UNIDADE	20	150,00	3.000,00
24	14416 - INJECTOR PARA SUGADOR	UNIDADE	30	55,00	1.650,00
25	14417 - CHAVE GERAL 20 A	UNIDADE	20	54,00	1.080,00

26	14418 - VÁLVULA SOLENÓIDE PARA AUTOCLAVE	UNIDADE	15	380,00	5.700,00
27	14419 - RESISTÊNCIA PARA AUTOCLAVE	UNIDADE	15	190,00	2.850,00
28	14420 - MANGUITO PARA APARELHO DE PRESSÃO	UNIDADE	40	20,00	800,00
29	14422 - BRAÇADEIRA PARA APARELHO DE PRESSÃO	UNIDADE	50	28,00	1.400,00
30	14421 - PERA PARA APARELHO DE PRESSÃO	UNIDADE	50	18,00	900,00
33	14425 - FONTE PARA FOTOPOLIMERIZADOR	UNIDADE	10	180,00	1.800,00
34	14426 - PONTEIRA PARA FOTOPOLIMERIZADOR	UNIDADE	10	220,00	2.200,00
39	14431 - FITA PARA SELADORA	UNIDADE	30	15,00	450,00
40	14432 - REPARO MANÔMETRO OXIGÊNIO	UNIDADE	20	45,00	900,00
41	14433 - CIRCUITO ELETRÔNICO AMALGAMADOR	UNIDADE	5	250,00	1.250,00
42	14434 - CUPULCA ACRÍLICA	UNIDADE	10	150,00	1.500,00
43	14435 - SOLENÓIDE ACIONAMENTO COMPRESSOR	UNIDADE	8	130,00	1.040,00
44	14436 - PRESSOSTATO PARA COMPRESSOR	UNIDADE	12	180,00	2.160,00
45	14437 - VÁLVULA PURGADOR AUTOCLAVE	UNIDADE	20	135,00	2.700,00
Total					96.220,00

563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME (07.969.641/0001-06)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário(R$)	Valor total(R$)
5	14397 - SERVIÇO DE CENTRÍFUGA LABORATORIAL	UNIDADE	12	128,00	1.536,00
6	14398 - SERVIÇO DE CONSERTO DE ANALISADOR BIOQUÍMICO	UNIDADE	12	610,00	7.320,00
16	14408 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM MICROSCÓPIO LABORATORIAL	UNIDADE	12	265,00	3.180,00
31	14423 - FILTRO DE AR COM REGULADOR	UNIDADE	20	283,00	5.660,00
32	14424 - MANIPULO DO AUTOCLAVE	UNIDADE	15	270,00	4.050,00
35	14427 - BORRACHA GUARNIÇÃO PARA CENTRÍFUGA	UNIDADE	10	90,00	900,00
36	14428 - KIT CARVÕES CENTRÍFUGA	UNIDADE	10	100,00	1.000,00
37	14429 - KIT TUBUÇÃO E REPARO ANALISADOR BIOQUÍMICO	UNIDADE	8	300,00	2.400,00
38	14430 - LÂMPADA DICROICA PARA MICROSCÓPIO	UNIDADE	12	60,00	720,00
Total					26.766,00

VALIDADE DA ATA

A validade da Ata de Registro de Preços iniciará em 02/10/2019, tendo seu término em 02/10/2020, podendo ou não ser prorrogada, a critério da Administração, respeitado, contudo, o prazo total de 12 (doze) meses (art. 12 do Decreto nº 7.892/13).

REVISÃO E CANCELAMENTO

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preçospraticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O registro do fornecedor será cancelado quando:

descumprir as condições da ata de registro de preços;

não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nesta Ata de Registro de Preços será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

por razão de interesse público; ou

a pedido do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Riacho da Cruz, Rio Grande do Norte, 02/10/2019.

ASSINATURAS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN
CNPJ/MF nº 08.153.454/0001-04
MARIA BERNADETE NUNES REGO GOMES
Prefeita Municipal
CPF n.º 289.106.054-72

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN
CNPJ/MF nº 12.921.556/0001-08
TEMISTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal
CPF n.º 028.658.164-78

FUTURA CONTRATADA:

_____
SETEMOL EQUIPAMENTOS ODONTOMEDICOS LTDA
CNPJ: 35.662.667/0001-34

_____
MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME
CNPJ: 07.969.641/0001-06

Publicado por:
Jose Alan da Silva Fernandes
Código Identificador:BA6D50C3

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2019

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2019 - PP

Aos 02/10/2019, após considerar os critérios legais a cerca do resultado da Licitação na modalidade Pregão, do tipo Menor preço, n.º 035/2019 - PP, destinado a Contratação de empresa especializada em limpeza e transporte de dejetos oriundos de fossas sépticas e lagoa da estabilização deste município de Riacho da Cruz/RN. O pregoeiro ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro abaixo:

19 - ALDEMIR GUEDES REGO (11.927.118/0001-86)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	14455 - LIMPEZA E TRANSPORTE DE DEJETOS ORIUNDOS DA LAGOA DE ESTABILIZAÇÃO Transporte dos dejetos da lagoa de estabilização até o destino final utilizado pelo proponente.	METRO CÚBICO		600	47,00	28.200,00
Total (R$):						28.200,00

660 - REGINALDO TORRES DELFINO (07.829.144/0001-02)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
2	14389 - LIMPEZA E TRANSPORTE DE DEJETOS ORIUNDOS FOSSAS SÉPTICAS Transporte realizado dentro da cidade de Riacho da Cruz/RN: Da sede da residência até a Lagoa de Estabilização.	Diária		10	1.099,00	10.990,00
Total (R$):						10.990,00

Riacho da Cruz/RN, 7 de outubro de 2019

JOSÉ ALAN DA SILVA FERNANDES
Pregoeiro

Publicado por:
Jose Alan da Silva Fernandes
Código Identificador:109032B6

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2019

RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2019 - PP
A Prefeita Municipal de Riacho da Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o teor da Ata do Pregão Presencial constante no processo, firmada pela licitante presente e pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio;
CONSIDERANDO a realização do certame licitatório supracitado, considerando os critérios legais e observados os preceitos das Leis Federais 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Prefeita Municipal, Sra. **MARIA BERNADETE NUNES RÊGO GOMES**, **HOMOLOGA** a adjudicação referente ao Pregão Presencial nº 035/2019 - PP, conforme indicado no quadro abaixo, resultado da homologação.

RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO
19 - ALDEMIR GUEDES REGO (11.927.118/0001-86)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	14455 - LIMPEZA E TRANSPORTE DE DEJETOS ORIUNDOS DA LAGOA DE ESTABILIZAÇÃO Transporte dos dejetos da lagoa de estabilização até o destino final utilizado pelo proponente.	METRO CÚBICO		600	47,00	28.200,00
Total (R$):						28.200,00

660 - REGINALDO TORRES DELFINO (07.829.144/0001-02)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
2	14389 - LIMPEZA E TRANSPORTE DE DEJETOS ORIUNDOS FOSSAS SÉPTICAS Transporte realizado dentro da cidade de Riacho da Cruz/RN: Da sede da residência até a Lagoa de Estabilização.	Diária		10	1.099,00	10.990,00
Total (R$):						10.990,00

Riacho da Cruz/RN, 07/10/2019.

MARIA BERNADETE NUNES RÊGO GOMES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Alan da Silva Fernandes
Código Identificador:7D7B8CC4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES

CHEFIA DE GABINETE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0001/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0032/2018
3ª Republicação

Aos quatro de janeiro de dois mil e dezenove, na Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes, com sede na Rua Manoel Nobre, 49 - Centro, o Pregoeiro, nomeado nos termos da Portaria 0002/2019 nos termos da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial para Registro de Preços n°** 0032/2018**,** Ata de julgamento de Preços, homologada pelo ordenador de despesas desta Prefeitura. RESOLVE juntamente com o Sr. Francisco Wilson de Freitas Rego Filho – Prefeito Municipal, registrar os preços para Registro de Preços visando possível e futura contratação de empresa para confecção de fardamentos, uniformes, camisas e camisetas para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes/RN., objeto do pregão acima citado, que passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas em 1º lugar no certame acima numerado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Registro de Preços visando possível e futura contratação de empresa para confecção de fardamentos, uniformes, camisas e camisetas para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá validade por **12 (doze) meses** contados a partir da sua assinatura.

Parágrafo primeiro: Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir os produtos citados na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR, sendo, entretanto, assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada a vantagem.

Parágrafo primeiro: Os Órgãos e entidades que não participarem do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Contratante, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.

Parágrafo segundo: Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas com o Contratante.

Parágrafo terceiro: As aquisições adicionais por outros órgãos ou entidades não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

O recebimento, o local e o prazo de entrega dos bens ou serviços deverão ocorrer de acordo com as especificações contida na ordem de compra, não podendo ultrapassar o prazo de 30 (trinta) dias da expedição da mesma.

Parágrafo Único: A empresa que não cumprir o prazo estipulado sofrerá as sanções em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante a entrega dos produtos ou a prestação dos serviços acompanhados da fatura (nota fiscal), discriminada de acordo com a nota de empenho, após a conferência da quantidade e qualidade dos materiais por gestor a ser designado pela contratante. Observado o recebimento definitivo da Nota Fiscal emitida pela empresa com discriminação dos bens, juntamente com o Termo de Recebimento, será esta atestada e encaminhada à administração da entidade contratante para fins liquidação.

Parágrafo Primeiro: O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, por meio de transferência bancária ou cheque nominativo, o qual ocorrerá até 30 (trinta) dias corridos do recebimento definitivo dos materiais, após a aceitação e atesto nas Notas Fiscais/Faturas.

Parágrafo Segundo: Será procedida consulta "**em sítios oficiais**" antes do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR, para verificação da situação do mesmo, relativamente às condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio.

Parágrafo Terceiro: Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na contratante em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Quarto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: **EM=I x N x VP;** Onde:

EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

I = (TX/100)	**I=(6/100)**	**I=0,00016438**
	365	**365**

TX = percentual da Taxa anual = **6%**

A **compensação** financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência**.**

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A entrega dos produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do bem.

O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto do Pregão Presencial para Registro de Preços n° 0032/2018, a Administração da entidade contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às fornecedoras as seguintes sanções:

I - Advertência, que será aplicada por meio de notificação via ofício, mediante contra recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de **05** (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

II - multa de **0,1%** (zero vírgula um por cento) por dia de atraso pelo descumprimento das obrigações estabelecidas, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor dos produtos não entregues, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - multa de **10%** (dez por cento) sobre o valor do material não entregues, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de **15** (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo. de indenização dos prejuízos porventura causados ao contratante pela não execução parcial ou total do contrato.

Parágrafo Primeiro - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até **05 (cinco)** anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

Parágrafo Segundo - As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de **05** (cinco) dias úteis.

Parágrafo Terceiro - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo Quarto - As penalidades serão obrigatoriamente registradas junto ao cadastro de fornecedores da entidade contratante, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

I – Os Preços registrados na Ata de Registro de Preços não poderão ser reajustados de qualquer maneira;

II – Os Contratos oriundo da Ata de registro de preço; poderá sofrer alterações obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Primeiro: O preço poderá ser revisto em face da eventual redução daqueles praticados no mercado, ou em razão de fato que eleve o custo dos bens registrados.

Parágrafo Segundo: Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Contratante convocará o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

Parágrafo Terceiro: Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

Parágrafo Quarto: Na hipótese do parágrafo anterior, o Contratante convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quinto: Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Contratante poderá:

A - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorreu antes do pedido do fornecimento;

B - Convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

III – Não havendo êxito nas negociações, o Contratante procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O recebimento do objeto constante da presente ata está condicionado à observância de suas especificações técnicas, amostras, e quando couber embalagens e instruções, cabendo a verificação ao representante designado pela contratante**.**

Parágrafo Primeiro: Os produtos deverão ser novos, e deverão ser entregues no endereço constante na ordem de compra, acompanhados das respectivas notas fiscais; as embalagens deverão ser apresentadas em original e intacta contendo as seguintes informações:
A) Identificação do produto
B) Marca;
C) Nome e endereço do fabricante;
D) Embalagem original e intacta;
E) Data de validade (tempo de vida útil);
F) Data de fabricação.

Parágrafo Segundo: Serão recebidos da seguinte forma:

I - Provisoriamente, no ato de entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações constantes da proposta da empresa, marca, modelo e especificações técnicas.

II - Definitivamente, após a verificação da qualidade, da quantidade dos produtos e sua consequente aceitação, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Fornecedor terá o seu Registro de Preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

A pedido, quando:
- comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material.

Por iniciativa do Ministério da Justiça, quando:
- não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público, devidamente, motivadas e justificadas;
- não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

Automaticamente:
- por decurso de prazo de vigência da Ata;
- quando não restarem fornecedores registrados;
Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a contratante fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos fornecedores remanescentes, caso haja nova ordem de registro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE COMPRA

As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela contratante.

Parágrafo Único: A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizada pelo órgão requisitante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

O licitante registrado na Ata de Registro de Preços estará obrigado a fornecer, quando solicitados, quantitativos superiores àqueles registrados, em função do direito de acréscimo de até **25%** (vinte e cinco por cento) de acordo com o § 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro: Na hipótese prevista no item anterior, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados na Ata.

Parágrafo Segundo: A supressão dos materiais registradas nesta Ata poderá ser total ou parcial, a critério da Administração, considerando-se o disposto no parágrafo 4º do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS PREÇOS E ITENS DE FORNECIMENTO

Os preços ofertados pela empresa classificada em primeiro lugar, signatária da presente Ata de Registro de Preços, constam do **Encarte**, que se constitui em anexo à presente Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Único: Os preços, expressos em Real (R$), serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

A empresa fornecedora compromete-se a cumprir as obrigações constantes no edital e contrato, sem prejuízo das decorrentes das normas, dos anexos e da natureza da atividade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE, além das constantes no edital e do Contrato:

Parágrafo Primeiro: Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal(ais)/Fatura(s) da contratada, após a efetiva entrega dos materiais e emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

Parágrafo Segundo: Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio do fiscal o Senhor **ABEL ANGÉLICO DO NASCIMENTO,** servidor público, matrícula de nº 170049-3, especialmente designado, de acordo com a Lei 8.666/93 e posteriores alterações. Caberá ao Fiscal Operacional da Ata, ora designado, as atribuições e responsabilidades contidas no Decreto de n.º 017/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata o Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 0032/2018 e a proposta da empresa classificada em 1º lugar.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes das Leis nºs 8.666/93 e 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Apodi/RN, com exclusão de qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Rodolfo Fernandes/RN, 04/01/2019

Prefeitura Municipal De Rodolfo Fernandes	***ALAN CASSIO MONTEIRO MEDEIROS***
CNPJ: 08.153.819/0001-09	Pregoeiro Oficial do Munícipio de Rodolfo Fernandes/RN
FRANCISCO WILSON DE FREITAS REGO FILHO	CPF: 073.907.414-81
Prefeito do Município	
Contratante	

Empresas Contratadas

A NOVA SOLUCAO EIRELI
CNPJ: 70.157.680/0001-37

A V COSTA LIMA EIRELI
CNPJ: 31.650.135/0001-26

HERLANDSON DE OLIVEIRA FERNANDES
CNPJ: 06.190.903/0001-69

ENCARTE

Relação dos Itens da Ata de Registro de Preço do Pregão Nº 0032/2018

A NOVA SOLUCAO EIRELI (70.157.680/0001-37)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário(R$)	Valor total(R$)
50	4566 - CAMISETA UNISEX COM MANGA – NOS TAMANHOS P, M, G, GG, EXG: Camiseta masculina com manga em 100% algodão. Gola e punhos lisos, cor branca. CAMISETA UNISEX COM MANGA – NOS TAMANHOS P, M, G, GG, EXG: Camiseta masculina com manga em 100% algodão. Gola e punhos lisos, cor branca. COM SUBLIMAÇÃO DE ACORDO COM O AÇÃO/EVENTO QUE SERÁ DESENVOLVIDO. A NOVA SOLUCAO	UNID	2.000	11,86	23.720,00
Total					23.720,00

A V COSTA LIMA EIRELI (31.650.135/0001-26)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário(R$)	Valor total(R$)
2	4595 - CAMISA MASCULINA GOLA POLO COM MANGA – TAMANHO P CAMISA MASCULINA GOLA POLO COM MANGA – TAMANHO P: Camisa masculina gola pólo com manga - Malha Piquet, composta de 50% Algodão e 50% Poliéster. Gola e punhos lisos, tamanho P, cor caque. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	1	21,20	21,20
3	4596 - CAMISA MASCULINA GOLA POLO COM MANGA – TAMANHO M CAMISA MASCULINA GOLA POLO COM MANGA – TAMANHO M: Camisa masculina gola pólo com manga - Malha Piquet, composta de 50% Algodão e 50% Poliéster. Gola e punhos lisos, tamanho M, cor caque. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	2	21,50	43,00
4	4597 - CAMISA MASCULINA GOLA POLO COM MANGA – TAMANHO G CAMISA MASCULINA GOLA POLO COM MANGA – TAMANHO G: Camisa masculina gola pólo com manga - Malha Piquet, composta de 50% Algodão e 50% Poliéster. Gola e punhos lisos, tamanho G, cor caque. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	1	21,40	21,40
5	4598 - CAMISA FEMININA GOLA POLO COM MANGA – TAMANHO P CAMISA FEMININA GOLA POLO COM MANGA – TAMANHO P: Camisa feminina gola pólo com manga - Malha Piquet, composta de 50% Algodão e 50% Poliéster. Gola e punhos lisos, tamanho P, cor caque. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	1	21,20	21,20
6	4599 - CAMISA MASCULINA COM MANGA LONGA – TAMANHO P CAMISA MASCULINA COM MANGA LONGA – TAMANHO P: Camisa adulto com manga longa - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos lisos, tamanho P, cor caque. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	1	18,10	18,10
7	4600 - CAMISA MASCULINA COM MANGA LONGA – TAMANHO M CAMISA MASCULINA COM MANGA LONGA – TAMANHO M: Camisa adulto com manga longa - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos lisos, tamanho M, cor caque. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	2	18,00	36,00
8	4601 - CAMISA MASCULINA COM MANGA LONGA – TAMANHO G CAMISA MASCULINA COM MANGA LONGA – TAMANHO G: Camisa adulto com manga longa - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos lisos, tamanho G, cor caque. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	1	17,85	17,85
9	4602 - CAMISA FEMININA COM MANGA LONGA – TAMANHO P CAMISA FEMININA COM MANGA LONGA – TAMANHO P: Camisa adulto com manga longa - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos lisos, tamanho P, cor caque. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	1	17,80	17,80
23	4617 - CAMISA ADULTO COM MANGA – TAMANHO P CAMISA ADULTO COM MANGA – TAMANHO P: Camisa adulto com manga - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos lisos, tamanho P. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	10	14,05	140,50
24	4618 - CAMISA ADULTO COM MANGA – TAMANHO M CAMISA ADULTO COM MANGA – TAMANHO M: Camisa adulto com manga - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos lisos, tamanho M. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	20	14,05	281,00
25	4619 - CAMISA ADULTO COM MANGA – TAMANHO G CAMISA ADULTO COM MANGA – TAMANHO G: Camisa adulto com manga - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos lisos, tamanho G. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	10	14,05	140,50
26	4620 - CAMISA ADULTO COM MANGA – TAMANHO GG CAMISA ADULTO COM MANGA – TAMANHO GG: Camisa adulto com manga - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos lisos, tamanho GG. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	10	14,85	148,50
27	4621 - CAMISA INFANTIL COM MANGA – TAMANHO PP CAMISA INFANTIL COM MANGA – TAMANHO PP: Camisa infantil com manga - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos lisos, tamanho PP. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	10	12,50	125,00
28	4622 - CAMISA INFANTIL COM MANGA – TAMANHO P CAMISA INFANTIL COM MANGA – TAMANHO P: Camisa infantil com manga - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos lisos, tamanho P. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	10	12,50	125,00
29	4623 - CAMISA INFANTIL COM MANGA – TAMANHO M CAMISA INFANTIL COM MANGA – TAMANHO M: Camisa infantil com manga - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos lisos, tamanho M. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	20	12,50	250,00
30	4625 - CAMISA INFANTIL COM MANGA – TAMANHO G CAMISA INFANTIL COM MANGA – TAMANHO G: Camisa infantil com manga - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos lisos, tamanho G. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	10	12,50	125,00
31	4626 - CAMISA INFANTIL COM MANGA – TAMANHO GG CAMISA INFANTIL COM MANGA – TAMANHO GG: Camisa infantil com manga - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos lisos, tamanho GG. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	10	12,75	127,50
32	4627 - Camisa adulto com manga - Tamanho PP Camisa adulto com manga - Tamanho PP: Camisa adulto com manga - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos lisos, tamanho PP. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	30	12,65	379,50
33	4628 - Camisa adulto com manga - Tamanho P Camisa adulto com manga - Tamanho P: Camisa adulto com manga - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos lisos, tamanho P. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	50	12,65	632,50
34	4629 - Camisa adulto com manga - Tamanho M Camisa adulto com manga - Tamanho M: Camisa adulto com manga - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos lisos, tamanho M. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	80	12,65	1.012,00
35	4630 - Camisa adulto com manga - Tamanho G Camisa adulto com manga - Tamanho G: Camisa adulto com manga - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos lisos, tamanho G. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	60	12,75	765,00
36	4631 - Camisa adulto com manga – Tamanho GG Camisa adulto com manga – Tamanho GG: Camisa adulto com manga - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos lisos, tamanho GG. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	30	13,45	403,50
37	4632 - CAMISA ADULTO COM MANGA – TAMANHO PP CAMISA ADULTO COM MANGA – TAMANHO PP: Camisa adulto com manga e sublimação com a logomarca oficial do conselho - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos lisos, tamanho PP. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	8	12,75	102,00
38	4633 - CAMISA ADULTO COM MANGA – TAMANHO P CAMISA ADULTO COM MANGA – TAMANHO P: Camisa adulto com manga e sublimação com a logomarca oficial do conselho - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos lisos, tamanho P. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	8	12,75	102,00
39	4634 - CAMISA ADULTO COM MANGA – TAMANHO M CAMISA ADULTO COM MANGA – TAMANHO M: Camisa adulto com manga e sublimação com a logomarca oficial do conselho - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos lisos, tamanho M.	UNID	8	12,75	102,00

	ALTO OESTE MOVEIS				
40	4635 - CAMISA ADULTO COM MANGA – TAMANHO G CAMISA ADULTO COM MANGA – TAMANHO G: Camisa adulto com manga e sublimação com a logomarca oficial do conselho - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos lisos, tamanho G. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	8	12,75	102,00
41	4636 - CAMISA ADULTO COM MANGA – TAMANHO GG CAMISA ADULTO COM MANGA – TAMANHO GG: Camisa adulto com manga e sublimação com a logomarca oficial do conselho - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos lisos, tamanho GG. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	8	13,70	109,60
43	4638 - CAMISA MASCULINA MOTORISTAS GOLA POLO COM MANGA – NOS TAMANHOS P, M, G, GG, EXG CAMISA MASCULINA MOTORISTAS GOLA POLO COM MANGA – NOS TAMANHOS P, M, G, GG, EXG: Camisa masculina gola polo com manga - Malha Piquet, composta de 50% Algodão e 50% Poliéster. Gola e punhos lisos, tamanho, cor branca. Bordado na lateral esquerda superior "MOTORISTA" na cor azul, bordado na lateral direita superior o logo da Prefeitura de Rodolfo Fernandes, na cor azul, nas costas bordado em azul "MOTORISTA", nos tamanhos, P, M, G, GG e EXG. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	14	21,50	301,00
44	4639 - CAMISA MASCULINA GUARDA MUNICIPAL GOLA POLO COM MANGA – NOS TAMANHOS P, M, G, GG, EXG CAMISA MASCULINA GUARDA MUNICIPAL GOLA POLO COM MANGA – NOS TAMANHOS P, M, G, GG, EXG: Camisa feminina gola polo com manga - Malha Piquet, composta de 50% Algodão e 50% Poliéster. Gola e punhos lisos, tamanho M, cor branca. Bordado na lateral esquerda superior "GUARDA MUNICIPAL" na cor azul, bordado na lateral direita superior o logo da Prefeitura de Rodolfo Fernandes, na cor azul, nas costas bordado em azul "GUARDA MUNICIPAL", nos tamanhos, P, M, G, GG e EXG. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	5	21,50	107,50
52	4568 - CAMISA MASCULINA GOLA POLO COM MANGA – TAMANHO M: CAMISA MASCULINA GOLA POLO COM MANGA – TAMANHO M: Camisa masculina gola pólo com manga - Malha Piquet, composta de 50% Algodão e 50% Poliéster. Gola e punhos lisos, tamanho M, cor caque. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	2	21,00	42,00
53	4569 - CAMISA FEMININA GOLA POLO COM MANGA – TAMANHO P CAMISA FEMININA GOLA POLO COM MANGA – TAMANHO P: Camisa feminina gola pólo com manga - Malha Piquet, composta de 50% Algodão e 50% Poliéster. Gola e punhos lisos, tamanho M, cor caque. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	2	19,50	39,00
54	4570 - CAMISA FEMININA GOLA POLO COM MANGA – TAMANHO M CAMISA FEMININA GOLA POLO COM MANGA – TAMANHO M: Camisa feminina gola pólo com manga - Malha Piquet, composta de 50% Algodão e 50% Poliéster. Gola e punhos lisos, tamanho G, cor caque. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	4	19,50	78,00
58	4574 - Camisa adulto com manga - Tamanho PP Camisa adulto com manga - Tamanho PP: Camisa adulto com manga - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos dupla face com listras, tamanho PP. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	10	12,75	127,50
59	4575 - Camisa adulto com manga - Tamanho P Camisa adulto com manga - Tamanho P: Camisa adulto com manga - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos dupla face com listras, tamanho P. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	20	12,75	255,00
60	4576 - Camisa adulto com manga - Tamanho M Camisa adulto com manga - Tamanho M: Camisa adulto com manga - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos dupla face com listras, tamanho M. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	50	12,75	637,50
61	4577 - Camisa adulto com manga - Tamanho G Camisa adulto com manga - Tamanho G: Camisa adulto com manga - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos dupla face com listras, tamanho G. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	30	12,75	382,50
62	4578 - Camisa adulto com manga – Tamanho GG Camisa adulto com manga – Tamanho GG: Camisa adulto com manga - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos dupla face com listras, tamanho GG. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	15	13,25	198,75
63	4579 - Camisa infantil com manga - Tamanho PP Camisa infantil com manga - Tamanho PP: Camisa infantil com manga - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos dupla face com listras, tamanho PP. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	10	12,30	123,00
64	4580 - Camisa infantil com manga - Tamanho P Camisa infantil com manga - Tamanho P: Camisa infantil com manga - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos dupla face com listras, tamanho P. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	20	12,30	246,00
65	4581 - Camisa infantil com manga - Tamanho M Camisa infantil com manga - Tamanho M: Camisa infantil com manga - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos dupla face com listras, tamanho M. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	2	12,30	24,60
66	4582 - Camisa infantil com manga - Tamanho G Camisa infantil com manga - Tamanho G: Camisa infantil com manga - Malha PV,composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos dupla face com listras, tamanho G.] ALTO OESTE MOVEIS	UNID	30	12,30	369,00
67	4583 - Camisa infantil com manga – Tamanho GG Camisa infantil com manga – Tamanho GG: Camisa infantil com manga - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos dupla face com listras, tamanho GG. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	15	13,10	196,50
68	4584 - Camisa com manga - Tamanho PP Camisa com manga - Tamanho PP: Camisa com manga - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos brancos com listras azuis, tamanho PP. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	200	11,25	2.250,00
69	4585 - Camisa com manga - Tamanho P Camisa com manga - Tamanho P: Camisa com manga - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos brancos com listras azuis, tamanho P. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	164	11,25	1.845,00
70	4586 - Camisa com manga - Tamanho M Camisa com manga - Tamanho M: Camisa com manga - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos brancos com listras azuis, tamanho M. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	350	11,25	3.937,50
71	4587 - Camisa com manga - Tamanho G Camisa com manga - Tamanho G: Camisa com manga - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos brancos com listras azuis, tamanho G. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	300	11,20	3.360,00
72	4588 - Camisa com manga - Tamanho GG Camisa com manga - Tamanho GG: Camisa com manga - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos brancos com listras azuis, tamanho GG. ALTO OESTE MOVEIS	UNID	100	12,10	1.210,00
Total					21.100,00

HERLANDSON DE OLIVEIRA FERNANDES (06.190.903/0001-69)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário(R$)	Valor total(R$)
1	4645 - TERNO COMPLETO PARA FUTSAL TERNO COMPLETO PARA FUTSAL: Camisa em 100% poliéster, com sublimação total + calção com elástico, em microfibra com sublimação do brasão oficial do Município e número do jogador + meão 80 fios com sublimação do brasão oficial do Município + chuteira - Gênero: Masculino - Tipo de Chuteira: Futsal - Indicado para: Jogo - Material: Sintético. detalhe. wilson	UNID	12	40,00	480,00
10	4603 - CALÇA JEANS MASCULINA: Calça Jeans masculina. TAM. 36 CALÇA JEANS MASCULINA: Calça Jeans masculina. TAM. 36, cor azul, modelo tradicional, 100% algodão, fechamento em botão e zíper, com 2 bolsos frontais, 2 bolsos na parte de trás, cós e passantes. detalhe. wilson	UNID	2	40,00	80,00
11	4604 - CALÇA JEANS MASCULINA: Calça Jeans masculina. TAM. 38 CALÇA JEANS MASCULINA: Calça Jeans masculina. TAM. 38, cor azul, modelo tradicional, 100% algodão, fechamento em botão e zíper, com 2 bolsos frontais, 2 bolsos na parte de trás, cós e passantes. rotativa	UNID	2	46,00	92,00
12	4605 - CALÇA JEANS MASCULINA: Calça Jeans masculina. TAM. 40 CALÇA JEANS MASCULINA: Calça Jeans masculina. TAM. 40, cor azul, modelo tradicional, 100% algodão, fechamento em botão e zíper, com 2 bolsos frontais, 2 bolsos na parte de trás, cós e passantes. rotativa	UNID	2	46,00	92,00
13	4606 - CALÇA JEANS MASCULINA: Calça Jeans masculina. TAM. 46 CALÇA JEANS MASCULINA: Calça Jeans masculina. TAM. 46, cor azul, modelo tradicional, 100% algodão, fechamento em botão e zíper, com 2 bolsos frontais, 2 bolsos na parte de trás, cós e passantes. rotativa	UNID	2	46,00	92,00
14	4607 - CALÇA JEANS FEMININA: Calça Jeans feminina. TAM. 40 CALÇA JEANS FEMININA: Calça Jeans feminina. TAM. 40, cor azul, modelo tradicional, 100% algodão, fechamento em botão e zíper, com 2 bolsos frontais, 2 bolsos na parte de trás, cós e passantes. rotativa	UNID	2	18,00	36,00

15	4608 - BONÉ BONÉ: Boné, com brasão do Município bordado na parte frontal, em tactel ou rip stop na cor caque, tamanho único com regulagem em botões. multi fardas	UNID	5	8,00	40,00
16	4609 - BONÉ ÁRABE BONÉ ÁRABE: Boné árabe, com brasão do Município bordado na parte frontal, confeccionado em tactel ou rip stop na cor caque, tamanho único com regulagem em velcro. multi farda	UNID	5	18,00	90,00
17	4610 - BOTA COTURNO CANO CURTO SEM BICO DE FERRO/MASCULINA BOTA COTURNO CANO CURTO SEM BICO DE FERRO/MASCULINA: Bota coturno masculina em couro com amarra em cadarços, recortes acamurçados no cabedal, forro macio e material têxtil, solado de borracha, puxador no calcanhar e na lingueta, lingueta acamurçada, palmilha macia de boa respirabilidade. Na cor preta. Medidas aproximadas: Salto - 2,5 cm e altura total da bota de 11 cm. Tamanho Nº37. bracol	PR	5	45,00	225,00
18	4612 - BOTA COTURNO CANO CURTO SEM BICO DE FERRO/MASCULINA BOTA COTURNO CANO CURTO SEM BICO DE FERRO/MASCULINA: Bota coturno masculina em couro com amarra em cadarços, recortes acamurçados no cabedal, forro macio e material têxtil, solado de borracha, puxador no calcanhar e na lingueta, lingueta acamurçada, palmilha macia de boa respirabilidade. Na cor preta. Medidas aproximadas: Salto - 2,5 cm e altura total da bota de 11 cm. Tamanho Nº40. bracol	PR	4	45,00	180,00
19	4613 - BOTA COTURNO CANO CURTO SEM BICO DE FERRO/MASCULINA BOTA COTURNO CANO CURTO SEM BICO DE FERRO/MASCULINA: Bota coturno masculina em couro com amarra em cadarços, recortes acamurçados no cabedal, forro macio e material têxtil, solado de borracha, puxador no calcanhar e na lingueta, lingueta acamurçada, palmilha macia de boa respirabilidade. Na cor preta. Medidas aproximadas: Salto - 2,5 cm e altura total da bota de 11 cm. Tamanho Nº41. bracol	UNID	2	45,00	90,00
20	4614 - BOTA COTURNO CANO CURTO SEM BICO DE FERRO/FEMININA BOTA COTURNO CANO CURTO SEM BICO DE FERRO/FEMININA: Bota coturno feminina em couro com amarra em cadarços, recortes acamurçados no cabedal, forro macio e material têxtil, solado de borracha, puxador no calcanhar e na lingueta, lingueta acamurçada, palmilha macia de boa respirabilidade. Na cor preta. Medidas aproximadas: Salto - 2,5 cm e altura total da bota de 11 cm. Tamanho Nº38. bracol	PR	2	45,00	90,00
21	4615 - MANGA PROTEÇÃO SOLAR: MANGA PROTEÇÃO SOLAR: detalhe	PR	10	4,00	40,00
22	4616 - BOLSA EM LONA BOLSA EM LONA: Bolsa em lona 10, com brasão e nome bordado na parte frontal, com 4 divisões e com tratamento impermeável. Na cor caque. suyanne bolsas	UNID	5	75,00	375,00
42	4637 - CONUNTO (CAMISA E CALÇA) PARA GARIS (VARRIÇÃO/COLETA)/PEDREIRO/SERVIÇOS GERAIS/OPERADOR DE MAQUINAS CONUNTO (CAMISA E CALÇA) PARA GARIS (VARRIÇÃO/COLETA)/PEDREIRO/SERVIÇOS GERAIS/OPERADOR DE MAQUINAS: CAMISA - Especificações: Em Brim - 100% Algodão, MANGA LONGA, com gola e botões, faixa refletiva, com logotipo/texto/cor de acordo com a necessidade da secretaria (com criação de arte/logotipo por parte do Município), tamanho podendo variar de P a EGG, conforme solicitação da Secretaria. CALÇA - Especificações: Em Brim - 100% Algodão, com elástico total, com bolsos na frente e na perna, faixa refletiva, com tipo/texto/cor de acordo com a necessidade da secretaria (com criação de arte/logotipo por parte do Município), tamanho podendo variar de P a EGG, conforme solicitação da Secretaria. detalhe	UNID	60	63,33	3.799,80
45	4640 - UNIFORME CENTRO CIRÚRGICO, UNIFORME PRIVATIVO, UNIFORME DE PLANTÃO UNIFORME CENTRO CIRÚRGICO, UNIFORME PRIVATIVO, UNIFORME DE PLANTÃO. - Feito 100% em Algodão na cor verde e/ou azul. Blusa decote V, com bolsos frontais; Calça com fechamento em cordão, com bolsos frontais fácil de vestir e ajustar ao corpo; - Unissex - Atender Homens e Mulheres com o máximo de conforto e praticidade. Bordado na lateral esquerda superior nome da profissão "TECNICO DE ENFERMAGEM (A), ENFERMEIRO(A), MEDICO(A), FARMACEUTICO/BIOQUIMICO, TECNICO EM ANÁLISES CLINICAS (A)" na cor branca, bordado na lateral direita superior o nome do Hospital Municipal , na cor branca, nos tamanhos, P, M, G, GG e EXG. detalhe	UNID	50	38,00	1.900,00
46	4641 - COLETE GUARDA MUNICIPA COLETE GUARDA MUNICIPAL: tecido Terbrim, preto, com três bolsos na parte frontal, fechamento do colete frontal em velcro, bordado na lateral esquerda superior "GUARDA MUNICIPAL" na cor amarelo, bordado na lateral direita superior o logo da Prefeitura de Rodolfo Fernandes, na cor amarelo, nas costas bordado em branco "GUARDA MUNICIPAL", nos tamanhos, P, M, G, GG e EXG. detalhe	UNID	5	30,00	150,00
47	4642 - CONJUNTO PARA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS CONJUNTO PARA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS: Bermuda na cor azul e Bata manga kimono na cor branca com detalhes na cor azul - 100% algodão bordado na lateral esquerda superior "ASG" na cor AZUL, bordado na lateral direita superior o logo da Prefeitura de Rodolfo Fernandes, na cor azul, nos tamanhos, P, M, G, GG e EXG. detalhe	UNID	12	45,00	540,00
48	4643 - COLETE FEMININO COLETE FEMININO: Em tecido de Sarja na cor branca com detalhes na cor azul, com bolsos frontais, fechamento frontal com zíper. Bordado na lateral esquerda superior nome da profissão "FARMACEUTICO/BIOQUIMICO, ASSISTENTE DE FARMACIA, ATENDENTE" na cor AZUL, bordado na lateral direita superior o nome do Farmácia Básica , na cor azul, nos tamanhos, P, M, G, GG e EXG. detalhe	UNID	14	21,42	299,88
49	4644 - CALÇADO CALÇADO: calçado especializado para o uso profissional, material EVA, fechado na parte superior e no calcanhar, o que garante segurança aos pés, além de possuir solado antiderrapante resistente. - Solado Antiderrapante - Material macio e flexível -Impermeável e facilmente lavável - Durável e Resistente - EPI -Aprovado Pelo Ministério do Trabalho - Atende NR-32 solf works	PR	14	15,00	210,00
51	4567 - BONÉ: Boné, com brasão do Município bordado na parte frontal, em tactel ou rip stop na cor branca, tamanho único com regulagem em botões. BONÉ: Boné, com brasão do Município bordado na parte frontal, em tactel ou rip stop na cor branca, tamanho único com regulagem em botões. COM SUBLIMAÇÃO DE ACORDO COM O AÇÃO/EVENTO QUE SERÁ DESENVOLVIDO. multi fardas	UNID	300	8,00	2.400,00
55	4571 - COLETE VIGILANCIA SANITÁRIA COLETE VIGILANCIA SANITÁRIA: tecido Brim Leve, azul, com bolsos transversais nas laterais inferiores – fechamento com zíper, fechamento do colete com zíper cor preto, bordado na lateral esquerda superior "VIGILÂNCIA SANITÁRIA" na cor branca, bordado na lateral direita superior o logo da Prefeitura de Rodolfo Fernandes e logo abaixo "FISCALIZAÇÃO" na cor branca, nas costas bordado em branco "VIGILÂNCIA SANITÁRIA", nos tamanhos PP, P, M, G, GG e EXG. detalhe	UNID	8	18,00	144,00
56	4572 - BONÉ BONÉ: Boné, com brasão do Município bordado na parte frontal, em tactel ou rip stop na cor caque, tamanho único com regulagem em botões. multi fardas	UNID	8	10,00	80,00
57	4573 - BOLSA EM LONA BOLSA EM LONA: Bolsa em lona 10, com brasão e nome bordado na parte frontal, com 4 divisões e com tratamento impermeável. Na cor azul. suyanne bolsas	UNID	4	25,00	100,00
73	4589 - Conjunto infantil, camisa com manga e short de malha - Tamanho PP Conjunto infantil, camisa com manga e short de malha - Tamanho PP: Camisa infantil com manga - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos brancos com listras azuis, short com elástico, em malha helanca na cor azul royal, tamanho PP. detalhe	UNID	100	22,00	2.200,00
74	4590 - Conjunto infantil, camisa com manga e short de malha - Tamanho P Conjunto infantil, camisa com manga e short de malha - Tamanho P: Camisa infantil com manga - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos brancos com listras azuis, short com elástico, em malha helanca na cor azul royal, tamanho P. detalhe	UNID	140	22,00	3.080,00
75	4591 - Conjunto infantil, camisa com manga e short de malha - Tamanho M Conjunto infantil, camisa com manga e short de malha - Tamanho M: Camisa infantil com manga - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos brancos com listras azuis, short com elástico, em malha helanca na cor azul royal, tamanho M. detalhe	UNID	140	22,00	3.080,00
76	4592 - Conjunto infantil, camisa com manga e short de malha - Tamanho G Conjunto infantil, camisa com manga e short de malha - Tamanho G: Camisa infantil com manga - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos brancos com listras azuis, short com elástico, em malha helanca na cor azul royal, tamanho G. detalhe	UNID	120	22,00	2.640,00
77	4593 - Conjunto infantil, camisa com manga e short de malha - Tamanho GG Conjunto infantil, camisa com manga e short de malha - Tamanho GG: Camisa infantil com manga - Malha PV, composta de 67% dos fios de poliéster e 33% de viscose, feita com fios 30.1. Gola e punhos brancos com listras azuis, short com elástico, em malha helanca na cor azul royal, tamanho GG. detalhe	UNID	80	22,00	1.760,00
Total					24.385,68

Rodolfo Fernandes/RN, 04/01/2019

Publicado por:
Luiz Kleber Inácio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:0DE02802

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAÇÃO Nº 0224/2019 – PMSF/RN - ANEXO I

Rua Capitão João Florêncio, 45 - Centro - 59.327-000 - São Fernando/ RN					
CNPJ: 08.096.612/0001-31 Fone: (84) 3428.0001 pmsf@bol.com.br			**Usuário:** GILDERLEIDSON	**Chave de Autenticação Digital**	
http://www.saofernando.rn.gov.br				1298-9970-362	
Relação de Alterações Orçamentárias					
Fundamento: Decreto 0224/2019 de 07/10/2019					
Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de São Fernando					
Órgão Orçamentário: 17000 - Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento					
Unidade Orçamentária: 17001 - Fundo Municipal de Saúde					
Função: 10 - Saúde					
Subfunção: 301 - Atenção Básica					
Programa: 75 - Saúde					
Ação: 2.46 - Prog. Atenção Básica - PAB Fixo - BLAT. Basic					
Despesa 506 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
Fonte de recurso: 12140000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Fed					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
07/10/2019	82497	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	20.000,00	
Total da Despesa:				20.000,00	0,00
Ação: 2.100 - Nucleo Apoio Saúde Família - NASF					
Despesa 536 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física					
Fonte de recurso: 12140000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Fed					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
07/10/2019	82498	Redução da Despesa			20.000,00
Total da Despesa:				0,00	20.000,00
Total da Unidade Orçamentária:				20.000,00	20.000,00
Total do Órgão Orçamentário:				20.000,00	20.000,00
Total do Fundamento:				20.000,00	20.000,00
Total Geral:				20.000,00	20.000,00

Publicado por:
Pascelle Santos Lins de Medeiros
Código Identificador:975754C2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO FERNANDO/RN

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Fernando/RN, vem por meio deste divulgar o Resultado Final das eleições unificadas para os novos membros do Conselho Tutelar do município, que assumirão os cargos durante os próximos 4 (quatro) anos.

º	NOME	URNA 01	URNA 02	URNA O3	URNA 04	TOTAL
1	FLÁVIA F. DE ARAÚJO	145	227	152	126	650
2	REILDA ALVES DE ARAÚJO	136	223	145	116	620
3	MARIA A. DOS SANTOS	118	163	140	97	518
4	ELIZETE KÁTIA SANTOS	117	182	129	82	510
5	FRANCIMAR S. DE ALMEIDA	120	174	123	84	501
6	IARA MARIA P. DE MEDEIROS	103	162	105	90	460
7	NATHANAEL DE A. OLIVEIRA	100	138	105	89	432
8	MARIA JAQUELINE DANTAS	74	92	65	56	287
9	SANDRA M. DOS SANTOS	70	83	54	50	257
10	JOÃO MARCOS B. DA SILVA	53	82	49	31	215

São Fernando/RN, 07 de outubro de 2019.

ANA MARIA DOS SANTOS
Presidente da Comissão Especial Eleitoral e Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Fernando/RN.

Publicado por:
Pascelle Santos Lins de Medeiros
Código Identificador:0876990B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 026/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 026/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN, POR INTERMEDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL COM INTERVENIÊNCIA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL E A EMPRESA MARIA I MARCELINO TORRES ME, NA FORMA E CONDIÇÕES ABAIXO ESTABELECIDAS:

*O **MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN**, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL**, pessoa jurídica de direito público da Administração Direta, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, sediada a Rua São Francisco, nº 64, Centro, São Francisco do Oeste/RN, inscrita no CNPJ/MF n.º 08.154.015/0001-16, representada neste ato pelo Excelentíssimo Senhor PREFEITO Constitucional **LUSIMAR***

***PORFÍRIO DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 20.642.025-0-SSP/SP, inscrito no CPF nº 513.369.794-53, residente e domiciliada na Rua Francisco Martins Viana, nº 58, Centro, neste Município, com interveniência do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL**, sediado na Rua Alexandre Benedito, nº 122, Centro, São Francisco do Oeste/RN, inscrito no CNPJ/MF nº 14.529.435/0001-32, representado neste ato pela Secretária Municipal de Assistência Social, **MARIA JOELMA DE HOLANDA SILVEIRA**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 001.715.991 SSP/RN, inscrita no CPF nº 316.722.758-30, residente e domiciliada na Rua Manoel Barreto, 42, Centro, São Francisco do Oeste/RN e de outro lado a empresa **MARIA I MARCELINO TORRES ME**, inscrita no CNPJ/MF n.º 22.162.896/0001-48, estabelecida na Travessa Gonçalo Chaves, nº 01, Centro, Encanto/RN, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato pelo responsável legal **MARIA ILMA MARCELINO TORRES**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade n.º 265.380 ITEP/RN, inscrito no CPF/MF n.º 221.592.234-68, residente e domiciliada na Rua Lafaiete Diógenes, nº 170, Centro, Pau dos Ferros/RN, celebram a presente Ata de Registro de Preços, do qual serão partes integrantes o Edital do Pregão Presencial n.º 017/2019 SRP e a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, sujeitando-se a **CONTRATANTE** e **CONTRATADA** às normas disciplinares das Leis: : Lei Federal n° 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores que lhe foram introduzidas; Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990; Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Decreto Municipal 015/2017 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições que se seguem:*

– CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 - Constitui o objeto desta Ata o registro dos preços resultantes das negociações oriundas do Pregão Presencial nº 017/2019 para o Sistema de Registro de Preços, com base na Lei Federal n.º 10.520/2002, c/c o § 4º, do artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93, visando disponibilizar para as Secretarias deste Município, preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de Coffee Break nos eventos municipais, conforme especificações e quantitativos constantes do Anexo I do Edital.

*1.1.1 – O fornecimento do serviço objeto desta licitação será feito diretamente pela detentora, **CONTRATADA**, da Ata de Registro de Preços, sem a cobrança de encargos, ou ônus, de qualquer natureza, conforme a disposição dos itens.*

1.1.2 – Cumprir todas as obrigações definidas no presente instrumento.

*1.1.3 – Todos os ônus decorrentes da troca ou substituição de pessoas e/ou materiais porventura empregados, deverão ser realizados às exclusivas expensas da detentora da Ata de Registro de Preços, sem quaisquer ônus ou encargos para a **CONTRATANTE**.*

*1.2 – O serviço deverá ser entregue em no **máximo 02 (dois) dias**, quando solicitados, para qualquer das unidades dos órgãos e entes aderentes deste Sistema de Registro de Preços, ou para outras unidades de órgãos ou entes que vierem a aderir durante sua vigência, nos endereços indicados pelas unidades requisitantes, podendo admitir-se adesão, de acordo com cada caso, para a utilização por outros órgãos e entes de qualquer esfera da Federação através do competente Termo de Adesão.*

1.4 – Desde a data da assinatura da Ata de Registro de Preços, a detentora se obriga adotar todas e quaisquer providências que forem necessárias para assegurar a satisfatória aquisição dos materiais objeto deste contrato vinculado a Ata do Registro de Preço, de forma que, em nenhuma hipótese, a atividade necessária às unidades requisitantes sofra qualquer solução de continuidade.

2 – CLÁUSULA SEGUNDA – DO MATERIAL E PREÇOS REGISTRADOS:

*2.1 – O material e preços ora registrados são os especificados na Proposta de Preços apresentada pela **ADJUDICATÁRIA** na Licitação – Pregão Presencial SRP nº 017/2019.*

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	R$ UNIT.	R$ TOTAL
1	8381 - SALGADO FRITO – COXINHA DE FRANGO Com no mínimo 20g, acondicionado em bandeja de papelão aluminizado, com validade mínima de 24 horas, com 100 unidades.	CENTO	40	34,00	1.360,00
2	8382 - SALGADO FRITO – PASTEL DE CARNE Com no mínimo 10g, acondicionado em bandeja de papelão aluminizado, com validade mínima de 24 horas, com 100 unidades	CENTO	40	34,00	1.360,00
3	8383 - SALGADO FRITO – PASTEL DE QUEIJO Com no mínimo 10g, acondicionado em bandeja de papelão aluminizado, com validade mínima de 24 horas, com 100 unidades.	CENTO	40	34,00	1.360,00
4	8384 - SALGADO ASSADO – EMPADA DE FRANGO Com no mínimo 20g, acondicionado em bandeja de papelão aluminizado, com validade mínima de 24 horas, com 100 unidades	CENTO	40	36,50	1.460,00
5	8385 - SANDUICHE NATURAL Pão francês, 2 fatias de presunto cozido, 2 fatias de queijo mussarela, margarina, cenoura ralada, alface e tomate, com validade mínima de 24 horas.	UND	1.500	5,00	7.500,00
6	8387 - BOLO RECHEADO Sabores: Chocolate, Coco, Abacaxi, Limão, Doce de Leite, Beijinho, Ameixa, com validade mínima de 24 horas.	UND	150	15,50	2.325,00
7	8388 - BOLO SIMPLES Sabores: Milho, Batata, Macaxeira, Laranja, Cenoura, Leite, Chocolate, Ovos, com validade mínima de 24 horas.	UND	300	13,00	3.900,00
8	8389 - PÃO DE QUEIJO MINEIRO Com validade mínima de 24 horas	UND	2.000	1,10	2.200,00
9	8390 - SUCO DE FRUTA Sabores: Laranja, Maracujá, Goiaba, Manga, Acerola, Cajá	LITRO	200	7,50	1.500,00
10	8391 - CAFÉ Garrafa com 01 litro	LITRO	100	3,80	380,00
11	8392 - LEITE Garrafa com 01 litro	LITRO	100	3,00	300,00
12	8393 - PICOLE TIPO SIMPLES Sabores: Morango, Graviola, Chocolate, Nata, Manga, Uva, Leite condensado, Iogurte, Brigadeiro	UND	3.000	1,25	3.750,00
13	8394 - CACHORRO QUENTE Carne moída com Salsicha, Milho verde e ervilha, Molho tomate, Creme de leite, Batata palha	UND	6.000	3,00	18.000,00
14	8395 - SALADA DE FRUTA – C/ 300ml Com as seguintes frutas: Maça, Banana, Melão, Abacaxi, Mamão, Manga, Kiwi, Morango	UND	1.200	3,50	4.200,00
15	8396 - TORTA SALGADA – C/ 300g Tipo: Carne, Frango, Presunto e Queijo	UND	500	3,70	1.850,00
TOTAL					**51.445,00**

3 – CLÁUSULA TERCEIRA – DA FONTE DE RECURSOS FINANCEIROS:

3.1 – O presente instrumento correrá por conta dos recursos oriundos do Orçamento Municipal.

4 – CLÁUSULA QUARTA – DA FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1 – As despesas decorrentes da execução do presente instrumento correrão por conta do Elemento Orçamentário 33.90.39.00 – Outros Serviços Terceiro Pessoa Jurídica, existente no orçamento 2019.

5 – CLÁUSULA QUINTA – DAS FISCALIZAÇÕES:

5.1 – As fiscalizações serão realizadas pelo Gestor de Contrato designado através de portaria, Telefone: 3378-0197 / 3378-0013, E-mail: gcontratosoeste@gmail.com designado pela Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste/RN, que notificará a adjudicatária quando constatada alguma divergência no fornecimento do serviço licitado.

*5.2 – A **ADJUDICATÁRIA** ficará sujeita à fiscalização dos órgãos de controle pertinentes no que couber ao objeto, devendo providenciar, no que for de sua responsabilidade, toda documentação exigida e necessária à realização de cada serviço, de acordo com os prazos legais estabelecidos por cada órgão;*

5.3 - A atestação das faturas correspondentes a prestação dos serviços caberá ao Gestor de Contrato, designado para esse fim.

6 – CLÁUSULA SEXTA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO:

6.1 - Após recebida a documentação, o setor de protocolo encaminhará para o Gestor de Contrato responsável pelo atesto, logo em seguida, encaminhará para o setor contábil para liquidação da despesa, obedecendo o prazo máximo de 20 dias.

6.2 - O responsável pelo atesto da pertinente despesa, conferirá a documentação legalmente exigível para efeito do adimplemento da obrigação, verificando, junto aos respectivos órgãos expedidores, as autenticidades das certidões de regularidade apresentadas, bem como se o objeto atendem às especificações e condições deste contrato, assim como estabelece o art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, de modo que, em não sendo detectada pendência, será emitido o atesto.

6.3 - O pagamento decorrente do fornecimento do objeto será efetuado pela Secretaria Municipal de Finanças, por processo legal, após a emissão das Notas Fiscais/Faturas (em duas vias), fazendo menção ao Pregão Presencial n° 017/2019, o qual será pago através de cheque nominativo, Transferência ou Ordem Bancária, em favor da adjucatária, até, no máximo 30 (trinta) dias após a apresentação da referida Nota Fiscal. As Notas Fiscais/Faturas devem ser encaminhadas ao setor de Protocolo do Município, devidamente atestadas e acompanhadas das Certidões de Regularidade para com as Receitas Federal, Estadual e Municipal, FGTS e Trabalhista com os prazos de validade devidamente atualizados.

6.4 - O pagamento será efetuado de acordo com a Resolução 032/2016 – TCE/RN, alterada pela Resolução 024/2017 – TCE/RN, subsidiada pelo art. 5º da Lei 8.666/93, obedecendo a ordem cronológica dos credores cujas despesas já foram liquidadas.

7 – CLÁUSULA SÉTIMA – DO PROCESSO LICITATÓRIO:

7.1 – As despesas provenientes desta Ata foram autorizadas através da Licitação – Pregão Presencial nº 017/2019, homologado em 02 de outubro de 2019.

8 – CLÁUSULA OITAVA – DA VALIDADE:

8.1 – A validade desta "Ata de Registro de Preços" será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura;

*8.2 – Durante o período de validade a Administração Municipal poderá contratar o objeto ora registrado mediante outra licitação, se assim julgar conveniente, sem que caibam recursos ou indenização de qualquer espécie à **ADJUDICATARIA**, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto.*

9 – CLÁUSULA NONA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE:

9.1 – A validade desta Ata não poderá ser prorrogada.

10 – CLÁUSULA DÉCIMA – DA VARIAÇÃO DOS PREÇOS:

10.1 – Considerando o prazo estabelecido na Cláusula Oitava da presente Ata, e, em atendimento aos preceitos legais, é vedado qualquer reajustamento de preços durante a validade desta Ata, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II, do art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93;

*10.2 – Mesmo comprovada à ocorrência da situação acima prevista, a **ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro procedimento licitatório.*

11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES:

11.1 – No caso de inadimplência ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com a Prefeitura de São Francisco do Oeste/RN, garantida a prévia defesa, aplicar-se-á as sanções previstas no Edital do Pregão Presencial nº 017/2019 para o SRP e na legislação vigente.

*a) A aplicação de multa a ser determinada pela **ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**, após regular procedimento que garanta a prévia defesa da **ADJUDICATÁRIA** inadimplente, não exclui a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002, nem das demais sanções previstas na legislação brasileira em vigor;*

b) Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurada a defesa prévia do interessado nos prazos definidos em lei, sendo-lhes franqueada vistas ao processo.

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – REPONSABILIDADES DA CONTRATADA

12.1 – Entregar os produtos contratados em observância ao objeto pretendido;

12.2 – Garantir a qualidade dos produtos ora solicitados;

12.3 – Aceitar nas mesmas condições contratuais acréscimos ou supressões no objeto, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

12.4 – Emitir Nota Fiscal / Recibo Fatura correspondente à execução dos serviços contratados;

12.5 – Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste/RN;

*12.6 - Comunicar à **ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL** qualquer fato que prejudique a entrega do material, bem como a sua qualidade e pontualidade;*

*12.7 - Na eventualidade de ocorrência de algum imprevisto e havendo necessidade, promover a imediata substituição do material que apresentar algum defeito, conforme solicitação da **ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**;*

*12.8 - Entregar os produtos de acordo com a solicitação da Administração Municipal, cumprindo sempre os prazos determinados, bem como as especificações técnicas constantes da Proposta de Preços apresentada pela **ADJUDICATÁRIA** e aceita pela **ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.***

13 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

*13.1 – Efetuar o pagamento a **CONTRATADA**, observando os prazos preestabelecidos, no Edital, bem como controlar o estrito cumprimento das obrigações contratuais;*

*13.2 – Fornecer à **CONTRATADA** todas as condições necessárias para o efetivo desenvolvimento dos serviços ora contratados;*

*13.3 – Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços a serem desenvolvidos pela **CONTRATADA**;*

*13.4 – Prestar à **CONTRATADA** todos os esclarecimentos necessários à execução do Contrato;*

13.5 – Fazer a retenção de impostos/tributos, quando for o caso;

*13.6 - Notificar a **ADJUDICATÁRIA** por qualquer descumprimento das obrigações assumidas;*

13.7 - Aplicar as sanções cabíveis, conforme o caso.

14 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

14.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório; g) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

14.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

15 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO:
15.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte para dirimir, administrativa e judicialmente, quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.

15.2 – E por estarem justos e combinados, lavra-se a presente Ata, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surta os seus efeitos jurídicos e legais.

São Francisco do Oeste/RN, em 07 de outubro de 2019

LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA
Prefeito Municipal
CNPJ/MF Nº 08.154.015/0001-16

MARIA JOELMA DE HOLANDA SILVEIRA
Representante Do FMAS
CNPJ/MF Nº 14.529.435/0001-32

MARIA ILMA MARCELINO TORRES
Titular Da Adjudicatária
CNPJ/MF Nº 22.162.896/0001-48

Publicado por:
Emanuela Cristina Estevao Leite
Código Identificador:3D480EE3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
DECRETO Nº 125/2019

DECRETO Nº 125 , DE 07 de outubro de 2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 29.300,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Serra do Mel/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 29.300,00 (vinte e nove mil e trezentos reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 07 de outubro de 2019

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**29.300,00**
02 .005 Sec.Mun.Educação,Cultura,Esporte e Lazer					**16.300,00**
	2023 Manutenção das Atividades da Educação Infantil - CRECHE				**1.300,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	11200000	0001	1.300,00
	2030 Construção, Ampliação, Reforma e Manutenção de Quadras de Esporte				**15.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15300000	0001	15.000,00
02 .013 Sec.Mun.Agric.Pecuaria e Desev.Economico					**12.000,00**
	2048 Manutenção das Ativ. da Sec. Munic. de Agricultura, Pecuária e Des. Econômico				**12.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15300000	0001	12.000,00
04 .001 Secretaria Mun. de Assistência Social					**1.000,00**
	2078 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social				**1.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	10010000	0001	1.000,00
Anexo II (Redução)					**29.300,00**
02 .005 Sec.Mun.Educação,Cultura,Esporte e Lazer					**16.300,00**
	2025 Manutenção das Atividades da Educação Infantil - PRÉ ESCOLA				**1.300,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	11200000	0001	1.300,00
	2034 Programa de Realização de Eventos Desportivos				**15.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15300000	0001	15.000,00
02 .013 Sec.Mun.Agric.Pecuaria e Desev.Economico					**12.000,00**
	2052 Assistência ao Produtor Rural - Agricultura Familiar				**12.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15300000	0001	12.000,00
04 .001 Secretaria Mun. de Assistência Social					**1.000,00**
	2078 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social				**1.000,00**
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULT., ARTÍST., CIENT., DESP. E OUTROS	10010000	0001	1.000,00

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:0E72E0CF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - COMDICA
EDITAL Nº 06/2019 - PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO UNIFICADA PARA O CONSELHO TUTELAR

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma daResolução 03/2019 - COMDICA, torna público o resultado da eleição dos membros do Conselho Tutelar do município de Tibau - RN, realizada no dia 06 de outubro de 2019.

Classificação **Titulares**	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
1º	JANAYNA KEYVYLANA	228
2º	MADALENA SOUZA	215
3º	VERÔNICA NASCIMENTO	174
4º	NINICE DE BATISTA	166
5º	LAZÁRO DORNELLES	135
Classificação **Suplentes**	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
6º	ARMANDO ERMÍNIO	134
7º	IR. DAVID SOLANO	126
8º	ANDRÉA KALIANE	121
9º	GUILHERME FERNANDES	110
10º	IR. MILTOMAR RODRIGUES	107
Classificação	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
11º	HUDSON ANDRADE	102
12º	CLÁUDIO GERMANO	92
13º	JOSIAS VENÂNCIO	84
13º	ANDRÉIA DUNGA	84
14º	KARIZIA ELAINE	56
15º	JOSIELE FERNANDES	49
16º	CAMILA OLIVEIRA	46
17º	IAPONIRA THAYSA	43
18º	PROFESSOR DIEGO	37
19º	PROFESSORA VANDA	22

Fica aberto o prazo de 07 dias, a contar da publicação do presente Edital, que vai do dia 08 de Outubro de 2019 a 14 de Outubro de 2019 para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista na RESOLUÇÃO Nº 004, DE 03, DE ABRIL DE 2019 e no item 5.21 Das Etapas do Processo de Escolha do Edital 001/2019 – COMDICA.
A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

Tibau - RN, 07 de Outubro de 2019.

TATIANA MUNIZ DE SIQUEIRA
Coordenadora da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:60554D0A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS

GABINETE DO PREFEITO
ANEXOS LEI 828/2019 - LDO 2020

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2020

AMF - Demnostrativo V (LRF, art. 4º, § 2º, Inciso III)			R$1,00
RECEITASREALIZADAS	2018(a)	2017(d)	2016
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Alienação de Bens Móveis	-		-
Alienação de Bens Imóveis			
TOTAL	-		-
DESPESAS LIQUIDADAS	2018(b)	2017(e)	2016
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE			
ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos			-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DEPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREV			
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
TOTAL			
SALDO FINANCEIRO	(c) = (a+b)+(f)	(f) = (d-e)+(g)	(g)
	-	-	-
FONTE: Prefeitura Municipal			
Nota: A Prefeitura não obtou pela instituição de previdência pública.			

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE TOUROS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2020

AMF - Demonstrativo I (LRF, Art. 4º, § 1º)									R$1,00
ESPECIFICAÇÃO	2020			2021			2022		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	84.003.444	80.772.542	0,14	89.463.700	82.953.509	0,14	95.099.914	85.032.112	0,14
Receitas Primárias (I)	83.870.540	80.644.750	0,14	89.322.125	82.822.236	0,14	94.949.420	84.897.550	0,14
Despesa Total	83.960.719	80.731.461	0,14	89.463.700	82.953.509	0,14	95.099.914	85.032.112	0,14
Despesas Primárias (II)	83.960.719	80.731.461	0,14	89.418.806	82.911.882	0,14	95.052.776	84.989.964	0,14
Resultado Primário (I - II)	-90.179	-86.711	0,00	-96.681	-89.646	0,00	-103.356	-92.414	0,00
Resultado Nominal	-84.969	-81.701	0,00	-1.939.399	-1.798.271	0,00	-745.458	-666.540	0,00
Dívida Pública Consolidada	19.393.984	18.648.062	0,03	17.454.585	16.184.431	0,03	15.709.127	14.046.072	0,02
Dívida Consolidada Líquida	18.893.984	18.167.292	0,03	16.954.585	15.720.815	0,03	16.209.127	14.493.139	0,02
Receits Primárias advinda de PPP (IV)									
Despesas Primárias geradas por PPP (v)									
Impactodo saldo das PPP (VI) = (IV-V)									
FONTE: Balanços e Orçamentos municipal									
IBGE									
Portal Brasil									
PIB do Rio Grande do Norte		58.975.750.000			60.324.439.500			61.832.550.487	
Índice de Correção Monetária		1,04			1,07848			1,1184	
Crescimento do PID									

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE TOUROS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2020

AMF - Demonstrativo II(LRF, art. 4º, § 2º, inciso I)					R$1,00
ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2018 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2018 (b)	% PIB	Valor © = (b-a) / % (c/a) x 100
					Valor © = (b-a)
					% (c/a) x 100
Receita Total	67.886.075	0,12	70.253.541	0,12	2.367.466 / 3,49
Receitas Primárias(I)	67.214.555	0,12	70.134.998	0,12	2.920.443 / 4,34
Despesa Total	67.886.075	0,12	74.054.918	0,13	6.168.843 / 9,09
Despesas Primárias (II)	67.886.075	0,12	74.016.137	0,13	6.130.062 / 9,03
Resultado Primário(III) = (I - II)	-671.520	0,00	-3.881.139	-0,01	-3.209.619 / 477,96
Resultado Nominal	3.761.402	0,01	11.462.857	0,02	7.701.455 / 204,75
Dívida Pública Consolidada	26.591.104	0,05	25.020.634	0,04	-1.570.470 / -5,91
Dívida Consolidade Líquida	24.591.104	0,04	22.320.222	0,04	-2.270.882 / -9,23
FONTE: Orçamentos do Município 2018					
Balanço Geral do Município 2018					
PIB do Rio Grande do Norte			57.250.000.000		57.250.000.000

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE TOUROS
CENÁRIO MACROECONÔMICO

(*) R$ 1.000						
VARIÁVEIS	2013	2014	2015	2016	2017	2018
PIB real do Município (extraído do Portal Brasil) (*)	23.009.977	24.045.426	25.127.470	26.258.206	26.783.270	26.783.370
Variação Percentual do PIB	0,5	0,2	-1,9	0,0	2,0	2,0
Índice de Inflação	6,0	5,5	7,0	6,5	6,5	6,0
Variação Percentual acumulada	5	5	6,6	6,6	6,6	7,0
Percentual de Crescimento da Receita	1,1183	1,022	ref	1,065	1,134	1,2024
(*) projetada com base no Índice Nacional de Preços aos Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE.						

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE TOUROS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2020

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art.. 4º, § 2º, inciso V)					R$1,00
SETOR/PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREGISTA				COMPENSAÇÃO
	Tributo/Contribuição	2017	2018	2019	
não tem	não tem				não tem
TOTAL					
FONTE: Prefeitura Municipal.					

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE TOUROS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMONIO LÍQUIDO
2020

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)						R$1,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio/Capital	2.258.082	100	7.158.206	100	14.435.198	100
Reservas						

Resultado Acumulado						
TOTAL	2.258.082	100	7.158.206	100	14.435.198	100

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio/Capital						
Reservas	Não Tem		Não tem		Não tem	
Resultado Acumulado						
TOTAL						
FONTE: Balanço Geral do Município.						

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE TOUROS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2020

AMF - Demonstrativo VII (LRF, art. 4º, inciso V)	R$1,00
EVENTO	2020
Aumento Permanente da Receita	0
(-) Transferências Constitucionais	0
(-) Transferências do FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0
Redução Permanente de Despesa (II)	0
Margem Bruta (III) = (I+II)	0
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0
Novas DOCC	0
Novas DOCC geradas por PPP's	0
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	0
FONTE: Prefeitura Municipal.	

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE TOUROS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS METAS FISCAIS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2020

AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º, 2º, inciso II)											R$1,00
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
Receita Total	74.631.929	70.253.541	-5,867	78.654.939	12,0	84.003.444	6,8	89.463.700	6,5	95.099.914	6,3
Receitas Primárias(I)	74.325.997	70.134.998	-5,639	78.530.469	12,0	83.870.540	6,8	89.322.125	6,5	94.949.420	6,3
Despesa Total	45.015.013	74.054.918	64,512	67.886.075	-8,3	83.960.719	23,7	89.463.700	6,6	95.099.914	6,3
Despesas Primárias(II)	66.395.173	74.016.137	11,478	67.886.075	-8,3	83.960.719	23,7	89.418.806	6,5	95.052.776	6,3
Resultado Primário(III)=(I - II)	66.395.173	-3.881.139	-105,8	10.644.394	-374,3	-90.179	-100,8	-96.681	7,2	-103.356	6,9
Resultado Nominal	-1.122.185	11.462.857	-1121	-2.380.111	-120,8	-84.969	-96,4	-1.939.399	2182,5	-745.458	-61,6
Dívida Pública Consolidada	16.405.631	23.943.190	45,94	21.548.871	-10,0	19.393.984	-10,0	17.454.585	-10,0	15.709.127	-10
Dívida Consolidada Líquida	7.660.417	21.359.064	178,82	19.548.871	-8,5	18.893.984	-3,3	16.954.585	-10,3	16.209.127	-4,397
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
Receita Total	80.468.146	73.414.950	-8,8	78.654.939	7,1	80.772.542	2,7	82.953.509	4,5	84.910.638	4,1
Receitas Primárias(I)	80.138.290	73.291.073	-8,5	78.530.469	7,1	80.644.750	2,7	82.822.236	4,5	84.776.268	4,0
Despesa Total	48.535.187	77.387.389	59,4	67.886.075	-12,3	80.731.461	18,9	82.953.509	4,5	84.910.638	8,7
Despesas Primárias(II)	71.587.276	77.346.863	8,0	67.886.075	-12,2	80.731.461	18,9	82.911.882	4,5	84.868.550	8,7
Resultado Primário(III)=(I - II)	71.587.276	-4.055.790	-105,7	10.644.394	-362,4	-86.711	-100,8	-89.646	4,4	-92.282	5,4
Resultado Nominal	-1.209.940	11.978.686	-1090,0	-2.380.111	-119,9	-81.701	-96,6	-1.798.271	4,4	-665.588	5,4
Dívida Pública Consolidada	17.688.551	25.020.634	41,5	21.548.871	-13,9	18.648.062	-13,5	16.184.431	-13,2	14.026.006	-13,3
Dívida Consolidada Líquida	8.259.462	22.320.222	170,2	1.872.170	-91,6	18.167.292	870,4	15.720.815	-13,5	14.472.435	-7,9
FONTE: Balanço Geral do Município 2017 e 2018											
Reestimativa do Orçamento 2019											
PIB (valor de 2014)		57.250.000.000		57.250.000.000		58.795.750.000		60.324.439.500		61.832.550.487	
Crescimento do PIB (%)						2,7		2,6		2,5	
Inflação (IPCA - variação %)	6,29	2,95		4,5		4		3,7		3,7	
IPCA	1,0782	1,045		1		1,0400		1,0785		1,1200	

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE TOUROS

ESPECIFICAÇÃO - Portaria STN 575/2007	Previsão - R$ 1,00		
	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES	83.804.892	89.252.210	94.875.100
Receitas Tributárias	6.299.374	6.708.833	7.131.490
Impostos	6.084.878	6.480.395	6.888.660
Taxas	214.496	228.438	242.830
Receita de Contribuições	1.224.353	1.303.936	1.386.084
Receita Patrimonial	132.934	141.575	150.494
Receita de Serviços	2.898.771	3.087.191	3.281.684
Transferências Correntes	73.179.261	77.935.913	82.845.875
Transferências Intergovernamentais	73.179.261	77.935.913	82.845.875
Transferências da União	61.349.593	65.337.316	69.453.567
Cota-Parte do FPM	21.371.628	22.760.784	24.194.713
Transferências de Recursos do SUS - FMS	10.121.754	10.779.668	11.458.787
Transferências de Convênios	337.129	359.042	381.662

Outras Transferências da União	29.519.082	31.437.822	33.418.405
Transferências do Estado	11.829.668	12.598.597	13.392.308
Outras Receitas Correntes	70.199	74.762	79.473
Multa e Juros de Mora			
Receita da Dívida Ativa Tributária	6.956	7.408	7.875
Indenizações e Restituições	31.086	33.107	35.193
Receitas Diversas	32.157	34.247	36.405
RECEITA DE CAPITAL	198.582	211.490	224.814
Operações de crédito	-		-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-
Alienação de Bens			-
Transferências de Capital	198.582	211.490	224.814
TOTAL	84.003.474	89.463.700	95.099.914

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE TOUROS

I. Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita:

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R$ 1,00	VARIAÇÃO %
2017	5.200.117	
2018	5.617.419	8,02
2019	5.898.290	5,00
2020	6.299.374	6,80
2021	6.708.833	6,50
2022	7.131.489	6,30
Notas:		
a) O aumento gradual e constante previsto para a receita tributária provém da expectativa de dar continuidade na política de intensificação da fiscalização tributária municipal.		
b) As projeções foram realizadas considerando o cenário macroeconômico desenhado.		
FUNDEB		
Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R$ 1,00	VARIAÇÃO %
2017	20.865.358	
2018	22.862.569	9,57
2019	24.005.697	5,00
2020	25.638.085	6,80
2021	27.304.560	6,50
2022	29.024.748	6,30
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios		
Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R$ 1,00	VARIAÇÃO %
2017	17.897.408	
2018	19.057.988	6,48
2019	20.010.887	5,00
2020	21.371.628	6,80
2021	22.760.284	6,50
2022	24.194.713	6,30
Nota: A evolução desta receita tem apresentado uma performance bastante positiva, situando-se acima dos índices de inflação e crescimento econômico.		
Transferências de Recursos do SUS		
Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R$ 1,00	VARIAÇÃO %
2017	7.483.107	
2018	9.025.998	20,6
2019	9.477.298	5,0
2020	10.121.754	6,8
2021	10.779.668	6,5
2022	11.458.787	6,3
Notas:		
a) O crescimento das transferências de recursos do SUS decorre da ampliação dos serviços básicos na área de saúde.		
b) Para o período compreendido entre 2020 a 2022, foi projetada uma evolução desssa receita considerando o cenário macroeconômico desenhado.		

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE TOUROS

Outras Receitas Correntes		
Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R$ 1,00	VARIAÇÃO %
2017	13.346.453	
2018	13.512.483	
2019	19.076.829	41,18
2020	20.374.051	6,80
2021	21.698.866	6,50
2022	23.065.363	6,30
Notas:		
c) Com base no princípio da prudência, projetamos o sucesso das execuções fiscais ao longo dos próximos três exercícios, a partir da série histórica de recebimentos destes recurso nos últimos anos.		
Receitas de Capital		
Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R$ 1,00	VARIAÇÃO %
2017	170.309	
2018	177.084	3,98
2019	185.938	5,00
2020	198.582	6,80
2021	211.490	6,50
2022	224.814	6,30
Notas:		
a) As receitas de Capital, tem nas transferências de capital o maior volume de recursos correspondente a transferências voluntárias dos governos Estadual e Federal, com estimativa até 2022 projetada com base nos projetos que serão submetidos a outras esferas de governo.		
b) Como os recursos ordinários do Município são insuficientes para atender às prioridades e metas aprovadas, a alternativa encontrada foi a de buscar fontes de financiamento.		
II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas da Prefeitura de Touros.		
As metas anuais de Despesas da Prefeitura de Touros foram calculadas a partir das Despesas orçamentárias. Seguem, abaixo, memória e metodologia de cálculo:		

TOTAL DE DESPESAS			
CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DESP	R$ 1,00		
	2020	2021	2022
DESPESAS CORRENTES(I)	78.846.999	84.024.389	89.365.552
Pessoal e Encargos Sociais	58.856.607	61.799.437	64.889.409
Juros e Encargos da Dívida	42.756	44.894	47.138
Outras Despesas Correntes	19.947.636	22.180.058	24.429.005
DESPESAS DE CAPITAL(II)	3.489.065	3.663.518	3.846.694
Iinvestimentos	3.489.065	3.663.518	3.846.694
Inversões Fianceiras			
Amortização Financeira			
RESEVA DE CONTINGÊNCIA(iii)	1.667.411	1.775.793	1.887.668
TOTAL (IV)=(i+ii+iii)	84.003.475	89.463.700	95.099.914

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE TOUROS

IIa. - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas da Prefeitura Municipal de Touros.

Pessoal e Encargos Sociais		
Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R$ 1,00	VARIAÇÃO %
2017	45.669.183	
2018	53.384.678	16,9
2019	56.053.912	5,0
2020	58.856.607	5,0
2021	61.799.437	5,0
2022	64.889.409	5,0
Nota: A despesas de pessoal tiveram uma projeção compatível com o crescimento médio do salário esperado para o período.		
Juros e Encargos da Dívida		
Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R$ 1,00	VARIAÇÃO %
2017	0	0
2018	38.781	0
2019	40.720	5,0
2020	42.756	5,0
2021	44.894	5,0
2022	47.138	5,0
Nota: Por uma questão de critério legal, os juros e encargos passarão a ser contabilizados como outras despesas correntes.		
Outras Despesas Correntes		
Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R$ 1,00	VARIAÇÃO %
2017	16.085.049	
2018	17.466.774	8,59
2019	19.278.108	10,37
2020	19.947.636	3,47
2021	22.180.058	11,19
2022	24.429.005	10,14
Despesas de Capital		
Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R$ 1,00	VARIAÇÃO %
2017	877.958	0
2018	3.164.685	260,46
2019	3.322.919	5,00
2020	3.489.065	5,00
2021	3.663.518	5,00
2022	3.846.694	5,00
Reserva de Contingência		
Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R$ 1,00	VARIAÇÃO %
2019		
2020	1.667.411	
2021	1.775.793	6,5
2022	1.887.668	6,3
Nota O valor fixado para a Reserva de Contingência teve como finalidade assegurar os recursos necessários ao atendimento de passívos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevisto de que trata a letra "b", do inciso II, do Art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000.		

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE TOUROS

III - Metodologia e Memória de Cálculos das Metas Anuais para o Resultado Primário da Prefeitura de Touros

R$ 1,00						
ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES(I)	65.048.667	70.076.457	78.469.000	83.804.892	89.252.210	94.875.100
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	5.200.117	5.617.419	5.898.290	6.299.374	6.708.833	7.131.490
Receita de Contribuição	898.827	1.091.808	1.146.398	1.224.353	1.303.936	1.386.084
Receita Patrimonial	898.827	118.543	124.470	132.934	141.575	150.494
Aplicações Financeiras (II)	898.827	118.543	124.470	132.934	141.575	150.494
Outras Receitas Patrimoniais					-	-
Receita de Serviços	2.458.985	2.584.957	2.714.205	2.898.771	3.087.191	3.281.684
Transferências Correntes	54.463.433	60.601.130	68.519.907	73.179.261	77.935.913	82.845.875
Demais Receitas Correntes	1.128.478	62.600	65.730	70.199	74.762	79.473
RECEITAS FISCAIS CORRENTES(III)=(I-II)	64.149.840	69.957.914	78.344.530	83.671.958	89.110.635	94.724.606
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	170.309	177.084	185.938	198.582	211.490	224.814
Operações de Crrédito (V)				0	0	0
Amortização de Empréstimos (VI)						
Alienação de Ativos (VII)						-
Transferências de Capital	170.309	177.084	185.938	198.582	211.490	224.814
Outras Receitas de Capital						
Receitas Fiscais de Capital (VIII)=(IV-V-VI-VII)	170.309	177.084	185.938	198.582	211.490	224.814

RECEITAS PRIMÁRIAS (IX)=(III+VIII)	64.320.149	70.134.998	78.530.468	83.870.540	89.322.125	94.949.420
DESPESAS CORRENTES (X)	61.754.232	70.890.233	75.372.740	78.846.999	84.024.389	89.365.552
Pessoal e Encargos Sociais	45.669.183	53.384.678	56.053.912	58.856.607	61.799.437	64.889.409
Juros e Encargos da Dívida (XI)		38.781	40.720	42.756	44.894	47.138
Outras Despesas Correntes	16.085.049	17.466.774	19.278.108	19.947.636	22.180.058	24.429.005
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII)=(X-XI)	61.754.232	70.851.452	75.332.020	78.804.243	83.979.495	89.318.414
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	877.958	3.164.685	3.322.919	3.489.065	3.663.518	3.846.694
Investimentos	877.958	3.164.685	3.322.919	3.489.065	3.663.518	3.846.694
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida (XIV)						
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV)=(XIII-XIV)	877.958	3.164.685	3.322.919	3.489.065	3.663.518	3.846.694
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0	0	0	1.667.411	1.775.793	1.887.668
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVII)=(XII+XV+XVI)	62.632.190	74.016.137	78.654.939	83.960.719	89.418.806	95.052.776
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVII)	1.687.959	-3.881.139	-124.471	-90.179	-96.681	-103.356
Notas:						
a) Os dados relativos a receitas e despesas foram extraídos das metas fiscais estabelecidas para as mesmas, conforme dsemonstrado anteriormente.						
b) O cálculo da Meta de Resultado Primário obedeceu à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, por meio das Portarias expedidas pela Secretaria do Tesosuro Nacional - STN, relativas às normas de Contabilidade Pú- blica.						

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE TOUROS
IV - Metologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal da Prefeitura de Touros:

META FISCAL - RESULTADO NOMINAL						
R$ 1,00						
ESPECIFICAÇÃO	2017 (b)	2018 (c)	2019 (d)	2020 (e)	2021 (f)	2022 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	16.405.631	23.943.190	21.548.871	19.393.984	17.454.585	15.709.127
DEDUÇÕES (II)	6.509.424	2.584.126	2.569.918	500.000	500.000	-500.000
Ativo Disponível	9.829.029	5.014.208	5.000.000	3.000.000	5.000.000	1.500.000
Averes Financeiros						
(-) Restos a Pagar Processados	3.319.605	2.430.082	3.000.000	2.500.000	4.500.000	2.000.000
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	9.896.207	21.359.064	18.978.953	18.893.984	16.954.585	16.209.127
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)						
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)						
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	9.896.207	21.359.064	18.978.953	18.893.984	16.954.585	16.209.127
RESULTADO NOMINAL	(b-a*)	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-e)	(g-f)
	-1.122.185	11.462.857	-2.380.111	-84.969	-1.939.399	-745.458
*: Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao previsto no exercício de 2017.						
Nota: O cálculo das Metas relativas ao Resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN.						
v - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública da Prefeitura de Touros:						
META FISCAL MONTANTE DA DÍVIDA						
ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	16.405.631	23.943.190	21.548.871	19.393.984	17.454.585	15.709.127
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas	13.821.041	23.943.190	21.548.871	19.393.984	17.454.585	15.709.127
DEDUÇÕES (II)	8.745.214	2.584.126	2.000.000	500.000	500.000	-500.000
Ativo Disponível	9.829.029	5.014.208	5.000.000	3.000.000	5.000.000	1.500.000
Haveres Financeiros	2.235.790					
(-) Restos a Pagar Processado	3.319.605	2.430.082	3.000.000	2.500.000	4.500.000	2.000.000
DLC (III) = (I - II)	7.660.417	21.359.064	19.548.871	18.893.984	16.954.585	16.209.127
FONTE: Relatório Anual do Município 2017 e 2018 Orçamento 2019						

MUNICÍPIO DE TOUROS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2020

ARF. (lrf, art. 4º, Parag. 3º)				R$ 1,00
PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS		
Descrição	Valor	Descrição		Valor
Demandas Judiciais	100.000	Abertura de créditos adicionais a parrtir da Reserva de Contingência		1.100.000
Outros Passivos Contingentes	1.000.000			
SUB-TOTAL	1.100.000			1.100.000
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS		
Descrição	Valor	Descrição		Valor
Frustração de Arrecadação	567.411	Abertura de créditos adicionais a parrtir da Reserva de Contingência		567.411
SUBTOTAL	567.411			567.411
TOTAL	1.667.411			1.667.411
FONTE: Prefeitura Municipal				

Publicado por:
Ruzem Raimundo Modesto da Silva
Código Identificador:A988E5D1

GABINETE DO PREFEITO

EDITAL Nº 012/2019 – RESULTADO DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR PARA O QUADRIÊNIO 2020/2024 NO MUNICÍPIO DE TOUROS /RN

Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar
A presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição Unificada do Conselho Tutelar de Touros/RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução 001/2019, e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 806/2018 e suas alterações, torna público a RELAÇÃO DOS

ELEITOS TITULARES e SUPLENTES, bem como demais colocados no pleito da eleição facultativa que se deu no do dia 06 de outubro de 2019 para o preenchimento de vagas titulares e suplentes ao cargo de Conselho Tutelar, quadriênio 2020 – 2024.
I – Listagem dos eleitos e suplentes e demais colocados, por ordem classificatória;

RESULTADO FINAL			
CLASSIFICAÇÃO	**NOME DO CANDIDATO**	**QUANTIDADE DE VOTOS**	**SITUAÇÃO**
1º	MIGUEL	837	ELEITO
2º	RAFAEL CRUZ	675	ELEITO
3º	RAFAELA	603	ELEITO
4º	JUSCELINO ESCOTEIRO	584	ELEITO
5°	PAULINHO DO GERAL	534	ELEITO
6º	JOÃO NELO DA LAN HOUSE	513	1º SUPLENTE
7º	JOÃOZINHO	383	2º SUPLENTE
8º	AUGUSTA	344	3º SUPLENTE
9º	VIVIANIA DANTAS DE MEDEIROS BACURAU SOARES	335	4º SUPLENTE
10º	WILMA MARIA DE SOUZA	333	5º SUPLENTE
11º	FABINHO	299	NÃO ELEITO
12º	DAVI	293	NÃO ELEITO
13º	LUÃ	290	NÃO ELEITO
14º	ANCHIETA DE SANTA LUZIA	274	NÃO ELEITO
15º	JANY CLEITY IGINO DA SILVA	254	NÃO ELEITO
16º	DAVID	231	NÃO ELEITO
17º	CORONEL CHICÓ	216	NÃO ELEITO
18º	NAIANE DO SALÃO LA PREMIERE	205	NÃO ELEITO
19º	CINTIA	197	NÃO ELEITO
20º	DANILO DE MELO SILVA	159	NÃO ELEITO
21º	FABIANA CRISTINA PEREIRA DOS SANTOS	157	NÃO ELEITO
22º	MÔNICA MORENA FLOR	148	NÃO ELEITO
23º	DOCA TEVÂNIA	142	NÃO ELEITO
24º	FABIOLA	138	NÃO ELEITO
25º	JULIA DA "BOMBONIERE"	98	NÃO ELEITO

2 – DOS RECURSOS E HOMOLOGAÇÃO

2.1. Os recursos, devidamente fundamentados, deverão ser dirigidos no período de 8 a 14 de outubro do corrente ano à Presidente da Comissão Especial do Processo de Escolha e protocolados na sede do COMDICA, respeitados os prazos estabelecidos neste Edital;
2.2. Os recursos serão julgados no período de 15 a 18 de outubro do corrente ano e os resultados finais serão homologados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
2.3. As decisões dos recursos serão exaradas até o dia 23 de outubro de 2019 pela Comissão Especial Eleitoral (CEE) do Processo de Escolha e é irrecorrível na esfera administrativa.

3. FORMAÇÃO INICIAL

3.1. Esta etapa consiste na capacitação dos conselheiros tutelares, sendo obrigatória a presença de todos os candidatos classificados em, no mínimo, 75% da carga horária ofertada, o que será confirmado através de lista de presença, sob pena de sua eliminação.
3.2. A Comissão divulgará por meio de telefone pessoal e/ou e-mail pessoal disponibilizados no ato da inscrição, até o dia 31/10/2019, o local, data, horário e carga horária da realização da capacitação.
3.3. O COMDICA poderá aderir à capacitação que venha a ser promovida pelo CONSEC.

4. DA POSSE

4.1. A posse dos Conselheiros Tutelares dar-se-á pelo Senhor Prefeito Municipal no dia 10 de janeiro de 2020.

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Os casos omissos terão tratativas pela Comissão Especial Eleitoral (CEE), observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90, na Resolução n° 170 do CONANDA , na Resolução do CONSEC e na Lei Municipal nº 806/2018.
5.2. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao Processo de Escolha Unificado dos Conselheiros Tutelares.
5.3. O descumprimento dos dispositivos legais previstos neste Edital implicará na exclusão/cassação do candidato do pleito, após prévio procedimento administrativo apuratório instaurado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Touros/RN, 07 de outubro de 2019.

IZABELITA MARIA FRANÇA DOS SANTOS
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Ruzem Raimundo Modesto da Silva
Código Identificador:F532B933